

ORGANIZADORAS

Jiani Adriana Bonin

Nísia Martins do Rosário

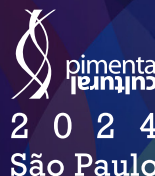
CONSTRUÇÕES TRANSMETODOLÓGICAS NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

ORGANIZADORAS

Jiani Adriana Bonin

Nísia Martins do Rosário

CONSTRUÇÕES TRANSMETODOLÓGICAS NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

C758

Construções transmetodológicas na pesquisa em
comunicação / Organização Jiani Adriana Bonin, Nísia
Martins do Rosário. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-253-3

DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3

1. Metodologias de pesquisa em comunicação. 2. Pesquisa
em comunicação. 3. Teorias da comunicação. 4. Práxis
metodológicas. 5. Reflexão metodológica. I. Bonin, Jiani
Adriana (Org.). II. Rosário, Nísia Martins do (Org.). III. Título.

CDD 001.43022

Índice para catálogo sistemático:

I. Metodologias de pesquisa

II. Comunicação

Simone Sales - Bibliotecária - CRB ES-000814/0

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2024 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2024 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<<https://creativecommons.org/licenses/>>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	Freepik - freepik.com
Tipografias	Acumin, Gala, Rockwell
Revisão	Simone Cere Campos Isabella Tamaki
Organizadoras	Jiani Adriana Bonin Nísia Martins do Rosário

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro

Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho

Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza

Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales

Instituto Nacional de Estudos

e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida

Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos

Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges

Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles

Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa

Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre

Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura

Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro

Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik

Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos

Universidad Internacional Iberoamericana del México, México

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
*Centro Federal de Educação Tecnológica
Celso Suckow da Fonseca, Brasil*

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc desta obra

Adrian José Padilla Fernández
Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, Venezuela

Alberto Efendy Maldonado
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Adriana Pierre Coca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexis Rasftopolo
Universidad Nacional de Misiones, Argentina

Edizon León Castro
*Universidad Intercultural de pueblos y nacionalidades
Amawtay Wasi, Equador*

Helânia Thomazine Porto
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Fabrcio Lopes da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Felipe Gue Martini
Centro Universitário da Serra Gaúcha, Brasil

Jiani Adriana Bonin
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Laura Wottrich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Lisiane Aguiar
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Livia Saggin
Universidade Federal do Pampa, Brasil

María del Rosario Millán
Universidad Nacional de Misiones, Argentina

Nísia Martins do Rosário
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Norah Shallymar Gamboa Vela
Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez, Venezuela

Raquel Carneiro
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Ricardo de Jesus Machado
Universidade Federal do Oeste da Bahia, Brasil

Tamires Ferreira Coelho
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Vilso Santi
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Yvets Morales Medida
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (Paulo Freire).¹

SUMÁRIO

Jiani Adriana Bonin

Nísia Martins de Rosário

Apresentação 15

PARTE I

PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS E TEÓRICAS 25

CAPÍTULO 1

Alberto Efendy Maldonado

**Contribuições ao pensamento
transmetodológico na conjuntura
de mobilizações históricas nas
formações sociais latino-americanas 26**

CAPÍTULO 2

Jiani Bonin

**Pensando os sujeitos em inter-relações
com as mídias na pesquisa comunicacional 58**

CAPÍTULO 3

Lívia Freo Saggin

**Educomunicação e Comunicação Comunitária:
diálogos potentes para repensar a cidadania comunicativa 79**

CAPÍTULO 4

Ricardo de Jesus Machado

**Semiofagias Canibais:
da humanidade relacional à diferOnça 102**

CAPÍTULO 5

Luan Correia Cunha Santos

Nas encruzilhadas, a Antropofagia encontra a Transmetodologia.....	126

CAPÍTULO 6

Fabício Silveira

Iluminismo Sombrio: a imaginação neorreacionária de Nick Land	149

CAPÍTULO 7

João Batista Nascimento dos Santos

Publicidade programática: plataformas movidas pelas experiências humanas	173

PARTE II

REFLEXÕES METODOLÓGICAS	198

CAPÍTULO 8

Laura Wottrich

Roteiros possíveis para o estado da arte e para a pesquisa da pesquisa na Comunicação.....	199

CAPÍTULO 9

Felipe Collar Berni

"A gente rende": a trajetória refletida do Processocom na pesquisa-junto de pessoas com deficiência	223

CAPÍTULO 10

Raquel Gomes Carneiro

Yebá Belô e aquela gente

que se transforma em bicho:

construções estético-transmetodológicas

com a comunicação indígena 248

CAPÍTULO 11

Felipe Gue Martini

Percursos e modelos metodológicos

de uma ciência sonora da comunicação..... 274

CAPÍTULO 12

Alberto Pereira Valarezo

A viagem:

travessia vivencial ao conhecimento..... 294

PARTE III

CONSTRUÇÕES INVESTIGATIVAS 318

CAPÍTULO 13

Yvets Morales Medina

Nísia Martins do Rosário

Mística camponesa:

memória comum e coletiva das mulheres sem-terra do MST 319

CAPÍTULO 14

Helânia Thomazine Porto

Aline Jesus de Almeida

O Projeto Āgaypĩhĩ Ūg Kuã – Trocar

e conhecer no contexto digital:

ativismo e direitos humanos..... 342

CAPÍTULO 15

Adriã Galvão

Lisiane Aguiar

**Micropolíticas de mulheres indígenas
em contexto urbano:**

uma cartografia das epistemologias dos corpos-territórios

por meio das experiências comunicacionais do Kunhantã 370

CAPÍTULO 16

Bryan Chrystian da Costa Araújo

Cartografia da resistência adaptativa:

identidade, territorialidade e etnicidade

na etnocomunicação em Roraima 393

CAPÍTULO 17

Pedro Augusto Pereira

Tamires Ferreira Coêlho

Descolonização do eu e o armário LGBT+:

reflexões a partir do projeto *Guardei no Armário* 415

CAPÍTULO 18

Paulo Júnior Melo da Luz

Interpretação transcomunicativa de mídias:

uma abordagem empírica e metodológica para a recepção 440

CAPÍTULO 19

Yasmim Helleen Cunha

Juciano de Sousa Lacerda

Almudena Muñoz Gallego

Comunicação Pública e Institucional em Saúde:

o caso do Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS/OMS 463

CAPÍTULO 20

Maritcheli Vieira

Estudos sobre a construção dos migrantes e das migrações na mídia brasileira.....	481

CAPÍTULO 21

Carine Filippi Chiella Nichele

Construindo uma Cidadania Ecológica: experiências em educomunicação socioambiental na Cidade Escola Ayni	507

Sobre as organizadoras.....	531

Sobre os autores e as autoras.....	532

Índice remissivo.....	541

APRESENTAÇÃO

O grupo de Pesquisa Processocom – Epistemologia, Mídiação, Mediações e Recepção, nacional e internacionalmente reconhecido e respeitado pela produção de pesquisa comprometida com a transformação de nossas sociedades, celebra seus 22 anos de existência, resistência, subversão e atuação de excelência em 2024. Durante esses anos, estudantes de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado se alimentaram da formação crítica do Processocom e hoje, atuando em universidades e instituições do Brasil e também de outros países da América Latina, multiplicam, expandem e renovam concepções, propostas e esperanças do grupo.

Com uma trajetória assentada na produção de investigação crítica e transformadora em Comunicação, o Processocom se consolidou ao longo desses anos como um grupo de pesquisa de referência, prezando pela prática de uma ciência viva, que se mescla intimamente com as conjunturas analisadas e que se desassossega diante das injustiças sociais, culturais, educacionais, socioeconômicas, políticas, dentre outras que assolam inúmeros contextos e sujeitos em investigação.

O Processocom foi também um pilar fundamental para as atividades da Rede Amlat – Rede Temática de Cooperação: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina. Seu trabalho em projetos de pesquisa e eventos científicos com vinculações e cooperação de entidades e organizações de pesquisa, universidades públicas brasileiras e universidades estrangeiras possibilitou ao grupo inserir-se de maneira produtiva em processos de internacionalização.

Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), na Linha de Pesquisa “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”, o grupo contribuiu para consolidar o reconhecimento deste programa com um dos melhores do país, alcançando nota 7. Lamentavelmente, isso ocorre num contexto em que a Unisinos decide pela extinção do programa.

Nesse cenário doloroso e adverso, o grupo teima em resistir, reexistir e dar continuidade ao trabalho de formação crítica e comprometida que marcou seus anos de vida e de atuação. Assim, esta obra vem materializar e reafirmar essa existência e o anseio de continuidade do grupo, mesmo diante desse cenário avassalador de extinção do programa de pós-graduação a que se filiou nesses anos.

O livro reúne 21 trabalhos resultantes de pesquisas que refletem a história e as trajetórias formativas e investigativas do grupo. Assinam esta obra pesquisadoras e pesquisadores historicamente formados e outros em processo de formação junto ao grupo Processocom, vinculados por seu amor à ciência, por sua práxis epistemológica crítica e por seu lugar comprometido com a transformação de nossas sociedades. A perspectiva transmetodológica atravessa esses trabalhos, fundamentando e orientando confluências epistêmicas, teóricas, metodológicas, bem como experimentações, reformulações e invenções que procuram tangenciar a complexidade e a multidimensionalidade dos objetos investigados.

A obra é organizada em três partes que expressam linhas de força do trabalho do grupo, relativas à construção das dimensões epistemológicas, teóricas metodológicas e operativas das investigações comunicacionais realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores que assinam cada um dos capítulos.

A primeira parte, denominada *Perspectivas epistêmicas e teóricas*, reúne textos que enfrentam debates epistêmicos importantes no trabalho do grupo de pesquisa Processocom, a partir de problematizações vinculadas aos trajetos de pesquisa dos seus autores. Os textos demonstram a crucialidade do debate epistêmico e teórico para abordarmos produtivamente a complexidade dos fenômenos vinculados aos processos comunicacionais contemporâneos.

Efendy Maldonado abre o livro com o Capítulo 1 e nos convida a aprofundar o pensamento transmitológico diante da conjuntura atual de intensa instabilidade geopolítica, da emergência de uma transnacional supremacista e neofascista e de sua ofensiva constante em aliança com as forças oligárquicas, conservadoras, racistas e neocoloniais. Para enfrentar esse cenário, o pesquisador afirma a importância estratégica dos afazeres educativos e de produção de conhecimento orientados à transformação inventiva e solidária de nossas sociedades. Marca também a necessidade de situar a cidadania científica e a transmitologia como componentes estratégicos articuladores, imprescindíveis e fortalecedores dos processos de mudança.

No Capítulo 2, Jiani Bonin se dedica à reflexão sobre a problemática dos sujeitos e suas inter-relações com as mídias na pesquisa comunicacional. A pesquisadora examina criticamente o legado de perspectivas teóricas que problematizaram “a recepção”, buscando delinear possibilidades compreensivas, assim como apontar desafios teóricos para uma adequada compreensão dos sujeitos em inter-relações com as mídias. Problematisa também o lugar do pesquisador como produtor articulador de conhecimento e dos sujeitos como coparticipantes das investigações, em confronto com noções de ciência e da atividade do pesquisador erigidas dentro do paradigma da ciência moderna, marcando a necessidade do cultivo de relações profícuas entre estes sujeitos para a construção dos processos investigativos.

Lívia Freo Saggin, no Capítulo 3, apresenta perspectivas teóricas para debater aspectos relativos à comunicação comunitária, à educomunicação e à cidadania comunicativa. As problematizações focalizam as movimentações e os desenvolvimentos históricos desses dois campos de atuação epistêmica e pedagógica, focando experiências realizadas no Brasil e refletem como suas interlocuções e potencialidades se entrelaçam para a constituição da cidadania comunicativa. Desse modo, a pesquisadora oferece uma discussão abrangente e propositiva sobre a aproximação dos campos da educomunicação e da comunicação comunitária com vistas ao desenvolvimento e à conquista da cidadania comunicativa.

Na sequência, no Capítulo 4, Ricardo de Jesus Machado se propõe a conceituar as semiofagias canibais. Para isso, trabalha uma proposta que se articula ao campo de inter-relação entre semiótica da cultura e multinaturalismo indígena, que busca pensar uma semiótica inspirada por um traço do pensamento dos povos nativos do Brasil, precisamente o perspectivismo. O pesquisador identifica e problematiza dimensões das semiofagias canibais, explorando como se articulam entre si e possibilitam configurar um método de análise semiótica que tem como objetivo desnaturalizar modos ocidentais hegemonizados de produção de sentido e significação.

No Capítulo 5, Luan Correia Cunha Santos explora aproximações possíveis entre a antropofagia e a transmetodologia. Para isso, toma como base a noção de encruzilhada como espaço de efetivação do encontro entre saberes diversos, plurais e multifacetados. A articulação é fruto de uma revisão das corporalidades que a antropofagia assume ao longo da trajetória de pesquisa do autor, assim como da recuperação de algumas bases para a construção de premissas transmetodológicas. Como resultado, o pesquisador apresenta a possibilidade de uma antropofagia transmetodológica, orientada a partir da confluência e mestiçagem crítica de saberes, do contato com o outro e de criações de epistemes subversivas orientadas para a emancipação e a cidadania.

A obra do filósofo inglês Nick Land é examinada por Fabrício Silveira no Capítulo 6, com o objetivo de apreender criticamente a faceta neorreacionária do autor. O texto analisa como essa obra serviu à emergência global da nova direita organizada em torno de Donald Trump, eleito presidente dos EUA, em 2016. Destaca aspectos propriamente mediais da atuação de Land, o modo como recorre a práticas e a dispositivos midiáticos para se validar e disseminar-se. Apresenta também um exercício de desconstrução analítica e de crítica epistemológica do livro *The Dark Enlightenment* de Land, associando-o a outros escritos correlatos, com vistas ao exame da fortuna crítica que tem acumulado em torno de si nos últimos dez anos.

Para finalizar esta parte do livro, temos, no Capítulo 7, o texto de João Batista Nascimento dos Santos. Sua contribuição aborda as plataformas digitais, sua capacidade de transformar experiências em dados e investiga como se constitui a semiose da publicidade programática através das configurações das campanhas publicitárias. Examina o Gerenciador de Anúncios do Facebook e defende que a publicidade programática opera com as semióticas significantes, em concomitância com as a-significantes, sendo engendrada pelas experiências humanas transformadas em dados comportamentais que sustentam a construção dos mundos do capital.

A segunda parte desta obra, intitulada *Reflexões metodológicas*, reúne as contribuições de autores voltadas à reflexão da dimensão metodológica das pesquisas. Os textos que compõem esta parte oferecem reflexões em torno de problemáticas metodológicas vinculadas à pesquisa em comunicação. Eles são demonstrativos do trabalho transmetodológico, processual, artesanal e inventivo reconhecidamente assumido pelo Processocom em suas investigações e demais atividades científicas.

No Capítulo 8, que abre essa parte da obra, Laura Wottrich nos convida a refletir sobre o estado da arte e a pesquisa da pesquisa como importantes movimentos constitutivos da práxis metodológica

de uma investigação. A partir de uma perspectiva dialógica de construção do conhecimento, a pesquisadora discute elementos constitutivos dessas modalidades investigativas, suas aproximações e especificidades. Oferece ainda orientações para a construção do estado da arte e da pesquisa da pesquisa, de modo a possibilitar apropriações a partir das vivências investigativas particulares, com suas reelaborações e adaptações necessárias.

Materializando a proposta de pesquisa da pesquisa, no Capítulo 9, Felipe Collar Berni realiza um exercício de revisita reflexiva às investigações produzidas na trajetória do Grupo de Pesquisa Processocom na companhia de pessoas com deficiência. Três dissertações e três teses com esse foco são estudadas, desconstruídas, problematizadas e apropriadas teórico-metodologicamente com o intuito de colaborar para a construção de sua pesquisa sobre a temática e de contribuir para consolidar os estudos de Mídia e Deficiência no campo da Comunicação.

No Capítulo 10, Raquel Gomes Carneiro explora os bastidores das práticas metodológicas de uma pesquisa focalizada na comunicação indígena. Alicerçada na vertente transmetodológica, ela realiza o exercício de escuta de imagens, expressões gráficas e visuais de narrativas ancestrais e contemporâneas nas obras do artista plástico e copartícipe da pesquisa Denilson Baniwa. Propõe, assim, construções estético-transmetodológicas que instigam à confluência do olhar epistêmico, capazes de tramar narrativas e cosmologias indígenas aos conhecimentos disciplinares e bons sentidos culturais.

Na sequência, no Capítulo 11, Felipe Gue Martini aborda procedimentos metodológicos para o trabalho com musicalidades dialéticas na pesquisa comunicacional. Em sua reflexão, ele afirma a possibilidade e a potência de reunir ciência e arte na elaboração de produtos sensíveis do saber de modo sonoro e musical. O modelo que trabalha é definido por sete pressupostos, que são discutidos no

texto: alienar-se e situar-se, escuta poética, musicalidades dialéticas, plasticidade, estranhamento, singularidade e mundos provisórios.

Finalizando nossa travessia por esta parte da obra encontramos o texto de Alberto Pereira Valarezo, no Capítulo 12, que reflete sobre o significado das viagens como possibilidade de conhecimento, aprendizagem, vivências e experiências. O autor explora características das viagens em geral e também do viajante contemporâneo e convida-nos a pensar espaços-tempos, culturas e opções de viagem como estratégias transmetodológicas de aprendizagem experiencial, na perspectiva semiótica de um narrador e cronista viajante.

A terceira parte do livro, intitulada *Construções investigativas*, é marcada por abordagens teórico-metodológicas plurais de pesquisa, que partem da comunicação e voltam seu olhar para questões étnicas, de cidadania, de gênero, de saúde, educacionais e midiáticas. Trazendo à tona fenômenos empíricos e sujeitos caros ao Grupo de Pesquisa Processocom, tais como mulheres, povos indígenas, migrações, grupos LGBTQ+, plataformas digitais, as(os) autoras(es) compartilham seus processos investigativos desde uma perspectiva crítica e transformadora da pesquisa.

No Capítulo 13, somos convidados a conhecer a mística camponesa em texto de autoria de Yvets Morales Medina e Nísia Martins do Rosário. A investigação se constrói a partir da convivência, do diálogo e da experiência junto a mulheres camponesas sem-terra do sul da Bahia. A abordagem teórica perpassa a comunicação popular, a memória e as corporalidades como elementos constitutivos da mística camponesa, entendida como um ethos comunicacional que, por meio de expressões simbólicas, configura o espírito de militância e a potência política do sujeito coletivo.

A temática indígena reaparece com força na terceira parte deste livro em três capítulos que se dedicam a abordar, desde o ponto de vista da comunicação, questões relativas à cidadania. O que fica

evidente nesses textos é que essa temática exige atenção da área da comunicação (e das demais áreas das ciências) pela necessidade de contemplarmos saberes e experiências capazes de nos fazer avançar no desenvolvimento do pensamento contemporâneo.

O texto de Helânia Thomazine Porto e de Aline Jesus de Almeida, apresentado no Capítulo 14, tem por objetivo analisar como práticas sociocomunicacionais realizadas no Instagram se vinculam à construção de uma cidadania indígena pleiteada por educadores Pataxós da aldeia Corumbazinho (Prado, BA). Tendo como foco empírico o Projeto Ægaypĩhĩ Ûg Kuã, a transmetodologia é a proposta teórico-metodológica-empírica adotada, permitindo entender que o ativismo indígena rumo para uma cidadania comunicacional que se inscreve em pleitos de diversas dimensões.

O Capítulo 15, escrito por Adriã Galvão e Lisiane Aguiar, mantém a mesma temática, debruçando-se sobre uma cartografia das epistemologias dos corpos-territórios indígenas por meio de experiências comunicacionais da rádio “Kunhantã”. As autoras desenvolvem, nesse sentido, uma reflexão teórico-metodológica acerca das implicações dos saberes ancestrais acionados por mulheres indígenas, mobilizando uma discussão ética, estética e política agenciada por saberes indígenas potencializados na construção de micropolíticas.

Bryan Chrystian da Costa Araújo problematiza, no Capítulo 16, as práticas comunicativas do Conselho Indígena de Roraima (CIR) por meio de um movimento cartográfico, histórico, contextual e cultural. A investigação exercita uma aproximação entre o conceito de comunicação discutido por Sodré e uma etnocomunicação indígena como uma tentativa (outra) de apreensão do fenômeno comunicacional. Os resultados desvelam um fazer etnocomunicativo complexo que trabalha na arquitetura de resistência adaptativa.

Propondo uma abordagem que aproxima a descolonização do eu (Kilomba) da autodefinição (Collins), Pedro Augusto Pereira e Tamires Ferreira Coêlho refletem, no Capítulo 17, sobre o armário LGBTQ+ vinculado ao trauma colonial. Os autores partem de uma perspectiva interseccional, logo politicamente posicionada, e se aproximam do pensamento marginal (Lugones) refletindo sobre pistas de uma pesquisa empírica que demonstra que o seu fenômeno de pesquisa, o projeto Guardei no Armário, retrata uma busca por apropriação dos espaços do YouTube.

Na sequência, Paulo Júnior Melo da Luz, em seu texto em perspectiva metodológica apresentado no Capítulo 18, reflete sobre o processo de construção de uma pesquisa focando na importância dos afetos para uma melhor compreensão e interpretação transcomunicativa de mídias. O autor realiza uma investigação junto a seis mulheres transexuais e travestis, valorizando os saberes e epistemologias das interlocutoras, ao mesmo tempo que dá relevância ao diálogo genuíno, sem os formalismos acadêmicos, trazendo um olhar verossímil, sensível e comprometido à ciência.

No Capítulo 19, temos a comunicação pública e institucional no âmbito da Comunicação em Saúde como foco de investigação, através de pesquisa bibliográfica e da análise de documentos. De autoria de Yasmim Helleen Cunha, Juciano de Sousa Lacerda e Almudena Muñoz Gallego, o texto analisa as ações de comunicação do Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS/OMS, destacando a importância dessa plataforma educacional para qualificar profissionais da saúde, aumentar a busca por cursos e ampliar o número de inscritos.

Os migrantes e as migrações na mídia brasileira são o tema das reflexões de Maritcheli Vieira no Capítulo 20, que desenvolve uma reflexão sobre as construções midiáticas hegemônicas

e contra-hegemônicas focada nas nacionalidades haitiana e venezuelana. A pesquisa permite ver que as migrações ainda são representadas pelas mídias hegemônicas de forma simplificada e preconceituosa, apresentando uma construção do migrante geralmente relacionada ao crime, à sujeira da sociedade, à ilegalidade e, por vezes, reduzindo sua presença no Brasil à mão de obra.

Fechando esta obra, Carine Filippi Chiella Nichele apresenta, no Capítulo 21 uma pesquisa cujo objetivo foi estudar as apropriações das práticas comunicacionais/educativas por sujeitos educandos da Cidade Escola Ayni (Guaporé-RS). A autora buscou compreender como essas práticas colaboram para a construção de processos educacionais e de cidadania vinculados à ecologia. A investigação identificou um processo educacional em amadurecimento na escola, com a necessidade de debates críticos que fortaleçam a construção de uma cidadania ecológica plena.

Encerramos esta apresentação fazendo um convite para que leitoras e leitores partilhem e desfrutem desta obra, feita a muitas mãos. Esperamos que as reflexões epistemológicas teóricas e metodológicas propostas, os desafios enfrentados e as experiências compartilhadas possam inspirar e contribuir para aprendizados e avanços investigativos. Desejamos também que a obra possa colaborar para encantar nosso mundo científico e fazê-lo partícipe de transformações urgentes e necessárias para o bem dos seres humanos e viventes, do planeta e do cosmos.

Jiani Adriana Bonin
Nísia Martins de Rosário
Organizadoras



Parte

PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS E TEÓRICAS



1

Alberto Efendy Maldonado

**CONTRIBUIÇÕES AO PENSAMENTO
TRANSMETODOLÓGICO NA
CONJUNTURA DE MOBILIZAÇÕES
HISTÓRICAS NAS FORMAÇÕES
SOCIAIS LATINO-AMERICANAS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.1

INTRODUÇÃO

Na conjuntura atual, de intensas contradições entre as oligarquias da região e as classes, povos, etnias, setores e coletivos que trabalham pela construção de outros mundos possíveis (Hobsbawm, 2011), nos quais a miséria, o autoritarismo, a violência sistêmica e a destruição do planeta sejam extintos, o papel estratégico da pesquisa em comunicação se atualiza e se reafirma, dada a centralidade dos processos informacionais, comunicacionais e cognitivos no funcionamento das formações sociais contemporâneas. Nessa realidade, o sentido histórico e a relevância ético-política dos afazeres educativos e de produção de conhecimento cobram uma importância estratégica, crucial para a transformação inventiva e solidária de nossas sociedades.

Nessa perspectiva, é necessário situar a *cidadania científica* (Maldonado, 2011, 2016, 2018) como um componente estratégico básico, imprescindível e fortalecedor dos processos de mudança que a humanidade, a vida e o *presente/futuro* exigem. Para isso, é urgente continuar com a desconstrução dos modelos preponderantes, às vezes hegemônicos, de trabalho intelectual, de fabricação de tecnologias e de produção de conhecimento. Nesse conjunto, a *tecnociência positivista* é o inimigo principal a confrontar, dado que ela se autoproclama como *saber científico único e absoluto* e condiciona os processos produtivos de conhecimento de maneira ampla e penetrante (Bachelard, 2006; Gortari, 1980; Maldonado, 2019b, 2016; Sartre, 2011). Para o campo da comunicação, esse modelo tem instituído uma condição subalterna à nossa área de investigação, enquadrando-a como um setor reduzido a “*ciências aplicadas*”; ou seja, um campo que operacionaliza conhecimentos produzidos por outras áreas, “*fortes*” e “*consistentes*”, de acordo com a ortodoxia do poder conservador da “*ciência ministerial*” e “*empresarial*”.

Essa condição de poder da *tecnociência positivista* gera uma neocolonização intelectual, uma subjugação do pensamento latino-americano e uma dependência econômica aguda, dadas as carências de investimento em ciência e tecnologia. Expressa também o aspecto *totalitário* e castrador do *modelo positivista* vigente. Nesse método, é paradoxal o processo que mostra a força política, a eficiência operativa (a serviço do *capital transnacional*) e a capacidade de configuração intensiva de projetos técnicos gerados pelo *positivismo* – de profundos impactos sobre a vida do planeta – e, simultaneamente, sua fraqueza epistemológica, filosófica, antropológica, ecológica e sociológica, dado seu enquadramento conceitual ortodoxo num modelo único e absolutista de ciência.

Na fase atual, nós, que compomos os grupos, núcleos e comunidades de pesquisa crítica em comunicação, temos o desafio de desconstruir esse paradigma *positivista* de ciência (Dussel, 1986; Ianni, 2000; Maldonado, 2019b, 2018, 2016; Mattelart, 2004; Santos, 2002), que é prolífico na produção de propostas empiristas/abstratas, as quais têm um generalizado consumo escolar, acadêmico e empresarial. Simultaneamente, temos a necessidade de constituir *culturas científicas ecológicas*, que trabalhem projetos *transmetodológicos* e *transdisciplinares*, de transcendência para a vida no planeta.

Essa linha estratégica requer um trabalho cuidadoso, concebido, planejado, programado e realizado de acordo com as premissas, os valores, as categorias e os argumentos que sustentam a *diversidade* teórica, metodológica, filosófica (Agoglia, 1986; Arpini, A., Muñoz, M. e Ramaglia, D. 2020; Carvalho, 2015); epistemológica e tecnológica fundamentada pela transmetodologia (Maldonado, 2019b, 2018, 2016, 2015, 2014, 2013) como uma premissa crucial do fazer científico. Nesses termos, afirmamos que não há nenhum modelo, área, paradigma e/ou estratégia que seja absoluta, total e autossuficiente. As ciências no plural confluem, confrontam-se, aprendem, transformam-se de acordo com as problemáticas que incorporam aos seus desafios de conhecimento. Assim, as epistemologias e as

filosofias da ciência se nutrem dessa diversidade. De fato, a *razão é impura*, precisa das miscigenações, das trocas, dos aprendizados, das tessituras, das configurações que as lógicas paraconsistentes e consistentes geram.

A TRANSMETODOLOGIA NA PASSAGEM DA SEGUNDA PARA A TERCEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

A perspectiva transmetodológica trabalha um conjunto crítico transformador de epistemologias que confluem na sua postura problematizadora do *status quo* estabelecido pela ciência oficial *positivista*. De fato, desde meados do século XIX, esse paradigma tem condicionado o conjunto dos campos científicos (Wallerstein *et al.*, 2001), dado seu vigor técnico/pragmático e sua confluência com os interesses do capitalismo industrial ascendente. No século XX, o *positivismo* vai tornar possível a configuração de uma *tecnociência* forte e funcional para a expansão mundial do *capitalismo globalizado*. Em inícios do século XXI, o *positivismo* se apropria da revolução informacional tecnológica configurada nas últimas décadas do século XX e, na fase atual, expande os formatos de capitalismo informacional/cognitivo, concentrados no *capital improdutivo* (financeiro, monetarista, neoliberal) (Dowbor, 2020, 2018; Piketty, 2015, 2014).

Nessas bifurcações históricas, não é pertinente separar os processos de estruturação do sistema econômico, político e social capitalista da constituição de campos científicos, dada a hegemonia e presença avassaladora do *sistema capitalista* no contexto mundial. Isso não significa que, durante algumas décadas, paralelamente, não tenham se estruturado campos científicos sob modelos socialistas de configuração. Porém, sua abrangência e penetração não têm

afetado o conjunto de países latino-americanos. Os campos científicos, como institucionalidades concretas presentes nas formações sociais, emergiram no século XIX (Wallerstein *et al.*, 2001) como uma necessidade de organização sistemática da vida econômica, política, social, militar e cultural dos países hegemônicos. Nesses processos de constituição de fortalezas estratégicas, optou-se por formular conjuntos disciplinares de conhecimentos sistematizados para o desenho, planejamento e realização de planos socioeconômicos, políticos e tecnológicos de configuração de *formações econômico sociais* funcionais à lógica da acumulação, expansão e controle da economia-mundo.

No contexto latino-americano, dada sua condição de subalternidade, dependência e existência neocolonial preponderante, os processos de constituição de campos científicos tiveram que esperar o século XX para institucionalizar suas estruturas básicas. De fato, na maioria de países da região há uma carência expressiva de organismos de produção de conhecimento (laboratórios, fundações, centros, instituições). O atraso, e, às vezes, a ausência de culturas científicas necessárias, tem sido gerado pelas limitações (estratégicas, culturais, cognitivas, tecnológicas e políticas) das oligarquias nacionais. Também, pela submissão dessas elites ao poder hegemônico do *complexo industrial, informacional, militar* estadunidense, que tem provocado um atraso considerável na constituição, construção, funcionamento e valorização da investigação científica nos países latino-americanos.

Desse modo, a maioria dos países da região nem sequer tem estabelecido condições básicas, aceitáveis para a produção de investigação científica no seu contexto nacional. Para os oligarcas locais, a *"ciência é um luxo"* que deve ser exclusivo dos centros de poder mundial; e o *"sensato"* seria, segundo seu servilismo, deixar às grandes empresas transnacionais, às universidades dos centros de poder mundial, e às instituições dos países *"desenvolvidos"* a produção do conhecimento estratégico. Lamentavelmente, essa concepção

anacrônica, conservadora e servil tem sido um componente importante na manutenção de enquadramentos socioeconômicos de fragilidade estratégica em relação aos poderes econômico/políticos mundiais; e é uma causa central para a conservação do atraso tecnológico e socioeconômico de América Latina (Ford, 1999; Furtado, 2011; Galeano, 1999; Ianni, 2000; Maldonado, 2016; Santos M., 2002).

No início da terceira década do século XXI, a dimensão ecológica das problemáticas de pesquisa se renova e se situa de modo incontestável no centro das preocupações investigativas. É assim que, nesse contexto, a premissa transmitológica que afirma o primado da vida, das espécies, em especial da espécie humana e da existência do bem-viver no planeta Terra, adquire relevância estratégica inquestionável. No campo dos processos de comunicação social transnacionais, nacionais, regionais e locais, as problemáticas estão atravessadas por lógicas herdadas de uma história oligopólica, mercadológica, concentradora, distrativa, redutora e exploradora. Com efeito, o modelo de sistemas midiáticos construído durante os séculos XIX e XX continua condicionando o *modo de vida comunicacional mundial* e promovendo processos de consumo simbólico castradores da inventividade e da fecundidade política e estética dos/ das *sujeitos/sujeitas comunicantes de Nossa América*. Esse *modo de vida* bombardeia com modelos culturais neocoloniais, enquadra os afazeres, as perspectivas e os comportamentos das pessoas em lógicas consumistas e produtivistas, de interesse do *capital hegemônico transnacional*.

É nessa realidade que a investigação acadêmica e científica em comunicação precisa concentrar esforços para produzir *impactos sociocomunicacionais educacionais* que contribuam à produção de conhecimento sobre a *diversidade cultural, social e política* que a existência humana pode configurar em múltiplas realizações. É urgente fazer esforços artísticos e gnosiológicos para teorizar, investigar, traduzir e comunicar com potência o que a riqueza multicultural latino-americana representa. É iniludível, nas nossas

pesquisas, a inserção de um componente *ecológico*. A vida está em questão com maior força que no passado imediato, a realidade imposta pela pandemia do COVID-19 pode ser uma oportunidade histórica para questionar a “ciência ministerial” nas suas pretensões positivistas, utilitaristas e pragmáticas. É urgente problematizar as restrições impostas e as consequências de seu funcionamento como parte das grandes corporações transnacionais, que reduzem a produção de conhecimento à realização de processos favoráveis à maximização dos lucros transnacionais.

Assim, a história recente atualiza, com singular força, um desafio crucial do campo de investigação em comunicação, que se refere à produção de conhecimento confluyente entre *saberes múltiplos* (ancestrais, étnicos, regionais, populares, paraconsistentes, intuitivos etc.) e *saberes científicos/acadêmicos*, conforme vem trabalhando a vertente *transmetodológica* (Maldonado, 2019b, 2018, 2016, 2013). É questão de sobrevivência sociocultural, biológica, econômica, ético-política essa *confluência*. Caso contrário, se os poderes ideológicos conservadores conseguissem manter sua presença preponderante em amplos setores da população, o *suicídio social/biológico coletivo*, um dos maiores sonhos eugênicos, será realizado de modo naturalizado por entusiastas conjuntos de pessoas, que negam o valor do conhecimento científico e aderem a explicações estapafúrdias, geradas por gurus messiânicos. Esses absurdos têm presença em várias classes sociais pela ação eficiente de líderes neofascistas, pastores pentecostais, celebridades midiáticas e pregadores do fundamentalismo de mercado.

O fato é que os processos investigativos em comunicação precisam produzir *encontros, vínculos, cumplicidades, parcerias, traduções, compartilhamentos e aprendizados mútuos* que gerem *conhecimentos consistentes, sentipensantes, críticos, inventivos, solidários, transformadores e reais*. Assim, a produção de teorias e métodos servirá para qualificar a vida, para frear os modelos destrutivos e genocidas, para transformar as instituições acadêmicas

universitárias e os centros de investigação em fortalezas de conhecimento estratégico para o bem da humanidade e, em especial, dos mais necessitados.

A CIDADANIA COMUNIEDUCATIVA

A produção coletiva do conhecimento é um processo epistemológico crucial que a espécie humana descobriu cedo, dadas as suas necessidades de sobrevivência e seus desafios para construir poderes econômicos, sociais, culturais, geográficos e simbólicos (Cassirer, 1993; Castells, 2011, 2013; Gortari, 1980; Koyré, 1991). É notável, como exemplo, a produção coletiva de centenas de linguagens articuladas pelos povos do mundo mediante *jogos de interação simbólica* inventados pelas necessidades de realização de *processos de trabalho* para configurar economias de múltiplos tipos. *Jogos de linguagem* que também permitiram a produção de expressivos e significativos rituais de inter-relação sexual e afetiva, com a consequente reprodução biológica da espécie. Linguagens articuladas que tornaram possível a produção de cosmovisões, filosofias, teologias, literaturas, teorias e concepções que geraram *metalinguagens científicas e técnicas* capazes de acelerar, em breves períodos, a transformação radical da existência.

Essa *lei de cooperação* universal, constatada já na natureza (Mattelart, 1996), foi brilhantemente aproveitada por diversas culturas humanas para produzir revoluções cognitivas, tecnológicas e científicas de magnífica realização em vários continentes (Castells, 2011, 2004; Mattelart, 2002, 2002b, 1996; Wallerstein *et al.*, 2001). Não obstante, os processos foram paradoxais, por uma parte mostraram a necessidade da participação coletiva para inventar uma língua articulada, para gerar modos e costumes de vida gratificante, para organizar formações econômico sociais produtivas. Porém,

simultaneamente, apresentaram configurações de *distinção e diferenciação* nos quais se constituíram pequenos grupos de especialistas, de operadores, de produtores, de estrategistas, de experimentadores, de oradores, de calculadores, de organizadores, de gestores, de pesquisadores e de pensadores que foram adquirindo poderes concretos que os distanciaram da vida social comum.

Na fase histórica atual, é urgente para os pesquisadores e pensadores em comunicação gerar um processo inverso de aproximação, conhecimento, aprendizagem, cooperação, interpenetração e produção de conhecimentos que estejam em profunda inter-relação com a sociedade. Esses processos deverão ser fecundados em uma *dimensão intercomunicativa*, construída pela ação conjunta dos cientistas e dos *sujeitos históricos cidadãos*, produtores de novas realidades de conhecimento comunicacional.

Em perspectiva *transmetodológica* (Maldonado, 2019, 2018, 2016, 2015, 2013), é necessário transformar o mundo de modos e formas distintas às tentativas feitas no século XX, que lamentavelmente mostraram carências ético-políticas, tecnológicas, psicológicas e culturais para construir *mundos gratificantes, justos, livres, inventivos, solidários* e com *poderes ampliados*.

Nessa orientação de transformação, há um setor de singular importância, de abrangência sociocultural expressiva que é a área *comunieducativa*, ou *educomunicativa* (Baccega, 2010, 2001, 2000; Citelli, 2018, 2017; Romancini, 2018, 2015; Romancini, R. e Castilho, 2017) como dimensão de produção investigativa estratégica para gerar mudanças profundas nos modos de vida e nas formas de pensamento de amplos setores da população. E as perspectivas *comunieducativas*, atualmente, passam pelo exercício crítico da experimentação tecnológica digital dada a potência, a intensidade e a abrangência dos processos de *comunicação digital*. Com efeito, as novas condições de produção comunicacional possibilitam arranjos de caráter *multidimensional, hipertextual, plurilíngue, transmetodológico*

e *multifacetado*. A riqueza estética dessas configurações gera uma capacidade de encontro e de sensibilização extraordinária. Não obstante, esse eixo aperfeiçoado de realização não estará garantido se não se definem premissas e domínios críticos consistentes e fecundos. O fato é que o aspecto (tecno]comunicativo dos processos comunicacionais contemporâneos abre possibilidades concretas, e vigorosas, de exercícios *educomunicativos* transformadores.

Para quebrar as lógicas autoritárias, burocráticas, oligárquicas, racistas, patrimonialistas, concentradoras e neocoloniais, a perspectiva *transmetodológica* exerce uma ação desestabilizadora, questionadora e problematizadora que provoca, nas/nos sujeites participantes em processos *comunieducativos*, mudanças enraizadas de perspectiva, de pensamento e de ação. Essas mudanças estão orientadas para o autoconhecimento crítico reflexivo e para a produção fluída de conhecimentos promissores, mediante uma participação construtiva e dialógica nas comunidades existenciais. Dessa maneira, o *fazer comunieducativo* abre possibilidades fecundas para a constituição e o exercício de uma *cidadania comunicacional* propositiva, construtiva, suscitadora e renovadora, tanto na vida social quanto na produção cultural (Castells, 2013; Maldonado, 2009; Monje *et al.* 2009).

Essa cidadania comunicacional institui novos arranjos, configurações e estruturações nos modos e formas de existência que procuram superar as adversidades estruturais vigentes: a concentração da riqueza; a pobreza; a miséria; a exploração; a educação fraca ou medíocre, sem renovação investigativa; o pertencimento cidadão frágil; a politicagem generalizada a serviço das oligarquias; o funcionamento econômico distorcido a serviço do capital improdutivo; o controle repressivo das classes subalternas; o racismo sistêmico, cotidiano e excludente; o patrimonialismo anacrônico, parasitário e fascistoide; o patriarcalismo castrador e violento e o neocolonialismo servil e negacionista.

A *práxis comunicativa*, quando exercida de modo multilético, quer dizer, trabalhada por dialéticas múltiplas, em confluências e confrontações necessárias para resolver os problemas, produz mudanças qualitativas na constituição dos/das sujeitos comunicacionais. Essa *práxis comunicativa* dota a esses *sujeitos comunicantes* de capacidades de análise, de compreensão, de investigação, de reflexão e de produção comunicacional. Concomitantemente, gera conhecimentos relevantes para a transformação das *formações econômico sociais* vigentes e para a instauração de novos modos e formas de pensamento, de comunicação, de vida sociocultural, de educação, de estruturação política e de desejos.

Esses movimentos e possibilidades de transformação só têm potencialidade de realização quando inter-relacionam seus argumentos e projetos em perspectiva de uma *cidadania plena*, que inclua no seu domínio a composição de uma *cidadania comunicativa*, em diálogo com uma *cidadania científica* (Maldonado, 2011). E para isso, é preciso que as/os pesquisadores se transmutem em *comunicadores/sujeitos comunicantes/cidadãos(os)* trabalhadores, artesãos, produtores de *novos mundos concretos de vida*. Assim a configuração de utopias passa, necessariamente, pela produção de *heterotopias*¹ concretas, que fortalecem os espíritos, as práticas, os movimentos, as organizações e a produção de conhecimentos.

SUMÁRIO

1

No sentido proposto por Michel Foucault (2013a), como espaços/tempos e lugares que funcionam em condições não hegemônicas, nos quais não rege a lógica hegemônica.

NECESSIDADE DE GRUPOS, NÚCLEOS, COLETIVOS, EQUIPES E INSTITUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA CIENTÍFICA: A EXPERIÊNCIA DA REDE AMLAT

A necessidade de *produção coletiva de conhecimento* levou-nos a organizar, a partir de agosto de 2002, o *Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM*, que definiu como eixos *transmetodológicos* da sua constituição e de sua operação investigativa as seguintes categorias: *epistemologia, midiatização, mediações e recepção*. Essa articulação, pouco comum numa realidade institucional e ministerial impregnada pelo paradigma *positivista*, estabeleceu um arranjo de complexidade que definiu a *epistemologia* como uma *dimensão abrangente e necessária* para o conjunto de dimensões nos processos de produção de conhecimento (Maldonado, 2019, 2019b). Assim, a *epistemologia* mantém seu caráter gnosiológico, filosófico, (meta)metodológico, (meta)teórico, (meta)científico, mas amplia-se no exercício analítico crítico reflexivo de uma *práxis* que atravessa todas as dimensões da pesquisa, da mais operativa (técnica) à mais complexa (meta)científica (*filosófica/lógica; sociologia da ciência, história da ciência, psicologia da ciência, antropologia da ciência, comunicologia da ciência*). Essa definição sintetizou aprendizados realizados durante trinta anos de trabalho intelectual e investigativo entre os quais se destacou, no contexto brasileiro, o trabalho de investigação *multimetodológico* coordenado por Immacolata Lopes e Maria Aparecida Baccega na Universidade de São Paulo (USP), que se configurou como um contexto acadêmico suscitador para a posterior estruturação da *vertente transmetodológica*, no ambiente do PPGCC- UNISINOS (Bonin, 2011; Bonin e Rosário, 2013).

Essa articulação de investigadoras e investigadores gerou e potencializou a produção de pesquisas críticas renovadoras, experimentais, problematizadoras dos processos midiáticos e dos processos comunicacionais nas duas primeiras décadas do século XXI. As premissas filosóficas, os postulados, as estratégias investigativas, as propostas ético-políticas, os argumentos, as orientações de procedimentos, em síntese, a construção e produção concreta de investigações, articuladas sob a perspectiva *transmetodológica*, concretizou hipóteses e as transformou em teses, dissertações, livros, artigos, relatórios e produções intelectuais que expressam a consistência, a fecundidade e a inventividade de um *coletivo de investigação* que configurou um *grupo radical* para gerar uma *cultura acadêmica solidária e transformadora*, como exercício concreto de *cidadania científica*, como agir existencial emancipatório e como compromisso ético-político estratégico com a vida, a humanidade e o *bem-viver*.

É necessário assinalar que o GP-PROCESSOCOM se desenvolveu e amadureceu em inter-relação e parceria com vários coletivos, grupos e núcleos de pesquisa no Brasil, na América Latina, no Canadá, na França e na península Ibérica. Essa configuração aberta, dialógica, participativa e fraternal gerou uma cultura de escuta, de aprendizado experimental, de reflexão existencial profunda e de questionamentos políticos estratégicos instigantes e fortalecedores. Foi assim que, como resultado de projetos conjuntos e experiências existenciais realizadas entre 2002 e 2008, o grupo concebeu e articulou a conformação da Rede AMLAT como uma *dimensão de encontro* de grupos, núcleos e instituições de investigação que vinham trabalhando os eixos temáticos: *comunicação, cidadania, educação e integração na América Latina*.

Com efeito a partir de 2009, e com fomento do CNPq, organiza-se a Rede AMLAT como um complexo de cooperação focado na pesquisa, no estudo, no debate e na produção de *metodologias transformadoras*, na perspectiva da confluência e da confrontação metodológica em investigação crítica. O objetivo geral foi estabelecer

uma *rede de cooperação acadêmica internacional*, que possibilitasse o compartilhamento contínuo de experiências de investigação, de problematizações epistemológicas, de produção teórica e de desenho de procedimentos investigativos críticos. Esse objetivo foi sendo construído de maneira sistemática mediante o desenho de uma programação semestral articulada, que incluiu seminários, encontros, conferências, cursos intensivos, aulas compartilhadas, avaliação de teses e dissertações, projetos integrados, produção de livros e dossiês, atividades artísticas e culturais conjuntas, como também, o estabelecimento de laços afetivos e existenciais na perspectiva da construção de outros mundos possíveis.

Todo esse esforço organizativo se articulou, e se articula, no sentido de contribuir para o fortalecimento de um *campo científico em ciências da comunicação na América Latina*, que se constitua em um referente estratégico para a produção crítica de conhecimento na área e marque uma ruptura estratégica radical com os setores *utilitaristas, instrumentalistas, funcionalistas, positivistas* e conservadores no campo das ciências da comunicação. Esses setores são agentes importantes na manutenção do *status neocolonial*, sob a hegemonia do paradigma positivista estadunidense, que condicionam fortemente a vida acadêmica latino-americana.

De fato, a Rede AMLAT tem constituído uma *comunidade heterotópica* e uma *cultura investigativa* crítica, que oferece para as/os estudantes, professores(as), investigadores e comunidades nas quais atua produções suscitadoras de saberes alternativos, de pesquisa experimental inventiva, de articulação colaborativa horizontal, não hierarquizada. Ao mesmo tempo, rejeita as subordinações e promove a diversidade de iniciativas de investigação transformadora como caminho de formação consistente de investigadoras(es), pensadoras(es), e cidadãos e cidadãs comprometidos(as) com o bem-comum, com a justiça, a verdade multifacetada, a liberdade individual e coletiva, a fraternidade científica e a luta por uma vida digna para o conjunto da humanidade.

As trabalhadoras(es) intelectuais, os artesãos e artesãs da investigação, as cientistas e os cientistas partícipes na Rede AMLAT têm produzido um conjunto relevante de teses, dissertações, livros, artigos, capítulos, ensaios, relatórios e projetos² sobre *cidadania comunicacional; educomunicação; processos comunicacionais nas migrações; musicalidades transmetodológicas; processos comunicacionais dos povos originários; crítica sistemática dos formatos e gêneros midiáticos corporativos; meios de comunicação comunitários e alternativos; comunicação digital alternativa; análise crítica da produção e dos discursos midiáticos; processos de inter-relação receptiva entre públicos e mídias; análise sociocultural/audiovisual da publicidade; processos educacionais para a saúde comunitária; midiatisação dos processos políticos; comunicação comunitária; processos comunicacionais de coletivos e pessoas com deficiências; processos comunicacionais de travestis; comunicação comunitária; crítica sistemática dos sistemas midiáticos hegemônicos; corporalidades; cartografias comunicacionais; territorialidades discursivas midiáticas; análise econômica-política dos sistemas de controle, vigilância e desinformação*. (Maldonado, Barreto e Lacerda, 2011; Maldonado e Pereira, A., 2010; Maldonado et al. 2012; Padilla, A. e Maldonado, 2009; Padilla, A. e Maldonado, 2015; Rifiotis, 2011).

Esse conjunto de pesquisas mostra a fecundidade, o vigor e o compromisso ético-político dos projetos da Rede AMLAT que têm constituído um referente de excelência acadêmica e investigativa, não obstante os obstáculos e condicionamentos de caráter estrutural, que a *pesquisa crítica* tem que enfrentar na realidade neocolonial contemporânea. A Rede AMLAT tem fluído com força epistemológica e tem contribuído para o processo de amadurecimento e de expansão da vertente *transmetodológica* em proveito de comunidades acadêmicas, científicas, socioculturais e políticas do Brasil e de *Nossa América*.

Nesses processos, o exercício da *cidadania científica* é fator estratégico imprescindível para as transformações socioculturais e econômicas dos países latino-americanos. Lamentavelmente, esse componente necessário dos planos, projetos, programas, propostas e políticas educativas está pouco atendido, problematizado e compreendido. Muitas vezes é obliterado pela ação sistemática de poderes institucionais, ministeriais e de *lobbys* que têm interesse em manter o campo científico como subserviente das grandes empresas transnacionais e das empresas das elites oligárquicas regionais. Nesses processos de restrição, as tecnoburocracias latino-americanas reduzem o fazer científico à *tecnociência produtivista*, funcionalizada para a maximização e para a concentração dos lucros num ínfimo setor da população.

Nessa realidade, atuam as megaempresas extrativistas (petróleo, lítio, cobre, ferro, diamantes etc.); as transnacionais farmacêuticas (concentradoras de patentes, e formuladoras de impedimentos jurídicos para restringir a pesquisa livre e inventiva na área da saúde); o sistema financeiro internacional (verdadeiro complexo de agiotas internacionais sem nenhuma responsabilidade social); o circuito comercial do mercado de matérias primas (*commodities*), em especial de produtos agropecuários dos quais América Latina é forte provedora mundial (Furtado, 2011; Ianni, 2000; Santos, 2002). Com efeito, o *agronegócio* tem constituído oligarquias multimilionárias, que geram pouco emprego e concentram bilhões de dólares em renda. Atuam também as grandes redes comerciais de varejo (Walmart, Oxxo, Carrefour, Pão de Açúcar, Falabella, Tottus, Éxito, Alkoste, etc.), e as indústrias de alimentos e bebidas (Ambev, Corona, Cargill, Unilever, JBS [Sadia/Perdigão], Nestlé, etc.), que hegemonomizam os mercados de consumo e geram lucros exorbitantes para um pequeno grupo de multimilionários.

Nessa realidade hegemônica, atuam ainda decisivamente as *holdings* de mídia e de telecomunicações (Globo, Televisa, TELCET,

América Móvel, TIM, Telefônica, Telecom, etc.) que se situam num lugar central na articulação do poder do *capital*, dado que a *informação* e a *comunicação* são setores estratégicos imprescindíveis para o funcionamento do sistema econômico capitalista no atual modelo informático/cognitivo. Esses *sistemas midiáticos* funcionam como sistemas de *produção simbólica estratégica* para o condicionamento, a vigilância e o controle das/dos consumidores.³ Esse conjunto hegemônico de poderes econômico-políticos tem pouco ou nenhum interesse em apoiar e fomentar processos *comunieducativos*, que vigorizem e ampliem os conhecimentos necessários para resolver os problemas estruturais das *formações sociais* latino-americanas.

A pesquisa crítica em comunicação precisa produzir conhecimentos básicos, consistentes, que demonstrem os paradoxos, as contradições, os anacronismos, os absurdos, as incoerências e as injustiças que sustentam o modelo hegemônico, oligárquico/plutocrático, que gera pobreza, miséria, atraso socioeconômico, racismo, violência, fragilidade educativa e as carências científico e técnicas na região. Nossa configuração epistemológica transdisciplinar demanda um diálogo constante com várias áreas do conhecimento (sociais, humanas, biológicas, físicas, naturais, artísticas); exige uma imbricação, com ênfases necessárias, para cada projeto de investigação; suscita arranjos e combinações experimentais importantes para descrever, interpretar, explicar, analisar, sistematizar e comunicar os conhecimentos. De fato, nossa configuração como campo de conhecimento *multidimensional* torna improdutivo, repetitivo, redutor, enfraquecedor o exercício esquemático dos processos investigativos. Os *pontos de partida*, os *lugares de pensamento*, as *premissas*, as *intuições*, o movimento, as *dinâmicas*, as *configurações instáveis*, os *processos* e a *existência comunicativa* orientam as pesquisas estratégicas para desenhos e formulações transmetodológicas.

3

No caso do PIB brasileiro, o consumo das famílias representa 60% do PIB nacional (Dowbor, 2020, p. 54- 55).

A potência epistemológica da *transmetodologia* estabelece parâmetros lógicos indispensáveis para a produção de conhecimento crítico relevante ao estabelecer a necessidade lógica/investigativa da confluência e confrontação de métodos (Maldonado, 2019, 2015, 2013); ao definir a obrigação de gerar estratégias, desenhos e táticas metodológicas em sintonia com as problemáticas concretas (Gortari, 1956; Harvey, 2014a, 2014b; Marx, 1977; Mattelart, 2004); ao exigir a problematização (desmontagem e reconstrução) dos métodos pertinentes para cada pesquisa; ao demandar a produção de uma *concepção metodológica* própria para cada *sujeita/sujeito* científica/científico, que formula uma investigação; ao arquitetar um conjunto de fases investigativas necessárias, que incluem a *investigação-da-investigação*, a *investigação-exploratória*, a *investigação teórica*, a *investigação metodológica* e a *investigação tecnológica* (Bonin, 2011; Bonin e Rosário, 2013; Maldonado, 2019, 2018, 2016, 2013).

OS IMPASSES DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS RESTRITAS E A URGÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE PODERES COMUNIEDUCATIVOS PARA A TRANSFORMAÇÃO

Os enquadramentos neoliberais no Brasil, na América Latina e no mundo (Dowbor, 2020, 2018; Piketty, 2015, 2014) condicionam de modo estrutural a vida, a existência, o funcionamento, os processos de produção, as relações de trabalho, os benefícios, as exclusões, os limites, as possibilidades de criação e os *modos de comunicação social*. A *lógica do capital cognitivo, informacional, financeiro* sistematiza e articula o conjunto dos processos econômico-políticos e sociais das *formações estruturais*, que funcionam em nível mundial.

De fato, tem-se uma diversidade de configurações em termos econômicos capitalistas, a de maior sucesso sem dúvida é a chinesa (Dowbor, 2018, 250), que tem estruturado um *capitalismo de Estado* com responsabilidade social e visão estratégica de potência mundial em ascensão. Com efeito, os estrategistas chineses desenharam uma série de processos e estratégias que combinam *modos capitalistas* de funcionamento (*keynesiano, fordista, liberal, flexível, cognitivo, informacional*) com planejamento, controle, centralização e descentralização, regiões autônomas, eficiência administrativa, agilidade, avaliação e enquadramento da economia nos termos do Partido Comunista Chinês. Esse processo, durante os últimos 45 anos, tem sido paradigmático no mundo, já que à diferença das ortodoxias de Europa oriental, entre as décadas de 30 e 80 do século passado, os estrategistas chineses definiram muito bem sua linha explícita de *capitalismo de Estado* para construir as bases tecnológicas, econômicas, produtivas e socioculturais de transformações estratégicas vigorosas⁴.

Em sentido contrário, no último meio século, o modelo *capitalista neoliberal* de democracias restritas (*lobbies, oligarquias, plutocracias, holdings* e complexos transnacionais), em especial o hegemônico estadunidense, tem dado continuidade a estratégias de agressão, invasão, violência, golpes de Estado (Chomsky, 2004), redução constante dos direitos trabalhistas e desenhos de superconcentração de renda na plutocracia transnacional. A ilusão de estabelecer um *Estado Mínimo*, proposta em finais dos anos 1970, caiu estrondosamente com as *crises reais periódicas do capitalismo*, em especial a que se iniciou em 2008, cuja lógica autodestrutiva continua a operar, como muito bem o demonstrou cientificamente Karl Marx no século XIX e atualmente o ilustram Harvey (2014a, 2014b), Piketty (2015, 2014) e Dowbor (2020). O problema crucial é que, hoje em dia, o *capital improdutivo* (financeiro, especulativo) é o núcleo

central das *formações econômicas* articuladas e dependentes do poder transnacional estadunidense, que executa uma ação sistêmica de destruição de setores produtivos importantes (Dowbor, 2020).

Na conjuntura atual, a convergência sistêmica entre *capital improdutivo* e *complexo militar, informacional e industrial* é nefasta para o conjunto da humanidade. Afeta a cidadãos estadunidenses, como também, em maior intensidade, a cidadãos latino-americanos, africanos, asiáticos e europeus. Os milhões de seres humanos vítimas da fome, da miséria, dos vírus, da poluição, das doenças também são vítimas desse modelo, que concentra recursos nas áreas financeira, militar, informacional (de controle e vigilância) e do luxo. Simultaneamente, esse mesmo modelo nega recursos para a saúde, a educação, a ciência, a cultura, os serviços sociais, a ecologia, o transporte social, a tecnologia cidadã e o bem-viver.

Na complexidade do real sócio-histórico existem diferenças entre as políticas de vários Estados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de grupos democráticos no interior desses países. Porém, lamentavelmente, as ações sistêmicas preponderantes vão no sentido de *aumento intensivo das desigualdades sociais, de intensificação dos conflitos, de negação da diversidade cultural, de confrontação com formações sociais* que seguem modelos diferentes ao hegemônico. Aos povos que defendem sua soberania e dignidade se agride com *militarismo, Lawfare* (advocacia de guerra), *racismo* e *neocolonialismo* (disfarçado de *modernidade e democracia*).

A estratégia de *Lawfare*, aplicada sistematicamente nesta última década na América Latina, tem sido eficiente e devastadora para enfraquecer, ainda mais, as frágeis democracias da região. A *Lawfare* gerou a criminalização de movimentos sociais, de grupos étnicos, de ativistas ecológicos, de pensadoras(es), de investigadores(as), de jornalistas, de dirigentes políticos democráticos, de movimentos sociocomunicacionais, de manifestações culturais e de

movimentos de gênero. Desses modos, a *Lawfare* mostra o redesenho das estratégias de dominação imperiais na América Latina.

Em concreto, temos estratégias de extermínio de grupos étnicos, em especial dos povos originários e dos afro-americanos, políticas de destruição de populações críticas da hegemonia, como também, agressões cotidianas a setores sociais marginalizados, a militantes democráticos, a setores LGBTQI+, a ativistas ecológicos, a religiosos(as), a pobres e classes subalternas. Essa estratégia de extermínio é combinada com lógicas jurídicas de *Lawfare* para desmontar e fragmentar os poderes políticos alternativos, os movimentos sociais, a cidadania ativa, crítica e construtiva, e os regimes constitucionais (Maldonado, 2016).

Esse conjunto de estratégias têm sido formulado para garantir os interesses do *capital improdutivo, especulativo, plutocrático e informacional* no seu processo devastador de concentração de renda e de fabricação de pobreza, miséria, violência, doenças e desemprego. Assim, o arranjo plutocrático e burocrático estabelece e mantém as estruturas de desigualdade, injustiça, desemprego, marginalização, privilégios, concentração de renda, violência sistêmica e gestão ineficiente dos governos locais e federais. Todos esses arranjos estão a serviço de um poder plutocrático, transnacional e hegemônico, que impede e dificulta o trabalho científico, enfraquece os processos educativos, reduz as práticas comunicacionais aos formatos, algoritmos e modos neoliberais (Dowbor, 2020, 2018).

Nesse contexto *globalitário*, a *vertente transmetodológica* propõe a urgência da *construção de poderes comunieducativos para a transformação sociocultural, política e econômica das sociedades latino-americanas*. A construção desses poderes precisa da participação de pesquisadores(as), pensadoras(es), cientistas, professoras(es), profissionais, técnicos(as) e estudantes que desenhem, trabalhem e desenvolvam projetos *comunieducativos* estratégicos.

A realidade contemporânea tem mostrado o potencial da *comunieducação* quando são desenhados planos, programas, projetos e organizações que sabem *combinar* métodos, táticas, procedimentos, estratégias e teorias, para construir e realizar processos *comunieducativos*, *cidadãos*, de abrangência latino-americana.

Para ilustrar isso, estão, como experiências qualitativas paradigmáticas, a *Tal.tv* e o *Canal Conecta*, que se constituíram como projetos macroestruturais fecundos. Entretanto, a reação conservadora e neofacista na segunda década do século XXI na região indica que é necessário combinar projetos (micro e macro) e que as relações entre eles precisam ser de *autonomia e cooperação*, não de dependência.

O processo histórico das duas primeiras décadas do século XXI na América Latina tem comprovado o imenso potencial *comunieducativo* de projetos formulados e realizados por núcleos y grupos universitários, como tem sido o caso do *Núcleo de Comunicação & Educação*, da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o governo municipal dessa megalópole. Com efeito, os benefícios obtidos para a educação integral de adolescentes e professores da rede pública têm sido expressivos para a existência de um campo democrático em contextos de resistência e para a realização de processos de cidadania comunicativa a partir do espaço escolar (Romancini, 2018; Romancini, Alves & Soares, 2012; Romancini, R. & Castilho, F., 2017).

Na mesma linha *comunieducativa* temos o referente do CEPAP – *Centro de Experimentação para a Aprendizagem Permanente*, na Venezuela, que tem suscitado uma cultura educomunicativa relevante em amplos setores populares desse país ao definir estratégias de inter-relação entre comunidades e universidade que quebram a lógica neocolonial das academias “ocidentalizadas” e estabelecem vínculos fortes, profundos e afetivos com as populações de trabalhadoras e trabalhadores dos bairros populares, comunas, assentamentos, aldeias e setores pouco favorecidos da sociedade venezuelana.

Esse processo de abertura da universidade e de democratização da educação, combinando métodos educacionais de trabalho, tem possibilitado o ingresso de dezenas de milhares de estudantes, das classes subalternas, na Universidade Nacional Experimental Simón Rodríguez (UNESR). O núcleo central dessa articulação tem sido o *Método de Projeto CEPAP* que, em termos transmetodológicos, reúne uma concepção transformadora que imbrica *saberes ancestrais, étnicos, populares*, e de *grupos* com saberes científico/acadêmicos críticos. O *Método de Projeto CEPAP*, em confluência com a *transmetodologia*, situa a produção de conhecimento, em perspectiva heurística, em cada sujeita/sujeito estudante, como pensadoras/pensadores protagonistas que escrevem sua história para expressar seus talentos, capacidades, conhecimentos, particularidades e distinções.

Desse modo, o CEPAP-UNERS desenvolve estratégias transmetodológicas que aglutinam práticas teóricas e empíricas em experiências de reflexão, avaliação, crítica, redesenho e execução mediante exercícios epistemológicos que dialogam com orientações transmetodológicas, no sentido da prioridade da espécie humana, da vida, das espécies, da natureza, da produção de conhecimento em sintonia ecológica com a biosfera. Concomitantemente, o *Método de Projeto CEPAP* expressa seu vigor transmetodológico na imbricação de uma *dimensão ética-política* com a *dimensão acadêmica* que problematiza as realidades, as existências, as transformações, os processos, as estruturas e os projetos de mudança e as constituem num componente necessário do fazer acadêmico. Assim, marca distância da pretensão de “purgação” da vida acadêmica que o *positivismo* propõe (Espinal, 2009; León, 2011; Padilla, N. 2010; Reyes, 2011; Rodríguez, 2010; Valdez, 2013, 2011).

O *Método de Projeto CEPAP* concretiza a premissa transmetodológica que argumenta a favor da incorporação da investigação, como *práxis* indispensável, de todo processo de aprendizagem (León, 2011; Padilla, A., 2009; Padilla, N., 2010; Rodríguez, 2010; Reyes, 2011;

Valdez, J., 2011). Essa premissa marca distância dos modelos e das práticas acadêmicas especulativas, retóricas, burocráticas, formalistas, elitistas, utilitaristas, neocoloniais e neoliberais ao inserir a pesquisa como eixo necessário dos processos pedagógicos. Simultaneamente, coloca a investigação como uma necessidade e um direito de toda/todo estudante; questiona o senso comum acadêmico, que reduz a existência universitária à repetição de fórmulas e de receitas produzidas nos EUA e nos centros de poder e de conhecimento do hemisfério norte, assim como degrada a atividade educativa ao consumo de *slogans* marketeiros, de moda, em especial aquele que restringe o trabalho educativo à lógica da *mercadoria*. O CEPAP questiona, também, os modelos retóricos, doutrinários e verticais, que negam a potência investigativa das/dos estudantes das classes subalternas, das etnias marginalizadas, das mulheres e dos grupos de gênero, considerados tabu pela moralidade inquisitorial conservadora e neofascista.

Os processos anteriores são significativos de um conjunto de experiências *comunieducativas* em realização na América Latina que permitem projetar ações sistemáticas de fortalecimento das *metodologias transformadoras* produzidas nesses *movimentos socio-comunicacionais*. Nessa perspectiva, a investigação histórica desses projetos e processos é imprescindível para constituir fortalezas de conhecimento estratégico na região.

As orientações *transmetodológicas* propõem: a formulação de *investigações exploratórias* para situar, registrar e sistematizar experiências que são cruciais numa primeira fase das pesquisas; a continuação, orientam a realização de uma *investigação-da-investigação* abrangente, que condesse o conhecimento que já foi construído sobre a problemática e compartilhe esses saberes e conhecimentos com os núcleos em redes de cooperação, potencializando significativamente as condições de transformação *comunieducativa* necessárias para superar o neocolonialismo e o neofascismo vigentes.

A vertente *transmetodológica* define, também, a necessidade em todo processo educativo/investigativo de formular/realizar uma *investigação teórica* que gere hipóteses, conceitos, noções e argumentos enriquecedores da compreensão das problemáticas *comunitárias*. Nesse sentido, todas e todos somos produtores(as) de teorias, *pensadoras(es) vivos* (Bachelard, 2006; Maldonado, 2019, 2018, 2016; Mills, 1975; Sartre, 2011).

Na mesma perspectiva multifacetada, impura, e multilética, a *transmetodologia* indica a necessidade da realização de uma *investigação metodológica* em todo processo de *ensino e aprendizagem*. Considera, assim, que não há métodos prontos, acabados, completos, simplesmente aplicáveis. Ao invés disso, *propõe* a construção de metodologias, de estratégias, de táticas, de procedimentos e de técnicas como um requisito necessário de todo trabalho educativo e inventivo, por mais simples que este seja. Só a problematização comprometida, consciente, organizada e reconstrutiva dos métodos tornará uma investigação e um processo educativo em transformadores e fortalecedores de culturas investigativas e educativas solidárias, inventivas e ecológicas.

A *Transmetodologia* reúne um potencial epistemológico, teórico e metodológico significativo para orientar esses processos. Nutre-se das experiências e das sabedorias históricas seculares ameríndias, africanas, asiáticas e europeias. Alimenta-se dos conhecimentos críticos mundiais, gerados pelas comunidades de conhecimento de maior fecundidade na humanidade. Aprende com o movimento vital da natureza, do planeta e do cosmos nas suas dinâmicas de integralidade, de continua transformação, de inter-relação colaborativa, de confrontação frutífera e de reconstrução necessária de mundos. Numa conjuntura como a atual, de reação intensa de anacronismos políticos, ideológicos, religiosos e econômicos, a opção *transmetodológica* abre potencialidades suscitadoras para o trabalho político/investigativo de transformação de *Nossa América*.

REFERÊNCIAS

AGOGLIA, R. M. La Filosofía Latinoamericana como Filosofía del Tercer Mundo. **Boletín del Departamento de Filosofía**, n. 4, PUCE-Quito, Ecuador, 1986.

AGOGLIA, R. M. La filosofía como sabiduría del amor. **Revista de Filosofía**, n. 17, Depto. Filosofía, FAHCE, Universidade Nacional de La Plata, v. 17, p. 15-30, 1966.

ARPINI, A.; MUÑOZ, M.; RAMAGLIA, D. **Diálogos inacabados com Arturo Andrés Roig: filosofía latinoamericana, história de las ideas e universidade**. Mendoza: Editorial FFL-UNC, 2020.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação: relações com o consumo. Importância para a constituição da cidadania. **Revista CMC**, v. 17, n. 19, p. 49-65, 2010.

BACCEGA, M. A. A construção do campo comunicação/educação: alguns caminhos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 18-31, 2001.

BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso**: literatura e história. São Paulo: Ática, 2000.

BACHELARD, G. **Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BONIN, J.; ROSÁRIO, N. (org.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BONIN, J. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

CARVALHO, E. Arturo Andrés Roig: precursor da história intelectual latino-americana? **Revista Tempos Históricos**, v. 19, n. 1, p. 48-62, 2015.

CASSIRER, E. **El problema del conocimiento** (libro 1). 5. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CASSIRER, E. **Antropologia filosófica**: ensaio sobre o homem. Introdução a uma filosofia da cultura humana. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em Rede**: a era da informação, economia, sociedade e cultura (Volume I). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

CASTELLS, M. **A galáxia internet**: reflexões sobre internet, negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CHOMSKY, N. **O império americano**: hegemonia ou sobrevivência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CITELLI, A. O. Reforma do ensino: déficit de comunicação e intercorrências políticas. **Comunicação & Educação**, v. 23, p. 1-14, 2018.

CITELLI, A. O. (org.). **Comunicação e educação**: o problema da aceleração social do tempo. São Paulo: Paulinas, 2017.

DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições SESC, 2020.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2018.

DUSSEL, E. **Método para uma filosofia da libertação**: superação analética da dialética hegeliana. São Paulo: Loyola, 1986.

ECO, U.; BONAZZI, M. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: SUMMUS, 1980.

ESPINAL, A. La escuela para la Participación en Salud Social: una experiencia transdisciplinaria. In: PADILLA, A.; MALDONADO, A. E. **Metodologías transformadoras**: tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina. Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, 2009. p. 201-219.

FORD, A. **Navegações**: comunicação, cultura e crise. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

FOUCAULT, M. De espaços outros. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013a.

FOUCAULT, M. **O corpo utópico, as heterotopias**. Posfácio de Daniel Defert. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n. 1 Edições, 2013b.

FOUCAULT, M. **Le corps utopique, les hétérotopies**. Fécamp (Fr.): Lignes, 2009.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GALEANO, E. **Las venas abiertas de América Latina**. Montevideo: El Chanchito, 1999.

- GATES, H. L. Jr. **Os negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GORTARI, E. **La ciencia en la historia de México**. México: Grijalbo, 1980.
- GORTARI, E. **Introducción a la lógica dialéctica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.
- HARVEY, D. **Guía de El Capital de Marx**: Libro Primero. Madrid: Akal, 2014a.
- HARVEY, D. **Para entender O Capital**: Livros II e III. São Paulo: Boitempo, 2014b.
- HOBBSBAWM, E. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo, 1840-2011. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, O. **O labirinto latino-americano**. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- KOYRÉ, A. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- LACERDA, J. *et al.* Modelos teóricos de comunicação no contexto da convergência digital. In: MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa-Natal: EDUFPB-EDUFRN, 2011. p. 247-263.
- LEÓN, A. Historias de vida: un recorrido por lo transdisciplinario. In: MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa-Natal: EDUFPB-EDUFRN, 2011. p. 169-192.
- MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica: produtos midiáticos, estratégias e inter-relações comunicativas. In: OLIVEIRA, G.; SANTOS, L.; BONITO, M. **Comunicação em contextos de pesquisa**. Assis/SP: Triunfal-UNIPAMPA, 2019. p. 183-212.
- MALDONADO, A. E. El desafío epistemológico de la praxis teórica en la construcción de teorías de la comunicación. **Revista Mediaciones Sociales**, v. 18, p. 11-24, 2019b.
- MALDONADO, A. E. Articulaciones transmetodológicas para una epistemología latinoamericana en comunicación. **Revista ALAIC**, v. 15, p. 60-71, 2018.
- MALDONADO, A. E. Transmetodología en tiempos de fascismo social. **Revista CHASQUI**, v. 133, p. 211-227, 2016.

MALDONADO, A. E. **Epistemología de la Comunicación**: Análisis de la vertiente Mattelart en América Latina. Quito, Ecuador: CIESPAL, 2015.

MALDONADO, A. E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, A. E. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**: processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones e Publicaciones, 2014. p. 17- 40.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

MALDONADO, A. E. A transmetodologia no contexto latino-americano. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul/Natal: Ed. UNIDAVI/Ed. UFRN, 2012. p. 21- 41

MALDONADO, A. E. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In*: ANAIS DO 20º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2011. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2011/trabalhos/a-construcao-da-cidadania-cientifica-como-premissa-de-transformacao-sociocultura?lang=pt-br>. Acesso em: 14 set. 2024.

MALDONADO, A. E. La investigación de la comunicación en América Latina y las estrategias transmetodológicas para su avance epistemológico y socioeducativo. *In*: PEREIRA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: FACSO-UCE, 2010. p. 19-38.

MALDONADO, A. E. La perspectiva transmetodológica en la coyuntura de cambios civilizadores a inicios del Siglo XXI. *In*: PADILLA, A.; MALDONADO, A.E. (coord.). **Metodologías transformadoras**: tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina. Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, 2009. p. 13- 54.

MALDONADO, A. E. **Transmetodología de la investigación teórica en comunicación**: Análisis de la vertiente Verón en América Latina. Quito: INTIYAN/CIESPAL, 2009.

MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (org.). **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa-Natal: EDUFPB-EDUFRN, 2011.

MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul/Natal: Ed. UNIDAVI/Ed. UFRN, 2012.

MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. 9. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

MATTELART, A.; VITALIS, A. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MATTELART, A.; SÉNÉCAL, M. **Por una mirada-mundo**: conversaciones con Michel Sénécal. Barcelona: GEDISA, 2014.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTELART, A. **História da utopia planetária**: da cidade profética à sociedade global. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002b.

MATTELART, A. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MONJE, I. *et al.* Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. *In*: PADILLA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.) **Metodologías transformadoras**: tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina. Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, 2009. p. 179-199.

NORRIS, C. **Epistemologia**: conceitos-chave em filosofia. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PADILLA, A. Descentramiento de la educación en tiempos de nuevas pantallas. *In*: PEREIRA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Investigación de la comunicación en América Latina**. Quito: FACS-UCE, 2010. p. 241-258.

PADILLA, A.; MALDONADO, A. E. **Metodologías transformadoras**: tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina. Caracas: Red AMLAT-UNESR-CEPAP, 2009.

PADILLA, A. *et al.* Reinventemos la educación para liberar(nos): aprendizajes, investigación, conocimientos y acción transformadora. *In:* PADILLA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Metodologías transformadoras: Tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina.** Caracas: UNERS-CEPAP, 2009. p. 221- 255.

PADILLA, N. Educomunicación: entre lo popular y lo alternativo. *In:* PEREIRA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Investigación de la comunicación en América Latina.** Quito: FACSU-UCE, 2010. p. 279- 309.

PEREIRA, A. Producción y difusión de conocimientos en torno del rediseño curricular (2008) de la FACSU-UCE. *In:* PADILLA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Metodologías transformadoras: Tejiendo la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina.** Caracas: UNERS-CEPAP, 2009. p. 257-287.

PEREIRA, A.; MALDONADO, A. E. (coord.). **Investigación de la comunicación en América Latina.** Quito: FACSU-UCE, 2010.

PIKETTY, T. **A economia da desigualdade.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REYES, A. La metáfora: una vía para el cultivo del conocimiento y los saberes en los procesos de aprendizaje. *In:* MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (orgs.). **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina.** João Pessoa-Natal: EDUFPB-EDUFRN, 2011. p. 48-70.

RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIFIOTIS, T. *et al.* Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa em cibercultura. *In:* MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (orgs.). **Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina.** João Pessoa-Natal: EDUFPB-EDUFRN, 2011. p. 221-246.

RODRÍGUEZ, O. La audiencia soñada como una propuesta política educomunicativa y popular de visión crítica del cine. *In:* MALDONADO, A. E.; PEREIRA, A. (coord.). **Investigación de la comunicación en América Latina.** Quito: FACSU-UCE, 2010. p. 199-240.

ROMANCINI, R. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. **Revista Contracampo**, v. 37, p. 1-22, 2018.

ROMANCINI, R. Comunicação e Educação: As distintas trajetórias no espaço ibero-americano. ANAIS XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, GP- Comunicação e Educação, 4 a 7 de setembro de 2015. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/lista_area_DT6-CD.htm. Acesso em: 14 set. 2024.

ROMANCINI, R.; CASTILHO, F. Novos letramentos e ativismo: aprendizagens formal e informal nas ocupações de escolas em São Paulo. **Revista ALAIC**, v. 14, p. 128-138, 2017.

ROMANCINI, R.; ALVES, P.; SOARES, R. **Pesquisa em mídias na educação**: parâmetros de qualidade para o trabalho do professor pesquisador. 1. ed. Recife: Gráfica e Editora Liceu, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARTRE, J. P. **Crítica de la razón dialéctica**: teoría de los conjuntos prácticos. Buenos Aires: Losada, 2011.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

VALDEZ, J. **Movimientos sociales en Venezuela**: una propuesta transformadora. Caracas: Fundación Editorial El Perro y la Rana, 2013.

VALDEZ, J. **Andragogia y educación popular**: un diálogo inminente. *In*: MALDONADO, A. E.; BARRETO, V.; LACERDA, J. (Orgs.). Comunicação, educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. João Pessoa-Natal: EDUEPB-EDUFRN, 2011. p. 91-112.

VERÓN, E. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2004.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, I. *et al.* **Abrir las ciencias sociales**: informe de la comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. 5. ed. México: Siglo Veintiuno, 2001.

2

Jiani Bonin

PENSANDO OS SUJEITOS EM INTER-RELAÇÕES COM AS MÍDIAS NA PESQUISA COMUNICACIONAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.2

INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser racional e irracional, capaz de medida e desmedida; sujeito de afetividade intensa e instável. Sorri, ri, chora, mas sabe também conhecer com objetividade; é sério e calculista, mas também ansioso, angustiado, gozador, ébrio, extático; é um ser de violência e de ternura, de amor e de ódio; é um ser invadido pelo imaginário e pode reconhecer o real, que é consciente da morte, mas que não pode crer nela; que secreta o mito e a magia, mas também a ciência e a filosofia; que é possuído pelos deuses e pelas Idéias, mas que duvida dos deuses e critica as Idéias; nutre-se dos conhecimentos comprovados, mas também de ilusões e de quimeras (Morin, 2000, p. 59).

Entre os desafios que temos nas pesquisas comunicacionais, particularmente naquelas dedicadas à investigação de problemáticas relativas às inter-relações dos sujeitos com as mídias,¹ está o de trabalhar compreensões densas e multiperspectivadas dos sujeitos – estes seres humanos cuja complexidade pode ser prescrutada no seguinte trecho de Edgar Morin, parte de sua reflexão sobre o *homo complexus*.

Precisamos construir perspectivas para pensar os sujeitos copartícipes de nossas investigações tanto nas suas inter-relações midiáticas como na sua condição de coparticipantes da construção investigativa. O sujeito investigador também necessita ser problematizado, entre outros aspectos, enquanto produtor de conhecimentos e na relação que estabelece com os sujeitos da pesquisa.

1 Neste texto utilizo as expressões "sujeitos em inter-relações com as mídias" ao invés de "receptor" e "inter-relação dos sujeitos com as mídias" ao invés de "recepção". Isso porque em diálogo com outros pesquisadores, realizo uma crítica ao reducionismo dessas noções advindas do funcionalismo. Busco também refletir sobre o desafio de repensá-las de modo a assumir a complexidade dos sujeitos que comunicam e dos processos midiáticos. As relações dos sujeitos com as mídias não são de natureza transmissiva nem unidirecional, mas inter-relacionais, históricas, atravessadas por relações de poder e conflitos e por múltiplas dimensões macro e microcontextuais, como procuro refletir no artigo.

É com base nesta provocação que escrevo este texto, cujo propósito é oferecer algumas reflexões que possam contribuir de algum modo para a discussão destas problemáticas. Entendo que a complexidade destas questões demanda esforços diversos e a construção de formulações que considerem vários âmbitos da construção investigativa (teóricos, epistemológicos, metodológicos). A intenção aqui é colaborar com alguns elementos reflexivos vinculados principalmente à minha trajetória como investigadora das inter-relações dos sujeitos com as mídias e aos aprendizados coletivos realizados particularmente nos âmbitos do grupo de pesquisa Processocom e da Rede AMLAT, dos quais faço parte. Para dar conta deste objetivo, dialogo também com perspectivas de pesquisadores que considero produtivas para trabalhar as reflexões propostas.

Para concretizar o objetivo deste texto, reflito inicialmente sobre os desafios postos à compreensão dos sujeitos em inter-relações com as mídias. Considero alguns elementos relativos à trajetória de perspectivas e pesquisas dedicadas a essa problemática, buscando pensar criticamente sobre seu legado. Logo, confrontando noções de ciência e da atividade do pesquisador erigidas dentro do paradigma da ciência moderna, busco problematizar o sujeito investigador e suas inter-relações com os participantes das pesquisas em outras bases que renovam aquelas compreensões.

SUJEITOS EM INTER-RELAÇÕES COM AS MÍDIAS: CONCEPÇÕES EM PERSPECTIVA

No campo da comunicação, a problemática das inter-relações dos sujeitos com as mídias ganhou compreensões diversas quando consideramos diferentes paradigmas e perspectivas que orientaram

seu entendimento. Como pesquisadores dedicados a esta problemática, é importante que nos dediquemos à realização de investigação teórica que permita entender o que essas perspectivas nos legaram. É necessário submeter essas compreensões à reflexão epistemológica para pensar suas contribuições e carências. Essas reflexões são férteis para alimentar a construção das renovações teóricas para a compreensão das relações dos sujeitos com as mídias em chave complexa e em sintonia com as necessidades colocadas pela realidade comunicacional contemporânea e pelas especificidades dos sujeitos que investigamos.

Quando olhamos esse legado criticamente, um aspecto fundamental, já apontado por Efendy Maldonado (2014), é a necessidade de desconstrução da noção de *receptor* que nos foi legada da vertente funcionalista e que ainda se encontra bastante presente em nosso campo. *Receptor* e *recepção*, noções tributárias da corrente funcionalista, tornaram-se, inclusive, normalizadas para nomear os sujeitos e a própria problemática, mesmo quando sua compreensão é construída a partir de bases que divergem dessas formulações. Como argumentarei, a noção de receptor é redutora em relação à complexidade, à multidimensionalidade e à ação comunicativa dos sujeitos vinculados aos processos midiáticos.

Vale lembrar, ao considerar as perspectivas funcionalistas, cuja trajetória se consolida em berço estadunidense, espalhando-se também para vários lugares, entre os quais a América Latina, que suas propostas guardam relação com o contexto científico e social da época. É marcante, também, sua relação funcional com os interesses dos seus financiadores, notadamente o Estado e o mercado.

Retomando em linhas gerais a compreensão do sujeito² dessa vertente,³ no âmbito da chamada teoria hipodérmica (elaborada na

2 Para os propósitos da discussão aqui empreendida, irei retomar compreensão do sujeito assentada nesta vertente (funcionalista) e em outras em linhas gerais para poder discutir alguns aspectos de seu legado, incluindo questões produtivas e limitações.

3 Valho-me, nesse sentido, de trabalhos como os de Maldonado (2014), Mattelart e Mattelart (1999, 2004) e Wolf (2012).

década de 1930), ele é inicialmente pensado como uma entidade influenciável pela propaganda, escopo de interesse dos pesquisadores no contexto em que nasce, alimentada por fundamentos psicológicos behavioristas e sociológicos de massa. Ao ser exposto às mensagens, entendidas como capazes de provocar uma resposta de cariz comportamental behaviorista, ele responderia comportamentalmente em consonância com tais estímulos comunicacionais.

Logo, na trajetória das pesquisas empíricas desta vertente produzidas em laboratório que privilegiam aspectos psicológicos, essa compreensão ganha outros contornos. O sujeito agora é pensado como entidade constituída por aspectos psicológicos que podem exercer um papel no processo de *recepção* midiática – e inclusive se interpor como “filtros” nesse processo. Mas ainda assim, ele é concebido como passível de persuasão pelas mensagens. Daí o empenho de pesquisadores desta linha em estudar também fatores que podem tornar a mensagem mais persuasiva – em afinidade com os interesses comerciais e estatais que sustentam tais esforços.

A vertente funcionalista ganha logo outros matizes a partir dos esforços investigativos de campo que levam pesquisadores a considerar as microrrelações sociais do cotidiano como configuradoras dos processos de *recepção* e de seus resultados. A ação dos meios será então pensada a partir da noção de influência, e sua inteligibilidade equacionada como resultado entre a ação das mídias e a de instâncias como os líderes de opinião e/ou outras relações disseminadas no cotidiano.

A caminhada de propostas da vertente funcionalista também encontra outros desdobramentos, como aquele fundamentado numa perspectiva sociológica sistêmica que, grosso modo, concebe a sociedade como um organismo regido por funcionalidades, sendo os meios de comunicação um dos seus subsistemas constituintes. Se por um lado neste caminho as pesquisas procuram situar os processos de *recepção* no macrocontexto social, por outro lado acabam

concebendo os sujeitos como entidades “funcionalizadas” pelo sistema, ou, dito de melhor modo, orientados por motivações em última instância funcionais a este sistema.

Logo, surge nessa vertente uma proposta que dá uma guinada, em sua forma de compreensão do *receptor*, rumo à sua liberação das amarras sistêmicas e dos condicionamentos a partir da proposição de uma atividade autônoma do sujeito para fazer usos e obter gratificações das mídias – na chamada hipótese dos usos e gratificações. Essa proposta ganha lugar dentro de um contexto neoliberal que avança, disseminando a noção ideológica do receptor “soberano”, em relação à qual parece tornar-se cúmplice (Mattelart; Mattelart, 1999; Wolf, 2012).

Reflitamos agora sobre o que esta breve recuperação de propostas da vertente nos permite ver em relação ao equacionamento dos sujeitos. Por um lado, constatamos, ao longo de sua trajetória para ampliar a visada redutora dos sujeitos proposta inicialmente pela teoria hipodérmica e de sua atividade nos processos de *recepção*, esforços no sentido de reconhecer dimensões psicológicas e microsociais constituintes desses processos e até de situá-los macrossocialmente, reconhecendo lógicas sistêmicas também atuantes. Por outro lado, boa parte da linhagem de pesquisas dessa vertente não dá conta de problematizar adequadamente o contexto macrossocial histórico em que se situam os processos e de situar as relações de poder que aí se inscrevem.⁴ Falta distanciamento crítico para incluir os interesses dos produtores e de suas estratégias e artimanhas comerciais e ideológicas como elementos constituintes desses processos além das contradições que marcam os produtos culturais. A complexidade dos produtos culturais e sua dimensão semiótica também não são problematizadas devidamente.

4

Mesmo a perspectiva sistêmica, que buscou pensar o sistema social, o faz desde uma perspectiva redutora, dado que a concepção do sistema social, formulada em chave organicista, desconsidera sua configuração social histórica concreta na contemporaneidade, vinculada ao capitalismo e às suas dinâmicas.

Já no contexto europeu, vemos surgir na década de 1960, na Alemanha, uma perspectiva fértil no sentido de pensar criticamente o lugar das mídias no seio da vertente que ficou conhecida como Escola de Frankfurt, que reuniu pensadores críticos em torno do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt. Menciono aqui as formulações críticas relativas à Indústria Cultural construídas por Theodor Adorno e Max Horkheimer. Nelas as mídias, agora organizadas industrial e sistemicamente, são concebidas como componentes estratégicos do sistema social capitalista, assumindo papel ideológico central para a manutenção da ordem social. São problematizadas nesta vertente características dos produtos culturais produzidos, entre as quais a serialização do processo e sua padronização (Adorno; Horkheimer, 2002; Mattelart; Mattelart, 1999; Wolf, 2012).

Pensando o legado desta vertente, se por um lado o vigor crítico em tematizar a Indústria Cultural, suas características e seu papel ideológico constituem um legado relevante, por outro lado neste entendimento ficam obscurecidas nuances e contradições existentes no seio da Indústria Cultural e de suas produções. Mas como os sujeitos sociais em suas inter-relações com as mídias, questão central de nossa reflexão, são pensados aqui? Para esta concepção, a força ideológica e os estratagemas da Indústria Cultural produzem, enquadram e alienam o sujeito. Em relação a isso, é importante reconhecer que o contexto entre as duas guerras mundiais vivido por estes investigadores instiga a pensar nos processos de enquadramento ideológico e de alienação das pessoas.

Olhando criticamente as propostas destes pesquisadores, vemos que falta espaço para pensar fissuras nesta lógica da Indústria Cultural, para acolher possibilidades de contestação e de subversão por parte dos sujeitos. Ainda assim, entre os aspectos relevantes legados das propostas destes investigadores estão o reconhecimento das relações macrossociais e históricas que perpassam os sujeitos, das estratégias das Indústrias Culturais enquanto dimensões cruciais

do poder simbólico no sistema capitalista e de sua capacidade de também condicionar os sujeitos (Mattelart; Mattelart, 1999).

Neste exame de perspectivas históricas que nos ofereceram possibilidades de pensar os processos de recepção, vale recuperar também concepções vinculadas aos Estudos Culturais, lembrando que, desde seus inícios em berço britânico⁵ nos anos 1960, em torno do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos de Birmingham, vão espalhar-se para vários lugares. Em suas formulações mais vigorosas, as perspectivas desenvolvidas por pesquisadores deste centro (entre eles Richard Hoggart, Stuart Hall e Raymond Williams) possibilitaram sofisticar a compreensão dos sujeitos nos processos de recepção ao situá-los nos seus contextos sócio-históricos, reconhecendo como componentes relevantes e atuantes nesta relação sua condição de classe e lugar social, suas culturas e identidades e as relações sociais em que estão envolvidos. Em suas propostas, os processos de recepção passam a ser problematizados como lugar de produção de sentidos multidimensionalmente configurados. O papel ideológico das mídias é trabalhado de modo mais nuançado a partir da inclusão do conceito de hegemonia. A atividade de produção de sentidos por parte dos sujeitos passa a ser reconhecida, assim como se complexifica o entendimento da força dos enquadramentos dos produtos midiáticos nesta produção de sentidos. As relações entre os sujeitos e as mídias são complexificadas, podendo resultar em condicionamentos, negociações, subversões, oposições e resistências.

Mas o trabalho com tais propostas e a sua apropriação, à medida que se expandem tanto no seu contexto de origem como em outros, não esteve isento de contradições e de carências, entre as quais a negligência da dimensão econômico-política. Também se verifica o enfraquecimento da problematização em torno das relações de poder e do papel ideológico das mídias em favor da afirmação

5

Para esta reconstrução, diálogo fundamentalmente com as contribuições de Hall (2003); Mattelart e Neveu (2004); Mattelart e Mattelart (1999) e Wolf (2012).

do papel ativo e apropriativo dos sujeitos. Em contextos em que o noeliberalismo avança, essa realidade parece deixar marcas também no âmbito da pesquisa comunicacional do qual aqui nos ocupamos (Mattelart; Neveu, 2004; Mattelart; Mattelart, 2004).

Do cenário latino-americano, quero destacar uma das possibilidades renovadas de problematização dos processos de inter-relação com as mídias, representada pelo trabalho de Jesús Martín-Barbero, que teve repercussões importantes em nosso campo. Na obra *Dos meios às mediações*, Martín-Barbero (2003) parte da crítica a abordagens mediacentristas, instrumentais e funcionalistas, hegemônicas na América Latina à época, e aponta sua incapacidade de pensar adequadamente o contexto histórico e as múltiplas dimensões relevantes no entendimento dos processos de inter-relações dos sujeitos com as mídias. Na perspectiva trabalhada pelo autor, a comunicação é concebida como um processo complexo e multi-dimensional e as inter-relações dos sujeitos com as mídias figuram como uma das instâncias componentes desse processo. Logo, os entrecruzamentos, nexos constitutivos e relações de poder entre as instâncias precisam ser levados em conta, assim como suas especificidades, contradições e conflitos.

As inter-relações dos sujeitos com as mídias são atravessadas por múltiplas dimensões (socioculturais, políticas, econômicas, históricas, entre outras). Martín-Barbero (2003, 2004) reconhece, nesse sentido, a crucialidade do campo cultural como lócus de "operação" dos meios e de luta pela hegemonia, como cenário de construção da dominação (como também de brechas, de contradições e de conflitos) nos processos históricos de nossas sociedades, atentando para a dimensão política imbricada no campo cultural. Os processos midiáticos, a partir dos sujeitos, são, assim, pensados em seus vínculos com a ordem social. Mas a dominação não se realiza de modo mecânico e vertical, ela encerra contradições, conflitos, ambiguidades, gretas, paradoxos, rupturas que também fazem parte destes processos.

Os sujeitos partícipes dos processos midiáticos são concebidos como multidimensional e multicontextualmente constituídos em suas trajetórias sociais. Estes múltiplos contextos e dimensões vividos são configuradores de suas culturas, subjetividades e marcam seus processos de produção de significações. Os sujeitos aqui produzem sentidos e, portanto, comunicação, ainda que em lugar desigual nos processos midiáticos – naquele momento, fundamentalmente analógicos.

Esta orientação, como argumenta Maldonado (2004), permitiu a Martín-Barbero reconhecer dimensões importantes das realidades latino-americanas que participam dos processos comunicacionais e midiáticos, como as sociabilidades de bairro, de vizinhança e de família; as mesclas culturais diversas (culturas étnicas, regionais, de gênero, geracionais) e a persistência de matrizes culturais de larga duração, vigentes na experiência sociocultural das pessoas. Estas pluralidades e persistência de matrizes culturais remetem aos processos de modernização, urbanização e globalização em suas concretizações desiguais em nossas sociedades, mas também à força das matrizes culturais e de seu sentido para as pessoas.

As produções de sentido no universo dos sujeitos nesta perspectiva são múltiplas, complexas, podendo apresentar afinidades, cumplicidades, contradições, ambiguidades, resistências, apropriações e mesmo subversões em relação às ofertas simbólicas midiáticas. Mas estas relações não podem ser pensadas apenas como espaços de resistência, subversão, pois isso opacaria meandros de ação dos poderes simbólicos dos meios. Vinculado a isso está o reconhecimento de que os nexos históricos das pessoas com os meios são formadores de *habitus*, orientadores de gostos e matriçadores de sentidos em afinidade com as propostas dos meios. Paralelamente, essas mesmas relações históricas com produtos e gêneros midiáticos podem proporcionar o conhecimento de suas gramáticas, códigos, convenções, linguagens etc.

Num balanço destas proposições, vemos então que elas permitem reconhecer os sujeitos como produtores de sentido e de comunicação, a complexidade e multidimensionalidade da problemática das inter-relações dos sujeitos com as mídias, as múltiplas possibilidades que podem constituir essa inter-relação, incluindo sedução, cumplicidades e sentidos que colaboram para a reprodução social, como também desvios de sentidos, ressignificações, apropriações e resistências, a depender do complexo de mediações constitutivas destes sujeitos e de seus referentes simbólicos. É importante assinalar, também, que as apropriações destas perspectivas na pesquisa comunicacional não estiveram isentas de simplificações e de usos redutores, às vezes celebrativos em relação às possibilidades de apropriações e resistência dos sujeitos.

Na problematização mais atual das inter-relações dos sujeitos com as mídias, é importante considerar proposições que estão pensando o processo de midiatização social. Tais discussões buscam problematizar transformações configuradas por esse processo aprofundado a partir da penetração intensificada das mídias nos diversos campos e domínios sociais a partir do século XX. Essa realidade foi impulsionada pelas necessidades das formações sociais capitalistas hegemônicas que passaram a estruturar seus modelos financeiros, industriais e comerciais por meio da informatização. Nesse contexto, o campo midiático passa a assumir um lugar estratégico na configuração das sociedades por sua capacidade de atravessar os outros campos, condicioná-los e adequá-los às suas lógicas (Maldonado, 2002).

Para a problemática das inter-relações dos sujeitos com as mídias, que nos interessa nesta reflexão, é fundamental considerar este processo e sua natureza configuradora de uma nova ambiência social – o *bíos* midiático, esfera imiscuída na realidade social performadora de *ethos* midiatizados constituídos por costumes, condutas, cognições e percepções marcados por lógicas e matrizes técnicas, culturais, semióticas e estruturais das mídias (Sodré, 2006, 2009).

Ou em outra formulação, este processo constitui um entorno tecno-comunicativo abrangente em que habitamos, configurador de nossos processos simbólicos, sensibilidades, culturas, identidades e práticas sociais (Martín-Barbero, 2006, 2009).

Pensar a midiática como componente da problemática que estamos examinando vem exigindo dos pesquisadores olhar com acuidade as formas como as mídias marcam a experiência social, as culturas, as identidades, as subjetividades das pessoas. Mas a ação configuradora das mídias, conformadora de *habitus*, *ethos* e matrizes de produção de sentidos, deve ser pensada em suas imbricações sociais, em múltiplas dimensões.

O cenário da digitalização trouxe novos desafios para o equacionamento dos processos de inter-relação com as mídias ao possibilitar a ampliação do domínio de recursos de produção midiática antes concentrados nas mãos das empresas de comunicação. Este contexto abre possibilidades para que os sujeitos sociais possam produzir comunicação midiática, embora a concretização de tais possibilidades dependam, entre outros fatores, do acesso ao mundo digital e do domínio de competências midiáticas/digitais para concretizar-se (Maldonado, 2013).

Essa renovada realidade tem exigido da pesquisa repensar o lugar dos sujeitos nos processos midiáticos, problematizando sua atividade para além da produção de sentidos, dado que eles podem agora se apropriar dos ambientes digitais e produzir comunicação neles. Aliás, proliferam nesses contextos novos termos buscando dar conta desta mudança no lugar do sujeito nos processos midiáticos, como também aparecem textos que, desconhecendo a trajetória dos estudos de recepção, vão conceber *só agora* um lugar ativo aos sujeitos ao habitar os ambientes digitais! Em pesquisas dedicadas ao foco que aqui nos interessa, temos constatado também uma perda de densidade no tratamento teórico de tais processos, que revela, entre outras coisas, o esquecimento do legado de nosso campo em torno desta problemática.

Efetivamente, os processos midiáticos reconfiguram o lugar dos sujeitos nos processos midiáticos, assim como as arquiteturas comunicacionais e suas lógicas. O processo de midiaticização aprofunda-se a partir da digitalização. Os ambientes digitais e suas lógicas expandem-se a todas as esferas sociais e penetram fortemente no cotidiano das pessoas, configurando um ecossistema digital envolvente, ainda que tenhamos desigualdades e disparidades neste processo.

Diante das exigências colocadas por esse contexto, a compreensão dos sujeitos envolvidos nos processos comunicacionais/midiáticos torna-se um desafio que demanda de cada pesquisa uma *práxis* teórica que possibilite uma construção de perspectivas complexas que aproveitem, renovem e reinventem conhecimentos e compreensões férteis para dar conta da complexidade e multidimensionalidade das problemáticas investigadas, em sintonia com as demandas do campo empírico.

Nesta necessária *artesanía* compreensiva, as pesquisas não podem negligenciar dimensões constituintes dos processos comunicacionais digitais.⁶ Entre elas está a dimensão econômico-política, que remete à configuração das corporações que hoje dominam os ambientes digitais, seus modelos de negócio, interesses e estratégias mercadológicos. Temos que considerar também lógicas que modulam os ambientes digitais e sua arquitetura comunicacional, entre as quais estão, por exemplo, os algoritmos como elementos centrais na modulação das experiências comunicacionais dos sujeitos.⁷ Estas novas lógicas exigem pensar como se reatualizam os processos de poder e dominação, seu sentido político, as cumplicidades estabelecidas com estes ambientes etc. Também, as potencialidades

6 Essa necessidades nos desafiam, dado que, para viabilizar a realização de nossas pesquisas, muitas vezes temos que realizar recortes. Ainda assim, podemos trabalhar reconstruindo aspectos dessas dimensões a partir de contextualizações.

7 Entre os que têm refletido sobre estas lógicas digitais, dando atenção à dimensão econômico-política, temos Armand Mattelart (ver nesse sentido Mattelart, 2009 e Mattelart e Vitalis, 2015) e Sérgio Amadeu Silveira (ver, por exemplo, Silveira, 2017, 2019).

ampliadas de produção comunicativa, de manifestação de dissidência, de desvios e de resistências à ordem social constituídas nos usos comunicacionais digitais de grupos, coletivos e redes.

E como pensar o sujeito em suas inter-relações com as mídias digitais? De fato, a possibilidade de comunicar – e o exercício efetivo dessa possibilidade por significativas parcelas da sociedade – coloca em evidência sua produção midiática. No âmbito do grupo de pesquisa Processocom, temos trabalhado com a noção de *sujeito comunicante* para nomear e conceituar este sujeito produtor de comunicação e de sentidos. E nossas pesquisas têm caminhado no sentido de concebê-lo como sujeito complexo, histórico e multidimensionalmente constituído (incluindo dimensões psicológica, cultural, econômica, social, política, semiótica etc.). Sujeito este que desenvolve competências comunicativas, culturais e midiáticas múltiplas em sua trajetória de vida historicamente situada. E como habitante do *bios* midiático, estabelece inter-relações com diferentes mídias, gêneros e formatos, conformadores de seus *ethos* e culturas midiáticos, assim como de suas competências midiáticas (Maldonado, 2014; Sodré, 2006, 2009; Martín-Barbero, 2003, 2004). O sujeito comunicante que interessa às nossas investigações pode ser um sujeito individual – ainda assim situado numa rede de relações sociais que o atravessam e configuram –, como também um sujeito coletivo de um movimento social, de um coletivo, grupo etc.

Os sentidos construídos nas produções comunicacionais dos sujeitos podem envolver reproduções e/ou negociações em relação a sentidos midiáticos e sociais hegemônicos; a lógicas e matrizes presentes nas culturas digitais. Mas também podem expressar resistências, apropriações, subversões e reinvenções de sentidos, esquemas e matrizes midiáticos e sociais hegemônicos; podem afirmar culturas, identidades, concepções e valores insurgentes, contestatórios e transformadores da ordem vigente. Sua inteligibilidade exige prescrutar o complexo de dimensões envolvidos na sua configuração, para entender sua intrincada lógica (Maldonado, 2014; Bonin, 2016).

O INVESTIGADOR E AS RELAÇÕES COM OS SUJEITOS COPRODUTORES DA PESQUISA

Qualquer situação em que alguns homens impedem os outros de se engajarem no processo de investigação é de violência; ... alienar os seres humanos de suas próprias decisões é transformá-los em objetos (Paulo Freire, 1970, p. 85).

Pensar de modo frutífero o sujeito investigador em suas relações com os partícipes de nossas pesquisas exige que construamos perspectivas que orientaram o paradigma hegemônico da ciência moderna, redutoras em relação à compreensão do fazer científico, do lugar do sujeito neste processo e das relações que estabelecem com seus campos/objetos de investigação.⁸ Isso porque ainda encontramos a presença dessas concepções atuando nos campos científicos em geral e também no campo da comunicação.

Ao erigir-se, a ciência moderna afirmou a dimensão racional como basilar à produção do conhecimento científico; propôs que a observância de um método tido como universal, que alia o exercício racional à observação metódica dos fenômenos, garantiria a objetividade e a suposta neutralidade do empreendimento científico.

Quando examinamos a concepção do sujeito do conhecimento que sustentou este paradigma, vemos que ele foi restringido à sua dimensão racional e dimensionado como uma entidade abstrata, a-histórica e desencarnada. Isso dificultou o reconhecimento de que outros elementos, como sensibilidades, emoções e intuições, participam da construção do conhecimento científico. As complexidades configuradoras e constituintes de sujeito pesquisador e do seu agir,

que no concreto se vinculam à sua *práxis* científica e aos resultados dela, ficaram obscurecidas neste modo de conceber a ciência.

O paradigma hegemônico da ciência moderna também se fundamentou em noções dicotômicas como a de separação entre o sujeito e o objeto no processo de conhecer. Isso dificultou pensar e problematizar aquilo que nas nossas pesquisas une o sujeito pesquisador e os participantes das investigações, assim como as complexas relações que se estabelecem entre eles no processo e que são constitutivas do conhecimento produzido.

Além disso, a ciência moderna erigiu-se como o único modo de conhecimento válido, visão que desqualificou e negou a existência de outras formas de conhecimentos esclarecidos, como aquelas construídas por culturas e sabedorias milenares. Desse modo, colaborou para que países do Ocidente impusessem seus modelos de inteligibilidade do mundo aos povos objeto de colonização e contribuiu para invisibilizar, marginalizar e destruir epistemologias alternativas, como no caso dos povos originários latino-americanos. Nesta linha os conhecimentos, saberes e competências dos sujeitos também não foram reconhecidos como epistemologicamente válidos na construção do conhecimento científico.

É necessário, então, conceber de modo distinto os sujeitos e suas relações com os sujeitos partícipes das pesquisas comunicacionais. O pesquisador é um ser histórico, complexo, multidimensional. É social, cultural, econômica e politicamente situado. Tem conhecimentos, competências, talentos, sensibilidades e formas de raciocínio singulares que, bem manejados, podem nutrir a produção de conhecimentos científicos.

No processo de produção de conhecimentos, este sujeito se contrói como pesquisador, o que exige descentramento e reflexão epistemológica constante para alicerçar sua *práxis* científica e desvencilhar-se dos obstáculos epistemológicos que operam no âmago do processo de conhecer. Um dos desafios que tem é

manejar sua posição de maneira a construir possibilidades frutíferas para conhecer e compreender, aprendendo a discernir reflexivamente também como suas múltiplas dimensões constituintes atuam potencializando, obstaculizando e/ou facilitando os processos de conhecimento (Bachelard, 1983, 1996; Bourdieu; Chamboredon; Passeron, 2015; Morin, 2000).

O pesquisador, ao fazer ciência, assume posicionamentos ético-políticos. Hoje sabemos que a ciência não é neutra, como se colocava no paradigma da ciência moderna. Nesse sentido, o investigador deve refletir e posicionar-se em relação a para que e para quem se endereça a ciência que produz, que consequências pode ter para a sociedade em que se situa, para a natureza, para a Terra, para o cosmos (Japiassu, 1986; Morin, 2000).

E como pensar as relações entre sujeito investigador e participantes das pesquisas? Elas precisam distanciar-se da perspectiva extrativista de dados a serviço de uma problemática e de metodologias rígidas impostas aos participantes. Desde uma perspectiva epistemológica crítica, transmetodológica (Maldonado, 2013) que almeja a construção de uma ciência que se coloca eticamente comprometida com a emancipação humana, as relações precisam ser construídas com base no reconhecimento e no comprometimento mútuo em torno da necessidade e da importância de construir conhecimentos sobre a problemática investigada.

É fundamental reconhecer que os sujeitos também são detentores de conhecimentos; que ao participarem das pesquisas com suas concepções, seus saberes, significações, sensibilidades forjam conosco os conhecimentos produzidos – sendo, portanto, seus cocriadores. Isso não significa negar o lugar do pesquisador como construtor-articulador-alicerçador do processo de conhecimento, das perspectivas teóricas, metodológicas e das compreensões construídas neste processo, mas reconhecer também o papel dos sujeitos como coprodutores nesses processos.

É relevante considerar a complexidade, historicidade, multidimensionalidade e concretude dos sujeitos investigadores e dos coprodutores da pesquisa e entender que estas dimensões atravessam as relações entre eles. O estabelecimento de vínculos férteis demanda a construção de processos intersubjetivos, interculturais e intepistêmicos, capazes de possibilitar modos profícuos de *tradução* entre os mundos da ciência e dos sujeitos. É um desafio, portanto, construir uma esfera relacional capaz de abrir possibilidades de compreensão e de tradução. Os processos, métodos e procedimentos investigativos necessitam caminhar em sintonia com esta necessidade. Precisam ser construídos em afinidade com os sujeitos, seus saberes e suas culturas, levando em conta suas competências comunicacionais, espacialidades e temporalidades existenciais.

Nas relações dos investigadores com os sujeitos, *a escuta* é uma dimensão fundamental. Os processos, métodos e procedimentos metodológicos precisam dar espaço para que se expresse a palavra dos sujeitos partícipes da pesquisa. É crucial construir uma escuta genuinamente atenta e aberta ao outro, acolhedora, sensível. Ela não pode ser desatenta, pragmática, rapidamente classificadora, utilitarista, egocentrada. A razão apressada em categorizar é uma grande armadilha neste processo. A escuta é do relato por meio da palavra, mas também das emoções, do corpo e das múltiplas formas como o outro se comunica, pois a dimensão corporal é fundamental nas relações (Santos, 2019; Bosi, 2003; Freire, 1970).

Junto a escutar, é preciso *aprender a olhar*, a observar os sujeitos, suas expressões, sua corporalidade, as espacialidades em que constroem sua existência, entre outros elementos. É também fundamental *sentir com o outro*. A dimensão emocional, afetiva, sensível constrói elos relacionais e oferece portas de entrada a outras realidades, a outras formas de percepção também reveladoras de dimensões constitutivas das pessoas, de seus mundos e dos processos de vinculação com as mídias. Para construir um processo relacional fecundo, *participar com os outros* também é essencial.

A participação nas práticas dos sujeitos vai permitindo experimentar estas outras formas de viver, de pensar, de comunicar, ampliando as possibilidades de construir uma esfera relacional e de tradução entre mundos (Fromm, 1968; Santos, 2019; Winkin, 1998).

As relações investigativas inevitavelmente afetam a ambos os sujeitos. A pesquisa, como experiência existencial, envolve partilhas de concepções, práticas, afetos, reflexões e sentimentos que tocam os sujeitos e geram aprendizados e reconfigurações vitais.

Desse modo, penso que um atuar metodológico complexo que envolva modos delicados de escutar-observar-sentir-participar com o outro abre possibilidades de compreensão fecundas entre mundos e permite enriquecer a racionalidade na pesquisa, nutrindo-a de modo a constituir uma racionalidade complexa, menos redutora do que queremos compreender. Em síntese, é na *artesanaria* (Mills, 1979) de uma *práxis* metodológica multifacetada com a coparticipação dos sujeitos que se podem forjar relações férteis para nutrir uma ciência comprometida com a emancipação das pessoas, da natureza, da vida, da terra, do cosmos... como desejamos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BACHELARD, G. **Epistemologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BONIN, J. A. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, C. P. de.; LOPES, M. I. V. de (orgs.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FROMM, E. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

HALL, S. **Da diáspora**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

MALDONADO, A. E. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-23, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36818>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MALDONADO, A. E. Trajetórias metodológicas suscitadoras. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 1-18, 2004.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E.; BONIN J. A.; ROSÁRIO, N. M. do. (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 17-45.

MALDONADO, A. E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, A. E. (org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**: processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MATTELART, A. **Um mundo vigilado**. Barcelona: Paidós. 2009.

MATTELART, A.; NEVEU, E. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das Teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTELART, A.; VITALIS, A. **De Orwell al Cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, D. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p. 51-79.

MARTÍN-BARBERO, J. As formas mestiças da mídia (M. Moura, Entrevistadora). **Pesquisa Fapesp**, n. 163, p. 10-15, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2YvrgZx>. Acesso em: 10 out. 2024.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

SANTOS, B. de. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, B. de. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. São Paulo: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Conhecimento e transformação social: por uma ecologia de saberes. **Hiléia: revista de direito ambiental da Amazônia**, v. 4, n. 6, p. 9-103, 2006.

SILVEIRA, S. A. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes; 2009.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. *In*: MORAES, D. (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 19-31.

WINKIN, Y. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus, 1998.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.



3

Livia Freo Saggin

**EDUCOMUNICAÇÃO
E COMUNICAÇÃO
COMUNITÁRIA:**

**DIÁLOGOS POTENTES PARA REPENSAR
A CIDADANIA COMUNICATIVA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.3

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo debater como o conceito da educomunicação pode ser pensado, desde um universo mais amplo, como de estreito entrelaçamento com a comunicação comunitária e como esses dois campos de atuação epistêmica e pedagógica se entrelaçam para a constituição da cidadania comunicativa. É cara à perspectiva construída a compreensão de que os fenômenos da comunicação, principalmente aqueles que reconhecem e inserem as dimensões dos sujeitos de maneira efetiva dentro de seus processos, não devem ser pensados de modo apartado, senão problematizados de maneira confluyente. Assim, não é meu propósito neste texto definir um conceito paralisado de educomunicação, tampouco de comunicação comunitária. Interessa aproveitar os pressupostos das duas dimensões, aproximando-as em arranjos potentes, que permitam construir um lastro teórico profícuo para compreender como os processos de luta pela conquista e exercício da cidadania, aqui avistada a partir de sua perspectiva comunicacional, podem se manifestar e expressar.

Por isso, procuro recuperar conceitos centrais para dar conta de maneira ampla dos campos debatidos. A partir dessa construção teórica, os esforços se direcionam para dar a ver possíveis fissuras entre as proposições teóricas da educomunicação e da comunicação comunitária, pleiteando possibilidades de aproximação, desconstrução e reestruturação. O horizonte investigativo concreto sobre o qual estas movimentações teóricas são realizadas é relativo a um recorte das produções teóricas desenvolvidas na tese de doutorado¹, que investigou aproximações entre a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa e evidenciou a presença de outro fenômeno, chamado de educomunicação comunitária.

1 Trata-se da pesquisa de doutorado intitulada *Educomunicação comunitária: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa* (Saggin, 2020), desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

HISTORICIDADE BRASILEIRA NA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

A constituição da comunicação popular e comunitária no Brasil se originou, sobretudo, a partir dos movimentos e das organizações sociais, atravessados por uma conjuntura de profunda insatisfação popular e de significativas restrições às liberdades de expressão. Entre as décadas de 1950 e 1960, as classes populares se encontravam impossibilitadas de utilizar os meios de comunicação até então disseminados, oprimidas pelos regimes políticos totalitários e marginalizadas sociocomunicacionalmente.

No Brasil, o desenvolvimento da comunicação comunitária está entremeado por tentativas de mobilização popular para a superação de desigualdades sociais, econômicas e educativas. Das experiências em comunicação comunitária e que possuem um lastro histórico dentro da conjuntura brasileira, o Movimento Educação de Base (MEB) merece destaque. Concebido na década de 1960, período no qual, segundo o IBGE, a taxa de analfabetismo no Brasil batia quase 40% junto à população com mais de 15 anos, o movimento tinha como principal objetivo a alfabetização de jovens e adultos. Paulo Freire foi um dos principais pensadores a embasar as ações do organismo, que até hoje reitera a imprescindível contribuição do seu pensamento nas ações que desempenha, conforme consta na sua apresentação institucional: “Atua na educação de jovens e adultos, se utilizando do método ver, julgar e agir, em sintonia com os princípios filosóficos do educador Paulo Freire”².

O início do trabalho desenvolvido pelo MEB consistia em experiências práticas de cursos de alfabetização através da criação de rádios-escola. Fávero (2004, p. 3), ao remontar os objetivos iniciais

do movimento, conta que ele previa “ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas [...] através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada”. Entretanto, a história política brasileira cobrou um duro desfalque aos planos do MEB. O golpe civil-militar de 1964 e a instauração da ditadura no país levaram ao encerramento prematuro das atividades do MEB e de outros movimentos sociais que propunham mudanças no cenário social. Até meados de 1966, as práticas alfabetizadoras e socioeducativas desenvolvidas pelo organismo foram proibidas, estavam enquadradas pelo regime como “subversivas e propagadoras do comunismo”. Toledo (2004) analisa que essa proibição resultou no esmigalhamento de programas que promoviam a politização da classe trabalhadora, o que somente pôde ser retomado com o processo de redemocratização.

A retomada dos trabalhos do MEB deu-se a partir de 1970. Apesar de ainda ter suas atividades socioeducativas constantemente contestadas e seus educadores e intelectuais perseguidos e exilados, como é o caso de Paulo Freire, o movimento prosseguiu com seu trabalho caracterizado, principalmente, por experiências pedagógicas simples, alinhadas às características dos sujeitos partícipes.

Souza (2006) enfatiza que as escolas partícipes do programa participavam de programações educativas transmitidas por meio de um rádio receptor. Era a própria comunidade que organizava e geria os horários das reuniões e transmissões. Essa peculiaridade é importante no processo histórico de alfabetização promovido pelo MEB pela possibilidade de inserção das rádios-escola junto ao período noturno, faixa de horário que permitia aos adultos acompanhar as programações no turno inverso às suas jornadas de trabalho.

Os programas transmitidos eram produzidos segundo características das comunidades, aproveitando elementos específicos delas e de suas cotidianidades. O alinhamento entre práticas pedagógicas despregadas do academicismo tradicional, alimentadas por

processos criativos, conectados às realidades concretas dos sujeitos, gerou o desencadeamento de processos de alfabetização, na interlocução entre contextos, sujeitos, educação e comunicação. Peixoto Filho (2010) entende que as experiências socioeducativas empenhadas pelo MEB foram pioneiras no contexto brasileiro, fornecendo resultados em termos de alfabetização e de superação das desigualdades sociais, educativas e comunicativas a partir dos anos 1960.

O aproveitamento de processos comunicacionais no conjunto de atividades educativas dava a ver o ideário socioeducacional e comunicacional norteador perseguido pelo MEB. Pimentel (1999) analisa documentos que remetem à história de fundação do movimento. A educação para a liberdade, enquanto ação política, estava centralizada objetivamente. A conquista da consciência, da desalienação, pressuposto da teoria freiriana, alimentava o MEB desde a sua fundação. Isso significa que as ações comunicacionais e educativas desenvolvidas não seguiam os moldes transmissionais, senão uma concepção que extravasava a instrumentalização e verticalização, conferindo espaço a práticas comunicacionais e educativas que levassem à humanização, à horizontalização de processos sociocomunicacionais e educativos e, em âmbito mais aprofundado, à conscientização crítica e à conquista cidadã.

Coexistia, ainda, uma preocupação transversal de que as comunidades pudessem encontrar caminhos pedagógicos próprios para a auto-organização das rádios-escola e das programações realizadas e acompanhadas, como relata Peixoto Filho (2010). O MEB compreendia a necessidade da construção e da promoção da autonomia comunitária para que os processos pedagógicos, comunicacionais e educacionais caminhassem a partir de um diagnóstico próprio de cada comunidade sobre suas necessidades e interesses.

Compreendo que aí reside um elemento importante da história dos processos desencadeados pelo MEB em relação às noções da educomunicação, da comunicação comunitária e da cidadania

comunicativa, a partir do desenvolvimento da autonomia comunitária. A intenção de promover processos socioeducativos com vistas à formação comunitária integradora, liberta de poderes hegemônicos e que fortalece os saberes, os conhecimentos, as culturas locais como espaços autônomos para pensar e gerir dinâmicas tem forte vinculação com características e processualidades relacionadas à cidadania comunicativa, sua conquista e exercício.

A valorização de aspectos cotidianos, de culturais locais, de valores comunitários e das subjetividades dos sujeitos periféricos marca presença na história das atividades desenvolvidas pelo MEB. Olhando desde agora para as experiências que o movimento realizou por décadas no contexto brasileiro, é perceptível a visualização das aproximações entre os campos da educação e da comunicação, de maneira próxima e atravessada, em aproveitamentos de características e dinâmicas próprias de cada campo.

Quando avanço algumas décadas neste trajeto histórico, torna-se peremptória a visualização de que o ambiente sociocomunicacional contemporâneo é configurado por atravessamentos de distintos processos oriundos de fenômenos da midiaticização. Nele, as dimensões socioculturais, socioeconômicas, ideológicas, políticas, educacionais e cidadãos encontram-se, também, em transformação. A presença gradativamente mais ampla das tecnologias comunicacionais dentro dos processos educativos, nas práticas sociais, coletivas, criativas, políticas etc., é evidente, palpável e esculpe um processo sem volta.

EMERGÊNCIA DA EDUCOMUNICAÇÃO COMO CAMPO

Para pensar, pesquisar e entender as aproximações entre comunicação e educação no contexto contemporâneo, surge no

Brasil em 1996 o Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), fruto da iniciativa de professores e pesquisadores de diversas universidades brasileiras interessados na inter-relação comunicação e educação.

A emergência desse novo campo de intervenção social, chamado por educomunicação (Soares, 1999), passou a receber, então, atenção acadêmica e política, principalmente dentro do universo da USP. As atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP têm pertinência histórica para o campo da educomunicação e permanecem sendo marcos para a área.

Baccega (2009) avista as práticas e os pressupostos relacionados ao campo da educomunicação como detentores de objetivos centrais vinculados ao reconhecimento das variadas construções de mundo ofertadas pelos meios de comunicação; à melhoria das capacidades expressivas, de relacionamento em comunidade e de formação de identidades; ao incentivo a processos de ensino-aprendizagem por meio da utilização e apropriação inventiva, criativa e comunitária dos meios de comunicação; bem como à democratização do acesso dos cidadãos às práticas de produção e circulação da informação.

Com base em Fígaro (2015), observo uma retomada dos pressupostos freirianos, na medida em que a autora problematiza a comunicação a partir de quatro horizontes. O primeiro concebe a comunicação como uma característica essencial da humanidade. Desse modo, ao constituir ontologicamente a natureza humana, a comunicação se fundamenta como diálogo, como “compromisso político com a mudança revolucionária na perspectiva dos oprimidos” (p. 10), segundo aspecto do conceito de comunicação. Diante disso, a comunicação se configura como relação social contextualizada e histórica, terceiro aspecto enfatizado pela autora. Em conjunto com Freire, Fígaro (2015) compreende a comunicação como ação cultural para a liberdade. Por fim, o quarto aspecto atribui à

comunicação a dialogicidade. No âmago de sua obra, Freire compreende a comunicação como “relação de diálogo que se baseia na relação eu-tu, no processo histórico do contexto de diferentes interesses entre as classes sociais. Portanto, nesse aspecto se distancia da perspectiva individualista” (p. 10).

Em movimento complementar, Brandalise e Assencio (2014, p. 314) recuperam as propostas teóricas de Martín-Barbero em sua obra *A comunicação na educação*. Elementos instigantes emergem desse trabalho para pensar processos educomunicativos. Martín-Barbero se nutre, justamente, de perspectivas freirianas, dialogando com elas e alargando-as. Nesse sentido, para ele, um dos “grandes méritos de Paulo Freire foi ter apresentado a comunicação em sua estrutura dialógica, ao elaborar uma verdadeira pedagogia da palavra e ação”. Na intersecção entre comunicação e educação, coexiste a oferta potencial aos sujeitos de fazerem uso de palavras originalmente próprias dos dominantes para “dizer coisas novas que ilustram seus anseios e suas lutas”. Ou seja, reside nesta ideia uma pragmática que converge com uma proposta de ação e de expressão concebendo que, por meio da fala, da expressão escrita, da utilização refletida dos meios de comunicação e suas tecnologias, agimos no mundo.

Esta perspectiva dialoga com a de Baccega (2009, p. 27) quando argumenta que os processos educomunicativos, em interligação com os sujeitos, dotam estes de competência para “construir novos modos de atuação na mídia e no mundo”. Na mesma linha de pensamento, Citelli (2010, p. 16) entende que os novos desafios postos à educação passam pelo atravessamento dos modos como informação e conhecimento são “elaborados, distribuídos e socialmente intercambiados”. O encontro dos campos da comunicação e educação pode representar, através de processos dialógicos como já proposto em Freire, o surgimento de processos educativos, de aprendizagem e de potencialização do conhecimento, a partir de mediadores técnicos e dispositivos comunicacionais apreendidos e reinventados socialmente.

Martín-Barbero (2006), ao trabalhar o conceito de “ecossistema comunicativo”, visualiza na contemporaneidade a emergência de uma renovada realidade educativa, que cobra uma reconsideração sobre a cultura midiaticizada na qual vivemos. Nessa perspectiva, a cultura midiaticizada instaura-se como promotora de interações entre os sujeitos em processos educativos com outras culturas, outros locais de aprendizagem, outras formas de vida, de consumo, de ensino e, certamente, com outros recursos comunicacionais. Para além disso, os processos de transformação analógica-digital, nas mais diversas práticas cotidianas, elaboram em conjunto uma mudança na condição dos sujeitos em comunicação, caracterizando a condição comunicacional contemporânea como uma zona de constante construção e negociação de sentidos, identidades e participações.

A emergência da educomunicação se dá, portanto, dentro desta esfera de transformação dos processos comunicacionais e dos modos como as interações, participações, contestações e negociações de sentido ocorrem. A comunicação midiática, suas zonas de interface e possibilidades de apropriação e produção pelos sujeitos em comunicação, apresenta-se como um outro lugar da aprendizagem, da produção de conhecimentos.

A perspectiva ampliadora carrega consigo uma noção bastante positiva sobre as interações dos sujeitos com as mídias e com as tecnologias comunicacionais em intersecção com processos educativos. Ainda assim, é importante atentar para o que alerta Romancini (2010, p. 181) quando fala sobre a “possibilidade do ‘novo’ contexto do ciberespaço educativo reforçar tendências mais informacionais do que comunicativas. Essas foram ou são hegemônicas em certas concepções de ação pedagógica com uso de tecnologia”. O risco indicado pelo autor reatualiza a discussão e demonstra a necessidade da mediação pedagógica como direcionamento crítico da ação dos sujeitos em conjunto com as mídias e, em especial, com o ciberespaço. Para além da participação, é indispensável a discussão, o questionar, o fazer movimentar a consciência.

Em perspectiva crítica, Bonin e Corrêa (2015, p. 34) entendem que processos educomunicativos também possuem limitações. As autoras argumentam que movimentos de inclusão midiática ainda esbarram em uma falta de continuidade, escassez de movimentos mais amplos que pudessem desenvolver, em profundidade, modificações alicerçadas na constituição de uma nova cultura política, “que poderia se delinear a partir da conscientização e problematização dos temas e assuntos produzidos”.

Ainda em perspectiva crítica, Ponte e Contreras-Pulido (2013) retomam historicamente abordagens educomunicacionais em distintos contextos. Nesse sentido, indicam que a orientação modernizadora tem sido presente em diferentes contextos governamentais, a partir dos quais a mirada difusora de tecnologias de informação e comunicação (TICs) tem sido pensada como forma de inovação, integração e, conseqüentemente, desenvolvimento social. Ao detalharem semelhanças e disparidades em diferentes países europeus, sinalizam um movimento esvaziado, que se assenta em uma visão instrumentalista e que favorece apenas as empresas fornecedoras do setor.

A perspectiva problematizadora de Ponte e Contreras-Pulido (2013) dialoga com Huergo (2001), que provoca a pensar se as tecnologias de comunicação e informação colocadas como alternativa à crise educativa avistada contemporaneamente não estão se transformando em novos livros, deixando intactos os regimes tecnocráticos e disciplinares vinculados à concepção transmissional do conhecimento. O autor debate sobre a necessidade de repensar abordagens pedagógicas que façam caminhar o pensamento e aproveitamento crítico sobre as tecnologias comunicacionais e informacionais.

A educomunicação não se limita à inserção de tecnologias comunicacionais e informacionais à educação. Essa é uma perspectiva frágil e míope sobre o campo. Ela se conforma como o aproveitamento de lógicas e processos comunicacionais e informacionais

para o incremento de processos educativos, de práticas de aprendizagem, que devem ser desenhadas e problematizadas por intermédio da reflexão crítica sobre as mediações e os contextos que entrarão em contato com a comunicação. O produto, resultado deste encontro refletido, desenhado e planejado, é a visualização de práticas apropriativas dos sujeitos, que trabalham em conjunto e sobre a comunicação.

REPENSAR A CIDADANIA COMUNICATIVA

Os desenvolvimentos da comunicação comunitária, em conjunto com espaços de enunciação marcados pela resistência e luta dos sujeitos, dos movimentos sociais e populares organizados assinalam características transformadoras. As definições que giram em torno dos conceitos de comunicação comunitária e popular são, no entanto, diversas. Na obra de Festa (1986), por exemplo, estão contidas mais de trinta tentativas de definição para experiências comunitárias (emancipatórias, populares, contra-hegemônicas, participativas etc.). Peruzzo (2004, p. 5) ampara o processo de entendimento da diferenciação entre os dois conceitos, ao demarcar que “a comunicação popular foi também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos”. Na sequência, salienta que a natureza dessa espécie de comunicação é “caracterizada como de pequena escala, também denominada alternativa, popular ou comunitária, mas que se torna expressiva porque está dispersa por todo o país e se multiplica de diferentes maneiras e em diferentes lugares”.

Em Cogo (2005), encontro subsídios para fundamentar a diferenciação entre o popular e o comunitário. Na concepção da autora, as denominações popular, alternativo, local ou comunitário

reúnem diferentes meios de comunicação presentes no contexto da América Latina, mas é o comunitário que:

Assume centralidade para definir as experiências e projetos envolvendo as mídias locais e de bairro, as mídias produzidas e geridas por comunidades e movimentos sociais organizados. O comunitário assume essa centralidade em um momento em que o cenário da comunicação e das mídias se pluraliza como resultado da reconfiguração de processos e práticas políticas, econômicas e socioculturais em âmbito nacional e internacional (Cogo, 2005, p. 1).

Verifico no comunitário, então, a incidência da produção e da gerência autônoma de processos comunicativos pelas comunidades. É potente nessas formulações a compreensão dos espaços comunitários autogeridos, que se organizam em torno da ação comunicacional para a transformação concreta de seus contextos e dos sujeitos partícipes dos mesmos.

A característica básica que colabora para compreender a diferenciação entre a comunicação popular e comunitária é parte nevrálgica da questão: *a noção de comunidade*. Sem a existência dela, a comunicação comunitária não seria efetivada. Disso em muito difere a comunicação popular, que não necessita da existência de uma comunidade para ser desenvolvida.

Por comunidade, Esposito (2007, p. 19) entende que não é “um sujeito coletivo, nem mesmo um conjunto de sujeitos”, senão o próprio ser *em relação*. Nesse sentido, a ideia de que a comunidade é conformada apenas por questões territoriais cai por terra. A conjuntura comunitária é mais ampla e mais complexa, configurada por relações de proximidade, por objetivos comuns, pelo convívio, por afetos, por aspirações, interesses e realidades comuns. Como características do que entende por comunicação comunitária, Peruzzo (2006a, p. 9) destaca: “não ter fins lucrativos, propiciar a participação ativa da população, ter propriedade coletiva e difundir conteúdos com a finalidade de desenvolver a educação, a cultura e ampliar a cidadania”.

Transversalmente, algumas premissas apresentam-se tanto nos enunciados de Peruzzo quanto de Paiva. Para este debate teórico, entendo que os elementos mais interessantes tocam na questão da participação popular na produção e gestão comunicacional. Nesse sentido, Peruzzo (1998) realiza reflexões pertinentes ao debater a participação popular na comunicação. Para a autora, essa participação junto aos processos comunicacionais está subordinada à própria estrutura dos meios de comunicação de massa, que, através de sua organização e escalas burocráticas de poder, impede que possa ser organizada de modo que se empenhe para ser representativa dentro de um meio de comunicação já constituído.

Nesse bojo, a dimensão da cidadania encontra-se manifesta. Nas argumentações de Paiva (2003), as atividades de comunicação comunitária realocam os sujeitos como partícipes para a construção e conquista da cidadania. Nas palavras da autora, “o indivíduo com o exercício de sua cidadania [...] permitir-lhe uma atuação no seu real-histórico, podendo transformar, inclusive, sua existência e a das pessoas à sua volta” (2003, p. 49). Na sequência complementa que “os indivíduos agrupados por interesses comuns podem retomar como cidadãos a possibilidade que lhes foi negada, de interferir nas decisões do poder público”.

Em vista disso, uma estratégia com vista a maior participação popular nos meios de comunicação, tanto nos que se voltam às pequenas audiências quanto nos de audiência massiva, passa, indiscutivelmente, pela democratização. Por isso, a necessidade de construir processos comunicativos e midiáticos nos quais os sujeitos avistam possibilidades de fazer presentes suas pautas, de requerer visibilidade e legitimidade para demandas relacionadas à conquista da cidadania. A perspectiva debatida e defendida é a de que a construção de uma comunicação mais democrática pode ser viável através da inserção de processos educomunicativos que estimulem e promovam capacidades, criatividade, subjetividades, valores comunitários, cidadãos e críticos nos sujeitos comunicantes, tendo como horizonte a transformação social.

Faz parte desta caminhada teórica redimensionar o entendimento de cidadania ante as dinâmicas sociocomunicacionais de nosso tempo, desvencilhando o conceito das ideias advindas do campo da cidadania jurídica. A comunicação está posta como dimensão central das estratégias de luta pela reconquista de direitos; na organização e movimentação de distintos movimentos sociocomunicacionais; na presença de renovadas consciências coletivas, fruto da participação de sujeitos engajados, cujas formações políticas e socioculturais estão atravessadas por elementos comunicacionais e midiáticos.

A emergência de sujeitos atuantes no cenário político – que suportam, organizam e circulam suas ações com base em processos educomunicacionais –, principalmente na busca de questões relacionadas à cidadania, demonstra uma percepção de que a comunicação e seus processos articulam direitos sociais de distintas ordens, entre eles à educação, à moradia, à saúde, à proteção coletiva e à inserção na ação política. A configuração e o incremento da utilização dos espaços comunicacionais potencializam a chance de uma multiplicidade participativa, a partir da arquitetura de um local no qual diversidades, posturas, visões de mundo, distintas formas de entender a organização sociopolítica podem confluir, coexistir e debater de maneira mais horizontal.

Morawicki (2016) visualiza, na articulação comunicação/educação, um outro caminho para a transformação. Além disso, alinho-me ao pensamento do autor para defender que os processos educativos necessitam ser tensionados por elementos conformadores das culturas, problematizando suas características, formações históricas, elementos socioeconômicos e comunitários que formam o conjunto de sujeitos envolvidos dentro das dinâmicas da educação. Essa preocupação é fundamental para a não desvinculação entre teoria e prática, ou seja, das relações existentes entre os sujeitos e seus mundos, de seus trabalhos intelectuais e suas ações no universo político, e, ainda, de suas atuações junto à construção de renovados modos de atuação na mídia e no mundo, entendidos aqui como práticas que levam à conquista e ao exercício da cidadania.

A articulação entre as ideias de Morawicki (2016), de Paiva e de Peruzzo alimenta as concepções que construo sobre a comunicação como espaço para a constituição e o exercício da cidadania. As práticas apropriativas dos sujeitos em relação aos meios de comunicação, especialmente os digitais configuram-se, entre outras dimensões, como formas de possibilitar e potencializar a existência pública e o reconhecimento dos sujeitos e de suas comunidades, a partir do estabelecimento de um processo no qual o acesso e o conhecimento sobre as diferentes etapas da construção da informação se colocam como formas de aumento do poder social dos sujeitos (Mata, 2006).

Compreendo que a concretização da conquista cidadã se dá através de práticas concretas de lutas dos sujeitos comunicantes. E mais do que isso, pela inevitável visualização de que um conceito para a cidadania precisa ser tecido fluidamente, progressivamente, na medida em que emergem problemáticas contextuais, destrinchadas ante as dinâmicas comunitárias cotidianas, e que são contestadas por práticas de resistência, organização e luta comunicacional dos sujeitos.

Nesse sentido, penso que o conceito de cidadania se encontra *em construção*, na medida em que renovadas posturas, atividades, produções, formas organizativas de geração de relações e de comunicação em redes são criadas, atravessadas e problematizadas por contextos múltiplos. Em perspectiva histórica, a complexificação e sofisticação do conceito de cidadania já demonstra seu avanço na direção dialética de confrontação e agregação de pressupostos para além do campo jurídico, de modo a incorporar dimensões socioculturais, econômicas, educacionais e, também, comunicacionais.

A cidadania necessita ser pensada como um conceito mediador complexo, no qual múltiplas dimensões precisam se encontrar em uma confluência movediça, de modo a permitir atravessamentos, entradas e saídas de perspectivas, produzindo, inclusive, rearranjos epistêmicos na sua concepção. Nessa compreensão, uma

conceituação de cidadania encontra-se permeada, ainda, por dimensões outras, como a ética, a multicultural, a acadêmica, a científica, a educativa, e, de maneira singular, a comunicativa.

Aguaded e Martín-Pena (2013) enriquecem essa perspectiva ao argumentar que, em termos de cidadania, as redes de comunicação digital ofertam aos sujeitos espaços multimídia nos quais a participação, o diálogo social e a produção comunicacional dos sujeitos podem propiciar que os mesmos sejam protagonistas, efetivando práticas relacionadas à conquista e ao exercício cidadão. As proposições de Tufte (2013) se alinham a esse horizonte ao compreender que a participação social na comunicação não pode ter uma agenda que a conceba verticalmente, senão numa retomada e reconvocação à horizontalidade, ao diálogo no sentido freiriano.

A cidadania é tecida por sujeitos e comunidades em movimentações de resistência e de lutas travadas diariamente no cotidiano. Não pode, portanto, ser concedida pela simples outorga constituinte. Desse modo, para que esse processo se desenvolva plenamente, é necessário que se considerem as características mais amplas da sociedade na qual os sujeitos estão inseridos. Na constituição social brasileira e, em particular, nos espaços educomunicacionais comunitários investigados na tese de doutorado da qual extraio as discussões teóricas aqui tecidas, esta configuração está ancorada em uma sociedade capitalista em irrestrito desenvolvimento, perpassada por atravessamentos de classe impostos, justamente, pela estruturação socioeconômica organizada pelas lógicas do capital.

Rosa (2009) discute que a ideia de cidadania se funda na noção de igualdade e de justiça, elementos infrequentes na organização socioeconômica fundamentada pelo capitalismo, alicerçado, sobretudo, pela criação e manutenção de desigualdades sociais e pela divisão da sociedade em classes. É essa divisão, segundo a perspectiva analítica da autora, que assevera a perseverança de diferenciadas possibilidades de acesso e exercício de direitos e de gozo das liberdades individuais e coletivas.

Incorporados a esta sociedade, os sujeitos encontram-se, também, associados a grupos, coletivos, comunidades, espaços de pertença. As relações que estabelecem com esses espaços assentam suas existências enquanto sujeitos sociais, históricos e corroboram a construção de suas cidadanias em relação dialética e dinâmica entre as formações dos sujeitos, suas epistemes, as formações comunitárias e o entrecruzamento destas com outros espaços e instituições. A cidadania se constitui, portanto, no âmbito da mescla relacional cotidiana dos sujeitos e de seus contextos, em perspectiva relacional.

Entendo também que, no cenário contemporâneo da sociedade midiaticizada, o direito à comunicação, potencializado através dos dispositivos tecnológicos e das redes digitais, configura-se como um dos elementos principais para o desenvolvimento da cidadania, sendo pauta de discussões realizadas pela Unesco desde a década de 1960. Entretanto, para a plena cidadania comunicativa não basta o direito à informação. É fundamental o resgate da ideia do direito à comunicação como prerrogativa à existência cidadã dos sujeitos.

Essa noção reconhece o direito dos sujeitos e dos seus grupos sociais de poder realizar movimentações expressivas nos espaços comunicacionais. Numa sociedade permeada pela comunicação, por processos de midiaticização que transformam e reconfiguram as mais diferentes práticas sociais, a existência midiática dos sujeitos e de suas comunidades legitima movimentos de resistência e de luta. Por isso, compreendo que o acesso à produção comunicacional deve ser considerado como passo fundamental para a conquista e o exercício de uma cidadania plena.

Sujeitos e comunidades silenciados midiaticamente, ou seja, sem direito ao acesso e à produção comunicacional, têm seus processos de cidadania oprimidos. Suas pautas, necessidades, visões de mundo e possibilidades de compartilhamento de saberes se encontram suprimidos. É preciso que se leve em conta que as dinâmicas da sociedade midiaticizada realocam a comunicação como condição

fundamental para a organização do espaço público, para a tomada de decisões que afetam a vida diária dos espaços socialmente organizados. A negação da comunicação e da existência midiática assenta, portanto, uma condição de negação da própria cidadania. A isso, Guareschi (2006, p. 35) acrescenta que é na “prática de falar, de se comunicar, que o ser humano se expressa, se exterioriza, como verdadeiro criador e agente da história”. Quer dizer, a existência midiática abre portas para que sujeitos e comunidades deixem de lado um *status* de fragmentação de resistências e lutas, reconhecendo no conjunto social de seu entorno pautas comuns, que são combustíveis para a ação dialógica e política.

Como destaca Peruzzo (2012), a comunicação é uma dimensão fundamental para o exercício da cidadania de todos os sujeitos. Aos indivíduos partícipes deste processo, o surgimento das redes digitais de comunicação possibilita a criação de laços de pertença com suas comunidades, de afetações dentro dos cenários constitutivos dos sujeitos, de modo que os mesmos se sintam comunicativos, importantes e partícipes no interior das dinâmicas decisórias de suas comunidades, configurando o que se tem compreendido por movimentos de construção e exercício da cidadania comunicativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante as proposições recortadas e debatidas, compreendo que pensar um conceito de cidadania comunicativa aciona uma imediata e incondicional defesa da democratização da comunicação como condição fundamental para a constituição de construções midiáticas nas quais coexistam processos de abertura e de reconhecimento às pluralidades contextuais, sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais e comunicacionais dos sujeitos em comunicação. A democratização da comunicação é premissa irrestrita à efetivação da cidadania comunicativa.

Pleiteio, assim, a necessidade de uma democratização integral da comunicação, entendida como um processo de abertura e de legitimação dos espaços da educomunicação comunitária como universos de existência midiática e cidadã de grupos minoritários; de formações multiculturais híbridas; de renovadas configurações identitárias dos sujeitos; de posturas sociais, econômicas e políticas contra-hegemônicas etc., e que não podem prosseguir à margem da representação midiática. A arbitrária disposição desses universos educomunicacionais comunitários em setores periféricos do espectro midiático, no qual dividem espaços com demais construções hegemônicas, serve à sustentação e ao fomento das desigualdades sociais presentes no tecido social contemporâneo.

Com isso, a proposta conceitual para a noção de cidadania comunicativa avista na comunicação um elemento vital à cidadania por apoiar exercícios de visibilização e existência na esfera pública de sujeitos e de comunidades cujas realidades nem sempre são parte das construções midiáticas hegemônicas direcionadas à transformação. Um conceito contemporâneo de cidadania, tecido a partir do reconhecimento de que as lógicas da sociedade midiaticizada afetam, em diferentes níveis e profundidades, as existências e as relações sociais dos sujeitos, deve contemplar também o direito a requerer direitos. A concepção construída ao longo da Tese leva à compreensão de que esse processo de requerimento pode se dar, de maneira produtiva, aos sujeitos comunicantes, pela comunicação midiática.

Alicerçando minha proposição, Peruzzo (2012, p. 15) afirma que “a comunicação não é vista como suporte utilitário para a difusão de inovações, mas tratada como parte inerente de processos de emancipação social”. Na proposta empreendida neste trabalho, a comunicação comunitária, imbricada a processos educomunicacionais, é entendida como um espaço que possui, como uma de suas características essenciais, a capacidade de análise crítica da realidade social, entrelaçada à busca por transformações do horizonte experienciado e pelo resgate e estímulo à noção de pertencimento dos

sujeitos em relação às suas comunidades. Em síntese, os resultados deste tipo de comunicação, elaborada no seio comunitário, tendem a permitir que os movimentos comunitários e populares extrapolem o âmbito da representação midiática, migrando para o do reconhecimento social, político, cultural, comunicacional. Esta variação, mudança da condição de visibilidade das comunidades transpassadas pela educomunicação comunitária legitima pautas de resistência, luta e transformação, fundamentais à cidadania comunicativa.

Retomando a movimentação dialógica entre educomunicação, comunicação comunitária e cidadania, levanto a ideia de educomunicação comunitária como processo amalgamado de aproximação e junção de práticas da educomunicação à comunicação comunitária. Compreendo que a participação de sujeitos e comunidades para a produção comunicacional evidencia um processo de consciência, de organização e de ação para compreender a realidade e agir sobre ela.

O que está argumentação busca evidenciar é que, no âmago de processos da comunicação comunitária, coexistem processos e dinâmicas educacionais. Essas dinâmicas podem ser visualizadas quando se compreende que as atividades desenvolvidas pelos sujeitos comunicantes se atrelam à conquista de saberes, de aprendizados com e sobre a comunicação, da reinvenção de capacidades dialógicas, estéticas, criativas; que os processos da comunicação comunitária apresentam aos sujeitos possibilidades de reelaborar habilidades e saberes comunicacionais, tecnológicos, sociais e educacionais. Postos em circulação, esses saberes – aprendizados conquistados pela prática educacional comunitária – ganham repercussão, visibilidade e legitimidade social e política, que são objetivos tanto da educomunicação quanto da comunicação comunitária e que caracterizam, finalmente, a conquista e o exercício da cidadania comunicativa.

REFERÊNCIAS

AGUADED, I.; MARTÍN-PENA, D. Educomunicación y radios universitarias: Panorama internacional y perspectivas futuras. **Revista Chasqui**, Quito, n. 124, p. 63-70, dez. 2013. Disponível em: <http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/20>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. **Revista Comunicação & Educação**, ano XIV, n. 3. set./dez. 2009.

BONIN, J. A.; CORRÊA, F. Z. Práticas educomunicativas no projeto Alunos em Rede – Mídias Escolares e cidadania comunicativa. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 29-37, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/81250/96717>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRANDALISE, R.; ASSENCIO, S. Contra a barbárie da incomunicação e pela construção de uma sociedade educativa. **Revista Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 313-317, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/601/pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

CITELLI, A. Comunicação e educação: implicações contemporâneas. **Revista Comunicação & Educação**, ano XV, n. 2, maio/ago. 2010.

COGO, D. **No Ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

COGO, D. **Mídias comunitárias**: outros cenários e cidadanias. Rio de Janeiro: Ibase, 2005.

ESPOSITO, R. Nihilismo e Comunidade. In: PAIVA, R. (org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FÁVERO, M. L. A. **A universidade no Brasil**: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: Editora UFPR n. 28, p. 17-36, 2004.

FESTA, R. **Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa**: comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

FÍGARO, R. Paulo Freire, comunicação e democracia. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./jul. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/96803/96729>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEIXOTO FILHO, J. O rádio e a educação: a experiência do MEB e as contribuições para a Educação popular. *In*: Pretto, N. L.; TOSTA, S. P. (org.). **Do MEB à WEB: o rádio na educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUARESCHI, P. Mídia e cidadania. **Conexão - Comunicação e cultura**, Caxias do Sul, RS, v. 6, n. 9, 2006.

HUERGO, J. **Comunicación/Educación. Ámbitos, prácticas y perspectivas**. La Plata: Ed. de Periodismo y Comunicación, 2001.

MARTÍN-BARBERO, J. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, D. de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MATA, M. C. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2006.

MORAWICKI, K. **Matrices teóricas y políticas en el campo de la comunicación y educación en Argentina**. XIII Congreso Latinoamericano de Investigación en Comunicación. México, 2016.

PAIVA, R. **O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *In*: Colóquio Internacional Sobre Escola Latino-Americana De Comunicação Nos Países Do Mercosul, 8., 2004, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.portalgens.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf. Acesso em: 2 jan. 2017.

PERUZZO, C. M. K. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. *In*: Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação, 29., 2006, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Brasília, 2006a.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. *In*: COGO, D.; MAIA, J. (org.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: Uerj, 2006b.

PERUZZO, C. M. K. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, comcibercultur@. *In*: Encontro Anual da Compós, 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos** [...]. Juiz de Fora, 2012. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1803.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

PIMENTEL, F. P. **O rádio educativo no Brasil**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Soarmec Editora, 1999.

PONTE, C.; CONTRERAS-PULIDO, P. Presente y futuro de la alfabetización mediática en Europa: el caso español y portugués. **Revista Chasqui**, Quito, n. 124, p. 19-25, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/14>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ROMANCINI, R. Web 2.0 e EAD: riscos e possibilidades. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 179-192, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/12975>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ROSA, R. Cidadania expandida e identidades compartilhadas. **Razón y Palabra**, n. 70, Monterrey, México, 2009. Disponível em: http://www.razonypalabra.org.mx/N/N70/13%20Rosa_revisado.pdf. Acesso em: 10 maio 2018.

SAGGIN, L. F. **Educomunicação comunitária**: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2020.

SOARES, I. O. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. **Contato**, Brasília, ano 1, n. 1, jan./mar. 1999.

SOUZA, C. M. **Pelas ondas do rádio**: cultura popular, camponeses e Movimento de Educação de Base. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática depois da 'Primavera Árabe'. **Revista Intercom**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1783/1643>. Acesso em: 16 jul. 2019.



4

Ricardo de Jesus Machado

SEMIOFAGIAS CANIBAIS:
DA HUMANIDADE RELACIONAL À DIFERONÇA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.4

INTRODUÇÃO

As Semiofagias Canibais são uma tentativa de pensar o nosso olhar sobre a Semiótica e a Comunicação a partir de um estranhamento. Toma como ponto de partida descrições etnográficas e etnológicas sobre o pensamento dos povos nativos e, em última medida, suas cosmovisões para produzir uma imagem de nosso pensamento que nos seja irreconhecível. Trata-se, nos termos de Lévi-Strauss (1989), de um “pensamento selvagem”, que se opõe ao pensamento domesticado ocidental. Portanto, não é nem “pré”, nem “pós”, nem “des” colonizado, porque a rigor não toma a abstração ocidental como referente. É, sublinho, um pensamento selvagem. E o é com todas as vicissitudes e potencialidades de uma abordagem desta ordem.

O esforço desta perspectiva teórica e metodológica é, em suma, não tomar as nossas imagens conceituais como referências para pensar as cosmovisões dos povos nativos do Brasil, mas precisamente o contrário: tomar o ponto de vista dos indígenas sobre nossas formas de semiotização para desestabilizar os nossos conceitos. Em uma frase: como transformar o *eu* num *outro*. Tal tarefa é realizada levando em conta um traço do pensamento dos povos nativos, o *multinaturalismo indígena*. Dito isto, as cosmovisões e cosmologias desses povos são, como se sabe, mais amplas, múltiplas e diversas que o *perspectivismo indígena* (a outra forma de chamar o *multinaturalismo*). A ressalva é importante, pois o traço mobilizado para este estudo não pretende reduzir a diversidade cosmológica das nações indígenas, mas, ao contrário, respeitando a profundidade desses saberes, trabalhar apenas uma característica e ser rigoroso com suas especificidades.

Cabe antes uma breve explicação sobre a expressão “DiferOnça”. Ela foi encontrada, pela primeira vez, na leitura do livro *Encontros*, de Viveiros de Castro (2007). Mais tarde percebemos o uso da palavra na obra de Valentim (2018), referenciando

o mesmo texto. O termo, segundo a acepção original, refere-se à “desalienação metafísica e abolição física do personagem” (Viveiros de Castro, 2007, p. 128) implicadas no coadjuvante de *Meu tio o lauretê*¹, de Guimarães Rosa. Viveiros de Castro comenta o termo como um “duplo e sombrio movimento, essa alteração divergente, de *diferOnça*, fazendo assim uma homenagem antropofágica ao célebre conceito² de [Jacques] Derrida” (2007, p. 128, grifo nosso). O que queremos evidenciar a partir desta elucidação em torno da noção de *diferOnça* é que se cada coisa e cada humano (no sentido *lato*) tem sua onça, a *diferOnça* é, por definição, o tipo de diferença comunicacional produzida por semiotizações orientadas pelas “Semiofagias Canibais” (a partir daqui escritas “SCs”). Afirmar que cada coisa tem sua onça significa sustentar que o que as coisas são não depende de um substancialismo, mas de um relacionismo, que varia de acordo com o agenciamento sógnico que incide sobre um objeto, coisa ou fenômeno.

Portanto, o que se segue é a apresentação de seis aspectos que, em seu conjunto e inter-relação inseparável, conformam o que denominamos “SCs”, demonstrando o que são e a que se orientam. São eles: *Humanidade Relacional*, *Formas do Invisível*, *Inimizade Semiofágica*, *Equivocidade Canibal*, *Semioses Canibais* e *DiferOnça*.

HUMANIDADE RELACIONAL

A humanidade é uma questão de relação, logo não está restrita aos humanos, mas ao mesmo tempo não pode ser assumida simultaneamente por dois entes em relação. Em outras palavras,

1 Caso alguém não conheça o conto, o protagonista-narrador é uma onça-pessoa.

2 O conceito de Derrida sugerido pela citação é o de *différance*, discutido e trabalhado pelo filósofo francês na obra *L'écriture et la différence* (Paris: Seuil, 1967).

sujeito e objeto não são condições predicativas dadas aprioristicamente, dependem da relação. De outra forma ainda, numa perspectiva semiofágica, os objetos são tão capazes de apontar para sujeitos (característica mais comum no perspectivismo indígena), quanto o contrário (perspectiva dominante nas racionalidades ocidentais). “é humano quem ocupa vicariamente a posição de sujeito cosmológico; todo existente pode ser pensado como pensante (‘isto existe, logo isto pensa’), isto é, como ‘ativado’ ou ‘agenciado’ por um ponto de vista” (Viveiros de Castro, 2015. p. 65). Compreendendo essa premissa, é possível entender que, no multinaturalismo, a cultura se mantém estável e o que muda é a natureza dos corpos, de modo que são as multinaturezas que expressam a diferença da condição pronominal de humano (que diz “eu sou humano”).

Numa perspectiva antropofágica, saber quem é o humano da relação implica identificar a qual semiosfera³ pertence o humano que assume o primado da significação de uma dada relação. As SCs se interessam, portanto, em examinar o potencial comunicativo que está inserido nas práticas, nas manifestações e nos fenômenos acionados por sistemas semióticos outros. Isso implica considerar processos comunicacionais de humanos-outros, levar em conta que a culturalização da natureza não está reduzida à nossa espécie e que diferentes expressões da humanidade – humano-onça, humano-espírito, humano-peixe, etc. – atualizam a cultura segundo seus próprios corpos-naturezas. É nesse sentido que a humanidade multinaturalista se conecta às preocupações semióticas, uma vez que as semiosferas dos humanos-outros comunicam um mundo-outro, cujas percepções tendem a colocar em causa uma visão do planeta como recurso. É preciso deixar claro que elementos da natureza, em

3

“La semiosfera es el espacio semiótico fuera del cual es imposible la existencia misma de la semiosis. Así como pegando distintos bistecs no obtendremos un ternero, pero cortando un ternero podemos obtener bistecs, sumando los actos semióticos particulares no obtendremos un universo semiótico. Por el contrario, sólo la existencia de tal universo – de la semiosfera – hace realidad el acto sógnico particular. La semiosfera se caracteriza por una serie de rasgos distintivos.” (Lotman, 1996, p. 12).

certo sentido inanimados, como pedras, metais ou mesmo a água, embora, aparentemente, não ocupem virtualmente a condição de humano, possuem função comunicacional importante.

As formas de convivência entre os diferentes seres e seus respectivos modos de habitar o mundo⁴ depende, cada vez mais, de uma compreensão e comunicação que leve em conta a relação entre as distintas humanidades. "As implicações do pensamento relacional a respeito do que significa ser uma pessoa, ou exercer agência em questões sociais, continuam sendo temas chave do debate atual" (Ingold, 2019, p. 58). Ora, o colapso civilizacional de dimensões bíblicas que vivemos não é, senão, efeito da crença de que nossa espécie é a única dotada de humanidade para qual todos os demais seres devem garantir, mesmo que seja com a própria vida, o nosso "bem-estar".

É importante considerar que no multinaturalismo a relação entre sujeitos é constituída por um dialogismo que agencia a significação. Mas os sentidos produzidos nesta relação não se reduzem aos termos de uma dualidade, mas, sim, ao múltiplo. "(...) o sentido nunca é apenas um dos dois termos de uma dualidade que opõe as coisas e as proposições (...) já que é também a fronteira, o corte ou a articulação da diferença entre os dois" (Deleuze, 2015, p. 31). Nessa via, as SCs também visam contribuir, a partir de seus pressupostos, na elucidação de aspectos pouco transparentes das semioses multinaturalistas, mas é igualmente importante considerar que o "sentido é como a esfera em que estou instalado para operar as designações possíveis e mesmo para pensar suas condições. [...] Por outras palavras: nunca digo o sentido daquilo que digo" (*Ibidem*).

Em suma, o mecanismo de construção do significado pode ser evidenciado analisando-se os tipos de códigos culturais

4

No livro Onde aterrar? Latour escreve: "(...) nossa única saída está em descobrirmos juntos qual território é habitável e com quem podemos compartilhá-lo" (2020, p. 18).

mobilizados em uma determinada semiosfera que levam a certos tipos de semiotização. Tal característica deve ser compreendida, considerando-se seus códigos culturais e sistemas modelizantes, como particularidades de um determinado coletivo humano, em sentido *lato*, que produz semiotizações de maneira diferenciada. Quero com isso dizer, exemplificando, que, ao culturalizar a natureza desde a oncidade, o sangue é semiotizado como bebida inebriante. O que podemos notar mais claramente é que as SCs nos ajudam a ponderar semioticamente como a cultura pode ser semiotizada a partir de outras naturezas, de tal modo que sejamos capazes de perceber que o processo de semiose é singular para cada esfera semiótica e, em consequência, a produção de significação sobre o mundo é múltipla. Além de múltipla é equívoca (logo não é unívoca), operando com anomalias, imprevisibilidades e irregularidades. Ao evidenciarmos o caráter relacional de toda a significação, procedimento que destitui os sujeitos-objetos de qualidades sgnicas anteriores às relações que os constituem, pretendemos salientar que, em uma abordagem semiofágica, a equivocidade passa a ter importância para compreendermos os processos de significação. É esse caráter que suspende uma possível, mas sempre latente, compreensão determinista.

O que as SCs propõem, não é, portanto, a elucidação de um significado (mediado por signos) que emerge para além das relações dos sujeitos que o produzem, mas o caráter necessariamente vinculante entre o significado e o humano que semiotiza, sem o qual não se pode compreender os processos de significação. Trata-se de uma semiose que, ao produzir sentidos, aponta para um sistema semiótico diferenciante, não para um sujeito (pretensamente) universalizante. As consequências disso, como sugere Viveiros de Castro, é que em um mundo onde as relações são predominantemente sociais, “toda a diferença é política”, afinal há “mais pessoas no céu e na terra dos índios do que sonham nossas antropologias [e semióticas]” (2015, p. 54, grifo nosso).

FORMAS DO INVISÍVEL

“A gente escreve o que ouve – nunca o que houve” (Andrade, 2011, p. 62). O chiste oswaldiano que abre esta seção é ilustrativo do desafio semiótico de traduzir os fenômenos em linguagem, qual seja. Diante disso, as SCs buscam tornar mais claros os tensionamentos implicados na traduzibilidade, à medida que propõe desautomatizar, não somente os modos de produção de sentidos, mas as formas antropocêntricas de semiotizar. Esse processo indica um outramento ao trazer à tona diferentes procedimentos de significação, bem como funcionamentos diversos das semiosferas e a necessidade de evidenciar as peculiaridades das linguagens examinadas. Tal aspecto é posto pelo ato mesmo de se semiofagizar, pois o *eu* somente poderia conceber o sangue como cerveja ao tornar-se *outro*. A rigor é o sangue que transforma o *eu* em *outro*, pois só sendo onça é possível percebê-lo como bebida embriagante. É o objeto apontando para o sujeito. Esse caráter das SCs é fundamentalmente comunicacional, pois sugere que a produção e a compreensão de um sentido (o que se comunica por meio das coisas) depende do tipo de modelização que varia de acordo com a capacidade de deslocamento, de diferenciação e de outramento.

A tradução assume papel importante na constituição de semioses entre culturas e naturezas. Sobreretudo porque tais contatos tendem a se dar a partir das fronteiras semióticas, o que sempre leva à necessidade de se produzir uma zona de inteligibilidade que torna possível traduzir o extracultural (ou extramundano) em algo que possa ser decomposto nas linguagens do sujeito que ocupa, na relação comunicacional semiofágica, a condição pronominal de humano. Nesse sentido, a tradução funciona como um dos princípios das SCs, pois é ela que possibilita que algo anteriormente visto como potencialmente incomunicável, torne-se comunicável, a despeito de suas equivocidades. Isso porque o que se pressupõe incomunicável

transforma-se virtualmente comunicável pelas zonas de interação entre semiosferas distintas, tal como propõe a Semiótica da Cultura.

Faleiros sustenta que o “equivoco” na tradução é “inevitável e fundador, [e] ele se aproxima do conceito de ‘diferença’⁵” (2019, p. 65). Bem, quando estamos tratando de semioses de fronteira, entre entes que se codeterminam assimetricamente em função de suas distinções, torna-se um pouco mais crível o porquê da tradução estar assentada sobre o pilar da equivocidade. Esta, por sua vez, tem origem no esforço comparativo próprio do exercício antropológico. O que queremos dizer, fazendo eco à formulação de Viveiros de Castro, é que “*traduzir é sempre trair*, como diz o ditado italiano. Uma boa tradução é uma que permite que os conceitos alienígenas deformem e subvertam a caixa de ferramentas conceitual do tradutor” (2018, p. 250, grifo nosso).

O deslocamento na compreensão da humanidade ocorre em nível semiótico. Aqui, a tradução é ao revés, ou seja, não se trata de domesticar o exterior no interior de nossa própria semiosfera, mas de tentar compreender o outro, na medida do possível, a partir de sua própria alteridade. Disso decorre a preferência pelo termo “modelizar”, próprio da Semiótica da Cultura, no lugar de “traduzir”. Modelizar significa tentar compreender os modos de articulação das codificações do outro sistema semiótico (do outro mundo, da outra natureza, da outra semiosfera), entender as diferenças, as peculiaridades que estão inseridas no sistema semiótico da alteridade, considerar os modos de organização dos seus textos, das suas linguagens e, portanto o seu modo de semiotizar. Assim seria possível chegar aos

5 O conceito de diferença a que Faleiros se refere, remete à formulação seguinte. “Na diferença um é diferente do outro. Estão na mesma distância, e é no movimento entre um e outro que podemos apreender as suas relações. (...) O jogo de paráfrases é o que dá as distâncias (relativas) dos sentidos na relação de diferentes formações discursivas. Pelas paráfrases, os sentidos (e os sujeitos) se aproximam e se afastam. Confundem-se e se distinguem. É isso que se percebe se, ao invés de se tomar (na produção do sentido) o sujeito centrado em si mesmo, pensa-se no jogo de relações entre formações discursivas diferentes” (Orlandi *apud* Faleiros, 2019, p. 65-66).

mecanismos de construção das linguagens e da produção de sentidos daquilo que é exterior. De certa forma isso implica (re)construir a organização do sistema semiótico do outro valorizando seu potencial comunicativo. É desta maneira que a modelização funciona como transcodificação ou criação de novos códigos.

Em termos antropológicos e semióticos, a modelização como princípio das SCs é, também, uma forma de compreender a processualidade comunicacional e de praticar um deslocamento semântico que está implicado na produção do eu como outro. Não negamos as equivocidades inerentes ao processo, mas não nos bloqueamos por elas, de tal modo que mudar o ponto de vista corresponde a mudar as afecções pelas quais se produz significação. Se tomo a perspectiva do corpo da onça (do outro), tal como sugerido pelo pensamento perspectivista indígena, usando-o como centro gravitacional de afecção para produzir sentidos, posso compreender uma cuia cheia de sangue como cerveja. É esse mecanismo de desensimesamento que permite, digamos assim, potencializar a modelização e a semiotização. E toda essa engrenagem nos permite compreender as formas do invisível, no sentido de dar existência em nossas semiosferas a saberes extraculturais, sobrenaturais e extramundanos, mas a partir de seus próprios termos.

Na prática xamânica isso aparece de maneira mais cristalina. Sua especificidade comunicacional está ligada à possibilidade de um exercício de transmutação corpórea que permite aos xamãs um tipo de comunicação cosmopolítica. Manuela Carneiro da Cunha ao abordar o desafio de se transpor signos de um código a outro, trabalho precípua dos xamãs, recorda que na impossibilidade de uma transliteração entre linguagens o que se faz é "(re)construir (...) uma síntese original, uma nova maneira de pôr em relação níveis, códigos, pô-los em ressonância, em correspondência de modo que esse novo mundo ganhe a consistência desejada para que se torne evidente" (Carneiro da Cunha, 1998, p. 14). O xamã é capaz de, por sua capacidade comunicacional transespecífica, reconstruir linguagens

sobrenaturais e extramundanas de modo a colocá-las em ressonância com os códigos comunicacionais de nossa espécie, ainda que sob linguagens e categorias próprias do pensamento indígena.

Roy Wagner faz uma aproximação interessantemente produtiva entre o “trabalho” xamânico e o que poderíamos chamar de trabalho semiótico das pessoas comuns, ao afirmar que “O homem é o xamã de seus significados” (Wagner, 2017, p. 67). No que toca aos interesses desta pesquisa e levando em conta a leitura que nos parece convergente ao debate, tal definição wagneriana sugere que a cultura não é propriedade interpretativa de uma espécie, mas que o próprio conceito, tal como o de homem, tanto mais produtivo será, quanto mais “invista suas ideias, buscando equivalentes externos que não apenas as articulem, mas também as transformem sutilmente no processo” (*Ibidem*). O que importa nos termos das SCs é pensar nossas categorias, precipuamente ocidentais e modernas, sob o ponto de vista do pensamento de povos que não são ocidentais e menos ainda modernos. Trata-se de semiotizar o mundo sob o ponto de vista da alteridade, sob códigos culturais de outras naturezas e sob outros sistemas modelizantes. Trata-se, portanto, de dar forma ao invisível.

INIMIZADE SEMIOFÁGICA

Pela via do multinaturalismo, que defende a possibilidade de apreensão do mundo pela perspectiva outrem, o regime semiótico da inimizade é constituidor de um outro que carrega uma verdade. Isso dá visibilidade ao processo de desensimesmamento que emerge no método semiofágico como resultante da construção de uma autoimagem irreconhecível. Diante de tal contexto, talvez pareça oportuno pensar como, desde os helenos, a noção de amigo – e consequentemente de amizade – foi fundamental para produzir a forma de pensamento propriamente filosófica, reconhecendo o

filósofo como amigo da sabedoria. Quando Viveiros de Castro (2010) opõe a força motriz do pensamento indígena à filosofia, está precisamente evidenciando a inimizade como vetor primordial em relação a amizade. Enquanto o primeiro se orienta ao outro (extrínseco), o segundo volta-se a si próprio (intrínseco) e cada um deles agencia formas diferentes de consciência sobre a própria existência. Esse debate é parte, também, das intuições e definições sobre a amizade a partir do pensamento de Deleuze e Guattari, em que argumentam que o “amigo tal como ele aparece na filosofia não designa mais um personagem extrínseco, um exemplo ou uma circunstância empírica, mas a uma presença intrínseca ao pensamento, uma condição de possibilidade do próprio pensamento, uma categoria viva, um vivido transcendental” (2010, p. 9). Em outras palavras, se a forma da amizade produz a identidade (o intrínseco), a forma da inimizade produz a alteridade (o extrínseco), algo ligado às SCs como princípio teórico.

Levar a sério a inimizade semiofágica implica encarar algumas perguntas: “como será viver num mundo constituído pelo ponto de vista do inimigo? (...) E qual regime de verdade pode, afinal, prosperar num mundo em que a distância conecta e a diferença relaciona?” (Viveiros de Castro, 2011, p. 910). Tais questões nos ajudam a propor imagens do pensamento que não estejam dadas *a priori*, o que também é uma forma de abandonar o decalque (ou recalque?) das categorias universalizantes. Pelo viés da Semiótica da Cultura podemos entender, com Lotman (1996), que nenhum sistema de signos é dado *a priori*, ele precisa ser reconstruído por meio da modelização.

Frente a este debate, podemos pensar as SCs não como um conceito, enquanto criação filosófica que pretende produzir categorias universais, mas como *inimiga do conceito*, uma vez que se volta à elucidação do caráter artificial das universalizações, compreendendo que esses conceitos “não explicam nada, eles próprios devem ser explicados” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 13). Daí nossa argumentação de que as SCs são uma teorização conceitual-pragmática vinculada à inimizade como dispositivo produtor de diferenciação, não de

identificação. Trata-se de um dispositivo de criação de singularidades, produzidas nas relações de contato entre entes cuja posição vicária de humano agenciará, transitoriamente, quem é o humano e quem é o objeto e como ambos são codeterminados em uma significação.

Como o primado do agenciamento sógnico nas SCs depende dos corpos que produzem os sentidos e estes corpos estão em perpétua disputa pela condição de humano, a cada novo enfrentamento (ou abordagem semiofágica canibal) se produz uma nova singularidade, um novo mundo. É por isso, entre outras razões, que a identidade é apenas uma possibilidade multicultural da pluralidade, um caso da diferença. Tal descrição produz um quase-oxímoro, pois a universalidade imanente expressa na multiplicidade dos corpos é o que coloca em causa a universalidade transcendental dos conceitos. Se o amigo rival da filosofia grega produz a identidade como pano de fundo do pensamento, a inimizada indígena produz um antinarciso⁶, que tem como corolário a imagem do inimigo sobre si.

Tânia Stolze Lima oferece uma descrição sobre as “formas da amizade” em sua etnografia sobre os yudjá em que o ponto fundamental de sua argumentação revela uma espécie de consciência aguda dos povos indígenas sobre as simetrias e assimetrias inerentes à sociabilidade interpessoal. Em síntese, eles sabem e reconhecem que as relações são assimétricas. Isso não implica que nós, os ocidentais, também não saibamos disso, mas parece-me que costumamos resvalar mais nos limites das nossas assimetrias, não raramente projetando falsas simetrias. Lima usa dois exemplos bastantes ricos e ilustrativos para demonstrá-las. O primeiro é a ideia do bebê-e-placenta, em que “A placenta é definida como amigo (ou companheiro) do bebê, mas seria absurdo concluir que a recíproca é verdadeira” (Lima, 2005, p. 88). O segundo exemplo diz respeito às formas de socialização com as chefias, de tal modo que esta relação

"é formada por um chefe e amigos do chefe. Um homem pode ser definido como tal, mas o próprio chefe não seria caracterizado como amigo seu" (*Ibidem*). Resumindo, um homem pode ser amigo de seu chefe, mas a recíproca não é verdadeira. No fundo, se pudéssemos falar de uma amizade entre os yudjá, seria, necessariamente, conforme Lima, um certo tipo de amizade semiofágica. O argumento, contudo, é mais complexo. Vejamos.

Entre os yudjá, a noção de pessoa não é um dado pronto e acabado, pois existem diferentes escalas e com isso a necessidade das peles novas⁷. A diferença entre os níveis desta escala, em última medida, é o que determinará a posição dos sujeitos na relação de amizade, de modo que se um deles ocupa a posição de chefia ele terá potencialmente uma relação de amizade simétrica com chefes de outros grupos, mas de assimetria em relação a seus coabitantes. Levando tudo isso em consideração, não se trata de afirmar que não há relações de amizade semiofágica em nossas sociedades. Se quiséssemos comparar talvez abundariam exemplos. A questão é que em termos de estrutura do pensamento, a *amizade yudjá* corresponde, em suas formas de socialidade, muito mais às dinâmicas da inimizade indígena, como produtora de alteridades, que da amizade ocidental criadora de mesmidades, de falsos consensos, falsas universalidades. Isso ajuda a compreender a seguinte formulação: "Assimetria = $f(Eu)$ " (*Ibidem*, p. 75). Ou seja, a *assimetria* é igual a *função-eu*, equação que dá título ao texto de Lima de onde trouxemos tais digressões, onde o modo em que o eu se expressa depende da posição ocupada pelo sujeito na relação assimétrica. Em suma, trata-se, no caso yudjá, de toda uma outra concepção da amizade quem nem de longe se assemelha ao amigo rival da filosofia.

7

A pele como elemento semiótico de subordinação ou superioridade simétrica é explicada do seguinte modo: "A pele enrugada de um sênior é a sua pele de nascimento, que envelheceu; sob ela acham-se outra de distintas idades. A inferior de todas é uma pele de menino, seguida das peles de rapaz que ultrapassou a puberdade, de homem ocupado com a produção de filhos, ou de homens cujos filhos estão ocupados com a produção de seus netos" (Lima, 2005, p. 123).

Todo esse esquematismo social tem como destino a vingança e o inimigo como caminhos incontornáveis de um pensamento e de uma semiose que estejam à altura do perspectivismo indígena. Isso porque a vingança “era, antes, um esquematismo da práxis – ou deveríamos dizer da *poiesis* – social, um mecanismo de produção ritual da temporalidade coletiva (o ciclo interminável das vinganças) pela instalação de um desequilíbrio perpétuo entre grupos inimigos” (Viveiros de Castro, 2015, p. 169). Diante de tal contexto, a questão comunicacional mais relevante repousa sobre como produzir comunicação a partir de uma sociabilidade em desequilíbrio. Uma pista sugerida pelas teorias mobilizadas por esta pesquisa, a partir do princípio da inimizade, leva-nos à equivocidade como princípio regulador dos sentidos nos processos semióticos próprios das SCs.

EQUIVOCIDADE CANIBAL

A equivocidade canibal diz respeito ao tipo de significação produzida por meio das SCs, razão pela qual ela é um de seus aspectos. É em função da equivocidade, como elemento indutor de sínteses disjuntivas⁸, que as semioses produzidas na relação do eu com outro tendem à produção de sentidos em equivocidade. Na prática, implica levar em conta que há sentidos outros, códigos outros, semioses outras (que, inicialmente, não fazem parte de nosso repertório semiótico) produzidas a partir de sistemas semióticos alheios. Dessa maneira, os sentidos são deslizantes, irregulares, incertos, imprevisíveis, descontínuos. Ou seja, o sangue pode ser, também, uma espécie de cerveja, e a predicação não é postulada

8

“Parece-nos, no entanto, que a esquizofrenia nos dá uma singular lição extraedipiana, e nos revela uma desconhecida força da síntese disjuntiva, um uso imanente que não seria mais exclusivo nem limitativo, mas plenamente afirmativo, ilimitativo, inclusivo. Uma disjunção que permanece disjuntiva, e que afirma, todavia, os termos disjuntos, que os afirma através de toda a sua distância, sem limitar um pelo outro nem excluir um do outro” (Deleuze, Guattari, 2011, p. 105-106).

a priori. Sendo assim, conhecer o que as coisas são não depende de definições previamente dadas, mas de conceituações pragmaticamente construídas, cujas processualidades podem ser investigadas por meio das SCs.

Quando afirmamos que a equivocidade induz sínteses disjuntivas, estamos dizendo que os sentidos produzidos podem indicar um *referente comum* entre diferentes textos, ou seja, um referente comum entre representações distintas. A ideia por trás desta formulação sustenta que um referente comum – e existência de bebida inebriante – pode apontar para diferentes textos da cultura, incluídas culturas de múltiplas naturezas. De acordo com essa lógica, sangue ou cerveja podem ser reconhecidos como textos diferentes que se originam de um referente comum (a existência de bebida inebriante para humanos de diferentes naturezas). Há duas particularidades no caso da equivocidade oriunda das SCs: 1) a diferença na representação de um mesmo referente na perspectiva semiótica canibal em comparação à semiótica ocidental, é que o texto em que tal referente se manifesta pode ser (e tende a ser) um texto não reconhecidamente cultural desde a nossa perspectiva (o sangue, por exemplo), mas cultural desde um ponto de vista outrem; 2) uma vez que opera à lógica das sínteses disjuntivas, a significação produzida é uma significação em equivocidade pois, diferente do pensamento predicativo hegemônico, o sentido afirma os dois termos da significação sem opô-los. É por isso que no exemplo da cerveja/sangue, ambas representações do referente bebida inebriante são verdadeiras, pois sendo essa uma representação em equivocidade, o que vai determinar a qualidade sónica da representação é o tipo de sujeito agenciado pelo objeto, atualizando uma das “singularidades ou afecções características da multiplicidade humano/jaguar” (Viveiros de Castro, 2015, p. 67). A equivocidade, ao contrário da univocidade, valida a existência da multiplicidade da perspectiva humana não reduzindo-a às formas antropocêntricas de pensamento.

Além disso, o que a equivocidade semiófágica canibal coloca em causa não é propriamente a diversidade da representação cultural sobre um determinado evento, mas, sim, a transformação da atribuição prévia de artefatos tomados como apenas naturais em culturais. Esta dubiedade do que as pessoas e as coisas são marca, por oposição, o caráter reducionista da divisão kantiana⁹ entre cultura e natureza. Saber em qual contexto semiótico-multinaturalista estamos inseridos nos permite conjecturar sobre que sistemas semióticos podem ser mobilizados, quais tipos de codificação e de tradução estão em jogo, quais relações de inimizade estão postas e que equivocidades estão engendradas nas relações em fluxo.

Algo interessante da equivocação controlada – o modo pragmático da equivocidade – é que ela torna “explícita a equivocação insinuada em imaginar que quando a onça diz ‘caxiri’ ela se refere à mesma coisa que nós (quer dizer, uma poção saborosa, nutritiva e inebriante)” (Viveiros de Castro, 2018. p. 252). Isso implica em reconhecer também os processos de referencialidade que atravessam culturas e memórias coletivas articuladas e como esses elementos produzem sentidos sobre o mundo. Tal característica semiótica implica, portanto, que a semiotização do mundo não é mediada, nesta teorização, pela diversidade das culturas, mas, sim, pela “multiplicidade afetual” (*Ibidem*) dos corpos.

É fundamental compreender a equivocidade não como uma negatividade, como um erro, mas como a expressão de uma “estrutura *de jure*” (*Ibidem*) que corresponde à “própria forma da positividade relacional da diferença” (*Ibidem*, p. 256). Isso significa pensar a comunicação, nos termos da Semiótica da Cultura, como um mecanismo de produção de tensionamentos e imprevisibilidades, o que inclui a intraduzibilidade. Considerando que o papel das SCs é produzir a diferença (ou “DiferOnça”, como apresentaremos

adiante), a equivocidade (ou equivocação nos termos multinaturalistas) é a mola propulsora que permite, portanto, “comunicar por diferenças” (*Ibidem*, p. 255).

Um último ponto que cabe ser sublinhado, caso ainda não esteja suficientemente claro, é que a equivocidade, entendida como a qualidade semiótica da equivocação, não é somente um modo de comunicar pelas diferenças, mas também o elo que une diferentes perspectivas. O sangue e a cerveja, funcionam, justamente, como marcadores da diferença. “A semelhança afirmada entre humanos e jaguares¹⁰ ao fazer com que ambos bebam ‘cerveja’ não está lá senão para que melhor se perceba o que faz diferença entre humanos e jaguares” (Viveiros de Castro, 2015, p. 67). O argumento pode parecer contraditório e, por isso, paradoxal, mas quando o observamos com mais atenção, percebemos que entre o sangue e a cerveja, como referentes distintos para um mesmo significado de bebida inebriante, a única coisa que os une é, justamente, a diferença que os separa.

SEMIOSSES CANIBAIS

O canibalismo é uma categoria importante para qualquer tentativa de aproximação teórica coerente entre o pensamento branco e o dos povos nativos que praticaram e praticam a antropofagia, em suas múltiplas dimensões e expressões. Por isso o termo “canibal”,

10

Em *O cru e o cozido* Lévi-Strauss traz mais um exemplo que denota a relação de afinidade (não confundir com intimidade afetiva amigável) entre humanos e jaguares. “O jaguar e o homem são termos polares, cuja oposição é duplamente formulada em linguagem comum: um come cru, o outro, cozido, e, principalmente, o jaguar come o homem, mas o homem não come o jaguar. O contraste não é apenas absoluto, implica que entre os dois termos existe uma relação fundada na reciprocidade nula. Para que tudo o que o homem atualmente possui (e que o jaguar não possui mais) pudesse lhe vir do jaguar (que o possuía antes, ao passo que o homem, não), é preciso, portanto, que surja entre eles o meio de uma relação: esse é o papel da mulher (humana) do jaguar” (LÉVI-STRAUSS, 2004, p. 109).

que se soma ao substantivo “semiofagia”, não é meramente um qualificativo, mas possui função hermenêutica incontornável. Uma dessas funções corresponde à diferenciação terminológica da semiofagia concebida e proposta pelo multinaturalismo, ainda que as SCs sejam tributárias e inspiradas por seus pressupostos. De acordo com as premissas da semiofagia descritas pela antropologia, aquilo que se incorporava do inimigo, por meio do ritual antropofágico, eram os “signos de sua alteridade” (Viveiros de Castro, 2002, p. 290). E é justamente a qualidade de outro que interessava à sociabilidade tupi, qualidade perspectiva, diga-se. Tratava-se, pois, de ver-se desde o exterior, ocupar o ponto de vista de uma outra semiosfera para perceber a própria, entender codificações alheias para ampliar a compreensão dos próprios sistemas significantes. E tudo isso partindo do canibalismo ritual como uma pragmática, que ao mesmo tempo engendrava consequências epistemológicas e existenciais profundas, tais como a produção do tempo (o grande presente canibal), de sociedades mediadas pela inimizade e, até mesmo, a constituição de uma compreensão de si que coincide, em suma, com a imagem de fora projetada pelos inimigos. Portanto, o canibalismo não é mero complemento retórico, mas a condição cosmológica e intelectual sem a qual as SCs não são possíveis. Trata-se da tomada do ponto de vista da alteridade a partir de uma abordagem que tem como base o pensamento perspectivista-antropófago indígena.

À medida que deslocamos nosso ponto de vista em direção às alteridades (nos movimentamos de uma semiosfera a outra) e reconhecemos a perspectiva outrem como possível, tornamo-nos semioticamente capazes de especular (extra)mundos para outras (sobre)naturezas. Não se trata meramente de um exercício abstrato de deslocamento semiótico, pois o que as SCs sustentam é que a tomada do ponto de vista da alteridade tanto mais semiótica será quanto maior for a consciência desse deslocamento. É isso que desnaturaliza a artificialidade da crença moderna de que os únicos humanos dotados de cultura são os da nossa espécie. Isso passa

por uma tomada de consciência que considere, por um lado, a capacidade de modelizarmos outros sistemas semióticos respeitando suas peculiaridades, sem reduzi-los à forma hegemonizada de significação; mas também, por uma tomada de consciência que leve em conta o mundo da vida (Lebenswelt) dos diferentes seres como alternativa de deslocamento perspectivo. As resultantes de todo esse processo são, por definição, as *semioses canibais*.

Um último ponto precisa ser ressaltado. A possibilidade de um processo de semiotização que se oriente por um deslocamento em direção ao caos (o extracultural) requer, entre outras coisas, o manejo do aparato metalinguístico produzido pelos teóricos da Semiótica da Cultura, que propõem um exercício de questionamento sobre as propriedades, estruturalidades, singularidades dos objetos (de estudo) e buscam construir uma possibilidade de interpretação do mundo que pressupõe o desenvolvimento de determinadas competências semióticas¹¹. Para fugir das armadilhas de um processo de significação restrito às semioses da própria cultura, que ignora as zonas de inteligibilidade entre semiosferas distintas, é necessário exercer a modelização, nos termos explicados anteriormente, a partir de um deslocamento, tal como propomos, estabelecendo correlações a partir dos traços peculiares, distintivos, singulares do sistema semiótico abordado. Portanto, aquilo que não conhecemos e nos parece, a princípio, caótico de modo geral, mas também caótico semioticamente, na verdade, corresponde a um outro conjunto de semiotizações, ainda que aparentemente seja visto apenas como caos. Isso porque esse suposto caos não é algo dado, mas construído, tal como a cultura. É, nos termos de Benjamin (2012), o monumento da barbárie que erguemos simultaneamente ao da cultura. De alguma forma, como sugerem os estudiosos e pesquisadores de Tartu-Moscou, mesmo no mundo ocidental a cultura se organiza a partir de uma

11

Essa competência semiótica, de acordo com Machado (2003), abrange a competência semio-linguística, a competência textual e a competência discursiva e tudo isso se faz no processo de modelizar.

externalidade. Ocorre, porém, que o faz de maneira hierárquica, o que serve de justificativa às diferentes violências empregadas em nome da civilização (sic). Essas estratégias têm como interesse relegar a um plano inferior um signo para afirmar que há um superior. É nesse sentido, então, que a proposta de análise semiótica da cultura de Lotman (1996) leva em conta pensar sobre os processos históricos não do ponto de vista de um fluxo cronológico, mas a partir de conflitos, lutas e imprevisibilidades. O que este texto propõe, em última medida, é oferecer alguma contribuição, por menor que seja, a estas análises levando tais conflitos, lutas e imprevisibilidades a uma dimensão em que o conceito de humanidade é estendido a outras espécies e que a cultura seja vista desde outras naturezas.

DIFERONÇA

Na perspectiva multicultural as distinções derivadas dos diversos agenciamentos produzem uma diferença, em cujo ponto de vista multinatural, tal diferenciação pode ser chamada de diferOnça, mas não meramente como estratagema retórico, senão como modo de sublinhar que tais distinções estão necessariamente ligadas a um tipo de comunicação multinaturalista. Que tipo de comunicação é essa? Compreendendo a diferOnça como uma característica de processos comunicacionais que surgem, justamente, em zonas fora de nossa própria semiosfera, onde o processo de comunicação é marcado por tensionamentos (Rosário, 2021), os sentidos em equívocidade produzidos geram um tipo de diferença disjuntiva, que não é baseada numa distinção previamente conceitualizada, mas corresponde à imprevisibilidade lotmaniana. Em termos pragmáticos, a diferOnça é um tipo de resultante comunicacional que também suspende a arbitrariedade do signo pretensamente universalista, primando por uma produção de sentido em equívocidade.

Essa diferença, sublinhamos, não é dicotômica, isto é, não há algo que exista em si e por si própria. A diferença nas SCs é *um* caso da diferença, sem que isso implique a remissão à noção ocidental de identidade, pois se trata, repito, de diferença em equivocidade. Por isso é improdutivo pensar o humano *ou* a onça, o sangue *ou* o caíum, o barreiro *ou* a maloca, mas sim, considerar que as semiotizações dependem sempre do tipo de ponto de vista que incide sobre os entes e as coisas do mundo. A conjunção adequada neste caso é “e”, não “ou”. Portanto, segundo essa argumentação, não haveria nas coisas ou eventos do mundo uma propriedade substancialista que lhes seria intrínseca e que se projetaria de forma imediata (sem mediação). Isso porque o barreiro e a maloca são, tão somente, singularidades semióticas de uma multiplicidade infinitamente maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos teórico-metodológicos, as SCs propõem alguns procedimentos: 1) identificar quem é o humano em uma dada relação, no sentido de considerar diversos pontos de vista semióticos e os diferentes funcionamentos de tais sistemas; 2) reconhecer os tipos diferentes de modelizações que decorrem de distintas naturezas; 3) perceber as relações comunicacionais desde o paradigma da inimidade indígena, compreendendo que a identidade é codeterminada pela alteridade; 4) ter em conta que os sentidos produzidos são sempre transitórios e disjuntivos, relativos a uma dada semiotização, em um determinado contexto e que, portanto, o processo de produção de sentidos está atravessado por deslizamentos, imprevisibilidades, desterritorializações, equivocidades; 5) buscar reconstruir os modos de funcionamento dos sistemas semióticos diversos a partir de uma modelização que esteja atenta às alteridades, às anomalias e as peculiaridades e, dessa maneira, repensar os próprios sistemas semióticos pela perspectiva outrem; 6) levar em conta a diferença

como a diferença oriunda de processos comunicacionais em zonas de não intersecção entre semiosferas diversas, mas que convergem à possibilidade de abertura a verdades pragmáticas entre ontologias distintas, seguindo a pista deixada por Mauro Almeida (2021).

Feitas todas essas considerações, uma das questões centrais – e complexa o bastante para formular uma resposta que se esgote neste texto – é pensar *qual a relação entre a semiose indígena, a semiose dos brancos e as semiofagias canibais*? Considerando que as semioses são os processos de produção de sentido, as relações entre esses três eixos tendem a se dar paradoxalmente por suas diferenças. Mais precisamente: é ao tipo de diferença que devemos estar atentos, pois na relação entre as três semioses o que importa é menos a diferença entre o modo como os indígenas veem as onças e o modo como as onças veem os indígenas, e mais a diferença entre a *maneira como nós brancos vemos as onças* e a *forma como nós brancos vemos os indígenas vendo as onças e sendo vistos por elas*. Isso porque neste intrincado processo há indígenas, onças e brancos. Este terceiro elemento – *nós brancos* – é essencial para a reflexão, pois é esta visão que precisa ser desnaturalizada. A questão, como pontua Viveiros de Castro em diversos textos, é que não há uma onça-pessoa para os indígenas e uma onça-bicho para os brancos, há, de saída, uma pessoa/bicho que é uma das singularidades características da multiplicidade indígena/branco no multinaturalismo. Então, retomando a pergunta de origem, a relação entre as três semioses implica considerar que as semioses indígenas são constituídas por uma semiótica multinaturalista de fundo, que funciona à forma de uma contra-antropologia (interlocutora da antropologia dos brancos e não um mero objeto da antropologia), e que, justamente, ao ser colocada em pé de igualdade relacional com os modos hegemônicos da semiose dos brancos (reconhecida como uma semiose de corte antropocêntrico), produz um certo tipo de contra-semiose (interlocutora da semiótica a partir de uma perspectiva não reconhecidamente semiótica) manifesta por meio das SCs. É o mútuo tensionamento entre estas diferentes ontologias

semióticas – ou triangulação cosmopolítica – que permitem a inter-relação diferenciante entre estas três semioses e que, ao mesmo tempo, torna as SCs uma abordagem semiótica-multinaturalista da cultura (enquanto um processo de descrição da produção de sentido) e, também, uma semiótica semiofágica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. **Caipora e outros conflitos ontológicos**. São Paulo: UBU, 2021.
- ANDRADE, O. **Estética e política**. São Paulo: Editora Globo, 2011.
- BENJAMIN, V. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e a história. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. Pontos de vista sobre a floresta amazônica: xamanismo e tradução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 7-22, 1998.
- DELEUZE, G. **A lógica do sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Luiz B. L. Orlandi. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a Filosofia?** Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DERRIDA, J. **L'Écriture et la différence**. Paris: Seuil, 1967.
- FALEIROS, Á. **Traduções canibais**: uma poética xamânica o traduzir. Florianópolis (SC): Cultura e barbárie, 2019.
- GUIMARÃES ROSA, J. **Estas estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- INGOLD, T. **Antropologia**: para que serve. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- LATOUR, B. **Onde aterrar?** Tradução: Macela Vieira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução: Tânia Pellegrini. Campinas: Papirus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. **O cru e o cozido** (Mitológicas v. 1) / Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIMA, T. S. O dois e seu múltiplo: reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. **Revista MANA**, v. 2, n. 2, p. 21-47, 1996.

LIMA, T. S. **Um peixe olhou pra mim**: o povo Yudjá e a perspectiva. São Paulo: Editora UNESP/ ISA/ Rio de Janeiro: NuTI, 2005.

LOTMAN, I. M. **Semiosfera I**. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Fronesis Cátedra Y Universitat de València, 1996.

MACHADO, I. **Escola de Semiótica**. São Paulo: Atelier Editorial, 2003.

MACHADO, R. J. O antinarciso é o Outro: A constituição da alteridade em uma perspectiva semiológica. In: SANTAELLA, L. **O mal-estar na cultural revisitado**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2024.

ROSÁRIO, N. M. A tensão como potência para teorizar a comunicação. **Galáxia (São Paulo)**, [S.L.], n. 46, p. 1-17, abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202148415>. Acesso em: 20 mai. 2021.

VALENTIM, M. A. **Extramundandade e sobrenatureza**. Ensaios de ontologia infundamental. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. A Antropologia Perspectivista e o método da equivocação controlada. Tradução de Marcelo Giacomazzi Camargo e Rodrigo Amaro. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 247-264, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Eduardo Viveiros de Castro**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007. (Encontros).

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas Canibais**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**, São Paulo v. 54, n. 2, p. 885-917, 2011.

WAGNER, R. **A invenção da cultura** / Tradução: Marcelo Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Ubu Editora, 2017.



5

Luan Correia Cunha Santos

**NAS ENCRUZILHADAS,
A ANTROPOFAGIA ENCONTRA
A TRANSMETODOLOGIA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.5

INTRODUÇÃO

Quais as potências teórico-epistêmico-metodológicas que um encontro entre a Antropofagia e a Transmetodologia pode produzir para o campo científico da comunicação? Nos últimos anos de pesquisa, especialmente no processo de doutoramento, temos nos debruçado sobre esses dois platôs, provocando aproximações, fricções e negociações. Nesse exercício artesão, pudemos encontrar deslocamentos que dizem respeito não somente ao encontro de ambas e suas potencialidades, mas também dos próprios conceitos de Transmetodologia e Antropofagia. Isso porque é nesse tensionamento instigante, compromissado e provocativo que temos, de alguma maneira, encontrado possibilidades para suas atualizações tão necessárias.

Dessa forma, o que se apresenta neste capítulo são algumas possibilidades de pensar uma Antropofagia Transmetodológica orientada por um processo de mestiçagem que, ao mesmo tempo que é inerente a cada uma delas, também produz diferenças – que, por sua vez, são resultado do próprio deslocamento oferecido a cada uma delas.

Para tal, traçamos algumas estratégias. A primeira delas é assumir o saber da experiência e do pesquisador, em conjunto com os sujeitos das pesquisas, mas de forma refletida e crítica. Trabalhamos com as perspectivas de Larrosa (2002) e suas *Notas sobre a experiência*, para compreendê-la como aquilo que nos toca, nos acontece e nos passa. Dessa forma, fazemos um passeio pelas múltiplas corporalidades que a Antropofagia já assumiu nas pesquisas por nós produzidas, desde que começamos a potencializar a categoria *podcast antropofágico*.

Assim, resgatamos nossas próprias produções, processos e pensamentos, lançando um olhar questionador, investindo nas

brechas, as possibilidades de produzir arranjos outros. Esse movimento pela Antropofagia e os deslocamentos que as nossas próprias concepções foram ganhando abrem lugar para um outro olhar, para outra possibilidade para uma teoria antropofágica. Essa oferta de uma perspectiva própria é resultado de questionamentos (nossos e dos outros) sobre o que temos encarado como antropofagia. Talvez, imersos nela por tanto tempo, tenhamos deixado de traçar algumas bases de interpretação. Mas, ao buscar o seu encontro com as possibilidades transmitológicas, temos a oportunidade de finalmente definir: afinal, a que antropofagia estamos nos referindo?

Uma vez estabelecidas nossas bases e críticas, tensionamos as mesmas com os pressupostos transmitológicos, provocando, nesse encontro, as potencialidades de um saber mestiço por excelência. Neste movimento, é como se tentássemos responder: como nossa perspectiva antropofágica pode ter na transmitologia seus critérios para a deglutição do outro e seus saberes? Para isso, fazemos uma retomada atualizada de algumas premissas de uma epistemologia crítica das ciências em comunicação.

Finalizamos o nosso movimento com a tentativa de demonstrar que é nos encontros, nas encruzilhadas, nos entrelugares que nossa produção ganha força, se regenera e se abre para outras possibilidades do saber-fazer científico. Para isso, voltamos para a própria urgência e pertinência do exercício de criar e tensionar teorias e novos arranjos epistêmicos que sejam capazes de gerar ações científicas outras.

NÓS, OS CANIBAI

Dos elementos que compõem nossa pesquisa sobre *podcasts antropofágicos*, o que nos acompanha há mais tempo é a Antropofagia. Nós nos conhecemos ainda em casa, com as obras de

Tarsila do Amaral, artista pela qual minha mãe, professora de artes plásticas, sempre teve admiração. *Abaporu*, *Antropofagia*, *Os trabalhadores* são obras que sempre estiveram presentes. Na graduação, ela surgiu de maneira desavisada – com a proposta de adaptar a obra de Mário de Andrade *Macunaíma: herói sem nenhum caráter* para o formato de *podcast* narrativo seriado. Fazendo os estudos do livro, nos deparamos novamente com a Antropofagia, uma vez que *Macunaíma*, diante de seus constantes deslocamentos e deglutição de identidades, era um livro que bem a representava (Melo, 2010).

Se o livro de Mário de Andrade era uma obra que poderia ser interpretada como antropofágica, sua adaptação para a linguagem do *podcast* poderia ser considerada uma adaptação antropofágica? A realização da adaptação estaria produzindo um *podcast* antropofágico? Essa foi a principal pergunta que nos motivou na monografia (Santos, 2019). Para dar conta dela, passamos cerca de dois anos em laboratório, mas foi nos primeiros meses que logo percebemos a necessidade de deslocar a estética do *podcast* das convenções da linguagem sonora para que pudéssemos produzir um *podcast* antropofágico.

Na ocasião, o *podcast* antropofágico se assumia a partir da estética da linguagem sonora, que considerava quatro características centrais da vanguarda modernista antropofágica, atualizando-as para as sonoridades: adesão ao primitivismo, constante consumo de identidade, exaltação do nacional e efetivação do “entrelugar” enquanto referencial de uma transculturação (Santos, 2019). A decisão de um olhar para a estética estava ligada à necessidade de atualizar a obra, mas sem modificar o texto de Mário de Andrade (que foi preservado em todos os episódios da série), ao mesmo que buscávamos inspiração nas visualidades antropofágicas para constituir nossas paisagens sonoras.

A experiência nos levou a refletir sobre a Antropofagia e o processo de constituição do *podcast* para além do próprio *Macunaíma*.

Enquanto buscávamos estéticas antropofágicas fomos trazendo espaço para as mixagens, as subversões, as gambiarras, as negociações entre tendências e metacríticas, a mestiçagem do que é tido como estrangeiro e do que é nacional. A experiência inspirou-nos a buscar outros caminhos na dissertação de mestrado. Ampliamos, assim, a experiência do *Podcasting Macunaíma* para a articulação e produção de outros comunicacionais, desta vez com protagonistas fora do ambiente acadêmico, com comunicadores indígenas de diversas comunidades e regiões de Roraima e com migrantes venezuelanos residentes em abrigos em Boa Vista-RR (Santos, 2022).

Essas experiências, possibilitadas pelo formato de oficinas, deslocaram nossa compreensão da Antropofagia de uma estética vinculada à vanguarda modernista para uma postura política, em que a Antropofagia poderia ser encarada enquanto uma teoria cultural, como também defende João César de Castro Rocha (2011). Nesse aspecto, os quatro traços estéticos norteadores se diluíram, uma vez que nosso vínculo já não era necessariamente com as obras artísticas, mas sim com a potência política que uma teoria produzida a partir dos trópicos, ainda na década de 1920, poderia nos oferecer. Rocha defendia essa perspectiva enquanto uma teoria de exportação (2011), o que Haesbaert e Mondardo (2010) indicam como uma transculturação crítica, superando a ideia de uma assimilação passiva da cultura estrangeira, uma negociação em que *os parâmetros da mestiçagem são nossos*.

Fazia-nos sentido a ideia de que o *podcast*, por mais que fruto de uma criação colaborativa (Santos, 2022), com pertencimentos *hackers* e subversivos, ainda sim é uma criação estrangeira. Uma postura Antropofágica nos convida a repensar o que é o próprio *podcast*, especialmente quando, ainda no mestrado, já acompanhamos o intenso processo de territorialização da podosfera brasileira por parte de grandes empresas de comunicação (Globo, Folha, B9, Rádio Novelo) e plataformas (YouTube, Deezer, Spotify, Apple).

Como falar de podcast, em oficinas de comunicação comunitária, com comunicadores indígenas e migrantes, sem considerar as negociações, sem incentivar os desvios estratégicos das normas vigentes em produção (e repetição)? Aqui, a Antropofagia se desapega de *Abaporu* ou de um primitivismo sonoro, nos moldes como formatamos *Podcasting Macunaíma*, e ganha os contornos daquilo que Silviano Santiago (1978) chamou de sabotagem estratégica das formas como os estrangeiros tentam impor seus códigos culturais sobre nós. A própria condição de subalternidade produzida para aqueles sujeitos que, nas oficinas dentro dos abrigos e dos malocões, produziam *podcasts* a partir do pouco que tinham disponível, indicou-nos uma possibilidade muito mais diversa, plural, articulada e complexa do que seria um *podcast* antropofágico, mesmo que muitos ali nunca tivessem visto uma obra artística da corrente modernista.

Como já relatado, tecemos aqui uma pesquisa composta por experiências e as artesanias da graduação e do mestrado produziram uma postura antropofágica diante da pesquisa, da comunicação e da vida. Tal como em um ritual antropofágico, eu e ela fomos nos trançando lentamente, devorando e deglutindo um ao outro até que, mestiços, produzimos um *ser (pesquisa) antropofágico*. Recupero essa trajetória, pois acolho com ares de boas-vindas o desconforto de tornar a Antropofagia algo tão familiar ao sujeito pesquisador. E em diversos espaços acadêmicos precisei negociar com os outros, e comigo mesmo, a qual Antropofagia estou me referindo. O que faço aqui, tal como Macunaíma, é desnaturalizar o meu olhar sobre o próprio caminho e a Antropofagia – uma jornada que inicio com os *canibais*, pois, desta vez, *os canibais somos nós*.

A Antropofagia, antes de ser apropriada por Oswald de Andrade, surge no contato com os estrangeiros. Quando aqui chegaram, fizeram uma série de interpretações e julgamentos tomando como base os seus próprios parâmetros. Para a natureza, parte indissociável dos seres humanos nas culturas dos povos originários, fizeram o uso da categoria *exóticos*. Para os sujeitos que aqui estavam

e nutriam sociedades sustentáveis pautadas em outro paradigma de respeito aos demais seres, apelidaram *primitivos*. Para os sofisticados rituais de alteridade e reconhecimento do outro, lançaram mão da categoria *canibais antropofágicos*.

Desde Montaigne, em sua obra *Os canibais*, e Hans Staden, em *Duas viagens ao Brasil*, os rituais indígenas de Antropofagia povoam o imaginário, a subjetividade e o julgamento dos povos que habitam os lugares tidos como exóticos do mundo, considerados *primitivos*. Assim, os rituais de Antropofagia passaram a ser vistos como cerimônias de canibalismo. Este imaginário serviu à própria lógica da colonização, estando a serviço dela. A visão do indígena antropófago forja um imaginário preponderante na Europa a nos retratar como bárbaros, sujeitos sem alma, sendo que na ação do homem branco colonizador estava a atuação de um Deus protestante (Rocha, 2011).

Mas não devemos interpretar a antropofagia indígena como canibal. Nesta perspectiva, *canibalismo* é categoria produzida pelos sujeitos de fora que um dia julgaram os processos de alteridade dos povos indígenas como um ato simplista de "homens que comem homens" por *fome* – outra categoria produzida pelos estrangeiros.

Para os invasores europeus, assim eram constituídos os rituais indígenas: canibais devoravam outros canibais, como uma forma de saciar a fome, produzindo sociedades primitivas em ambientes exóticos, distantes das ideias de civilização, e, por conta de sua inferioridade racial, deveriam estar sujeitos à submissão – condição imposta de subalternidade (Athias, 2007; Pinto, 1935).

Uma das especificidades desse processo de colonização se deu enquanto invenção do projeto de nação a partir do exterior. As primeiras possibilidades de produção de sentido sobre nós e sobre o que somos, enquanto Brasil, foram forjadas pelo lado de fora, pautadas na ideia de uma superioridade branca diante da suposta fragilidade dos povos indígenas, negros e mestiços (Athias, 2007; Pinto,

1935). Foram os sujeitos europeus e estrangeiros que começaram a constituir narrativas sobre nós com base em parâmetros alheios a nós.

Os sujeitos indígenas antropófagos não se alimentavam por fome, até porque assim não poderiam fazer, uma vez que a fome, enquanto conceito, sequer lhes pertencia. O que se via aqui eram rituais altamente sofisticados, baseados em relações de alteridade, em que se reconhecia no outro e em sua diferença aspectos positivos a serem incorporados (diferente do modo de pensar europeu, que via no outro apenas primitivismo e inferioridade). Faziam celebrações acreditando que, ao devorar partes do outro, no ato da deglutição, incorporavam as suas boas características (Cunha, 2005).

As culturas indígenas antropófagas não eram, então, essencialistas e fechadas, mas sim abertas e nômades, e tinham nesse contato com o diferente a possibilidade de fricções identitárias articuladoras de outras identidades possíveis – uma vez que compreendiam os sujeitos antropofágicos como sujeitos inacabados (Rouanet, 2011; Haesbaert; Mondardo, 2010). Recuperar e elucidar tais pontos é produtivo na medida em que compreendemos que os povos originários aqui estabelecidos antes da colonização já eram articuladores de diferenças, heterogeneidades, disputas, fricções e negociações. O Modernismo, enquanto vanguarda artística e literária, quando instituiu o Movimento Antropofágico, se pautou em tais constatações para se deslocar da percepção romântica do indígena essencializado ou do “bom selvagem”.

Como resultado da produção de sentido do que é de fora, importamos os modos de pensar dos outros, suas organizações civilizatórias, seus modos de falar e vestir, seu pensamento, sua ciência e suas artes. E, então, foi posto o incômodo.

Uma vez, em uma viagem a Paris, no alto de um ateliê na Place Clichy, Oswald de Andrade descobriu, deslumbrado, que o Brasil existe. Surpreendentemente existe (Prado, 1990). Isso porque,

tal como fazemos neste exercício de pesquisa – e na vida –, a Antropofagia nos desloca para fora para que, só assim, possamos olhar para dentro. Não é sem motivo que os deslocamentos, por vezes geográficos, são centrais em muitas obras como esta. É instituído um olhar estrangeiro onde se é nativo e uma pretensão de agir como nativo onde se quer estrangeiro – e quando é possível traçar tais linhas moventes, é possível também deslocar as próprias ideias e o próprio pensamento (Haesbaert; Mondardo, 2010; Pinto, 2005; Rouanet, 2011; Rocha, 2011).

Foi como aconteceu com a elite brasileira, conforme temos defendido. Ao chegar para estudar na Europa, no início do século XX, diante da saturação essencialista europeia, ela virou-se ao próprio Brasil, e, muito impressionada, descobriu sua existência (Prado, 1990; Santos, 2022).

A negociação não foi simples. Tarsila do Amaral cria a obra *Abaporu* (em Tupi, homem que come homem), e desta surge a inspiração para que Oswald comece o manifesto antropofágico. “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente” (Andrade, 2011, p. 27). Os atos desses artistas e pensadores são como um jogo de negociação, lançam um olhar não somente sobre as mestiçagens aqui operadas, mas também sobre todas aquelas ocorridas no restante do mundo, constatando que a Antropofagia não é uma teoria que explica os povos brasileiros ou latinos, mas sim que nos ajuda a compreender o ser humano (Rocha, 2011). Sua tradução não se trata de “brasileiros ou latinos que comem europeus”, mas sim “homem que come homem”. E essa é uma perspicácia pouco esmiuçada.

Essa perspectiva não é uma novidade, mas o que reforçamos aqui é a necessidade de sua recuperação urgente para que possamos avançar. João César de Castro Rocha, na coletânea *Antropofagia Hoje*, organizada junto com Jorge Ruffinelli (2011), recupera o próprio deslocamento que Oswald de Andrade, ainda em vida, já constituía,

tentando apresentar uma dimensão para além de “identidade brasileira ou latina”, como alguns críticos insistem em alocá-la.

Ao apresentar sua tese “Crítica à filosofia messiânica”, Oswald já deslocava a própria Antropofagia para um conjunto de arcabouços antropológicos, sociológicos e filosóficos (Rocha, 2011). O próprio deslocamento de uma identidade nacional dá-se na percepção de que, tratando-se de um permanente processo de mudança e de novas incorporações, não nos é pertinente vincular uma antropofagia ao imaginário de identidade nacional ou local.

Rocha (2011, p. 666) ainda nos auxilia a compreender a Antropofagia enquanto “estratégia empregada em contextos políticos, econômicos e culturais assimétricos”, ou seja, uma estratégia utilizada, geralmente, por sujeitos que se encontram em situações de desfavorecimento estrutural. A Antropofagia coloca-se então como forma de transformar a natureza dessa relação assimétrica de poder a partir da devoração.

Quando comecei a estudar a Antropofagia de forma mais sistemática e interessada, algumas definições pairavam, dadas quase como líricas prontas e muitas delas a tomavam como uma corrente artístico-literária. Benedito Nunes (1979), por exemplo, chegou a caracterizá-la como uma tentativa de resgate histórico brasileiro, forma de forjar uma identidade nacional a partir do culto ao primitivismo. Schwarz (1989) considerava o desajuste à norma como o grande diferencial utópico do Brasil no mapa da história contemporânea, enquanto Silviano Santiago (1978) afirmava ser uma sabotagem estratégica da forma como os colonizadores europeus impunham seus códigos culturais e sociais e a maneira como estes eram “inseridos” na América Latina.

Tais definições distanciam-se dos conceitos trabalhados posteriormente por Oswald de Andrade (1950) e João Rocha (2011). Este último oferece algumas problematizações interessantes, especialmente quando demonstra que as ideias antropofágicas não são exclusivas dos

povos indígenas ou dos brasileiros. Ao defender a Antropofagia como uma teoria de exportação, diz que é uma facilidade condenável considerá-la como tipicamente brasileira ou latina. Para o autor, barreiras geográficas não podem limitar uma estratégia antropofágica quando estas têm como tarefa, justamente, questionar definições autocentradas. Nessa perspectiva, para o autor, seria a Antropofagia um paradigma teórico da alteridade.

O autor encerra sua problematização afirmando que os estudos literários e a crítica cultural, com raras exceções, ainda não foram capazes de responder à altura da potência antropofágica, especialmente quando não consideram *desnacionalizar* e *desoswaldianizar* a própria (Rocha, 2011, p. 668). Fazendo-nos esse convite, tentamos traçar algum tipo de continuidade disruptiva que nos pareça pertinente. Consideramos, portanto, as constantes provocações sobre como estamos encarando uma Antropofagia indígena nesse processo de constituição da Antropofagia Transmetodológica.

Agora, por que não estamos falando de uma antropofagia indígena? A Antropofagia enquanto ritual indígena nos serve de referência e de inspiração para o que os modernistas criaram. Além disso, ela inaugura o seu pensamento quando serve de imaginário do exótico, primitivo e canibal, e assim são criadas as narrativas, por vezes fantasiosas, sobre as quais os modernistas articulam suas desobediências. Mas, apesar desses primeiros ensejos, a referência de uma teoria antropofágica não é a busca da essência antropofágica indígena (embora desloque ela, de alguma maneira), mas sim a deglutição da própria noção de uma antropofagia canibal, deslocando-a de seu sentido primitivo.

Nesse aspecto, a noção de uma antropofagia canibal é o objeto de interesse a ser deglutido em primeira instância. É ela que se caracteriza como o outro, o que vem de fora, o elemento estrangeiro de força assimétrica a ser deglutido, pois, nesta ótica, os canibais somos nós, os sujeitos em posição de desvantagem programada.

Se somos os canibais, se a lógica de uma Antropofagia como ritual de alteridade e reconhecimento das qualidades do outro é o que nos constitui e localiza enquanto sujeitos (periféricos) no mundo, é no outro e naquilo que é dele que está localizado o nosso objeto de interesse. Somos os canibais, mas o conceito de canibalismo não é nosso, e é ele que é devorado. Como já dizia o próprio Oswald de Andrade (2011, p. 27), "Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago".

O que defendo aqui não é a inviabilidade de uma antropofagia indígena. Ela é importante e bem-vinda. O referencial ao qual os modernistas se debruçam não é só sobre ela, mas sobre os imaginários estrangeiros. Uma vez deglutido, o conceito de canibalismo se contrasta (transformando o tabu em totem) e negocia com a proposta indígena antropofágica, permitindo um outro deslocamento – a percepção de que a própria cultura europeia é mestiça, heterogênea, friccional, inacabada, desde que em condições de assimetria.

Dessa forma, o referencial antropofágico, para nós, não está em uma concepção autocentrada e essencialista, mas sim nos deslocamentos constantes. A Antropofagia deve ser vista como negociação estratégica, desobediência programada, subversão propositiva e assumida pelos povos em condições de subalternidade, como forma de negociação e arranjo com efeitos políticos promotores de transformação social.

Temos, então, a chance de devolver, a partir dela, outras estruturas de pensamento, fruto da efetivação dessa encruzilhada, zona de contato, atualização e disputa de sentidos. Oferecemos à desterritorialização e reterritorialização nossos pensamentos pela mobilidade e abertura do contato com os outros, cujos esquemas podem então ser sofisticados, necessitando de flexibilidade e aberturas para que possam ser, então, devorados.

Porém, cabe-nos mais uma vigilância! Não se trata de qualquer jogo de negociação. Enquanto estratégia de devoração, a Antropofagia precisa ser consistente, crítica e refletida. Não é qualquer transculturação que nos interessa, não se trata de mestiçagem pela mestiçagem (Haesbaert; Mondardo, 2010), ou então corremos o risco de produzir uma Antropofagia esvaziada, zumbi (Rolnik, 2021).

Como nos indica o próprio manifesto antropófago, se só a Antropofagia nos une (Oswald, 2011), então territorializar nossas identidades pelo movimento é algo possível e encarado nas mais diversas culturas e localidades geográficas (Haesbaert; Mondardo, 2010). Assim, temos no devorar do outro algo em comum, que nos une enquanto sujeitos humanos. Não podemos ter apenas nas transculturações, mestiçagens, hibridismos a localização do diferencial antropofágico. O que proponho aqui é um diferencial antropofágico deslocado da mera devoração do outro, tendo sua localização sobre *o que e como se devorar* o outro.

O antropófago preserva certa irreverência aos padrões de deglutição que lhe são exteriores. Por mais que aspectos da cultura e da identidade do outro nos sejam atraentes, os parâmetros da devoração são nossos – não essencialistas, claro; mestiços porém, ainda assim, nossos. É arranjo próprio, feito à mão por cada um, com base naquilo que comeu, tendo como base a sua própria experiência. O que nós precisamos agora, então, é definir sob quais parâmetros devoramos o outro. E, retomando, esses parâmetros são próprios, fruto da própria antropofagia produzida por cada sujeito ao longo de suas experiências de vida. Dessa forma, não haverá como estarmos falando de uma Antropofagia Zumbi, ou de qualquer forma de assimilação passiva, pois nela reside a desobediência orientada.

É por essa entrada que acionamos a transmetodologia como maneira de alinhar nossa perspectiva antropofágica ao fazer científico. Reconhecemos nossa posição (de subalternos) no mundo e partimos dela para agenciar as desobediências necessárias para que as condições da própria subalternidade sejam desestruturadas.

Para o que defendemos, a perspectiva da construção antropofágica do conhecimento científico depende dos parâmetros da própria deglutição, do movimento de negociação com a própria ciência e das bases para se constituir uma epistemologia crítica.

Encaramos aqui a transmetodologia não como um método a ser aplicado, fechado em suas concepções e reflexões, mas sim como uma perspectiva teórica-epistêmica-metodológica que nos convida a fazer experimentações e arranjos criativos, desestabilizadores e transdisciplinares (Maldonado, 2013), ou seja, abertos ao que vem de fora como matéria-prima dos arranjos (ou deglutições) a serem constituídos pelo sujeito pesquisador. Assim, a transmetodologia nos provoca o diálogo inventivo, produzindo outros arranjos possíveis, outros diálogos que sejam produtivos para pensar um fazer científico comprometido com a emancipação dos sujeitos e sua constituição de cidadania.

Essa produção é orientada na perspectiva da possibilidade do encontro, produzido nas encruzilhadas. Compreendemos as encruzilhadas como chave teórica que possibilita pensar as produções híbridas e transculturações – territórios de encontro e confrontação entre concepções, cosmovisões, princípios filosóficos e saberes diversos. Elas são o trânsito epistêmico que emerge dos processos de contato com o outro (inter e transnacional), em que se confrontam e se cruzam, em um complexo de jogo de negociações, envolvendo ganhos e perdas (Martins, 2021).

Nas concepções filosóficas Nagô e Iorubá, as encruzilhadas são também espaço sagrado, de intermediação de instâncias e de saberes plurais. Dessa forma, o que se produz ali é deslocado de um centro, instaurado nas instâncias de improviso, subversão e negociação (Martins, 2021). É a partir deste deslocamento, e neste contato, que um encontro antropofágico transmetodológico pode ser produzido, efetivando-se, assim, um entrelugar para as produções de conhecimento científico. O que é produzido nas encruzilhadas é a própria Antropofagia.

ANTROPOFAGIAS TRANSMETODOLÓGICAS

Apropriando-nos da concepção de um *artesanato intelectual* de Mills (2009), pensamos uma combinação com a Antropofagia. O autor nos fala em um primeiro momento sobre o ofício de um cientista social, que é diferente de testar hipóteses através da aplicação de métodos controláveis, mas sim implica construir seus caminhos no manejo de algumas propriedades de determinado fenômeno. Aqui, não há uma separação entre a vida do artesão intelectual e a construção de seu trabalho. Então, assim como propõe o autor, fazemos aproximações que são de um nível de experiência que constituem este pesquisador, junto com uma reflexão teórica (Mills, 2009) que está pautada em destrinchar aspectos específicos da transmetodologia.

O campo científico é um importante espaço de disputa política. Este está povoado de artesãos da investigação em busca permanente da criação artística e, por isso, precisamos cada vez mais incentivar a diversidade cultural destes espaços. Nesse aspecto, devemos compreender a cidadania científica como um direito a investigar, experimentar, criar, planejar, projetar, programar e produzir conhecimentos; de criar possibilidades de outras configurações educativas e acadêmicas. Precisamos exercer o direito de amar a ciência (Maldonado, 2011).

Para isso, como nos indica Maldonado (2011), é necessário viver o mundo com reflexão, um viver-refletir, a partir de ações cotidianas, como optar, gerir, propor, pensar, inventar cotidianos e mundos transformadores. A epistemologização crítica e transformadora deve ser encarada como uma prática do dia a dia dos sujeitos artesãos da ciência. É este exercício crítico de uma epistemologia reflexiva cotidiana que nos serve de parâmetro para a proposta metodológica.

Pode a Antropofagia ser vista a partir do prisma de uma epistemologia crítica? Japiassu (1988) desenvolve esse conceito de criticidade, o que nos ajuda na costura com a Antropofagia em uma

perspectiva transmetodológica. Essa epistemologia crítica é fruto da reflexão que os próprios cientistas estão fazendo sobre a ciência em si mesma. É uma tomada de consciência de que a ciência está cada vez mais integrada num processo social, industrial e político – e neste ponto impregnado por interesses das classes dominantes. Essa mirada é fundamental para pensar que, enquanto prática imbricada nos processos sociais, a ciência, seus rituais e concepções seguem uma teoria própria, uma formulação própria que precisa ser questionada e problematizada (Japiassu, 1988).

Uma perspectiva transmetodológica da Antropofagia, nesse sentido, é fundamental, pois parte dela como um processo aberto de deglutição, buscando exercitar um olhar crítico epistemológico, mas também incorporando a reflexividade epistemológica necessária para constituir uma deglutição. Uma Antropofagia Transmetodológica não oferece deslocamentos apenas pelo movimento, mas sim pela necessidade de criar alternativas para a cidadania e emancipação dos sujeitos.

Dessa forma, podemos problematizar os dogmas da própria ciência, devorando e deglutindo constantemente e, nesse processo, permitindo-nos atualizar, transformar, romper o intocado, criar outras perspectivas e alternativas. A ciência também pode ser encarada como uma entidade aberta, à deriva, a se constituir, e pode correr sérios riscos quando se coloca em um altar de devoção e não de devoração (Machado, 2018; Rouanet, 2011).

Mas não é qualquer questionar e transformar que corresponde a uma epistemologia crítica. É importante ressaltar isso em tempos de deslegitimação institucional da ciência e dos cientistas. Trata-se de um interrogar-se sobre as responsabilidades sociais e técnicas dos cientistas. Podemos, inclusive, observar um histórico de utilização de pesquisas científicas para fins destrutivos, ou para a manipulação de sujeitos, a mercantilização e instrumentalização da ciência para fins repressivos e de consumo (Japiassu, 1988).

Daí a importância da articulação entre uma vigilância antropofágica e uma epistemologia crítica. Precisamos encarar o fazer científico como uma *práxis* cotidiana, uma verdadeira artesanaria intelectual, situada nas encruzilhadas, capaz de, assim, aproximar os povos. Criar possibilidade de experimentação elaborando construções fora das estruturas formais – subversivas. Necessitamos abrir brechas para pensar uma epistemologia da emancipação (Japiassu, 1988). E por que não pensar uma Antropofagia Transmetodológica como essa capacidade de abrir tais possibilidades ainda não pensadas e não engessadas pelo fazer formalista, porém com uma complexidade epistemológica própria, advinda da confluência de saberes mestiços?

Se reconhecemos a pluralidade, as diversidades e complexidades presentes nas encruzilhadas dos saberes científicos, precisamos, da mesma forma, de metodologias que consigam, a partir de estratégias transmetodológicas, traçar combinações lógicas, operativas e conceituais inventivas e fecundas (Maldonado, 2014).

Se o exercício de epistemologização é capaz de gerar práticas, e se a filosofia é capaz de articular modos de vida e de ser no mundo, podemos pensá-la em uma lógica de submissão dos povos, mas também numa lógica de emancipação (Sartre, 2012). Para nós, enquanto sujeitos subalternizados, interessa pensar as lógicas de emancipação dos sujeitos. E, a partir disso, acionar a Antropofagia como uma poderosa alternativa, na perspectiva que já definimos neste trabalho.

Assim, uma visão epistêmica da Antropofagia, tendo como parâmetro a transmetodologia, considera superar a opacidade dos sujeitos e considerar suas experiências e concretudes. Os sujeitos precisam deixar de ser idealizados ou vistos de longe. Compreendendo seus modos de agir no mundo, suas contradições, conflitos e contribuições, é possível que o sujeito antropofágico o devore e na sua deglutição se constitua.

Uma Antropofagia Transmetodológica, produzida nas encruzilhadas, é fundamentalmente crítica quando viola o intocável, quando propõe romper os limites e pensar outras possibilidades. A multiplicidade exerce uma condição de existência e de proposições a constantes recriações (Haesbaert; Mondardo, 2010). Não há nenhuma pretensão de estabilidade identitária no sujeito antropófago, pelo contrário, o ser antropofágico é sempre uma identidade à deriva (Rocha, 2011, p. 654).

Só podemos considerar a emancipação dos sujeitos a partir de uma ruptura do pensamento (neo)colonial, quando construímos um conhecimento que reconheça a diversidade e confronte uma monocultura dos saberes, a partir da sacralização do lugar científico. A evidência dos sujeitos é peça central nesta confluência dos saberes, na construção de decolonialidades, pois implica o reconhecimento do outro como diferente, mas em posições sociais de igualdade, e não de inferioridade. Implica alterar a lógica de educação instrumentalista e reconhecer o outro como sujeito, e não pela lógica das coisas, das quais se busca apropriação. Nesse sentido, temos como elemento central para nossa atenção e considerações o ser humano, a vida, as outras espécies e o mundo. As lógicas do bem-comum como centrais, e não as lógicas do lucro (Maldonado, 2013).

Assim, situamos os outros, como a Antropofagia e a Transmetodologia nos auxiliam no contato com outras formas de construir pensamento e conhecimento, abandonando a ideia de saberes periféricos e centrais, ou a própria noção de primitivismo perante outras práticas. Esse movimento implica também reconhecer os sentidos produzidos pelos sujeitos, com base em suas experiências, como construções sofisticadas, pautadas na autonomia dos sujeitos que, através da inventividade e criatividade, reivindicam sua emancipação a partir de suas ações cotidianas.

A PERTINÊNCIA E A URGÊNCIA DE UMA ANTROPOFAGIA TRANSMETODOLÓGICA

Tecemos assim, neste capítulo, algumas aproximações que nos são pertinentes, com especial carinho aos arranjos possíveis entre Antropofagia e Transmetodologia, localizadas a partir de um encontro nas encruzilhadas. Nesse pensamento, a Antropofagia se efetiva como uma forma outra de deslocamentos subversivos, constante devorar do outro, desestabilização programada e negociações culturais, mas não de qualquer natureza, e sim a partir de orientações transmetodológicas, direcionadas à emancipação dos povos e constituição de comunidades heterotópicas. Como resultados, são produzidas encruzilhadas epistêmicas, possibilidades de encontro, de improviso e de reconhecimento de saberes outros – os que já foram estabelecidos e os que se constituem e se formam no encontro e no movimento.

Até aqui, nos chamam a atenção algumas singularidades encontradas em pesquisas que se apropriaram da transmetodologia para construir outros caminhos para as investigações científicas em comunicação. Se temos na tríade Antropofagia-Transmetodologia-Encruzilhadas nossa base para problematização, nossos achados, entre outros, se dividem em três importantes movimentos: confluências de saberes diversos (como constante devorar do outro); práticas cotidianas de pesquisa junto com os sujeitos (contato e encontro); produção e deslocamentos epistêmicos (produção do conhecimento orientado para emancipação). Dessa maneira, elencamos algumas motivações que nos auxiliam a localizar a importância de tal movimento, ou a pertinência de se fazer o exercício de propor uma Antropofagia Transmetodológica.

Precisamos compreender a intrínseca relação entre um fazer metodológico e seus aportes epistemológicos, éticos, filosóficos.

Uma problematização epistemológica crítica (Japiassu, 1988) se constrói tendo como base uma crítica a percepções formalistas (Sartre, 2012). Ou seja, buscar, estabelecer relações, intercâmbios, convergências, atravessamentos, reformulações teórico-metodológicas com base no conhecimento sistemático, organizado, empírico e teórico das diversas áreas do saber, ao mesmo tempo que os sentidos científicos precisam combinar-se, alimentar-se, dialogar-se e aproveitar-se dos bons sentidos culturais e sentidos comuns esclarecidos (Maldonado, 2013).

A construção epistemológica é algo que penetra todos os níveis de construção do conhecimento e da ação humana, inclusive nas operações práticas. O pensamento epistêmico, a filosofia e a teorização são capazes de construir ações práticas profícuas. Muitas vezes, pensamos na separação entre campos teóricos e práticos, quando, na realidade, esses dois caminham de forma simultânea, cabendo à teoria criar práticas, assim como práticas podem suscitar teorizações (Sartre, 2012).

Dessa forma, percebemos que as ações cotidianas dos sujeitos são fruto das teorias e formas de dar inteligibilidade ao mundo que esses sujeitos detêm (Sartre, 2012). Sendo assim, uma teoria antropofágica está necessariamente imbricada em uma dialética capaz de reconhecer teoricamente os fazeres de sujeitos antropófagos, mesmo quando estes assim não se reconheçam, mas que sejam sujeitos que pratiquem aquilo que aqui consideramos como antropofágico. Ao mesmo tempo, reconhecer e elaborar uma teoria antropofágica, especialmente no ambiente da pesquisa, está estreitamente relacionado a gerar ações antropofágicas. Construir pensamentos é uma prática que resulta em outras práticas.

A Antropofagia é uma experiência que nos abre para o contato. Para a comunicação. O fazer junto. Para as encruzilhadas de subjetividades e afetos. Não quer ser etnográfica, pois não quer ir ao campo. Ela quer ser território/campo. Parte dos sujeitos pesquisadores e suas

danças espiralares com a pesquisa. Encruzilhada, ela é mestiça, plural, valorizando a sensibilidade e não o quantitativo (Andrade, 2011).

A antropofagia se estabelece em uma lógica de afetos, e não do capital nem do positivismo científico. Ancora-se em um paradigma sustentável, crítico, ético e estético. Não busca estabelecer uma ordem, dogmas ou liturgias científicas, mas incentivar a sensibilidade do contato com o outro. Sendo assim, permite e convida para andanças. Permite poesias. O texto, em sua estética, se materializa na exposição dos movimentos e na não linearidade. Tem ritmo. É quase uma mistura do falado com o cantado. É mutável, instável, aberto e nômade. Aqui a antropofagia se mostra em cada etapa da pesquisa, não como uma etapa metodológica específica.

Enfim, sobre as antropofagias transmetodológicas abertas a múltiplas definições, é difícil traçar suas linhas. Não se pode descrever ao certo o que é a experiência antropofágica para cada pesquisador, da mesma forma que cada sujeito tem em si a autonomia para uma deglutição transmetodológica. Mas quando é, nota-se em cada movimento. Quando não se experimenta, é confusa. Mas diante dela, não há dúvidas. É antropofagia pura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O. **A crise da filosofia messiânica**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 1950.

ANDRADE, O. Manifesto Antropófago. /n: RUFFINELLI, J.; ROCHA, J. C. de C. **Antropofagia hoje**: Oswald de Andrade em cena. São Paulo: É realizações, 2011. p. 27-32.

ATHIAS, R. **A noção de identidade étnica na antropologia brasileira**: de Roquette Pinto a Roberto Cardoso de Oliveira. Recife: Ed. UFPE, 2007.

CUNHA, M. C. da. **A antropofagia e seus malentendidos**. Os tupis do Brasil – por Manuela Carneiro da Cunha. Parte 01. 2005. 3 min, son., color., Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qC-peR2LKoM&feature=youtu.be>.

HAESBAERT, R.; MONDARDO, M. L. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOfographia** (UFF), Rio de Janeiro, v. 12, p. 19-50, 2010.

JAPIASSU, H. A epistemologia crítica. /n: Japiassu, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. I Seminário Internacional de Educação de Campinas. **Revista brasileira de educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, 2002.

MACHADO, R. A ciência no altar da devoração: antropofagia epistêmica e metodologia. MORALES, Y.; SOUSA, L.; LAPA, B. (orgs.). **Experiências Metodológicas em Pesquisa em Comunicação**. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 17-42

MALDONADO, A. E. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. /n: **Anais do XX Encontro Nacional da Compós**, Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011.

MALDONADO, A. E. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

MALDONADO, A. E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. /n: MALDONADO, A. E. (org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar**. São Paulo: Cobogó, 2021.

MELO, A. C. Macunaíma: entre a crítica e o elogio á transculturação. **HispanicReview**, v. 78, n. 2, p. 205-227, 2010.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. /n: MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 21-58.

NUNES, B. **Oswald canibal**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

PINTO, E. **Os índios do Nordeste**. São Paulo: Brasiliana, 1935.

PRADO, P. Poesia Pau-Brasil. /n: ANDRADE, O. **Pau-Brasil**. São Paulo: Globo, 1990. p. 89-94.

ROCHA, J. C. de C. Uma teoria da exportação? *In*: RUFFINELLI, Jorge; ROCHA, J. C. de C. **Antropofagia hoje**: Oswald de Andrade em cena. São Paulo: É realizações, 2011. p. 647-668.

ROLNIK, S. **Antropofagia Zumbi**. São Paulo: Editora Hedra, 2021.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental da América**: produção do desejo na era da cultura industrial. 1987. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

ROUANET, S. P. Manifesto Antropofágico II. *In*: RUFFINELLI, J.; ROCHA, J. C. de C. **Antropofagia hoje**: Oswald de Andrade em cena. São Paulo: É realizações, 2011. p. 35-39.

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre a dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 9-26. (1. ed. 1978).

SANTOS, L. C. C. **Deglutimos um podcast?** (trans)Territorialidades Amazônicas como (re)existências nos processos de disputa da podosfera brasileira. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022.

SANTOS, L. C. C. **Podcasting Macunaíma**: atualizações da estética antropofágica para a linguagem híbrida do podcast. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2019.

SARTRE, J. P. El método progresivo regresivo. *In*: SARTRE, J. P. **Crítica de la razón dialéctica**. Buenos Aires: Losada, 2012. p. 80-145.

SCHWARZ, R. Nacional por subtração. *In*: SCHWARZ, R. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 37-38.



6

Fabício Silveira

ILUMINISMO SOMBRIO:
A IMAGINAÇÃO NEORREACIONÁRIA
DE NICK LAND

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.6

INTRODUÇÃO

Na medida em que avançamos na leitura da obra do filósofo aceleracionista inglês Nick Land¹ vamos entrando num campo minado, podemos dizê-lo assim. Ficamos presos numa zona de turbulências onde nos vemos, de repente, tropeçando em desafios incômodos, com a impressão de que nossos instrumentos analíticos se tornaram insuficientes, foram traídos ou confiscados. Sequer conseguimos aceitar satisfatoriamente um certo encadeamento de movimentos argumentativos, uma certa ranhura do trabalho especulativo engendrado pelo autor.

Como sabemos², por volta da segunda metade dos anos 2000, Land passou a escrever desde Xangai, na China, onde foi viver. A partir dali, naquela que alguns comentadores identificam como sendo sua “fase madura” – a “fase chinesa” –, passou a ganhar notoriedade como um dos principais ideólogos ou formuladores intelectuais do movimento neorreacionário (NRx) norte-americano, tendo contribuído efetivamente para a ascensão global da direita nacionalista e ultraconservadora capitaneada, nos Estados Unidos, por Donald Trump.

- 1 Land nasceu em janeiro de 1962. Doutorou-se em Filosofia, em Essex (UK). Entre 1987 e 1998 atuou como professor vinculado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Warwick (UK). Nessa condição, fundou e liderou, junto com sua colega Sadie Plant, o CCRU – *Cybernetic Culture Research Unit*, grupo interdisciplinar de investigações e intervenções artísticas, cujo trabalho vem sendo atualmente retomado e relido. Land é tido como um dos idealizadores da vertente “aceleracionista” da filosofia européia.
- 2 O presente texto dá continuidade a uma série de três estudos anteriores sobre a obra de Nick Land. Em tais oportunidades nos empenhamos na caracterização da chamada filosofia aceleracionista, tanto em termos genealógicos quanto em termos temáticos e conceituais. Colocamos em evidência, nessas investidas, o papel seminal exercido por Land e as pertinências comunicacionais que hoje podemos encontrar em relação a ele e ao movimento intelectual que ele ajudou a fundar (cf. Silveira, 2024a, 2024b e 2024c). Duas dessas elaborações foram apresentadas, no dia 17 de junho de 2024, no âmbito dos encontros quinzenais do núcleo de pesquisas em Corporalidades do PPGCom da UFRGS. O presente texto é uma tentativa de resposta às solicitações e às provocações que então nos foram endereçadas. Um recorte em vídeo daquela sessão está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iQ06k33C60o>.

A texturização política do pensamento de Land pode provocar então reações adversas, incabíveis caso se pretenda obter compreensão e análise sistemática, fria e abrangente. Land, nessa circunstância, pode se tornar repugnante, pode nos causar constrangimentos, enjoos e contrariedades. Em verdade, é comum o enxergarmos colocado, de antemão, neste lugar: o lugar de um cretino, um intelectual sob suspeita, que deve ser evitado ou que, mais radicalmente, não precisaria nem mesmo ser lido. Em geral, são essas as informações prévias que nos chegam sobre o autor: trata-se de alguém com a reputação de um *troll*, sarcástico e demoníaco, um cínico, flertando com o caos e a extinção da espécie. Um “*red pill*”, microfascista (cf. Felinto, 2023)³. Um filósofo “fracassado”, como o chamou Paul Gilroy (2018, p. 25). Mas até que ponto isso procede?

O que pretendemos fazer aqui é enfrentar essa faceta incômoda da obra de Nick Land. É salientá-la, estrategicamente – com o intuito de desmantelá-la, achar e expor suas fragilidades. É tirar proveito reflexivo – e até metodológico, por que não? – dessa atmosfera inóspita dentro da qual podemos, eventualmente, nos ver envolvidos, conforme progredimos.

- 3 “O microfascismo” – assegura Erick Felinto (2023, p. 10) – “atua de forma eficaz em ambientes digitais, em nível molecular, e de modo a engendrar agenciamentos produtivos entre tecnologia, imaginário e a afirmação de subjetividades soberanas. Ali [...] explora o potencial viralizante dessas mídias e se põe a operar para uma colonização do imaginário”. O conceito é desenvolvido no livro de Jack Bratich, *On Microfascism. Gender, war and death*, de 2022. Felinto o recupera em chave quase cômica, numa crítica debochada da misoginia, do machismo e do sexismo cotidianos na atualidade da cultura brasileira dos *coachs* “pegadores” da Internet. Muito embora o nome de Nick Land se encontre citado, na ambientação geral dos casos discutidos, talvez não se possa aplicar a ele o conceito de modo tão determinante, tão rígido e taxativo. A noção de *microfascismo*, no entanto, de fato, nos ajuda. Serve para ilustrarmos, com cautela, as forças anímicas e os afetos mobilizados pelo pensamento radical de Nick Land. “*Red pill*”, quase todos sabem, refere-se a uma das cenas do filme *Matrix*, dirigido por Lilly e Lana Wachowski, em 1999. Interpretado por Keanu Reeves, Neo, o protagonista da trama, é convidado a escolher, numa determinada sequência, qual pílula deverá tomar. A pílula azul irá mantê-lo preso à Matrix, ao mundo de simulacros e simulações que ele acredita serem reais. Ao passo que a pílula vermelha (*red pill*) irá libertá-lo, ampliando-lhe a consciência e permitindo-lhe acessar a realidade verdadeira. É uma revelação, um momento de “desvelamento do ser” — numa metáfora cinematográfica.

De forma menos genérica – e, de fato, mais condizente com aquilo que podemos, com maior modéstia, realizar –, como Nick Land constrói esse lugar de operatividade, de combate e chamamento políticos? Isso é crucial em sua reflexão? É impossível compreendê-lo sem ceder a ele – em alguma medida, ao menos –, no plano político? Do ponto de vista histórico, como essa veia foi sendo alimentada? Onde, quando e por que razões ela se agudizou (ou se tornou tão pronunciada)? Como dialogar com um autor assim, sem estereotipá-lo, sem dispensá-lo integralmente, jogando-o na lata de lixo, transformando-o num bloco compacto, amorfo e indistinto? Que precauções tomar para não o isolarmos, enxergando-o como um espantalho desnaturado? É desejável e/ou conveniente, a despeito de suas posições reacionárias (e até racistas), tê-lo por perto, como um interlocutor confiável, digno de crédito?

Esse é o emaranhado geral de nossa problematização. Para desenvolvê-la – sem que tenhamos que responder, uma a uma, as questões listadas acima – iremos recuperar criticamente, como plataforma de trabalho, um pequeno conjunto de artigos onde a temática e a verve da doutrinação política se encontram explícitas. Esses textos serão extraídos, fundamentalmente, das três coletâneas que sintetizam e reúnem os mais importantes escritos de Nick Land publicados desde o final dos anos 1990 (cf. Land, 2011, 2024; Land, Mackay e Fisher, 2017). Serão nossos textos de apoio. Daremos amplo destaque, neste momento, como recorte qualitativamente representativo, ao livro *The Dark Enlightenment*, lançado em 2012, que consolida aquela que poderíamos definir (não sem problemas, iremos depois esclarecer) como sua “virada trumpista e neorreaçãoária” (Land, 2012).

ILUMINISMO SOMBRIO

The Dark Enlightenment apareceu, pela primeira vez, como uma série de *posts* realizados, enquanto capítulos independentes, no *blog* Outside In, entre 2 de março de 2012 e 20 de julho de 2012⁴. Não se trata, portanto, de um escrito concebido como um livro, com o nível de formalização que esperaríamos de um artigo científico ou da prosa acadêmica mais corriqueira, seja em termos de estilo, seja em termos da estruturação geral do argumento, com cautelas e explicações metodológicas, com foco bem delimitado, com revisão e referência bibliográfica, por exemplo. Trata-se de um texto não só fragmentário (inscrito no interior de uma série aberta, em processo, com termos circunstanciais abruptos e retomadas subsequentes), mas também “rizomático”, por assim dizer, com a indicação dos *links* para as fontes eventualmente citadas (em geral outros *blogs* e *sites* diversos), com a incorporação, na própria tessitura argumentativa, dos comentários feitos, das correções factuais e de alterações de rota, dados a repercussão pública suscitada, a contabilização de *likes*, *post a post*, e os novos elementos surgidos no cenário histórico da realização da escrita. Convém lembrar que 2012 é o ano da campanha de Barack Obama pela reeleição à Presidência dos Estados Unidos.

The Dark Enlightenment – traduzido no português, como é mais frequente, como “Iluminismo Sombrio”, aceitando-se, porém, verter ainda como “Iluminismo Negro”, “Iluminismo Obscuro” ou “Iluminismo das Trevas” – possui o tom de um libelo político. É um texto intencionalmente agressivo e provocativo. Aposta no pensamento de risco – e talvez arrisque até em demasia. Ao longo de dez capítulos (numerados de 1 a 4 – e o quarto sendo recuperado,

4

A filosofia de Nick Land é oriunda da blogosfera. Hyperstition, Xenosystems e Urban Future foram *blogs* mantidos em períodos anteriores, através dos quais sua produção foi se dando. Atualmente, ele escreve com alguma frequência no Substack. Em junho de 2024, Land anunciou no X (ex-Twitter) um *blog* novo, em desenvolvimento: <https://xenocosmography.blog/beast-pulse/>.

ampliado e subdividido, originando-se [+] outros seis, 4a, b, c, d, e e f, em ordem alfabética)⁵, Nick Land implementa generalizações biso-nhas, excessivas não só na frequência com que ocorrem.

E há, além disso, simplismos por todo lado. O leitor médio se vê em apuros, atordoado na amplitude dos saltos históricos e temá-ticos feitos, na abrangência das implicações adotadas. Sem falar no próprio teor da explanação. É um tipo de argumentação construída através do choque e do confronto. Antes, parece até mesmo uma pregação, visto sua insistência doutrinária. Conscientemente, tira proveito do espaço do *blog* como espaço propício para esse tipo de apelo e de performance retórico-expositiva. Existe, assim, uma certa adequação do texto ao suporte medial em que ele é veiculado antes de se adaptar, sem maiores alterações, e ser editado no for-mato canônico do livro.

Operando num viés de (auto-)confirmação, dedica-se, acima de tudo, a dinamizar a rede social de afinidades e compartilhamentos ideológicos – o circuito midiático, a *reactosphaera* — em que ganha sentidos e conquista adeptos. “*Reactosphaera*”, aqui, é um termo muito sugestivo, utilizado na bibliografia especializada (cf. Sandifer, 2017, Hermansson, Lawrence, Mulhall, Murdoch, 2020) para dar conta, muito além da mídia *mainstream*, da rede de publicações, *blogs* e *sites* variados criada em torno do ideário da chamada “nova direita” norte-americana coordenada por Steve Bannon.

Pois bem. Cada capítulo do livro (!?) conta, quase sempre, com duas ou três epígrafes, às vezes mais. O texto, pontualmente, desdobra tais epígrafes, dando-lhes os arrazoados de contextualiza-ção e problematização que merecem. Ou seja: o texto é o conjunto de comentários críticos feitos em relação às epígrafes, que figuram

5 Traduções amadoras, em língua portuguesa, podem ser encontradas em <https://xenosistemas.wordpress.com/o-iluminismo-sombrio>. O domínio é mantido por Uriel Alexis Fiori. É daí que saem os trechos que estamos utilizando. Eventuais correções, quando julgarmos necessário, serão justificadas.

– vamos nos dando conta, aos poucos – como verdadeiras sínteses, *scripts* e detonadores semânticos. São as balizas do debate.

Os materiais sobre os quais se trabalha – isto é, os documentos consultados, via de regra – vão da Constituição norte-americana e de tratados sobre os Direitos Civis a discursos políticos considerados célebres (de Martin Luther King, Winston Churchill, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e James Madison, para citar apenas alguns deles) e diversas reportagens de imprensa. Ademais, é claro, de fragmentos extraídos dos vizinhos na blogosfera.

Mais à superfície – contabilizando-se tudo isso –, o que vemos é uma discussão sobre governamentalidade, teologia política, neorreacionarismo e neorracismo – esses tópicos convergindo numa única direção: todos indiciando a falência das democracias ocidentais modernas. Em sua faceta menos visível, como pano de fundo, há um debate filosófico sobre mecanismos hipertecnologizados de controle político, sobre a emergência de sistemas de governança digital e inteligências artificiais como centrais de decisão e controle num futuro projetado como pós-político⁶.

Avancemos, todavia, mais lentamente. Land parte de dois pressupostos básicos: o primeiro, de que o Iluminismo equivale ao processo de instauração da Modernidade — é um de seus “tradutores” mais bem acabados, junto com outros concorrentes menos aptos, tais como “Renascença” ou “Revolução Industrial”; em segundo lugar, presume-se que a possibilidade de um “iluminismo sombrio”, como então se advoga, implica aceitar o esgotamento, a perversão

6

O último capítulo, parte 4f, se intitula: “Aproximando-se do horizonte biônico”. É bom memorizar esse título.

e a inconsistência dos ideais iluministas e do processo histórico de modernização, racionalização e democratização do Ocidente⁷.

É no quadro dessas suposições fundamentais que a ideia central se descortinará: as Democracias estariam esgotadas, como Land estará empenhado em nos demonstrar. Haveria que se buscar então saídas, vias alternativas, ele diz. Os regimes democráticos implicariam maus governos sistemáticos e degenerativos, com alternâncias sucessivas de comando correspondendo à destruição paulatina de conquistas e legados anteriores. Tais legados seriam cada vez mais precarizados e, enquanto tal, cada vez mais breves, sem lastro ou sustentação. As Democracias conduziriam, sempre – o autor afirma, sem modulações –, a uma espécie de Apocalipse Zumbi.

Aqui, um pequeno aparte. Esse modo de falar, recuperando expressões e referências da literatura popular de massas e/ou da cultura pop das últimas décadas – no caso, fazendo menção à série *The Walking Dead*, dentre outros tantos produtos midiáticos similares –, é o modo de falar característico do CCRU – *Cybernetic Culture Research Unit*, grupo de pesquisadores, artistas e filósofos experimentais coordenados por Land no período em que atuou como professor na Universidade de Warwick (UK), entre 1987 e 1998 (VVAA, 2015). Esse é o modo através do qual – voltando ao ponto

7 Publicado logo depois da Segunda Grande Guerra, "A indústria cultural. O Iluminismo como mistificação das massas", de Theodor Adorno e Max Horkheimer ([1948] 2002), é um dos escritos mais famosos e emblemáticos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. É um dos textos fundacionais do campo de estudo das mídias. Nele, os autores entendem os modernos meios de comunicação de massa como o exemplo clássico (e, além disso, a sustentação) da ideia de uma "antidesmistificação", de um anti-iluminismo (*anti-Aufklärung*). A "indústria cultural" – um conceito fundador, explorado por eles à exaustão – estaria atrelada à racionalidade técnica da monopolização capitalista e impediria a formação de indivíduos livres, independentes e autônomos. Trataria-se de uma instância de perversão da racionalidade emancipatória. Estabelecer paralelos consistentes entre esse clássico escrito de Adorno e Horkheimer e a polêmica formulação de Nick Land, agora em exame, extrapola nossos objetivos momentâneos. Num primeiro impulso, sem muita reflexão, poderíamos elencar três pontos virtuais de aproximação: a) o pessimismo histórico; b) o fantasma do marxismo; e c) a adesão à técnica como *lócus* do problema todo. Seja como for, fica a sugestão para um estudo futuro, que venha prezar pela paciência e pelo rigor analíticos, pelo senso de medida, pela justiça histórica e pela mais fina tensão dialética possível.

– ele caracteriza “a dinâmica da democratização como fundamentalmente [...] dissipativa: sistematicamente consolidando e exacerbando vícios, ressentimentos e deficiências privadas até que atinjam o nível de criminalidade coletiva e corrupção social abrangente” (Land, 2012, s.p.). O eleitor e o político convencionais, na avaliação de Land, estariam unidos por um circuito de incitação negativa recíproca – uma “*catraca degenerativa*”, como ele fala –, no qual cada lado força o outro a extremos cada vez mais desavergonhados de canibalismo, envilecimento e degradação. E a *catraca degenerativa*, uma vez que irrompe na História, solicita uma reinicialização, um *reboot*, seguindo as palavras de Mencius Moldbug, que Land prontamente endossa (Land, 2024).

Sob o pseudônimo de Mencius Moldbug, aliás, o engenheiro de software norte-americano Curtis Yarvin, ao lado de Peter Thiel, empreendedor do Vale do Silício, co-fundador do Pay-Pal, está entre os principais interlocutores de Land⁸. *The Dark Enlightenment*, o livro, numa medida inegável, é um esforço de sistematização e refinamento de ideias lançadas e testadas, primeiramente, nesse restritíssimo círculo de conversações. Como se Land pretendesse dar-lhes maior abstração ou trazer o polimento necessário para que as ideias ali gestadas pudessem adquirir maior representatividade, ganhar o *status* de especulação filosófica válida, instruída e posicionada na tradição de uma disciplina acadêmica reconhecida.

Abundam citações aos escritos e ao *blog* de Moldbug, Unqualified Reservations. Há um diálogo muito efetivo transcorrendo com ele. Land ecoa, amplia e desenvolve suas proposições. De outra parte, certas tonalizações, certos avanços ou arroubos dos *posts* de Land são, de fato, creditados a Peter Thiel. O que se obtém,

8

Moldbug é identificado como “nosso herói”, “o Lord Sith supremo dos neorreacionários”. Àqueles que não se recordam: a tradição dos Sith se dedicou a explorar o Lado Negro da Força; os Sith se opõem à tradição Jedi; Darth Vader era um Lorde Sith; lordes Sith, numa batalha, utilizam um sabre de luz vermelha. Nos referimos ao universo ficcional da franquia *Star Wars*. É outra metáfora cinematográfica para expressar o dualismo moral vivido entre o bem e o mal.

desse modo – reconstruindo retroprojetivamente o sistema produtivo a partir das marcas deixadas na superfície visível de uma discursividade –, é a impressão de que Nick Land opera no interior de uma triangulação de formuladores ideológicos e “intelectuais orgânicos” – para usarmos uma conhecida expressão de Antonio Gramsci: num dos vértices do triângulo está Moldbug; noutro, Peter Thiel; na terceira ponta, ocultando-se – essa é uma ponta quase invisível, paratextual, hábil em dissimular-se – está Steve Bannon⁹, o estrategista de Donald Trump.

Sobreposta a essa tríade de referencializadores teórico-conceituais – ideólogos, a bem da verdade, agindo como generais com suas tropas, armados até os dentes numa intrincada “guerra cultural” contemporânea –, há uma outra trindade de maior cacife, de enorme peso historiográfico: a) o filósofo da predileção pessoal de Adolf Hitler; b) um dos mais influentes fenomenólogos alemães de todos os tempos, que foi alçado ao posto de Reitor da Universidade de Fribourg, em maio de 1933, em razão de sua credibilidade junto ao *Furher*; e c) um dos mais importantes escritores de horror dos Estados Unidos da América, cuja obra é impossível de ser bem compreendida sem encontrarmos nela os traços do *racismo científico* do início do século passado. Em ordem: Friedrich Nietzsche (1844-1900), Martin Heidegger (1889-1976) e Howard Phillips Lovecraft (1890-1937)¹⁰.

A filosofia de Nick Land se condensa, como vemos, no interior dessa engrenagem epistêmica de duas estruturas triangulares

9 Numa ótima reportagem política, Eliana Johnson e Eli Stokols (2017) dão pistas consistentes de que Bannon estava ciente e acompanhava – com gosto e proximidade – o comércio de opiniões entre Moldbug, Land e Peter Thiel.

10 De Nietzsche, Land carrega consigo o niilismo, fundamentalmente; de Heidegger, uma orientação fenomenológica difusa; de Lovecraft, o horror abstrato (por sua vez, inseparável do *racismo científico*). É certo que as apropriações feitas são mais diversificadas, mais inventivas, fluidas, multifatoriais e codeterminadas do que podemos esclarecer em tão pouco espaço. Todos esses autores, contudo, ressentem-se do dimensionamento do problema ético na reflexão filosófica e/ou literária. Nesse aspecto, Land parece ter assimilado em bloco, sem filtros, o legado que escolheu receber.

superpostas, casadas, com seus engates e desengates, seus mecanismos de rolagem e os arranjos garantidores de sua acomodação. E, quanto ao conteúdo do livro ora em causa, navegando-se em sua singularidade, o que mais essa máquina semiótica produz?

Estampando o título “Neorreacionários se dirigem para a saída”, *The Dark Enlightenment*, no primeiro capítulo, aposta no neocameralismo¹¹, nas *Gov.Corps* e na conversão do *lobby* político em participação acionária no financiamento e na rentabilidade dos planos de Estado. Posto que as Democracias e os Estados-Nação já foram corroídos pelo grande Capital financeiro transnacional, posto que hoje são indissolúveis os laços entre as práticas democráticas e o poderio financeiro, por que não acabar com o “mito político” de que um estado democrático “pertence” aos cidadãos e contratar logo um CEO de excelência, recrutado em Harvard ou Stanford, que venha gerir a máquina pública como quem administra um negócio delicado e lucrativo, com o propósito de atrair clientes? Como provocação, como estripulia retórica, a pergunta de Land é excelente. Sabemos, no entanto, quais interesses se encontram rugindo através dela.

Elizabeth Sandifer (2017), em *Neoreaction – A basilisk*, faz duas observações curiosas, que, mais uma vez, nos intrigam, puxam nosso tapete no que diz respeito à compreensão mais adequada da filosofia landiana: primeiro, que Land é suficientemente cético, ambíguo e inteligente a ponto de não estar falando sério, escondendo-se atrás de um manancial de dados históricos, fluxos de informação, tensões políticas reais e teorias exóticas, esoterismo puro; segundo, que há recuos sutis no modo como acolhe as ideias de Mencius

11 Uma definição sumária: para o neocameralismo, “um estado é um negócio que é dono de um país” (Land, 2012, s.p.). Em escritos mais recentes, Land tem falado em “meta-neocameralismo” (MNC). E o que seria isso? Um sistema de sistemas de gestão: “um *framework* intelectual para se examinar sistemas de governança, teoricamente formalizados como disposições de propriedade soberana”. O MNC – o autor continua – “não diz a ninguém como projetar uma sociedade. [...] Diz apenas que um governo efetivo necessariamente parecerá [...] como uma [tal ou qual] empresa (soberana) bem-organizada” (Land, 2024, s.p. – cf. “Meta-Neocameralism”).

Moldbug (ou mesmo de Peter Thiel), denotando-se, assim, que a mais rematada expressão de concordância e simpatia ideológicas pode apenas turvar a percepção de uma “aliança tática”.

Mas de que forma esse jogo cênico, esse gesto esquizo-frênico – um genuíno *descompromisso ontológico* – se justificaria? Seria essa a maior *trollagem* de todos os tempos – uma *trollagem* de proporções monumentais, algo antes nunca visto? Um autor superlativamente interessado em ficções teóricas, memes de Internet, vírus de computador, saberes ocultos e mensagens criptografadas, dentre tantas outras potências do falso, seria mesmo capaz de prestar-se a isso: colocar a cabeça a prêmio, mergulhando num jogo performático – e admiravelmente midiático (!) – de espelhos falsos e traições contínuas?

Não há como saber. Em se tratando de Nick Land, não podemos duvidar de nada¹². Certo é que, caso essa hipótese absurda e enlouquecedora se confirmasse, ela expressaria muito daquilo que a mídia e a política (enquanto circo de horrores, enquanto usina geradora de infundáveis narrativas hipersticionais¹³) se tornaram na atualidade. E o que mais (e melhor) se poderia dizer para distinguir *The Dark Enlightenment* (Land, 2012)?

Na medida em que os capítulos progridem – e eles ganham terreno colocando em movimento a máquina retórica, estilística e performativa aqui descrita –, outras angulações e categorias

12 No capítulo 4 – “Recorrendo a raça à ruína” (que poderia, aliás, ser melhor traduzido como “Repetindo a corrida para a ruína”) – está dito literalmente: a ironia é o método que Land admira em Moldbug. Para um leitor desprovido de gosto pela ironia, sem anticorpos para lidar e viver com ela, tais autores podem se tornar insuportáveis e ininteligíveis.

13 “Hiperstição” é um conceito central dentro do imaginário teórico construído por Land. Remonta aos tempos idos junto ao CCRU. Em resumo, abrange narrativas ficcionais naquilo em que elas estão vocacionadas a se converterem em realidade – “ficções tornadas reais”; é o que se diz. É uma formulação teórica que engloba certas problemáticas hoje atinentes aos memes, aos mercados financeiros, às notícias falsas, ao entretenimento audiovisual de antecipação, às predições (ou premediações) como compromissos e fazeres habituais das mídias e ao exercício da política como jogo com o futuro, com as promessas e as inverdades (cf. Silveira, 2021a, 2024).

epistêmicas fundamentais vão sendo esboçadas. Agora, não há como relacionar e esmiuçar todas elas. Algumas, entretanto, não podem passar em branco. Essencial, por exemplo, é a convicção com que as práticas democráticas concretas são dissociadas de ideais abstratos de liberdade. Democracia e Liberdade, para Land (para Moldbug, para Thiel e para os “liberais clássicos”, em nome dos quais se fala), tornaram-se incompatíveis e até antagônicas. “Onde o Iluminismo progressista vê ideais políticos, o ‘iluminismo sombrio’ vê (apenas) apetites” (Land, 2012, s.p.). Isto é, a defesa de “soluções democráticas” e da “democracia progressista” se confunde com a defesa de um Universalismo hipócrita, tacanho e claudicante, e dos poderes exponenciais, embora sub-reptícios, instituintes da “Catedral”.

Catedral, por falar nisso, é outro tópico elementar: é o modo pejorativo adotado por Mencius Moldbug – e Nick Land adere completamente a ele – para se referir aos discursos e aos agentes do politicamente correto, dos Direitos Humanos, dos direitos constitucionais¹⁴, da ecologia e do multiculturalismo inclusivo, estigmatizando-se, assim, as pautas da social- democracia ou da esquerda progressista da classe média universitária dos grandes centros urbanos dos países ocidentais. A Catedral é um vetor de fechamento e opressão à ânsia de saída¹⁵ (e revolução antidemocrática) manifestada pelo anarcolibertarianismo professado por Nick Land.

Antes de saltarmos à conclusão – ou empurrarmos o autor contra a parede, dando-lhe uns safanões –, pelo menos mais três

14 O segundo capítulo reserva maior espaço à discussão sobre questões legais e à história da Constituição norte-americana. Citando o ensaio *On Democracy versus Liberty*, de Steve H. Hanke, publicado em fevereiro de 2011, no periódico *Globe Asia*, Land comenta que as constituições, nos países civilizados, são desenhadas para “governar o governo, não as pessoas” (Land, 2012, s.p.).

15 A *práxis* proposta por Land, de acordo com Berger (2020, p. 374), é a *práxis* da saída, isto é, a prática de evadir-se, afastar-se e começar de novo em algum outro lugar. Isso contrasta com o desejo de querer ter voz, falar tendo-se o *lugar de fala* reconhecido, que é o processo normalmente democrático de alcançar um compromisso político, tal como o conhecemos (Berger, 2020, p. 374). O autor parece ter esquecido, todavia, que defender e imaginar *saídas abstratas* é muito diferente de ter condições efetivas para viabilizar *saídas concretas*.

tópicos precisariam ser vistos, mesmo brevemente. O primeiro deles concerne a uma crítica do progresso. O segundo concerne aos discursos do ódio e da tolerância racial. Ambos aparecem no terceiro capítulo do livro – a temática racial sendo, depois disso, expandida para os capítulos seguintes (4, 4a, 4b, 4c, até o final), recebendo ênfases variáveis em cada um desses trechos, indo e vindo, sumindo e voltando. Por fim, outro tópico de destaque aponta à figura do *cracker* como personagem conceitual – é o tema nuclear do capítulo 4c, “A fábrica de *crackers*”, desenvolvido também em doses e estocadas programadas, comedidas, elipticamente, até o encerramento conclusivo do documento.

O progresso é visto por Land com acentuada desconfiança. Empenha-se então em desconfigurá-lo, seja como “signo dos tempos”, como expressão perfeita do *Zeitgeist*, seja como conquista cumulativa de Universalismo (incluindo aí o alcance de melhores índices de justiça social, distribuição de renda, tratamento isonômico nos postos de trabalho, acesso franco e igualitário aos serviços de saúde, à vida, à educação, à cultura e aos bens públicos – as tradicionais promessas não cumpridas de todo governante democraticamente eleito)¹⁶. O progresso – outro equívoco lamentável, ele avalia – não se consubstancializa como migração ideológica gradual e irreversível à esquerda. A função dos adeptos do neorreacionarismo seria sondar saídas *passadistas* e *revisionistas* – seria sondar projetos de futuro em sociedade a partir das experiências bloqueadas arbitrariamente pela Catedral. Mais do que apenas sondar, acima de tudo, seria forçar tais saídas. Seria produzi-las.

A celeuma em torno do livro e a má fama de Nick Land – que persistem, inclusive, até hoje; ou que foram, de fato, acentuadas nos últimos anos – se devem ao efeito de nucleação que ele conseguiu

16

Numa sociedade estável, quando não há índices de criminalidade, por exemplo, a ação política se torna desnecessária. Nesse sentido, a “liberdade política é desimportante”. Essa é a forma como Land argumenta.

produzir: plantação, nucleação e disseminação de dispositivos retóricos e ideias-guia, detecção de brechas e impasses discursivos na fala do antagonista, tudo isso “vendido” como “inteligência à direita”, desvelamento de alternativas viáveis e sensatas, chanceladas pelos ideólogos de plantão fantasiados de atores desinteressados porém (milagrosa e coincidentemente) bem-sucedidos. A temática da tolerância e do ódio racial, um tanto quanto traduzida na caracterização e na escolha do *cracker* – o trabalhador branco, heterossexual, de classe média baixa, desempregado e sem escolaridade¹⁷ – como ideal tipo a ser conquistado, personificação singularizada de um problema social monstruoso compreendido, do ponto de vista eleitoral, como divisor de águas, repousa, como veremos, no centro nevralgico de toda a controvérsia.

A posição de Land não é surpreendente, listados seus interlocutores – afirmado o legado filosófico aludido há pouco – e os episódios de seu histórico junto ao CCRU, ainda em Warwick: principia examinando o fenômeno contemporâneo da estranha equiparação da “tolerância perfeita” à “intolerância absurda”, que se tornaram indistinguíveis¹⁸. A tolerância teria progredido em tal grau – ele detalha – que se tornou “uma função de policiamento (...) [ostensivo], fornecendo o pretexto existencial para novas instituições inquisitoriais” (Land, 2012, s.p.). A tolerância espontânea do liberalismo clássico, devido à maré democrática, teria dado lugar à tolerância como direito positivo conquistado (“um direito a ser

17 Para evitarmos dubiedades: há um tipo de *hacker* que se pode também chamar de *cracker*. São ciberpiratas, cujas ações são sempre de índole criminosa. Não estamos falando deles. Para Land, *cracker* é outra coisa: é um “insulto contra brancos pobres sulistas” (Land, 2012, s.p.). No livro, maiores especificações etimológicas e etnolinguísticas nos são dadas. Antes de continuarmos, contudo, um alerta: é muito provável que, para o autor, justamente essa duplicidade seja benéfica, intelectualmente rica e instigante.

18 O adepto da tolerância total invalida e desmerece a tolerância, Nick Land ratifica. Parece conjecturar sobre o “paradoxo da tolerância”, do filósofo britânico Karl Popper (1902-1994). “Só não podemos tolerar o intolerante”, dizia Popper. Esse dito, dada a polarização política dos últimos anos, se converteu praticamente numa febre viral, num meme de Internet, alastrado em nossas redes sociais e nossos grupos de WhatsApp.

tolerado”, ele ironiza), definido expansivamente como intitulação substantiva creditada a alguém, passível de subsídios econômicos e proteção governamental.

Algo semelhante ocorre com o ódio, haja visto que a ortodoxia da Catedral atribui a si própria as condições objetivas necessárias para administrá-lo, definindo-o, estipulando seus limites, seus focos atencionais e, conseqüentemente, suas formas sociais de existência. O ódio– Land avança, mordido – é

[...] deliberada e mesmo estrategicamente assimétrico em relação ao equilibrada polaridade política das sociedades democráticas avançadas. Entre a implacável marcha do “progresso” e o resmungo ineficaz do conservadorismo, [o ódio] não vacila. Como vemos, apenas a direita pode ‘odiar’. Conforme o sistema imunológico-doxológico da supressão do ‘ódio’ é consolidado dentro dos sistemas da elite educacional e da mídia, a distribuição altamente seletiva de proteções [em relação a ele] garante que o ‘discurso’ — especialmente o discurso empoderado — seja consistentemente reajustado para a esquerda, o que quer dizer: na direção de um Universalismo cada vez [mais parcial e] mais abrangentemente radicalizado. A morbidez desta tendência é extrema (Land, 2012, s.p.).

Devido “à irremediável incorreção política da realidade” – Land polemiza, retirando nossas chances de contradizê-lo –, não haveria razões suficientes para compreendermos que um crime é agravado por se tratar de um suposto “crime de ódio”. Um crime é um crime. Ponto. Permitir que a compreensão do “ódio” decorra de uma orientação espiritual emanada da Catedral é uma afronta em múltiplos níveis – é uma afronta, por exemplo, à autodeterminação dos povos, às liberdades individuais, sagradas e irrevogáveis, e “ao

destino religioso manifesto do mundo” (Land, 2012, s.p.). Land não é um alvo fácil. É muito difícil contorná-lo¹⁹.

“A fábrica de *crackers*”, o capítulo 4c – para finalizarmos –, traz na epígrafe, logo que inicia, uma longa citação de Martin Luther King Jr. (1929-1968). Há uma boa dose de ironia ao posicioná-la assim, sendo seguida por outras epígrafes acessórias, extraídas do cotidiano da blogosfera. A partir daí, Land incorre numa reflexão histórica sobre a questão racial nos EUA – “o pecado original da América”, ele diz.

Dois movimentos vão acontecendo: a identificação dos negros com o Partido Democrata e a sugestão de uma solução “territorial” – isto é, uma espécie de *apartheid*, um regime alternativo de segregação racial – como estratégia para atenuar um problema de fundação – logo, como ele dá a entender, um problema intransponível. Land reconhece, por um lado, um Partido Republicano cindido, constrangido pela história recente do país (a Ku Klux Klan, a cultura sulista-confederada, as conquistas de direitos civis, [por ocasião da escrita, é Barack Obama quem está no poder, acrescente-se]), e, por outro, vê a causa racial capturada pelos democratas, secundados, em acordo silencioso, pelos setores menos combativos do polo conservador. A dialética racial liberal-progressista, para Land, suprime um dos lados da contenda, retira-lhe qualquer possibilidade de edificar princípios consistentes que não sejam prontamente acusados e

19

Sentenças como essas — sobre “a irremediável incorreção política da realidade”, sobre “o destino religioso manifesto do mundo” — são sentenças irrefutáveis. São excessivamente oblíquas e abstratas. Talvez não tenhamos evidências sociológicas precisas para contrapor a elas, reduzindo a impressão de verdade que produzem. Isso restringiria a capacidade de convencimento e a verborragia impactante do autor. Num estudo sobre a argumentação *red pill*, Scott Aikin (2019) define o programa retórico de Nick Land como um “*self-sealing program*”, quer dizer, um “programa auto-selado”, que valida a si mesmo, sem necessidade de confrontação ou de evidenciação que lhe venha desde o *exterior*. É um tipo de discursividade que só existe em rota de “desacordo profundo” (“*deep disagreement*”), que opera mais sobre o manejo das *crenças* do que sobre o manejo racional dos *argumentos*. É comum que funcione através de “fantasias finais” (“*final fantasies*”) e “verdades simples” (“*simple truths*”), sempre na iminência de que uma grande conspiração está, a qualquer momento, para ser desmontada.

descartados como “racistas”. Todo debate público integrativo move as coisas para a esquerda, ele diz.

Os *crackers*, portanto, são embaralhados à dramática história norte-americana – como várias outras, uma história de migrações, conflitos, lutas, tragédias e atentados horríveis. Land nos convida a interpelá-los, no *ethos* que cultivam, no tipo de relação que estabelecem entre si, no alto índice de casamentos endogâmicos que praticam – “Casamentos estranhos” é o título do capítulo²⁰ – e nas taxas de doenças genéticas raras e retardamento mental que os define. Nos convida a examiná-los como parte do problema e também, compulsoriamente – rumo ao horizonte biônico –, como parte da solução. Num dos excertos mais tensos e sibilinos de todo o livro, ele comenta:

Identificar o problema racial da América com o racismo branco é a posição liberal estereotipada, ao passo que identificá-lo com a disfunção social negra é o exato complemento conservador. Embora essas posições sejam formalmente simétricas, é sua assimetria política real que investe o problema racial americano com seu extraordinário dinamismo histórico e significância universal (Land, 2012, s.p).

Ou seja: para Land, o mundo perfeito – caso ainda venha a existir mundo, do tipo que for (Danowski e Viveiros de Castro, 2014) – é muito similar àquele descrito num verbete sobre *The Dark Enlightenment* constante no site do *European Center for Populism Studies*²¹ (ECPS): um arremedo de feudalismo moderno em que os reinos se parecem com corporações (*Gov.Corps*) –, tendo CEOs como

20 “White trash”, “hillbilly”, “redneck” são variações terminológicas afins. Dramática é a situação da família Whittaker, a “família mais endogâmica do mundo”, que vem sendo documentada, desde 2004, pelo fotógrafo Mark Laita. Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=WnzMPF6vFjk>. Ao largo, argumentando *in extremis*, por inversões lógicas, curto-circuitos e paradoxos implantados, Land parece se dirigir a eles. Os Whitaker vivem em Odd, uma pequena comunidade de trabalhadores rurais, na Virgínia Ocidental. No texto, não existem referências nominais precisas, mas o capítulo 4d, postado no dia 15 de junho de 2012, está intitulado como “Odd marriages”, “Casamentos esquisitos”, algo muito próximo disso – ou então: “Casamentos de Odd”. Não sabemos ao certo. Pode ser apenas coincidência.

21 Conferir: <https://www.populismstudies.org/Vocabulary/dark-enlightenment>.

soberanos, sem nenhuma daquelas incômodas liturgias e cadeias burocráticas próprias de regimes democráticos; um lugar onde as decisões tomadas por déspotas esclarecidos seriam necessariamente benéficas porque financeiramente lucrativas; um mundo onde as nações (?) seriam lideradas por CEOs-déspotas de saúde exuberante e QI elevado, cujo apuro eugênico estaria fundindo-se à *singularidade tecnológica* transformando-os, para nossa perplexidade e para nossa petrificação, em CEOs-déspotas- ciborgues²². Mais ou menos como ocorre no filme *Gattaca – A Experiência Genética*, de 1997.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Erick Felinto (2023, p. 4), um importante pesquisador da UERJ, diz que Land é um intelectual “enigmático”, mais “refinado” que o blogueiro Mencious Moldbug. Angela Nagle (2017, p. 10), em *Kill All Normies*, o descreve como um “grande desajustado”, ao mesmo tempo em que o reconhece como um pensador “idiossincrático”, de “difícil categorização”. Elizabeth Sandifer (2017, p. 16) o retrata como uma “figura estranha”, um tanto quanto “weird”. E cabe reparar que a maioria desses termos (“enigmático”, “idiossincrático”, “estranho” e “inclassificável”), em grande parte das vezes, são termos vazios, sem significado objetivo nenhum, carentes de maior precisão referencial.

22

Para Land – como indica o site da ECPS –, Donald Trump seria um sintoma da natureza degenerativa da democracia norte-americana, ainda que suas opiniões xenófobas e supremacistas estejam afinadas aos preceitos gerais do Iluminismo Sombrio. Trump – é o que Land dá a entender – não seria (esclarecido, educado ou) “iluminado” o bastante. Seria formidável – depreende-se – descobri-lo numa versão mais atualizada, mais intuitiva, mais rápida, com um número maior de funcionalidades e uma capacidade quintuplicada de processamentos. Trump 5.0? Exato. A meta seria essa. Ao que consta, agora sem brincadeira, Land teria recebido a eleição de Trump com um mix de “escárnio abertamente exultante e pavor preventivo” (Sandifer, 2017, s.p.). Sabendo que a Catedral não se deixará vencer facilmente, Land teria compreendido Trump como um mero “balão de ensaios”, algo a ser retomado e aprimorado, continuamente. O fato de que um “populista idiota” tenha vencido a candidata típica – e mais tipicamente representativa – da Catedral foi visto como uma conquista alvissareira, a ser comemorada, um sinal inequívoco de que as previsões e o futuro desenhado estariam corretos, estariam indo no caminho certo.

Diversos outros autores, oriundos, sobretudo, do campo da Filosofia anglo-saxã, tais como Kodwo Eshun (*apud* Fisher, 2011), Ray Brassier (2010), Mark Fisher (2011, 2014), Mackenzie Wark (2017) e Robin Mackay (2019), são mais assertivos ao julgá-lo, reputando-o entre os mais notáveis e contundentes filósofos ingleses do Século XXI.

Nick Land, em síntese, é uma Esfinge. É uma Esfinge perigosa. Não é fácil, de fato, saber como avaliá-lo. Muitos autores, no entanto, dentro e fora da Filosofia, e mesmo mais próximos à área da Comunicação, nos últimos anos, têm feito esforços para confrontá-lo, não simplesmente pelo confronto em si, é óbvio, mas, prioritariamente, para deixar aflorar suas vulnerabilidades, para extrair dele alguma coisa mais produtiva, testar suas posições e fazê-las funcionar em sentidos imprevistos, sem metas ou viéses ideológicos predeterminados. Para complementar a leitura que fizemos aqui, será bem-vindo, no futuro – é a nossa promessa de escoteiro! –, explorar um pouco mais essa trilha, repercutindo as críticas que nosso autor tem recebido.

As duas reprimendas mais correntes, expostas em publicações de boa visibilidade, em textos de largo apelo popular no mercado editorial brasileiro, foram aquelas encaminhadas por Mark Fisher e Yuk Hui. Sobre elas, aliás, já tivemos a oportunidade de escrever (*cf.* Silveira, 2021b). Assim dispostas, reunidas por puro acaso – por uma composição involuntária do destino – formam um arco representativo das fases inglesa e chinesa da trajetória pessoal e profissional de Land. Mark Fisher teve a biografia marcada por sua oposição ao aceleracionismo landiano, definido à direita do espectro político – como esperamos ter deixado claro. Fisher, contrariando-o – mas sem desmerecê-lo –, nunca deixou de buscar alternativas à esquerda, como expressa o livro que o consagrou, *Realismo Capitalista*, publicado em 2009 (Fisher, [2009] 2020). O filósofo chinês Yuk Hui, ao seu tempo, leva dois capítulos do ótimo *Tecnodiversidade* (Hui, 2020) para desfazer os principais equívocos cometidos em *The Dark Enlightenment*. Para Hui, Land escorrega

numa certa essencialização desmedida da técnica e numa recusa infantil da política como atividade própria da natureza humana. Land seria uma vítima da “consciência infeliz” dos neorreacionários.

E o séquito de detratores tem aumentado. O montante de respostas e comentários demolidores que Land vem recebendo, reafirmamos, tem crescido (cf. Aikin, 2019; Brassier, 2010; Danowski e Viveiros de Castro, 2014; Stengers, 2013). Numa próxima empreitada, pretendemos transitar por algumas dessas leituras oposicionais com o propósito de enxergar mais nitidamente os flancos que elas atacam, as ponderações que fazem e a natureza, bem como a extensão e a qualidade dos reparos que sugerem. Nem precisamos dizer que não se trata de julgar ou tomar partido, priorizar “correções” morais ou de senso comum, dizer quem está certo ou quem está errado, como se o debate acadêmico fosse assim tão raso e tão estreito, pautado por uma lógica tão ginasiana. É bem mais do que isso.

Será dado então um passo importante para graduarmos o nível em que o embate ocorre, localizar os espaços disciplinares onde ele tem vez, as eventuais sutilezas que venha a encerrar e, preventivamente, catalogar as imagens de futuro para as quais aponta.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o Iluminismo como mistificação das massas. In: LIMA, L. C. **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 169-214.

AIKIN, S. Deep disagreement, *The Dark Enlightenment*, and the rhetoric of the Red Pill. **Journal of Applied Philosophy**, v. 36, n. 3, p. 420-435, 2019.

BERGER, E. **Aceleración**. Corrientes utópicas desde Dadá a la CCRU. Madrid: Enclave de Libros, 2022.

BRASSIER, R. **Nick Land e o aceleracionismo**. Transcrição de uma palestra pública, realizada em 2010. Disponível em: <http://moskvax.wordpress.com/2010/09/30/accelerationism-ray-brassier/>. Acessado em: 22 jul.2024.

BRATICH, J. **On microfascism**: gender, war, and death. Brooklin: Common Notions, 2022.

DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há Mundo por Vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Florianópolis: Cultura e Barbárie / Instituto Socioambiental, 2014.

FELINTO, E. "Men Going their own way": Red Pill e a Imaginação Reacionária na Internet. *In*: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...**, Campinas, Galoá, 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/men-going-their-own-way-red-pill-e-a-imaginacao-reacionaria-na-internet?lang=pt-br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FISHER, M. Nick Land: Mind Games. **Dazed & Confused**. Junho, 2011. Disponível em: <https://www.dazeddigital.com/artsandculture/article/10459/1/nick-land-mind-games>. Acesso em: 10 maio 2024.

FISHER, M. *Terminator* vs. *Avatar*. Notes on accelerationism. *In*: AVANESSIAN, Armen; MACKAY, R. (org.). **#Accelerate**: the accelerationist reader. Falmouth and Berlin: Urbanomic and Merve, 2014, p. 344.

FISHER, M. **Realismo Capitalista**. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GILROY, P. Civilizacionismo, a "alt-right" e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. Revista **Eco-Pós**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 17-34, 2018. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22525. Acesso em: 4 jul. 2024.

HERMANSSON, P.; LAWRENCE, D.; MULHALL, J.; MURDOCH, S. The Dark Enlightenment: neoreaction and Silicon Valley. *In*: HERMANSSON, P.; LAWRENCE, D.; MULHALL, J.; MURDOCH, S. **The International Alt-Right**. Fascism for the 21º century? New York: Routledge, 2020, p. 81-103.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

JOHNSON, E.; STOKOLS, E. What Steve Bannon wants you to read. President Trump's strategic adviser is elevating a once-obscure network of political thinkers. **Politico Magazine**. February 07, 2017. Disponível em: <https://www.politico.com/magazine/story/2017/02/steve-bannon-books-reading-list-214745/>. Acessado em: 22 jul. 2024.

LAND, N. **Fanged Noumena**. Collected writings 1987-2007. Falmouth, New York: Urbanomic / Sequence Press, 2011.

LAND, N. **The Dark Enlightenment**. Perth: Imperium Press, 2012.

LAND, N. **Xenosystems**. New York: Passage Publishing, 2024.

LAND, N.; MACKAY, R.; FISHER, M. **A Nick Land Reader**. Selected writings. London: Anonymous, 2017.

MACKAY, R. El inhumanismo experimental de Nick Land. *In*: LAND, Nick. **Fanged Noumena** – Vol. 01. Barcelona: Holobionte, 2019.

NAGLE, A. **Kill All Normies**. The online culture wars from Tumblr and 4chan to the alt-right and Trump. Winchester – UK; Washington – EUA: Zero Books, 2017.

SANDIFER, E. **Neoreaction: a Basilisk** — Essays on around the Alt Right. Middleton: Eruditorum Press, 2017.

SILVEIRA, F. Hiperstição e geotrauma em *Cyclonopedia. Complicity with anonymous materials*, de Reza Negarestani. **Revista Semeiosis**: Semiótica e Transdisciplinaridade, São Paulo, v. 09, n. 02, Dez. 2021. Disponível em: <http://semeiosis.com.br/issues?issue=p8wNnIEhYa81AH2PGZ8V&article=s4wcG4zdaNeaBr2TXLQL>. Acessado em: 16 abr. 2024.

LAND, N. "O espectro de uma sociedade livre". Considerações sobre o comunismo ácido de Mark Fisher. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 484-505, 2021b., Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27690/15268. Acesso em: 16 abr. 2024.

LAND, N. Da escrita hipersticional. *In*: BEDIN, C.; RODRIGUES, E.; ALMEIDA, K. (orgs.). **Pensar, Montar**: variações sobre leitura e escrita em educação. Porto Alegre: PPGEdU / UFRGS, Editora Cirkula, 2024a. No prelo.

LAND, N. **Aceleração – mídia, horror e política**. Texto ainda inédito. Porto Alegre, 2024b, 25 p.

LAND, N. Nilismo e política, horror e transumanismo na filosofia da mídia de Nick Land. Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, **XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação**, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2024c, 24 p.

STENGERS, I. Matters of cosmopolitics: Isabelle Stengers in conversation with Heather Davis and Etienne Turpin on the provocations of Gaia. *In*: TURPIN, E. (org.). **Architecture in the Anthropocene**: encounters among design, deep time, science, and philosophy. Ann Arbor: Open Humanities Press, 2013. p. 171-182.

VVAA. **CCRU** – Writings 1997-2003. Londres: Time Spiral Press, 2015.

WARK, M. On Nick Land. **Verso Books**, June 2017. Disponível em: <https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/3284-on-nick-land>. Acessado em: 10 jun. 2024.

FILMOGRAFIA

GATTACA — A EXPERIÊNCIA GENÉTICA. Longa metragem. Dirigido por Andrew Nicoll. Produção: Danny DeVitto, Michael Shamberg e Stacey Sher. EUA, 1997.

MATRIX. Longa metragem. Dirigido por Lilly Wachowski e Lana Wachowski. Produção: Joel Silver. EUA / Austrália, 1999.

STAR WARS — GUERRA NAS ESTRELAS. Longa metragem. Dirigido por George Lucas. Produção: George Lucas. EUA, 1977.

THE WALKING DEAD. Série televisiva. Vários diretores. Produção: Frank Darabont. EUA, 2010-2022.

THE WHITTAKERS. Série de vídeos documentais no YouTube. Dirigido por Mark Laita. Produção: Mark Laita / Soft White Underbelly. EUA, 2020-presente.



7

João Batista Nascimento dos Santos

**PUBLICIDADE
PROGRAMÁTICA:**

PLATAFORMAS MOVIDAS
PELAS EXPERIÊNCIAS HUMANAS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.7

INTRODUÇÃO

Compreender o modo de operação da publicidade programática que exceda um olhar puramente técnico sobre essa forma de comunicação, é algo fundamental, afinal, muito mais do que aspectos técnicos, as máquinas de publicidade programática só funcionam pelo agenciamento com as nossas subjetividades. O que se busca com isso é elaborar uma percepção que questione, entre outros aspectos, a apropriação das nossas experiências de vida, questão essa que Zuboff (2020) observa como um dos procedimentos mais importantes que o capitalismo de vigilância institui, sendo algo fundamental também para a operação da publicidade programática.

Nesse sentido consideramos que as métricas que evidenciam o desempenho das campanhas da publicidade programática se apresentam, entre outras coisas, como uma espécie de aferição matemática de nossas experiências: se curtimos um anúncio, quanto tempo o visualizamos, se compartilhamos com amigos, se efetivamos uma compra para aderir a um mundo, se clicamos em uma imagem que capturou nosso olhar ou quantos segundos de um vídeo conquistaram a nossa atenção. E o que recebemos em troca de cedermos as nossas vivências, sem que tenhamos geralmente nenhuma noção sobre isso, é o que Lazzarato (2006) define como a vida nos mundos criados pelo capital.

Organizamos nosso percurso reflexivo em nove etapas. Iniciamos com essa apresentação que expõe nossas indagações sobre a relação da publicidade programática com os sujeitos. Em seguida tratamos nossa abordagem exploratória sobre a publicidade programática. Em um terceiro momento expomos um enfoque que trata do contexto que possibilitou a emergência das lógicas de controle sobre os indivíduos e da publicidade programática. Em quarto, versamos sobre as semióticas a-significantes, depois discutimos o conceito de publicidade programática com o intuito de alcançar

uma compreensão consistente de como se constitui essa forma de comunicação. No sexto tópico tratamos sobre a semiótica da cultura, a qual será empregada em nossa fundamentação teórica e na análise de nosso objeto. No sétimo momento nos dedicamos a outro suporte de nossa metodologia, que é a teoria sobre as *affordances*. Por fim, trazemos uma descrição, pela ótica das *affordances*, de nosso objeto, que é o Gerenciador de Anúncios do Facebook, e finalizamos nossa análise com as considerações finais.

DEFININDO A PUBLICIDADE PROGRAMÁTICA

Executamos nossa pesquisa por meio da coleta e da sistematização de dados e efetuamos um mapeamento do ambiente de operação da publicidade programática a título de evidenciar os actantes que estão abarcados em seu funcionamento. No intuito de elaborar uma compreensão sobre esta forma de comunicação impulsionada pelo acelerado desenvolvimento da tecnologia da informação, elaboramos o seguinte problema de pesquisa: como se constitui a semiose da publicidade programática? Por sua vez, nosso objetivo é expresso da seguinte forma: investigar o modo de construção da semiose da publicidade programática. Nossa metodologia tem por propósito a análise da operação da publicidade programática.

Em vista disso, metodologicamente, realizamos pesquisas bibliográfica e exploratória e efetuamos a descrição das funcionalidades, possibilidades e interações dos sujeitos na utilização da plataforma Gerenciador de Anúncios do Facebook pela ótica das *affordances*. Constituímos a análise com base na fundamentação teórica, norteados também pela semiótica da cultura. Desse modo, propomo-nos a engendrar um entendimento sobre a semiose da publicidade programática

por meio dos usos e das possibilidades que as plataformas publicitárias propiciam por intermédio de suas interfaces.

A medição das práticas sociais é progressivamente efetuada pelas plataformas às quais é conferida esta capacidade. Em vista disso, o conceito de *affordance* (Gibson, 1986) se mostra apropriado para refletir sobre o modo como os sujeitos instituem suas práticas amparados nas possibilidades políticas e materiais as quais desenvolvedores lhes propiciam (D'Andréa, 2020).

Dado que as plataformas de publicidade analisadas estão presentes em um ambiente on-line, é relevante ressaltar nossa visão sobre o conceito de “plataforma on-line”. Uma plataforma on-line é uma estrutura digital programável projetada para ordenar interações entre os indivíduos, englobando tanto sujeitos quanto empresas e entidades governamentais. As plataformas não devem ser consideradas isoladamente, pois se desenvolvem dentro de um ambiente on-line que é moldado por sua própria lógica. Um ecossistema de plataformas refere-se a um conjunto de plataformas interconectadas e administradas por determinados mecanismos (Van Dijck; Poell; Wall, 2018). Os dados abastecem uma plataforma, que é automatizada e organizada por algoritmos e interfaces. Ela é padronizada por relações de propriedade, guiada por modelos de negócios e regulada por acordos de usuários (Van Dijck; Poell; Wall, 2018).

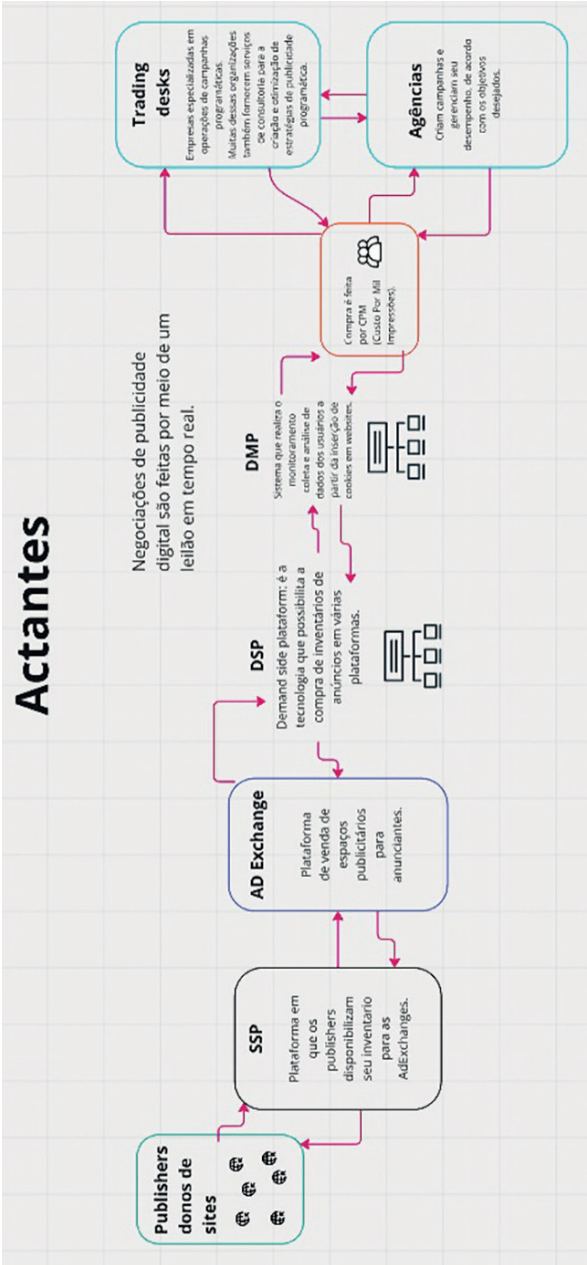
Nosso interesse se apresenta em engendrar um entendimento em relação à forma como ocorre a operação da publicidade programática, sendo que esta tem sua atividade sustentada através de duas semióticas, que são a linguagem artificial (Lotman, 1996), ou semióticas a-significantes (Guattari; Rolnik, 2011) juntamente com âmbito significante da publicidade.

No intuito de termos mais subsídios para a compreensão do que é a publicidade programática, empreendemos uma pesquisa exploratória que pudesse nos trazer mais conhecimento nesse

sentido, recorreremos às informações disponibilizadas por uma plataforma de publicidade programática, uma revista do meio publicitário, e a um e-book da IAB, que é a associação das empresas de publicidade digital, além dos recursos bibliográficos.

A publicidade programática é designada de diferentes formas, tais como publicidade digital, exibição por dados e *big data*. Podemos definir, segundo Busch (2016), a publicidade programática enquanto veiculação de modo automático de anúncios digitais, o que é sustentada na provável visualização do anúncio. A aquisição e a otimização das campanhas publicitárias podem ser realizadas em tempo real e, ainda, de forma automática. A segmentação do público pode ser constituída com base no histórico de consumo, interesses, e vários outros dados (Oliveira; Sani, 2021). As semióticas a-significantes, ou linguagem artificial, que possibilitam as operações da informática, também tornam possível o funcionamento da publicidade programática. A Figura 1 expõe um mapa dos actantes que fazem parte do processo de funcionamento da publicidade programática.

Figura 1 – Actantes



Fonte: elaborada pelo autor, 2024.

A publicidade programática tem como característica a automatização da tomada de decisões e a aquisição de mídia em tempo real, e, ainda, a análise do valor de cada impressão, sendo este último aspecto referente à avaliação das visualizações dos anúncios pelos sujeitos. A operação da publicidade programática se concentra em anúncios que funcionem e direcionam orçamento para impressões com elevada performance, desse modo os anunciantes têm a possibilidade de mensurar o desempenho de campanhas nos mais diversos canais e dispositivos (IAB Brasil, 2016).

A mídia programática faz uso de plataformas tecnológicas para a automatização da aquisição de publicidade e para a sua veiculação. O modelo tradicional abarca que propostas sejam solicitadas, envolve licitações e negociações realizadas pessoalmente, a publicidade programática, por sua vez, faz uso de softwares nos processos de compra, venda de espaços de exibição on-line e veiculação (Meio e Mensagem, 2022). A publicidade programática também envolve o uso de dados na estratégia de mídia com o intuito de efetivar a otimização de investimentos e obter resultados melhores. Um dos aspectos relevantes para publicidade é o monitoramento de dados em relação ao tráfego on-line, que é gerado a partir do comportamento dos sujeitos na internet e, obtendo tais informações, torna-se possível elaborar perfis dos indivíduos e configurar campanhas a partir dessas informações (Meio e Mensagem, 2022).

Segundo a Amazon Ads (2023), a publicidade programática significa a utilização de tecnologia de publicidade, designada *adtech*, para efetivar a aquisição de anúncios digitais seja na web, em dispositivos móveis, como também aplicativos, vídeos e redes sociais. *Adtech* é uma expressão ampla e refere-se às ferramentas e aos softwares que os anunciantes utilizam para adquirir impressões, determinar os públicos dos seus interesses, atingir seu público-alvo, introduzir campanhas de publicidade digital e fazer a medição dos resultados. Um dos aspectos que caracteriza a publicidade digital é a busca por impressões, ou seja, a visualização dos anúncios

especificamente pelos sujeitos que sejam considerados o público mais propenso a demonstrar interesse pelos produtos ou serviços anunciados. A capacidade de funcionar fundamentado em padrões de compras acontece em razão de que as plataformas de publicidade programática empregam algoritmos de automação de fluxo de trabalho e *machine learning* (Amazon Ads, 2023).

Na perspectiva da publicidade, a apresentação dos anúncios de forma mais precisa a quem tenha interesse pela mensagem só foi possível com a tecnologia (Silveira, 2017). Em sua lógica operacional existem diferentes agentes, tais como as *ad exchanges*, as DSPs, as DMPs, as SSPs e as Trading Desks. As plataformas DMP (*Data Management Plataforms*), por exemplo, engendram perfis precisos reconhecendo onde os sujeitos que possam ter interesse por determinados produtos ou serviços se encontram. Tal perspectiva se sustenta na ideia das organizações que, conhecendo profundamente os indivíduos, a oferta de produtos estaria em consonância aos seus interesses enquanto consumidores. Contudo, ao perder seu direito à privacidade, os sujeitos teriam a condição de consumidor assumida com maior relevância que sua situação de cidadão. A vivência seria centrada na atividade de consumo proporcionada pelas unidades do Capital (Silveira, 2017).

Outro aspecto que deve ser destacado é que, conforme a IAB (2016), a DMP é uma plataforma de gestão de dados a qual armazena não somente dados comportamentais on-line como também dados sociodemográficos e dados off-line, o que dessa forma torna ainda mais robusta a base de conhecimento sobre os sujeitos.

As campanhas são ajustadas por meio do acompanhamento do seu desempenho, conforme surgem as métricas que evidenciam a eficácia dos anúncios e estes podem ser facilmente alterados, para apresentarem melhores resultados, isso demonstra que a mensurabilidade é um aspecto hegemônico no funcionamento da publicidade programática. As variadas oportunidades de interação dos sujeitos

com a publicidade são quantificadas como forma de medir a eficácia da mensagem publicitária (Amazon Ads, 2023).

A execução de algoritmos de automação de fluxo de trabalho e *machine learning* integram os procedimentos de operação da publicidade programática. A utilização desses recursos se dá com o intuito, entre outras coisas, da apresentação de anúncios com maior probabilidade de produzirem os resultados esperados junto ao público (Amazon Ads, 2023). Silveira (2017) observa que com base no histórico de navegação dos sujeitos no meio on-line, os algoritmos de aprendizagem de máquina *machine learning* efetuam resoluções sustentados na relação/avaliação das informações armazenadas. Atualmente, as estruturas algorítmicas desempenham um papel fundamental na mediação e modulação das interações sociais. Os algoritmos são sequências finitas de operações que fazem parte de uma rede de actantes interconectados logicamente (Silveira, 2019). Não há neutralidade nos algoritmos; eles têm caráter performativo e influenciam ativamente o ambiente no qual atuam, provocando reações e promovendo mudanças nas esferas sociais sem que sua presença seja sempre percebida. Redes sociais, mecanismos de busca como Yahoo e Bing e plataformas de publicidade digital se baseiam nessas estruturas algorítmicas (Silveira, 2017).

A CONJUNTURA QUE VIABILIZA O ADVENTO DA PUBLICIDADE PROGRAMÁTICA

Na década de 1970, o cenário propício para a ascensão da publicidade programática começou a se delinear. Esse período foi marcado por duas crises, durante as quais o avanço das tecnologias da informação foi encarado como uma possível solução para superar

a estagnação observada na sociedade. Assim, teve início uma revolução no campo da informática, acompanhada pelo desenvolvimento de estratégias de controle (Mattelart e Vitalis, 2015).

Com a introdução de novas tecnologias voltadas para o monitoramento social, surgiu uma nova realidade para o indivíduo contemporâneo: o perfilamento. Este conceito refere-se a um tipo de controle indireto sobre as pessoas, sustentado pela exploração de informações pessoais coletadas através do acesso a sites, aplicativos e redes sociais, conforme destacado por Mattelart e Vitalis (2015).

Zuboff (2021) observa que, contudo, é importante levarmos em conta que o capitalismo de vigilância não vem a ser a tecnologia, sendo sim uma lógica que atravessa a tecnologia e que a orienta em uma ação. O capitalismo de vigilância é um modo de mercado que não pode ser considerado fora do ambiente digital; contudo, não é o mesmo que digital, pois o digital tem a possibilidade de apresentar várias formas, o que é determinado pelas lógicas sociais e econômicas que o faz operar. A subjugação e a impotência são conferidas pelo capitalismo e não pela tecnologia. Precisamente, o aspecto de que o capitalismo de vigilância é uma lógica em ação e não uma tecnologia é uma questão fundamental que explica o motivo pelo qual os capitalistas de vigilância desejam que consideremos que tais práticas não possam ser subtraídas das tecnologias utilizadas.

Silveira (2017) argumenta que a comercialização da vida pessoal, bem como da intimidade e do afeto, orienta a economia informacional que se sustenta no mercado de dados. Zuboff (2021) observa que atualmente o direito à privacidade ao conhecimento e ao seu emprego tem sido apropriado por meio de um procedimento de mercado agressivo e suprido por demandas unilaterais às experiências dos outros e ao conhecimento que delas provém. O âmbito digital de forma acelerada se transformou em um projeto edaz e novo o qual a autora denomina de capitalismo de vigilância.

O capitalismo de vigilância requer de modo unilateral a experiência humana na condição de matéria-prima gratuita para a translação em dados comportamentais. Parte dos dados são usados para aperfeiçoar produtos e serviços, sendo que o remanescente é compreendido como um superávit comportamental do proprietário que supre avançados processos de produção designados como inteligência de máquina e engendrados em produtos de predição os quais antecipam o que certo sujeito realizaria em distintos momentos. Tais produtos de predições são mercantilizados em uma nova forma de mercado para predições comportamentais designados mercados de comportamentos futuros. São produzidas grandes riquezas por meio de tais operações comerciais, o que se confirma pelo interesse que muitas organizações têm em asseverar sobre o comportamento futuro dos indivíduos. Os processos de máquina automatizados têm conhecimentos sobre os nossos comportamentos e soma-se a isso o fato de que moldam nosso comportamento em ampla escala (Zuboff, 2021).

Por sua vez, Han (2022) compreende que existe atualmente o que define como regime de informação, sendo este o modo de dominação no qual as informações e seu processamento através de algoritmos e inteligência artificial condicionam determinantemente processos sociais, econômicos e políticos. Diferente do regime disciplinar, não ocorre a exploração de corpos e energias, mas sim de informações e dados. O capitalismo da informação baseado na comunicação e ainda na conexão transforma em antiquadas as técnicas disciplinares tais como a isolamento espacial, a regulamentação rigorosa da atividade laboral, bem como o adestramento corporal. A obediência não se apresenta na condição de um ideal do regime da informação, nesse sentido o indivíduo que está submetido ao regime de informação não se apresenta dócil ou obediente, adverso a esse entendimento, compreende-se como livre, autêntico e criativo produzindo-se e se performando.

O foco do poder disciplinar biopolítico é o corpo, para a sociedade capitalista o aspecto central é a biopolítica, o biológico, aspecto corporal. No regime biopolítico os corpos são aparelhados em um maquinário de produção e vigilância que o potencializa através da ortopedia disciplinar. Por outro lado, o regime da informação não se alinha a uma biopolítica, o corpo não é seu foco, este apropria-se da psique por meio da psicopolítica.

Segundo Zuboff (2021), a dinâmica competitiva desses novos mercados faz com que capitalistas de vigilância cada vez mais obtenham fontes preditivas de superávit comportamental, o que abarca nossas personalidades, nossas emoções e nossas vozes. Na atual fase do capitalismo de vigilância os meios de produção estão sujeitados aos meios de modificação comportamental, os quais se apresentam progressivamente mais complexos e mais amplos. Nessa perspectiva o capitalismo de vigilância produz uma nova espécie de poder o qual a autora denomina de instrumentalismo. O poder instrumental compreende e molda o comportamento humano em proveito dos interesses de terceiros. Dessa forma o poder se impõe também por meios automatizados de uma arquitetura computacional que se apresenta gradativamente mais ubíqua, formada por dispositivos, coisas e espaços inteligentes vinculados em rede. Os mecanismos e imperativos econômicos do capitalismo de vigilância, em princípio visados pela publicidade on-line, transformam-se em modelo padrão para grande parte dos negócios que têm a internet como suporte.

Enfim, a tensão competitiva encaminhou a expansão do capitalismo de vigilância para o âmbito não conectado, meio este em que os mesmos mecanismos fundacionais que exploram a vivência on-line passaram a ser usados para monitorar atividades do cotidiano, como, por exemplo, orientar os trajetos que fazemos nas cidades. Atualmente, os produtos de predição têm a sua negociação em mercados futuros comportamentais, o que abrange, além da publicidade programática enquanto um segmento específico,

outros âmbitos, tais como varejo on-line, campo dos seguros, setor de finanças, além de outros (Zuboff, 2021).

Lazzarato (2006) expõe que se pode depreender o capitalismo hodierno, observando-se a diferenciação entre a empresa e a fábrica. Até algum tempo atrás a função empresa e a função fábrica estavam sobrepostas, interligadas. Contemporaneamente, o conceito de empresa desvinculado da atividade laboral de fabricação vai abranger a todos os serviços e todos os colaboradores que possibilitam produzir um mundo: “atividades de pesquisa e desenvolvimento, de marketing, de concepção, de comunicação, ou seja, todas as forças e agenciamentos (ou máquinas) de expressão” (Lazzarato, 2006, p. 99).

A empresa que engendra um serviço ou uma mercadoria cria um mundo, seguindo esse nexos o consumidor e o produtor igualmente necessitam apresentar correspondência nesse mundo. Tal mundo deve estar integrado nas almas e nos corpos dos empregados e consumidores, uma vez que não é mais unicamente por meio de técnicas disciplinares que se sucede essa inserção. O produtor e o consumidor representam a empresa, e a existência dessa última não ocorre fora destes. O âmbito da empresa, com sua objetividade e sua realidade amalgama-se com as relações que a empresa, os trabalhadores e consumidores estabelecem entre si. A questão então é instituir relações, entrelaçamentos, acoplamentos (Lazzarato, 2006). A implementação de mundo é o aspecto central para as sociedades de controle. Tal questão submete a valorização capitalista a esta situação. Nesse sentido, o capitalismo se situa enquanto um modo de produção de mundos, sendo uma afetação.

Lazzarato (2006) ainda explica que precedente à produção econômica acontecem “a expressão e a efetuação dos mundos e das subjetividades neles inseridas, a criação e realização do sensível (desejos, crenças, inteligência) antecedem a produção econômica.

A guerra econômica travada em nível planetário é assim uma guerra estética, sob vários aspectos” (Lazzarato, 2006, p. 100).

A relação entre oferta e demanda transformou-se, pois os clientes tornaram-se centrais para as estratégias das empresas. As máquinas de expressão, o marketing, a comunicação e a opinião, no capitalismo atual, apresentam uma potência progressiva. Mais do que qualquer outra coisa, consumir tem o sentido de pertencer a um mundo, vincular-se a um universo. Esse mundo é construído por meio dos agenciamentos de enunciação, bem como pelos regimes de signos em que a expressão é designada publicidade. A multiplicação da oferta de mundos, sejam estes de consumo, de informação, trabalho ou lazer, é uma característica das sociedades de controle. “Para prever gostos, vontades, interesses, os empreendimentos buscam a análise mais profunda. Os dados pessoais são a matéria-prima desse processo.” (Silveira, 2017, n.p.).

SEMIÓTICAS A-SIGNIFICANTES

Silveira (2017) argumenta que uma sociedade gerida por algoritmos é uma sociedade matematizada. A algoritmização, tanto das ações quanto das interações dos sujeitos, evidencia uma ampla quantificação e matematização das relações sociais. Nesse sentido entendemos ser pertinente refletir sobre isso a partir das noções de Guattari e Rolnik (2011) e Lazzarato (2014) sobre o papel desempenhado pelas semióticas a-significantes ou linguagem artificial na sociedade, pois para esses pensadores as linguagens de programação, as fórmulas matemáticas, os índices da bolsa, são semióticas a-significantes.

A ação das semióticas a-significantes ocorre diretamente em relação à realidade, sem fazer referência a outros signos (Lazzarato, 2014).

Os dispositivos computacionais funcionam impelidos por distintas linguagens de programação. O papel principal das máquinas de signos está relacionado às semiotizações abstratas.

A força das semióticas a-significantes reside no fato de que, por um lado, elas são formas de avaliação e mensuração “automática” e, por outro lado, elas unem e tornam “formalmente” equivalentes esferas heterogêneas de força e poder assimétricos ao integrá-las e racionalizá-las para a acumulação econômica (Lazzarato, 2014, p. 41).

Guattari e Rolnik (2011), ao abordarem o conceito de máquina, distinguem da ideia presente na mecânica. Para os pensadores a mecânica é bastante fechada em si mesma, mantendo apenas relações perfeitamente codificadas com o exterior.

As máquinas, no sentido lato (isto é, não só as máquinas técnicas, mas também as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa fábrica, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina comercial etc. (Guattari; Rolnik, 2011, p. 385).

De acordo com Lazzarato (2014), a máquina integra a natureza humana porque não há existência de oposição entre o humano e a máquina no ponto de vista que busca encontrar correspondências. Segundo Lazzarato (2014), o que Guattari sugere é a comunicação entre humanos e as máquinas, esclarecendo como os sujeitos se relacionam com as máquinas.

As semióticas a-significantes permitem a comunicação entre as máquinas e os indivíduos e ainda entre outras máquinas; acrescentando-se a isso ainda os fenômenos reais. Os sujeitos constituem corpo com as máquinas e as semióticas a-significantes na esfera maquinocêntrica.

Percebemos que é possível entender a plataforma do Facebook como uma máquina composta pelo sistema de rede social e âmbito publicitário programático do Facebook, essa máquina se liga aos indivíduos por meio das interações nas redes sociais e fora delas.

SEMIÓTICA DA CULTURA

Para refletirmos sobre a operação da publicidade programática embasados na semiótica da cultura, identificamos três dimensões importantes que devem ser consideradas: a semiosfera, o texto e a linguagem. Segundo Lotman (1996), a semiosfera é uma esfera específica que possui características próprias atribuídas a um espaço fechado em si mesmo. Somente dentro desse espaço é possível ocorrer o processo comunicativo e a geração de uma nova informação. Assim, não são as partes individuais que são primárias, mas sim o grande sistema estabelecido pela semiosfera. As ações semióticas somadas individualmente não geram um universo semiótico; sendo sim o oposto a isso é a existência do universo semiótico, o qual é a semiosfera, que efetivamente origina o ato do signo particular.

A concepção de semiosfera está associada à certa homogeneidade e individualidade semióticas. Esses conceitos destacam a ideia da delimitação circunscrita da semiosfera no que se refere ao espaço extrasemiótico ou alossemiótico que a circunda. A fronteira é uma das noções básicas para compreender o caráter semanticamente delimitado da semiosfera, considerando-se que o espaço da semiosfera possui uma natureza abstrata, o que denota que a fronteira não deve ser concebida por meio de uma perspectiva de pensamento concreto.

Así como en la matemática se llama frontera a un conjunto de puntos perteneciente simultáneamente al espacio interior y al espacio exterior, la frontera semiótica es la

suma de los traductores «filtros» bilingües pasando a través de los cuales un texto se traduce a otro lenguaje (o lenguajes) que se halla fuera de la semiosfera dada (Lotman, 1996, p. 12).¹

O aspecto fechado da semiosfera refere-se à sua incapacidade de estar em contato com textos alossemióticos ou não textos. Isso implica que, para que esses tipos de texto se tornem realidade para ela, é necessário traduzi-los para uma das linguagens do seu domínio interno, ou semiotizar textos que inicialmente não seriam considerados semióticos.

A fronteira do espaço semiótico desempenha um papel funcional e estrutural crucial, não se tratando de uma noção artificial, mas sim definindo a natureza do seu mecanismo semiótico. A fronteira atua como um mecanismo bilíngue, encarregando-se da tradução das mensagens externas para as linguagens internas da semiosfera e vice-versa. É por meio da fronteira que a semiosfera estabelece contato com domínios não semióticos ou alossemióticos. A realidade do espaço extrassemiótico só se manifesta para uma semiosfera à medida que pode ser traduzida para sua própria linguagem (Lotman, 1996).

Observamos a existência de uma semiosfera específica da publicidade programática inserida na esfera digital conceituada por Hartley, Ibrus e Ojamaa (2021). Segundo os autores, a semiosfera tem existido por séculos e ao longo desse tempo passou por transformações paralelamente com o avanço das tecnologias de comunicação desde os primórdios da capacidade humana de fala. É relevante levarmos em conta que a cultura tem desenvolvido formas cada vez

1 Assim como em matemática, um conjunto de pontos pertencentes simultaneamente ao espaço interior e ao espaço exterior é chamado de fronteira, a fronteira semiótica é a soma dos “filtros” bilíngues de tradutores pelos quais um texto é traduzido para outra língua (ou línguas) que é fora da semiosfera dada (tradução nossa).

mais abstratas e tecnologicamente sofisticadas para gerar conhecimento e facilitar a interação entre indivíduos, entre outras funções.

Nesse contexto, Hartley, Ibrus e Ojamaa (2021) apresentam sua compreensão acerca da presença de uma semiosfera digital a qual compõe a era da máquina, visto que muitos processos de produção de significado são realizados por diversos dispositivos computacionais complexamente interligados. Esses equipamentos contribuem para a geração de múltiplos textos consumidos em nosso cotidiano.

O enfoque da semiótica da cultura reside na análise do funcionamento semiótico do texto real, no qual a contradição está presente devido à associação de textos com estruturas diversas, também por haver a presença de inconsistência estrutural e, ainda, a indefinição de sentido. Em uma única composição textual, todos esses elementos são compreendidos como funcionais e não acidentais. Para que uma mensagem seja considerada um texto, é necessário que esteja codificada de forma dupla. Primeiramente, há o enunciado na língua natural, seguido pela conversão desse enunciado para um formato ritualizado, codificado por meio de uma linguagem secundária, ou seja, em um texto. Ao combinar essas fórmulas em um estágio posterior, obtém-se a elaboração de um texto de segunda ordem (Lotman, 1996).

A linguagem constitui outro aspecto importante para a semiótica da cultura. Nessa ótica, qualquer sistema que permita a comunicação entre um transmissor e um destinatário pode ser considerado uma forma de linguagem. Essa concepção abarca situações em que a interação ocorre não apenas entre indivíduos, mas também engloba mecanismos de transmissão e recepção. Ao discorrer sobre língua, não nos restringimos somente ao chinês, hindi ou português, pois sob a perspectiva da semiótica da cultura, língua também se refere aos sistemas criados artificialmente pela ciência, os quais dizem respeito a grupos específicos de fenômenos designados línguas artificiais.

AS AFFORDANCES DAS PLATAFORMAS DE PUBLICIDADE PROGRAMÁTICA

Conforme Gibson (1986), os recursos propiciados pelo ambiente ao animal, são as *affordances* do ambiente. O conceito de *affordance* foi introduzido por Gibson (1986) para descrever as potenciais ações que um ambiente possibilita. A *affordance* diz respeito à relação complementar entre o animal e seu ambiente, e refere-se tanto ao animal quanto ao ambiente.

Um recurso transcende a ser somente um recurso, uma vez que os símbolos e conotações a ele associados possuem um valor significativo. A ação de pressionar um botão, por exemplo, possui significado próprio, pois isto atua como mediador e comunicador que se relaciona com diversos outros recursos. As características são atores comunicacionais e desempenham papel fundamental ao gerar significados e significância, como exemplificado pelas representações visuais construídas por softwares em interfaces (Bucher; Helmon, 2018).

A noção de *affordance* também é utilizada para descrever as possibilidades facultadas pelos artefatos materiais, tais como as tecnologias de mídia, observando-se o que estas tornam possível que os indivíduos realizem. O impacto das ideias de Gibson pode ser percebido em diversas áreas do conhecimento; contudo, é na área do design e da interação humano-computador que o conceito ganha maior destaque através das contribuições de Donald Norman. Norman define as *affordances* como propriedades percebidas e reais dos objetos que determinam como estes podem ser utilizados efetivamente (Bucher; Helmon, 2018).

Bucher e Helmon (2018) abordam novas perspectivas adotadas por pesquisadores da área da mídia e comunicação para definir analiticamente o conceito de *affordance*. Eles sugerem métodos

além da análise discursiva das interfaces das plataformas digitais, enfatizando a importância de entender como essas interfaces produzem relações e as tornam visíveis. Essa abordagem vai além da superfície de certa plataforma individualmente para considerar as interfaces interconectadas entre diferentes plataformas que efetivam a mediação entre si.

Metodologicamente, neste momento descreveremos as funcionalidades do Gerenciador de Anúncios do Facebook sob a perspectiva das *affordances* antes de realizar uma análise embasada na fundamentação teórica e na semiótica da cultura.

DESCRIÇÃO DO GERENCIADOR DE ANÚNCIOS DO FACEBOOK

Uma das primeiras possibilidades oferecidas aos agentes publicitários pelo Gerenciador de Anúncios é a criação de anúncios na própria plataforma para iniciar uma campanha. Também está presente ali o acesso à compra dos anúncios. As estratégias e os objetivos de comunicação das campanhas também são definidos no Gerenciador de Anúncios.

Outra possibilidade propiciada é a da definição da forma de cobrança, um dos modos é quando ocorre a impressão, ou seja, a cada visualização do anúncio. No tópico seguinte, chamado “Orçamento e Programação”, são definidas as datas de início e término da veiculação da campanha, assim como o orçamento diário ou total.

Em relação aos “Controles de Público”, definem-se as áreas geográficas em que a campanha será veiculada. Na seção “Público Advantage” destaca-se que a tecnologia da plataforma automaticamente identificará o público-alvo. Logo abaixo dessa seção

encontra-se a funcionalidade “Públicos personalizados”, onde é possível selecionar o público com base em faixa etária, gênero, interesses e comportamentos.

Na fase de criação do anúncio, é necessário fornecer nome, título, texto e imagens ou vídeos. Em relação ao item “Destino”, o anúncio pode direcionar os sujeitos para sites ou outros links relevantes. Na seção “Complementos de ligação” pode ser incluído um link como um botão chamativo (por exemplo: “Saiba mais”), permitindo aos indivíduos que recebem o anúncio que acessem diferentes formas de contato como WhatsApp, chamadas telefônicas etc.

Após iniciar a veiculação e acessar a área “Campanhas” no Gerenciador de Anúncios é possível acompanhar as métricas relacionadas às campanhas veiculadas. Neste local é possível verificar os resultados alcançados por uma campanha, ou suas métricas: total de indivíduos atingidos, informações sobre frequência média de visualizações de um anúncio por pessoa, custo médio por resultado obtido, número total de impressões realizadas, CPM que é o custo por mil impressões, quantidade de cliques no link do anúncio, CPC, ou custo por clique, taxa geral de cliques que é o CTR, entre outros dados relevantes para a análise dos resultados da campanha publicitária. Para anúncios em vídeo há ainda uma métrica específica denominada “Métrica de duração”, útil para medir quanto tempo os espectadores dedicaram a assistir ao vídeo publicitário da campanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados pessoais são a mais importante fonte de informações que abastece a plataforma do Gerenciador de Anúncios, informações essas que, por sua vez, são usadas para afetar o comportamento dos sujeitos. Pelas possibilidades de segmentação do

público, é possível verificar que esta plataforma propicia aos agentes publicitários dados comportamentais on-line, dados sociodemográficos, dados offline e outros, potencializando a sua capacidade de operação. Tais dados têm origem nas experiências pelas quais as pessoas passam, pois para formar perfis baseados em gênero, interesses e comportamentos, por exemplo, existe a necessidade de ter um suprimento substancial de informações sobre as nossas vivências as quais podem estar em constate transformação.

O recurso Público Advantage evidencia como os processos automatizados têm compreensão sobre nós, haja visto a sua capacidade de encontrar automaticamente o público de interesse para uma campanha publicitária.

A experiência do público receptor de uma campanha pode ser testada por meio de recursos que veiculam diferentes anúncios e comparam a recepção de ambos entre si. A capitalização da vivência do público que recebe uma campanha se evidencia em questões como a cobrança do anunciante a partir da manifestação da experiência dos sujeitos com os anúncios, por critérios como a conquista de tempo de atenção para ver um anúncio, a motivação para clicar em um link ou compartilhamento de conteúdo que nos atraiu com outras pessoas. O leilão dos espaços publicitários revela que a publicidade programática vende audiência, ou seja, a alta probabilidade de visualização dos anúncios. O que antes era uma possibilidade tornou-se quase uma certeza em relação à exposição das campanhas.

A linguagem é o sistema que oportuniza a interação entre os actantes envolvidos na lógica da publicidade programática e os indivíduos, pois a concepção de linguagem também inclui a interação entre mecanismos de transmissão e recepção. A ideia de língua abrange até mesmo sistemas criados artificialmente.

As conotações e os símbolos presentes nos recursos são essenciais, pois um simples clique em um botão gera comunicação

com diversos recursos significantes e a-significantes. A interface da plataforma de publicidade do Facebook e as campanhas promovem interações para além do próprio Gerenciador de Anúncios e da Rede Social, conectando-se com diferentes elementos da internet como um site ou um aplicativo como WhatsApp, isso demonstra o nexo que se estabelece entre diferentes plataformas.

Uma plataforma como o Gerenciador de Anúncios, que opera baseada em algoritmos e métricas, ou seja, pela mensuração do seu vínculo com o âmbito social, evidencia que a sua interação com as pessoas é medida pelas semióticas a-significantes ou linguagem artificial, destacando desse modo a criação de laços matematizados com os indivíduos.

No contexto da semiosfera da publicidade programática, no que diz respeito ao sistema publicitário do Facebook, percebe-se que esta plataforma engloba a semiosfera da rede social, juntamente com a semiosfera do seu ambiente publicitário. Além disso, há a inclusão da semiosfera formada pelos códigos de programação. Estes códigos fazem parte de uma semiosfera menor dentro do universo da publicidade, sendo acessível apenas para poucos no que diz respeito aos códigos de programação como também aos processos de tradução. Nessa esfera, onde as fronteiras são difíceis de ultrapassar, que as semióticas a-significantes se tornam mais evidentes e robustas. No entanto, essas semióticas se manifestam nas possibilidades e funcionalidades das plataformas de publicidade programática. Na estrutura geral da publicidade programática, o aspecto significante desempenha também um papel fundamental.

A automação abrangente do processo de trabalho publicitário é evidenciada pelos recursos e funcionalidades oferecidos pela plataforma de publicidade do Facebook, os quais concentram várias atividades comuns de uma agência de propaganda, o que significa que uma plataforma como essa também representa, em certa medida, a substituição da atividade laboral humana por um sistema informático.

Compreendemos que o capitalismo de vigilância não é algo que se institui pela existência em si da publicidade digital, sendo, sim, algo que se instala a partir das lógicas de mercado e que também permeia publicidade.

Os recursos da plataforma Gerenciador de Anúncios evidenciam que a produção das campanhas ocorre em grande medida amparada pelo sensível, nossos desejos, crenças, gostos e simpatias. A máquina de expressão que é a publicidade incrementa a economia e necessita da nossa subjetividade para produzir mundos, o que é um aspecto marcante da sociedade de controle. Considerando-se isso, pode-se afirmar que um aspecto fundamental na constituição da semiose da publicidade programática são as nossas experiências que alimentam essas plataformas com um suprimento vital para as pessoas, o qual são as suas subjetividades que servem de suporte para constituir os mundos do capital.

REFERÊNCIAS

AMAZON ADS. **Programmatic advertising**: definition, benefits, examples, and how it works. 2023b. Disponível em: <https://advertising.amazon.com/blog/programmatic-advertising>. Acesso em: 27 set. 2023.

BUCHER, T.; HELMOND, A. The affordances of social media platforms. /n: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (org.). **The SAGE handbook of social media**. London: SAGE Publications, 2018. p. 233-253.

BUSCH, O. **Programmatic advertising**: the successful transformation to automated, data-driven marketing in real-time. London: Springer, 2016.

D'ANDRÉA, C. **Pesquisando plataformas**: conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

GIBSON, J.J. **The ecological approach to visual perception**. Boston: Houghton-Mifflin Company, 1986.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAN, B.-C. **Infocracia**: digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HARTLEY, J.; IBRUS, I.; OJAMAA, M. **On the digital semiosphere**: culture, media and science for the anthropocene. New York: Bloomsbury Publishing, 2021.

INTERACTIVE ADVERTISING BUREAU BRASIL (IAB BRASIL). **Mídia Programática**. São Paulo: IAB Brasil, 2016. Tradução da versão original IAB Europa 2015. E-book.

LAZZARATO, M. **As revoluções no capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, M. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: N-1 Editora, 2014.

LOTMAN, I. M. **La semiosfera I**: semiótica de la cultura y del texto. Navacarnero, Madrid: Gráficas Rógar, 1996.

MATTELART, A.; VITALIS, A. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MEIO E MENSAGEM. **Mídia programática**: o que é, como funciona e usos. 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/proxima/midia-programatica>. Acesso em: 22 set. 2023.

OLIVEIRA, B. C. de; SANI, B. **Mídia programática de A a Z**. Maringá: Viseu, 2021.

SILVEIRA, S. A. da. **Tudo sobre todos**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Editora SESC, 2017.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WALL, M. **The platform society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



Parte



REFLEXÕES METODOLÓGICAS



8

Laura Wottrich

**ROTEIROS POSSÍVEIS
PARA O ESTADO DA ARTE
E PARA A PESQUISA
DA PESQUISA NA
COMUNICAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.8

INTRODUÇÃO

Suas próximas férias se aproximam. Você aguarda ansiosamente os dias de descanso no lugar escolhido. No dia da viagem, pega a sua bagagem e sai a esmo, sem nenhuma informação prévia do lugar que irá conhecer – rotas até o destino, histórico do local, dicas de outros viajantes, pontos turísticos, restaurantes interessantes – nada disso. Decide se basear tão somente na sua intuição para conhecer a região.

Embora seja factível, esse é um relato pouco verossímil nos dias de hoje. Quem, em sã consciência, viajaria sem antes ter uma mínima noção do lugar a que se destina? Ainda mais em um contexto de profusão de acesso a informações, no qual mapas impressos comprados em bancas de revista, populares até o início deste século, parecem artigos de museu frente a mecanismos de busca, aplicativos, sites e plataformas.

Se essa não é uma situação cabível para pensar sobre uma viagem, tampouco é para a pesquisa científica. A comparação não soa tão estapafúrdia, afinal, uma investigação – uma monografia, uma dissertação, uma tese – não deixa de ser uma viagem que fazemos rumo ao desconhecido (ou rumo ao que conhecemos pouco). Só vale a pena investigar algo que não conhecemos e sobre o que temos uma curiosidade, de outro modo, o ponto de chegada de uma investigação será o mesmo ponto de partida e não teremos descoberto nada.

Assim como em uma viagem, em uma pesquisa, nós investimos nossos recursos, tempo e energia para investigar um tema que escolhemos – o nosso destino no mapa. Também buscamos informações prévias para entender como o nosso tema é abordado em nosso campo de pesquisa, para escolher as melhores rotas e para contribuir, no final das contas, com a construção do conhecimento sobre o

assunto (na perspectiva de que a ciência é uma construção coletiva) e com a transformação da realidade (na perspectiva de que a ciência visa, a partir do exame da realidade, colaborar para sua mudança).

No entanto, nem sempre isso acontece. Embora não exista uma pesquisa que nos traga dados mais concretos sobre isso, é possível observar que esse movimento está muitas vezes ausente nos relatórios de pesquisa. Da observação dessas lacunas, surgem algumas inquietações: se não sabemos como o tema é abordado pelo campo de pesquisa em que o trabalho é inserido, como entender a nossa contribuição? De que modo podemos construir roteiros que nos auxiliem a entender a área de pesquisa que escolhemos como destino? Como estabelecer um diálogo proveitoso com outras investigações?

Este texto surge como uma forma de problematizar essas questões. Iniciado em sala de aula e aprofundado nas trocas de orientação, nas conversas com colegas, nas reuniões do grupo de pesquisa – na práxis investigativa, tem como objetivo explorar o diálogo que estabelecemos com o nosso campo de estudos (abordado, como veremos, a partir de diversos nomes – estado da arte, estado da questão, pesquisa da pesquisa, com suas diferentes ancoragens). A partir da recuperação de debates em torno desse assunto, proponho algumas orientações para amparar a construção dos roteiros de cada pesquisador ou pesquisadora.

Embora um texto que busque sistematizar orientações sempre pareça de alguma forma prescritivo, esse não é o tom desta proposta. O objetivo, aqui, é modesto: condensar uma discussão já realizada por outras autoras e autores e trazer proposições que possam ser de alguma valia aos pesquisadores na Comunicação em suas trajetórias investigativas, entremeados a suas próprias experiências. Nesse sentido, o texto também foi escrito com a preocupação de se fazer compreensível, por isso a leitora e o leitor poderão perceber certa economia conceitual (eventualmente sinalizada com

sugestões de aprofundamento nas notas de rodapé) na tentativa de tornar a discussão mais próxima e, sobretudo, aderente às diferentes realidades de pesquisa.

O DIÁLOGO COMO UM PRESSUPOSTO

Dialogar é essencial na construção de uma pesquisa. Em outro momento (Wottrich, 2022), identifiquei algumas dimensões presentes nas relações dialógicas que estabelecemos em nossos trajetos investigativos, espaços de fala e de escuta. Esses espaços são constitutivos de nossa formação como pesquisadores, com prioridade aos espaços de escuta como “a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura e a fala do outro”, como define Paulo Freire (2018, p. 117). No feitiço de uma pesquisa, isso acontece em diversos momentos, nas trocas de orientação, na relação com nossos pares, na configuração de comunidades de confiança para partilhar nossas inquietações de pesquisa (Becker, 2015) e também no diálogo com pesquisas semelhantes.

É essa última dimensão que priorizo neste texto. Não existe um consenso sobre a forma de caracterizá-la. Podemos começar apontando ao que não estamos nos referindo aqui. Não nos direcionamos ao que Debora Diniz (2013) chamou de turismo textual, movimento exploratório que fazemos quando começamos a abordar algum tema de pesquisa, no contato inicial com obras, conceitos e autores. Também não nos referimos aqui à pesquisa bibliográfica, movimento de caráter metodológico que realizamos durante uma pesquisa, estabelecendo contato com obras e autores que possam nos ajudar a construir nossa investigação, como discute Ida Stumpf (2005).

A dimensão do diálogo aqui explorada indica um movimento de escuta para compreender como uma pesquisa está situada no

curso de reflexão sobre determinado tema – como ela converge com investigações anteriores e qual é a sua contribuição frente ao que já foi descoberto em torno de um assunto. É um movimento que caracteriza, em alguma medida, um esforço para se situar em uma temática – um esforço de sistematização. Mas, além de sistematizar, esse movimento nos aproxima (nos coloca em diálogo) com outras pesquisas, no momento em que nos aprofundamos na forma como elas são construídas e buscamos, com isso, identificar elementos que possam auxiliar o nosso próprio processo investigativo.

Esses movimentos têm sido chamados por diversos nomes - metapesquisa, estado da arte, pesquisa da pesquisa são alguns deles. Bem verdade, não são apenas nomes – como se fossem termos sinônimos que pudessem ser trocados sem nenhum problema. Cada um deles está articulado a um campo de reflexões, possui determinada abrangência e propõe algumas questões de horizonte. Cada um deles, no fim das contas, propõe um roteiro em direção ao que pesquisamos.

METAPESQUISA, O ROTEIRO ABRANGENTE

A metapesquisa é um movimento mais abrangente, vinculado à constituição da Comunicação como um campo do conhecimento – o que abriga questões epistemológicas, políticas e institucionais. Raúl Fuentes Navarro (2022) defende esse movimento de pesquisa como uma especialidade que ampara o reconhecimento dos processos de institucionalização, profissionalização e legitimação do campo comunicacional e também a construção de mapas heurísticos. Esse movimento de o próprio campo observar – reconstituir – a sua imagem, como em um espelho, traz consigo algumas questões de fundo, como a autonomia e dependência em relação a paradigmas dominantes, sobretudo na América Latina; a constituição de

sistemas de informação que nos permitam acessar e conhecer o que é pesquisado; a reflexão sobre contribuições epistemológicas, teóricas, sobre metodologias e a respeito dos processos do campo acadêmico (Navarro, 2019).

Nessa autoanálise, ao escrutinar a si mesmo — a partir de abordagens, práticas, espaços — o próprio campo científico tem condições de compreender melhor sua configuração, suas interfaces e seus tensionamentos epistemológicos e políticos. Trata-se, no fim das contas, de

[...] um esforço de “produzir sentido” (Orozco, 1997) para o campo, dando relevo às distintas aproximações, tendências, debates e perspectivas desenvolvidas, cujos resultados podem apontar para uma direção na geração de conhecimento. Sem dúvida, é um ponto de partida informado sobre a produção campal, que exerce reflexividade sobre ela como um todo, com resultados que González (2007) nomeia como “cultura de conhecimento” (Jacks, 2018, p. 12).

Vejamos alguns exemplos, a começar pelo projeto “Meios e Audiências”, uma metapesquisa sobre os estudos de recepção e consumo midiático nas teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil (Jacks, 2022). O empreendimento, iniciado em 2008 e desenvolvido por um grupo de pesquisadores, apresenta um extenso mapeamento sobre os estudos, problematizando suas vinculações epistemológicas, teóricas, seus delineamentos metodológicos e empíricos.

O trabalho de investigação sobre os processos de interação comunicacional e/ou midiática junto aos anais de dez anos dos encontros da Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação realizado por Maria Ângela Mattos, Ellen Joyce Marques Barros e Max Emiliano Oliveira (2018) é um outro exemplo recente de metapesquisa. A partir de seus achados, os autores refletem não apenas sobre o foco de interesse, mas apresentam

indagações construtivas sobre a própria configuração do conhecimento comunicacional no Brasil. Outro exemplo é o projeto dedicado a investigar a dimensão metódica das teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação referências no país (Wottrich; Rosário, 2022), cuja exploração também se ocupou, a partir da análise de cerca de dois mil trabalhos construídos no campo comunicacional, a problematizar como o conhecimento metodológico é construído, circulado e apropriado.

Com essa breve exposição, é possível identificar que a metapesquisa é uma modalidade metodológica mobilizada por algumas investigações, as quais normalmente possuem como foco mapear, identificar e debater determinado tema (conforme os exemplos acima) em um escopo mais abrangente no campo. Se distingue, assim, dos próximos dois roteiros, modalidades investigativas inscritas nas práticas de pesquisas independentemente de seus enfoques e recortes.

ESTADO DA ARTE, O ROTEIRO DE SISTEMATIZAÇÃO

O estado da arte possui uma abrangência diferente. Se a metapesquisa sintetiza os esforços de um pesquisador (ou, quase sempre, de um grupo de pesquisadores) para mapear como determinado tema, dimensão e/ou prática é apropriado por uma área do conhecimento, o estado da arte integra a dimensão interna de uma pesquisa, ou seja, é um movimento inerente à sua construção. Aí começamos a diferenciar melhor as coisas: em uma metapesquisa, o resultado, na maior parte das vezes, é o próprio mapeamento. E isso significa uma empreitada de fôlego, pois, como vimos, esse movimento é normalmente mais abrangente e cobre uma determinada área ou temática de estudo por um período. Já o estado da arte é um processo necessário

à configuração de um projeto de pesquisa (uma monografia, uma dissertação, uma tese, etc.). Na maior parte das vezes, embora seja um movimento muito importante, não é o resultado final do trabalho, mas sim um dos elementos que pavimenta o caminho até lá.

O estado da arte é também conhecido por outros nomes, como estado da questão, estado do conhecimento ou antecedentes da investigação. Aqui, os termos indicam sinônimos¹, sendo utilizados com ênfases parecidas pelas autoras e autores consultados.

Há também certo consenso sobre o momento em que esse movimento é realizado em uma investigação. Lucrecia Ametrano (2017) considera o estado da arte um insumo para a configuração da problemática, ajudando a superar uma justificativa individual de realização da pesquisa ao situá-la no contexto de determinado campo do conhecimento. Nelson Toledo Ferreira (2012), Natalia Domínguez, Roberta Valdés e Leandro Zanduetta (2013), Roberto Hernandez Sampieri, Carlos Fernández Collado e Maria Del Pilar Baptista Lucio (2014), Eugenia Barichello (2016) e Jiani Bonin (2022) convergem para essa posição, pois consideram que elaborar o estado da arte torna possível conhecer o que já foi produzido sobre o assunto investigado (não pisar em “chão batido”) e também aventar novas possibilidades de exploração.

Destoam dessa posição Christian Laville e Jean Dionne (1999) e Juan Luis Álvarez-Gayou Jungerson (2009). Para eles, o estado da arte é um movimento a ser realizado depois da elaboração do problema de investigação. Seguindo sua argumentação, isso é importante para que os investigadores tenham balizas mais concretas para realizar o estado da arte: “Não se trata [...] de se deixar levar por suas leituras como um cata-vento ao vento. O pesquisador tem um centro de interesse – sua pergunta – que jamais deverá perder de vista” (Laville; Dionne, 1999, p. 52).

1 Cabe comentar que essa não é uma posição unânime, outros autores percebem diferenças entre os termos, como discutido por Santos, Santos, Serique e Lima (2020).

Cabe ponderar sobre essas posições a partir do campo da Comunicação e suas especificidades na configuração das problemáticas de pesquisa. Em nossas práticas científicas, temos construído conhecimento predominantemente a partir de uma perspectiva qualitativa, na qual a problemática de pesquisa é uma coisa que nunca está acabada (embora naturalmente precise ser em algum momento finalizada para cumprir os prazos formais de uma investigação). A problemática de uma pesquisa amadurece no decurso do delineamento dos objetos, em movimentos recursivos. Assim, não parece fazer muito sentido estabelecer um lugar rígido para o estado da arte – antes ou depois da elaboração da problemática, mas inserir esse movimento como um insumo fundamental do processo de construção de uma proposta investigativa.

Claro que cabe ponderar se é produtivo realizar um movimento de estado da arte quando a investigação está em um estágio muito inicial (na definição do tema, por exemplo). Nesse contexto hipotético, talvez seja mais proveitoso realizar um “turismo textual”, como já mencionado antes, para conhecer perspectivas, referências e abordagens. Após esse movimento, tendo em mãos uma problemática provisória de pesquisa, elaborar o estado da arte pode ser mais interessante.

Em resumo, o estado da arte é um movimento constitutivo no processo de configuração de um projeto de pesquisa, articulado ao delineamento de uma problemática de investigação. É uma modalidade de pesquisa feita a partir da definição de certos recortes e tem o objetivo de conhecer e sistematizar o conhecimento sobre determinado assunto. É realizada, então, a partir da busca, identificação e sistematização de pesquisas apresentadas no formato de artigos (publicados em periódicos ou em anais de eventos), monografias, dissertações e teses. Possui, assim, um caráter mais panorâmico, de mapeamento, para localizar a pesquisadora ou o pesquisador sobre como o seu trabalho está situado e de que modo pode contribuir para o aprofundar o conhecimento sobre um tema. Além disso, o resultado do estado da arte será apropriado na construção da

própria pesquisa, com a incorporação de conceitos, argumentos e angulações sobre o fenômeno. Enfatizo que, no estado da arte, a delimitação de algumas balizas prévias se torna fundamental para garantir o esforço de sistematização — voltarei a esse aspecto em uma próxima seção, ao abordar algumas orientações mais práticas.

PESQUISA DA PESQUISA, O ROTEIRO DE APROFUNDAMENTO

A pesquisa da pesquisa é uma “investigação metodológica de pesquisas que examina e problematiza, de modo aprofundado e crítico, sua tessitura construtiva e seus resultados. Ela envolve trabalhar analiticamente em distintas dimensões e suas imbricações” (Bonin, 2022, p. 317).

Assim como o estado da arte, a pesquisa da pesquisa é um movimento constitutivo da processualidade interna de uma investigação. Nesse sentido, também está atrelada ao delineamento da problemática. A diferença central está no nível de aprofundamento analítico. É sobre esse ponto que pairam algumas confusões sobre as semelhanças e diferenças entre essas duas modalidades metodológicas. Isso acontece porque, para alguns autores, a realização de uma análise aprofundada já seria algo inerente ao desenvolvimento do estado da arte. Maria Silvina Souza (2014), por exemplo, apresenta duas finalidades centrais para o desenvolvimento do estado da arte: 1) gerar informações a respeito do conhecimento que foi produzido sobre determinado tema e 2) recuperar conceitos, noções, teorias, metodologias e perspectivas a partir das quais será constituído o próprio objeto de investigação. É nesse segundo ponto que acontece uma aproximação com a pesquisa da pesquisa, pois ambas levariam a uma desconstrução e reconstrução dos trabalhos identificados a partir de alguns eixos.

Embora possa existir algum sombreamento, considero oportuna a definição da pesquisa da pesquisa como uma modalidade específica e diferente do estado da arte, em alinhamento com o que propõe Jiani Bonin (2022). Isso porque a definição sublinha a necessidade de não apenas realizar o mapeamento, mas também de empreender um exame crítico das investigações à luz do delineamento do próprio objeto de pesquisa. Essa indicação traz consigo, como veremos, algumas questões de fundo sobre a apropriação dessa modalidade metodológica, não apenas como um *fazer*, mas como um *refletir/vivenciar*, atrelado ao cultivo de uma postura reflexiva, crítica e atenta à práxis metodológica.

A elaboração da pesquisa da pesquisa parte de três eixos:

- 1) reconhecer/desconstruir/reconstruir os componentes arquitetônicos da pesquisa examinada e suas articulações: problema/objeto, objetivos, justificativas, contextualizações, problematização teórica, estratégias metodológicas, análises descritiva e interpretativa e resultados;
- 2) Observar e examinar o atravessamento das dimensões epistemológica, teórica, metódica, técnica/procedimental em cada componente analisado;
- 3) problematizar os componentes e dimensões da construção investigativa, buscando analisar sua construção e articulações, assim como contribuições, obstáculos epistemológicos e carências neles presentes (Bonin, 2022, p. 317).

Destaco, também, que essa proposta parte de um percurso² de experimentação, reflexão e teorizações em pesquisas no decorrer dos anos por um conjunto de pesquisadores em seus trajetos formativos (de uma práxis metodológica). Ao provocar a pesquisadora e o pesquisador a mergulhar nos trabalhos e empreender aproximações e tensionamentos a partir dos eixos supracitados, a pesquisa da pesquisa assume um caráter formativo importante. Por outra via, também agrega e aprofunda a análise realizada no estado da arte,

que muitas vezes apresenta uma sistematização qualificada, mas que padece de aprofundamento em conexão com o delineamento da própria pesquisa que motivou esse movimento.

Em suma, a partir do diálogo com os autores e autoras, entendo que a metapesquisa, o estado da arte e a pesquisa da pesquisa são modalidades metodológicas. A metapesquisa situa-se em uma dimensão externa – da metodologia *da* pesquisa, como defende Maria Immacolata Lopes (1990), enquanto o estado da arte e a pesquisa da pesquisa se desenrolam na processualidade interna de uma investigação (a metodologia *na* pesquisa). O estado da arte e a pesquisa da pesquisa amparam o delineamento da problemática (que, como já dito, é sempre (re)configurada no percurso investigativo). Com o estado da arte, buscamos sistematizar o conhecimento sobre determinado tema, de modo a situar nossa pesquisa (e nos situarmos) em determinada área e contexto de produção do conhecimento e também compor um certo acervo em torno do nosso objeto que será assimilado no percurso da nossa investigação. Com a pesquisa da pesquisa, buscamos aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto, a partir do exame crítico – um mergulho – nos trabalhos mapeados, orientados pelos eixos supracitados, estimulando o desenvolvimento da práxis metodológica. Não há necessidade de estabelecer distinções rígidas entre essas modalidades. Na processualidade de uma pesquisa, estado da arte e pesquisa da pesquisa são complementares, o que difere é o grau de aprofundamento analítico e a abrangência, por isso, o modo de fazer cada um desses movimentos também possui algumas diferenças, como veremos a seguir.

UM ROTEIRO DOS ROTEIROS

A práxis científica³ configura-se a partir da posição dos pesquisadores como sujeitos históricos do conhecimento, em diálogo,

incorporação e tensionamento com as matrizes sociais, culturais, históricas e epistemológicas de seu próprio tempo. No seu exercício, não faz muito sentido separar teoria e prática, afinal, as teorias implicam em um fazer, e, ao fazermos, também teorizamos. É a partir desse duplo movimento que desenvolvo este tópico, com a proposta que as indicações sejam apropriadas a partir dos percursos próprios de cada investigador ou investigadora, o que naturalmente levará a supressões, adaptações e acréscimos provocados por cada rota seguida.

As indicações abaixo partem do diálogo estabelecido com algumas autoras e autores, que ofereceram valiosas reflexões teóricas sobre suas práticas de estado da arte/pesquisa da pesquisa (Barichello, 2015; Bonin, 2013, 2022; Ferreira, 2002; Santos; Santos; Serique; Lima, 2020; Souza, 2014). São apresentados cinco movimentos, que compõem o desenvolvimento do estado da arte e da pesquisa da pesquisa. Como modalidades investigativas articuladas, não há uma separação rígida sobre qual movimento pertence a cada uma delas. As diferenças surgem das intenções de fundo de cada uma das modalidades, sistematizar (estado da arte) e aprofundar (pesquisa da pesquisa) o que requer, como veremos, definições diferentes sobre abrangência e aprofundamento analítico.

DELINEAMENTO DOS TERMOS DE BUSCA (DESCRITORES)

Para Maria Silvina Souza (2014), um dos grandes equívocos na elaboração de um estado da arte é não prestar muita atenção nos termos escolhidos, o que pode levar à impressão equivocada de que não se discutiu nada sobre o tema que estamos pesquisando. Daí se depreende a importância de ter um tema delimitado e uma

problemática de pesquisa, mesmo que provisória. A partir desses elementos, será possível extrair algumas palavras-chave que irão balizar a busca pelos trabalhos. Cabe recordar que o foco dessa busca é identificar trabalhos que dialoguem com a pesquisa que estamos desenvolvendo. Nesse sentido, as palavras-chave⁴ podem indicar conceitos, mas também o contexto empírico que será analisado.

Um exemplo possível é uma pesquisa com a delimitação do tema “Consumo midiático na configuração das identidades culturais de fãs de K-pop”. Essa delimitação já evidencia alguns alinhavos conceituais, a exemplo de “consumo midiático”, “identidades culturais” e “fãs”. Há, ainda, a delimitação de um contexto empírico, afinal, não são fãs de qualquer coisa, mas sim fãs de K-pop. Aqui, já temos algumas palavras-chave iniciais para fazer a busca. Essas palavras são iniciais porque precisam ser polidas, possivelmente passem por um processo de derivação. Afinal, talvez existam muitos trabalhos convergentes com os nossos interesses de pesquisa, mas que não estejam utilizando os mesmos termos que nós.

Após definir um conjunto significativo de termos, cabe refletir: há algum termo que pode ser agrupado a outro? Quais outros termos podem ser associados ao termo escolhido? Por exemplo, a palavra “fãs” pode também ser articulada a “fandom”, entre outras. Cabe aqui aventar os termos mais significativos que podem ser associados, de modo a compor uma certa rede de sentidos. Possivelmente surjam dúvidas sobre os descritores mais pertinentes. Nesse caso, uma possibilidade é fazer uma consulta exploratória (o turismo textual) para ver quais termos costumam ser mencionados por outros pesquisadores (pelo menos no título, no resumo ou nas palavras-chave de trabalhos com foco parecido). Isso poderá gerar bons indícios.

4

Menos falada, mas igualmente relevante, é a utilização de operadores booleanos para facilitar as buscas nas bases de dados. Mais sobre isso pode ser encontrado em Santos; Santos; Serique; Lima (2020).

Delineados os termos, cabe pensar nas melhores combinações entre eles para realizar as buscas. Um termo sozinho não costuma indicar resultados proveitosos. Ao buscar, por exemplo, o termo “fãs” na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações, são apresentados 4.378 resultados. Ao combinar o termo “fãs” com o termo “K-pop”, são exibidos seis resultados. Os termos podem ser combinados das mais diversas formas entre si, isso dependerá do delineamento de cada pesquisa e do grau de abrangência do estado da arte (o que normalmente varia de acordo com a etapa de formação, é diferente para uma monografia, para uma dissertação ou para uma tese).

DEFINIÇÃO DAS BASES DE BUSCA

A definição dos lugares em que a pesquisa será feita é importante, embora não seja fácil. Isso porque, atualmente, temos à disposição uma vasta quantidade de repositórios e plataformas de busca⁵. Temos também, no entanto, dificuldades para discernir quais são as fontes mais confiáveis e interessantes para compor o nosso estado da arte/pesquisa da pesquisa. Complexifica esse cenário o fato de a Comunicação ser um campo inter/transdisciplinar, com trânsitos entre diferentes áreas do conhecimento.

De partida, cabe alertar que artigos importantes e interessantes não são, muitas vezes, facilmente encontráveis. Uma via para garantir uma exploração proveitosa é, aqui, escolher os repositórios e lugares de busca que possuem uma maior aderência com a área

5 Isso sem falar nos mecanismos de busca operados por Inteligência Artificial, cuja utilização tem sido discutida e incorporada nas práticas de pesquisa em suas diversas fases, inclusive no estado da arte. Não é ambição do texto se debruçar sobre esse aspecto, até mesmo porque qualquer menção a um ou a outro mecanismo se tornaria obsoleta de nascença, dada a velocidade das atualizações nesse campo. Há disciplinas de Graduação e Pós-Graduação que já se dedicam ao assunto, caso o leitor ou leitora tenham interesse em realizar um aprofundamento.

de estudos ao qual o projeto se vincula, entendendo a dimensão institucional do campo da Comunicação (Lopes, 1990).

Os artigos apresentados em eventos científicos, por exemplo, são vinculados a determinado Grupo de Trabalho (GT) ou Sessão Temática (ST). Os eventos abrigam vários GTs ou STs e possuem eles mesmos alguns enfoques, ora mais generalistas, ora mais específicos. No campo da Comunicação, exemplos de eventos mais abrangentes são os promovidos pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) ou pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), pois congregam assuntos de interesse do campo da Comunicação como um todo.

Mas há também os eventos mais segmentados, como os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Jornalismo, promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), os Encontros Nacionais de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda, promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda (ABP2) e os Congressos da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação Organizacional e de Relações Públicas, promovidos pela associação homônima (ABRAPCORP) além de outros, dedicados ao cinema e ao audiovisual (promovidos pela Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual- Socine), história da mídia (promovidos pela Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – ALCAR), cibercultura (promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura - ABCiber), etc.

Os anais desses e de outros eventos são uma via de entrada proveitosa para explorar o que tem se debatido sobre o assunto de interesse. Mais do que meros repositórios, esse acervo indica a configuração de uma comunidade de interesse em torno do tema que pesquisamos, com a qual podemos estabelecer um diálogo.

Os artigos publicados em periódicos científicos também são relevantes. Na Comunicação, é extensa a lista de revistas que pode servir de fonte de consulta. No sítio eletrônico da Compós, há a indicação de periódicos nacionais ativos da área da Comunicação⁶. O portal de periódicos da Capes⁷ também é uma base qualificada de consulta, na qual é possível realizar filtros a partir dos termos previamente selecionados.

Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses são as fontes que faltam mencionar. Na Comunicação, atualmente temos 62 Programas de Pós-Graduação na área da Comunicação filiados à Compós em funcionamento⁸, cujos repositórios podem também ser consultados (ou a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações⁹). Isso sem mencionar bases de consulta já mais amplamente conhecidas (como, por exemplo, o Google Acadêmico). Essas bases restringem-se em sua maioria ao contexto de pesquisa nacional e podem ser ampliadas a partir do interesse e disponibilidade da pesquisadora ou do pesquisador. As bibliotecas das Universidades também são fontes valiosas e costumam oferecer diversas bases para consulta, que podem complementar essa lista.

DEFINIÇÃO DO RECORTE TEMPORAL

Frente a tantas bases de dados e possibilidades de cruzamento entre os termos, é importante refletir sobre qual é a delimitação de tempo necessária - e viável - para a realização do estado da arte. Não existe um recorte temporal desejável. Isso vai depender do momento da formação acadêmica e também do nível de abrangência

6 Disponível em: <https://compos.org.br/publication/lista-de-periodicos-da-area/>. Acesso em jul. 24.

7 Disponível em <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em jul. 24.

8 Disponível em <https://compos.org.br/programas/>. Acesso em jul. 24.

9 Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em jul. 24.

requerido pelo objeto de pesquisa. Alguns temas possuem uma extensa tradição científica, enquanto outros, não. O recorte será realizado a partir do tempo disponível para realizar o estado da arte (dado que as bases de pesquisa são muito diversas, é tranquilamente possível passar muito mais tempo do que o que é viável nessa incursão) e também a partir de um critério de saturação definido no conhecimento obtido a partir do contato com as investigações.

MAPEAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A partir das definições prévias, é momento então de partir para o mapeamento dos trabalhos, orientado por um protocolo que abrigue quais serão as informações levantadas. Normalmente, se indica selecionar os trabalhos a partir da identificação dos termos no título, no resumo¹⁰ ou nas palavras-chave, mas isso não é uma regra. O importante é garantir uma forma de sistematização dessas informações para que os trabalhos possam ser novamente consultados para uma posterior leitura.

Nesse sentido, alguns elementos podem ser priorizados e sistematizados, como autoria, título, resumo, palavras-chave, entre outras informações que sejam consideradas pertinentes. O mapeamento e a sistematização já convocam uma leitura prévia do material, por isso, cabe aproveitar para realizar anotações, apontamentos e sublinhar aspectos preliminares que chamem atenção a partir do contato inicial com as pesquisas.

10

Sobre o resumo como um elemento no mapeamento do estado da arte, indico ao leitor consultar o texto de Norma Ferreira (2002), que problematiza as limitações e características textuais do resumo como uma fonte de consulta. Nos diz a autora: "Deve-se reconhecer que os resumos oferecem uma História da produção acadêmica através de uma realidade constituída pelo conjunto dos resumos, que não é absolutamente a mesma possível de ser narrada através da realidade constituída pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado, e que jamais poderá ser aquela narrada pela realidade vivida por cada pesquisador em sua pesquisa. Os resumos das pesquisas analisadas contam uma certa realidade dessa produção" (2002, s/p).

LEITURA E ANÁLISE

Com os achados sistematizados, é momento de empreender a leitura do material. No movimento do estado da arte, é interessante realizar uma primeira sistematização dos dados, a partir das informações coletadas (título, resumo, palavras-chave, etc.). Algumas perguntas que podem guiar esta incursão: Quais são os enfoques temáticos das pesquisas? Quais fenômenos elas abordam? Quais são as suas questões de pesquisa e os seus objetivos? Quais autores e conceitos são mobilizados? A quais conclusões elas chegam? A quantidade de indagações dependerá do número de trabalhos selecionados. O foco, aqui, é produzir uma visão mais panorâmica, que possibilite entender como o trabalho que desenvolvemos se situa frente às pesquisas produzidas em determinado período. A partir desse movimento, é possível redigir um resumo dessa sistematização.

Ter essa percepção mais abrangente é valioso porque possibilita entender como o nosso trabalho pode contribuir para a construção do conhecimento sobre o nosso tema, para perceber as lacunas, as potencialidades e, com isso, também reconfigurar a nossa problemática de pesquisa. Nesse processo, algumas investigações vão se revelar muito próximas ao que estamos analisando, enquanto outras estarão mais distantes.

Se um olhar mais panorâmico nos auxilia a compreender o conjunto, a partir dele não conseguimos identificar as tessituras constitutivas das pesquisas, as amarrações que vão sendo feitas em cada trabalho, cuja análise agrega para compreendermos os nossos próprios trajetos. Essa é a metodologia em ato, como uma lógica inscrita nas decisões tomadas pelos pesquisadores (Bonin, 2022). Para alcançar essa dimensão, realizamos o aprofundamento analítico a partir da pesquisa da pesquisa.

Em comparação com o estado da arte, a pesquisa da pesquisa possivelmente contemplará um número menor de trabalhos

– selecionados a partir da sua maior proximidade com o tema que investigamos – para um exame crítico mais aprofundado. Novamente, não há como precisar uma quantidade, as delimitações serão realizadas de acordo com as estratégias e objetivos de cada pesquisadora ou pesquisador (Bonin, 2022).

No exame crítico dos trabalhos, alguns elementos são importantes (e outras podem ser criados). Bonin (2022) dialoga com o modelo metodológico apresentado por Lopes (1990) para delinear alguns elementos de interesse na pesquisa da pesquisa, que são os componentes e as dimensões. É componente vinculado a fases de uma pesquisa a definição do “problema/objeto, objetivos, justificativas, contextualizações, problematização teórica, estratégias metodológicas, análises descritiva e interpretativa e resultados)” (Bonin, 2022, p. 317). São dimensões vinculadas aos níveis de uma pesquisa as seguintes: epistemológica, teórica, metódica, técnica/procedimental. Para examiná-las, cabe uma leitura mais aprofundada das pesquisas selecionadas.

Há aqui diversos cruzamentos e tensionamentos possíveis, com criação de categorias e realização de clivagens analíticas a partir dos interesses postos pela investigação que motivou a elaboração da pesquisa da pesquisa. Algumas perguntas que podem direcionar esse investimento são: Como os trabalhos constroem a sua problematização? Qual é a relação que estabelecem entre a problemática e os objetivos da pesquisa? De que maneira contextualizam o objeto empírico? Como relacionam o referencial teórico com as estratégias metodológicas? Como a processualidade metodológica está inscrita no trabalho? Quais aspectos os resultados iluminam em relação à problemática? Destaco que são apenas exemplos, outras perguntas certamente mais oportunas surgem no momento da elaboração do protocolo para realização da pesquisa da pesquisa, orientado pelos interesses do pesquisador e da pesquisadora em sua práxis metodológica.

É o cultivo dessa práxis que faz esse “mergulho” nos trabalhos ser tão pertinente, pois, a partir desse contato próximo com as tessituras feitas por outras investigações, cada pesquisadora e pesquisador poderá adquirir maior consciência sobre seu próprio processo. São movimentos como esse que permitem ultrapassar uma “cultura do receituário” e compreender que a dimensão metodológica se (re) faz na concretude de uma investigação, é corporificada em fazeres e saberes que “[...] dão feição ao objeto do conhecimento, que se inscrevem em lógicas atuantes *na captura e fabricação pensada deste objeto*” (Bonin, 2011, p. 44, grifo da autora).

CONCLUSÃO

Voltando à nossa ideia da viagem, se o estado da arte nos ajuda a ter uma percepção mais abrangente do lugar ao qual nos destinamos, a pesquisa da pesquisa propicia uma imersão mais aprofundada e crítica no espaço em que passamos a transitar. Embora não exista um consenso (nem pretendo que este texto motive algo desse tipo), tentei aqui evidenciar que essas modalidades investigativas possuem muitas semelhanças, pois ambas operam na processualidade interna de uma pesquisa, estão vinculadas com a construção de uma problemática e buscam situar o pesquisador e a pesquisadora na discussão produzida pela comunidade científica da qual está se aproximando. O que parece diferir é a intencionalidade - no estado da arte, temos como foco maior a sistematização, enquanto a pesquisa da pesquisa leva a um maior aprofundamento.

A práxis metodológica é uma dimensão cultivada em toda a processualidade de uma investigação, com especial ênfase na pesquisa da pesquisa. Ao suscitar um exame crítico dos trabalhos, nessa modalidade somos convocados a sustentar a vigilância epistemológica para perceber como estamos situados enquanto sujeitos

do conhecimento — e de que modo os sentidos produzidos a partir da leitura e do exame dos trabalhos se articula com a nossa própria experiência de/na pesquisa.

Não é demais reforçar esse ponto. Afinal, até as modalidades investigativas que provocam um cultivo da práxis científica podem ser, muitas vezes, cooptadas pela Universidade-Fábrica (Hissa, 2019), na qual a lógica produtivista achata a temporalidade das investigações e a resume a um nível procedimental (a tão falada “cultura do receituário”) o que só faz sentido em uma dimensão vivencial. Ao repetirmos receitas, não damos espaço para a criação, para os tensionamentos, para a descoberta – que, no fim das contas é o que move a pesquisa científica. Afinal, o que seria de uma viagem, sem a descoberta de lugares improváveis, a surpresa por encontrar o que sequer imaginávamos conhecer? Se organizar um roteiro é evidentemente importante, também é fundamental situá-lo a partir do olhar – e do caminhar – de quem o produz.

REFERÊNCIAS

- AMETRANO, L. (coord.). **Técnicas de investigación social**. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación (EPC), 2017.
- BARICHELO, E. M. R. A AUTORIA NA ELABORAÇÃO DE UMA TESE. *In*: MOURA, C.; LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2016.
- BECKER, H. S. **Truques da escrita**: para começar e terminar teses, livros e artigos. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2015.
- BONIN, J. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- BONIN, J. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. *In*: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. (Orgs.) **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

DINIZ, D. **Cartas de uma orientadora**: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres, 2013.

DOMÍNGUEZ, N.; VALDÉS, R.; ZANDUETA, L. **Aportes teórico-metodológicos para la investigación en Comunicación**. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación (EPC), 2013.

FERREIRA, N. T. A construção da pesquisa científica em comunicação—abordagens múltiplas de um saber específico. **Revista de ciências humanas**, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 27-37, 2012.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2018.

HISSA, C. V. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.

JACKS, N. A metapesquisa no âmbito dos estudos de recepção brasileiros: experiência em desenvolvimento. *In*: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. (Orgs.). **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

JACKS, N. Reflexividade à vista! *In*: MATTOS, M. A.; BARROS, E. J. M.; OLIVEIRA, M. E. (org.). **Metapesquisa em comunicação**: o interacional e seu capital teórico nos textos da Compós. Porto Alegre: Sulina, 2018.

JURGENSON, J. L. A. **Cómo hacer investigación cualitativa**: Fundamentos y metodología. Cidade do México: Paidós, 2009.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 1990.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MALDONADO, A. E. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. *In*: MALDONADO, E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALDONADO, A. E. **Teorias da comunicação na América Latina**: enfoques, encontros e apropriações da obra de Verón. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2001.

MATTOS, M. A.; BARROS, E. J. M.; OLIVEIRA, M. E. (org.). **Metapesquisa em comunicação: o interacional e seu capital teórico nos textos da Compós**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

NAVARRO, R. F. La producción social de sentido sobre la producción social de sentido: de un marco epistemológico a un modelo metodológico mediado por la metainvestigación. *In*: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. (Orgs.). **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

NAVARRO, R. F. Pesquisa e metapesquisa sobre comunicação na América Latina. **MATRIZES**, v. 13, n. 1, p. 27-48, 2019.

PINTO, Á. V. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodología de la investigación científica**. Mc Graw Hill, 2014.

SANTOS, M. A. R.; SANTOS, C. A. F.; SERIQUE, N. P.; LIMA, R. R. Estado da arte: aspectos históricos e fundamentos teórico-metodológicos. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [S. /], v. 8, n. 17, p. 202–220, 2020. DOI: 10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.215. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/215>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SOUZA, M. S. La centralidad del estado del arte en la construcción del objeto de estudio. *In*: DIAZ LEDESMA, L., GIORDANO, C., MIGLIORATI, M., OTROCKI, L., PALAZZOLO, F., SOUZA, M.S., VESTFRIED P. y VIDARTE ASOREY, V. **Hacia la tesis**: Itinerarios conceptuales y metodológicos para la investigación en comunicación. IA pLATA: Universidad Nacional de La Plata, 2014.

STUMPF, I. R. Pesquisa bibliográfica. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. (Orgs.). **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

WOTTRICH, L. Travessias metodológicas na prática de pesquisa na Comunicação. *In*: BONIN, J.; SAGGIN, L. (Orgs.). **Investigação crítica em Comunicação**: construções epistêmicas, teóricas e metodológicas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

9

Felipe Collar Berni

“A GENTE RENDE”:
A TRAJETÓRIA REFLETIDA
DO PROCESSOCOM
NA PESQUISA-JUNTO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA

*Um rio não deixa de ser um rio porque
conflui com outro rio, ao contrário,
ele passa a ser ele mesmo e outros
rios, ele se fortalece.*

Nêgo Bispo

INTRODUÇÃO

Recordo-me de um conselho que muito me influenciou a enveredar e seguir o doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos: *"Você será muito bem acolhido no Processocom!"* Foi Graziela Bianchi quem me presenteou com esse juízo, minha então orientadora do mestrado, e que teve sua formação construída dentro do que eu chamo hoje de "nosso" grupo. Esse *"bem acolhido"* me marcou; não titubeei em acolhê-lo. Vejo essa hospitalidade de maneira muito diversa: naquilo que a gente é, no incentivo para continuarmos sendo aquilo que somos, na diversidade, na solidariedade, no companheirismo, nas amizades, nas conversas, danças, risadas e afetos, nos encontros e despedidas, nas trincheiras e ruas, nas vitórias e derrotas, como povo latino-americano, no fazer e disputar a ciência. Neste texto, trato de um acolhimento em especial: o encontro com uma história coletiva do grupo na produção de conhecimentos junto de pessoas com deficiência e como essa trajetória atravessa o *eu-pesquisador-aprendedor*.¹ O Processocom me acolheu e proporcionou-me uma caminhada alegre, insurgente, em companhia e compromissada com a transformação social e o bem-viver.

1 Não deixamos de ser quem somos ao nos tornarmos pesquisadores. Continuamos a aprender ao longo do caminho enquanto produzimos conhecimento. Celebramos nosso eu multidimensional e suas marcas indissociáveis.

Este texto é um agradecimento científico ao Grupo de Pesquisa *Processos comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção*, o Processocom. Essa acolhida foi num contexto extremamente difícil. Em 2021, quando cheguei para construir e experienciar o grupo, nós – o povo brasileiro – vivíamos sob crises: sanitária, ecológica, política e econômica, para citar algumas delas. No meu mundo, o processo de luto resultante da Covid-19 e da necropolítica, o distanciamento social, com mudanças geográficas, sem uma estabilidade a partir de um financiamento total para o exercício da pesquisa, traziam vivências difíceis. Era na comuna processoconiana – científica, solidária, rebelde e companheira – que cultivávamos sonhos, resistências e afetos para não sucumbirmos. Assim, o desejo com esta reflexão é celebrar a memória daquilo que foi construído – na companhia de pessoas com deficiência – ao longo dos seus 22 anos em atividade. Ao mesmo tempo, rememorar as tantas contribuições que essa trajetória de pesquisa coletiva legou a mim, aos estudos de mídia e deficiência e ao próprio campo da comunicação.

“Avançar *com* e *a partir* delas” é o que Jiani Bonin (2011, p. 34, grifo da autora) sinaliza para a potência do exercício da pesquisa da pesquisa a partir do contato com o acúmulo de contribuições concretas de um campo e de suas interfaces com nossas problemáticas, ou seja, “um trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que permite ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos dessas propostas, em vários níveis” (Bonin, 2011, p. 34). No Processocom, temos um conjunto qualificado de pesquisas críticas, artesanais, transmetodológicas e transformadoras que ajudaram e ajudam a construir, desenvolver e ampliar o conhecimento, tendo as pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes (Maldonado, 2013), com vistas à cidadania comunicativa. Um espaço rico, diverso e propositivo, uma fonte abundante de suscitações e referências.

Assumindo a pesquisa da pesquisa como *práxis* metodológica que “alimenta a construção de investigações em curso em múltiplas dimensões e oferece elementos para orientar estrategicamente

o campo de pesquisa” (Bonin, 2022, p. 322-323), foi a partir de seu ideal que articulei um mergulho junto ao acervo do Processocom para abastecer a minha atual processualidade investigativa de compreender a cidadania comunicativa de pessoas com Síndrome de Down. O que apresento a seguir é parte do alicerce e das apropriações e alianças estratégicas para dar conta da empreitada da tese que buscamos defender.²

A cultura científica não pode ser solitária. Por entradas distintas, Bonin (2011; 2022) aposta na coletividade e cooperação a partir das apropriações e desconstruções que a pesquisa da pesquisa nos brinda. Wright Mills (2009), ao pensar o artesão intelectual, reitera a imprescindível necessidade de cercarmo-nos de pessoas dispostas a ouvir e falar sobre os temas que investigamos. Gaston Bachelard (2004, p. 15) defende que “o conhecimento em movimento é um modo de criação contínua; o antigo explica o novo e o assimila; e, vice-versa, o novo reforça o antigo e o reorganiza”. Alberto Efendy Maldonado (2013; 2022) apresenta a necessidade de constituir *culturas científicas ecológicas*, de maneira transdisciplinar e transmetodológica, capazes de descobrir, criar e experimentar a partir de uma artesanania intensa com saberes milenares, indígenas, amefricanos, ribeirinhos, quilombolas e periféricos populares. Saberes estes não extraviados durante a pesquisa, mas celebrados na sua própria coprodução com os sujeitos(as) que os detêm, num processo de interpenetração profunda com a sociedade, compreendendo que “esses processos devem ser fecundados em uma dimensão intercomunicativa, construída pela ação conjunta dos cientistas e dos sujeitos históricos cidadãos, produtores de novas realidades de conhecimento comunicacional” (Maldonado, 2022, p. 10).

A cultura científica – a qual acredito, disputo e construo – não pode ser solitária porque ela é *confluência*. Antônio Bispo dos Santos (2023), o Nêgo Bispo, a partir da circularidade como existência,

compreende a confluência como “energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito” (2023, p. 15). Assim confluí – como pesquisador-aprendedor aliado das pessoas com deficiência – também a partir daquilo que foi deixado na história do Processocom por Vivian Maria Corneti de Lima, Marco Bonito, Janaína Pereira Claudio, Marcela Ribas Campanhã, Sonia Maria Queiroz de Oliveira, Gabriel Araujo Pujol Martinez e todos os/as seus orientadores, interlocutores e coprodutores dessas pesquisas. Confluo com esses que confluíram com outros, outras e outres tantos. Não confluímos apenas com aquilo que atravessa diretamente nossas problemáticas de pesquisa. Confluímos de maneira múltipla a partir das experiências e (com)vivências compartilhadas entre tantos pesquisadores e tantas pesquisadoras que passaram, ficaram e fizeram o Processocom *render*. “Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente – a gente rende” (Santos, 2023, p. 15). E como rende essa tal gente.

NOSSAS PESQUISAS-JUNTO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Durante sua trajetória, o Processocom exercita uma ciência comprometida com a transformação social, explorando epistemologias críticas que aliam sabedorias outras para dar conta de problemáticas sociais, históricas, políticas e comunicacionais, tornando-se “um grupo radical, que gerou, ao longo dos anos, uma cultura acadêmica solidária e transformadora, como exercício concreto de cidadania científica, como agir existencial emancipatório, e como compromisso ético/político estratégico com a vida, a humanidade e o bem-viver” (Maldonado, 2021, p. 63). O Processocom nos apresenta a solidariedade acadêmica, o companheirismo científico e faz da

nominata *grupo de pesquisa* sua verdadeira *práxis*. Leituras coletivas, compartilhamento e socialização da processualidade da pesquisa, eventos, seminários, vivências culturais e afetivas que extrapolam as estruturas da Unisinos nos nutrem, provocam, *suleiam*, desestabilizam e nos fazem caminhar em companhia.

As pesquisas na companhia de pessoas com deficiência apareceram logo no início da segunda década de atividade do grupo. São ao todo seis investigações concluídas: três teses e três dissertações. O interesse pelas deficiências sensoriais é amplo, cinco pesquisas se debruçam sobre a deficiência auditiva e visual; já a deficiência motora é central em um trabalho. O conceito de cidadania alicerça todas as seis pesquisas que se empenham, majoritariamente, em compreender os usos e apropriações de produtos comunicacionais, tendo a internet como interface principal. O interesse em pesquisar cidadania não é por acaso. O Processocom tem como compromisso epistemológico a construção de inteligibilidade sobre processos e exercícios de cidadania comunicativa, o que situa as pesquisas da interface mídia e deficiência no âmago ontológico do grupo.

Outra constante que não se desloca da pesquisa compromissada que realizamos é a reverberação da ambiência digital midiaticizada. Os anos de 2010 foram marcantes pela intensidade e efervescência das transformações tecnológicas que reconfiguraram nossa maneira de ser e estar no mundo (Gomes, 2017; Sodré, 2013). Delineia-se uma nova ecologia comunicacional com a consolidação de um *bios midiático*, a partir de uma nova forma de vida social, tendo a tecnologia como elemento que atravessa, modifica e (re)configura a experiência, os valores, a comunicação e a cultura. “Esse novo *bios* é uma espécie de chave virtual aplicada à vida cotidiana, à existência real-histórica do indivíduo” (Sodré, 2013, p. 01). As relações sociais encontram-se cada vez mais imersas na virtualidade midiática e a tarefa de distinguir tela e realidade fica cada vez mais complexa.

Quadro 1 – Acervo de pesquisas do Processocom na companhia de PCD

Autoria	Título	Tipo
Vivian Maria Corneti de Lima (2014)	Deficientes on-line, ciborgues midiatizados	Dissertação
Marco Bonito (2015)	Processos da comunicação digital deficiente e invisíveis: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil	Tese
Janaína Pereira Claudio (2016)	A cultura dos sujeitos comunicantes surdos: construção da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook	Tese
Marcela Ribas Campanhã (2020)	Audiodescrição e cidadania: apropriações comunicacionais de sujeitos cegos	Dissertação
Sonia M. Queiroz de Oliveira (2021)	Sujeitos surdos e cidadania comunicativa: processos comunicacionais na Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov) e em seu Facebook	Tese
Gabriel Araujo Pujol Martinez (2024)	Usos e apropriações de desinformação por sujeitos cegos	Dissertação

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos, 2024.

Dado esse cenário complexo de mutações constantes, noto relevantes contribuições tensionadas a partir das especificidades de sujeitos social e cientificamente relegados à segunda classe: as pessoas com deficiência. Para nós, são sujeitos que nos interessam.

Vivian Corneti de Lima (2014), em sua dissertação, se debruça a conhecer e compartilhar as peculiaridades do processo comunicacional realizado por pessoas tetraplégicas e paraplégicas através dos meios de comunicação *on-line*. Entende esse coletivo na condição de *ciborgue midiatizados*, aqueles com uma configuração social híbrida, que demandam performances no ciberespaço para sua constituição, pensados não pela “fusão entre seres humanos e elementos tecnológicos, nem qualquer outro tipo de cruzamento meramente funcional, mas sim de um procedimento de articulação tecno-social, possibilitado pelo processo de midiatização” (2014, p. 62). Assim,

reconhece as relações profundas entre pessoas com deficiência física e a internet e seus efeitos na construção de suas identidades e cidadania, bem como na ampliação das experimentações de mobilidade, extensão, interação e sociabilidade. Como sustentação teórica, vale-se da interferência da globalização nas dinâmicas sociais, dos próprios estudos da midiatização e do processo de construção de identidade. Além disso, apresenta tensionamentos da presença das PCDs naquele contexto contemporâneo, explorando maneiras como a temática da deficiência vem sendo mobilizada pelos meios de comunicação. A partir da perspectiva transmetodológica, Vivian articula o caso como estratégia de observação e utiliza como recursos de investigação pesquisas empíricas, exploratórias e de campo, baseadas em encontros, visitas e entrevistas. Vale-se da companhia de três pessoas que não possuíam condições de movimentar seus corpos e, ainda assim, através de *mouses* adaptados às suas condições físicas, faziam uso das tecnologias de comunicação digitais.

Como achados da pesquisa, destacamos o fato de que, ao utilizarem a internet, pessoas com paralisia têm acesso a um outro universo de possibilidades, “dentre as quais merecem destaque a liberdade, a autonomia, a interação e a sociabilidade” (Corneti de Lima, 2014, p. 48). Compreende-se a comunicação digital como porta para mobilidade, possibilidades e experiências, “podendo fazer com que a relação estabelecida com os instrumentos que proporcionam o acesso à internet (computadores, notebooks, celulares, etc.) seja interpretada como uma extensão de seus corpos e de suas mentes” (Corneti de Lima, 2014, p. 109). O acesso à internet é uma condição para que esse coletivo amplie suas formas de inter-relação com o mundo, aumente suas experimentações sociais e possibilidades de atuação enquanto cidadãos em diferentes níveis, inclusive na disputa do/no ciberespaço.

Embora não paute o debate específico da acessibilidade comunicativa, conceito que ganhará centralidade na pesquisa de Marco Bonito (2015), Vivian repercute a experiência dos ajustes ou

“gambiarras” que são articulados para a usabilidade de pessoas tetraplégicas e paraplégicas com aparelhos de computador. Este é um ponto-chave para o debate das PCDs enquanto sujeitos comunicantes e seu direito à comunicação que, por sua vez, não pode ser restringido ao simples acesso ao meio ou produto, mas deve considerar, sobretudo, as possibilidades de uso, apropriação e inter-relação com eles. Os perfis em redes sociais de pessoas com paralisia foram também objetos de referência para a pesquisa, destacando os processos de negociação de identidade, ou seja, quando e em quais contextos o usuário se coloca como PCD. Esta situação nos alerta para o erro de compreender a deficiência como identidade/ mediação única ou central na vida desses sujeitos.

A primeira tese construída junto ao Processocom na companhia das pessoas com deficiência foi articulada por Marco Bonito (2015). A investigação teve como problemática as apropriações dos usuários com deficiência visual de conteúdos multimídia digitais através da web na perspectiva de sua cidadania comunicativa. Também parte da perspectiva de avançar epistemologicamente em um cenário até então pouco explorado da comunicação: os usos por pessoas com deficiência visual de conteúdos *on-line*. Ao conceituar acessibilidade comunicativa, Marco a posiciona como elemento estruturante, ao lado das instâncias de mediação e das tecnicidades, das experiências de uso e apropriação desses sujeitos em relação às produções multimídia. Nessa reflexão, sinaliza a necessidade de incorporação da prática de acessibilidade desde os planejamentos dos produtos comunicacionais como pressuposto constitutivo para uma verdadeira experiência de comunicação acessível,

[...] se não houver preocupação com a acessibilidade nas etapas do processo comunicativo, desde o planejamento, antes da produção e formatação do conteúdo, até sua publicação nos canais digitais, estaremos insistindo num processo viciado que desconsidera as diversidades das audiências (Bonito, 2015, p. 322).

Temos, assim, reflexões que atravessam desde os espaços de formação de profissionais até os ambientes de produção de comunicação. A tese de Bonito, além da riqueza dos achados da pesquisa, a partir de uma problematização transmetodológica, contribui ao agrupar trabalhos pioneiros de Mídia e Deficiência. Traz uma riqueza contextual sobre o movimento das pessoas com deficiência no Brasil e na Espanha, tornando-se um documento de referência. Reconstitui uma linha do tempo da consolidação dos direitos desse grupo social, que vão ganhando novas camadas com as demandas que o passar do tempo apresenta à sociedade. Além disso, o debate trazido através do movimento de pesquisa da pesquisa realizado na caminhada de investigação é oportuno. Embora exista um volume grande de trabalhos que citam “comunicação”, quando procurados via banco de dados, são poucos os que se debruçam ou oferecem reflexões específicas sobre as demandas e as lacunas do campo da comunicação. Quase uma década se passou desde a pesquisa apresentada por Bonito, e a realidade contemporânea é ainda muito parecida.

A primeira doutora surda do campo da Comunicação no Brasil teve seu doutoramento atravessado pelo Processocom. Janaina Pereira Claudio (2016) buscou investigar as mediações e apropriações de sujeitos surdos no uso do Facebook. Janaína, enquanto pessoa surda, professora e usuária de Língua Brasileira de Sinais e membra da comunidade surda mobiliza, junto às suas próprias vivências, uma contextualização histórica dos sujeitos surdos no país. Ela tensiona os processos educativos da comunidade surda e sua relação com os meios de comunicação, além de argumentar conceitualmente a partir de uma artesanaria teórico-epistemológica que agrupa cidadania, cidadania comunicativa, midiatização e sujeitos comunicantes surdos. O desenho transmetodológico se vale de pressupostos das pesquisas teóricas, da pesquisa metodológica e exploratória, desencadeando o uso da etnografia como ferramenta investigativa.

Em seus achados, Janaina defende que o sujeito comunicante surdo vive e dá importância à sua necessidade comunicacional e informacional para resolver suas práticas sociais cotidianas. Os resultados também apontam que o domínio e a prática de sua língua natural são exercícios relevantes de cidadania comunicativa surda, valorizando de maneira cultural e comunicativa a presença da população surda na sociedade midiaticizada. Desse modo, a presença e os usos da comunidade surda nas redes sociais digitais estabelecem diferentes processos e conexões, que os vinculam à Cultura Surda, à Língua dos Surdos, à Comunidade Surda Mista e à sociedade (Claudio, 2016).

As pessoas com deficiência visual voltaram como centralidade nessa trajetória com a dissertação de Marcela Ribas Campanhã (2020). A partir da cidadania comunicativa, a pesquisa buscou compreender os processos comunicacionais nos usos e nas apropriações de mídias digitais por pessoas com deficiência visual, levando em consideração a relação com a audiodescrição e o uso da rede social WhatsApp. Como ancoragem contextual, mobilizam-se aspectos que versam sobre a questão da deficiência visual no Brasil, o panorama da audiodescrição e a inclusão comunicacional e digital de pessoas cegas nos processos de midiaticização. A pesquisa é fundamentada em argumentos teóricos que trabalham os conceitos de midiaticização, comunicação digital e tecnologia assistiva, cidadania comunicativa, recepção, usos e apropriações. A partir da transmetodologia, articulam-se movimentos de pesquisa da pesquisa, exploratórios, de observação participante e entrevistas em profundidade.

Campanhã (2020) e seus coprodutores apresentam como achados elementos que repercutem uma certa similaridade em relação aos usos e apropriações em ambientes digitais por pessoas cegas com os usos e apropriações de pessoas videntes. A problemática se encontra nos processos de adaptação e gambiarras que pessoas cegas precisam realizar para experienciar o contexto comunicacional, majoritariamente pensado para ser ocupado por

peças que enxergam. Defendem as tecnologias assistivas como instrumento possível para o processo de acessibilidade e de inclusão. Entretanto, entendem como necessária uma reconfiguração de ordem legal, social e cultural para uma garantia fidedigna de cidadania comunicativa para pessoas cegas.

A tese defendida por Sônia Maria Queiroz de Oliveira (2021) é coproduzida junto de pessoas com deficiência auditiva e buscou investigar, a partir da perspectiva da cidadania comunicativa, a participação dos sujeitos surdos nos processos comunicacionais na Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov) e na página dessa associação em inter-relação com seus perfis pessoais no Facebook. A partir de um contexto histórico traçado sobre a comunidade surda e os processos comunicacionais existentes e exercidos, apresenta trilhas teórico-(trans)metodológicas da investigação: desde a convivência presencial com a comunidade Asugov, passando pelas digitais junto ao Facebook, até as individuais com os sujeitos coprodutores.

Compreendeu-se que a Asugov é um lugar de acolhimento e compartilhamento de vivências; espaço que possibilita vivenciar e reforçar laços de pertencimento da cultura surda, alimentar oportunidades de inclusão cultural, comunicacional e social. Nota-se, a partir dos usos e apropriações, a mobilização mais genuína da ideia de rede: as redes sociais digitais para essa comunidade facilitam a construção cidadã do informar-se, comunicar-se, opinar, dividir experiências e narrativas de vida, promover encontros, estabelecer vínculos, visibilizar demandas, “contudo, compreendo que os processos de apropriação realizados pelos sujeitos surdos, por meio das funcionalidades e estruturas do ambiente digital, apresentaram-se ainda de forma tímida, restringida” (Oliveira, 2021, p. 274). Sônia provoca uma leitura de tensionamento e desconstrução do conceito de cidadania; observa como potente o pensar o conceito de cidadania comunicativa desde o terreno da mediação e desloca o direito à comunicação do meio, delegando-o aos sujeitos sociais, como atores que exercitam a comunicação como elemento de humanidade.

A última pesquisa que, por ora, constitui o acervo do Processocom de contribuições diretas para a interface mídia e deficiência foi apresentada por Gabriel Araujo Pujol Martinez e concluída em 2024. Essa investigação repercute algumas características comuns dessa trajetória de pesquisa junto a PCD – como vivências de pessoas com deficiências sensoriais em sociedades midiaticizadas e o foco nos usos e apropriações das redes sociais digitais – mas apresenta contextos contemporâneos da experimentação social da internet, como a desinformação, oxigenando o debate e aproximando-o da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o mundo até o ano de 2030: com maior intensidade nos ODS 10 — Redução das Desigualdades — e ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Na sua dissertação, Gabriel Martinez (2024) busca compreender de que maneira pessoas cegas lidam com a desinformação e as notícias falsas na ambiência digital. Nela, articula problematizações teórico-metodológicas que repercutem usos e apropriações de sujeitos comunicantes à cidadania e acessibilidade comunicativa, haja vista que experienciam um espaço com diferentes barreiras de acesso, sendo necessário construir estratégias adaptativas para a usabilidade das plataformas.

Como achados, a pesquisa indica que, apesar dos desafios que a desinformação apresenta para toda a sociedade, a comunidade cega demonstrou habilidade crítica na identificação de notícias falsas. Os coparticipantes da pesquisa reforçam a importância do apoio social, bem como de um letramento midiático e das táticas de checagem no combate à promoção e circulação de desinformação.

Um gargalo sociotécnico atravessa todas as experiências refletidas e pesquisadas junto ao Processocom: o da acessibilidade para um exercício potente de cidadania comunicativa na ambiência digital. Da pesquisa de Vivian à de Gabriel, primeira e última desse acervo, passaram-se 10 anos. É possível notar avanços, apesar de

um uso ainda modesto das transformações tecnológicas pelas plataformas e pelos processos midiáticos para a transformação e incorporação da acessibilidade junto aos seus espaços e serviços, esses ainda com forte influência das gambiarras que os sujeitos fazem para se inter-relacionar. Avanços no que diz respeito à implementação de políticas públicas de acessibilidade são, porém, tímidos. Para além de experiências adaptativas a partir de “jeitinhos”, são as políticas públicas capazes de mudar estruturalmente e culturalmente uma sociedade que ainda exclui pessoas com deficiência. É fato que, em 2015, tivemos a implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que de maneira ampla consagrou o direito à acessibilidade e à comunicação para PCDs, por exemplo. No entanto, sem regulamentação e fiscalização adequadas, essa legislação muitas vezes se torna obsoleta. Essa problemática é trazida à tona por Gabriel quando sinaliza a importância da capacitação digital e do acesso a ferramentas de acessibilidade para garantir que pessoas cegas experienciem de maneira informada e crítica o meio digital e, por consequência, construam e exerçam cidadania e sociabilidade (Martinez, 2024).

É comum recebermos questionamentos sobre o porquê de pesquisar a partir das relações com a deficiência. Isso, de maneira indireta, joga luz à incipiência da agenda de estudos em mídia e deficiência. Muitos pesquisadores e pesquisadoras trilharam o caminho a partir de casos próximos, na convivência com PCDs. Foi o caso de Vivian, com a proximidade de uma atleta tetraplégica; de Marco, com uma estudante não-vidente; de Marcela, com o avô na velhice e com o processo de perda de visão de uma amiga; também de Sônia, no cotidiano do seu trabalho como professora; e de Gabriel, mais indiretamente, a partir do debate na graduação e no exercício da profissão de jornalista. No meu caso, é a proximidade de toda uma vida com o movimento das PCDs a partir do trabalho e ativismo de minha mãe. A exceção é Janaina, que traz suas próprias vivências enquanto mulher surda para a pesquisa. Esse panorama sugere a necessidade de parcerias estratégicas para a construção de conhecimento

junto às PCDs. Nesse sentido, o Processocom tornou-se aliado, uma aliança que não tem o interesse de protagonizar o processo, mas sim, de oportunizar o exercício de *cidadania científica* (Maldonado, 2011; 2021), concomitante com ações visando desobstaculizar o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência em espaços de produção da ciência.

CONFLUÊNCIAS QUE NOS FAZEM RENDER

Insisto, não desloco essa trajetória de pesquisa-junto às pessoas com deficiência daquilo que é caro para o Processocom e que conflui para a construção dessa caminhada que evidenciamos no tópico anterior: cidadania científica, epistemologias críticas, experimentações transmetodológicas e ecologia científica, estas mobilizadas para dar conta de investigações compromissadas com a promoção de cidadania, transformação e emancipação social e bem-viver (Bonin e Rosário, 2013; Bonin e Saggin, 2022; Maldonado e León, 2023; Maldonado *et al.*, 2006; Morales; Sousa; Lapa, 2018). Assim, por conta das delimitações da reflexão necessárias para respeitar a espacialidade deste capítulo, celebro de maneira ampla todos os atravessamentos que me possibilitou a convivência reflexiva que o Processocom propõe. De maneira implícita ou explícita, eles aparecem naquilo que a gente *rende*.

Daquilo que foi semeado com as pesquisas, frutificam condições de contribuir para a compreensão, o reconhecimento e a garantia de cidadanias comunicativas de pessoas com deficiência. Cidadanias no plural. Nossas investigações revelam a heterogeneidade que o coletivo de pessoas com deficiência abraça. Como sujeitos múltiplos, diversos, complexos, históricos, políticos, culturais e sociáveis, seria uma armadilha buscar conceituar a cidadania comunicativa de PCD a partir de um ideal uno, totalizador e, assim sendo,

limitado. Assim, *suleiam* investigações e interpretações amplas e diversas para se pensar, disputar e reconstruir o conceito de cidadania (Cortina, 2005; Maldonado, 2011). Essa leitura vislumbra o se constituir cidadão dentro dessa sociedade midiaticizada, a partir de uma perspectiva multidimensional de inter-relações possíveis com os meios de comunicação, desde os enquadramentos e mobilização de narrativas, imagens, imaginários e atributos linguísticos distintos aqueles articulados hegemonicamente, nos usos e apropriações dos processos midiáticos e, também, na garantia do *fazer comunicação*, ocupando e ampliando espaços de construção de ecos de outras possibilidades, identidades, de vida.

Nossa trajetória marca o direito humano à comunicação e à acessibilidade comunicativa como condição para que pessoas com deficiência o exercitem (Collar Berni e Bianchi, 2023). Ou seja, tensiona a hostilidade das estruturas sociais e dos processos midiáticos hegemônicos que excluem as pessoas com deficiência por não corresponderem àquele público forjado como padrão, para serem então assistidos socialmente, politicamente e de maneira comunicacional. Assim, recursos de acessibilidade comunicativa precisam ser mobilizados – desde a formação universitária até os ambientes de atuação – para que barreiras que geram incomunicação sejam quebradas e as PCD possam se inter-relacionar de maneira autônoma e livre, com qualidade, aos processos e produtos comunicacionais.

Todo esse debate não pode ser deslocado de um contexto mais amplo; o exercício do direito humano à comunicação e a garantia de recursos de acessibilidade comunicativa estão diretamente atrelados à concepção que a sociedade *capitalista* e *capacitista* assume na relação que estabelece com o outro deficiente. Nesse cenário, são desenvolvidos diferentes processos e relações tecno-sociais para sustentar metas, ampliar privilégios e lucros, delinear cidadãos de primeira classe e manter a engrenagem que se retroalimenta. Nesse contexto, o capitalismo “oprima e exclui todo aquele(a) que não fomenta seu sistema. Pessoas com deficiência,

por exemplo, são parte desses grupos, que nessa conjuntura, são vistos como inválidos e descartáveis, sendo então, na prática da vida cotidiana, resignados(as) a uma não-cidadania” (Collar Berni e Bianchi, 2023, p. 49).

Nesse contexto, as pesquisas de Marcela Campanhã (2020) e Gabriel Martinez (2024) apontam a necessidade urgente de reconfiguração das ordens legal, social e cultural, para que pessoas com deficiência possam experienciar-se como cidadãos por meio do direito humano à comunicação e da efetivação da acessibilidade nas rotinas produtivas comunicacionais. Destacam, com isso, a importância de disputarmos o próprio conceito de deficiência dentro do campo da Comunicação. Logo, a deficiência pode ser assumida como uma invenção (Skliar, 2015).

Nessa observância, Marco Bonito, em suas reflexões mais recentes³, desloca a deficiência das pessoas para os processos comunicativos. Ou seja, não seriam as pessoas as deficientes e, por isso, necessitariam de recursos para acessar os produtos comunicacionais, mas sim a própria mídia, que se revela incapaz de produzir conteúdos que possam se inter-relacionar com sensorialidades distintas: “as pessoas são diversas e as mídias são deficientes” (Bonito e Guimarães, 2023, p. 95).

Como esse mesmo ensejo, numa reflexão que acompanha nossa tese, defendemos a necessidade de um giro decolonial para a consolidação dos Estudos de Mídia e Deficiência no campo da Comunicação (Collar Berni e Maldonado, 2024). Tal giro visa *aleijar*⁴

3 “Mídias e Processos comunicacionais deficientes” foi a fala proferida por Marco como parte da programação do VIII Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação, realizado entre 2 e 6 de outubro de 2023, no campus de São Leopoldo da Unisinos. O Colóquio é uma atividade acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e da Cátedra Michèle e Armand Mattelart do CIESPAL.

4 A teoria aleijada oferece um “modelo cultural” da deficiência, se opõe aos modelos médico e social, rechaçando a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado “natural” de todo ser humano.

(Mello, 2019) estruturas e instituições sociais sustentadas pela retórica capitalista da normalidade/desempenho e pela ação do *capacitismo*, bem como reafirmar as pessoas com deficiência como públicos, audiências, usuários, produtores, fazedores, telespectadores, leitores, ouvintes etc., que interessam aos estudos em Comunicação. Seria um “contra-ataque epistemológico, metodológico, crítico, teórico e cidadão à lógica ofensiva da modernidade/colonialidade positivista que impera no campo científico, direcionando nossas empreitadas científicas para projetos de emancipação e de bem viver” (Collar Berni e Maldonado, 2024, p. 02). Nesse giro, defendemos leituras alternativas às empregadas pela modernidade para patologizar o corpo deficiente. Apostamos em pedagogias e metodologias anticapacitistas que atendam às especificidades demandadas pelas pessoas com deficiência, com o objetivo de colocar a *deficiência na cabeça* dos estudos da comunicação.

Pensar com deficiência retorce provocativa e severamente nossos repertórios imaginativos, nossas suposições acerca do que pode e do que não pode um corpo, nossas compreensões sobre o que é ser sujeito, nossas linguagens sobre igualdade, diferença e hierarquia, nossos horizontes de desejo, nossos horizontes políticos, nossas compreensões de moralidade, nossas compreensões do que é bom, do que é íntegro, do que é completo, do que é humano, do que é compartilhado ou universal (Lopes, 2022, p. 299).

Esse *pensar com deficiência* a comunicação sugere o “*encontro com os sujeitos*” (Mattelart e Mattelart, 2004), ampliando de maneira considerável a sabedoria sobre a recepção, as táticas e estratégias de uso, apropriação, significação e ressignificação do que circula. Os sujeitos tornam-se elementos-chave para compreender e tensionar os processos midiáticos. São vastas as urgências para se descobrir hábitos, gostos e usos da comunicação por pessoas com deficiência, conhecimentos estes que podem, inclusive, propiciar novas frentes de pesquisa e problematização nessa interface — como a de representações midiáticas, produção e circulação de conteúdos.

Para *pensar com deficiência*, é necessário *ver com os olhos livres*, uma lição deixada pelo Movimento Antropofágico. Essa mirada livre abandona os efeitos do colonialismo em nosso pensamento e nos conduz a um encontro potente e verdadeiramente revelador com esses sujeitos, despindo-nos de toda e qualquer concepção prévia que impeça a compreensão da subjetividade, multidimensionalidade e identidades desse grupo. Daí a necessidade de articularmos metodologias sensíveis para esse encontro estratégico em nossas investigações, estabelecendo alianças potentes voltadas para a transformação e conquista de um mundo em que a diversidade e a diferença não sejam mais objetos de violência, exclusão e desvantagens.

Nessa confluência transmitológica, aqueles que vieram antes de mim me brindaram com suscitações que resultaram na defesa de uma postura possível de *pesquisar-junto de pessoas com deficiência* (Collar Berni e Maldonado, 2023), articulação de elementos balizadores para o desenho artesanal, particular e único de estratégias investigativas com essas pessoas. Isso a partir do

[...] companheirismo na produção do conhecimento; na escuta profunda das falas, dos gestos e não-gestos; no desenho de métodos e práticas acessíveis e acolhedoras para a manifestação plena e multissensorial de suas particularidades; como também, estratégias para a reverberação das demandas das pessoas com deficiência por dignidade, cidadania e direitos (Collar Berni e Maldonado, 2023, p. 10).

Nessa postura, cabe problematizar e reconhecer as estruturas de opressão que obstaculizam o ingresso e a permanência de pessoas com deficiência em espaços de produção de conhecimento; assumir a reciprocidade como um elemento indispensável para a experiência profunda dos sentidos; praticar a artesanaria, rompendo com protocolos únicos e transversais a todas as deficiências e contextos de pesquisa; e exercitar a pesquisa da pesquisa como uma peça-chave para uma compreensão ampla das lacunas e possibilidades de contribuição junto ao campo e às comunidades.

É necessário compreender o sujeito com deficiência em sua dimensão interseccional, articulando diferentes marcadores, como raça, gênero, classe, sexualidade e religiosidade, por exemplo; tornar acessíveis os recursos metodológicos e eliminar qualquer tipo de barreira que impeça a presença autônoma, livre e intensa das pessoas com deficiência na pesquisa; explorar as sensorialidades e reposicionar aquelas que foram descartadas pelo modelo instrumental e positivista de pensar e fazer ciência; e estimular projetos duradouros junto aos coprodutores e suas comunidades.

Nessa trajetória refletida, é oportuno observar de que maneira nossas investigações, em sua processualidade, conectam-se com as lutas sociais do seu tempo. A maioria delas foi articulada nos contextos que antecederam e sucederam a criação e consagração do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Essa legislação ampla se torna um marco importante para se pensar os direitos das PCDs no contexto da modernidade. A agenda de pesquisa direcionou-se para perceber, de maneira direta ou não, como se experienciava a acessibilidade (já garantida por lei) em espaços comunicacionais. Sinalizo isso para refletirmos sobre o nosso mundo contemporâneo.

O movimento das pessoas com deficiência – organizado, resistente e propositivo – a partir das brechas da institucionalidade e das lutas contra opressões, violências e por direitos, vem apresentando com maior ênfase o capacitismo (Marco, 2020) como matriz de discriminação interseccional, fomentando uma *"onda anti-capacitista"* em diferentes níveis e instâncias sociais.⁵ Foi somente em 2023 que o termo apareceu na legislação brasileira a partir do Decreto 11.793 de 2023, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite (Brasil, 2023). Não alheios a esses movimentos, as pesquisas científicas (Mello; Aydos; Schuch, 2022) e o campo da comunicação vêm incorporando

5

Faltam pesquisas que sistematizem essa compreensão. Entretanto, esse sentimento é nutrido por um volume visível de campanhas, debates e ações de combate aos efeitos do capacitismo.

essa problemática. Na nossa caminhada, a partir da perspectiva da cidadania comunicativa, o capacitismo ocupa um espaço importante para se pensar os sentidos e significados colocados em circulação pelos processos midiáticos e sua reverberação social.

Esses acionamentos, a partir daquilo que coletivamente foi produzido e dos desdobramentos consequentes, são reflexões, provocações e demandas que surgiram ao longo da minha caminhada no doutoramento. Eles não surgem por acaso; são frutos de sementeiras anteriores que abriram brechas para novas perspectivas florescerem. *Avanço com e a partir* dessas pesquisas, conhecendo-as, estudando-as, desconstruindo-as e reconstruindo-as — ou seja, “pesquisando a pesquisa” (Bonin, 2011; 2022) — o que me proporcionou a oportunidade de trilhar um caminho investigativo na companhia de pessoas com síndrome de Down, frequentemente posicionadas junto às deficiências intelectuais. São confluências que me incentivaram a colaborar desde um outro espaço. Nossa pesquisa se desloca do debate por meio de práticas e recursos que garantam o acesso das pessoas com deficiências físicas e sensoriais, e se concentra na proposição de uma leitura do corpo deficiente e dos processos midiáticos a partir de uma lente multidimensional e simbólica. É pela potência da circularidade científica que buscamos alargar essa agenda de pesquisa.

Nesse espaço, surgem outras demandas que se mostram necessárias de serem qualificadas, tais como: a presença e a mobilização de corpos com deficiência em espaços midiáticos; o próprio fazer comunicação por pessoas com deficiência; e a receptividade de processos e produtos comunicacionais por pessoas com Síndrome de Down. Tudo isso é atravessado por elementos que repercutem alteridade, identidade, construção de inteligibilidade e cidadania.

Na condição de pesquisador-aprendedor, fecho este texto agradecendo a acolhida do Processocom, que não se encerra no encontro seguinte ao ingresso, mas que reverbera num espaço-tempo

infinito de confluências que fazem a gente render. Encerro celebrando aquilo que Jiani Bonin, no *prólogo* do livro comemorativo aos 20 anos do grupo (Bonin e Saggin, 2022), sinaliza como princípios fundamentais dessa nossa trajetória: “cultivar culturas colaborativas, recíprocas, solidárias, fraternas tem sido para nós um desafio formativo e vivencial cotidiano, diante das marcas do individualismo que atravessam nossa constituição como seres das sociedades capitalistas neste tempo histórico” (2022, p. 21).

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONIN, J. A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 17-40.

BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. do (orgs.). **Processualidades metodológicas** – Configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BONIN, J. A. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. *In*: WOTTRICH, L.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Experiências Metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, p. 310-326, 2022.

BONIN, J.; SAGGIN, L. (org.). **Investigação crítica em comunicação**: construções epistêmicas, teóricas e metodológicas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

BONITO, M. **Processos da comunicação digital deficiente e invisíveis**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BONITO, M.; GUIMARÃES, L. (Re)Pensar as deficiências das mídias e dos processos midiáticos. *In*: BARBOSA, S. (org.). **#AcesseJOR**: Por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador. Covilhã: Editora LabCom, 2023, p. 91-104.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto nº 11.793 de 23 de novembro de 2023 - **Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite**. Brasília, 2023

CAMPANHÃ, M. R. **Audiodescrição e cidadania**: processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

CLAUDIO, J. P. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos**: construção da cidadania comunicativa e comunicacional digital no Facebook. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

COLLAR BERNI, F.; BIANCHI, G. S. O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo. **Revista Eptic**, São Cristóvão, v. 25, n. 1, p. 45–62, 2023.

COLLAR BERNI, F.; MALDONADO, A. E. Pesquisar-junto de pessoas com deficiência: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação. **Anais do 32º Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 a 7 de julho de 2023.

COLLAR BERNI, F.; MALDONADO, A. E. Por um giro decolonial nos Estudos de Mídia e Deficiência. **Anais do 33º Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 23 a 26 de julho de 2024.

CORNETI DE LIMA, V. M. **Deficientes on-line, ciborgues mediatizados**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola; 2005.

GOMES, P. G. **Dos meios à mediatização**: um conceito em evolução. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2017.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 297-330, set./dez., 2022.

MALDONADO, A. E. *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MALDONADO, A. E. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 a 17 de julho de 2011.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca-Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013, p. 31-57.

MALDONADO, A. E. Desafios ético-políticos no exercício da cidadania científica em Comunicação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 161-173, 2021.

MALDONADO, A. E. Cidadania comunieducativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 5-14, 2022.

MALDONADO, A. E.; LÉON, E. (org.). **Producción emancipadora de conocimiento**: transmetodología, educomunicación y transformaciones ético-políticas. Quito: CIESPAL, 2023.

MARCO, V. D. **Capacitismo**: o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MARTINEZ, G. A. P. **Usos e apropriações de desinformação por sujeitos cegos**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MELLO, A. G. **Olhar, (não) ouvir, escrever**: uma autoetnografia ciborgue. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MELLO, A. G.; AYDOS, V.; SCHUCU, P. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 28, n. 64, p. 7-29, set./dez., 2022.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

MORALES, Y.; SOUSA, L.; LAPA, B. (orgs.). **Experiências metodológicas em pesquisas da comunicação**. São Luís: EDUFMA, 2018.

OLIVEIRA, S. M. Q. **Sujeitos surdos e cidadania comunicativa**: processos comunicacionais na Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov) e em seu Facebook. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama, 2023.

SKLIAR, C. A Invenção e a Exclusão da Alteridade “deficiente” a partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 2015.

SODRÉ, M. O socius comunicacional. *In*: VERÓN, E.; FAUSTO NETO, A.; HEBERLÊ, A. L. O. **Pentálogo III**: Internet: viagens no espaço e no tempo. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013. p. 241-252.



10

Raquel Gomes Carneiro

YEBÁ BELÕ E AQUELA GENTE QUE SE TRANSFORMA EM BICHO:

**CONSTRUÇÕES ESTÉTICO-TRANSMETODOLÓGICAS
COM A COMUNICAÇÃO INDÍGENA**

*Um rio não deixa de ser um rio porque
conflui com outro rio, ao contrário,
ele passa a ser ele mesmo e outros
rios, ele se fortalece.*

Nêgo Bispo

INTRODUÇÃO

Os (des)-caminhos que confluem para a elaboração metodológica da pesquisa são essenciais. Ampliar e problematizar sistematizações de modo criativo, profundo, responsável e cidadão nos intimam à abertura para complexidades de ambiências que atravessam a temática indígena, compreendida aqui não como um objeto de pesquisa, mas como um mundo vivo que tece aprendizagens, experiências e saberes (Carneiro, 2023). Para construir e apreender com tal orbe vivenciamos a vertente transmitológica (Maldonado, 2022; 2015; 2013a; 2002) para construção de nossa tese “como instância corporificada em fazeres”, nas palavras de Bonin (2011, p. 29), um corpo constituído de planos, testes, estratégias, táticas, observações para produzir conhecimento sobre fenômenos e processos do cosmos.

Conheci Denilson Baniwa em 2017, durante o percurso de mestrado e nos tornamos amigos. Recordo à época, sua voz no aplicativo de mensagens anunciando que não mais integraria a equipe da Rádio Yandê¹, ou da agência publicitária em que trabalhava no Rio de Janeiro. Passaria a se dedicar somente às artes plásticas. Generoso, ainda assim nos concedeu entrevistas para o feitiço da dissertação. Ao término das transcrições, como parte de nossa

1 Autointitulada “a primeira webradio indígena do Brasil”, é um ponto de mídia livre. Foi fundada por Anãpuáka Muniz Tupinambá Hã Hãe, Aratykyra Tupinambá e Denilson Baniwa, em 2013, na cidade do Rio de Janeiro. O portal de música e informação 24 horas está disponível em: <https://radioyande.com/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

artesanaria metodológica (Mills, 1975), iniciamos o desafio de observar e ouvir as suas obras. Isso porque percebíamos que, antes de ver, os traços do artista-jaguar² nos convidavam à sutileza da escuta.

Como um dos fundadores da Yandê, acompanhamos suas criações para a webradio indígena, como o logotipo e artes diversas para as redes digitais, que privilegiavam não apenas reflexões ao olhar, mas provocavam sonoridades e cinestesias, como em Leda Maria Martins (2021, p. 77). Contudo, a visita exploratória à “Terra Brasilis: o Agro não é pop!”, no Centro de Artes da Universidade Federal Fluminense (UFF), em abril de 2018, foi decisiva. O conjunto de telas, ocupando paredes inteiras em tons vibrantes, relevantes e composições, compunha um corpo de memórias, lutas, sobrevivências que nos instigavam a formas-pensamento em movimentos de ideias (Samain, apud Martins, 2021).

A partir do mestrado, dentre as tantas figuras cosmogônicas que conhecemos através da arte de Denilson, nos encontramos com *Yebá Belô*, na obra “A criação do mundo”³. A “avó do mundo”, para os povos Tukano, Baniwa, Desana⁴, veio antes de todos nós, carregando nos ombros seus filhos, os trovões. A anciã nos ensinava que a comunicação já existia em um mundo antes de nós, conectando seres e distintas temporalidades (Carneiro, 2019; 2023). Do mesmo modo, anterior às nossas palavras no papel, *Omama*⁵ criou a terra-floresta,

2 Denilson Baniwa em sua “mini bio” na plataforma Behance, voltada para profissionais que desejam expor suas criações na internet. Disponível em: <https://www.behance.net/denilsonbaniwa>. Acesso em: 2 jul. 2024.

3 Reprodução da obra disponível em: <https://www.behance.net/denilsonbaniwa>. Acesso em: 3 jul. 2024.

4 Para saber mais sobre as etnias brasileiras que vivem nas regiões de divisa da Amazônia com a Colômbia e Venezuela, acesse o Portal Povos Indígenas no Brasil, mantido pela organização Instituto Socioambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 3 jul. 2024.

5 Omama é o demiurgo da mitologia Yanomami que criou a terra e a floresta, bem como “o vento que agita suas folhas e os rios cuja água bebemos. [...] criou também as árvores e as plantas, espalhando no solo, por toda a parte, as sementes de seus frutos” (Albert; Kopenawa, 2015, p. 81).

a partir do desenho dos *xapiri pë*, os espíritos protetores da floresta, com a tintura vermelha do urucum (Albert; Kopenawa, 2023, p. 29).

No percurso de doutorado, as criações do artista-jaguar, suas sensibilidades técnicas tramadas aos seus valores culturais, tradicionais e contemporâneos, aprofundavam nossos exercícios de escuta de imagens, expressões gráficas e visuais, que se enraizavam em nossos corpos (Bosi *apud* Martins, 2021, p. 78) científico, humano, emocional e espiritual.

Em síntese, aos nossos caminhos metodológicos de investigações se somaram *corpus* artísticos e plásticos de poéticas e estéticas de um sujeito comunicante indígena em contexto urbano com seus vestígios de sons, palavras, memórias, tensões e problemáticas em formas que pensam. Imagens que nos conduziram, e continuam a fazê-lo, rumo a reflexões mais densas dos objetos na fabricação do conhecimento e em movimentos pensados que afetam nossos modos de vida de fora para dentro e de dentro para fora.

Na leitura da teoria indígena e os cuidados com o corpo no Alto Rio Negro, o Prof. João Paulo Lima Barreto (2022) nos suscita inquietações quanto ao trabalho científico com epistemes indígenas no universo acadêmico não indígena. Ele conta que as pessoas pensam que o fato dele pertencer ao povo Ye'pamahsã (Tukano), lhe atribui o status de "pensar diferente", de saber expressar as divergências de mundo dos entendimentos que seu povo tem em relação à tradição científica ocidental. Ocorre, no entanto, o oposto:

[...] quanto mais avançamos nas conquistas da ciência, mais científicos ficamos, mais distância tomamos de nossos mundos indígenas, de nossas verdades, de nossas concepções teóricas e práticas indígenas. Isso dificulta a elaboração de nossos próprios conceitos, ou com menos ambição, a singular maneira de ver e pensar o mundo sob "nossas" lentes (Barreto, 2022, p. 54).

Como pesquisadora, jornalista, mulher branca, brasileira e latino-americana, que já foi curada física, psíquica e emocionalmente por plantas maestras, banhos de ervas, repertórios de cantos, palavras e expressões míticas proferidas formalmente por médicos ancestrais, como os mestres Panshin Nima, Neten Kea e Neten Sui, do povo Shipibo-Konibo⁶, reflito sobre o quão possível é o caminho inverso: aprender com mundos indígenas, suas concepções e práticas, em diálogo com bons sentidos culturais em que se alicerçam nossos estudos (Maldonado, 2022).

É partir de todos esses percursos que trazemos fragmentos de nosso percurso de doutorado, nas próximas linhas, abordando bastidores de nossas construções estético-transmetodológicas de investigação (Carneiro, 2023), a fim de pensar a importância de uma postura reflexiva, aberta e inventiva no campo da Comunicação com foco no tema indígena. Como realizar confluências de saberes e constructos multidimensionais ancestrais e contemporâneos com os conhecimentos disciplinares apropriados, revisados, para responder à natureza de nossos objetos, em uma práxis da pesquisa? (Bonin, 2011; Mills, 1975; Certeau, 1990; Bachelard, 2001).

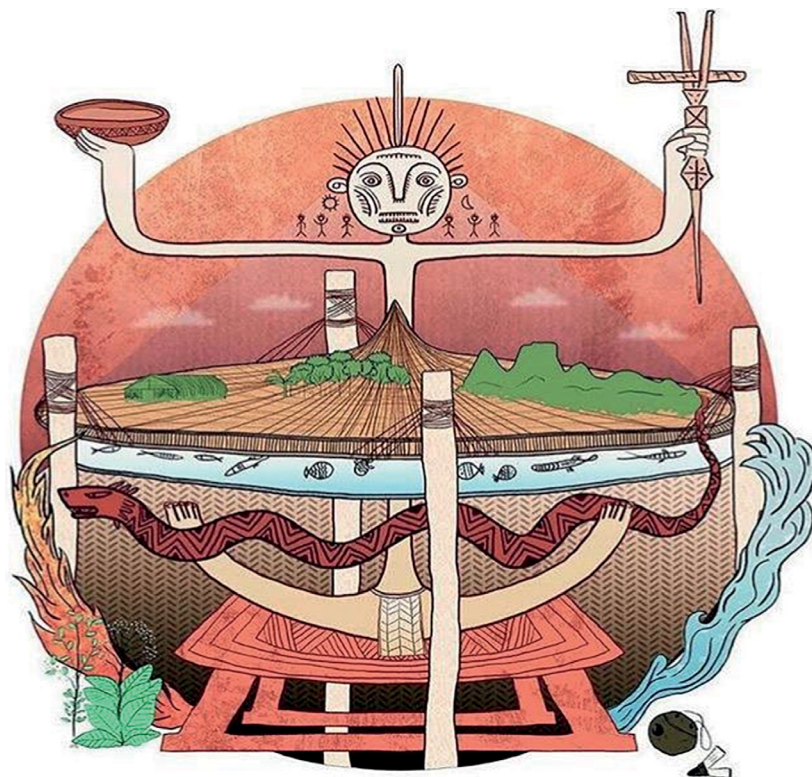
Para percorrer o que chamo de caminho de transformação, primeiramente compartilho exercícios de encontros epistêmicos e metodológicos, a partir da escuta de um corpo estético constituído das visões de mundo da floresta tradicional e contemporânea, em diálogo com o mundo real, concreto, da dimensão científica, assumindo a multidimensionalidade do sujeito comunicante indígena e do aprendiz-pesquisador não indígena. No que segue, proponho

6 O grupo Shipibo-Konibo se localiza na Amazônia peruana, às margens do rio Ucayali, na região de Pucallpa. Pertence à cultura e família interlinguística Pano. "Panshin Nima na língua Shipibo significa Homem Dourado, nome recebido por Walter Lopez através de seu avô, que era um grande curandeiro da tradição. Com presença forte e palavras calmas, Panshin nos ensina através do silêncio e da expressão. Junto com seus irmãos Neten Kea e Neten Sui, mantém o Centro Sanken Mai, que recebe pessoas de todo o mundo para retiros, processos de limpeza física e energética, e fortalecimento espiritual". Disponível em: <https://ciencianativa.com/shipibo/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

a tessitura de reflexões e algumas conclusões sobre tal exercício mirando estimular raciocínios para futuros percursos metodológicos com experiências com a Comunicação Indígena (Carneiro, 2023).

YEBÁ BELÕ E O MOVIMENTO HEURÍSTICO DE PESQUISA

Figura 1 - "Yebá Belõ, a avó do mundo"



Fonte: Denilson Baniwa, 2018.

Antes do tempo a escuridão dominava, tudo era um grande vazio sem memória. O nada existia e era ele mesmo seu próprio pensamento. Houve um estalo no silêncio como de uma semente a germinar. E sentada num banco de quartzo, empunhando em uma das mãos uma cuia de ipadu⁷ e em outra uma forquilha para segurar o cigarro de tabaco, surgiu por sua própria vontade Yebá Belô, a Avó do Mundo (Baniwa, 2020, p. 44).

Pedimos permissão para compartilhar fragmentos da história da Não-Criada, daquela que se fez “Ser” a partir de seu próprio pensamento. Sentada e mirando o vazio da memória, foi ao comer *ipadu* e fumar o seu tabaco, que *Yebá Belô* refletiu sobre o cosmos e todos os seus seres. Ali, gestou passado, presente e futuro. Em uma das mãos está o segurador de charuto e, na outra, o *Gaapi*⁸. Então, um grande raio desceu do céu e se transformou em uma enorme serpente. Rastejando, o animal carregava no ventre todos os povos do mundo e, por aí, saiu a distribuí-los.

Retomamos a criação artística de Denilson Baniwa (2020), inspirada na história visual da família de Sr. Firmiano Lana e de tantas outras famílias do povo Desana, para assumirmos a existência de uma comunicação no estalo do silêncio, na relação com elementos sagrados e na manifestação do próprio pensamento: a comunicação anterior à nossa existência humana. Um conjunto de discursos míticos em que muitos dos seus elementos sagrados ainda hoje têm os

7 Ipadu, ou *Ahpĩ* na língua do povo Desana, segundo Denilson Baniwa (2020), significa coca (*Erythroxylum coca* var, *ipadu*), cujas folhas, tostadas e piladas, são mascadas e engolidas.

8 A bebida tem muitos nomes, mas ficou mais conhecida pela denominação quéchua Ayahuasca. No Brasil, tem outros nomes como *Uni*, *Nixi Pãe*, *Gaapi*, *Caapi* ou *Camarampi* sendo uma bebida ritualística sagrada para povos como Huni Kuin, Yawanawá, Tukano, Desana. Pesquisas arqueológicas sugerem que ela possa ter mais de 5.000 anos de uso ritual, mas para todos esses, se encontra nas histórias de origem. Na obra “*Gaapi – uma viagem por este e outros mundos*” (2021), Jaime Diakara apresenta as histórias que ouviu com seu pai Daikuru Ypi Tuoãri kumu [kumu = conhecedor] e outros parentes, sobre os conhecimentos adquiridos com o *Gaapi*. Segundo ele, é uma bebida que é de uso e do domínio do kumã (conhecedores), não podendo se fazer uso recreativo. E, para tomar, é preciso seguir um conjunto de regras, antes, durante e depois de ingerir a bebida sagrada (DIAKARA, 2021).

seus segredos sob o domínio dos pajés, com a finalidade de trazer a cura e a fortificação emocional, física e espiritual, bem como a concentração e a elaboração de ideias (Barreto, 2018).

Para os mais de 305 povos indígenas do Brasil e em suas 274 línguas faladas, dados estimados por Gersem Baniwa (2019), cada tradição e cultura expressam, por meio de tecnologias próprias, os seus modos distintos de experienciar a vida, seja ao contemplar a montanha, como gosta de fazer Ailton Krenak (2020), ou ao conversar com os espíritos, como faz Carlos Papá (Krenak; Papá 2022), com seu *petyngua*⁹, instrumento que cura e que traz entendimentos sobre os códigos do tempo. A fumaça do tabaco leva os pensamentos até o vento, que os encaminha e traz as respostas de *Nhanderu*¹⁰.

Assim sendo, foi ao aprofundar na história e plasticidade artística da Avó do Mundo que encontramos forças para compreender a experiência vivida de um tempo lacunar imposto pela pandemia de Covid-19. Sentipensar a existência de um tempo antes do tempo¹¹, naquele tempo entre, nos levou a estudos, reflexões e desconstruções pessoais e científicas. Vivíamos o segundo ano de doutorado e os possíveis movimentos exploratórios sistemáticos em ambientes externos teriam de ser reinventados na paisagem do isolamento social.

9 Funções do Petyngua: matéria-prima necessária e relação com o Nheẽ. Disponível em: <https://historiaeculturaguarani.org/artesanato/funcoes-sagradas-do-cachimbo-e-colares/petyngua-materia-prima-necessaria-e-relacao-com-o-nhee/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

10 Ser mítico responsável por iluminar o caminho de cada ser Guarani, que nasce com habilidades e potenciais a serem cultivados em sua passagem pela terra. São recursos que podem ser desenvolvidos durante a “tape”, a sua experiência-caminho, à medida que fortifica a “aguyje”, a sua dimensão corporal-espiritual (CARNEIRO, 2023).

11 Kêhîrî, Tōrāmü. Antes o mundo não existia: mitologia dos antigos Desana-Kêhîrîpōrã/Tōrāmîi Kêhîrî, Umusî Pārōkumu; desenhos de Luiz e Feliciano Lana. 2. ed. São João Batista do Rio Tiquié: UNIRT/ São Gabriel da Cachoeira: FOIRN, 1995. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers14-12/010005097.pdf. Acesso em: 4 jul. 2024.

Forçados a uma migração compulsória e rápida para um ambiente digital de telas múltiplas, fomos instigados a táticas engenhosas e, com Charles Mills (1975), aprendemos da artesanaria intelectual diária, não sendo possível separar, especialmente em 2020, o ofício da investigação científica do mundo da vida. Enquanto me protegia em um espaço de 26 m² com protocolos sanitários e nutria esperanças sobre uma possível vacina, do lado de fora o cenário catastrófico para as populações indígenas brasileiras afetava nosso percurso investigativo por completo.

Mais de 75.391 casos de Covid-19 foram registrados em cidadãos indígenas, sendo 1.324 mortes e 162 povos afetados, segundo a plataforma Emergência Indígena¹², criada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Acompanhávamos diariamente o recurso digital criado para combater a desagregação de dados do governo de Jair Bolsonaro (Partido Liberal), que dificultava o reconhecimento das regiões e dos povos mais atingidos. Além disso, a plataforma supria a falta de informações sobre indígenas que viviam fora de Terras Indígenas (TIs) homologadas, incluindo os que viviam em contexto urbano e os que aguardavam a finalização do longo processo de demarcação de suas terras.

Diante do brutal contexto de crise sanitária e seus atravessamentos político, social, econômico, cultural, nossa construção investigativa inicial com o coletivo audiovisual Comunicação

12

A plataforma de monitoramento da situação indígena na pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil, Emergência Indígena, mobilizou ações e táticas de luta, acompanhou e analisou a pandemia em dimensões local e nacional, para combater a expansão da doença aos territórios tradicionais. Medidas que o (des)governo de Jair Bolsonaro não se preocupou em tomar, apresentando subnotificação de casos e mortes ao longo de todo o período. Os números estimados em nossa investigação de doutorado foram coletados ainda na metade do último semestre de 2022, quando eram atualizados diariamente. Disponível em: <https://emergenciaindigena.apiboficial.org/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

Kuery¹³, na *Tekoa Nhundy*, foi interrompida. Na memória que guardava daquela aldeia, permanecia viva a cena do círculo de mulheres sentadas ao chão, cercado por inúmeros fios de palha coloridos e de penas. Ao tramar brincos, colares e cestarias, elas teciam histórias em cochichos, risos e olhares atentos para com os filhos que brincavam ao redor. Aquele corpo-imagem (Martins, 2021) ensinava sobre o tempo de aprender indígena, um tempo circular que segue as rodas com suas tecnologias nas artes, nas narrativas e nas cantorias, evidenciando saberes tramados, caminhados e cantados (Kambebe, 2020).

Dos registros de tais vivências e de processos construtivos em diários de pesquisa em papel, elaboramos dois diários digitais para uma etnografia virtual em mirada crítica, proposta por Rifiotis (2016), ao superar dicotomias sujeito e objeto, social e técnica, avançando para o entendimento de rede sociotécnica. Ou seja, a chamada “rede” não é algo usado pelos seres humanos ou em algum contexto para fins de ações humanas. Uma rede sociotécnica “pode tanto ser o contexto no interior do qual certas relações se produzem, quanto um mediador que transforma relações e possibilita a emergência de sujeitos” (Rifiotis, 2016, p. 147).

Desse modo, fomos elaborando constructos para fundamentar nossa questão norteadora para compreender a etnomultimídia

13

O coletivo audiovisual Comunicação Kuery, idealizado por nosso copartícipe Gérson Gomez Karaí, surgiu da necessidade, colocada por lideranças indígenas em registrar a vida e o cotidiano das aldeias Mbyá Guaraní impactadas pelas obras de duplicação da BR-116, no trecho Guaíba-Pelotas, no Rio Grande do Sul, em 2011. A Tekoa Nhundy, da etnia Mbyá Guaraní se localiza no município de Viamão, na Região Metropolitana de Porto Alegre. Canal da Comunicação Kuery no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC1JchWSZ0BwFklkpochYE3A/featured>. Acesso em: 4 jul. 2024.

indígena¹⁴. A partir de configurações e práticas identitárias históricas e contemporâneas de sujeitos comunicantes indígenas (Carneiro, 2023) em suas redes e fluxos multimidiáticos (Castells, 2013; 1999): como contribuem para lutas e (re) existências por uma demarcação autocomunicativa crítica, cidadã e descolonizadora com os povos originários do Brasil (Carneiro, 2023)?

Para o “Diário Digital 1”, selecionamos 50 periódicos veiculados no período de 1972 a 2020, e que integram o acervo da Hemeroteca Periódicos, pertencente ao Centro de Referência Virtual Indígena do portal Armazém Memória¹⁵. Tínhamos como intenção, a captura de indícios de narrativas de autoria coletiva e negociada de sujeitos comunicacionais indígenas contidos em textos de boletins e informativos indigenistas, bem como produções estritamente etnocomunicacionais indígenas do período. Como critérios, trabalhamos: 1) a presença de narrativas elaboradas *por* e *com* sujeitos comunicantes indígenas; 2) os periódicos produzidos *por* conselhos e organizações indígenas e indigenistas relevantes historicamente.

14 Em nosso percurso de doutorado, entendemos o conceito como um fazer político-comunicacional produzido e veiculado a partir da multidimensionalidade do sujeito comunicante indígena, tramado em ambiência multimidiática, não ficando restrito a meios comunicacionais não indígenas, como o impresso, o rádio ou digital, mas a partir das expressões e linguagens desde dentro da cultura étnica. A construção do conceito dá seguimento à pesquisa de mestrado com a etnomídia indígena e nosso copartícipe Anàpuáka Muniz Tupinambá Hã Hãe. Elaborada pelo etnocomunicador indígena, fundador da Rádio Yandê, a etnomídia indígena refere-se ao fazer político-comunicacional produzido e veiculado exclusivamente por comunicadores indígenas que, a partir de sua ancestralidade, memória, espiritualidade e resistência, apresentam suas múltiplas maneiras de ver, ler, escutar, produzir, pensar e difundir a Comunicação (Carneiro, 2019).

15 “É uma iniciativa de articulação e construção coletiva de um sítio na internet, visando colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas, que possam garantir ao cidadão brasileiro o acesso à sua memória histórica, através de Bibliotecas Públicas Virtuais interligadas em sistema de busca direto no conteúdo”. Quem somos & como usar. O Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória conta com 16 bibliotecas com cerca de 1 milhão 75 mil 663 páginas de documentos sobre os povos indígenas e a relação com a sociedade brasileira. Já no acervo da Hemeroteca Periódicos são 141.182 páginas para consulta. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/docmulti.aspx?bib=CRVindigena&pesq=&pesquisa=Pesquisar>. Acesso em: 5 jul. 2024.

O “Diário Digital 2” reuniu a clipagem diária de informações sobre a questão indígena no país, compartilhadas no grupo “Ronda Indígena”, na plataforma social WhatsApp, entre dezembro de 2020 e novembro de 2022. Criado pelos fundadores da Rádio Yandê, o grupo tem hoje 62 lideranças, professores, pesquisadores, comunicadores indígenas e não indígenas do Brasil e Exterior. Faz a troca de informações divulgadas por mídias de organizações indígenas e indigenistas, além de matérias publicadas por mídias oligárquicas hegemônicas que reforçam narrativas colonizadoras e opressoras a serviço de um sistema neoliberal selvagem.

Além de fortalecer dimensões contextuais, o exercício auxiliou na observação de como se constituem redes de fluxos etno-multimidiáticos indígenas na atualidade, mobilizando marcas identitárias, informacionais e de resistência. Como critérios, atentamos para: 1) a manchete da notícia ou título da informação compartilhada; 2) as palavras-chave de acordo com a temática abordada pelas informações e notícias; 3) os dois primeiros parágrafos, contendo as informações essenciais sobre o fato; 4) o link do site para acesso àquela informação na íntegra. Os dados coletados foram separados pelo mês e ano em que foram veiculados.

Para o movimento do “Diário Digital 2”, enquanto integrante do grupo, adotamos, a partir de Cicilia Peruzzo (2017), a postura de “participação observante”, não nos inserindo naquela ambiência para uso de informações ou do papel dos sujeitos, a fim de observar atividades ou fenômenos nos quais se inserem. A partir da descrição, contribuimos com o compartilhamento e troca de informações sobre a temática indígena, a exemplo de matérias que produzimos enquanto repórter para uma agência de notícias¹⁶.

16

Fui jornalista da Agência Radioweb durante 10 anos. Há 20 anos no mercado jornalístico, a agência é o maior portal de notícias especializado para o rádio no Brasil. Conta com cerca de 2.200 rádios filiadas em todo o país que realizam o download dos conteúdos produzidos em diversas editorias. Utilizo como exemplo de matéria que produzi sobre a questão indígena: “Incêndio na cadeia em terra indígena marca disputa de poder”. Disponível em: https://agenciadioweb.com.br/ouvir_audios/meuplayer.php?iddrive=1mDjsyGrg0rMTE7bvr-AeQxPEBMJnrvl3. Acesso em: 5 jul. 2024.

Durante o processo exploratório sistemático dos diários digitais, emergiam de ambos os arquivos vozes de comunicadoras indígenas e não indígenas, figuras com experiências de vida comunicacionais importantes nos cenários histórico e contemporâneo dentro da temática indígena no Brasil. Dessas vozes, selecionamos, com nosso copartícipe de pesquisa Anàpuáka Tupinambá, cinco delas: Andila Kaingang, Eliane Potiguara, Angela Pappiani, Elaíze Farias e Olinda Tupinambá. Propusemos assim, como movimento teórico-metodológico final, uma roda de conversa em âmbito on-line. A possibilidade do encontro de suas histórias de vida em âmbito comunicacional (Bonin, 2011) nos oferta pistas e marcas para a compreensão de redes etnomulticomunicacionais indígenas horizontais de resistência que, historicamente, necessitam da equivalência de gênero em suas bases política, social e cultural para o exercício de uma cidadania comunicativa descolonizadora, justa e liberta.

À semelhança de tais vozes, muitas outras reverberam por espaços-tempos tecendo iniciativas e lutas importantes nos cenários brasileiro e latino-americano, geralmente invisibilizados pela grande mídia. A partir de um olhar *desde el Sur*, elaboramos uma breve panorâmica da autocomunicação indígena no Brasil e na América Latina, buscando conexões, diferenças e resistências em dimensão comunicacional, as quais se entrelaçam aos planos cosmológico e cosmopolítico. Referências do protagonismo indígena em movimentos políticos e organizações sociais em países, como México, Equador, Bolívia e Chile, foram trabalhados, bem como em âmbito comunicacional, abrangendo fragmentos desde o jornalismo impresso, passando pelas ondas do rádio às conexões de informação miradas em flechas digitais pelo ciberespaço (Carneiro, 2023).

Diante de tais (des)construções, arranjos, experimentos e tessituras, visualizamos o grande corpo de nossos movimentos teórico-metodológicos, assim como o corpo-tela de *Yebá Belô*, nos termos

de Leda Maria Martins (2021), ao retomar o pensamento Maxakali¹⁷ refletindo a construção de nossa investigação em um tempo espiral:

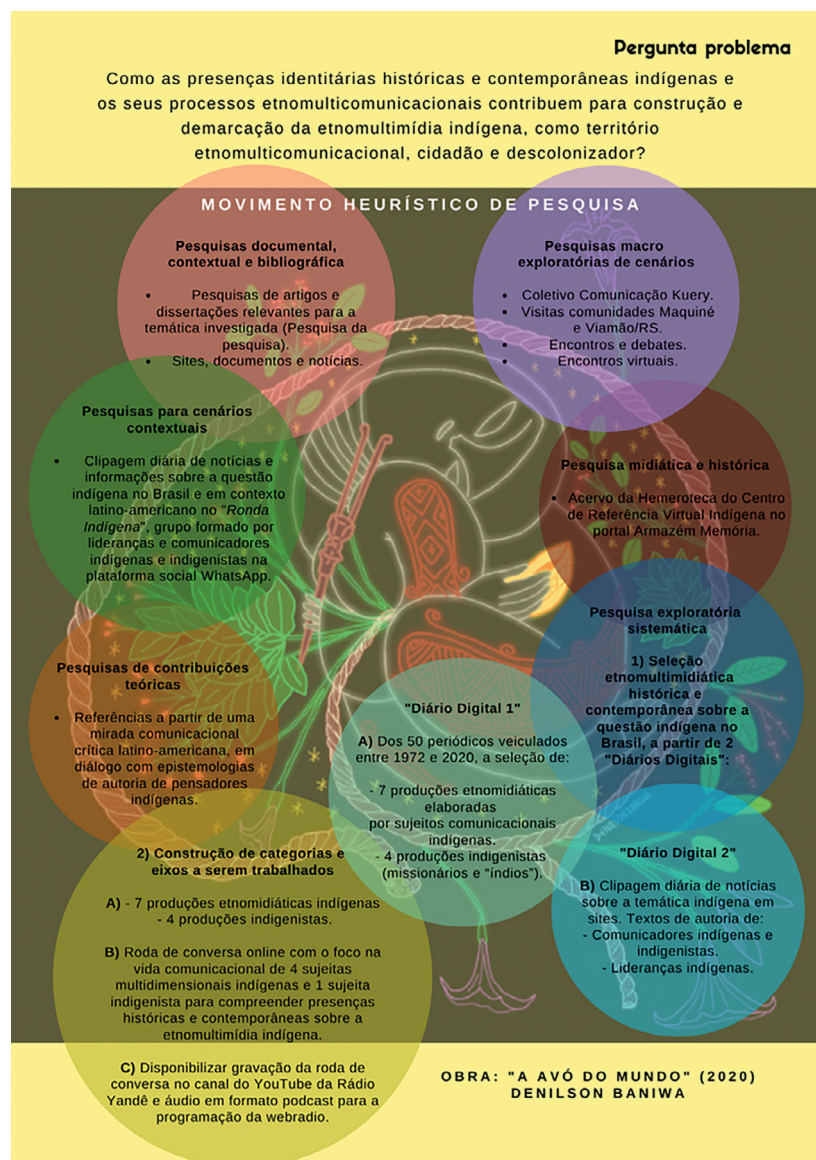
[...] Falar a imagem, cantar a imagem é, assim, produzir *a-letheá*, não esquecimento, não ocultamento. Um convite à fruição sensorial e reflexiva, agente de ações e mutações do *status quo*. [...] O tempo, como espiral, move-se para frente e para trás, simultaneamente, figurando o presente. Polifônico, cada canto-acontecimento ritual repete em seu processo, como técnica e procedimento, a continuidade do próprio processo, reapresentando, enxertando a natureza e os antepassados ancestrais. Esses são sincronicamente, o antigo e o novo, o efêmero e o permanente [...] (Martins, 2021, p. 150, grifos da autora).

Dessa maneira, constituímos o corpo do esquema sinóptico de nossa pesquisa, através dos ensinamentos do tempo e movimento da Avó do Mundo em confluência com os nossos estudos:

17

Etnia pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Ocupava área entre os rios Pardo e Doce, correspondente ao sudeste da Bahia, o nordeste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Os remanescentes desses grupos, conhecidos por Maxakali atualmente vivem em duas áreas indígenas - Água Boa e Pradinho - hoje unificadas na Terra Indígena Maxakali, no município de Bertópolis, cabeceiras do rio Umburanas, vale do Mucuri, no nordeste de Minas Gerais. Povos Indígena no Brasil do Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Maxakali>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Figura 2 – Esquema Sinóptico da Problemática de Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A VERTENTE TRANSMETODOLÓGICA COM A SUKURYU-TAPUYA

Compreendemos com Bachelard (2001), que a mera observação da realidade concreta não nos traz fundamentos sólidos para a elaboração do conhecimento científico e, da mesma forma, somente racionalidades, sem o mundo concreto, não funcionam. O objetivo reside na confluência harmônica de teorias e informações empíricas na construção da investigação.

Em novembro de 2021, atravessamos momentos desafiadores de reflexão epistemológica vinculados às experiências daquele mundo pandêmico, aventando, inclusive, a possibilidade de desistência da pesquisa. No entanto, pensando em como aprender com aquele cenário, optamos por um movimento de aproximação ao nosso foco de estudos nas proximidades de casa, munidos de cuidados sanitários.

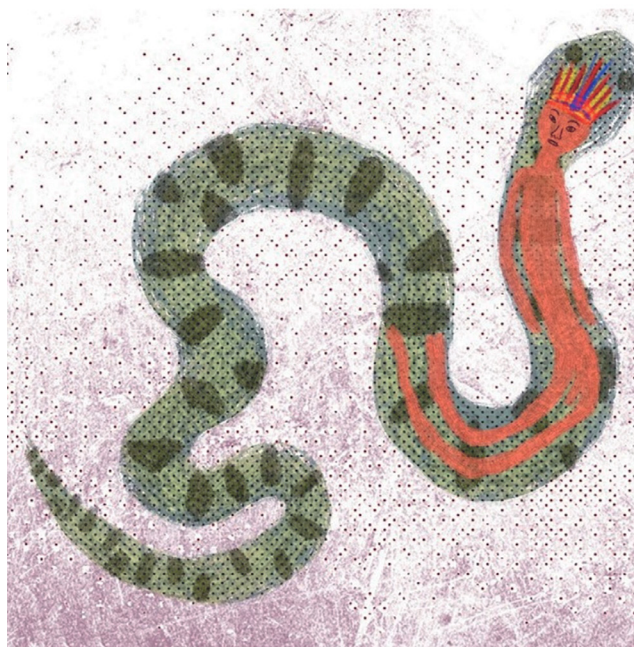
Percorremos um traçado sinuoso de três quilômetros, que marca a distância geográfica entre o muro do Goethe Institut, as Salas Negras do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS) e o Jardim Lutzenberger, na Casa de Cultura Mário Quintana, em Porto Alegre. O mapa indicava o trajeto da exposição *Inípo: Caminho de Transformação*, de Denilson Baniwa (2021) e convidava para uma caminhada por uma grande linha virtual que unia tais pontos físicos, desenhando a *sukuryu-tapuya*, a serpente. O percurso aludia ao caminho realizado pela Canoa-Serpente de Transformação, ao longo do Rio Negro e seus afluentes, no Amazonas. Escutávamos ali, mais uma vez, o chamado do discurso mitológico das etnias Tukano, Baniwa, Desana, a seguir a grande serpente responsável por espalhar os filhos de todos os povos, durante a criação da Terra por *Yebá Belô*.

É esse *inípo*, “caminho” na língua Baniwa, repleto de arquivos de sabedorias atemporais que nos captura, não apenas para uma nova visão de ser e estar no mundo, mas para aprender a ser e a pensar com os mundos ancestrais e contemporâneos. Assim como a *sukuryu-tapuya* necessita realizar a ecdise - movimento constante da troca de pele ao longo da vida - para que continue a crescer, refletimos necessário ao campo da Comunicação, perspectivas teórico-metodológicas abertas, confluentes, para acolher os movimentos epistêmicos transformacionais e transcendentais dos seres durante o tempo.

Do mesmo modo, enquanto aprendiz-pesquisadora compreendi que era preciso estar aberta ao raciocínio multilético, uma das premissas transmetodológicas de Maldonado (2022, p. 123) e que se refere à “compreensão dos processos, fenômenos e práxis através de múltiplas inter-relações dialéticas, que manifestem a densidade e a riqueza do concreto em movimento e expressa as contradições, os conflitos, os vínculos, as lógicas e inter-relações”.

Não obstante, chegamos ao ponto daquela exposição-percurso com oito infogravuras digitais criadas por Denilson entre 2018 e 2021, as quais compunham a série *Aquela gente que se transforma em bicho*. Em contemplação às obras, rememoramos nosso trajeto de aprendizado com a pesquisa científica até ali, assumindo seus tensionamentos, sabedorias, fortalezas e fraquezas. A infogravura *Sukuryu-tapuya* nos soprava sobre o desafio da nossa própria transformação pessoal e interrelacional na prática investigativa:

Figura 3 – *Sukuryu-tapuya*, da série *Aquela gente que se transforma em bicho*



Fonte: Denilson Baniwa, 2018 - 2021.

Aquele corpo-tela não apenas nos inquietava quanto às teorias indígenas (Barreto, 2018, 2021, 2022), mas convocava a refletir nossa investigação como percurso em transformação. Ademais, era a possibilidade concreta de construir *com* teorias e saberes multi-midiáticos indígenas, de modo sistemático e didático, em confluências com as dez premissas que constituem a Transmetodologia (Maldonado, 2011, 2013a, 2013b, 2015, 2002). Inspirados nas reflexões sobre uma epistemologia que seja trans-multi-metodológica no campo da Comunicação (Machado Aguiar, 2018; Rosário; Machado Aguiar, 2013), percebendo a ambiência epistêmica como pensamento e prática de princípios, hipóteses e resultados teórico-metodológicos na produção de conhecimentos, elaboramos:

Figura 4 – Esquema sistemático das premissas da Transmetodologia para pesquisa em comunicação indígena

AS PREMISSAS TRANSMETODOLÓGICAS:



OBRA: "AQUELA GENTE QUE SE TRANSFORMA EM BICHO"(2020)
DENILSON BANIWA

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Compreendemos a investigação-percurso em vertente transmetodológica, como um *sentipensar* teórico-metodológico que fomenta confluências de métodos, tessituras transdisciplinares inventivas e entrelaçamentos e rearranjos de processualidades.

É por meio de relações, vínculos, pactos, compromissos filosóficos, culturais, políticos, ancestrais que fortalecemos uma ecologia científica igualitária e compromissada (Maldonado, 2013), tema referido na primeira premissa do esquema sistemático, elemento central ao nosso movimento heurístico de pesquisa.

Isso porque a ecologia científica nos ensina sobre a necessidade de situarmos o ser humano enquanto sujeito sentipensante no mundo da vida, o que significa dizer de um ser constituído de afetos, tradições, raízes, memórias, vínculos, racionalidades, estratégias que, somadas, resultam na construção do conhecimento. É preciso situá-lo em perspectiva ética e filosófica. As identidades indígenas elaboram-se em elementos culturais distintos que vão compondo o sujeito multidimensional, que na concepção de Maldonado (2013a) acolhe o ser humano inserido em multicontextos e, por conseguinte, trabalha lógicas culturais, sociais, linguísticas, estéticas e psíquicas em diversos caracteres constitutivos e revolucionários tecnológicos. Assim sendo, um sujeito multidimensional indígena é dotado de sua singularidade identitária étnica e atravessado por identidades e realidades outras em cenários brasileiro e latino-americano, repleto de mestiçagens e que se distancia da mera reprodução de estruturas.

Para a escritora e doutora em Literatura do povo Potiguara, Graça Graúna (2013, p. 10), ser filho de “uma história enraizada na terra roubada durante o processo colonial, como no caso das primeiras nações-indígenas latino-americanas, significa ter uma não identidade, identidades alienadas ou fragmentadas por condições violentas”. Por isso, a relevância da geografia, da memória, do lugar, enquanto elementos constitutivos imprescindíveis ao sujeito. Não há consciência e nem subjetividade do ser humano sem o lugar, sem o seu território dinâmico e vivo e que, como afirma Milton Santos, é “a construção da base material sobre a qual a sociedade produz sua própria história” (Santos, 2002, p. 71).

Situar, então, esse sujeito multidimensional indígena em nossas pesquisas científicas significa, primeiramente, aprender a trabalhar *com* nossos copartícipes para a reapropriação e reconstrução do seu espaço, respeitando suas memórias, narrativas, tradições, pois, nos termos de Graça Graúna (2013, p. 10), “o lugar-lar e sua construção na língua é um dos meios pós-coloniais cruciais para lembrar”. Logo que, por meio de fragmentos, renomeie o seu lugar, tome posse de sua cultura e reconstrua sua identidade, resistindo e combatendo, assim, insistentes violências epistêmicas.

CONSIDERAÇÕES

[...] narrar as memórias dos descendentes por meio de antigos petróglifos e, simultaneamente, criar novos desenhos para designar acontecimentos recentes é seguir o curso da comunicação ancestral, produzindo no presente, os enunciados que serão secretados para as gerações futuras [...] (Baniwa, 2022).

Ao assumir durante nosso trajeto de pesquisa, tensionamentos, sabedorias, fortalezas e fraquezas, a contemplação de corpos-tela e suas inspirações para construções estéticas transmetodológicas confirmam a possibilidade científica e inventiva da construção do saber com modos de existências multifacetadas. Os *xapiri pë*, os espíritos da floresta, assim como cada elemento desenhado por Denilson Baniwa, são, para nossos estudos, “aparições epifânicas, visões, imagens que ensinam. As imagens são os ancestrais que vêm pelo sonho que lhes emprestam morada” (Martins, 2021, p. 144).

Para pesquisas em comunicação indígena, não é factível a realização da construção empírica sem o exercício constante de contemplação, de diálogo e, principalmente, de abertura à escuta de todos os seres. Para tanto, desenvolver *acanguatara*, o que para os povos

do tronco Tupi-Guarani significa a habilidade de uma “Cabeça Boa de Escutar”, é essencial. Significa reconhecer e praticar a escuta de si e do outro como um processo sempre em evolução. Para Dunker e Thebas (2019), é ser visto, admitir a sua posição no olhar do outro e concluir qual a perspectiva lhe cabe, algo que conhecemos como escuta empática.

Foi com a artesanania de diários de pesquisa, bons companheiros de escuta e clareza epistêmica, que o nosso movimento heurístico se iniciou. Naquele momento pandêmico, não apenas auxiliou na compreensão dos processos e das escolhas brevemente apresentadas, como foi uma rota aberta para que a imaginação, a criatividade e o espírito lúdico no aprendizado de “pensamentos marginais”, como diria Mills (1975), fossem autorrefletidos e nossas energias e esperanças recobradas.

Por outro lado, também nos convocou a avançar na cumplidade multiétnica de reconhecimento, nos termos de Graça Graúna (2013), por meio de fragmentos e pistas de uma autocomunicação indígena elaborada a partir de estratégias multimidiáticas indígenas complexas nas quais confluem cosmovisões, tradições, memórias, oralidades, escritas, desenhos, pinturas, tempos e espaços do sujeito étnico e de sua comunidade. Um movimento heurístico de pesquisa só se torna um percurso vivo e coerente, se comprometido com a humanidade, com os modos de vida e as transformações do planeta (Maldonado, 2022).

REFERÊNCIAS

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. **O espírito da floresta**: a luta pelo nosso futuro. Trad. Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALBERT, B.; KOPENAWA, D. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BACHELARD, G. **A Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BAKHTIN, M.; Volochinov, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 277-326.

BANIWA, A. F. **Bem viver e viver bem**: segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.

BANIWA, D. **Frontera**. Primeira exposição individual na sede d'A Gentil Carioca, no Rio de Janeiro, em novembro de 2022. O conjunto de obras discute os processos de migração compulsória de indígenas da Amazônia. Disponível em: <https://www.premiopipa.com/2022/11/frontera-individual-de-denilson-baniwa-aborda-migracao-indigena-compulsoria/>. Acesso em: 8 jul. 2024

BANIWA, D. **Inípo**: Caminho de Transformação. Primeira exposição em Porto Alegre do artista amazonense e do povo Baniwa, parte do programa expositivo intitulado "Poéticas do agora". A mostra fez parte da programação do 7º Festival Kino Beat, 2021. Disponível em: <https://www.margs.rs.gov.br/midia/denilson-baniwa-inipo-caminho-de-transformacao/>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BANIWA, D. Uma maloca-museu para Feliciano Lana, o filho dos desenhos dos sonhos. **DATJournal** v. 5, n. 3, 2020. Disponível em: <https://datjournal.anhembibrasil.br/dat/article/download/245/178>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

BANIWA, G. **Educação escolar indígena no século XXI**: encantos e desencantos. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BARRETO; J. P. L. **O mundo em mim**: uma teoria indígena e os cuidados sobre o corpo no Alto Rio Negro. Brasília, DF: Mil Folhas, 2022.

BARRETO; J. P. L. **Complementaridade e transformação Yepamahsã**. Ciclo Antes o Mundo Não Existia. 2021. Disponível em: http://selvagemiciclo.com.br/wp-content/uploads/2021/05/CADERNO22_JPLBARRETO.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

BARRETO; J. P. L. **Waimahsã**: peixes e humanos. EDUA, 2018. (Coleção Reflexividades Indígenas).

BONIN, J. Revisitando bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, A. E. [et al]. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina 2011.

BOSI, A. O ser e o tempo da poesia. *In*: MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

CARNEIRO, R. G. **Etnomultimídia Indígena**: configurações de vozes de uma demarcação etnomulticomunicacional cidadã e descolonizadora no Brasil. 2023 Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2023.

CARNEIRO, R. G. **Sujeitos comunicacionais indígenas e processos etnocomunicacionais**: a etnomídia cidadã da Rádio Yandê. 2019 Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2019.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1990.

DIAKARA, J. **Gaapi**: uma viagem por este e outros mundos. Manaus: Valer, 2021.

DUNKER, C.; THEBAS, C. **O palhaço e o psicanalista**: como escutar os outros pode transformar vidas. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

KAMBEBA, M. W. **Saberes da floresta**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. Pesquisa e organização Rita Carelli. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A.; PAPÁ, Carlos. **Entrar no mundo** – conversa sobre “plantas mestras”. Diálogo sobre as relações que mantêm com o tabaco e a ayahuasca. Setembro de 2022. Disponível em: https://selvagemiciclo.com.br/wp-content/uploads/2022/10/CADERN058_KRENAK_PAPA.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

PERUZZO, C. M. **Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa**: da observação participante à pesquisa-ação. Estudios sobre las Culturas Contemporáneas, vol. XXIII, 3, 2017. Universidad de Colima, México. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31652406009>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MACHADO AGUIAR, Lisiane. O uso da câmera de vídeo como ferramenta trans-multi-metodológica em crises migratórias. *In: VI Encuentro Latinoamericano de Metodologia de las Ciencias Sociales (ELMeCS) Innovacion y creatividad en la investigación social: Navegando la compleja realidad latinoamericana*. Cuenca, EC: Universidad de Cuenca, 2018. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.12667/ev.12667.pdf. Acesso em: 07 jul. 2024.

MALDONADO, A. E. **Transmetodología: visualizaciones epistemológicas en ciencias de la comunicación**. Cátedra Armand Mattelart. Quito, EC: Ediciones CIESPAL, 2022.

MALDONADO, A. E. **Epistemologia de la comunicación**: análisis de la vertiente Mattelart em América Latina. Quito, EC: Ediciones CIESPAL, 2015.

MALDONADO, A. E. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013a.

MALDONADO, A. E. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. *In: BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. do (org.). Processualidades metodológicas: configurações em comunicação*. Florianópolis: Insular, 2013b.

MALDONADO, A. E. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In: ANAIS DO 20º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2011. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2011/trabalhos/a-construcao-da-cidadania-cientifica-como-premissa-de-transformacao-sociocultura?lang=pt-br> Acesso em: 06 jan. 2023.

MALDONADO, A. E. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 9. p. 1-15, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36818>. Acesso em: 5 de jul. 2024.

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiral, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. *In: MILLS, C. W. A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 211-243.

RIFIOTIS, T. Etnografia no ciberespaço como “repovoamento” e explicação. *In*: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, 2016. p. 129-152.

ROSÁRIO, N.; AGUIAR, L. Multiplicidades: perspectivas metodológicas para pensar a pesquisa científica em Comunicação. *In*: Bonin, J.; Rosário, N. **Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em Comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013.

SAMAIN, E. As imagens não são bolas de sinuca: como pensam as imagens. *In*: MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.



11

Felipe Gue Martini

**PERCURSOS E MODELOS
METODOLÓGICOS
DE UMA CIÊNCIA SONORA
DA COMUNICAÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.11

INTRODUÇÃO

Quais vantagens potenciais uma ciência midiática sonora oferece para pesquisas no campo da Comunicação? Como pode ser formulada a base epistemológica desta ciência? Quais modos de ser e fazer essa pesquisa enseja? Apresento respostas provisórias para essas questões através de minhas experiências de pesquisa, discussão baseada na aproximação entre ciência e arte, e relativização da escrita científica.

Dois conceitos estruturam a proposta: 1) a transmetodologia, como convite à experimentação de diálogos não ortodoxos entre diferentes cosmovisões, sensibilidades e racionalidades (Maldonado, 2015), abastecidas por perspectivas e escutas do sul e seus sentipensares plurais (Fals Borda, 2003), especialmente ao afirmar a necessidade de integrar dimensões midiáticas como lógicas e sensibilidades científicas; 2) musicalidades dialéticas, *práxis* transmetodológicas aplicadas, onde a escuta poética como abordagem sonora de ciência se faz ouvir materialmente (sonoridade como ciência). Assim como nas imagens dialéticas de Walter Benjamin (2010), são apresentadas, ao invés de representadas, alegorias que assumem a liberdade do ouvido leitor como horizonte. Tem como teorias de fundo a poética de Gaston Bachelard (1971), o existencialismo de Jean-Paul Sartre (1973) e as teorias sobre o objeto sonoro de Pierre Henry Schaeffer (Chion, 1999).

O modelo dialoga ainda com 1) a antropologia visual, onde o cinema surge como método de interrogação (meio/processo) para além de registro (produto/fim) e a câmera torna-se pergunta de pesquisa capaz de materializar estranhamento, representação de si e do outro, produção/reprodução de modos de ver e ser no mundo (De France, 2000) e com 2) a acustemologia, desenvolvida por Steven Feld (2015; 2020), que defende uma fenomenologia da escuta relacional com base na relação significativa entre agentes em

espaços de coabitação. Tem como objetivos viabilizar abordagens das histórias de escuta baseadas nas agências e posicionalidades dos sujeitos, combinando relatórios e produtos sonoros. “A acustemologia trata da experiência e da agência de escutar histórias, entendidas como relacionais e contingentes, situadas e reflexivas” (Feld, 2020, p. 198-199).

Chamo a metodologia apresentada aqui de musicalidades dialéticas. Através dela, proponho as seguintes perguntas: “o que você escuta?” ou “como compartilhar uma escuta?”, baseadas na formulação dos sentidos do pesquisador e dos sujeitos. Ela não trata, portanto, de narrar o que se escuta, mas abrir ouvidos para interrogações sobre si e sujeitos de pesquisa. Pesquisar compartilhado que fabrica insumos organizados e apresentados de modo específico.

O uso das musicalidades dialéticas favorece o sonoro sobre o texto escrito, numa inversão das epistemologias lógico-centradas ou verbo-centradas. Saber que aposta na singularidade do ouvido e na fruição da ciência como estética. Ciência da despesa, do resto, do excesso, operada na transparência. Afirma o diálogo com o midiático nos termos de uma aprendizagem tácita, de uma relação com as próprias técnicas e tecnologias em simbiose com o vivido. O ouvido é prótese operativa conectada ao seu tempo, deixando o lugar de receptáculo para assumir posições relativas. Nessas posições de escuta são valorizados os “comos” e os “entre” presentes em toda aventura investigativa, ao invés dos resultados finais (Fischer, 2021, p. 4); insumos nutridos pelo surracionalismo¹, ímpeto da imaginação material do devaneio (Bachelard, 1971), que convida a realizar desde e através dos sentidos outras formulações de mundo, vidas do inconsciente na ciência.

1

A noção de surracionalismo aparece na obra de Bachelard como um diálogo com o movimento de vanguarda artística do início do século XX, o Surrealismo, no sentido de articular a razão instrumental e aspectos psíquicos mais livres e profundos, conforme o próprio Bachelard, citado por Voigt (2009, p. 145-146): “o surracionalismo multiplicará as ocasiões de pensar, devolvendo à sensibilidade e à razão, em conjunto, a sua fluidez, ao mesmo tempo em que devolverá à razão sua função de turbulência e agressividade (Bachelard, 1972, p. 7).”

O mapa dessa metodologia é processual e propõe uso dos sentidos para produzir arranjos poéticos com objetos empíricos de referência da pesquisa. Em seguida, apresento sete pressupostos do modelo, sistematizados de forma rudimentar em outras produções (Martini, 2018 e Martini, 2020), são eles: 1) alienar-se e situar-se, 2) escuta poética, 3) musicalidades dialéticas, 4) plasticidade, 5) estranhamento, 6) singularidade e 7) mundos provisórios. Não são receitas, mas modos de saber e fazer adaptáveis a cada problema-objeto singular.

ALIENAR-SE E SITUAR-SE

Uma pesquisa se define pela elaboração de um problema-objeto tendo o sujeito como parte indissociável desse processo enquanto construto e construtor. Nesse contexto, é prudente elaborar-se, trazer a presença do pesquisador para as teorizações, de início metodológicas.

Embora o pós-estruturalismo tenha nos auxiliado a perceber o pesquisador como vetor de discursos ideológicos, indissociável das sociedades, assim como indiscernível dos discursos, o convite objetivo desse procedimento é realizar um esforço de autodescrição. Um texto sobre si, seus interesses e experiências. Texto (em qualquer suporte, preferencialmente sonoro) que extrapole a justificativa e revele qualidades materiais do corpo que interroga, "o interrogante que é interrogado", conforme Sartre (1973).

Não será um ato asséptico do observador acima do real concreto. Ao participar das mesmas lutas e contradições da sociedade que pesquisa, o investigador descreve esse universo situado e alienado, apresenta saberes e limitações. Não expõe como limite, mas como processo de construção da diferença. É a tentativa de diferenciar-se

do problema-objeto que lança o pesquisador no processo científico, que nunca promove diferença plena, já que pesquisador e problema-objeto fazem parte do mesmo mundo, de modo irreduzível.

Assumir a alienação é modo de apresentá-la, como também propunha Benjamin, como alegoria do seu tempo histórico. Sem conhecer um pouco dos olhos, boca, ouvidos que deram vida a um conceito científico, ficamos mais distantes de conceber seus limites. O convite a escutar-se escutar, de Szendy (2003) e ressoar/soar com, de Steven Feld (2020), exigem esse esforço. Para relativizar o poder do ouvido pesquisador e mostrar que ele pertence às mesmas regras e sistemas dos demais ouvidos, é importante expor com vigor as alienações, registrando os limites da ciência em seu tempo. Compor com restos sonoros recoloca a passagem do sujeito pesquisador pela experiência de pesquisa, registra relações e posições (físicas e espirituais) dos agentes e agências do processo quadro a quadro, segundo a segundo, nota a nota. Enquanto o relatório analisa, interpreta, conceitua, o conjunto material de frames e compassos escrutina, apresenta e exhibe.

ESCUTA POÉTICA

Teoricamente desenvolvida em outros textos (Martini, 2018 e 2020), a escuta poética é um desenho metodológico desenvolvido em diálogo com as teorias do objeto sonoro de Pierre Schaeffer e a poética de Bachelard. Implica atenção desavisada e atenta ao que se escuta quando no campo de pesquisa, não apenas com fins produtivos. Enquanto devaneio, é vigília operada a partir da imaginação material: sentir, escutar, ver, saborear, tocar, fazer; efetivar. Imaginar com as mãos e com todos os sentidos, ou seja, manipular de forma ampla os materiais do corpus.

As manipulações exigem gravações. O objeto sonoro é recorte da realidade concreta transformado em produto provisório. O que e como o ouvido escuta se difere de como microfones e gravadores escutam e registram, assim como tocadores e amplificadores soam. A escuta poética é um ato de registrar que deve ser projetado em termos técnicos, dos aparatos que escolhemos aos protocolos de escuta que elegemos. Não se poderá escutar e gravar tudo. O que escutar dentro do audível?

A Antropologia Visual como proposta por Claudine De France (2000) utiliza os aparatos de gravação como ponto de partida da pesquisa e coloca a câmera no centro do processo – ela deixa de ser item secundário como meio de registrar certa essência informacional (o que se diz em si). Na escuta poética, os gravadores também valorizam o “como”, pois permitem acessar diferentes níveis dos processos de produção de conhecimento. O gravador de áudio é interrogado, não só pelo pesquisador, mas por todos que participam. Por que gravar isso? Como gravar isso? O que esse som significa? Esse nível de reflexividade aproxima os participantes e recoloca o problema da indissociabilidade e da relatividade das posições.

Na perspectiva da acustemologia, em diálogo com a ontologia relacional², os seres humanos só existem em relação, não só com outros humanos, mas com múltiplas espécies e agentes não-humanos, cibernéticos, ciborgues, etc. O sonoro (acústico), para Feld, é experiencial e pragmático, pois participa da estruturação social, “A acustemologia une a acústica à epistemologia para investigar o som e a escuta como um saber-em-ação: um saber-com e um saber por meio do audível” (Feld, 2015, p. 12)³.

2 Ontologia relacional é uma abordagem filosófica e científica que considera que as relações entre seres, conceitos e entes diversos são primárias a sua existência singular.

3 Do original em inglês: “*Acoustemology joins acoustics to epistemology to investigate sounding and listening as a knowing-in-action: a knowing-with and knowing-through the audible*”.

O autor emprega o termo “*sound-ing*” para definir o estado contínuo dos seres em habitar meios acústicos, escutando e produzindo sons. Ressoar e soar com são as traduções brasileiras desse conceito. Praticar esse modelo implica atenção ao que se ouve nos contextos de pesquisa, tanto histórias de escuta, quanto práticas sonoras musicais. Enquanto músico, Feld percebe que compartilha saberes, gostos e práticas com seus sujeitos de pesquisa, vivências que geram intimidade (Feld *et al.* 2020, p. 2-6).

A acustemologia figura nas histórias de soar como um relacionamento contingente heterogêneo; histórias de soar como histórias de coabitação onde o som figura a base da diferença – radical ou não – e o que significa estar presente e sintonizado; viver ouvindo isso (Feld, 2015, p. 15, tradução minha)⁴.

Fazer ressoar identificações torna-se modo de produzir pesquisa, compartilhando histórias de escuta (discursos sobre os trajetos individuais de escutar isso, gostar daquilo, musicar de tal modo), produções musicais e audiovisuais. Criar junto, soar com é uma prática intersubjetiva inscrita como processo marcando posições e relações em movimento.

O projeto *Jazz Cosmopolitanism in Africa*⁵ é uma pesquisa sonora apresentada no formato de gravações musicais (CD), num conjunto de documentários e num livro relatório. Traz o modo com Feld compreendeu as histórias de escuta de diferentes grupos em Gana, mas sobretudo momentos compartilhados e “ressoados” na experiência. No material, o autor ressalta a relação entre soar e escutar como seu modo de perceber o mundo. A escuta é sempre produtiva. Compartilho dessa compreensão ao criar o binômio escutas poéticas/musicalidades dialéticas.

4 Do original em inglês: “*Acoustemology figures in stories of sounding as heterogeneous contingent relating; stories of sounding as cohabiting; stories where sound figures the ground of difference – radical or otherwise – and what it means to attend and attune; to live with listening to that*” (Feld, 2015, p. 15).

5 Disponível em: <https://store.der.org/jazz-cosmopolitanism-in-accra-series-p993.aspx>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MUSICALIDADES DIALÉTICAS

É o duplo dialético da escuta poética. Não é um ponto de chegada, a tradução da pesquisa numa música ou som qualquer. É criação ativa da escuta poética anterior formulada ao longo do processo, desde a elaboração do problema-objeto até as derradeiras análises. O cientista/artista manipula materiais com abordagens e energias diversas sem contentar-se com razão e ciência; opera com o lúdico, com o artístico, com o místico, com o ilógico, com o que tiver em mãos. Nesses jogos noturnos com o corpus empírico, combina traços de sua personalidade, talentos, desejos, ímpetos e cegueiras. As musicalidades dialéticas são restos ressignificados organizados de acordo com o problema-objeto. São escutar e soar no campo deixando fluir a criatividade, num procedimento de evitar freios e recalques da racionalidade e da consciência, com a permissão da atitude poética em relação ao mundo.

Preservar o som materialmente mostra as relações em ato, não apenas naquilo que possuem de referencial linguístico, mas ambiental, posicional, contextual e estético. Preservam-se outros teores e qualidades, materialidades e volumes, inclusive em relação às próprias tecnologias de gravação, as posições dos microfones, suas características e texturas de época, história também da escuta tecnológica sobre as escutas. A escuta relacional do aparelho.

Os gravadores atuam e se apresentam de modo alegórico e dialético. Estão audíveis porque estão sensíveis. Essa é uma dimensão própria da acustemologia, dar a conhecer a partir do escutar e só nele, naquilo que possui de específico. Como exemplo, comento a musicalidade dialética apresentada na minha tese (Martini, 2018), "O disco de vinil como escultura" em que Joseph Ibrahim me convida para ouvir seu disco *Parte del viaje* e põe para rodar no computador⁶.

6

Disponível em: https://soundcloud.com/user-537631520/o-disco-de-vinil-como-escultura?utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing.

Esse evento aconteceu em sua casa, em balneário Atlantica, distrito de Rocha, no Uruguai. A partir de um contato pelas mídias sociais, YouTube e Bandcamp, conversamos e decidi entrevistá-lo para a pesquisa pessoalmente. Depois da entrevista, Joseph me convidou para escutar seu álbum, espécie de justificativa para minha visita, afinal, meu interesse nasceu dele. Ao analisar o evento, abordei algumas dimensões de forma sonora, presentes na música composta, são elas: o próprio convite ao ritual, que revela elementos específicos, acordos que temos sobre a música como estrutura social, em seguida, a operação do computador, o erro que acontece ao disparar o som, com a ordem do álbum (concebida e valorizada por Joseph) e a necessidade de voltar para a primeira música, o som do acionamento dos botões e a faixa tocando acelerada; finalmente, o som executado e a tentativa de silêncio até uma tossida, que acaba integrando a escuta, revelando, além da minha posição, meu corpo, um corpo engasgado ou intoxicado, ou chapado, como a música e o ritual sugeririam (comunicação pré-linguística própria do jogo de ouvir discos de vinil na nossa geração, nascidos entre 1970 e 1985).

Nesse trecho, a vivência alienada é trazida como problema em linguagem acustemológica com traços surracionalistas. Deixada no ar, irresoluta. Se apresenta em tom poético como sonoridade, música e ciência (modo de conhecer acústico). É preciso desvendar seus códigos? Não sei, talvez nem seja desejável, talvez a ciência esteja contida em todos os outros níveis de relações que cada ouvido pode fazer com cada trecho específico inscrito nesse tempo do soar e ressoar. Soar e ressoar na subjetividade, tornada intersubjetividade quando inscrita na comunidade de ouvintes imaginada. Produto enunciado como saber, como pílula audível que nos ensina, mesmo quando ilegível ou inaudível. Nem que ensine somente a própria textura, a metalinguagem de sonar, de romper o silêncio ativando novas posições, relações, percursos, trajetos, barreiras, ressonâncias.

PLASTICIDADE

A plasticidade se exhibe na própria montagem dessa mesma música, na referência que faço com Daniel Vilaverde para explicar o tema, os aparelhos e suas texturas de reprodução, inclusive minha garganta. É uma fala de Daniel, um amigo que à época vivia em Porto Alegre envolvido com a cena local e latino-americana, como músico, produtor cultural e proprietário de gravadora. Enquanto escutamos um vinil, ele faz referência ao equipamento, à diferença da escuta do CD e do vinil, das agulhas e das cápsulas, tudo isso como parte integrante do ritual, a discussão sobre qualidade e fidelidade. Aparecem aí os aparelhos e os modos de escutar, modo fita cassete, modo disco de vinil, modo escuta contemplativa compartilhada, escuta de ruídos, escuta ficcional, escuta fantasmagórica. A plasticidade enfatiza os fazeres de construção da ciência. Mesmo o devaneio mais infantil que nasça desse esforço deve ser considerado, pois ele é atravessado por um corpo desejante que se reconhece no processo. É uma metodologia que propõe o enunciado objetivo desde que acompanhado da descrição de sua própria inteligibilidade, conforme Sartre (1973). As musicalidades dialéticas estão sempre pendentes, pois não são a diferença, mas a tentativa de diferenciar-se, por isso são suas características plásticas que indicam como levam a conhecer e experimentar o mundo. A plasticidade da escuta, entendida como marca dos regimes estéticos da modernidade é assumida como tática de contato investigativo com o mundo, como processo que não se encerra, pois é construto parcial.

ESTRANHAMENTO

Sugere-se que o pesquisador precise treinar seu sentir sobre o mundo que pesquisa, além de evocar esforços para desnaturalizar percepções de campo. Para Bertold Brecht, estranhamento não é

abandonar a interpretação, mas realizar um estar duplo, intenso e superficial, para manter um nível crítico sobre o que se produz. Para estranhar é necessário vivenciar a familiaridade do hábito até uma "dormência perceptiva" (Jameson, 2013, p. 64).

É necessário estranhar as posturas de campo e as coletas sonoras, estranhar no campo e no gabinete. O estranhamento tem sentido de escrutínio, de aguçamento, possível após o acostumar-se. É preciso, portanto, ouvir o que se registrou, procedimento que exige planejamento das gravações para evitar excessos. O estranhamento é um freio da escuta poética, funciona como aviso: (no contexto da sociedade da despesa e da abundância produtiva de dados) se gravar, terá que escutar até estranhar.

O estranhamento vai desde o conteúdo linguístico em si, o significado das posturas e palavras, até os mais variados elementos que compõem as paisagens sonoras registradas, inclusive as texturas dos equipamentos de gravação. Estranhar um chiado advindo da compressão de um arquivo mp3 ou um pássaro que canta ao fundo no momento da entrevista. Estranhar sonoridades é debruçar atenção sobre elas.

Outra prática do estranhamento acontece na etapa da montagem. Aí se dialoga com os saberes dos produtores musicais, quando deixam materiais descansarem após as mixagens, quando experimentam ouvir as músicas em diferentes equipamentos ou quando convidam pessoas para compartilhar escutas e impressões. O repertório do pesquisador é importante, mas ele deve contar com outras opiniões, com conhecedores, com fãs, com estudiosos. As musicalidades dialéticas precisam de qualidade poética, pois não são arroubo autoral sem conexão com seu tempo e com o problema-objeto.

SINGULARIDADE

A ciência é um tipo de mediação que delimita sujeito/objeto a partir de inteligibilidade específica. As musicalidades dialéticas afirmam o atravessamento da subjetividade na construção objetiva da ciência. É importante incluir nos relatórios como o corpo específico elabora suas mediações e sobre quais bases filosóficas esse ser único age. Essa potência/fragilidade se apresenta nas dimensões estéticas da pesquisa, mas é parte duma cosmovisão que está aí, racionalizada ou não. A transmetodologia valoriza essa dimensão e propõe a reflexão como parte obrigatória da pesquisa. Paralela ao estranhamento, a singularidade afirma características únicas de cada investigação, sem negar os necessários níveis de generalização. Afirma a qualidade que anima a quantidade ao esclarecer como o sujeito constrói seu percurso do singular ao geral.

MUNDOS PROVISÓRIOS

O que distingue a linguagem científica dos dogmas é sua maleabilidade, adaptabilidade e possibilidade de revisão e refutação. As musicalidades dialéticas afirmam o provisório da dialética negativa⁷ ao apontar contradições de toda verdade produzida sob a vigência do sistema capitalista. Enunciam incertezas, indefinições, rumores, afirmações parciais, instáveis, com traços da mesma alienação que as anima.

7

A partir de Theodor Adorno, compreendemos a dialética negativa como perspectiva filosófica de não identidade entre sujeito e objeto do conhecimento. Aparece como uma cisão, como uma impossibilidade do sujeito conhecer e reconhecer sua realidade a partir da consciência e do pensamento, necessitando de uma ruptura com esse real formulado racionalmente a fim de conhecê-lo (Martini, 2019).

Esse provisório, no entanto, para além de seu caráter de apropriação precária das teorias, métodos, estruturas e sistemas estabelecidos, quer devanear o possível através do surracionalismo, conjunção de poética e razão. Tal diálogo, proposto por Bachelard (1978) resgata as potências políticas do surrealismo, assim definido por André Breton:

Todo conduce a pensar que hay un cierto punto del espíritu donde la vida y la muerte, lo real y lo imaginario, el pasado y el futuro, lo comunicable y lo incommunicable, lo alto y lo bajo dejan de percibirse como contradicciones. En vano buscaríamos en la actividad surrealista otro móvil que la esperanza de la determinación en este punto (A.B.) (Breton, 2003/2015, p. 83).

Mais do que expor as contradições através do acesso ao inconsciente, trata-se de acessar o próprio real dialeticamente, encontrar outros modos de vivenciar o mundo ao propor uma “ponte do espírito” entre as coisas; para Marcel Raymond uma tentativa de romper com as “coisas que são” para substituí-las por outras na própria atividade, enquanto elas ainda estão sendo registradas no fundo do ser (2003/2015, p. 84).

O racionalismo aplicado, de Bachelard (1971), implica passagem pelos ímpetus irracionais que todo ser preserva em si, em relação direta com as discussões da psicanálise e das vanguardas poéticas do início do século XX. Não significa que a razão é insuficiente para a apreensão do mundo, mas que a racionalidade se transforma a partir da experiência sensível com ele.

É preciso restituir à razão humana sua função de turbulência e de agressividade. Assim é que se contribuirá para a fundação de um surracionalismo, que multiplicará as oportunidades de pensar. Quando esse surracionalismo houver encontrado sua doutrina, poderá ser posto em relação com o surrealismo, pois a sensibilidade e a razão terão recuperado, juntas, sua fluidez. O mundo físico será então experimentado por meio de novas vias.

Compreender-se-á de modo diferente e sentir-se-á de modo diferente. Estabelecer-se-á uma razão experimental suscetível de organizar surracionalmente o real, assim como o sonho experimental de Tristan Tzara organiza surrealisticamente a liberdade poética (Bachelard, s/a, apud Pessanha, 1978, p. X).

É provável que Bachelard (1978) se refira à implosão proposta pelo dadaísmo, na figura de Tristan Tzara, quando pretende suspender as relações entre significados e referentes, liberando, em seguida, a linguagem para sonhar:

Abolir a arteabolir a vida cotidiana abolir a separação entre a arte e a vida cotidiana

(Tristan Tzara, citado por Berardi, 2019, p. 75)

Para Franco Berardi, ao mesmo tempo em que esse trecho expressa a dissolução da arte burguesa numa aproximação com o vida comum, lança a vida cotidiana para o lugar aurático da obra de arte. Enquanto o dadá suspende os significados, o surrealismo propõe “uma superinclusividade semântica dos signos” (Berardi, 2019, p. 76). Como movimento artístico, vinculado às convenções linguísticas da vida cotidiana, opera no campo da utopia poética quando “amplia a margem de ambiguidade até o ponto em que o significado perde a definição e a área de interpretação do signo se estende ilimitadamente” (*Ibidem*, p. 78).

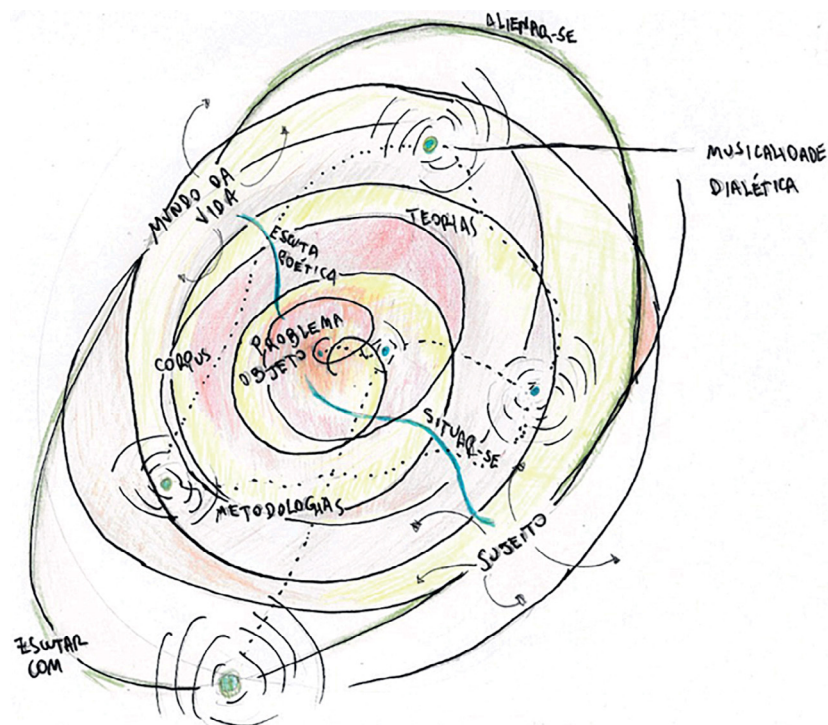
Transposto para a ciência, onde as convenções linguísticas são mais rígidas e estáveis do que no cotidiano, o surracionalismo tem potencial de turbulência e agressividade. Imbricado com a razão, desestabiliza o convencional científico, nos liberta ao mesmo tempo em que nos atira no incomunicável. Como estabelecer o diálogo em tais condições?

Talvez, assim como no dadaísmo ou no surrealismo, voltamos ao processo e às relações de Steven Feld, quando propõe tirar o peso da categoria científica como única meta. Investigar é relação

e horizontalidade que devaneia pontos de chegada, fugas da produtividade, que enseja romper com as próprias algemas do modo burguês e da alienação do trabalho científico. Brincar como brinca Tristan Tzara no receituário do poema dadaísta, substituir imagens e sons enquanto seus sentidos ainda não se cristalizaram.

O surrealismo opera no possível, insta a consciência a deixar fluir os imaginários ainda em estado de caos (pré-simbólicos, quando adquirem ordem, segundo Lacan) para dar vida às possibilidades latentes da coletividade. Enquanto o virtual é parábola em estado de realização se nada interromper seu fluxo, o possível está mais no campo do devir, não se inscreve na consequência linear. O virtual é iminente, já o possível habita o pensável, mas é coagido pelos poderes instituídos que direcionam o futuro somente ao necessário, a realização do virtual em real (Berardi, 2019, p. 83). As musicalidades dialéticas a partir do surracionalismo despertam e integram essas forças pela via da experiência. Outros modos de organizar o real. Numa sociedade em que o inconsciente é atravessado pelas tecnologias midiáticas, pelas múltiplas agências humanas e não humanas, o convite é fazer emergir sons latentes e atávicos que nos constituem, a fim de entender, inclusive, como nos sonham as máquinas. Os mundos provisórios incluem outros signos científicos, provisórios porque em suspenso e disputa, já postos à mesa em substituição ao que aí está, sobretudo porque ainda não se estabilizaram.

Figura 1 – Modelo Musicalidades Dialéticas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A imagem apresenta o recorte estático do movimento metodológico das musicalidades dialéticas. Os contornos circulares indicam espirais das teorias, metodologias, sujeito, mundo da vida e corpus. A noção de espiral não significa expansão ou progressão, mas mudanças de posições e relações. Os percursos que separam esses quatro elementos também são variáveis, embora o desenho sugira equidistância.

O problema-objeto está no centro, pois a pesquisa parte dele e conflui para ele. Mas ele não se esgota aí, dá vida a novas formulações, respostas provisórias e ressoa a partir das *musicalidades dialéticas*, produtos materiais científico-artísticos. Os pontos

representando as musicalidades expressam o movimento do problema-objeto, em diferentes posições, conectadas por linhas tracejadas. A *singularidade* é a escuta individual das musicalidades que produz outras vibrações ao ressoar livre. Ela não está e não se quer aprisionada na linguagem, por isso os traços circulares ao redor dos pontos, representando a ressonância da *plasticidade* que a escuta oferece e que o objeto poético suscita a partir de seu *estranhamento*.

O desenho mostra ainda, de forma quase caricata, como a produção dessa ciência permanece vinculada ao mundo da vida e das impressões comuns. A elipse *alienar-se* circunda o núcleo da problemática, desvia, passa por fora, como um acesso direto aos fenômenos investigados, assim como o escutar com. Esse ouvido cru não deixa de participar do processo, embora sem o investimento fenomenotécnico: a transposição do sentido em aparato por meio da *escuta poética*. Por isso, o *situar-se* atravessa o núcleo, numa linha curva, pois oscila e tenta dar conta das relações e posições que assumem teorias, metodologias, corpus de pesquisa vinculados ao problema-objeto (em certo sentido os anima). A mistura das cores também tenta ilustrar essa imbricação irregular, transitória e instável. O todo, visto em panorâmica, é um *mundo provisório*.

Quadro 1 – Resumo dos procedimentos metodológicos

Práxis	Descrição	Quando	Modos de fazer
Alienar-se e situar-se	Apresentar o pesquisador e seu corpo para além da justificativa, passando da subjetividade para a intersubjetividade	Ao longo de toda a pesquisa	Tom confessional; Permitir enganos, desvios, cegueiras, erros;
Escutas Poéticas	Postura interrogativa em relação ao que se escuta, quem, como, onde e quando se escuta	Ao longo de toda pesquisa	Protocolo de escutas; Planejamento técnico e tecnológico; Registro em áudio;
Musicalidades Dialéticas	Resultados apresentados em áudio	Encerramento parcial	Não teleológico; Caráter poético; Reabertura; Montagem;
Plasticidade	Usos e consumos dos produtos sonoros finais	Encerramento parcial, publicação	Polivocalidade; Ciência estética;
Estranhamento	Ouvir até acostumar-se para depois estranhar	Pesquisa de campo e na etapa de composição das musicalidades	Escuta atenta e desatenta; Maturação das músicas montadas; Escutas coletivas; Contenção da escuta poética;
Singularidade	Qualidade e relevância histórica dos produtos sonoros	Encerramento parcial	Repertório do pesquisador e investigados em confluência na produção; Complemento do Alienar-se e Situar-se;
Mundos Provisórios	Integrar significados instáveis, não diretamente legíveis e inteligíveis, em diferentes linguagens	Pesquisa de campo	Materiais inacabados; Poéticas diversas; Extrapolar objetivos da pesquisa; Romper convenções linguísticas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desse modelo é tornar acessível a metodologia das musicalidades dialéticas para uso nas Ciências da Comunicação. Talvez seja mais útil para quem pesquisa sonoridades e musicalidades, mas sua abrangência é ampla, para todos que desejam privilegiar ou convidar o sonoro para suas pesquisas qualitativas. Não é receita, mas indicações de percurso, que deverá ser percorrido de modo singular a cada viagem.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. **A epistemologia**. São Paulo: Edições 70, 1971.
- BACHELARD, G.; PESSANHA, J. A. M. Vida e Obra (Consultório). /n: BACHELARD, G. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Editora Civita, 1978.
- BENJAMIN, W. **O anjo da história**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2010.
- BERARDI, F. **Depois do Futuro**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.
- BRETON, A; ÉLUARD, P. **Diccionario abreviado del surrealismo**. Madrid, Siruela: 2003/2015.
- CHION, M. **El sonido. Música, cine, literatura...** Buenos Aires: Editorial Paidós, 1999.
- FALS BORDA, O. **Ante la crisis del país: ideas-acción para el cambio**. El Áncora Editores; Bogotá: Panamericana Editorial, 2003.
- FELD, S. Alternativas pós-etnomusicológicas: A acustemologia. **PROA: Revista de Antropologia e Arte**. Unicamp. 10 (2). 193-210, 2020.
- FELD, S. *et. al.* Ressoar a antropologia: uma jam session com Steven Feld. Entrevista. **Mana 26**, n. 3, p. 1-23, 2020.
- FELD, S. Acoustemology. /n: NOVAK, D. & SAKAKEENY, M. (ed.). **Keywords in Sound**. Duke University Press. Tradução de Cilene Leite de Mello, 2015.
- FISCHER, R. M. B. Por uma Escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**. v. 11, n. 1, p. 1-23, 2021.
- FRANCE, C. D. **Do filme etnográfico à Antropologia fílmica**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- MALDONADO, E. G. **Epistemología de la Comunicación**. Análisis de la vertiente Mattelart en América Latina. Quito: Ediciones Ciespal, 2015.
- MARTINI, F. G. Escutas poéticas e musicalidades dialéticas: ah se meu ouvido falasse!. **Conexão - Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 17, p. 85-109, 2019. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/6564>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MARTINI, F. G. Musicalidades dialéticas como metodologia de pesquisa. *In*: **IX Musicom** – Encontro de Pesquisadores em Comunicação e Música, Modo Virtual, 2020. Disponível em: https://redemusicom.files.wordpress.com/2020/12/gt-02_felipe-martini.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Coleção Os Pensadores, n. 45. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SZENDY, Peter. **Escucha**. Una historia del oído melómano. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2003.

VOIGT, André Fabiano. Imaginação e história: um diálogo com Gaston Bachelard. *In*: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 16, n. 30, p. 143-156, dez. 2009.



12

Alberto Pereira Valarezo

A VIAGEM:
TRAVESSIA VIVENCIAL
AO CONHECIMENTO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.12

INTRODUÇÃO

Viajar sempre foi um sonho acarinhado, uma conquista possível que estava no meu horizonte.¹ Uma ilusão de infância, uma aventura adolescente e juvenil, uma realização adulta, uma ocasião familiar, uma realização profissional, um prazer cívico; opções todas para conhecer, se divertir, compartilhar e, especialmente, aprender. Mas na vida há viagens e viagens. Algumas são imprevistas ou obrigatórias; outras, demandadas por situações diversas: trabalho, saúde, estudos e sabe-se lá o que mais. Suas referências documentais, notícias e resultados, no máximo, poderiam interessar aos seus autores ou aos que foram mandantes, tivessem interesses biográficos ou algo dessa natureza. Assim, refletir sobre a viagem, as viagens, os(as) viajantes... será apenas um ensaio inacabado, uma tentativa de encontrar sentido a uma travessia potencialmente diversa.

Frequentemente, a etimologia antiga é uma boa conselheira e âncora conceitual que nos ajuda quando procuramos possíveis origens e significados relacionados. Os étimos latinos de viajar, viajante e viagem remetem-me para as concepções que, neste caso, pretendo explorar: “peregrinar dep, 1 intr.: peregrinar, viajar para o estrangeiro/ser, viver, residir num país estrangeiro, ser um estrangeiro”; “peregrinador —oris m.: viajante, amigo de viajar” (Vox, 2012, p. 360); “iter-itineris n.: [sentido abstrato] jornada, marcha, caminho, rota [...] [sentido concreto = caminho] caminho, passo, caminho, estrada, rodovia, passagem” (Vox, 2012, p. 265).

Dessas substâncias semânticas relacionadas, me interessa particularmente o(a) viajante; isto é, esse actante transformado em personagem-testemunha que entra em cena para me contar sua versão daquilo que foi ou é diferente para ele, divertido, emotivo,

estético, moderno, antigo, saboroso, transcendente, simples, bom, difícil, e tudo o que parece digno ou propício de ser conhecido. Mas, acima de tudo, que ele possa me contar novidades que me ofereçam informação, detalhes e sensibilidades das quais possa aprender, usar, compartilhar, imitar e transcender social e pessoalmente.

Viajar é transportar-se no espaço e no tempo. Podemos visualizar os limites, extensões, tamanhos, formas espaciais, etc. com bastante facilidade através do uso de mapas, fotografias, vídeos; realizar medições, verificar “no terreno”, se necessário... Já a dimensão temporal é outra coisa, porque não podemos reduzi-la à noção cronológica ou mesmo à visão canônica e racionalista de passado, presente e futuro de algumas línguas como o espanhol (cada língua administra esta noção na sua gramática). Assim, verifica-se que o tempo está atrelado, entre outros fatores, à apreciação e valoração de cada cultura, à subjetividade das pessoas, às magnitudes dos ambientes naturais, virtuais, urbanos, aos tipos de atividades, circunstâncias, propósitos, faixa etária, etc. (Numa perspectiva eurocêntrica, as culturas andinas administrariam tempos longos ou lentos, em oposição a tempos curtos ou rápidos).

Na sua peregrinação, o viajante de vocação percorre o mundo munido de expectativas, preocupações, curiosidades, desejos e sentimentos múltiplos. Está aberto, permeável, dúctil, diligente...; quer abraçar o máximo possível, de acordo com seus interesses, crenças, impulsos, necessidades e carências. Há quem busque se divertir, outros se lancem em busca de comida, bebida e desejos – alguns confessáveis e dos outros também. Não são poucos os que andam pelo mundo em busca de festivais, campeonatos, exposições ou grandes encontros. Há viajantes que apreciam a arquitetura urbana e rural, as paisagens naturais, os passeios sozinhos ou acompanhados, ou que preferem investir seu tempo em museus, salas de concerto, teatros e livrarias. A diversão da viagem para alguns pode ser encontrada em shoppings, desfiles de moda, cassinos. Outros preferirão interagir com a população local e envolver-se com ela para estabelecer laços

pessoais e/ou comunitários, enquanto visitam mercados, bancas de revistas, artesanato, feiras livres, avenidas, restaurantes populares, etc. Em suma, existe uma diversidade de viajantes.

Quando se trata de viajar, as estratégias e táticas costumam ser múltiplas, diversas e, por vezes, curiosas. Há pessoas que gostam de planejar até o mais ínfimo pormenor: com bastante antecedência, com os tempos medidos para cada atividade, em hotéis e espaços selecionados com critérios específicos, com as empresas que gostam, com orçamentos bem calculados, e assim por diante. Por outro lado, temos viajantes que pegam uma mochila e, à medida que a enchem de itens pessoais, decidem para onde e com quem ir, somente considerando o tempo e os recursos de que dispõem. Eles estão dispostos a fazer quase tudo: a aventura é o seu destino e o desfrute sua recompensa.

Desde uma percepção empírica, arriscaria dizer que a percentagem majoritária está no meio dos extremos mencionados. São viajantes que, geralmente, realizam um planejamento necessário, mas estão abertos às mudanças, às alternativas possíveis, à experimentação que desafia e ensina, etc., à medida que as circunstâncias se apresentam, gerindo o tempo e a disponibilidade de recursos. Desse ponto de vista, deve-se entender que uma viagem é algo que não corresponde ao tempo-espço do cotidiano e, portanto, é necessário que nos disponhamos a mudar nossas rotinas e a dialogar com as culturas e pessoas que tenhamos a oportunidade de fazer contato; ou seja, que agucemos a nossa curiosidade com o respeito que merece o diferente, o particular, sem deixarmos de ser amigáveis e plurais.

E não pode ser de outra maneira. Alguém disse que “o mundo é uma aldeia”; outro, que “é um lenço”, metonímias para nos lembrar que, certamente, o mundo encolheu, porque os meios e infraestruturas de transporte e comunicação nunca atingiram características da magnitude que conhecemos e utilizamos agora. Daí que,

sendo menos metafórico e mais realista, seria mais justo dizer que o mundo é um imenso quebra-cabeças, impossível de montar, e uma feira imensurável. Podemos até imaginar o quebra-cabeças com a ajuda de mapas e/ou outros instrumentos fornecidos por satélites. Já em relação à suposta hiperfeira, mal conseguiríamos aceder a algumas seções possíveis de interesse (países, cidades, vilas, culturas, pessoas, geografias, espaços artificiais, natureza, etc.), dos milhões e milhares de milhões que estão expostas neste multiforme e vibrante planeta Terra.

Nesse sentido, a evocada globalização, da qual se nutrem aqueles que praticam a retórica de moda, responde a um discurso ancorado no consumo que, colocado diante do espelho da realidade concreta, nada mais é do que um desenho imaginado dos poderes que governam mercados e finanças. Daí que, desde nossa perspectiva, pensamos que as viagens, nas suas diferentes fases, momentos e resultados, constituem respostas contundentes para demonstrar e convencer-nos de que os cidadãos do mundo não são mercadorias, mas sim seres humanos diversos, sensíveis e subjetivos; múltiplos em muitos sentidos. Consequentemente, devemos ser aceitos e respeitados nessas condições e, da mesma forma, ser recíprocos e respeitosos com quem nos visita.

O que foi dito não significa que a indústria do turismo, cada vez mais importante no desenvolvimento socioeconômico dos países do mundo, não tenha se desdobrado e empenhado esforços para remar nessa direção, ao mesmo tempo que soube ocultar ou diminuir intenções comerciais de mostrar um rosto mais amigável. Uma consequência dessa atitude é a massificação vertiginosa da atividade, que, convencida das potencialidades que a rodeiam, não tem poupado esforços, recursos, estratégias e vontade para fazer do turismo uma mercadoria ao alcance de camadas sociais e faixas etárias cada vez mais abrangentes. Destinos diversificados, planos e pacotes turísticos opcionais, condições e parcelamentos

preferenciais e mais possibilidades são, entre outras, as facilidades oferecidas pelas empresas que se dedicam a este negócio.

Como se vê, não está em questão aqui a dimensão econômica e mercadológica da globalização, fruto do desenvolvimento das tecnologias de comunicações e transportes, mas sim aquela visão que tem por objetivo a uniformidade global de valores, gostos, costumes, comportamentos, tendências, marcas, etc., a partir de modelos hegemônicos redutores. O turismo de massa é, em grande medida, uma indústria que peca por essa pretensão. Tenta por todos os meios homogeneizar gostos e tendências através do uso e abuso de discursos publicitários e de narrativas repetitivas e efeticistas, que costumam direcionar potenciais turistas para locais onde as empresas de sua propriedade oferecem infraestrutura e serviços de determinada ordem, ou mantêm serviços e vínculos complementares com outras empresas ou especialistas da área ou do tipo de turismo oferecido.

Como qualquer grande indústria, o turismo continua a crescer e a expandir-se em todos os continentes, em alguns países mais do que noutros, graças ao investimento econômico, às políticas de abertura e à publicidade sempre sedutora que nos convence do que devemos conhecer: cidades e lugares históricos, modernos ou exóticos; museus e lugares renomados; restaurantes e mercados reconhecidos; natureza exuberante, mas acessível; e muitos outros destinos que o mercado, as eventualidades e a moda exigem. Desde a lógica capitalista, o turismo é um fator que não só mobiliza a economia, mas também se torna a atividade-ponte ou de articulação entre o trabalho produtivo e a recreação social cíclica e necessária.

Isso não significa negar o impressionante desenvolvimento do turismo e as imensas possibilidades de mobilidade e conhecimento abertas a um público cada vez mais vasto. O desafio é reverter – na medida do possível – o imediatismo e o desejo consumista desta atividade – geralmente cara e convertida em atração ou diversão midiática – em benefício de uma aprendizagem consciente e crescente.

E, dessa forma, constituir-se em ocasião para o entendimento da natureza e das expressões culturais a que acedemos, para o diálogo com as gentes dos locais visitados, para a socialização de novas vivências e experiências como forma de retribuição cidadã.

A verdade é que, enquanto o turismo como atividade econômica tem vindo a crescer exponencialmente, as viagens – no sentido estrito e canônico, como aqui o entendemos – têm perdido terreno ou espaço de modo significativo ante o turismo de massa e, também, de pequena escala como aquele voltado às atividades recreativas, esportivas, religiosas, acadêmicas, etc.; passeios e excursões que envolvam mobilização, hospedagem, infraestrutura (visão empírica que valeria a pena investigar).

VIAGENS, DESAFIOS E APRENDIZADOS

Sem dúvida, as viagens têm uma história de séculos. Muitas delas são inerentes à própria história e constituem marcos referenciais de descobertas e conquistas de enorme importância para o desenvolvimento humano. A bibliografia a esse respeito é extensa, generosa e objeto de estudo de especialistas e interessados no assunto. Não poucas dessas viagens atingem a dimensão de epopeia. Elas nos fascinaram ou intrigaram quando crianças; quando jovens, nos emocionaram; e, na idade adulta, continuam sendo guias e ensinamentos admiráveis de coragem, persistência, estudo, planejamento, disciplina, sacrifício, risco, aventura e aprendizado duradouro. E como se isso não bastasse para nos convencer, os meandros e vicissitudes dessas viagens remetem-nos a acontecimentos e personagens essenciais: Heródoto, Marco Polo, Cristóvão Colombo, Fernão de Magalhães, Juan Sebastián Elcano, Francisco de Orellana, Charles Darwin, Alexander von Humboldt, Aimé Tschiffely, só para citar aqueles que mais nos tocaram.

Seus nomes e/ou o alcance das suas façanhas são de tal magnitude que não mencioná-los seria um ataque à história e às ciências humanas, e, ao mesmo tempo, não contar com uma referência substantiva que nos permita estabelecer as dimensões e características diferenciadoras entre estas e as viagens contemporâneas. Porque é preciso ficar claro que, sendo proporcionalmente diferentes, do ponto de vista antropológico têm uma origem comum no prolongado período do nomadismo, em que a recolha de frutos e sementes silvestres, a caça e a pesca eram prioridades para a subsistência de grupos humanos, cujos deslocamentos ocorriam com frequência. Esta marca etológica perdurará ao longo da pré-história e da história, mas será adaptada e modificada de acordo com necessidades, desejos e interesses de ordens existencial, geopolítica, econômica, comercial, científica, artística, esportiva, literária, recreativa, cultural e muito mais.

Podemos afirmar, então, que, desse passado de buscas incessantes, incertezas e sobrevivência da espécie aos cenários do mundo contemporâneo, as pontes mais percorridas pelo ser humano parecem ser as viagens. A fértil bibliografia que permeia as diversas esferas do conhecimento, das experiências e da convivência dos seres humanos, explícita ou implicitamente, parece demonstrar isso. Dessa multiplicidade de acontecimentos, épocas, autores, temas, características e especificidades das viagens, seria quase impossível mergulhar no cerne da questão se deixássemos de incluir aspectos que favorecem o nosso ensaio introdutório.

Assim, em diálogo com uma especialista no assunto, Juliana González-Rivera, cuja tese de doutorado virou livro, para o bem dos que apreciamos esse conhecimento, optarei por resgatar a perspectiva da viagem como possibilidade de conhecimento a partir do registro da escrita, em períodos-chave da história, seja como exercício intelectual, como método ou como projeção de aprendizagens. Para o objeto que nos interessa, do seu longo e documentado percurso, citarei alguns trechos que considero relevantes:

Europa había descubierto el mundo, y aunque se dice que chinos y vikingos llegaron antes a tierras americanas, el hecho de relatar la hazaña fue lo que permitió a los europeos proclamarse descubridores y de contarlo así para la posteridad. Entre los siglos XVI y XVIII proliferaron los relatos de viajes, y no ha habido un *boom* parecido de este género en la historia. Se produjeron en gran cantidad – gracias a la popularización de la imprenta – y sus estilos, formatos y técnicas narrativas fueron diversos. Unos desde el empirismo, cuyas bases formuló Francis Bacon en 1620; otros, mezclando realidad y fantasía, como ya era tradición (González-Rivera, 2019, p. 154-155).

El viaje será, en la Edad Moderna, un ejercicio intelectual. Los grandes pensadores se desplazan por los caminos todavía rudimentarios de la Europa continental. Tomas Hoby, Erasmo de Rotterdam y Montaigne fueron a Italia. También Montesquieu, sir Philip Syney, Rabelais, John Milton y Berkeley hicieron viajes culturales. Recorrían Europa de salón en salón para encontrarse con intelectuales, diplomáticos y artistas, reuniones en las que discutían sobre política, arte y filosofía. Y al escribir sobre sus periplos, ahondaron tanto en la descripción de las ciudades que visitaban como en las curiosidades del trayecto, además de sus reflexiones. Entre esos viajeros de salón estuvo luego Casanova, el donjuán que en *Histoire de ma vie* narró las reuniones de la aristocracia de su época en las que estaban Rousseau, Voltaire, Mozart, Catalina la Grande y Federico II de Prusia (González-Rivera, 2019, p. 156).

É esclarecedor, certamente, descobrir como as viagens constituíram historicamente não apenas fontes e instrumentos de conhecimento e acumulação de conteúdos de todos os tipos, de histórias e relatos fabulosos, de aventuras e novidades excepcionais, mas se tornaram meios privilegiados para descobertas, para a abertura ao encontro de culturas; para a troca de bens, experiências e sabedorias. Não obstante as boas intenções, motivos e resultados de muitas dessas viagens, é preciso também lamentar que não tenham faltado aquelas que se transformaram em desentendimentos (alguns historicamente deploráveis) que aprofundaram as diferenças,

as distâncias entre os povos e as culturas ou se tornaram propícias para reforçar estereótipos etnocêntricos, ideológicos, religiosos ou outros. Um caso emblemático dessas preocupações e resultados reflete-se na citação seguinte, que chama a atenção não só para a proliferação bibliográfica em torno de um país, considerado exótico naquela época no Ocidente, mas também para a escrita baseada em pressupostos e imaginários sexistas.

De hecho, los libros que se escribieron sobre Turquía entre 1500 y 1800 son un caso particular. Juan Goytisolo, en una guía de Estambul, cuenta que durante cuatrocientos años los viajeros occidentales al Imperio otomano se recrearon al describir el harén del sultán, imprescindible para hablar de esa cultura. Solo entre 1501 y 1551 se publicaron cerca de novecientos libros relacionados con el viaje a Turquía, y si se abarca todo el siglo XVI, más de dos millones de títulos. No obstante, se sabe que era imposible que un "infidel" entrara en este recinto vedado e inaccesible, por lo que las abundantes descripciones que se publicaban eran inventadas o escritas a partir de lo que contaban los pocos otomanos que conocían su interior (González-Rivera, 2019, p. 158).

A inferência não é uma descoberta, porque, obviamente, nas culturas e tradições patriarcais dominantes, eram os homens que podiam viajar pelo mundo e pelos seus países. Dessa forma, os homens que tinham recursos econômicos, iniciativa e determinação para realizar estas empresas iam atrás dos seus objetivos, que podiam durar semanas, meses e até anos, através de diferentes meios de transporte e/ou caminhadas.

Apesar da supremacia masculina, devemos saber que houve mulheres que tiveram a coragem de se aventurar em viagens e experiências cativantes de diversas ordens; algumas delas foram sozinhas, ou até vestidas de homem para driblar o tabu do machismo. Dessas e de outras formas, seus pensamentos, sentimentos e ousadias conseguiram abrir caminho entre as retumbantes vozes masculinas para deixar suas pegadas e testemunhos de gênero. Entre essas viajantes ousadas, González-Rivera destaca Mary Wortley Montagu (1689-1762),

uma aristocrata inglesa que viajou para a Turquia junto com seu marido embaixador, de quem se separaria para deixá-lo seguir sua vida com a liberdade que supostamente desejava. Além de feminista, biógrafos afirmam que ela foi a precursora desconhecida da vacina contra a varíola na Inglaterra no século XVIII. Por sua vida e suas ações,

Es considerada la pionera de la literatura de viaje femenina en Oriente, y sus descripciones inspiraron a muchos que luego escribieron sobre esos territorios. Sus cartas seducían especialmente porque describían espacios a los que solo tenían acceso las mujeres, como el harén y el hammam, el baño turco.

La literatura de viajes femenina de la época incluye a la condesa D' Aulnoy, famosa por el relato de su viaje a España, que contribuyó a la construcción de la leyenda negra española. También las memorias de Madame de Boccage en España, de 1762, así como sus cartas desde Inglaterra, Holanda e Italia. Lady Elizabeth Craven, princesa de Berkeley, relató entre 1785 y 1786 su viaje por Francia, Alemania y Rusia, y la princesa de Gonzaga, Elisabetta Rangoni, también escribió a sus amigos durante sus recorridos europeos (González-Rivera, 2019, p. 158).

Pelo que vimos referindo em diversos tons e perspectivas, não há dúvida de que as viagens constituíram acontecimentos relevantes em alguns períodos e conjunturas da história. Tanto que, sendo cruciais as ações e determinações de homens e mulheres viajantes, o equilíbrio final se refletirá nas consequências sociais, comunitárias e individuais que irão gerar. Seus legados geralmente ficam evidentes em conhecimentos, sabedorias, experiências, conquistas, aventuras e sentimentos que vão além do cotidiano. É aquela bagagem essencial que se acumula ao ritmo da exploração de novas culturas, países, povos, grupos humanos e lugares. É, sem dúvida, um acervo vital e precioso do qual não teríamos notícias se não tivéssemos inventado registros que garantam e preservem a memória da sua existência. Alguns pontos na superfície digital moderna, onde registramos estas ideias, poderiam muito bem contribuir para mostrar ou relembrar o percurso percorrido nessa direção.

No início, era em voz alta que as pessoas contavam suas aventuras, viagens exploradas, mundos descobertos, realidades vividas, aventuras e mais. Faziam-no com seus achegados, em círculos familiares, de vizinhos ou amigos, na comuna. No melhor dos casos, se os episódios fossem relevantes para o grupo ou para estrangeiros, as histórias transformavam-se em réplicas realizadas por memorialistas (menestréis, rapsodos, contadores de histórias, etc.), que geralmente se encontravam ou apareciam em locais públicos, ou então viajavam para diferentes cidades para exercitar suas habilidades narrativas e/ou divulgar as notícias que eram geradas nos centros de poder. A repetição constante dessas histórias, a troca de impressões e as réplicas entre aqueles que compartilhavam as histórias não demorariam a distorcer os significados iniciais, à medida que as narrativas iam sendo socializadas. Como se sabe, alguns foram salvos em forma de canções épicas, histórias mitológicas, livros sagrados, lendas, etc., de forma excepcional. A presunção empírica pode muito bem nos levar a inferir que a esmagadora maioria destas histórias mal terá sobrevivido algumas gerações antes de desaparecer na névoa do esquecimento.

Um salto qualitativo ocorreria na inevitável jornada do ser humano quando, finalmente, ele atraca num porto formidável: a escrita fonética ou alfabética, registro excepcional através do qual é possível que os fonemas das línguas sejam representados por grafias, os conhecidos alfabetos. Vinte e sete ou vinte e oito séculos nos separam desse episódio epistêmico, divisor de águas entre o que chamamos de pré-história e história. Era possível agora, finalmente, registrar com precisão o que pensávamos, o que nos contaram, o que víamos e sentíamos, os diálogos mantidos entre sábios ou pessoas comuns. Com a imensa vantagem, ainda, de que outras pessoas pudessem nos ler mais tarde, quantas vezes quisessem ou precisassem, sem serem condicionadas pela inevitável presença física que a interlocução oral implicava. Uma verdadeira revolução, uma mudança transformadora de episteme. Entre os beneficiários iniciais desta formidável mudança, costuma-se citar Heródoto de

Halicarnasso (484 a.C. - 425 a.C.), uma referência da história nascente. Mencionamo-lo aqui porque as suas obras não teriam o significado que alcançaram se ele não tivesse sido um grande viajante do mundo antigo. Por isso também é considerado um precursor da etnografia e da antropologia.

Através da escrita alfabética, pudemos registrar, em bom momento, nossas vivências, experiências e jornadas de viagem. Não é por acaso, então, que existem milhões de títulos de viagens de todos os tipos, até onde sabemos e podemos imaginar. Todos em benefício da memória. Presença testemunhal daquilo que deve ser registrado, preservado e socializado de uma forma ou de outra, com finalidades explícitas ou implícitas, e de cuja apreensão resulta complexo mensurar as consequências e alcance. Desta riqueza de títulos sobre viagens, no entanto, existem alguns essenciais e importantes. São o conhecimento que nos pertence como espécie. Seiva nutritiva dos seres humanos espalhados pelo planeta. Constituem, de alguma forma, o passaporte para conhecer e compreender o mundo em que vivemos.

Estamos nos referindo, então, a um prodigioso registro de culturas. Riqueza que vem se acumulando ao longo dos séculos, em vários cantos do mundo, com a participação de múltiplas gerações e milhões de pessoas. Uma herança proveniente de crenças, artes, ciências, economia, política, educação, esporte, comunicação e outras manifestações culturais. Conhecimentos, experiências e realidades que iam confluindo e se acumulando e, ao mesmo tempo, foram difundidos entre nós que povoamos o planeta em diferentes épocas e circunstâncias, através de mediações e dispositivos à disposição de cada grupo humano.

Embora na Antiguidade, e também nos tempos posteriores, tenha havido um destacado investigador e socializador da bagagem cultural, que era o viajante, até agora não existe agente mais poderoso que tenha ultrapassado o livro em termos de acumulação

e disseminação de conhecimento humano. Foi uma invenção transcendente, cujo crescimento e expansão exponenciais devemos à impressora de tipos móveis popularizada por Gutenberg em meados do século XV. Dessa forma, a modernidade nascente encontrará no livro o meio ideal para difundir um pensamento renovador, apoiado na razão e no desenvolvimento da ciência. Não é por acaso, portanto, que na interface dos séculos XV e XVI os mais poderosos reinos europeus tenham investido recursos e prestígio no exterior, cujos resultados não só mudariam o mapa do mundo oficialmente conhecido até então, mas também as relações dos poderes geopolíticos, socioeconômicos, culturais, religiosos, etc., entre as potências dominantes e os povos conquistados.

Lo que comenzó con los grandes hombres del mar, el Grand Tour y los periplos culturales de salón en salón, devino en un período en el que el viaje se instaló como método de conocimiento y divulgación del saber. Así lo hizo Descartes, quien en lugar de viajar por los salones decidió leer directamente el “gran libro del mundo”. Y Francis Bacon, quien al fundar el empirismo escribió una nueva historia natural ya no con base en los textos antiguos, sino desde la experiencia, lo que convirtió al viaje en el método por excelencia para leer el libro de la naturaleza: los viajeros eran los llamados a levantar el nuevo edificio del saber, a desempeñar el papel de testigos del mundo (González-Rivera, 2019, p. 170).

NOVOS TEMPOS E DEMANDAS VIAGEIRAS

Nós, viajantes desta época, estamos muito distantes daqueles que se aventuraram em mundos desconhecidos nos séculos anteriores, e até mesmo dos que viajaram nas últimas décadas do século XX. Portanto, não seria justo nos compararmos com eles, embora a matriz etológica nos una e os ideais possam ser assimilados.

Basta dar uma olhada na história através de fontes bibliográficas, filmes, fotografias, monumentos, museus e recursos digitais para compreender que vivemos um tempo totalmente diferente. Diferença que, a meu ver, se manifesta em fatores e condições como a globalização e a mundialização, a comunicabilidade onipresente, os meios de transporte eficientes e rápidos, as facilidades de informação e financiamento, as empresas e empreendimentos de logística de viagens diversificados e a hotelaria, melhores condições de vida e independência pessoal. Circunstâncias e situações que têm levado ao desenvolvimento e cultivo de comportamentos socioculturais que transcendem fronteiras, línguas, ideologias e outras diferenças, cujo principal objetivo reside no conhecimento e na fruição de realidades diferentes e desejadas.

Como se pode ver, as novas e variadas condições de vida, além da intensa mobilidade social dos últimos tempos, têm exigido ajustes e atualizações de diversas ordens que têm afetado tanto os turistas como os viajantes e o transporte das pessoas, em geral. É uma afetação sensível em situações que, neste momento, nos parecem normais, mas que envolvem tempo adicional, esforço, paciência, estratégias de viagem, competências digitais e dinheiro. Nem sequer estamos a falar das chamadas “épocas altas”, que o turismo dominante tem vindo a forjar, mas sim de questões inerentes à mobilidade exigida a qualquer pessoa para a realização de diferentes atividades, entre estas turismo e viagens.

A margem para improvisação e aventura quase já não cabe, principalmente em determinados momentos, atividades e lugares. É necessário fazer reservas, pagar adiantamentos e seguros, definir datas e horários, além de detalhes particulares que podem surgir dependendo dos países, comunidades, empresas, etc., que nem sempre costumam ser plenamente percebidos pelas entidades envolvidas, a indústria de transporte e turismo. Atividades que, direta ou indiretamente, constituem fatores contribuintes ou facilitadores para o desenvolvimento de outras atividades essenciais também

para o viajante de hoje: moradia, abrigo, alimentação, comunicabilidade, abertura a locais restritos e o próprio transporte, entre outras.

Tudo o que viemos refletindo sobre a viagem e os viajantes, além dos diversos elementos, fatores, desenvolvimentos, agentes, situações e mais realidades envolvidas no assunto, leva-nos a pensar no método. Ou melhor, acabamos naquele “modo de agir ou proceder” que nos facilite ou garanta, de alguma forma, não só a concretização da viagem, mas também nos permita investigar, recolher, registrar e socializar informações, experiências e sentimentos daquela viagem. É claro que cada um desses momentos adotará mecanismos e seguirá caminhos que as circunstâncias sociocomunicacionais lhes exijam e as tecnologias os obriguem a fazer.

Cada viagem é uma experiência que nos deixará sempre com coisas para pensar, novas realidades para investigar. As viagens acumulam preocupações, expectativas, aprendizados e muito mais. Nesse sentido, ler um livro é também uma viagem, um passeio que explora conteúdos e, ao mesmo tempo, exige paradas para descansar, pensar e continuar caminhando e esboçando mentalmente imagem após imagem até chegar ao fim. E a partir daí repensar, avaliar, compartilhar com outras pessoas, apreciar. Em suma, a viagem, tal como a leitura, constitui um método que nos proporciona conhecimentos, sentimentos e satisfações que sempre nos alentam.

Por isso, pensamos que a socialização das viagens é fundamental, porque, ao partilhá-las, muitas pessoas podem se beneficiar da informação e das experiências de quem teve a oportunidade de descobrir novas realidades, diferentes mundos e culturas. Não fazer isso seria um desperdício. Como ter escrito um livro que ninguém vai ler. Embora seja bom pensar que viajar pode proporcionar sentimentos de admiração, experiências de vida, aprendizados renovadores ou mesmo sentimentos de sacrifício e frustração, o que verdadeiramente resgatará o viajante como cidadão será o testemunho que ele puder oferecer, seja na forma de reuniões familiares ou de grupo,

conversas, cartas, mapas, livros, fotografias, vídeos ou qualquer outro meio. Convicção essa que foi se confirmando ao refletir e teorizar sobre o assunto, enquanto seguimos viajando e escrevendo.

O VIAJANTE QUE FUI E SOU

Considerando a tipologia de viagens proposta, estimo que já vivenciei quase tudo, em diferentes proporções. A última opção (planejamento necessário) tem sido predominante, mas as outras não têm faltado, nesta limitada mas intensa deambulação. A ideia remete-me, então, para uma questão elementar e, desse modo, importante: o que é uma viagem ou o que pode ser considerado como tal?

Do ponto de vista das minhas primeiras experiências, uma viagem para mim era transladar-me da minha pequena cidade natal (Zaruma, Equador) para um centro urbano (igualmente pequeno) a oito quilômetros de distância (Portovelo). Esse destino de viagem me relacionava com um acampamento mineiro, diferente em vários aspectos (atitude das pessoas, arquitetura, planejamento urbano, atividade comercial e ocupacional, lazer, etc.) da cidade que conhecia e habitava. Esse curto deslocamento, porém, tinha para mim, naquela época (anos cinquenta do século XX), as características de uma viagem porque implicava, entre outros aspectos, um ritual familiar específico e cuidadoso, o deslocamento em veículo (diferente de caminhar do bairro ao centro da cidade ou na pequena cidade natal), a interação com pessoas desconhecidas, o conhecimento de diferentes situações e coisas, etc.

As experiências da infância e da juventude levam-me a reafirmar a ideia de que, certamente, existem viagens e viagens... Alguns de nós temos que merecê-las (a que referi no parágrafo anterior foi uma delas). Para tanto, é necessário que a nossa atuação

seja proporcionalmente merecedora dessa deferência porque, por justiça ou por necessidade institucional ou familiar, acreditamos ter conquistado o direito de assistir a reuniões acadêmicas, artísticas, comerciais, desportivas, etc. realizadas em outras cidades ou regiões de nosso interesse ou afeto. Outras possibilidades de viagem podem ocorrer, nunca se sabe, quando alguém quer nos surpreender e nos faz um *tour* ou nos convida para ser sua companhia por alguns dias. Neste caso, as regras e decisões dependem mais de quem convida, sem que isso signifique excluir acordos e negociações com o convidado. Apesar destas ou de outras possibilidades de viagem, a opção predominante tem a ver com aqueles que decidiram viajar nas condições por eles escolhidas e que, financeira e pessoalmente, podem e querem concretizar seus desejos.

Seja qual for o tipo de viagem que realizamos, vale lembrar que cada uma delas geralmente envolve condições às quais não estamos acostumados, principalmente quando decidimos ir para outros países. Em troca dessas possíveis e momentâneas “incomodidades”, ficamos à espera do desconhecido, do diferente, como recompensa pelo esforço do viajante, pronto a inserir-se no mundo que o rodeia, a sentir emoções e a aprender com as pessoas dos outros lugares, explorar o máximo possível, dar prazer ao corpo e ao espírito, divertir-se, etc.

Cada pessoa se abriga em seu universo itinerante e vai pelo mundo em busca do seu. Atenção particular desperta em mim o trajeto, porque o assimilo à vida. O trajeto nos mantém atentos, desejosos. Abrange tudo. Ao caminhar no chão, as mudanças serão constantes; às vezes lentas, inesperadas, talvez; mas sempre alertas aos elementos naturais ou artificiais que parecem estar expostos ou desfilar diante de nós (germe de aventura). Os sentidos, todos eles requerem afinamento para captar o ambiente, discernir, descobrir, apreciar, alegrar-se, aprender. Principalmente quando caminhamos.

Montar animais ou ser puxado por eles, opção para determinados percursos, implica habilidades únicas que, em geral, economizam tempo, superam dificuldades e encurtam distâncias. A recompensa: uma coleção itinerante única, enquanto manobramos e sentimos que estamos vivos. Os transportes de automóvel e ferroviário têm os seus encantos e, nos tempos modernos, são essenciais. Em geral, gozam de conforto (a autonomia no carro). Além disso, são uma opção imbatível quando aprendemos a gerir oportuna e sabiamente as suas vantagens para economizar tempo, objetivos, conexões com outros meios de comunicação e dinheiro (são válidas também para outras opções). Os mais ousados desfrutarão de motocicletas e bicicletas como ninguém, e não terão que fazê-lo em caminhos batidos. Ganharão liberdade e autonomia em troca de maiores riscos, mas também de adrenalina.

As viagens realizadas na água provocaram em mim sentimentos diferentes. Mais do que viagens, tornaram-se experiências: sonhos, aventuras, conquistas, curiosidade, delícia, risco e muito mais. Em lagoas e lagos, através de canais e rios, sobre mares e oceanos quase infinitos, já naveguei em transportes frágeis, à mercê das ondas, do frio implacável, vítima da incerteza. Também em embarcações médias e seguras, cujos percursos seguiam itinerários e avistamentos de objetivos específicos, juntamente com diversas pessoas com preocupações semelhantes. E não faltaram experiências em alto-mar, naqueles grandes hotéis flutuantes, onde todas as manhãs você atraca em portos diferentes, ou navega de um continente a outro, visita ilhas históricas, além de desfrutar de outras comodidades de viagem, impossíveis em outros tipos de transporte.

O transporte aéreo é outra história. Uma revolução, um marco nas conquistas humanas. Emulação, talvez, da etologia migratória de algumas espécies de aves e de outros animais em direção aos seus *habitats* e biótopos. É uma história recente de consequências transcendentais em muitos aspectos, em particular para uma mobilização rápida. Quem acreditaria! É o transporte mais seguro,

e as dificuldades mais frequentes não ocorrem no ar, como se poderia supor, mas na terra (obtenção de bilhetes, procedimentos e logística aeroportuária, etc.). A aviação é um sonho que se tornou realidade graças ao engenho humano: transportando-nos para outras cidades, países e continentes em poucas horas, enquanto os dispositivos tecnológicos superam os fenômenos naturais e as dificuldades geográficas para nos depositarem em segurança no solo. Tão grande é a competição do transporte aéreo que, ao voar em grandes altitudes, os pilotos dispensam a reta euclidiana para se guiarem pela curva geodésica, por ser a distância mais curta. Sem falar no conforto e outras comodidades produtivas e recreativas a bordo. E, se o viajante tiver sorte, poderá visualizar o mundo que pertence aos pássaros, confortavelmente sentado em sua poltrona.

Como viajante, gosto de lembrar que os percursos e as formas de mobilização que adotamos devem ser fatores complementares e flexíveis, porque há muito em jogo nestas dimensões. Portanto, decidir sobre esse assunto é fundamental na hora de planejar e executar a viagem. Porém, uma vez atravessados e/ou chegados aos locais e cenários de viagem, os melhores insumos para atingir os objetivos serão as informações que obtivemos sobre esses lugares. Referências essas necessárias para adotar a logística adequada, poupar tempo, esforços, dinheiro e, sobretudo, orientar-nos por sua história, cultura, recursos, atrativos diferenciadores, etc. Contar com essas informações e novidades nos permitirá conhecer, explorar, desfrutar e nos aproximarmos das nossas aspirações de viagem.

Entre meus empenhos e desejos de viagem, a cortina que abre esse cenário são as pessoas que se movimentam ou interagem no local. É quando os sentidos se aguçam, examinam, apreciam, discriminam, valorizam, selecionam o que parece novo – interessante ou não – de acordo com os códigos culturais, estéticos, proxêmicos e outros que me regem. É preciso parar para admirar a arquitetura, registrá-la em fotos ou vídeos (a fruição costuma ser prolongada pela observação dos detalhes). É preciso caminhar pelos espaços

possíveis para sentir as pessoas, conversar com elas, quando e tanto quanto possível, porque são a chave para compreender a cidade, a região, o país ou o local que visitamos. Quando a conversa é escassa ou inviável, a riqueza informativa ou simbólica deve ser lida nos gestos, na corporeidade, no fenótipo, no vestuário, nas cores e formas predominantes, na maneira de usar os espaços, nos objetos do ambiente, etc. É um exercício de leitura semiótica e de reflexão social, recomendado e delicioso, para aprender além do que se anuncia como “gancho” para atrair turistas. Fontes de aprendizagem não faltam quando viajamos pelo desconhecido ou regressamos a um lugar de que gostamos. Cada viajante segue seu próprio caminho. No meu roteiro (e da minha parceira também), estão livrarias, mercados populares, museus, parques, locais públicos e simbólicos, restaurantes e locais de importância gastronômica local, e oficinas de artesanato (em cidades ou vilas). Na geografia ambiental, a aprendizagem é de natureza diferente e de intensidade avassaladora, como você já terá sentido em alguma latitude do mundo ou na Patagônia, como nós nesta oportunidade.

APRENDIZAGENS ITINERANTES

A vida é uma constante aprendizagem. E é através desse elemento imprescindível que nos adaptamos à convivência com outros seres. Embora vivamos o tempo todo aprendendo com as situações cotidianas de forma tranquila, são as situações novas que realmente nos encorajam, nos emocionam, mobilizam, desestruturam, que nos mudam e até nos transformam. A novidade é inerente às viagens. Com efeito, envolvem tempos, lugares, circunstâncias, pessoas, costumes, realidades que, em geral, diferem daquilo a que estamos habituados. Não é incomum, então, que algumas viagens, ou, talvez, várias delas, possam tornar-se momentos ou situações de ruptura existencial, que alteram substancialmente nossa forma de pensar,

agir e opinar. Porque o conhecimento e o confronto concreto com as novas realidades estão aí para estimular nossa sensibilidade, nossa compreensão e nosso bom senso como cidadãos do mundo. Dessa forma, fica fácil compreender que uma experiência de viagem, em especial, poderia ser transformadora não só na vida de uma pessoa, mas de uma família, de um grupo, de uma comunidade.

O potencial das viagens é enorme e por vezes decisivo na vida das pessoas. Suas apreensões, aprendizados e vivências têm o valor de experiências. Daí a sua eficácia e vigor cognitivo, emocional e socioeducativo como opção predominante de descoberta, surpresa e confirmação; mas também à dúvida, à investigação impenetrável. Incógnitas essas que, à medida que se tornam mais claras, nos aproximam um pouco e melhor dos conhecimentos, sabedorias, esclarecimentos e apreciações que foram forjados pelas diversas culturas e pelas condições específicas dos diferentes ambientes.

A viagem constitui um dos textos mais expressivos, em que podemos ler, compreender e imaginar quanta riqueza existencial existe ao cruzar as fronteiras que nos delimitam. As viagens têm a virtude de nos levar pela mão ao que procuramos ou havíamos intuído, mas também ao desconhecido. Eu diria que as viagens são conselheiras amigáveis. Não pretendem ocupar o lugar que pertence aos livros, à escola, à mídia, à família e a outros mediadores de cultura, conhecimento, informação e experiências sociais. Nós as procuramos ou elas ocorrem em nossas vidas para explorar ambientes novos, concretos e desejados. Às vezes diversificam, complementam e ampliam horizontes; em outras, encorajam-nos com panoramas renovadores e inquietantes.

A viagem tem vantagens que outras mediações não têm. Suas histórias geralmente envolvem realidades vividas que muitas vezes são compartilhadas (mesmo nos casos do “viajante solitário”), não apenas com quem decide viajar e/ou com outras pessoas próximas, mas dentro de uma configuração social mais ampla. A divulgação

em massa é uma dessas possibilidades (redes sociais, crônicas, livros, etc.). Assim, então, as experiências particulares abandonarão as suas fronteiras e a viagem assumirá dimensões múltiplas e diversas; às vezes extraordinárias, mesmo que seja por um período curto e intenso. Se a metáfora não fosse exagerada, eu diria que uma viagem é uma paixão imensa, podendo até atingir a intensidade e a constância do amor.

Na minha experiência – nos antípodas da transcendência dos grandes viajantes – é um amor apaixonado que começou a ser forjado no imaginário infantil e adolescente, alimentado por histórias e, mais tarde, pela literatura e filmes de aventura. A partir daí, serão as caminhadas e viagens curtas pelo ambiente local e regional que me darão o impulso inicial, até se expandirem, necessária e timidamente, por todo o país (Equador) e, muito mais tarde, para fora das suas fronteiras. Experiências de viagem que me abraçaram com a força do mar e das cachoeiras; com a música do vento, do rio e do silêncio; com aquela intensidade da praia e da serra; com aquela saudade que provocam geleiras, lagos e chuvas... Em poucas ocasiões, sozinho; nas demais em companhia. As viagens, sem dúvida, têm sido aquelas janelas diferenciadas para auscultar o que considero essencial, mas também detalhes e minúcias plasmados em fotografias (minhas e alheias), mapas, livros, revistas, vídeos, postais, tecidos e artesanato, pinturas, monumentos, arquitetura, em espaços e em aventuras orais.

Quem de nós se aventura pelos caminhos e as trilhas do relato sabe bem que escrever também é uma viagem. É tudo uma questão de começar e o resto irá fluindo. As motivações impulsionam a aventura; mas o que realmente importa é aquilo que vamos contar. Porque a jornada textual-discursiva é o trajeto para onde convergem aqueles que o tornam possível: os narradores em busca de caminhos por onde fluam suas ideias; enquanto a comunidade leitora ressignifica os sentidos, múltiplos e díspares, para sentir o prazer de viajar à sua maneira.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, M. **La vida en doble**: etnología, viaje, escritura. Buenos Aires: Paidós, 2012.

GONZÁLEZ-RIVERA, J. **La invención del viaje**. La historia de los relatos que cuentan el mundo. Bogotá: Alianza Editorial, 2019.

KAPUSCINSKI, R. **Viajes con Heródoto**. Séptima edición en "Compactos". Barcelona: Anagrama, 2016.

VOX. **Diccionario ilustrado Latino-Español. Español-Latino**. Vigésima tercera edición. Barcelona: Larousse, 2012.

Parte



CONSTRUÇÕES INVESTIGATIVAS



13

*Yvets Morales Medina
Nísia Martins do Rosário*

MÍSTICA CAMPONESA:
MEMÓRIA COMUM E COLETIVA
DAS MULHERES SEM-TERRA DO MST

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.13

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto¹ é trazer ao debate um *ethos* comunicacional que configura relações, experiências e espírito de militância de mulheres camponesas do sul da Bahia, uma interação que ocorre em duas vias e alcança a expressão simbólica da potência política do sujeito coletivo. Trata-se da mística camponesa. Na segunda metade de outubro de 2021 foi possível conversar com mulheres camponesas sem-terra do sul da Bahia, especialmente dos acampamentos 1º de abril, Paulo Freire, Jequitibá ou Quilombo I e Jacy Rocha. Nesse processo, compreendemos que o fato de ter acesso à terra não significa que a luta acabou. Pelo contrário, a defesa do território se mantém no espírito das mulheres engajadas em acampamentos e assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também foi evidente a relevância que teve e que tem a educação popular, tendo em vista que as mulheres foram formadas pelo processo nomeado “Pedagogia da Terra” e “Letras da Terra”, uma aliança estratégica entre o MST e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

Para construir o relato sobre o experienciado, o vivido e o teorizado acerca do fenômeno pesquisado, foi necessário um recorte sobre o conjunto da investigação. Para esta abordagem, as tratativas perpassam a comunicação popular, a memória, a cultura e as corporalidades como elementos presentes e constitutivos da mística camponesa. Portanto, nossa intenção não é a de um aprofundamento nas metodologias utilizadas, tampouco é a de definir conceitualmente o fenômeno. Nossa intenção é a de relatar, problematizar e encontrar conexões entre o empírico e o teórico para descrever e refletir sobre a mística camponesa pelas perspectivas apontadas.

1 O artigo é um recorte do capítulo 6.3 (Três eixos da comunicação popular a partir das experiências das mulheres camponesas sem-terra) da tese de doutorado intitulada *Comunidades comunicantes: mulheres camponesas e processos de luta pela vida*, de Yvets Medina. Orientadora: Nísia Martins do Rosário (PPGCOM/UFRGS).

A organização e a estruturação deste texto se dão no encontro com o viés teórico-comunicacional e, ao mesmo tempo, de suma importância, o que foi experienciado, percebido e concebido com as mulheres camponesas do sul da Bahia.

Nosso ponto de partida é a “comunicação popular”², sobretudo pelas contribuições que ela traz como ambiência de comunicação pautada por questões de movimentos sociais, processos de dominação e de resposta à dominação, bem como disputas de sentidos com as narrativas hegemônicas. A interação e vivência com o empírico, especialmente em relação às práticas cotidianas das mulheres camponesas e seus modos de compreensão do mundo, aliadas às bases teóricas (Peruzzo, Martín-Barbero, entre outros), levaram a uma reflexão mais aprofundada sobre as singularidades da comunicação popular. Assim, de maneira resumida, é possível propor a ampliação dos fundamentos da comunicação popular em três eixos: 1) a educação popular na construção do sujeito político; 2) a comunicação dialógica que leva a estabelecer vínculos para o reconhecimento do Outro nas diferenças; e 3) a memória do corpo e a oralidade na configuração da mística camponesa.

O primeiro eixo, relativo à educação popular libertadora, se configurou tendo em vista seu papel fundamental para a constituição da consciência da defesa dos direitos e do território.

Se uma pedagogia da liberdade traz o gérmen da revolta, nem por isso seria correto afirmar que esta se encontra, como tal, entre os objetivos do educador. Se ocorre é apenas e exclusivamente porque a conscientização enxerga uma situação real em que os dados mais frequentes são a luta e a violência. Conscientizar não significa, de nenhum modo, ideologizar ou propor palavras de ordem. Se a conscientização abre caminho à expressão das insatisfações

2 Deve-se observar que o intuito não é apresentar o conceito, nem uma abordagem completa sobre comunicação popular, mas apenas usar tal conceito como um caminho de reflexão para a mística camponesa.

sociais é porque estas são componentes reais de uma situação de opressão; se muitos dos trabalhadores recém-alfabetizados aderiram ao movimento de organização dos sindicatos é porque eles próprios perceberam um caminho legítimo para a defesa de seus interesses e de seus companheiros de trabalho; finalmente, se a conscientização das classes populares significa radicalização política é simplesmente porque as classes populares são radicais, ainda mesmo quando não o saibam (Weffort, 1967, p. 11).

O exercício dialógico, como segundo eixo da comunicação popular, encontra correlação com os processos organizativos a partir das assembleias e encontros, um esforço de construir o coletivo também através dos vínculos afetivos. Já o terceiro eixo se refere à memória, que se recolhe no ritual da mística, no qual se incorporam elementos simbólicos próprios da atividade camponesa: a simbologia da terra, dos corpos das mulheres, dos alimentos, dos livros, das bandeiras, dos cânticos, da poesia. Tudo isso se mimetiza na expressão mística, que é vivida no cotidiano do SER camponesa. Por isso, acreditamos que a mística camponesa pode ser entendida como um *ethos* comunicacional, que entra no fluxo das interações com o mundo dialógico e analógico, assim como com o mundo tecnológico, digital, virtual e contemporâneo.

É muito importante pensar a comunicação popular e comunitária nas ambiências onde ocorrem, ou seja, no caso desta investigação, nos espaços em que estão acontecendo os confrontos pelo mais básico, que é o direito ao território. Nesses contextos os processos comunicacionais operam na performance do encontro, na qual se reconhece o valor do corpo a corpo e se mantém o mistério dos vínculos com o cosmos.

É importante ressaltar que esses coletivos estão também usando tecnologia, compreendem a importância de circular informação e são sujeitos da dose excessiva de informação que recebem através dos seus dispositivos móveis. Em tempos do *bios-virtual/bios-midiático* (Sodré, 2002, 2014) como a dimensão onde a vida está

atravessada pelas tecnologias da informação e do entretenimento, sem lugar à dúvida, estamos vivendo sob o regime das tecnologias e dos capitais transnacionais que as legitimam. A realidade comunicacional das mulheres camponesas não escapa à abrangência das dinâmicas do mercado e da circulação das tecnologias informacionais, nem do imperativo do quarto *bios*³.

Em função disso, entendemos que no fenômeno estudado ocorre um efeito de dobra, que chamaremos aqui de efeito bisagra, no qual a população camponesa, ao mesmo tempo que não perde a magia da relação com o território, com a terra, com as sementes, com a água, com os animais, com a produção do alimento, também está se adaptando aos avanços tecnológicos, ao uso das aplicações web desenhadas para dispositivos móveis, mais conhecidas como APPs (*application* pela palavra no inglês). Usam redes sociais e especialmente o WhatsApp, que é o meio para se comunicar recorrendo às mensagens de áudio, ademais investem no consumo da indústria criativa, via serviço de subscrição por *streaming*. No reconhecimento desses processos de midiatização, se faz importante compreender os desafios que trazem para a população camponesa a produção de uma comunicação popular (mediante a criação de processos como a mística camponesa que está em todas as manifestações do cotidiano), o reconhecimento dos espaços do comum, a configuração do povo como sujeito político e de direitos, em que é possível projetar uma reforma agrária popular.

Portanto, a comunicação não pode ser pensada longe da realidade cotidiana dos sujeitos, menos ainda das pautas que determinam seu horizonte político, como: o direito à terra, à soberania alimentar, à proteção das sementes, ao cuidado da água, à agricultura familiar e solidária, à luta contra as violências intrafamiliares.

3 Sodré explica que Aristóteles entende a existência humana a partir de três bios (ambiências): o político, o do conhecimento e o do prazer/entretenimento. O quarto bios é uma proposta de Sodré: o bios virtual ou midiático.

Tanto a dimensão teórica como o exercício da comunicação devem estar inseridos na realidade cotidiana, ou seja, não podem se afastar do sujeito singular e coletivo e das subjetividades que envolvem suas atividades, sonhos, desafios e disputas que mulheres e homens do campo devem enfrentar para exercer seus direitos⁴.

A MEMÓRIA CRIATIVA NA CULTURA COLETIVA

A comunicação popular se alimenta dos relatos, das narrações, das ações que estão nas memórias dos sujeitos singulares e coletivos. No contexto desta pesquisa, as mulheres camponesas e camponesas sem-terra são as narradoras em primeira pessoa de suas vidas, aliás conservam a memória coletiva de uma organização social (MST), que por sua vez é herdeira da experiência deixada pelas ligas camponesas, o que rememora os textos guardados na memória do povo. Neste ponto, a semiótica nos ajuda a refletir sobre a mística pela perspectiva da memória, do corpo e da cultura. Lotman (1996, p. 109) esclarece que “a cultura é uma inteligência coletiva e uma memória coletiva, ou seja, um mecanismo supraindividual de conservação e transmissão de certas comunicações (textos) e de elaboração de outras novas”.

4

O exercício e reconhecimento dos direitos das mulheres e homens camponeses e trabalhadores rurais é tão grave, que na Declaración de las Naciones Unidas sobre los Derechos de los Campesinos y de Otras Personas que Trabajan en las Zonas Rurales, expedida em outubro de 2018, precisam reafirmar que são sujeitos de direitos, como consta no Artigo 3, número 1. “Los campesinos y otras personas que trabajan en las zonas rurales tienen derecho a disfrutar plenamente de todos los derechos humanos y las libertades fundamentales que se reconocen en la Carta de las Naciones Unidas, la Declaración Universal de Derechos Humanos y todos los demás instrumentos internacionales de derechos humanos, sin ningún tipo de discriminación en el ejercicio de sus derechos por motivos de origen, nacionalidad, raza, color, linaje, sexo, idioma, cultura, estado civil, patrimonio, discapacidad, edad, opinión política o de otra índole, religión, nacimiento o situación económica, social o de otro tipo.” Disponível em: <https://bityli.com/Hi4ytNe>. Acesso em: 16 dez. 2021.

Para o autor, a memória é essencial para a cultura, assim como é para a comunicação. Quando esta última é deslocada do midiacentrismo, para pensar e agir desde as diversas configurações da cultura, pode se alimentar de histórias de vidas cotidianas que se configuram no presente, mas que fazem uso da memória coletiva, da memória longa dos povos, aquela que tem sido atingida com o fim de ser apagada – porém ela persiste. Esse processo robustece a comunicação popular e permite verificar que os povos camponeses estão em uma atividade contínua de confronto e na busca de modos de resistir, mediante a organização comunitária, o conhecimento do território, o corpo como fronteira de choque, a consciência que se debruça na própria realidade invocando a memória longa. Apela às experiências discursivas que se configuram a partir de narrativas de ancestralidade e memória das lutas. Tais atividades são mecanismos para enfrentar o poder do capital transnacional que provoca dor nos territórios, consequência das guerras internas (chamadas de baixa intensidade), executadas em alianças com as burguesias, sistemas midiáticos e as instituições dos estados nacionais. Os povos do campo, indígenas, negros na Abya Yala⁵ estão condenados a viver os efeitos do historicismo para fazer a história da opressão.

É na contradição permanente que os sujeitos defensores dos territórios se debruçam na imposição violenta da negação das suas narrativas, para serem eliminados como sujeitos históricos. Por outra via, circulam os relatos do sucesso, os referentes do poder, que são espalhados pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas educativos. Estes colocam em circulação o paradigma funcional (emissor – mensagem – receptor) para mercantilizar a vida dos sujeitos e apostar na passividade das sociedades de massas, de modo que a história universal vai encontrar nos fatos sociais o referente vencedor, o tempo é homogêneo e vazio, o que Benjamin (2008) chamou de historicismo.

SUMÁRIO

As narrativas hegemônicas, na modernidade, criam simulacros de memórias esvaziadas, fragmentadas e universalizantes, enquanto o povo vai se esforçando por cuidar, alimentar e manter o espírito do que Iuri Lotman (1996) chama de “memória criativa”, a qual se rege pela complexidade do movimento cultural geral. Ela adquire um caráter pancrônico (espacial-contínuo), o que significa um potencial vínculo do passado no presente; esse cenário pode dar a impressão de que os textos antigos ficam no esquecimento, um aparente apagamento da memória, mas, na verdade, muitos não desaparecem, ficam em pausa e em determinado momento são recuperados e ganham uma existência em potência que ilumina os novos textos. Os povos originários e camponeses da Abya Yala definem isso como a memória longa dos povos, como estratégia de defesa e interpelação às narrativas hegemônicas.

A fim de implementar experiências contra-hegemônicas, os povos da Abya Yala se nutrem de “memória criativa” para alimentar os textos de “memória hegemônica”. Por exemplo, na Colômbia, com a defesa dos acordos de paz por parte dos camponeses e camponesas, com “la Comisión de la Verdad”⁶, desenvolveu-se um arquivo com relatos, depoimentos, encontros, fotos, vídeos, lembranças dos efeitos que causou o conflito armado naquele país. No México, pode-se acompanhar a contínua recuperação da memória e a procura de um discurso próprio por parte dos povos indígenas de Chiapas⁷, autodeclarados em resistência. No Brasil têm um acervo de documentos on-line no “armazém da memória”⁸,

6 Relatos de mulheres camponesas na “Comisión de la Verdad” na Colômbia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HVFvMse5o0E&t=6s>. Acesso em: 14 mar. 2023. Também visitar a plataforma da Comissão da Verdade. Disponível em: <https://comisiondelaverdad.co>. Acesso em: 14 mar. 2023.

7 Órgão de difusão do Ejército Zapatista de Liberación Nacional – EZLN. Disponível em: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

8 “O acesso à memória é fundamental para a efetivação da justiça de transição em países como o Brasil, que vive de forma recorrente ciclos econômicos de desenvolvimento, embasados em ações violentas promovidas pelo Estado brasileiro” (Armazém Memória). Disponível em: <http://armazemmemoria.com.br/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

a Comissão Pastoral da Terra⁹ também tem um importante arquivo de informação para manter documentados os processos de lutas pelos territórios. Outro arquivo emblemático e que surge na disputa pelo território é o “Archivo Documental Isiboro Sécore, todo sobre el Tipnis”¹⁰ no Estado Plurinacional da Bolívia.

A mística camponesa praticada como expressão da cultura coletiva popular do MST, também se vale da memória criativa, já que cada vez que se programa esse rito se traz ao presente histórias e simbologias que sofreram tentativas de apagamento. Por meio das materialidades que representam os sentidos das memórias recuperadas e recriadas, a mística vai sendo roteirizada com cuidado para organizar a encenação. Cabe deixar claro que essas memórias não são homogêneas nem padronizadas, trazem alguns símbolos de repetição, os quais podem ser ressignificados, conectando-se com o que Lotman (1996) chama de tradução da tradição. Tomam lugar nas cerimônias bandeiras, alimentos, músicas e plantas, ao que se soma tudo aquilo que o coletivo possa aportar. Tais materialidades expostas são importantes para revigorar o espírito militante.

A MEMÓRIA COMUM DO E NO CORPO

Na sua configuração de sentidos, a mística é um momento especial na pauta de qualquer evento, são momentos de explosão de alegria, dança, cantos, abraços, choros, palavras de ordem que se organizam pela sensibilidade e pela subjetividade. Existe uma disposição que se dá na atmosfera (o mistério, a emocionalidade) para que esse mundo simbólico permeie os corpos, como parte da ambiência intertextual e como constituidor de uma cultura.

9 Disponível em: <https://bityli.com/00mZ4Zj>. Acesso em: 25 nov. 2021.

10 Disponível em: <https://bityli.com/tXcrXjc>. Acesso em: 25 nov. 2021.

Em sua imersão no empírico, Yvets Medina (2023, p. 159) relata sua experiência de afetação:

A primeira vez que participei da mística camponesa (outubro de 2022) no assentamento Paulo Freire, meu corpo estranhou a situação, os códigos que circulavam não eram os meus, não foi fácil participar, de fato estava deslumbrada, tudo era uma experiência nova, como diz Iuri Lotman, estava percebendo os símbolos no lugar de “leitor”.

A pesquisadora se refere a uma reflexão do semiótico russo acerca dos processos de criação e o modo como eles têm orientação oposta na emissão e na recepção. Ele diz que aquilo que na criação funciona como um símbolo, na recepção tem caráter de reminiscência: “no primeiro, o texto definitivo é um resultado; no segundo, um ponto de partida”¹¹ (Lotman, 1996, p. 104, tradução nossa).

O relato da experiência da pesquisadora na mística camponesa continua:

Ao mesmo tempo, havia um ambiente entre a formalidade organizativa e a familiaridade da proximidade de quem se conhece de longa data, o sentimento de camaradaria e a expectativa do que vai acontecer, as falas políticas que organizaram uma determinada pauta para juntar as mulheres em torno a uma causa (Medina, 2023, p. 160).

As figuras 1 e 2 retratam o ambiente da mística, que se configura como um texto cultural que guarda uma memória coletiva e popular específica. Percebe-se um sistema simbólico que coloca em comum lutas, desejos, esperanças, alegrias, saberes ancestrais por meio de uma prática de comunicação popular formadora de um *ethos*. Revela-se, nessa prática, a delicadeza do trabalho, o cuidado com o detalhe. A palavra *mulher* se destaca, tendo em vista que a

11

“No es casual que lo que en el proceso de la creación actúa como símbolo (mecanismo sugerido de la memoria), en la recepción del lector se realice como reminiscencia, puesto que los procesos de creación y recepción son de orientación contraria: en el primero el texto definitivo es un resultado; en el segundo, un punto de partida” (Lotman, 1996, p. 104).

assembleia era só de mulheres, o sol e a terra representam a relação do mundo camponês com a natureza. No centro do sol a sigla MST expressa a importância da organização na vida das pessoas. Os livros se relacionam com a pauta sobre formação política que fossem tratar.

Figura 1 - Preparação, por Elcy, da mística camponesa para a Assembleia de Mulheres. Assentamento Paulo Freire. Extremo sul da Bahia (out. 2021)



Fonte: Foto produzida por Deicy Yvets Morales Medina, 2021.

Figura 2 – Encenação da mística camponesa. Assentamento Paulo Freire - Extremo Sul da Bahia (out. 2021)



Fonte: Foto produzida por Deicy Yvets Morales Medina, 2021.

Ambiências como essas revelam que a mística camponesa é potencialmente intertextual, uma mistura barroca de elementos, contribuições de todas as pessoas que oferecem seus produtos; a simbologia carregada lembra a noção do *abigarrado* como a confluência de muitos elementos que participam de modo colaborativo/caótico para expressar a solidariedade, a diversidade do campo, a boa vontade, a fraternidade. Eminentemente simbólico¹², segundo Lotman (1996, p. 108), “o símbolo atua como um claro mecanismo da memória coletiva”, aqui temos um claro exemplo da intensidade do diálogo em contexto.

Na mística feita no III Congresso de Educação do Campo, na UNEB – Salvador/BA, em setembro de 2022, os tapetes estavam pendurados e colocados no chão. Num tapete tecido com palha branca e em formato redondo, as pessoas foram botando as coisas que levaram de longe, viagens de mais de 12 horas, mas o

12

Na Semiótica da Cultura, “O símbolo atua como se fosse um condensador de todos os princípios de significado e, ao mesmo tempo, conduz para fora dos limites do significado. É um mediador entre várias esferas da semiose, mas também entre a realidade semiótica e a realidade extrasemiótica. É, em igual medida, um mediador entre a sincronia do texto e a memória da cultura. O seu papel é o de um condensador semiótico” (LOTMAN, 1996, p. 108, tradução nossa).

espírito da colaboração reconfigura o desejo de participar na mística em vários níveis: presencial com o corpo e com o texto simbólico que dividirá espaço com outros textos. Por isso, na figura a seguir se pode perceber os elementos dos mais variados coloridos, todos integrados ou não.

Figura 3 – Mística camponesa – Inauguração do III Congresso de Educação do Campo, UNEB, Salvador (set. 2022)



Fonte: Foto produzida por Deicy Yvets Morales Medina, 2022.

Os sentidos da memória que se encontram nos corpos, na oralidade, nas plantas, nas sementes, nas artesanias, nos tapetes, no teatro, na literatura, bem como as cores, as figuras, as músicas e as danças, configuram a “memória comum” de uma coletividade cultural. Quando se encontram muitos textos em contextos síncronos, se estabelece o diálogo entre os códigos passados e os textos atuais para conservar a memória comum. Segundo Lotman (1996, p. 109, tradução nossa):

O espaço de cultura pode ser definido como um espaço de uma certa memória comum, ou seja, um espaço dentro de cujos limites certos textos comuns podem ser preservados e atualizados. A sua atualização tem lugar dentro dos limites de alguma invariância de significado que nos permite dizer que no contexto da nova época o texto conserva, com toda a variação de interpretações, a qualidade de ser idêntico a si mesmo. Assim, a memória comum para o espaço de uma determinada cultura é assegurada, em primeiro lugar, pela presença de certos textos constantes e, em segundo lugar, ou pela unidade dos códigos, ou pela sua invariância, ou pela natureza ininterrupta e regular da sua transformação.¹³

Os textos comuns na mística camponesa se renovam dependendo do contexto, mesmo assim o significante deverá estar vinculado ao campo, pode ser uma folha, um pouco de terra, uma fruta, umas sementes, alguma coisa no redor que no contexto da mística atualize os símbolos da cultura coletiva do povo camponês.

Durante a mística camponesa, como prática cultural performática, a poesia pode ser a construção textual que, guardada na memória ou feita na hora, é capaz de proporcionar textos comuns. Lembramos, então, da experiência poética da Elza de Sousa Sales, mulher camponesa do MST do Extremo Sul da Bahia, aquela que guarda sua história de vida feita na poesia, como um mecanismo de memória comum, como o ponto de partida para contar a vivência; foi mais fácil para ela contar em versos.

13

"El espacio de la cultura puede ser definido como un espacio de cierta memoria común, esto es, un espacio dentro de cuyos límites algunos textos comunes pueden conservarse y ser actualizados. La actualización de éstos se realiza dentro de los límites de alguna invariante de sentido que permite decir que en el contexto de la nueva época el texto conserva, con toda la variancia de las interpretaciones, la cualidad de ser idéntico a sí mismo. Así pues, la memoria común para el espacio de una cultura dada es asegurada, en primer lugar, por la presencia de algunos textos constantes y, en segundo lugar, o por la unidad de los códigos, o por su invariancia, o por el carácter ininterrumpido y regular de su transformación" (Lotman, 1996, p. 109).

Perguntada sobre por que não publicava seus escritos, ela respondeu assim: *"porque essa poesia não pertence só a mim, essa poesia é do movimento, do MST"*. Com autorização dela e no reconhecimento da produção coletiva, transcrevemos um fragmento do poema "MENINA MST" (tal qual ela declama), não editado para deixar a pegada da oralidade, na escrita temos mais cuidado da organização gramatical, da rima. Mas, na improvisação da oralidade, o que marca é o ritmo produzido pela voz e a entonação desvenda a intencionalidade.

MENINA MST (FRAGMENTO)

Autora: Elza de Souza Sales

*Era uma semente que estava a germinar / aquela menina
sofrida que o tempo viu brotar / agora preste atenção / reflita o
que vou dizer: no ano de dois mil, uma estava prestes a nascer
/ andava na escuridão, de repente brilhou-me em uma luz / o
MST como uma fonte me conduz.*

*Fui visitar meu irmão / que foi convidado a residir no assen-
tamento Paulo Freire / pois cultos dirigia ali. / Ao chegar no
assentamento fui à fonte que beleza / quanta gente em fila des-
frutando da natureza / que união era aquela que maravilha de
lugar / se existe encantamento me encantaram por lá dentro.*

*Dentro de poucos meses para surpresa minha / comunidade
formava nas terras vizinhas / minha mãe recebeu o convite /
não deixou o tempo passar / abandonando a cidade em bar-
racos de lona foi morar / passaram-se dois meses, um dia eu
fui visitá-la / deixou-me fascinada com a organização do lugar.*

*Ver o povo unido, concentrados na organização / falar aos meus
ouvidos aqui é uma escola de transformação / quero ser transfor-
mada juntamente com este povo / hoje à tarde vou buscar meus
filhos / amanhã volto de novo / farei minha matrícula e juntar-
-me-ei a este povo. falei para meu esposo, ninguém me segura
não / a não ser a mão de Deus estendida sobre a nação. [...]*

Elza nos fala de vidas, de corpos desejantes que se juntam e se distanciam, que percebem as emoções do futuro, fala da dor das separações do presente. O corpo é o espaço vital, dinâmico, onde habitam as emoções e é o guardião da memória comum, aliás participante ativo dos embates dos textos antigos e dos novos, aquilo que se vai, que fica, que se modifica, mantendo sempre a constância de certos textos, que podem ser religiosos, políticos, materiais, emocionais. Escolhas pessoais que afetam o coletivo serão a base invariável de uma constante transformação significativa no verso da coletividade cultural.

Elza se deixou envolver no deslumbramento da organização do MST, seus códigos culturais se reconfiguraram com a interação das experiências passadas e as vivências atuais. Foi o ano 2000, quando Elza apenas era uma jovem mãe, na procura de um futuro para as filhas que as tirasse da periferia urbana, desde aí guarda na memória aquilo que viveu, até agora que já é uma mulher assentada, vovó, camponesa sem-terra. É na constituição do seu corpo (desejante) que guarda as mágoas, as dores, as alegrias, os desejos, o trabalho duro do campo, os desafios de ser docente formada nos cursos de “Pedagogia da Terra” e “Letras da Terra”¹⁴, a criação das filhas, o cuidado do marido, as bondades e dificuldades do espaço-território-campo periférico, a rebeldia com uma cidade que produz marginalidade.

É no corpo que ela reflete o orgulho de ter conseguido ser assentada no assentamento Quilombo I, em Munducuri, quando divide um sorriso ou quando junta as mãos como sinal de gratidão, ou quando olha o horizonte da sua roça. O corpo não como simples receptor, nem a memória como simples depósito, o corpo e a memória entrelaçados habitando as vidas, ressignificando através da voz e da poesia a vida política e social que coadjuva para construir o comum em situações de extrema vulnerabilidade. A tomada de decisão significou deixar uma vida por outra, sem nenhuma garantia de ser melhor, sempre vivendo na possibilidade. O comum como a possibilidade de construir os

vínculos no deslumbramento de estar em comunhão com outros, de compartilhar os desejos dos outros acreditando nos próprios.

Ativaram-se os dispositivos afetivos ao mesmo tempo que os alertas de sobrevivência para reconhecer que ela não está mais sozinha na procura de uma vida melhor. Apareceu a metáfora da semente como símbolo para conotar o próprio renascer em coletividade e o MST é a luz. Configura-se o comum no popular, quando Elza diz na sua poesia: *"Ver o povo unido, concentrados na organização / falar aos meus ouvidos aqui é uma escola de transformação / quero ser transformada juntamente com este povo"*. É possível identificar a interação de vários textos em um mesmo contexto, com percepções diferentes da temporalidade. Na memória da autora o tempo parece ser vivido na proximidade imediata (contiguidade), ainda que enuncie que aconteceu faz vinte e dois anos, traz consigo os vínculos sensíveis construídos em coletivo com o símbolo da *transformação* e do *povo* (o comum).

No caso da poesia da Elza, a memória do seu corpo e a memória da expressão linguística garantem a presença de uma memória coletiva oral que ativa textos dinâmicos, que fazem referência a símbolos recorrentes na cultura do MST, como é a *semente*, *germinar*, *barraco*, *lona*, *assentamento*, *organização*, *povo*, *nação*, *Deus*, ao tempo que cumprem uma função simbólica, não estável.

Como já havíamos mencionado, para Lotman (1996), o símbolo compreende mecanismos da memória coletiva. Classifica os símbolos em simples e complexos, fazendo referência a V. Turner. Segundo os autores, os símbolos simples têm maior cabimento de sentido e de memória cultural. E ostentam uma constante combinação entre simples (formas espaciais, geométricas, sonoras, gestuais...) e complexos (símbolos cultuais e culturais), sendo os primeiros referidos nos segundos. Nessa perspectiva, a mística camponesa será considerada como um símbolo complexo simultaneamente cultural e cultural, porque se refere a ritos que nascem de práticas culturais

populares. Ao combinarem símbolos simples e complexos, os textos da mística se atualizam de forma constante em relação ao contexto.

A memória coletiva (Lotman, 1998) preserva a circulação da informação em diferentes capas temporais entre integrantes de uma organização social de base comunitária. No caso das mulheres dos assentamentos do Extremo Sul da Bahia, a memória está conectada com a informação que circula pelas falas e as músicas carregadas de simbolismos e fatos históricos que se dizem durante as místicas, a informação boca a boca, por meio do WhatsApp e das redes sociais (quem as tiver), das assembleias, dos cursos de formação. Com temáticas, além das mais pessoais, sobre experiências do desejo de aceder à terra, à consciência das dificuldades no campo, às lembranças das lutas, ao compromisso social, às vidas e aos mortos que expuseram as vidas pelos direitos camponeses.

Afinal, são também os corpos que ficam caídos no território, no Brasil não se pode esquecer das lutas feitas pelas ligas camponesas, nos despejos nos acampamentos do MST, as e os que foram assassinados por serem defensores de direitos humanos e especialmente dos direitos do campesinato, dos trabalhadores rurais, dos direitos à terra e à água. Por exemplo: a Marcha das Margaridas¹⁵ que reivindica a luta de todas, mediante a memória viva de Margarida Alves, é uma ação de resistência feita pelas mulheres do campo, da floresta e das águas, que envolve o espírito da mística camponesa, tanto como representação simbólica quanto como a espiritualidade que toma conta dos corpos e as emoções do coletivo mobilizado.

A militância do MST compreende que as comemorações contribuem para manter os laços afetivos do coletivo, provocar encontros, engajamento com as atividades e a pauta de luta, o

SUMÁRIO

15

"Conhecendo a Marcha das Margaridas." Disponível em: <https://bitly.com/6qVb5G1>. Acesso em: 25 nov. 2021.

que vai provocar guardar na memória lembranças boas e não tão boas, se for o caso.

Outras místicas foram presenciadas, como a do reflorestamento em setembro de 2022 no assentamento 40/45, que comemorava 35 anos da presença do MST na Bahia. Nesse evento, uma conversa com Leonize foi estimulante, uma mulher bonita, com a pele preta, estava com um boné do MST e era possível ver a dureza da luta no seu rosto, bem como a força no resto do seu corpo. Quando falou da mística, seu corpo se ergueu, seu olhar buscou por lembranças para dizer o seguinte:

[...] numa oficina em Salvador [BA] explicavam que a Mística veio de um mistério. Ela traz para nós o retrato do antes. Por isso é muito importante, porque revive nossa trajetória no nosso coração e pensamento. Hoje um companheiro ali [na mística da reflorestação], disse que ele é um dos fundadores e que no início aqui uma lata de óleo de um litro era dividida para 10 famílias. Então, assim é dividir o pão. Quando nós aprendemos dividir o pão, a luta faz mais sentido, a luta é mais gostosa. É aí quando sai a mística e fica no corpo para nos emocionar tanto, que ficamos com vontade de pregar algo querendo fazer algo. Aí você sente a Mística (Leonize – Assentamento 40/45 – 10 set. 2022).

Fica no ar o sentimento da mística como o mistério que nos comove e transcende as vontades. Leonize continua:

Quando nós aprendemos dividir o pão, a luta faz mais sentido, a luta é mais gostosa. É aí quando sai a mística e fica no corpo para nos emocionar tanto, que ficamos com vontade de pregar algo querendo fazer algo (Leonize – Assentamento 40/45 – 10 set. 2022).

As palavras marcantes de Leonize estão em consonância com as do filósofo Ademar Bogo (1997, p. 18), militante do MST: “O corpo é sagrado, dele depende a continuidade da luta. Os antigos filósofos vestiam e se alimentavam bem porque diziam que o corpo é o templo da alma, por isso deveria estar sempre em boas condições”

A citação do autor é retirada do fragmento do artigo “Como melhorar nossa mística”, publicado no Caderno de Formação n. 27 do MST. Ele observa que se pode pensar, portanto, que a atenção ao corpo e a sua sacralidade são parte importante da mística, é preciso vivenciá-la e senti-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre a mística camponesa, o modo como é atravessada pelas corporalidades, seu caráter de “pôr em comum” um coletivo e seu vínculo com a comunicação popular não se esgotam aqui. O texto é uma amostra da riqueza do processo investigativo, sobretudo no que diz respeito às significativas experiências e vivências empíricas com mulheres camponesas do sul da Bahia.

Segundo elas, a mística fica nas mãos, porque com elas constroem as barracas, depois preparam a terra. Mas a mística está também no coração porque ele guarda a emoção. Na mística, o coração está na mão porque expressa ação e paixão. Outras dizem que a mística toma o corpo todo. Na nossa experiência, a consciência que acorda a mística, na dimensão simbólica, está no corpo coletivo. Ou seja, nas mulheres em pé, juntas e misturadas, enquanto cantavam o hino do MST e erguiam o punho, na voz que se projetava cada vez com mais força. Essa energia gerava um clímax de *juntanza* de corpos precarizados, socialmente excluídos, que encontravam na ação coletiva a força para construir comunidades comunicantes.

Vale lembrar ainda os ensinamentos de Djacira Araújo, uma das mulheres que participaram das conversas (no/do sensível), que dizia que a mística é pedagógica, porque na luta se necessita da espiritualidade para fazer frente à realidade que é muito dura.

Eu estou aqui pensando sobre a mística como espaço da comunicação, formação, motivação, de recuperação da história. No método de construir a mística. O ritual é coletivo e participativo. Às vezes você expressa isso numa poesia dentro de um contexto que você desenvolveu com outras pessoas. Naquele momento para chegar aquela poesia, ela tem muito essa coisa do coletivo, assim a gente sabe que às vezes as imagens, os gestos, os símbolos falam e tocam mais do que uma palavra (Djacira Araújo – Assentamento Antônio Araújo – 22 out. 2023).

A explicação de Djacira sintetiza boa parte do que se pôde perceber sobre a mística camponesa nesta experiência investigativa. Neste texto, destacamos o papel vivo do corpo-memória-cultura no fenômeno estudado, corpo construtor de uma comunicação popular e de um *ethos* comunicacional que não prescinde da sua própria exposição aos outros, exposição que o faz vulnerável, portanto em permanente conflito com o mundo exterior. Desse modo, o corpo não é apenas uma superfície material, que pode ser lida e interpretada de acordo com as regras do mundo exterior do ideal positivista liberal. O corpo é também pensamento, subjetividade, criação, sentimento (dor, alegrias, tristezas, cansaço).

Nesta reflexão, a mística camponesa vem a ser uma espécie de antídoto que vigoriza o corpo e permite preservar a memória coletiva, a memória criativa e a memória comum para construir o comum na comunicação, para acreditar na possibilidade de ser-no-mundo no fortalecimento dos vínculos que se geram com o outro. Na comunicação popular reconhecer a efetividade da mística é importante para potencializar a expressão e a comunicação dos coletivos, bem como a inovação de práticas, em função do reconhecimento das mediações culturais e das vulnerabilidades sociais, devido às condições de precarização da vida.

Assim, reiteramos que o corpo, na sua natureza finita, forma parte da mística camponesa que tem uma duração indeterminada, já que se vale de textos antigos, da memória comum e memória criativa.

No início se alimentou dos ritos da Teologia da Libertação, com o objetivo de dar uma resposta ao sistema de crenças e convicções do povo, inserido na cultura coletiva e popular. Procurou, ao mesmo tempo, dar esperança, manter o espírito militante, produzir comunicação popular que aporte à coesão do movimento social, trazer uma forma outra de dar sentido à vida, de narrar o cotidiano com quem o vive e não com quem o interpreta. A condição de fragilidade do corpo demanda a produção de mecanismos que fortaleçam a tomada de consciência política, através de representações simbólicas que sejam alternativas à precarização da vida.

São as mulheres que participam dos coletivos que constituem a mística como um *ethos*, são elas que dominam essa prática e a vivenciam na construção conjunta, na experiência corporal, na recuperação e criação de memórias, na repetição e ressignificação de simbologias que se instituem para fortalecer a energia, a vida, a alegria de compartilhar a luta, o desejo por contribuir com o bem-estar da terra. São essas mulheres que nos ensinam a “pôr em comum” e trazem um sentido ancestral à comunicação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Tesis sobre la historia y otros fragmentos**. México: Editorial Itaca: Universidad Nacional de la Ciudad de México, 2008.

BOGO, A. Como melhorar nossa mística. **Caderno de Formação**, n. 27, p. 15-19, 1997. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-27-mistica-uma-necessidade-no-trabalho-popular-e-organizativo/>. Acesso em: 15 set. 2022.

BUTLER, J. **Marcos de Guerra**. Las vidas lloradas. México: Editorial Paidós Mexicana, 2010.

LOTMAN, I. **La semiosfera I**. Semiótica de la cultura y del texto. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.

LOTMAN, I. **La semiosfera II**. Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

MARTÍN-BARBERO, J. Comunicación Popular y los medios transnacionales (entrevista Revista Chasqui). **Revista Latinoamericana de Comunicación Chasqui**, n. 8, oct.-dic., CIESPAL, 1983. Disponível em: <https://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/928/964>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MEDINA, D. Y. M. **Comunidades comunicantes**: mulheres camponesas e processos de luta pela vida. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

PERUZZO, C. Popular and Communitarian Communication in Rural Social Movements: Beyond "Diffusionism" to Emancipatory Participation. *In*: SUZINA, A. C. (Edit.). **The Evolution of Popular Communication in Latin America**. Loughborough: Palgrave Studies in Communication for Social Change, 2021. p. 51-71.

PERUZZO, C. Comunicação popular e comunitária em movimentos sociais rurais: para além do "difusionismo", a participação emancipadora. *In*: SILVA, T. *et al.* (org.). **Comunicação para a Cidadania**: 30 anos em luta e construção coletiva. São Paulo: Intercom: Gênio Editorial, 2021, p. 101-131.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

WEFFORT, F. Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade) *In*: FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. p. 1-26.



14

*Helânia Thomazine Porto
Aline Jesus de Almeida*

**O PROJETO ÆGAYPĨHĨ ÛG KUÃ
- TROCAR E CONHECER
NO CONTEXTO DIGITAL:
ATIVISMO E DIREITOS HUMANOS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.14

INTRODUÇÃO

A pesquisa¹ acerca do ativismo de educadores comunicantes Pataxós no contexto digital ocorreu nos anos de 2020 e 2021, período em que as nossas vidas foram impactadas pelo vírus SARS-CoV-2. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a situação mundial como pandêmica. Um novo formato de interações sociais passou a ser adotado, principalmente o distanciamento social, uso obrigatório de máscaras de proteção, higienização constante de mãos e objetos com álcool em gel. Com a implementação dessas normas sanitárias, as relações presenciais passaram a ser protocoladas por medidas segurança, sendo o uso de mídia digital o principal canal de interação.

A crise sanitária demandou ações em diversos campos sociais: saúde, ciência, política, cultura, economia, religião e educação, dentre elas a de repensar as práticas sociais e políticas em outros formatos. Nessa reconfiguração social, analisamos as enunciações de lideranças Pataxós da aldeia Corumbauzinho, tendo por *corpus* textos publicados pelo projeto Ægaypĩĩ ùg kuã – Trocar e Conhecer: Intercâmbio Estudantil Intercultural, de autoria do diretor e professor Maicon Rodrigues dos Santos (2019).

O projeto Ægaypĩĩ ùg kuã – Trocar e Conhecer, neste período, teve suas produções publicadas em cinco ambientes digitais:

1 Neste artigo apresentamos parte do projeto de pesquisa de Iniciação Científica: *Comunieducação Pataxó: interseções entre a cultura escolar e a midiática, na conjuntura da pandemia do Covid-19*, apresentado pela Professora Dra. Helânia Thomazine Porto, selecionado via edital Nº 013/2021 - UNEB, financiado pelo FAPESB, o qual contemplou duas bolsistas: Aline Jesus de Almeida, com o subprojeto *Processos comunieducativos de educadores indígenas: análise de conteúdos e de metodologias para escolas Pataxós em contextos digitais*; e Huyara da Fonseca, com o subprojeto *Educação Escolar Indígena na pandemia do Covid-19: interpretação de práticas comunieducativas veiculadas em plataformas digitais de educadores Pataxós da aldeia Corumbauzinho*, executado no período de 2021 e 2022.

*Twitter*², *YouTube*³, *Facebook*⁴, *Instagram*⁵ e *site*⁶. Entre esses meios de comunicação social, segundo Fonseca (2022), o Instagram configurou-se como o lócus de maior circularidade de publicações e engajamento. Portanto, consideramos o Instagram um espaço propício para apreensão das temáticas deste projeto, visto que a necessidade de comunicação com o público externo no período pandêmico intensificou a participação em contexto digital. Partindo desse pressuposto, analisamos os conteúdos das práticas sociocomunicativas da aldeia Corumbauzinho (BA), no perfil do *Ãgaypĩhĩ ãg kuã* – Trocar e Conhecer, no Instagram, no período pandêmico.

Os estudos realizados por Porto (2019) apontaram que 70% dos aldeados Pataxós acessam a internet, a maioria por meio de seus aparelhos móveis de telefonia, identificando que essa população indígena faz uso, com certo protagonismo, de espaços digitais como *blogs*, *Twitter*, *Instagram*, *Facebook* e *sites*. A escolha das redes sociais digitais como contexto de enunciação pelos Pataxós da Bahia acompanha o fenômeno global, especificamente pelo crescimento do uso do Facebook e do Instagram nos últimos anos, estas consideradas as redes mais acessadas em nível nacional, talvez pela sua face intuitiva e pelos algoritmos.

A Transmetodologia foi a proposta teórico-metodológica-empírica adotada na pesquisa, o que permitiu a convergência de diversos movimentos de pesquisa, tais como as pesquisas teórica, de contextualização, empírica/exploratória, metodológica e pesquisa da pesquisa (Bonin, 2011). Assim, na constituição das argumentações

2 Atualmente a conta está desativada. Como se sabe em 24 de julho de 2023, o nome da plataforma foi alterado para a letra X, estilizada **X**. Em 30 de agosto de 2024, foi determinado o bloqueio desta plataforma no Brasil.

3 www.youtube.com/@intercambioestudantilinter1264.

4 <https://www.facebook.com/agaypihiugkua?mibextid=ZbWKwL>.

5 www.instagram.com/agaypihi.ug.kua.

6 O site do projeto: www.agaypihiugkua.com.

teóricas e metodológicas, houve diálogos interdisciplinares com os conhecimentos científicos da Comunicação, Antropologia, História, Linguística, Cultura, Semiologia e Etnografia.

O ativismo político rumo à cidadania comunicacional no *Ãgaypĩĩ ãg kuã* – Trocar e Conhecer foi interpretado na perspectiva da filosofia e estética da linguagem e da multimodalidade textual, conforme os estudos de Orlandi (2007), Bakhtin (2011) e *Marcuschi* (2002), uma vez que os meios podem ser parte do tecido dos discursos e da ação política (Martín-Barbero, 2004), especificamente nas articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais.

Quanto aos referenciais teóricos e metodológicos acerca da cidadania comunicacional, adotamos reflexões de pensadores que defendem que o uso exclusivo de determinada tecnologia de informação e/ou comunicação não garante por si avanços e conquistas políticas de determinado grupo contra as injustiças sociais, tais como Lacerda (2008), Peruzzo (2004, 2011), Bonin (2011, 2013), Maldonado (2013), Moglen (2012) e Porto (2019). Em aderência a esse pensamento, inferimos que uma comunicação cidadã deve ser pensada por uma perspectiva popular, democrática, coletiva, participativa, de caráter alternativo, por processos dialógicos em que os sujeitos sejam protagonistas, em diferentes formas de usos e apropriações. Nesse sentido, consideramos importante investigar o ativismo de educadores Pataxós no “ecossistema midiático” analisando como atuam nessa ambiência, principalmente sobre o que comunicam e informam, “trocam experiências e opiniões, e deixam suas marcas” (Lacerda, 2008, p. 73) acerca de seus direitos, rumo a uma cidadania indígena.

OS PATAXÓS COMUNICANTES

A complexidade das condições socioeconômicas dos Pataxós da Bahia vem exigindo a reivindicação de políticas públicas afirmativas de superação das desigualdades e de acesso a bens culturais.

Apesar do aumento populacional dessa etnia na Bahia, são aproximadamente 20.000 Pataxós⁷ no estado, distribuídos em mais de quarenta aldeamentos (Bahia, 2020). A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) divulgou em 2016 que indígenas são os mais vulneráveis ao desemprego e à pobreza em países latino-americanos; em média 37% da população ameríndia vive em situação de extrema pobreza. As desigualdades nacionais acompanham esses padrões, sendo desse total 18% da população indígena brasileira (Onu, 2016).

No entanto, não se pode negar que na década de 1970 já se observava ativismo político de indígenas, principalmente na atuação do primeiro deputado federal indígena, Mário Juruna, que, de posse de seu gravador, denunciou subornos e falsas promessas enquanto esteve em Brasília. Ações políticas foram publicadas no livro *O gravador do Juruna* (1982), no qual foram listadas as diversas promessas feitas aos indígenas e não cumpridas por dirigentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e por parlamentares. Essas e outras mobilizações fundamentam uma conquista importante, a Lei n.º 6.001, de 1973, conhecida como “Estatuto do Índio” (Brasil, 1973), que estabelece alguns direitos, como de trabalhar e desenvolver projetos de educação intercultural e multicultural, com o objetivo de aprofundar acerca das perspectivas de mundo e da história sob um ponto de vista das experiências e saberes indígenas.

Essas experiências se refletem, também, nas transformações que ocorreram nas conjunturas políticas e sociais na década de 1980, que percorrem tanto os âmbitos micro e macro da política nacional, conforme nos informam Gohn (2010) e Peruzzo (2004, 2008) ao considerarem a década de oitenta como um importante marco na história dos movimentos sociais brasileiros. Nesse período, grupos,

7

Conforme dados da Associação Nacional de Ação Indígena (ANAI) a população indígena total no estado é superior a 60 mil, o que faz da Bahia o terceiro estado com mais indígenas no Brasil. O povo mais numeroso é o Pataxó, que vive no Extremo Sul do estado e conta hoje com quase 20 mil pessoas, algumas das quais vivendo também em territórios indígenas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro (Bahia, 2020).

coletivos e organizações, de maneira combativa e política, iam para o espaço público com denúncias e reivindicações, tendo por resultado a inserção dessas pautas na Constituição Federal (Brasil, 1988).

Ao comparar os movimentos do início do século XXI com os do século passado, Peruzzo (2004) observa que os conteúdos das mobilizações, apesar de continuar o enfoque nas desigualdades econômicas e sociais, se mostraram mais plurais e amenos sob os pontos de vista temático e político. No entanto, a autora considera que há algo em comum entre os movimentos contemporâneos e os do final da década de 1980: ambos buscam provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público. E, com a profusão de tecnologias de comunicação e informação, ocorreram alterações no formato das mobilizações e na ampliação dos sujeitos coletivos, sendo configurados esses movimentos sociais em redes associativas (Peruzzo, 2004).

Na esteira dessas reflexões, Gohn (2010) e Scherer-Warren (2006) consideram que a comunicação se apresenta como essencial aos movimentos sociais, seja a partir de panfletos, de manifestos, de mídias como televisão, rádio ou particularmente das digitais. E, com a internet, os movimentos sociais conseguiram maior autonomia comunicativa, visto que governos e corporações não conseguem, na maioria das vezes, o controle das ações mobilizadas em redes digitais (Castells, 2013). Conforme análise de Porto (2019), essas articulações no contexto dos Pataxós configuram-se como redes multidimensionais, pois se organizam simultaneamente em redes locais, regionais, nacionais e internacionais e no contexto digital. Assim, importa analisarmos “os contornos” que as mobilizações dos Pataxós podem adquirir com o auxílio da comunicação digital no contexto da Covid-19.

Nas análises de Porto (2019), as organizações indígenas veem na mídia não apenas um meio para ampliar a visibilidade de seus pleitos, mas a concebem como um “novo modo de organização

política” em redes. Assim, têm-se proliferado ações em redes sociais a partir do trabalho desenvolvido pelas organizações indígenas, dentre elas o *site*⁸² da Associação de Povos Indígenas Brasileiros (APIB) ou por equipes de Comunicação responsáveis por assessorias e canais midiáticos indígenas (por exemplo, a Rádio online Yandê⁹, o canal no YouTube *Papo de Índio*¹⁰, o canal de *Denilson Baniwa*¹¹ etc.). Mídiações essas fundamentadas no *indigenato*¹², na experimentação das trocas possibilitadas pela internet e de contato entre indígenas e não indígenas.

Assim, inferimos que o engajamento de ativistas Pataxós pode oferecer informações significativas de seus processos sociocomunicacionais no contexto digital, principalmente quando há como intencionalidade nos usos e apropriações da mídia, conforme proposição do projeto *Āgaypĩhĩ ũg kuã*, a troca de informações e conhecimentos. Enfim, buscamos analisar como práticas sociocomunicacionais realizadas no Instagram se vinculam com a construção de uma cidadania indígena pleiteada por Pataxós comunicantes.

8 <https://apiboficial.org/>.

9 <https://radioyande.com/>.

10 <https://www.youtube.com/papodeindio>.

11 <https://www.youtube.com/watch?v=HCVmCsXdVv8>.

12 Indigenato é uma categoria desenvolvida pelo jurista João Mendes Júnior no começo do século XX, mas que tem suas origens no tempo do Brasil Colônia. Enquanto fundamento jurídico dos direitos territoriais indígenas, esta categoria foi retomada por militantes dos direitos indígenas na década de 1980 e utilizada pelos povos indígenas, sendo incluída na Constituição Federal de 1988 por meio de expressões como: direitos originários, direito à diferença e consideração aos conhecimentos e experiências tradicionais (Aparício, 2018).

RUMO A UMA CIDADANIA COMUNICACIONAL INDÍGENA

No século XX viu-se uma revolução no campo da comunicação. A internet introduziu duas características: a interatividade-comunicabilidade por outros meios e a informatividade acessada em diferentes plataformas para além de livros, jornais, rádios e televisão; tendo por acréscimo a possibilidade de o sujeito comunicante ser ao mesmo tempo produtor-consumidor de mensagens de diferentes formatos. Conforme lembra Castells (1999), passa a existir uma aldeia global constituída de diversas redes de comunicação, em que muitos podem produzir conteúdo, expor ideias, falar e ser ouvidos, ver e ser vistos, ler e ser lidos. Com o surgimento desta mídia, outras formas de participação coletiva vão se configurando, a exemplo da criação de *blogs*, *sites* e perfis em redes sociais digitais, como se observa no contexto das populações indígenas.

Castells (2013), na obra *Redes de indignação e esperança*, traz elementos que nos auxiliam a pensar os fatores que levam os Pataxós a buscarem nas redes sociais digitais visibilidades, para além de suas articulações sociais, culturais e políticas em outras redes sociais. Para o teórico, os fatores que desencadearam as organizações em redes na Europa e nas Américas foram a insuficiência do sistema representativo dos regimes não democráticos, o confisco da vontade popular por meio da engenharia política e a manipulação da informação pelo sistema midiático. Além disso, a expansão da intercomunicação individual e coletiva e a ampliação das habilidades e competências comunicativas possibilitaram que *indignados* utilizassem esses meios para constituir movimentos que desafiassem o poder do Estado. Sujeitos comunicantes, organizados em outros espaços públicos, reivindicaram e experimentaram possibilidades de constituição de uma democracia participativa.

Com a participação dos sujeitos em redes digitais, certamente há maior descentralização das informações e ampliação do campo de integração de seus participantes. Entretanto, essas conquistas não acontecem gratuitamente; no contexto dos Pataxós, demandam que esses sujeitos comunicantes estejam alfabetizados e letrados nas mídias, com capacidade de criação de enunciações para interações nas diversas esferas públicas e de participações políticas coletivas em contextos *off-line* e *on-line*, além dos recursos financeiros para aquisição de aparelhos modernos de telefonia com acesso à internet.

Porto (2019), ao problematizar o poder de consumo ante a construção da cidadania no contexto comunicacional, reflete que as desigualdades sociais e restrições aos bens culturais incidem nas formas de participação política dos Pataxós na esfera pública, reconhecendo que uma parcela da população indígena tem sido excluída.

Assim, em busca da inclusão e respeito à diversidade étnico-racial, o *projeto* Āgaypĩĩ ũg kuã – *Trocar e Conhecer* realiza intercâmbios interculturais estudiantis entre educandos e educadores de escolas, colégios e universidades não indígenas com os educadores e educandos do Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho. Essa aldeia está instalada na adjacência do Parque Nacional do Descobrimento, no território político do município do Prado, no Extremo Sul da Bahia, pertencente ao Território Indígena da *Aldeia-Mãe*, ou Barra Velha (Porto; Santos, 2020, p. 234).

Nesta comunidade vivem 89 famílias, aproximadamente 335 pessoas. A maior parte dessas famílias é composta por indígenas da etnia Pataxó, oriundos de aldeias próximas ou ainda de cidades localizadas no entorno do território indígena. Além dos indígenas, há alguns não indígenas, que por constituírem famílias com indígenas, residem na comunidade (Porto; Santos, 2020, p. 235).

Por compreenderem a necessidade de ocupar os diversos espaços de comunicação digital, conforme demanda do projeto Āgaypĩĩ ũg kuã – *Trocar e Conhecer*, suas enunciações são

divulgadas em cinco plataformas: Twitter, Instagram, Facebook, YouTube e no *site*. Nesses espaços, os educadores socializam projetos educacionais e reflexões acerca dos preconceitos sofridos pelos povos indígenas, além de promoverem debates sobre as lutas pela permanência e proteção de seus territórios, corpos e cultura. No *site* do projeto, por exemplo, há oferta de conteúdos (livros e artigos) sobre a educação escolar indígena para que professores da educação básica possam usá-los em seus fazeres educativos. Na perspectiva de Porto e Santos (2020, p. 235), esses contextos digitais fomentam “uma cidadania educacional, que se organiza pela defesa ao direito a uma educação pública, específica, diferenciada, intercultural, solidária, participativa e de qualidade”.

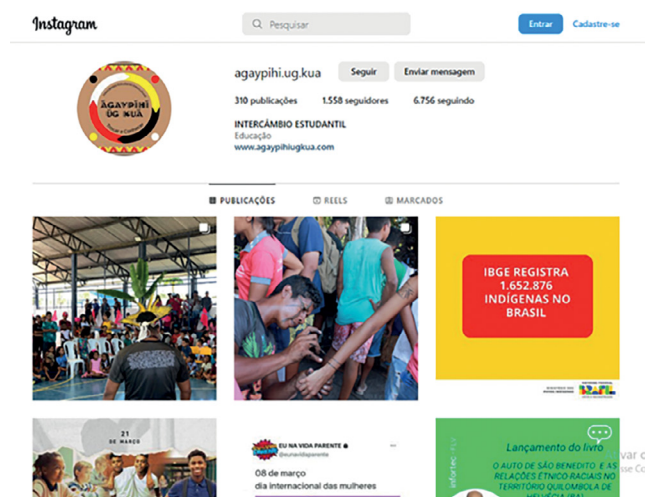
ANÁLISE DE CONTEÚDOS DE POSTAGENS DO PROJETO ĀGAYPĪHĪ ŪG KUÑ

Pensar o ativismo Pataxó no contexto digital não se resume à mera transposição de textos e de práticas educativas do ambiente físico para o midiático, pois, na perspectiva de Martino (2016, p. 36-37), “quando processos sociais assumem novas configurações, ganhando outras formas e contornos, aí se pode pensar em termos de mediação”. Sendo assim, não se pode ignorar que as formas de produção e circulação de conteúdos estão relacionadas às “lógicas de mídia” (Hjarvard, 2012). No caso do Instagram, trata-se de uma rede social digital que permite que seus usuários confirmem as novas publicações das pessoas que seguem, independentemente da espacialidade temporal e geográfica em que estiverem.

Por se apresentar como um espaço democrático, de livre acesso e alto alcance, o Instagram admite que diversos grupos sociais organizem suas ideias e manifestações de maneira *on-line*, através de *posts* e por meio da interatividade permitida nos *chats*,

like e *compartilhamento*, segundo o crivo dos sujeitos comunicantes. Essa rede social digital se popularizou em 2010, no mesmo ano de seu lançamento por dois engenheiros de *software*, o norte-americano Kevin Systrom e o sul-americano Mike Krieger. Trata-se de uma plataforma de fácil acesso e que possibilita engajamento, abrigando aproximadamente 500 milhões de usuários no mundo inteiro; somente no Brasil estima-se ter 7% de pessoas aderidas ao Instagram (Aguiar, 2022). Essa mídia é considerada um importante canal de *marketing* digital do projeto Ægaypihĩ ũg kuã, que em 2022 contava com 1.583 seguidores.

Figura 1 – Interface do Instagram do projeto Ægaypihĩ ũg kuã – Trocar e Conhecer



Fonte: www.instagram.com/agaypihi.ug.kua.

Para a análise dos conteúdos das publicações do Ægaypihĩ ũg kuã no Instagram¹³, adotamos a teoria da discursividade de Bakhtin (2011) e Marcuschi (2002, 2008, 2012), associada à Análise de Conteúdos de Orlandi (2005, 2007). Procuramos articular, desse modo, um olhar interpretativo a partir de uma abordagem

13

<https://www.instagram.com/agaypihi.ug.kua?igsh=a2ZteG9kZjhrbnEt1>.

quanti-qualitativa, considerando as teorias da comunicação que permitem investigar a produção e circularidade de sentido a partir das discursividades em circularidade nesse contexto digital.

De acordo com as ideias bakhtinianas (Bakhtin, 2011), entende-se por texto todos os enunciados que pertencem ao plano das ações sociais situadas historicamente, e que podem ser categorizados em gêneros textuais. Portanto, gêneros textuais são pensados como realização linguística que se dá mediante discursos, visto que o texto não é um ato ou uma manifestação textual-discursiva isolada, pois diz respeito aos usos coletivos da língua, que são sempre legitimados por alguma instância de práticas sociodiscursivas organizadas por sujeitos sociais.

Para Marcuschi (2002), os gêneros textuais operam de acordo com os domínios públicos em que circulam, pois são modelos comunicativos ancorados em situações sociais concretas, definidas culturalmente, funcionando como um instrumento para agir socialmente em situações determinadas. Há sempre uma previsibilidade do que acontece em cada gênero, pois se trata de um fato social e que se relaciona às normas coletivas que definem maneiras de agir, pensar e sentir. Todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo, mas sua determinação se dá basicamente pela sua função e não pela sua forma. Eles podem ser agrupados em cinco categorias: “narração, descrição, exposição, argumentação e injunção” (p. 150). Logo, podemos considerar que os gêneros textuais são produzidos e modificados para servir aos nossos propósitos sociais, pois eles não são superestruturas canônicas e deterministas, mas sim formações interativas, multimodalizadas e flexíveis de organização social e de produção de sentidos (Marcuschi, 2002). Dessa forma, pode-se dizer que os gêneros são um tipo de *gramática social da enunciação* (Bakhtin, 2011).

Quanto à influência das tecnologias digitais de informação e comunicação no formato dos gêneros discursivos, Maingueneau (2017) considera que elas têm modificado a forma de pensar,

atuar e comunicar; e, devido a elas, a sociedade contemporânea ganhou outros estilos de produção e circulação, como a possibilidade de hibridização da linguagem, da combinação de textos verbais e não verbais, sons, imagens em movimento (hipertextuais e hipermodais).

Em consonância com essa questão, Orlandi (2005, 2007) aponta a Análise de Conteúdo como um dispositivo de interpretação, uma vez que a linguagem enquanto prática social simbólica é submetida a diversos vieses interpretativos de acordo com as ideologias dos sujeitos interpretantes. Enfim, não existe situação comunicativa sem que haja a intencionalidade (ideias de quem produz o texto) e a liberdade interpretativa de quem a consome.

Bonin (2013), sem desconsiderar os limites de cada mídia, argumenta que os sujeitos vão adquirindo competências midiáticas segundo suas experiências comunicacionais e vínculos estabelecidos na trajetória com os meios, isto é, pelos usos, apropriações e produções que fazem das mídias. Ao ponderar o lugar diverso dos sujeitos nos processos sociocomunicacionais, a autora opta por *sujeitos comunicantes*, pois na sua perspectiva não cabe mais, nas discussões que se colocam em relação aos efeitos da comunicação, o receptor como apático, passivo e indiferente.

A linguista Orlandi (2007) também considera que os recursos e as situações comunicativas proporcionadas pelas redes sociais digitais dão vazão à manifestação do inconsciente, das ideologias e da constituição de sujeitos. Portanto, ao se analisar determinado texto, deve-se considerar que “a construção desse dispositivo resulta na alteração da posição de leitor para o lugar construído pelo analista” (p. 60). Logo, a identificação dos gêneros textuais é determinada pela constituição, formulação e circulação de sentidos.

Assim, ao atentarmos para as características dos discursos no contexto digital, consideramos os estudos de Marcuschi (2012) quanto à variedade de gêneros com o uso da internet e de Orlandi (2005, 2007),

em que defende que a identificação dos gêneros textuais/discursivos é determinada pela constituição, formulação e circulação de sentidos.

Ao considerarmos 217 postagens no Instagram do referido projeto, publicadas no período de março de 2020 e dezembro de 2021, indagamos em seus conteúdos acerca do ativismo de educadores indígenas da comunidade Pataxó de Corumbauzinho rumo a uma cidadania comunicacional indígena. Após a coleta de informações, por uma perspectiva quanti-qualitativa de pesquisa, organizamos a *corpora* conforme as suas temáticas.

Quadro 1 – Temáticas das enunciações

Enunciações	Ocorrências por ano		Total por temas
	2020	2021	
Eventos educacionais	47	20	67
Campanhas em prol de causas indígenas	22	15	37
Atualidades	27	8	35
Conteúdo de outros sujeitos comunicantes	13	2	15
Celebrações ou datas políticas	4	9	13
Reivindicação: equidade na categoria docente	5	8	13
Denúncias acerca de violência no território	2	10	12
Memória	10	2	12
Blogueiros(as) indígenas	7	1	8
Covid-19 no contexto indígena	5	0	5
Total de postagens 217			

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O conteúdo das enunciações identificado aponta que os educadores procuram manter a sociedade informada acerca de suas pautas políticas e educacionais por meio de postagens que retomam

as dinâmicas político-sociais do povo Pataxó, ao mesmo tempo que se promove um ativismo em prol de direitos indígenas como: ao território ancestral; à diversidade étnico-cultural; às subjetividades; à participação na política; à equiparação salarial da categoria docente; ao sentimento de pertencimento e reconhecimento de suas memórias; a uma educação indígena específica, diferenciada, intercultural e comunitária; a interagir no contexto digital sem o julgamento de que deixam de ser indígenas por isso; à saúde.

Quanto às escolhas das temáticas das enunciações, em primeiro lugar (67 ocorrências) encontram-se as que fazem referência a *Eventos educacionais*, principalmente sobre o intercâmbio estudantil intercultural realizado com estudantes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus X*, em 2020, em que as discussões versaram sobre a história e a cultura indígena. Esse intercâmbio foi o último evento presencial realizado na aldeia, antes da pandemia. Conforme registros em fotos e filmagens, o projeto *Ãgaypĩhĩ ũg kuã* vem colaborando na formação de educadores e estudantes, de diferentes níveis de escolaridade.

Em segundo lugar, tem-se as *Campanhas em prol de causas indígenas* (37 ocorrências). Este conjunto de textos refere-se às ações sociais realizadas, de autoria coletiva, propagadas ou apoiadas por organizações indígenas e indigenistas. Esta produção socio-comunicacional alia-se ao ideal de pertencimento, solidariedade, visando à participação de demais indígenas, visto que as comunidades indígenas se organizam socialmente de maneira distinta das não indígenas, conforme outras lógicas de produção e distribuição de bens. Essas divulgações desempenharam um papel importante para a arrecadação de ajuda financeira para as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica no período da pandemia. Com essa finalidade, o cocar e o maracá, que são considerados objetos sagrados, restritos às cerimônias indígenas, passaram a ser autorizados para comercialização, uma prática que se fortaleceu nesse período.

A participação coletiva requerida em prol do bem da comunidade, conforme observamos nessas postagens, tem como ponto de partida a defesa dos direitos dos povos indígenas, principalmente no que tange à liberdade de manterem seus modos de vida e a demarcação de seus territórios. Dessa forma, comunicar digitalmente tornou-se um instrumento de luta, na medida em que os conteúdos postados são rapidamente difundidos nas redes sociais e alcançam o público indígena e não indígena, possibilitando a conscientização de ambos no que diz respeito às lutas, anseios, histórias e culturas, bem como sobre às questões políticas e econômicas dos povos indígenas.

Em terceiro lugar, tem-se *Atualidades* (35 postagens), sendo comum a divulgação de informações oriundas de outros canais de comunicação. Nessas publicações, há informações sobre fatos recentes no campo da política, de âmbito nacional e regional, que envolvem os povos indígenas. Nesse sentido, as redes sociais são utilizadas para a divulgação de pautas indígenas e para o incentivo ao apoio as suas causas pela sociedade, nesse caso, elucidando a preocupação do projeto *Âgaypĩhĩ ũg kuã – Trocar e Conhecer: Intercâmbio Estudantil Intercultural* em manter a sociedade informada sobre o que acontece dentro e fora das aldeias, pois esses conteúdos visam à atualização crítica acerca de suas problemáticas.

Ao negligenciarmos o lugar do sujeito na enunciação, ignoramos também a sua condição de ser político, histórico, social, emotivo, biológico, cultural e psíquico. Assim, essas exposições nos possibilitavam questionar a universalidade do enquadramento dos sujeitos como passivos nos processos comunicacionais. Conforme Maldonado (2013), a noção de receptor passivo nas teorias comunicacionais reflete ideologicamente que nesse discurso subjazem “condicionamentos das concepções instrumentais, estruturais, funcionalistas, tecnicistas e mercadológicas” e enquadramentos no conjunto “cartesiano e positivista” de teorias, paradigmas e pensamentos ainda presentes “nas ciências e nas sociedades contemporâneas” (p. 89).

No quarto lugar estão os *Conteúdos de outros sujeitos comunicantes* (15 ocorrências), isto é, postagens selecionadas de mídias de interlocutores que abonam que, por meio do Instagram, os professores promovam interlocuções com outros grupos. Como exemplo, tem-se a reprodução da postagem do indígena Wellington Tupinikim¹⁴, que afiança a sua indianidade não por elementos de contrastes culturais ao não indígena, mas pelo seu sentimento de pertencimento, pelo autorreconhecimento. Trata-se de sujeitos comunicantes que ocupam ao mesmo tempo diferentes espacialidades, de produtor-consumidor. Nesse sentido, podemos inferir que os usos e apropriações do Instagram têm sido colocados como um meio alternativo para uma comunicação cidadã, permitindo, segundo esse exemplo, que indígenas conectados de diferentes etnias capturem recortes de temas já abordados, projetando no outro experiências de si mesmo e do outro, como um *interpretante* de signos, por meio de outras organizações discursivas (Orlandi, 2005).

No quinto lugar temos *Celebrações ou datas políticas* (13 ocorrências). Neste conjunto, identificamos postagens cuja intencionalidade era criticar as celebrações concernentes ao 19 de abril, data alusiva ao “Dia do Índio”. Com o objetivo de enfrentar a desinformação e o preconceito, na postagem do dia 19 de abril, há uma análise sobre a concepção colonizadora ensinada nas instituições educacionais não indígenas, em que se comemorava o “Dia do Índio” de maneira caricata e falaciosa.

A postagem sugere que nessa data deve-se promover a conscientização acerca da história e da cultura indígenas, incluindo a participação dos próprios indígenas, uma forma de se enfrentar o preconceito étnico-racial, especificamente a imagem cristalizada do que seja um indígena.

Figura 2 – Dia do Indígena



Fonte: www.instagram.com/agaypihi.ug.kua/.

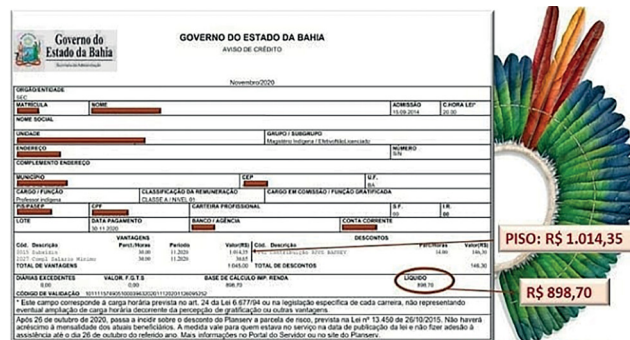
A publicação acerca desse tema que gerou maior engajamento foi um *meme* (Figura 2). Ao utilizar esse gênero textual, o projeto Ægaypĩhĩ ũg kuã – Trocar e Conhecer se conecta com o gosto do público, ao tempo em que fortalece o vínculo comunicacional, pois, na medida em que os estudantes e seguidores se sentem representados, o processo de conscientização acerca dos direitos indígenas se torna mais materializado.

Uma política pública de enfrentamento a essa questão foi pensada pela então Deputada Federal pelo partido Rede, atual presidenta da Funai, Joênia Wapichana (Joênia Batista de Carvalho), que protocolou, em 2019, o Projeto de Lei n.º 5.466, que alterou o nome “Dia do Índio” para o “Dia do Indígena”. O projeto foi promulgado em 2022,

conforme Lei n.º 14.402 (Brasil, 2022), que revoga a Lei n.º 5.540/1943 e determina a mudança de nomenclatura como uma forma simbólica de respeito à diversidade cultural indígena brasileira. Essa conquista resalta a importância da participação indígena nas mídias e nas representações políticas (Legislativo e Executivo). À medida que denúncias alcançam maior visibilidade, os indígenas alcançam seus direitos.

Com o mesmo número de ocorrências do quinto lugar, tem-se *Reivindicação: equidade na categoria docente* (13 ocorrências). Assim como ocorre nas demais organizações sindicais de docentes que utilizam as redes sociais para apresentar suas pautas, o projeto *Āgaypihĩ ũg kuã – Trocar e Conhecer* também expôs sobre a falta de compromisso do Estado quanto ao reconhecimento da profissão – professor indígena. Voltadas para a sociedade envolvente, as postagens reforçam a indignação dos docentes indígenas, pois nacionalmente a Bahia é o estado que paga o pior piso salarial a professores indígenas. Educadores indígenas recebem menos do que está estabelecido pela Lei n.º 11.738/2008 (Brasil, 2008), que regulamenta o piso nacional dos profissionais do magistério da Educação Básica.

Figura 3 – Valorização salarial de docentes indígenas



**MAL REMUNERADOS COMO PROFESSORES INDÍGENAS,
RECEBEMOS UM PISO SALARIAL INFERIOR À CATEGORIA, QUE
ESTÁ ENGESSADO HÁ SEIS ANOS, SEM DIREITO A NENHUM TIPO
DE GRATIFICAÇÃO.**

VALORIZAÇÃO SALARIAL JÁ!!!

Fonte: www.instagram.com/agaypihi.ug.kua/.

Após anos de contestação em contextos *off-line* e *on-line*, em março de 2023, essa reivindicação foi atendida pelo governo da Bahia, conforme Projeto de Lei n.º 24.869/2023 (Bahia, 2023), que altera a Lei n.º 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei n.º 12.046, de 4 de janeiro de 2011, estipulando ajustes do piso salarial dos professores indígenas de acordo com o previsto para a categoria docente da rede pública da educação básica. Apesar de a atual Lei considerar os direitos dos educadores indígenas do Brasil e colaborar para o desenvolvimento social e educacional das comunidades indígenas, reconhece apenas as formações docentes realizadas na modalidade de licenciatura intercultural, voltadas para a educação escolar indígena. Essa decisão é problemática, pois exclui educadores indígenas que tiveram suas formações pedagógicas perspectivadas em currículos não interculturais, desconsiderando, assim, a formação e os direitos de boa parte dos educadores indígenas.

Em sexto lugar, tem-se *Denúncias acerca do território* (12 ocorrências). Nesses textos, identificamos conteúdos de acusações acerca de invasões dos territórios indígenas, fundamentadas em conteúdos publicados em outros canais, principalmente os que dizem sobre o Projeto de Lei n. 490 (Brasil, 2007), que visa à implementação do marco temporal, em que se determina a comprovação da posse de terras indígenas até o dia da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. Percebemos ainda que tais postagens foram mais recorrentes em 2021, ante a pressão de aprovação da lei pelo Congresso. Tais enunciações possuem como principal intencionalidade a aderência política dos demais sujeitos comunicantes às causas indígenas. Neste caso, o ativismo no espaço digital constitui-se como um protesto *on-line*. Conforme Martino (2016), quando grupos populares adentram as redes sociais digitais para divulgarem seus anseios não se trata apenas da divulgação de imagens e textos, mas também da divulgação de ideais. Conforme observamos, essas enunciações visaram à revogação do PL 490 em nome de povos indígenas que, assim como muitas comunidades Pataxós, não têm o direito garantido de permanência em seus territórios.

No mesmo nível de ocorrências, há um conjunto de textos correspondentes à *Memória* (12 ocorrências), esta é acionada pela *gramática social de enunciação* (Bakhtin, 2011) do Instagram, sendo a quinta-feira o dia de se rememorar: TBT – *Throwback Thursday*. Seguindo essa sugestão, os Pataxós republicam postagens que retomam eventos significativos para o coletivo. Os TBTs são importantes para o projeto, pois promovem o fortalecimento da memória coletiva. Com a fluidez em que são produzidos e consumidos os conteúdos nas mídias digitais, o retorno na quinta-feira de temáticas publicadas cria a oportunidade de se alcançar mais pessoas.

No sétimo lugar encontramos as publicações que recomendam *Blogueiros(as) indígenas* (8 ocorrências). Essas enunciações, apresentadas em *vídeos*, expõem situações preconceituosas vivenciadas por outros ativistas indígenas, fortalecendo, assim, a intencionalidade do projeto, que é o ensino acerca de aspectos da história e cultura de povos indígenas com vistas ao enfrentamento ao preconceito e ao racismo.

Figura 4 – Blogueiros indígenas Pataxós



Fonte: www.instagram.com/agaypihi.ug.kua/.

Compreende-se que, antes da democratização ao acesso à produção e consumo de informação na internet, a comunicação indígena articulava-se prioritariamente em suas comunidades e com as instâncias de poder, de modo que seus esforços se voltavam para a conscientização de seus pares e para a reivindicação de seus direitos. Dessa forma, a participação dos Pataxós nos espaços digitais determina uma retomada de território social digital, pois nesse contexto expõem suas cosmovisões e realidades para a sociedade não indígena, uma vez que cada postagem pode atuar como expressão do pensamento da comunidade.

No oitavo lugar figuram as informações sobre a *Covid-19* (5 ocorrências em 2020). Como sabemos, a pandemia afetou de forma significativa as comunidades indígenas do Brasil, pois boa parte delas se encontravam em vulnerabilidade devido a fatores como isolamento geográfico, falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, carência de infraestrutura básica e falta de informações confiáveis. Nesse sentido, práticas sociocomunicativas constituídas em ambientes digitais podem ser entendidas como uma dimensão coletiva estabelecida por vínculos sociais que possibilitam a construção de sentidos, interações, acesso e produção de informações e conhecimentos.

O conteúdo das postagens informa que há uma cidadania comunicacional indígena em construção, associada a outras práticas culturais e políticas, pois percebemos nas enunciações a conscientização dos Pataxós de seus direitos, especificamente nas reivindicações que dizem respeito às formas excludentes como são apreendidos por não indígenas e pelo Estado. Assim, a cidadania comunicacional Pataxó que se inscreve no âmbito da Aldeia Pataxó de Corumbauzinho, na Bahia, pode ser percebida na convergência de suas ações comunicacionais presenciais e *on-line*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos conteúdos dos materiais disponíveis do projeto *Ãgaypĩĩ ùg kuã – Trocar e Conhecer*, de autoria do Professor Mestre Maicon Rodrigues dos Santos, realizado no período de 2019 e 2021, na plataforma do Instagram, revelaram que esta plataforma tem sido utilizada para os propósitos informacionais, comunicativos, educativos e políticos de educadores da aldeia Corumbauzinho. Nesse contexto, há preocupação na produção de diferentes textos em diversos formatos e linguagens. A análise de seus conteúdos demonstra que eles têm funcionado como um modo de os educadores Pataxós organizarem e socializarem conhecimentos acerca da história, cultura e política indígena.

Observamos ainda que, com o avanço do processo de media-tização e com a atualização das redes sociais digitais, sujeitos e instituições que antes eram limitados nas interlocuções são promovidos à condição de produtores. O projeto *Ãgaypĩĩ ùg kuã* na internet vem possibilitando que os Pataxós conectados tenham espaços legítimos de enunciação. Hoje, a pequena aldeia de Corumbauzinho (Prado, BA), de aproximadamente 89 famílias (335 pessoas), localizada no Extremo Sul da Bahia, tem canais de comunicação, sem comprometer o orçamento da coletividade. Há um novo cenário com outras condições de produção e/ou coprodução de enunciações pelos Pataxós comunicantes.

Nos usos e apropriações da mídia digital, há um deslocamento do “modelo conversacional (comunicação reverberante, de ida-e-volta) para um processo de fluxo contínuo, sempre adiante” (Braga, 2012, p. 40), tendo os sentidos ampliados com outros sentidos, às vezes, valorados e/ou transformados pela participação dos interpretantes via *chat* ou por *like*. Nesse sentido, as postagens do projeto *Ãgaypĩĩ ùg kuã – Trocar e Conhecer* da aldeia Corumbauzinho no Instagram configuram-se como um ponto de partida a partir do

qual podemos observar outras formas de se realizar intercâmbios, pois produtores e interagentes estabelecem contratos de participação, revelados nos formatos de interação, como *likes*, comentários e compartilhamento.

Na perspectiva de Peruzzo (2011), um movimento social pressupõe a existência de um processo de organização coletiva e se caracteriza pela consistência dos laços, das identidades compartilhadas, certa durabilidade e clareza não só no uso de táticas mobilizadoras, comunicativas, civis, judiciais etc., mas também nas estratégias, como aquelas envolvendo um projeto amplo de sociedade. As análises das 217 postagens revelaram que a produção e circulação de diferentes gêneros textuais e temáticas, de certa maneira, reconfiguram o ativismo Pataxó, promovido em dimensões fronteiriças e híbridas, do entrelaçamento de ações políticas presenciais, como da circulação de enunciações no contexto digital oriundas de ações realizadas presencialmente, como as passeatas e manifestações políticas.

Importante ainda pontuarmos que os conteúdos pedagógicos dos contextos digitais emergem dos intercâmbios realizados no Colégio Estadual Indígena de Corumbauzinho, que considera a reafirmação identitária e cultural desses sujeitos por meio das trocas de experiências presenciais e de postagens socializadas em redes digitais.

A partir dos resultados desta pesquisa, pode-se inferir que é possível utilizar a mídia digital como ferramenta educativa e formativa, principalmente como ocorreu em meio à crise sanitária da Covid-19. As soluções encontradas pelos docentes e discentes Pataxós podem ser lidas como tecnologias no campo da linguagem, isto é, um material técnico-científico transversalizado por questões étnico-raciais, políticas, territoriais, históricas, conforme proposição do Projeto Político Pedagógico da escola (Bahia, 2020). Percebemos esta intencionalidade tanto nos fazeres educativos cotidianos na

escola da aldeia, quando lá estivemos em intercâmbio, quanto nos contextos digitais, principalmente no enfrentamento aos estereótipos e preconceitos acerca dos povos indígenas.

Nesse sentido, a pesquisa afiança sobre a necessidade de os Pataxós ocuparem os diferentes espaços, sendo as plataformas sociais digitais mais um *espaço sócio-político-cultural* que prepara os educandos para a superação dos preconceitos experienciados, auxiliando-os na luta pela permanência e na proteção de seus territórios, corpos e cultura. Ademais, o projeto *Āgaypĩhĩ ũg kuã – Trocar e Conhecer*, por meio de suas plataformas, busca oferecer gratuitamente conteúdos sobre e para a educação escolar indígena a fim de que professores da educação básica possam utilizá-los em seus fazeres educativos. Pataxós em direção a uma cidadania comunicacional indígena que se inscreve em pleitos de dimensões econômicas, culturais, políticas, educacionais, de saúde pública e do respeito à diversidade étnico-racial e de gênero.

REFERÊNCIAS

APARICIO, A. B. **O Instituto do Indigenato e teoria crítica**: a possibilidade de reinvenção do fundamento jurídico dos direitos territoriais indígenas a partir da análise da territorialidade e dos processos de luta Guarani. 2018. 253 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

BAHIA. **Lei n.º 24.869**, de 17 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa-nova/proposicao/PL.-24869-2023>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAHIA. **Quantos povos indígenas há hoje na Bahia? E em quantos territórios vivem eles?** Salvador (BA): ANAI, 2020.

BAHIA. **Projeto de Lei n.º 24.869**, 01 de março de 2023. Disponível em: <https://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa-nova/proposicao/PL.-24869-2023>. Acesso em: out. 2023.

BAHIA. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Corumbauzinho**. Teixeira de Freitas (BA): NTE 07, 2020. (mimeo).

BAKHTIN. M. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BONIN, J. A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (org.). **Metodologias da pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BONIN, J. A. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais em foco na recepção. *In*: BONIN, J. A.; ROSARIO, N. M. do. (orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. *In*: MATTOS, M. Â.; JANOTTI JUNIOR, J.; JACKS, N. (orgs.). **Mediação & Mdiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRASIL. **Constituição do Brasil 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. **Estatuto do Índio**. Lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Brasília: Senado Federal, 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: out. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 14.402**, de 08 de julho de 2022. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/36062439>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 11.738**, de 16 de julho de 2008. Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 490-A**, de 30 de outubro de 2007. Brasília: Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=583535&filena. Acesso em: jul. 2023.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FONSECA, H. **Comunieducação dos Pataxós de Corumbauzinho**: interseções entre a cultura escolar e a midiática. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, BA, 2022.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/82929>. Acesso em: 28 dez. 2022.

JURUNA, M.; HOHLFELDT, A.; HOFFMANN, A. **O gravador de Juruna**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

LACERDA, J. de S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais**. 2008. 291 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2008.

MALDONADO, A. E. Perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSARIO, N. M. do. (orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social, 2013.

MARCUSCHI, Luís Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucena, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. *In*: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (org.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, L. M. S. **Mídia, religião e sociedade**: das palavras às redes digitais. São Paulo: Paulus, 2016.

MOGLEN, E. El manifiesto puntoComunista. *In*: LAGO, S. M. (comp.). **Ciberespacio Y Resistencias**: exploración en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012.

MAINGUENEAU, Dominique. Gêneros do discurso e web: existem os gêneros web?. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1274>. Acesso em: 25 jul. 2022.

ONU. **Estudo Econômico da América Latina e do Caribe**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os desafios do financiamento para o desenvolvimento. Nações Unidas: Cepal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/entities/publication/fl4c3e5d-3065-42ee-ae9d-bbe82c7535f4>. Acesso em: out. de 2019.

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Pontes, 2007.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: http://www.portalgens.com.br/comcom/direito_a_comcom.pdf. Acesso em: out. de 2020.

PERUZZO, C. M. K; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. (org.). **Trazos de otra comunicación en América Latina**. Barranquilla: Col. Editorial Universidad del Norte, 2011.

PORTO, H. T. **Processos comunicacionais, identitários e cidadãos**: Pataxós em “territórios” de resistências e utopias. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

PORTO, H. T.; SANTOS, M. R. Intercâmbio estudantil no Colégio Estadual indígena de Corumbauzinho: Etnografia de uma Pedagogia Intercultural Pataxó. **Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, Eunápolis, v. 1, n. 2, 2020. Eunápolis: UNEB/DCHT, 2020.

SANTOS, M. R. **Āgaypĩhĩ ũg kuã**: experiências anti(contra)coloniais a partir de intercâmbios estudantis interculturais. Projeto de Pesquisa (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-raciais) – Universidade Federal do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, 2019.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Dossiê: Movimentos Sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007. Acesso em: out. de 2020.



15

*Adriã Galvão
Lisiane Aguiar*

MICROPOLÍTICAS DE MULHERES INDÍGENAS EM CONTEXTO URBANO:

**UMA CARTOGRAFIA DAS EPISTEMOLOGIAS
DOS CORPOS-TERRITÓRIOS POR MEIO
DAS EXPERIÊNCIAS COMUNICACIONAIS
DO KUNHANTÃ**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.15

INTRODUÇÃO

De que forma podemos produzir experiências comunicacionais pluriversivas que ultrapassem as normatizações já consolidadas? Que movimentos os povos indígenas podem provocar na construção de uma episteme que conflua a partir de suas cosmogonias? Como a comunicação indígena pode encorajar a descolonização das teorias e práticas para construir estratégias que sejam capazes de comportar a existência digna e plena dos povos originários do Brasil?

O presente artigo propõe tecer uma cartografia crítica das ponderações de mulheres indígenas em contexto urbano realizadas durante entrevista ao *podcast* e programa de rádio *Kunhantã*, produção que reúne mulheres indígenas que vivem no estado de Roraima para compartilhar saberes e vivências ao longo da vida. O nome “Kunhantã” deriva da palavra tupi-guarani “cunhantã”, que significa “mulher forte”. O projeto de extensão também integra o grupo de pesquisa Comunicadores Indígenas e Territorialidade Amazônica, da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Diante da análise das experiências produzidas na construção dos diálogos, propõe-se estudar as capacidades de afetação dos saberes ancestrais na formulação de diferentes epistemologias válidas para se pensar e combater o sistema colonial e a monocultura – que sustentam o racismo e o etnocídio presente no cotidiano de pessoas indígenas em contexto urbano no Brasil –, além de contribuir para o letramento racial e étnico a partir das perspectivas indígenas. Aqui, tomamos a experiência como tudo “o que nos acontece” (Larrosa, 2002, p. 21). É um encontro e uma relação com algo que se experimenta, que se prova.

O objetivo deste artigo tem como base as considerações resultantes de um projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito da extensão universitária da UFRR, intitulado “Comunicadores indígenas

e territorialidades amazônicas: o protagonismo na criação de conteúdos para as mídias digitais em Roraima”. Desse modo, estudar a produção do *podcast Kunhantã – Narrativas de Mulheres Indígenas* levou à ampliação para o formato de rádio, trazendo entrevistas com mulheres lideranças indígenas, jornalistas, comunicadoras, artistas, artesãs, escritoras, médica, pajés, professoras, antropólogas e universitárias, que narram suas vivências e saberes semanalmente na emissora de rádio e TV Universitária, 95,9 FM. Os 15 episódios do *Kunhantã* estão disponíveis na plataforma de *streaming* Spotify¹ e na Rádio Web da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Nossa artesanaria para traçar caminhos comunicacionais em uma perspectiva decolonial nasce dos diálogos construídos nos episódios intitulados: 1) “Saúde Mental da Mulher Indígena: Iterniza Pereira”; 2) “Warao em Movimento: Argênia Alcântara”; 3) “Demarcando a Universidade: Yara Makuxi”; 4) “Bordado e Pintura: Georgina Sarmiento”; 5) “Comunicação Indígena: Mayra Wapichana”; 6) “Sucuri de Roraima: Alcineia Pinho”; 7) “Mulheres que Fazem Sol: Sony Ferseck”; 8) “Indigenizando a Pesquisa: Yara Makuxi”; 9) “Indígenas na Medicina: Suênia Manduca”; 10) “Comunicação na Amazônia: Glycy Makuxi”; 11) “A Boca da Mata: Leoneide Pinho”; 12) “Cobertura da Crise Yanomami: Evilene Paixão”; 13) “Rede Wakywa: Eliane Wapichana”; 14) “Arte e Grafismo: Adrielle Wapichana”; 15) “Escrevendo nossas histórias: Márcia Wapichana”.

Tecemos esse novelo de linhas luminosas em três movimentos: a) cartografia da experimentação coletiva oral; b) micropolíticas para o bem viver; e c) considerações finais: pistas para o reflorestamento.

Na parte denominada “Cartografia da experimentação coletiva”, cartografaremos as experiências oralizadas dessas mulheres e elucidaremos a dimensão do acionamento da memória coletiva

SUMÁRIO

1

Disponível em: <https://open.spotify.com/show/tyEArMDma028KoMgJxobff?si=RXEocOUrT5Ci15kIwGikTQ>. Acesso em: 17 set. 2024.

como estratégia de fortalecimento das diferentes existências e saberes dos povos indígenas.

Na seção “Micropolíticas para o bem viver no espaço urbano”, aprofundaremos nossos aportes teóricos baseados nos escritos de mulheres indígenas, brasileiras e latino-americanas como Aline Pachamama (2020), Geni Nuñez (2021, 2023), Graça Graúna (2013) e Silvia Rivera Cusicanqui (2018), entre outras, para analisar a produção do conhecimento ocidental e o exercício da pesquisa crítica e reflexiva.

A partir da comunicação entre a cartografia das experiências no *podcast Kunhantã* e as observações teórico-metodológicas das escritoras, poderemos contribuir com o tecimento do pensar que direciona a formular diferentes sentidos que estruturam a vida cotidiana em que a mulher originária está inserida (Pachamama, 2020, p. 137).

Como o saber indígena pode propor uma crítica das experimentações vividas a partir do que temos por micropolíticas? Para Guattari e Rolnik (1986, p. 133), “*la cuestión de la micropolítica es de cómo reproducimos (o no), los modos de subjetivación dominante*”. Para Cusicanqui, “*la micropolítica es un escapar permanente a los mecanismos de la política. Es constituir espacios por fuera del Estado, mantener en ellos un modo de vida alternativo*” (2018, p. 142).

Assim, podemos pensar uma ação que move a tessitura desse objeto guardador de memórias: viver nossas subjetividades e poder exercê-las livremente, sem ter que se moldar por causa das monoculturas presentes em nossa ainda colonial sociedade.

Uma estruturação do saber praticado nos encontros coletivos oralizados pode ser exercitada em uma dimensão existencial a ponto de provocar a formulação de novos sentidos em diferentes âmbitos da vida de um ser?

Os fios que estamos tecendo para basilar nossa retomada estão conectados aos nossos modos de viver a terra, de construir hoje um futuro ancestral, o bem viver através de nosso reflorestamento da cidade. Assim, não se trata de uma “evolução” ou “desenvolvimento” de nossa parte, como se abandonássemos a memória de quem fomos/somos/seremos, em uma “superação” de nossas antigas/contemporâneas tecnologias de existência, mas de sermos quem somos (Nuñez, 2021, 2023). Logo, buscamos o tecimento conjunto entre nossos saberes ancestrais e os conhecimentos absorvidos a partir da interação com o contexto urbano.

CARTOGRAFIA DA EXPERIMENTAÇÃO COLETIVA

Nossa proposta é articular um conjunto de ideias e pensamentos que possam ajudar a situar a experiência da comunicação indígena, por meio dos movimentos de organização indígenas e também em diálogo com os aportes teóricos comunicacionais alternativos.

Essa articulação, então, coloca as pesquisas acadêmicas em debate a partir da vivência comunicacional que temos, para refletir criticamente sobre os usos e sentidos desses estudos, o que em si sinaliza com a perspectiva decolonial e indígena (Lima, 2022; Tuhiwai Smith, 2017). Dessa forma, entendemos que os arranjos teóricos e as experiências empíricas são processos dinâmicos e culturais, especialmente no eixo da comunicação, e que refletir sobre essa ordem abre sempre diferentes visões e práticas do pensar metodológico. Essa abertura de mundo nos dá a capacidade de desempenhar outras formas de articular ações eficazes a ponto de compor a artesanaria identitária e comunicacional indígena, apropriando-se dos conhecimentos absorvidos no âmbito urbano para a produção de memórias que estruturam os saberes originários.

A ideia é propor uma pesquisa-intervenção a partir da coexistência dos encontros efetuados a partir do cotidiano, partindo sempre do ponto da própria existência dentro da pesquisa, porque é pela via da produção de acontecimentos que essa modalidade de pesquisa pode ser captada. Uma cartografia micropolítica das nossas experiências (Aguilar, 2022).

Quando falamos de um *podcast* e programa de rádio construído a partir da participação de mulheres indígenas, pode-se também pensar que todas carregam consigo pulsantemente suas experiências. Nossas existências conjuntas e partilhadas se tornam um instrumento para a comunicação entre quem narra e quem ouve, permitindo a expressão de suas produções de subjetividades.

Para fazer a pesquisa oral, é necessário também se desprender do estranhamento à diferença porque o que fará a interação entre os sujeitos é justamente a ausência de preconceitos a respeito dos modos de pensar a vida. Estar sempre disposto a uma conversa horizontal e que se baseie na escuta coletiva e troca de saberes.

O tecimento de micropolíticas de resistência através do *Kunhantã* tece fazeres micropolíticos que estão sempre em movimento (Graúna, 2013, p. 172). Uma ação que não permanece estática, mas se apresenta em diversos momentos, seja nas gravações das entrevistas, na troca de diálogo sobre o roteiro e na escuta da produção através da internet ou rádio. É nesse ponto que praticamos a expansão da memória para um viés coletivo em busca do compartilhamento dos mesmos saberes ancestrais em outras extensões de produção.

O *podcast Kunhantã* é uma teia de conhecimento compartilhado que propõe perspectivas indígenas como caminho para tecer seus diálogos. Ele se constitui de identidades que constroem o saber a partir da mulher indígena. O movimento de descoberta das identidades no início das gravações é o primeiro ato de afirmação do materializar e guardar histórias dessas mulheres. Muitos processos que cada mulher carrega em sua formação identitária, quando

narrados na produção de áudio, formam uma produção de sentidos tanto para quem produz quanto para quem escuta, abrindo portas para as possibilidades de despertar memórias de mais pessoas. As narrativas também materializam as lembranças não só de relatos passados, mas de fazeres presentes que constroem a identidade da mulher indígena em um lugar de permanência forçada, o que coloca a identidade em um campo de guerra diante dos parâmetros do colonialismo.

No ato de cartografar a produção, observamos que o *Kunhantã*: materializa os saberes carregados por essas mulheres a partir da gravação e publicação das narrativas no espaço virtual; aciona a memória por meio da verbalização dos conhecimentos que permeiam os processos pretéritos dos sujeitos; reafirma a identidade que constitui a mulher originária por meio da memória; produz uma mídia que reivindica a fala a partir da ótica da mulher indígena; direciona estratégias que ampliam o protagonismo e a autonomia comunitária comunicacional de mulheres indígenas.

As experiências gravadas pelas mulheres indígenas renovam e ampliam seus saberes no atravessar do tempo. Para ajudar a construir nosso presente, faremos o mapeamento de trechos das entrevistas das falas de mulheres indígenas no *podcast Kunhantã*.

Iterniza Pereira Macuxi, psicóloga no Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima, é a entrevistada do primeiro episódio. A principal temática debatida foi a saúde mental da mulher indígena em tempos de pandemia, trazendo um panorama da experiência de Iterniza como única psicóloga atuando no Conselho Indígena de Roraima em atendimento às comunidades indígenas durante um dos momentos de mais alta circulação do vírus da Covid-19, e suas observações sobre o estado psicossocial das pessoas durante a crise da saúde mundial. “No entendimento deles, quando um parente ficava com Covid, respeitar a quarentena e manter o distanciamento social para evitar a proliferação do coronavírus é como

se eles tivessem excluindo uma pessoa, deixando sem o suporte do cuidado, do coletivo” (Kunhantã, 2021, Episódio 1). Podemos observar por meio dessa narrativa a importância da coletividade para a existência plena indígena. Esse foi um tema que em outros encontros com mulheres indígenas foi mencionado. No contexto urbano há uma solidão nos modos de vida que os indígenas sentem muito, e para superar isso buscam os parentes, buscam grupos e coletivos.

No segundo episódio, conversamos com Argênia Centeno, artesã Warao e imigrante venezuelana, que compartilha memórias de sua vivência na aldeia, a origem de seu talento como artesã, o deslocamento forçado até Roraima devido à crise humanitária na Venezuela. Ela falou das experiências de racismo e xenofobia sofridos no Brasil e a experiência de criação de um projeto voltado à preservação da cultura Warao através da produção de cestos, no abrigo voltado a migrantes e refugiados onde residia na época. *“Estaba muy doente, pero no me quisiste atender porque yo estaba descalza [...] Me dice ‘yo soy médico, pero usted es cabocla’. Yo le dije que nosotros somos humanos. Me fui a casa y me curé con mi medicina tradicional, como Warao que soy”* (Kunhantã, 2021, Episódio 2). Ela conta no episódio que não denunciou o médico, pois está acostumada a sofrer preconceitos, mas seu saber ancestral a fortalece. Logo, observamos a importância do autocuidado por meio de saberes ancestrais medicinais.

No terceiro episódio Yara Makuxi, antropóloga e coordenadora de projetos da Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), narra sua experiência enquanto pesquisadora na comunidade Boca da Mata, suas relações de deslocamento entre a aldeia e a cidade, suas perspectivas a respeito da figura da mulher indígena dentro da universidade pública como produtora de conhecimento a partir de seus saberes. *“Nossa presença incomoda. É como se tivéssemos roubando a vaga de alguém na universidade, ‘Ah, mas tá de roupa, deixa de ser indígena, usa celular também’. Eu tinha que sempre estar me afirmando”* (Kunhantã, 2022, Episódio 3). Desse modo, observamos, nesse terceiro episódio, os desafios identitários

da mulher indígena no ambiente urbano. Ao chegar na capital, Yara Macuxi se depara com os apagamentos identitários dentro da universidade, o que a leva a um processo forçado de reafirmação de sua identidade e autonomia enquanto indígena.

O quarto episódio, “Bordado e Pintura”, convida a mulher Macuxi e Wapichana, artista, ilustradora, bordadeira e pesquisadora Georgina Sarmento. A entrevista marca a estreia do *Kunhantã*, ao vivo, na Rádio Universitária da Universidade Federal de Roraima. Georgina conta sobre a simbiose vivida entre a arte e sua ancestralidade, seus trabalhos mais recentes e suas inspirações. “Eu pinto corpos indígenas gordos como eles são. É um diálogo com nossos trabalhos de acordo com a vivência de cada um [...] tudo gira em torno de trilhar corpos indígenas, de mulheres indígenas justamente para fugir dos estereótipos que recaem sobre nós” (Kunhantã, 2023, Episódio 4).

O quinto episódio, “Comunicação Indígena”, recebe Mayra Wapichana, jornalista e consultora de comunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR). Filha da terra indígena Serra da Lua, ela conta suas experiências como cofundadora da Rede WakyWa de Comunicadores Indígenas de Roraima, assessora de comunicação da primeira deputada indígena do Brasil e atual presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas de Roraima, Joênia Wapichana, além de outras atuações no jornalismo da Amazônia. Ela também compartilha suas perspectivas sobre a importância de fortalecer a autonomia indígena através da comunicação. “É ter autonomia de colocar pra sociedade o que nós pensamos, o que temos, as nossas lutas. Nos fazer existir nesses espaços” (Kunhantã, 2023, Episódio 5). Ela explica que os processos de comunicação dos povos indígenas têm outras linguagens e são importantes para ocupar os espaços urbanos para trazer o senso de comunidade.

O sexto episódio traz uma entrevista com Alcineia Pinho Wapichana, vice-coordenadora da comunidade indígena Campinho, localizada na terra indígena Serra da Lua, município do Cantá, em Roraima.

A liderança indígena chega para contar suas experiências como fundadora do jornal comunitário *Sucuri*, sua vivência como vice-líder de uma comunidade, membro do movimento indígena de mulheres e organizadora do Acampamento Terra Livre em Roraima, a maior mobilização indígena do mundo. “Então, nós íamos até as pessoas e dizíamos ‘você é importante para nós, queremos que você conte sua história’ As pessoas precisam conhecer seu trabalho dentro das comunidades, como liderança, como mulheres” (Kunhantã, 2023, Episódio 6). Ao fazer o destaque para pessoas que estavam ali no dia a dia, por meio das suas histórias e compartilhando as experiências começaram um processo de grande impacto dentro das comunidades.

O sétimo episódio convida a escritora, poetisa e pesquisadora Makuxi Sony Ferseck para falar sobre sua trajetória na pesquisa da literatura indígena em Roraima a partir da preservação dos saberes ancestrais das anciãs Macuxi através das palavras escritas na “pele de papel” (Kopenawa; Albert, 2015). Também narra seu processo de entendimento da necessidade de, através da pesquisa científica, guardar e criar memórias de mulheres originárias do Estado. “É toda uma estrutura de pensamento que te coloca como indígena ou civilizado. Existe todo um estereótipo acerca da mulher indígena que te limita a uns guetos e lugares” (Kunhantã, 2023, Episódio 7). Ela conta que fez um caminho de reencontro por causa da universidade, por ter participado de projetos científicos que a fizeram vencer estereótipos por viver na cidade para estudar.

O oitavo episódio convida novamente a pesquisadora Yara Macuxi, entrevistada do terceiro episódio do *podcast*, para contar suas atuais vivências como pesquisadora, antropóloga, professora e palestrante. “Nós agora estamos fortalecendo a mobilização indígena na Terra São Marcos, meu território, para incentivar principalmente os jovens a se engajarem na luta pelos nossos direitos [...] As mulheres da minha comunidade, a minha mãe, são grandes inspirações pra mim” (Kunhantã, 2023, Episódio 8). Ela narra com veemência que, através da reformulação da educação oferecida, registros orais

dos saberes ancestrais para os mais jovens podem contribuir para o fortalecimento da identidade indígena em contexto urbano.

O nono episódio compartilha a vivência da médica afro-indígena Makuxi Suênia Manduca. Ela narra suas experiências desde a transição da comunidade para a cidade, sua passagem pela Universidade Federal de Roraima, atuação como profissional de saúde que atende comunidades indígenas de diversas regiões do Estado e perspectivas sobre a urgência do reconhecimento das especificidades das perspectivas indígenas a respeito da saúde. “Hoje tem uma política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas. Eu não tive nenhuma disciplina na universidade sobre saúde indígena” (Kunhantã, 2023, Episódio 9). As estratégias de acolhimento e tratamento podem debater mais possibilidades com os saberes ancestrais, pois liga conhecimentos capazes de coletivamente produzir outros saberes agora interligados, que, em especial, respeitem a existência de um povo. Se Suênia não fosse indígena e compreendesse as subjetividades e vivências de seus parentes, será que o tratamento seria o mesmo com um paciente também indígena? É uma conversa profunda que nos leva a refletir sobre as potencialidades de nossas coletividades encontradas em diversos espaços.

O décimo episódio do *podcast Kunhantã* traz a presença da psicóloga, historiadora, professora e comunicadora Glycyia Makuxi. A filha da Terra Indígena Raposa Serra do Sol compartilha suas experiências como fundadora da página Levante Indígena², comunicadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (COIAB) e filha de lideranças indígenas que participaram da luta pela demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Ela também conta que o registro de memórias através de fotos e vídeos começou no intento de produzir provas das mobilizações indígenas na luta por proteção de seus territórios. “A gente começou a ligar a câmera e gravar as assembleias porque a gente viu que o branco pra

acreditar precisa tá registrado e, pra nós, a palavra é o que conta” (Kunhantã, 2023, Episódio 9).

No décimo primeiro episódio, o *Kunhantã* recebe a presença da liderança Makuxi Leoneide Pinho, primeira tuxaua da comunidade indígena Boca da Mata, localizada na Terra Indígena São Marcos, município de Pacaraima. A parteira conta suas vivências desde a juventude longe do contato com os não indígenas até quando se tornou liderança de sua comunidade. Também sobre a atuação como cofundadora da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), ex-candidata a vereadora do município de Pacaraima e criadora de um grupo infantil de Parixara em sua comunidade. “Nós, mulheres, temos muita voz. Quando você se une, faz as suas reuniões, você ouve, você fala, você aprende” (Kunhantã, 2023, Episódio 10). A partir de sua fala, a liderança prioriza os saberes e decisões coletivas como fonte para o fortalecimento da existência indígena.

O episódio 12 traz a história da jornalista, ativista e coordenadora de comunicação da Associação Hutukara Yanomami, Evilene Paixão, da etnia Baniwa. Ela vem para contar suas experiências na cobertura jornalística dos movimentos sociais em Roraima, o acompanhamento da crise humanitária na Terra Indígena Yanomami e suas perspectivas a respeito da comunicação feita por indígenas de Roraima como estratégia de enfrentamento a violações de direitos. “Roraima é um estado que você não vê uma política indígena, indigenista por parte dos gestores governamentais. Você vê que o estado é virado para as populações indígenas”. (Kunhantã, 2023, Episódio 11). Evilene nos encaminha para a urgência de compreender os complexos caminhos que envolvem fazer comunicação indígena.

O episódio 13, ecoa a voz de Eliane Wapichana, artesã e membro da Rede de Comunicadores Indígenas Wakywa do Conselho Indígena de Roraima. Ela chega ao *Kunhantã* para contar sua atuação nas comunidades ao lado das lideranças, as denúncias contra violação de direitos dos povos indígenas feitas através de gravações

de vídeo, formações em comunicação junto a demais membros da Rede. Também fala da importância do movimento indígena no resgate de sua saúde mental e as produções de artesanato como forma de reviver a memórias das mulheres que a ensinaram. “Nós indígenas sempre nos cumprimentamos pegando na mão, abraçando e agora não tem mais” (Kunhantã, 2023, Episódio 12).

O episódio 14 convida a artesã, estudante de antropologia Adrielle Pinho, mulher Wapichana que logo cedo descobriu seu talento para a arte. Hoje, ela se especializa na pintura de tecidos com grafismos indígenas. Ela conta que sempre gostou de pintar, mas foi na adolescência, quando participou da Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, organizada anualmente pelo Conselho Indígena de Roraima, que foi chamada por uma liderança para aprender grafismos. Nesse dia, ela entendeu que poderia unir seu talento e seus saberes ancestrais. “Saber que fazer arte também é exercer minha cultura” (Kunhantã, 2023, Episódio 13). A partir de seu despertar ancestral, Adrielle pôde despertar uma forma de expressar sua identidade indígena e ainda contribuir para a autoafirmação da comunidade através de um movimento estético, através das roupas.

O último episódio compartilha a fala da jornalista e coordenadora de comunicação do Conselho Indígena de Roraima, Márcia Fernandes Wapichana, para contar sua trajetória de atuação na maior organização indígena do Brasil, participação na fundação da Rede WakyWa de Comunicadores, principais desafios enquanto mulher originária fazendo jornalismo na Amazônia e perspectivas enquanto as particularidades de fazer comunicação e jornalismo indígena em contraponto à mídia tradicional. “A nossa comunicação é diferente porque é feita coletivamente e com base nas falas das nossas lideranças, sempre respeitando as deliberações” (Kunhantã, 2023, Episódio 14).

A partir da compreensão da construção do Kunhantã, nossas pistas para o reflorestamento do conhecimento partem das articulações de contribuições coletivas que promovem o reconhecimento, a visibilidade e o fortalecimento étnico. O que encontramos foram pistas de bem viver dessas mulheres indígenas em contexto urbano: a) a importância do coletivo e da comunidade; b) o uso da medicina e dos saberes tradicionais; c) reafirmação e autonomia enquanto indígena para lutar contra estereótipos. Agora, observamos tecimentos em fios conjuntos os saberes ancestrais das mulheres participantes do *Kunhantã* e ponderações de pesquisadoras e pesquisadores indígenas da América Latina.

MICROPOLÍTICAS PARA O BEM VIVER NO ESPAÇO URBANO

A Mãe, a Mulher Originária, o Povo Originário ainda passam por violências de todas as categorias conhecidas e trazem em si aquela dor, que fica impregnada por gerações. E, apesar de essa trajetória desafiadora ser expressa em palavras, ainda cantamos, dançamos, contamos contos, trabalhamos, modelamos a argila, cuidamos da terra, da alimentação dos nossos, estudamos, guardamos saberes, crenças e o universo. Escrevemos nossa história em nosso próprio corpo, em grafismos de imagens, símbolos sagrados, em cicatrizes que fazem a luta e até com nosso próprio sangue (Pachamama, 2020, p. 5).

Afirmar a contemporaneidade da memória indígena nos possibilita valorizar nossas subjetividades, que atravessam pelos tempos toda a violência infringida a nossos corpos. Lembramos que esse espaço de construção de narrativas está para além dos territórios.

Está na presença da mulher indígena em seus mais diversos modos de vida na urbanidade. Uma presença que carrega uma identidade.

Mas que lugar é esse que a mulher indígena ocupa na cidade? Em quais contextos ela vive dentro da cidade, do contexto urbano? A pesquisadora Aline Pachamama, mulher indígena da etnia Puri, nos encaminha para uma resposta.

Os indígenas hoje estão na favela [...]. As nossas terras foram ocupadas com muita violência e nós somos obrigados a vir para centros urbanos. E também temos que estar aqui para lutar por nossos direitos. Mas, continuamos sendo indígenas. Continuamos com a nossa cultura, nossa identidade, nossa ancestralidade, nossa espiritualidade, nossa cosmologia (Pachamama, 2020, p. 33).

Empurrados para a urbanidade, para continuar a viver nossa cultura precisamos de novas estratégias de existência. Como reflorestar os territórios sobrepostos que são as cidades? A cartografia da indígena boliviana Aymara Silvia Cusicanqui (2018, p. 137) nos aponta para uma perspectiva micropolítica crítica e andina capaz de incitar a emergência de novas subjetividades, concepções de mundo e epistemes que nos levam até a resposta.

Em 1983, Cusicanqui fundou a Oficina de História Oral Andina, um coletivo, uma comunidade cultural e política, que busca a experimentação pedagógica de epistemologias indígenas. Privilegiou a tradição oral e as entrevistas como fontes de informação, com a intenção de aplicar metodologias descolonizadoras.

A investigação empreendida por Cusicanqui na Oficina de História Oral Andina mostra, a partir da noção prática de território e pertencimento, de conflito e convivência, um enraizamento identitário coletivo de núcleos comunitários, organizações e comunidades de base inseridas na sociedade dominante. A ideia de pensar a micropolítica parte desse lugar de reivindicação e exercício diário das subjetividades presentes na dinâmica existencial de um povo, em contexto urbano.

Logo, a criação de micropolíticas ocorre através de uma cuidadosa artesanaria dos canais de afetação para a constituição de territórios existenciais e constituição de uma posição de desbravamento de caminhos que sejam mais autônomos, feitos de canto, dança, reza, história, memória, (re)existência. Caminhos que nos motivam a sempre contar mais uma história. Nossas histórias, realidades e bases do pensar que não se vão com o contato com a cidade.

Através da auto-história, a escritora potiguar Graça Graúna também faz micropolítica quando apresenta a literatura como caminho para reivindicar nossos saberes. Para ela,

[...] a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), uma variante do épico tecido pela oralidade; um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas (escritas), ao longo dos mais de 500 anos de colonização. Enraizada nas origens, a literatura indígena contemporânea vem se preservando na auto-história de seus autores e autoras e na recepção de um público-leitor diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctones (Graúna, 2013, p. 15).

Ademais, Graúna evoca a necessidade de reconhecimento da propriedade intelectual indígena e as múltiplas facetas que configuram a manifestação do saber indígena recaído sobre a oralidade, ferramenta essa que tece fazeres identitários nas suas mais diversas formas de expressão (2013, p. 172). O chamamento é para semear histórias que se estruturarão como árvores e servirão de sombra para muitas gerações indígenas. Se eu não sei quem sou, como contar a história de onde vim? Aí está o ponto de partida para a preservação da memória. Tecer os fios que compõem o que caracteriza a identidade do ser.

Se reunirmos nossas coletividades para um fazer epistemológico do pensamento decolonial trazido pelos povos indígenas a partir da comunicação, abordando aqui a experiência de uma

produção sonora produzida por mulheres inseridas na urbanidade, continuaremos fortalecendo caminhos para estruturar o nosso conhecimento ante os múltiplos ataques e imposições coloniais vivenciados por corpos indígenas.

O que precisamos acompanhar então é a relação entre teoria e prática da violência colonial e problematizar seus efeitos, uma vez que a exploração atinge múltiplas esferas da vida. Exploração das terras, matança dos rios, extinção de múltiplas espécies e até nosso corpo-território. As violências de forma conjunta recaem sobre nós. O enfrentamento delas também deve acompanhar a complexidade que essa tarefa nos traz (Nuñez, 2021).

A escritora e psicóloga guarani também reforça a necessidade de encontrar caminhos possíveis contra a colonização através do movimento de retomada do nosso direito à enunciação, seja na dimensão física, na luta por demarcação dos territórios ou em demais sentidos. Para Nuñez (2023), a retomada também é epistêmica, o que implica fazer nossa presença no contexto urbano, em especial nas universidades, ser ecoada, e isso não implica reconhecermos a academia como um espaço de saber superior aos nossos espaços de oralidade e ancestralidade.

Nuñez denuncia também “caravelas epistêmicas, que simulam “descobrimientos” e apresentam nossos saberes ancestrais como “novos”, borrando nossas autorias coletivas (2023, p. 5). Com isso, faz um chamado para a nova geração de acadêmicos indígenas que vêm ingressando nas universidades. Nossas pesquisas, em geral, são atravessadas pelo engajamento nas lutas de nossos povos e pelos encontros regionais, estaduais, nacionais que fazemos, bem como por outras mobilizações das quais participamos que também compõem nossa trajetória como indígenas que são igualmente ativistas.

Quantas caravelas mais precisarão atravessar nossos corpos-territórios buscando nos colonizar a cada vez que questionam

nossa capacidade de, ao mesmo tempo, ser e pertencer ao lugar de onde viemos? Quantos de nós vão morrer até que tenhamos nossos modos de pensar entendidos e validados? Não podemos ocupar espaços pela metade. Querem nossa presença, mas não querem nossos pensamentos? É mais que necessária a retomada de nossas histórias, há tempos contada por outros.

Para nós, povos indígenas,

[...] a única razão de deixar a aldeia e ingressar na academia é ter a certeza que poderemos nos apropriar desses "ditos conhecimentos científicos" e de alguma maneira usá-los em prol de nossa comunidade. A isto se alia a justificativa de ordem acadêmica. É a oportunidade do pesquisador indígena, enquanto representante de seu povo, falar em nome dele. Como é corrente entre nós a expressão "já chega do purutuyê [branco] falar por nós"! Nós temos que falar por nós agora, é para isso que enviamos nossos jovens para as universidades, para competir de igual (Amado, 2019, p. 25).

Nesse contexto de contribuição universitária, enquanto os povos indígenas enfrentam dilemas de apagamento e invisibilização, nossa pergunta se entrelaça com a da primeira indígena mestra em Comunicação do estado de Roraima, Ariene Susui:

Qual será de fato a nossa contribuição para a academia e as nossas comunidades? Ao longo de toda essa escrita é necessário fazermos a autocrítica, pois estaremos em constante contato com outros pensamentos, o cuidado é para não nos perdemos nas inúmeras teorias e não esquecermos que nossos anciãos precisam que nossa passagem pela universidade sirva para ajudar nosso povo (Lima, 2022, p. 32).

Nessa escuta, propomos

[...] desterritorializações metodológicas para problematizar normatizações do espaço acadêmico, a partir do pesquisador enquanto imerso em um sistema social, cultural,

político, econômico, geograficamente e historicamente situado que é detentor de conhecimentos e competências construídos em uma trajetória de vida que configura seu modo de sentir, pensar e se relacionar com o mundo (Aguiar, 2022, p. 8).

Logo, poderemos abrir caminhos para a criação de novas construções de conhecimento. O que queremos é apresentar as possibilidades de percurso metodológico que vão se formando à medida que o pesquisador se defronta com o desenvolvimento de paisagens psicossociais, a constituição de um olhar comprometido com o conhecimento, por meio do qual toda teoria a respeito de um assunto passaria a ser instrumentalizada por ele através da sua experiência de contato com o seu objeto de estudo.

Encorajados pelo filósofo indígena (Krenak, 2022, p. 63), fazemos convocatória a uma rebelião do ponto de vista epistemológico, de colaborar com a produção da vida selvagem, no sentido de provocar um contraponto ao que se denomina cidadania. A provocação de uma experiência chamada florestania, conceito que pensa a possibilidade de vida humana dentro da floresta. A experiência produzida pelos moradores humanos da floresta há tantos milênios nos incita a pensar nessa expertise de produzir floresta e se condensar com ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os caminhos percorridos até aqui nos apontam para a necessidade de ampliar estradas que possibilitem aos povos originários serem protagonistas de suas próprias existências, independente do lugar que ocupam. Ao materializar a memória, conseguimos também forjar nossa identidade, que está sempre em movimento; e, na mobilidade da memória identitária, moram os arranjos de sua constituição que abrem espaço para nossas ações afirmativas de não apenas produzir memórias, mas reflorestá-las.

A partir da observação e prática dos saberes ancestrais e de um encontro teórico-metodológico da pesquisa, afirmamos a experiência oral coletiva da mulher indígena como uma ramificação dessa árvore que constitui os saberes cartografados e inseridos nos anais atemporais da virtualidade, oportunizando a mulheres indígenas o direito de compartilhar de forma autônoma suas próprias vivências e visões externas sobre o mundo, não importando a territorialidade em que esteja ela inserida.

Tendo constatado as potencialidades do *podcast* para a autonomia comunicacional que auxilia os povos indígenas a produzirem narrativas autônomas e a criação de mundos, apesar desse arco de finalização, é importante destacar que a cartografia não nos leva a um destino final, mas possibilita direções a seguir. Para onde seguiremos?

No caminho em que já estamos. Construindo modos mais autênticos de existência, tecendo micropolíticas a partir do entre-lugar que é viver o território e a cidade, entendemos que o território é o mesmo lugar que a cidade, pois nossa terra é onde pisamos. Não só porque nosso território é nosso corpo, mas porque o Brasil é terra indígena.

Há de se ponderar, também, a partir de nossos encaminhamentos, que uma produção de mídia feita a partir de uma vivência indígena carrega outras maneiras de criação e expressão, pois reflete nossa forma de habitar sobre a terra e caminhar sobre o mundo com nossos pensamentos. O que de fato faz jus ao que nós somos: povos indígenas.

Isso significa que, por mais que soframos, ainda hoje, na pele os reflexos trazidos pelo contato entre o indígena e o não indígena, nós ainda temos o direito de ser chamados de povos, justamente por possuímos nossa independência política, religiosa, econômica e cultural (Munduruku, 2020).

A lógica do colonialismo, vigente em nossa atual sociedade, nos pede hegemonia de pensamento, inclusive dentro das academias, mas nós queremos uma sinfonia. Um conjunto de pensamentos que apresentem para a humanidade não indígena que podemos ser produtores de conhecimento também em contexto urbano, a partir do que aprendemos de saberes dos nossos ancestrais.

Os caminhos para nossa retomada, que também chamamos de reflorestamento, levaram-nos à criação de micropolíticas, que em nossa cartografia do *Kunhantã* encontram-se nas articulações coletivas orais feitas entre mulheres indígenas de Roraima e demais povos originários espalhados por diferentes biomas do Brasil.

A certeza de que a natureza, aqui se incluem os povos indígenas, é um organismo vivo que produz vida e saber onde quer que se apresente. Assim somos nós, que em nenhum momento nos vemos opostos ao ser natureza, e agora inseridos em ambientes urbanos, necessitamos produzir vida. O que indicamos para os futuros jornalistas e comunicadores indígenas que virão? Há mais indígenas criando conhecimento em diversos âmbitos para além da comunicação. Onde eles estão? O que fazem? Como fazem? Como posso saber? Como posso me juntar aos meus parentes para fazer conhecimento também? A academia deve se preocupar em fazer mais perguntas do que defender certezas. O compartilhamento só vem a partir do coletivo. Não há pesquisa válida se ninguém a tomar para si como saber.

Vamos reflorestar o conhecimento com nossas coletividades, nossas oralidades e epistemologias. Nossas pistas para o reflorestamento do conhecimento parte das articulações de contribuições coletivas que promovem o reconhecimento, a visibilidade e o fortalecimento étnico. Pistas para o bem viver dessas mulheres indígenas em contexto urbano? A importância do coletivo e da comunidade, o exercício dos saberes tradicionais e a reafirmação da autonomia enquanto indígena para lutar contra estereótipos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. *descolonizaREterritorializar* as metodologias: micropolíticas críticas e problematização da experiência na investigação com comunicadores indígenas. *In*: WOLTRICH, L.; ROSÁRIO, N. M. do. **Experiências metodológicas na Comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

AMADO, L. H. E. **Vukapanavo – o despertar do povo Terena para os seus direitos**: movimento indígena e confronto político. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CUSICANQUI, R. S. **Un mundo Ch'ixi Es Posible**: Ensayos Desde un Presente en Crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GRAÚNA, G. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KUNHANTÃ: episódios completos (1-14). [Locução de]: Adriã Galvão. Roraima. Produtora Kunhantã, 2023. **Podcast Kunhantã**. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/1yEArMDma028KoMgJxobff?si=RXEocOUrT5Ci15kJwGIKtQ>. Acesso em: 17 set. 2024.

LARROSA, B. J. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Barcelona, ES: Universidade de Barcelona, 2002.

LIMA, A. dos S. **Comunicação indígena em Roraima e a criação de novas territorialidades digitais**: Rede Wakywai, resistências e saberes amazônicos. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2022.

MUNDURUKU, D. **Mundurukando 1**: sobre saberes e utopias. 2. ed. Lorena, SP: Uka Editorial, 2020.

NAVARRO, E. de A. Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica. **Revista Cambiassu**, São Luís, MA, v. 13, n. 21, 2017.

NUÑEZ, G. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 15, n. 40, p.e0101, dez. 2023.

NUÑEZ, G. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom – Diante dos Negacionismos**, Campinas, ano 8, n. 21, 2021.

PACHAMAMA, A. R. Mbaima Metlon: narrativas de mulheres indígenas em situação urbana. **Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 134-150, 2020. DOI: 10.12957/ek.2019.48528. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/Ekstasis/article/view/48528>. Acesso em: 28 set. 2024.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental**. Transformações Contemporâneas do Desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

TUHIWAI SMITH, L. **A descolonizar las metodologias**: investigación y pueblos indígenas. Nova Zelândia: Txalaparta, 2017.



16

Bryan Chrystian da Costa Araújo

CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA ADAPTATIVA:

**IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE
E ETNICIDADE NA ETNOCOMUNICAÇÃO
EM RORAIMA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.16

INTRODUÇÃO

No Brasil, especialmente em Roraima, as investigações de caráter étnico estão intimamente relacionadas ao Movimento dos Povos Indígenas. Roraima, de acordo com dados do censo populacional de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é o estado que possui proporcionalmente a maior população indígena do país – cerca de 15,29% à época da pesquisa.

Ciente desse cenário e a partir das considerações de Bourdieu (1989), para quem é necessário relacionar o lugar da *práxis* social dos acontecimentos com o lugar de produção simbólica, este artigo pretende pensar as práticas de comunicação do Movimento Indígena, representado aqui pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), a partir da observação de suas vinculações para com as problemáticas identitárias, territoriais e étnicas – isso por entendermos que esses são elementos indissociáveis da cotidianidade de luta dessas populações na região amazônica (Araújo, 2021).

Nesse sentido, tratamos, neste artigo, de compreender como as práticas de comunicação protagonizadas pelo Movimento Indígena de Roraima se caracterizam como práticas etnocomunicacionais – identitariamente orientadas, territorialmente localizadas e etnicamente úteis (Araújo, 2021). Para tanto, por meio de um movimento cartográfico, histórico, contextual e cultural (Santi, 2017), o artigo problematiza o processo de instalação dos princípios da Identidade, da Territorialidade e da Etnicidade no interior da *práxis* comunicacional protagonizada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), conforme já preconizado por Araújo (2021).

A chama que move esta investigação deriva da intensa tensão entre setores da sociedade envolvente (e suas práticas comunicacionais) – sob forte influência de uma política anti-indígena; e a luta em torno do reconhecimento dos territórios originários, baseada

no direito precedente, identitário e étnico, como principal marco que mobiliza os atores (de ambos os “lados”). Nesse cenário, pensar as práticas de Etnocomunicação é tarefa essencial para compreender como (e por que), na contemporaneidade, a comunicação é incorporada, apropriada e instrumentalizada pelos povos nativos em suas práticas sociais e políticas cotidianas.

Ter presente, portanto, a relação entre o conceito de Comunicação proposto por Sodré (2015) e o de Etnocomunicação Indígena problematizado por Tupinambá (2016) e Santi e Araújo (2021) nos permite particularizar as práticas comunicativas do Movimento Indígena e olhar para o fazer comunicacional do CIR a partir de sua articulação para com os princípios da Identidade, da Territorialidade e da Etnicidade, a fim de operacionalizar a estratégia de investigação que propomos. Tal estratégia de investigação, detalhada a seguir, compreende, para melhor sistematização do estudo, a observação em separado do acionamento desses princípios, mesmo que eles funcionem de forma integrada para a organização de um espaço em prol de um comum a ser (com)partilhado.

ARMAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nossa armação teórico-metodológica, neste trabalho, prioriza uma proposta cartográfica transmetodológica que auxilia na (re)construção do *corpus* de estudo e na própria articulação da estratégia de análise posta em curso. Diante disso, para a formatação do roteiro cartográfico estruturado na pesquisa, contamos com o auxílio da transmetodologia para contestar o formalismo metodológico através do entendimento de que a metodologia deve superar e não enquadrar a problemática de investigação – pois cada pesquisa solicita a aplicação de processos únicos, com entradas e saídas não hierarquizadas (Maldonado, 2022).

A cartografia aqui se apresenta, então, como procedimento teórico-metodológico que nos permite, como afirma Martín-Barbero (2004), deslocar os lugares a partir dos quais são feitas as perguntas para, com isso, observar as multiplicidades presentes no campo da comunicação. Cartografar, nesse sentido, é percorrer caminhos que permitem a compreensão dos distintos movimentos e processos presentes nas práticas comunicacionais, tanto em sua relação com as paisagens sociais quanto em seu vínculo com as transformações tecnológicas.

Para Deleuze e Guattari (1995), a cartografia não possui um manual formal de instruções a ser seguido. Nela, o pesquisador deve então construir seu próprio “mapa” seguindo um roteiro com critérios metodológicos que permitam o rigor científico, indispensável no fazer acadêmico (Rosário, 2008). Como argumenta Aguiar (2011), experiências no campo da pesquisa cartográfica em comunicação têm comprovado a necessidade de uma confluência multidisciplinar a fim de refletir e realizar aproximações robustas das problemáticas em investigação.

Diante disso, uma construção científica que exija uma abordagem multidisciplinar, tanto em relação ao problema de estudo quanto aos sujeitos envolvidos, especialmente os povos originários da América Latina, precisa desenvolver estruturas de investigação criativas que desconstruam posturas hegemônicas de pesquisa e dialoguem com discursos e narrativas presentes em outros campos de produção de conhecimento, como as práticas de comunicação indígena (Mills, 2009). Sob essa perspectiva, a transmetodologia se destaca como uma alternativa epistemológica vital para promover a descolonização do fazer teórico-metodológico e estabelecer um diálogo horizontal com diferentes formas de conhecimento.

De acordo com Efendy Maldonado (2022), a transmetodologia busca contestar o formalismo metodológico a partir do entendimento de que a arquitetura de investigação deve transcender os limites do objeto de estudo e não confiná-lo, pois cada problemática demanda estratégias únicas e não hierarquizadas. Nesse contexto,

uma perspectiva transmetodológica considera que a investigação, como mencionado anteriormente, necessita da confluência de múltiplos métodos que superem as barreiras disciplinares.

A transmetodologia, nesse sentido, surge como uma epistemologia comprometida com as diversas formas de conhecimento produzidas pelas sociedades, adotando uma postura crítica e decolonizadora, que reconhece a importância dos saberes tradicionais como essenciais para problematizar a diversidade latino-americana e os desafios comunicacionais daí decorrentes.

Nossa arquitetura cartográfica transmetodológica considera, portanto, que uma análise comunicacional que não esteja comprometida com os conhecimentos presentes nos produtos comunicacionais e nas vozes dos sujeitos ali representados resulta em uma visão isolada do processo comunicacional e, conseqüentemente, das práticas sociais a ele relacionadas. Assim, a presente proposta teórico-metodológica representa uma oportunidade para dialogar com os discursos presentes nas práticas comunicacionais e compreender como eles têm sido incorporados pela população – neste caso, pelos povos indígenas de Roraima. Como resultado, nossa estrutura transmetodológica, aqui fundamentada, movimenta as vozes estudadas por meio da Análise de Discurso, como veremos na próxima seção.

Nesse sentido, para o acompanhamento desse processo, delimitamos o estudo em torno de quatro práticas comunicativas ainda ativas administradas pelo CIR: as Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima, realizadas anualmente desde 1971; o informativo impresso *Anna Yekaré* – Nossa Notícia, criado em abril de 1990; o programa radiofônico *A voz dos povos indígenas*, no ar desde 2002; e o portal web do CIR, publicado em 2003.

Foram analisadas na pesquisa as edições de 1977, 1984, 1987, 2006 e 2021 das Assembleias Gerais dos Povos Indígenas. Esta análise teve como fonte um corpo documental composto por atas,

ofícios, cartas à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), textos em informes e matérias jornalísticas de autoria do CIR. Levando em conta a escassez do material de acesso, são estudadas nesta investigação apenas as Assembleias que possuem relatos disponíveis para consulta.

Para a análise do informativo *Anna Yekaré* – Nossa Notícia, tivemos acesso a 37 edições do impresso editado pelo CIR, publicadas ao longo de 31 anos e disponíveis no acervo do Centro de Documentação Indígena (CDI) do Instituto Religioso Missionário da Consolata (IRMC). Desse montante, para aproximação analítica, foram selecionados apenas quatro volumes, impressos em intervalos de 10 anos, a contar da primeira edição, para que não tivéssemos que examinar todas as 37 edições e pudéssemos cobrir a transformação do informativo em um longo período. Ou seja, os informativos impressos dos anos de 1990, 2000, 2010 e 2020.

Em relação ao programa radiofônico *A voz dos povos indígenas*, o estudo utilizou como base quatro edições da prática comunicacional que foram transmitidas simultaneamente na emissora de radiodifusão Monte Roraima FM 107,9 MHz e nas páginas do Facebook da Rádio e do CIR entre os dias 21 de março de 2020 e 20 de março de 2021. Nesse período, selecionamos uma edição do programa por trimestre. A escolha desse marco temporal se deu pelo fato de a data marcar o início da transmissão do programa ao vivo nas redes sociais, facilitando o acesso ao material após a conclusão de cada edição.

No que diz respeito ao portal web do CIR, tivemos acesso às versões de 2003, 2010, 2013, 2017 e 2019. Essas edições foram recuperadas através do Internet Archive (<http://www.archive.org>), maior acervo digital responsável por armazenar cópias de *sites* desde 1996, a fim de assegurar que as mudanças em um portal possam ser rastreadas e estudadas.

Nossa proposta etnocartográfica tem a intenção de ampliar os quadros teóricos de pesquisa e sustentar o encontro entre teoria e metodologia enquanto lentes que constroem, já que, conforme Rosário (2008), a cartografia pode ser compreendida como relacionada a um modo de pensar, interpretar e sentir a comunicação, um modo de acompanhar os movimentos das práticas comunicacionais, permitindo questionar o que há de social, político, histórico e cultural nesse fazer e, no caso dos povos tradicionais, o próprio modo como esses povos interpretam a si mesmos nesse fazer comunicativo.

A seguir apresentamos um debate mais teórico-analítico que nos permite melhor definir as mediações identitárias, territoriais e étnicas que incidem sobre as práticas (etno)comunicativas do CIR. Como se dá esse acionamento é o que detalharemos na sequência.

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nossa estratégia principal de investigação teve como base a Análise de Discurso, executada através de dois movimentos analíticos: o primeiro com a identificação do “dito”, isto é, da forma material e concreta assumida pelo objeto discursivo. Para Souza (2014), a melhor maneira de realizar essa etapa é por meio de uma análise descritiva do *corpus* de estudo selecionado. Mas, vale lembrar, como afirma Pêcheux (2008), que toda descrição abre para uma interpretação, uma vez que todo discurso existe em uma relação discursiva. Objetivamos, com isso, aproximar a pesquisa das lógicas processuais básicas que fazem o objeto de estudo funcionar cotidianamente, revelando o que as práticas comunicacionais do CIR “dizem” em sua superfície material.

Depois, passamos para o estudo do “não dito”. O intuito aqui foi desenvolver reflexões e conexões entre o que foi observado na materialidade discursiva e as teorias e conceitos movimentados sobre o objeto de estudo. Ademais, pretendemos, nesta etapa, identificar o silenciado que só pôde ser observado através da captação do interdiscurso – aquele que atravessa a materialidade discursiva (Orlandi, 2001).

Para essa etapa, acionamos neste estudo os conceitos como o de movimento indígena na Amazônia através de (Albert, 2002; Vieira, 2007); princípios da Etnocomunicação Indígena (Tupinambá, 2016; Santi; Araújo, 2021); Identidade (García Canclini, 1989; Kellner, 2001; Hall, 2005); Territorialidade (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004; Zanetti, 2017); e Etnicidade (Barth, 1969; Bartolomé, 2006).

Além disso, essa armação articula o entendimento de que toda prática de comunicação tem como ponto de partida a ação de sujeitos em seu cotidiano. Ela contribui assim para a construção e organização do conhecimento acerca de determinado contexto ou fato social e, nesse caso, sobre os silêncios presentes nos discursos das práticas etnocomunicativas do CIR.

É através desses dois movimentos que podemos compreender a estrutura material das práticas comunicativas do CIR, relacioná-la aos princípios Identitário, Territorial e Étnico que as fazem funcionar enquanto práticas de Etnocomunicação Indígena e esclarecer o que tais práticas de comunicação silenciam em seus discursos. Diante disso, passamos agora aos resultados do que observamos a partir de nossa análise cartográfica (histórica, contextual e cultural) das práticas de comunicação do CIR.

DO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE

A começar pelas Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima, promovidas anualmente desde 1971, deve-se notar, em primeiro lugar, que o próprio nome dessa prática “Assembleia

Geral dos Povos Indígenas”, antes intitulada “Assembleias dos Tuxauas”, já funciona como um marcador identitário, ao menos de uma indianidade genérica¹. A palavra “Indígena”, presente no nome dessa prática comunicacional, assim como das outras que integram este *corpus* de estudo, é representativa de um deslocamento dos sujeitos nativos de suas identidades étnicas para uma identidade multiétnica. Esse marcador é ainda símbolo de uma apropriação feita pelos povos étnicos como forma, primeira, de superar um regime de subalternidade associado aos termos “índio” e “indígena”.

Em busca de outros exemplos que nos ajudem a compreender o acionamento do princípio da Identidade nas Assembleias Gerais, basta que pensemos na constituição e organização dessas reuniões que funcionaram como um dos primeiros espaços de encontro e articulação do Movimento dos Povos Indígenas em Roraima (Araújo, 2021). Nesse sentido, é possível encontrar no *corpus* de estudo analisado falas de líderes que reforçam as Assembleias como campo de identificação/reconhecimento dos povos tradicionais para com um movimento multiétnico e identitário, como na fala “nós índios” (Silva *et al.*, 1979, p. 1) presente em uma carta das lideranças escrita após a Assembleia de 1979; ou também na fala do Tuxaua Jacir de Souza na reunião de 1984 quando ele diz “somos muitos e muitos estão chegando” e “por isso é bom ficar todos unidos, pedir todos a mesma coisa. Falar unidos, uma voz só” (Reunião Geral dos Tuxauas de Roraima, 1984, p. 12).

O mesmo movimento é passível de observação nas outras práticas comunicativas que integram esse *corpus* de estudo, por exemplo, no informativo *Anna Yekaré* – Nossa Notícia, no qual se verifica, nas diferentes edições e páginas, um esforço para consolidar um movimento social que, por consequência, acaba se traduzindo também em um esforço para organizar os indivíduos em torno de

1

Conforme Albert (2002), indianidade é o termo utilizado para nomear o conjunto de características que constituem a identidade dos povos étnicos originários das Américas.

uma identidade multiétnica, ou seja, da indianidade genérica. Esse princípio identitário é mobilizado aqui, principalmente, como reconhecedor de que esses sujeitos compartilham um passado comum. Esses exemplos estão presentes na primeira edição do informativo, no artigo “A importância da organização” ou nas demais edições que falam sobre a cotidianidade e os martírios enfrentados pelos nativos da região.

Já em relação ao programa radiofônico *A voz dos povos indígenas*, o princípio da identidade começa a ser mobilizado a partir de outros elementos. Por exemplo, observa-se que o programa é apresentado majoritariamente por sujeitos autoidentificados como indígenas, o que por si só já é um marco representativo da mobilização de um ideal identitário na conformação do programa. Essa predominância de apresentadores indígenas funciona, conforme Kellner (2001), como um suporte para um processo de “reconhecimento” através do qual outros indivíduos podem se identificar como indígenas devido a possíveis similaridades com os apresentadores. Para além disso, o autor explica que a presença de apresentadores indígenas opera como símbolo de poder que ressignifica e subverte o que é ser indígena.

Por último, no que diz respeito ao portal do CIR, os resultados apontam o acionamento do princípio da Identidade especialmente através da escolha de cores que integram a identidade visual da plataforma, priorizando o uso do branco e do marrom. O uso dessas cores não é gratuito, uma vez que, como justifica a jornalista e ex-assessora de comunicação do CIR Mayra Pereira (2016), da etnia Wapichana, esses elementos são representativos da cultura dos indígenas roraimenses, especificadamente do artesanato desses povos. A preferência por determinadas cores é aqui, conforme Kellner (2001), marcador de um comum e funciona como suporte cultural que apoia o processo de identificação e estruturação das narrativas de identidade.

Para além do *design* gráfico do portal do CIR, o princípio da Identidade é também acionado sempre que os povos tradicionais se referem de modo unânime à categoria genérica de terra indígena. O território é uma das principais problemáticas levantadas no *site*. Ainda que falar de território implique falar do princípio da Territorialidade, também é possível que ele seja mobilizado em razão de um processo de constituição identitária. Em vista disso, o uso do termo “Território Indígena” também é um mecanismo revelador de um empenho do Movimento Indígena para superar o sentimento de subalternidade, associado aos termos “indígena” e “índio” desde a colonização.

Por isso, em consideração ao exposto, enfatizamos que as práticas de comunicação do CIR podem ser tomadas enquanto práticas de etnocomunicação a partir do princípio da Identidade, à medida que funcionam como espaço através do qual o Movimento Indígena subverte narrativas coloniais acerca da identidade indígena e autoafirma o pertencimento dos povos étnicos a um grupo que compartilha um projeto político comum (Albert, 2002; García Canclini, 1989). Ademais, tais práticas são utilizadas como parte da estratégia pela qual os indígenas mobilizam aspectos culturais a fim de construir representações com as quais o seu público pode se identificar/reconhecer, seja pela carência de uma consciência da diferença ou devido a possíveis similaridades entre as representações espelhadas nessas práticas e a realidade dos povos tradicionais.

DO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE

Em face do exposto, partimos, na sequência, a partir das proposições de Raffestin (1993), Haesbaert (2004) e Zanetti (2017), para compreender o vínculo entre o princípio da Territorialidade e as Práticas Comunicacionais do CIR. Identificamos que essa interface é marcada a partir de dois pontos principais: 1) a comunicação

enquanto campo (espaço), dado que possibilita o surgimento de relações de poder (dominação e apropriação), assim como o desenvolvimento de relações sociais; 2) a comunicação enquanto ferramenta de poder, uma vez que possibilita a instituição de representações que auxiliam na construção simbólica de territorialidades, assim como na percepção que os indivíduos têm do território (concreto ou simbólico) que habitam.

Nesse sentido, evidenciamos, com base em nossa análise cartográfica do *corpus* de estudo selecionado, especificidades presentes nas práticas comunicacionais do CIR que demonstram o funcionamento do princípio da Territorialidade, conforme as perspectivas trabalhadas pelos autores citados no decorrer da investigação.

No que se refere às Assembleias Gerais dos Povos Indígenas, observamos o acionamento do princípio da Territorialidade em duas diferentes oportunidades: primeiro, e de forma mais óbvia, na escolha dos lugares onde os encontros são realizados. Promovidos sempre em Territórios Indígenas, as reuniões comunicam tanto aos indígenas quanto aos não indígenas a ideia de posse desses povos étnicos sobre as terras tradicionais. A territorialidade, assim vista como uma estratégia, é um princípio ativado nas assembleias indígenas, dependendo dos contextos geográficos e temporais envolvidos nesse processo (Haesbaert, 2004).

Em segundo lugar, o princípio da Territorialidade é acionado nas narrativas construídas nas falas das lideranças indígenas, como no trecho presente em uma carta de 1973 endereçada à Funai, escrita após a realização de uma das assembleias: “A maioria das nossas terras já foram tomadas por civilizados”; ou na parte “em terras que em outras épocas pertenceram a nossos antepassados”. As falas nos lembram que a Territorialidade não diz respeito somente a uma posse concreta, mas tem relação com memória e identidade – nesse caso a memória e a identidade indígena.

Já para falar do acionamento do princípio da Territorialidade no informativo do CIR, é preciso entender, em acordo com Raffestin (1983), que as práticas etnocomunicacionais representam espacialmente o território como estratégia de poder utilizada como modo de apropriar-se de forma simbólica ou mesmo concreta de determinada área. Nas páginas e edições analisadas do *Anna Yekaré*, essas narrativas representacionais dos territórios aparecem nos textos que falam sobre a importância da demarcação; depois, nas charges e fotografias que ilustram as malocas onde vivem os indígenas, as divisões com as fazendas ou mesmo a paisagem roraimense, marco de determinado espaço geográfico.

Essas representações são, conforme Haesbaert (2004), formas de comunicar a apropriação simbólica do território. Ajudam, nesse sentido, os indivíduos a construir referências sobre o território que habitam ou que é habitado por sujeitos outros. Diante disso, os indígenas de Roraima acionam o princípio da Territorialidade no *Anna Yekaré* – Nossa Notícia, a fim de se apropriar concreta ou simbolicamente das suas terras tradicionais.

Em relação ao programa radiofônico *A voz dos povos indígenas*, devemos notar que o princípio da Territorialidade é mobilizado, segundo Zanetti (2017), como um componente fundamental na organização de poder, mais precisamente das relações sociais de poder. Nas edições alvo de análise, sempre que os apresentadores indígenas falam sobre a questão territorial, demarcação e homologação, há um esforço para relacionar as terras mencionadas com a tradicionalidade indígena, ou seja, com o direito originário dos indígenas sobre suas terras. Assim, a comunicação aparece como um dos componentes fundamentais para construir narrativas territoriais que ratifiquem a apropriação dos nativos sobre seus territórios.

Sob essa perspectiva, é através dessas narrativas territoriais que os apresentadores constroem uma imagem de território ideal e, com isso, auxiliam indígenas (consumidores dessas práticas

comunicacionais) a construir uma percepção acerca do território. Tal fator é essencial para que possam converter a ideia de território étnico, isolado regionalmente, em um território indígena, comum aos povos ameríndios.

O mesmo ocorre, no portal do CIR, nas matérias e publicações sobre a importância da demarcação e homologação das Terras Indígenas (TIs), especialmente da Raposa Serra do Sol, ou em relação aos projetos de autossustentação dos povos tradicionais na região.

Diante disso, para falar sobre o acionamento do princípio da Territorialidade nas práticas comunicacionais do CIR, devemos lembrar que, para Raffestin (1993), o território existe sempre que uma relação de poder é expressa por determinado sujeito com referência à um espaço (físico ou simbólico). A comunicação, nesse sentido, funciona como uma prática de poder que pode determinar as estratégias de organização de um território.

Logo, sempre que o Movimento Indígena utiliza o portal do CIR para construir narrativas sobre as Terras Indígenas, ele está, de certo modo, expressando um desejo sobre como acredita que o território deveria ser organizado ou, ainda, comunicando a posse acerca de determinado espaço geográfico. Nesse cenário, a comunicação aparece como uma dimensão essencial para construir narrativas sobre território que legitimem a apropriação dos povos étnicos sobre as terras tradicionais.

As representações do território formatadas pelo portal do CIR devem ser pensadas como formas de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que envolvem a desconstrução e reconstrução das relações que os sujeitos possuem com o espaço. Esse processo é visível quando pensamos as transformações no *site* do CIR ao longo dos anos e como o território é trabalhado a partir de diferentes perspectivas. Como exemplo, basta que pensemos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol: primeiro, em 2003, ela aparece

no *site* como uma área que não havia sido demarcada; depois, em 2010, como um espaço conquistado; e, por último, em 2013, 2017 e 2019, como um lugar que será utilizado. Assim, esse território é construído e desconstruído em diferentes momentos e contextos históricos, originando novas territorialidades pelo acionamento das distintas práticas comunicacionais.

É sob esses preceitos que tomamos aqui o *corpus* de estudo enquanto prática etnocomunicacional, posto que o princípio da Territorialidade é mobilizado pelos povos indígenas como forma de apropriar-se dos territórios tradicionais, comunicando a posse dos nativos sobre determinada área e/ou na construção de narrativas que moldam a percepção que os sujeitos possuem do território que habitam (Raffestin, 1993; Haesbaert, 2004; Zanetti, 2017; Santi; Araújo, 2021).

Como resultado, ao mobilizar o princípio da Territorialidade através da *práxis* comunicacional, uma comunidade indígena expande seus territórios – estendendo-os para uma concepção que transcende o espaço físico e os conecta aos outros povos e a outras conjunturas sociais e culturais. Essa apropriação cria um complexo ambiente que relaciona a natureza sociocultural e territorial dos nativos ao espaço etnocomunicacional.

DO PRINCÍPIO DA ETNICIDADE

Nesta pesquisa, nos apropriamos das discussões colocadas em evidência por Araújo (2021) para explicar a construção de fronteiras étnicas através das práticas comunicacionais – a partir de autores como Barth (1969), Albert (2002), Elhajji (2002), Poutignat e Streiff-Fenart (2011), e Cunha e Albano (2017) –, bem como da capacidade dos povos indígenas de organizar as referências étnicas

de sua cultura e tradicionalidade e compartilhá-las com os sujeitos (indivíduos e instituições) que não integram seu agrupamento étnico, instrumentalizando seu uso. É nesse sentido que tratamos aqui de evidenciar, conforme os dados gerados na pesquisa, o acionamento/funcionamento do princípio da Etnicidade nas práticas comunicacionais do CIR.

Seguindo esses pressupostos, nas Assembleias Gerais dos Povos Indígenas de Roraima, o princípio da Etnicidade é acionado sempre que as lideranças indígenas, durante as reuniões ou nas cartas escritas e endereçadas à Funai (por exemplo), afirmam que os principais causadores dos problemas dos indígenas são os “brancos” (Reunião Geral Dos Tuxauas De Roraima, 1985, p. 4). Esta categoria é marcadora de uma fronteira étnica, assim como propõe Barth (1969), colocando de um lado os indígenas e dos outros os não indígenas.

Para além disso, o princípio é mobilizado através da organização das “etnorregiões” nas Assembleias. Essas “etnorregiões” – que dialogam com o princípio da Territorialidade – funcionam nas reuniões como grupos de interesse que reúnem líderes indígenas de determinadas áreas geográficas, onde vive o povo da sua etnia e que compõe a base local do Movimento Indígena roraimense.

Já em relação às “etnorregiões”, recordamos as afirmações de Mohammed Elhajji (2002) ao explicar que uma apreensão do espaço/território, mesmo que simbólica, representa também o desejo do grupo de comunicar a existência de linhas geográficas que são representativas das fronteiras que demarcam a existência de um determinado agrupamento étnico. Essa separação geográfica das etnias pode ser entendida, ainda, como uma instrumentalização do Direito do Indigenato, tese utilizada pelos indígenas com base na afirmação de que são os primeiros habitantes e senhores das terras, possuindo, portanto, direito congênito e superior a outros títulos de propriedade aos territórios tradicionais. Diante disso, essa divisão em “etnorregiões” expressaria tanto a comunicação da distintividade

étnica, através de marcadores socioculturais, quanto os preceitos do princípio da Territorialidade, através da autoafirmação do direito originário aos Territórios Indígenas.

Essa característica também se repete na seção “Regionais” do portal do CIR na versão do *site* de 2013. Essa página é dividida em 11 subseções, cada uma com o nome de uma “etnorregião” do estado de Roraima. Em outras palavras, assim como nas Assembleias, o território também é aqui o demarcador fronteiro que separa os indivíduos que pertencem a um determinado grupo étnico ou não.

Já no que diz respeito ao portal, esse princípio é acionado pelas fotos que representam características culturais de determinado grupo étnico e são compartilhadas no *site*. Textos e campanhas de autoafirmação, defesa e homologação dos territórios tradicionais também tomam forma pelo princípio da Etnicidade, uma vez que utilizam o reconhecimento étnico legitimado constitucionalmente como justificativa de fundo para suas causas.

Essas representações étnico-territoriais simbolizam, de acordo com Cunha e Albano (2017), um elemento fundamental para a construção da distintividade étnica, pois, através da apreensão de um espaço, um grupo comunica o desejo de constituir-se enquanto etnicamente diferente. Nesse quadro, a comunicação dessas fronteiras nas práticas etnocomunicativas já é elemento representativo da existência dos agrupamentos étnicos.

Já no informativo *Anna Yekaré* – Nossa Notícia, a Etnicidade é mobilizada sempre que as edições do impresso singularizam as especificidades culturais dos povos étnicos que integram o Movimento Indígena roraimense. Nesse princípio, a cultura é um dispositivo comunicacional, principalmente devido à sua capacidade de organizar elementos que possam expressar a distintividade étnica dos sujeitos. Enquanto prática etnocomunicativa, as páginas

do informativo utilizam charges, fotografias ou mesmo palavras escolhidas para construir narrativas compostas de sinais diacríticos que comunicam a existência de um “nós” e de um “eles”. Além disso, os nativos utilizam tais práticas de etnocomunicação como forma de validação pública da existência de seu grupo étnico (Barth, 1969; Poutignat; Streiff-Fenart, 2011).

De forma equivalente ao informativo impresso, e mesmo que pareça óbvio, o princípio da Etnicidade é mobilizado no programa radiofônico *A voz dos povos indígenas* sempre que os apresentadores ou convidados identificam a região, o povo ou a etnia de que fazem parte. Conforme argumenta Barth (1969), é quando os sujeitos passam a classificar a si próprios através da etnicidade que eles se tornam sujeitos étnicos.

O princípio aparece quando músicas tradicionais indígenas são veiculadas no programa. A música, nesse sentido, enquanto parte do arcabouço cosmológico dos povos étnicos, é acionada como elemento que auxilia na mobilização coletiva dos sujeitos em torno de uma determinada etnia ou, da mesma forma, como símbolo que reforça a especificidade cultural do grupo e fortalece o acesso desses sujeitos aos direitos originários.

É diante de tudo isso que podemos afirmar, em linhas gerais, que quando o Movimento dos Povos Indígenas passa a utilizar as práticas comunicativas como espaço para demarcar barreiras étnicas e (re)construir narrativas que reforcem a existência de uma cosmovisão distintiva pertinente para as lutas cotidianas, passamos a compreendê-lo também como prática etnocomunicativa – dada a natureza étnica de seu fazer, dos seus atores, protagonistas e processos (comunicativos/comunicacionais por excelência).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ponderar acerca dos resultados desta pesquisa, notamos como os deslocamentos sociais aos quais foram submetidas as comunidades indígenas de Roraima resultaram na constituição de um fazer sociocomunicacional que se utiliza das vantagens do discurso identitário, territorial e étnico na arquitetura de uma “resistência adaptativa”, a fim de assegurar sua sobrevivência física e simbólica.

Esse processo de constituição de “resistência adaptativa” é por muitas vezes silenciado nas práticas de comunicação do CIR que pressupõem uma consciência política latente. No entanto, como visto no decorrer desta cartografia, o Movimento de Povos Indígenas e seu caráter sociopolítico, e, portanto, também suas práticas comunicacionais, são resultado de diferentes processos de adaptações, transformações e apropriações construídas em torno de um comum a ser partilhado (Sodré, 2015).

Nesse cenário, afirmamos, a partir das considerações de Albert (2002) sobre resistência adaptativa, bem como nas problematizações empreendidas no decorrer desta investigação, que as práticas de Etnocomunicação do Conselho Indígena de Roraima (CIR) encontram sua concordância num ato de resgate das referências cosmológicas de sua tradição e dos cenários que lhe são impostos pelas concepções indigenistas, tanto do Estado, através da Constituição de 1988 ou das legislações vigentes, quanto das organizações não governamentais, como a Igreja católica.

Diante disso, observamos que a conjuntura de desenvolvimento das práticas de Etnocomunicação do CIR trabalha na configuração de estratégias que direcionam os elementos cosmológicos da cultura indígena para uma leitura de validação política. Uma leitura que se apoia na lógica identitária, territorial e étnica a fim de (re)formular as narrativas de autorrepresentação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. M. **Processualidades da Cartografia nos usos teórico-metodológicos de pesquisas em comunicação social**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). *In*: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (org.). **Pacificando o branco: cosmologias do contato norte-amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002. p. 239-270.

ARAÚJO, B. **Representações no discurso midiático: o Movimento dos Povos Indígenas no portal do Conselho Indígena de Roraima**. 2019. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2019.

ARAÚJO, B. **Cartografia das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima (CIR)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2021.

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Trad. Sergio Paulo Benevides. **Mana**, [s./l.], v. 12, n. 1, p. 39-68, abr. 2006.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, P.; STREIFF FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, [1969] 2011.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CUNHA, F.; ALBANO, S. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. *Latinoamérica*. **Revista de estudios latinoamericanos**, n. 64, p. 153-184, 2017.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1.

ELHAJJ, M. Memória coletiva e espacialidade étnica. **Galáxia: Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, São Paulo, n. 4, p. 171-191, 2002.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad**. México: Editora Grijalbo, 1989.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. **Os indígenas no Censo 2022**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22324-os-indigenas-no-censo-2022>. Acesso em: 19 ago. 2024.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

MALDONADO, A. E. **Transmetodología**: visualizaciones epistemológicas en ciencias de la comunicación. Quito, EC: Ediciones CIESPAL, 2022. v. 1. 262 p.

MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. *In*: MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 21-58.

MORAIS, V. M. **Filhos de Deus e netos de Makunaíma**: apropriações do catolicismo em terras Makuxi. Curitiba: CRV, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2008.

PEREIRA, M. **Etnojornalismo, estratégias de comunicação e o protagonismo indígena**: um estudo de caso no Conselho Indígena de Roraima. 2016. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2016.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Unesp, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REUNIÃO GERAL DOS TUXAUAS DE RORAIMA. Missão de Surumu. **Ata** [...]. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 1984. 15 p. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/>. Acesso em: 10 maio 2020.

REUNIÃO GERAL DOS TUXAUAS DE RORAIMA. Missão de Surumu. **Ata** [...]. Boa Vista, RR: Diocese de Roraima, 1985. 15 p. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/>. Acesso em: 10 maio 2020.

ROSÁRIO, N. M. Mitos e cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação. *In*: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. (org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

SANTILLI, P. **Pemongon Patá**: território Macuxi, rotas de conflito. São Paulo: UNESP, 2001.

SANTI, V. Princípios teórico-metodológicos para entrever Mediação e Miatização. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 16., 2017, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2017/resumos/R54-0306-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2020.

SANTI, V.; ARAÚJO, B. Contra el imperialismo mediático: discurso y representaciones etnmediáticas del Movimiento de los Pueblos Indígenas. *In*: MALDONADO, A. E.; LEÓN CASTRO, E. (org.). **Pensamiento crítico en comunicación**: realizaciones transdisciplinares y transmetodológicas mattelartianas. Quito, EC: Ediciones Ciespal, 2021. v. 1, p. 191-216.

SANTOS, R. **Reflexões de lideranças Macuxi e Wapichana sobre as contribuições das TICs para os projetos indígenas locais**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2016.

SILVA, T. *et al.* **[Carta dos Tuxauas à Funai]**. Destinatário: Presidente da Funai. Surumu/Boa Vista, 19 jan. 1979. 1 carta. Disponível em: <https://documentacao.socioambiental.org/documentos/OBD00027.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

SOUZA, S. F. **Análise de Discurso**: procedimentos metodológicos. São Paulo: Instituto Census, 2014.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2015.

STERN, S. J. **Resistencia, rebelión y conciencia campesina em los Andes**: Siglos XVIII-XX. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1990.

TUPINAMBÁ, R. M. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**, Niterói, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VIEIRA, J. G. **Missionários, fazendeiros e índios de Roraima**: a disputa pela terra 1777 a 1980. Boa Vista: UFRR, 2007.

ZANETTI, D. Territorialidades no campo do audiovisual. *In*: ZANETTI, D.; RUTH, R. (org.). **Comunicação e territorialidades**: poder e cultura, redes e mídias. Vitória: Edufes, 2017.



17

*Pedro Augusto Pereira
Tamires Ferreira Coêlho*

DESCOLONIZAÇÃO DO EU E O ARMÁRIO LGBT+:

**REFLEXÕES A PARTIR DO PROJETO
*GUARDEI NO ARMÁRIO***

INTRODUÇÃO

A discussão proposta neste texto parte de uma pesquisa¹ que teve como problema principal o questionamento: “Como se configura a ‘saída do armário’ nos testemunhos de sujeitos gays negros/ bichas pretas no Projeto *Guardei no Armário?*”. O referido projeto reúne um canal de YouTube² e um livro homônimo produzidos pelo publicitário Samuel Gomes (2020). Foram selecionados para a investigação vídeos com entrevistas de um quadro específico do canal, em que o foco é o tema (e as experiências de cada pessoa entrevistada) que se convencionou chamar no senso comum de “saída do armário”.

Cada um – entrevistador e entrevistado, mas também outras pessoas que tenham contato com os vídeos ou o livro – empreende uma prática de subjetivação (Rago, 2013), através da saída do armário, que é própria, mas é também coletiva e atravessada por outras. O processo de subjetivação envolve a dimensão de desidentificação diante de uma estrutura racista e cis heteronormativa³, reconfigurando a experiência (Rancière, 1996).

A expressão “lugar de fala” ainda não havia se popularizado [quando da criação do canal], mas eu compreendia que o processo de *escuta* e a *troca* de vivências que havia tido na ONG Projeto Purpurina poderiam fazer parte desse momento com o canal (Gomes, 2020, p. 108, grifos nossos).

A escuta, a troca, a partilha – especialmente em seu sentido de coletivo – e os afetos são centrais na constituição do *Guardei no Armário*. No trecho citado acima, Samuel Gomes destaca a

1 A pesquisa, desenvolvida ao longo do Mestrado, contou com financiamento da Capes, por meio de uma bolsa de demanda social.

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/@GuardeiNoArmario>. Acesso em: jun. 2024.

3 Heteronormativo é o sistema em que vivemos, no qual a heterossexualidade é vista como norma, única possibilidade de sexualidade, implícita e esperada nas relações sociais, assim como a cisgeneridade.

organização do Projeto Purpurina, coletivo LGBT+⁴ do qual participou e que destaca como um elemento importante na sua trajetória de aceitação e saída do armário (Gomes, 2020). Outros espaços como salas de bate-papo virtuais, blogs, redes sociais digitais e mesmo sites de conteúdo pornográfico são apontados por Samuel Gomes e por vários dos entrevistados como tendo papel nessa (re)elaboração subjetiva da saída do armário. Entender que não se passa por isso – conflitos, exclusão, violência, silenciamento – sozinho é destacado como uma espécie de primeiro passo na jornada de saída do armário (Gomes, 2020).

A aceitação e a saída do armário da qual tratam os sujeitos no *Guardai no Armário* parece apontar para a possibilidade de existências LGBT+ como “pessoas coletivas” (Krenak, 2019), contribuindo com o processo de “descolonização do eu” do qual fala Grada Kilomba (2019), em oposição à noção colonizadora, eurocêntrica e neoliberal (Rago; Pelegrini, 2019) do indivíduo. Ainda que Krenak traga como foco de suas reflexões a reconfiguração, ruptura e desestabilização das relações (ocidentais) entre seres humanos e natureza, é possível pensar a partir dele uma perspectiva circular, que recusa uma mirada linear (assim como Rancière), essencialista e individualizante, para pensar o lugar que se ocupa no mundo de modo complexo, interdependente.

Propomos aqui uma discussão que aproxima a descolonização do eu (Kilomba, 2019) da autodefinição (Collins, 2019), tratando o armário vinculado ao trauma colonial, como será pormenorizado a seguir. Parte-se de uma perspectiva interseccional, logo, politicamente posicionada, tendo em vista a visibilidade e a luta contra injustiças sociais.

4

Fazemos a opção por utilizar a sigla LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgênero, travestis e o + para abarcar outras identidades) tanto para destacar quem mais comumente vivencia o processo de “saída do armário” quanto por ser consensual entre os movimentos políticos, já que ainda existem disputas acadêmicas e políticas, sobretudo no Sul global, quanto à inclusão do *queer* como identidade.

O ARMÁRIO PENSADO A PARTIR DO TRAUMA COLONIAL

Assumir-se é um ato de fala, uma enunciação que rompe com fluxos de silenciamento que historicamente impõem aos corpos ditos “desviantes”, nesse caso as LGBT+, um lugar de marginalidade. Grada Kilomba (2019) estabelece a escrita como uma necessidade de enfrentamento desse silenciamento colonial, como ato potencial de descolonização, de tornar-se sujeito. A partir de Kilomba (2019), esse processo de saída do armário, que organiza a narrativa dos vídeos analisados, passa a ser visto como próximo ao processo de “descolonização do eu” descrito na parte final do livro *Memórias da Plantação*.

Essa descolonização do eu se dá porque há um trauma colonial memorizado coletivamente em nossa sociedade fundada na violência da colonização europeia (Kilomba, 2019). Se, por um lado, Grada Kilomba foca seu olhar para o trauma colonial nas relações raciais, especialmente no que define como racismo cotidiano (Kilomba, 2019), compreendemos como possível e necessário relacionar as violências cotidianas e estruturais vividas pelos sujeitos bichas ao trauma colonial. Assim como a opressão baseada em raça, a opressão com base em gêneros e sexualidades tidos/as como desviantes, a cis heteronormatividade e o heteroterrorismo (Bento, 2011) têm sua origem, nas Américas, com a invasão e colonização europeia, que trouxe consigo a imposição da catequese aos povos originários e, posteriormente, a inquisição e o higienismo (Trevisan, 2018). Ao contrário do que ocorre com a Europa, de onde escreve Kilomba, no continente americano todas as relações sociais modernas, sejam de raça, classe, gênero, prática sexual, foram originadas por um trauma colonial a partir das invasões europeias chamadas de “descobrimientos”, junto ao genocídio e epistemicídio de povos originários e à escravidão como centrais na dita modernização do continente.

No entanto, vale ressaltar que não se trata de equivaler o armário metafórico ao trauma colonial, pois, ainda que as violências heteroterroristas sejam profundas e persistentes, elas nunca levaram, por exemplo, à objetificação de seres humanos a tal ponto de serem tratados como propriedade e mercadoria, como foi feito com pessoas negras de origem africana no período da escravidão. A aproximação feita com as formulações de Grada Kilomba (2019) nos conduz ao entendimento da existência – e às vezes necessidade – desse armário como parte de um trauma social, coletivo, profundo em nossa sociedade e é nesse sentido que compreendemos aproximações possíveis entre a saída do armário e a “descolonização do eu”, com atenção à centralidade dada pelos colonizadores europeus do território hoje chamado de brasileiro às vivências e práticas das sexualidades ditas desviantes, como já dito anteriormente a partir de Trevisan (2018). As existências bichas aparecem entre o armário e o trauma colonial. Kilomba (2019) tem o racismo cotidiano e sua relação com o trauma colonial como foco, mas deixa evidente a interseccionalidade das opressões de raça, gênero e classe, por exemplo, na atualização desse trauma. Vinculando o “trauma colonial” ao “trauma individual”, Grada Kilomba explica:

O relato psicanalítico do trauma traz três ideias principais implícitas: primeira, a ideia de um *choque violento* ou de um evento inesperado para o qual a resposta imediata é o choque; segunda, a *separação* ou fragmentação, pois esse choque violento inesperado priva a relação da pessoa com a sociedade; e, terceira, a ideia de *atemporalidade*, na qual um evento violento que ocorreu em algum momento do passado é vivenciado no presente e vice-versa, com consequências dolorosas (Kilomba, 2019, p. 216, grifos da autora).

O “choque violento” provocado pela violência heteroterrorista, neste caso sofrida pelos sujeitos bichas, e sua subsequente “separação”, elementos fundamentais do trauma, dão conta da experiência de se estar “dentro do armário”, de ser empurrado para ele.

Diante da reencenação do trauma colonial, por meio do heteroterrorismo, assim como do racismo cotidiano, o choque é, em geral, a primeira resposta. Mesmo que a violência seja, infelizmente, esperada nas trajetórias bichas, a intensidade dessa violência recria esse elemento de choque e surpresa (Kilomba, 2019). A análise de Kilomba (2019) do relato de Frantz Fanon e das mulheres que a própria Grada Kilomba entrevistou em sua pesquisa nos ajuda a compreender a experiência do choque e suas consequências:

Após apresentar à/ao leitora/leitor seus episódios traumáticos e intensos de racismo cotidiano, Fanon tenta trabalhá-los reivindicando anonimato: "Afastei-me muito de minha própria presença, e me fiz de fato um *objeto*" (1967, p. 112). Ele continua: "Eu deslizo pelos cantos, permaneço em silêncio, aspiro ao anonimato, à invisibilidade" (Fanon, 1967, p. 116). Para salvar-se dessas agressões traumáticas esperadas, Fanon espera não ser notado. Ele é levado à alienação, pois identifica sua invisibilidade com igualdade: uma falsa equação, considerando que ele não pode escapar de sua *negritude* nem do racismo que o rodeia. [...] Alicia também aspira ao anonimato para escapar a ataques racistas: "às vezes tenho de ignorar (e) fingir que esqueci tudo", explica ela. E em outros momentos "eu simplesmente não respondo, mas então as pessoas ficam muito chateadas... muito chateadas". Ela pode desejar o anonimato, mas não pode escapar da agressão racista.

O desejo de anonimato também revela o desejo de não ser "assombrada/o" pelo trauma do racismo. Ser traumatizada/o, argumenta Cathy Caruth (1991, p. 3), "é precisamente ser possuída/o por uma imagem ou um evento". O trauma de ter sido atacada/o pelo racismo se torna uma possessão, que assombra o *sujeito* e interrompe, repentinamente, seu senso normal de previsibilidade e segurança. [...] É uma estranha possessão que retorna, de maneira intrusiva, como conhecimento fragmentado. Somos assombradas/os por memórias e experiências que causaram uma dor desumanizante, uma dor da qual se tem pressa em fugir (Kilomba, 2019, p. 218-219, grifos da autora).

Não é difícil identificar a proximidade entre o choque provocado pelo racismo e o provocado pelo heteroterrorismo (Bento, 2011), especialmente se atentarmos para a busca pelo anonimato e invisibilidade como tentativa (falha) de escapar da violência e da dor. Como pessoas LGBT+, somos impelidos⁵, diante do choque com a violência, a nos esconder dentro do armário e, talvez por não haver marca aparente e incontestável de não ser hétero e cis – ao contrário da racialização –, somos levados, ingenuamente, a crer que podemos escapar da violência se ficarmos bem escondidos em nossos armários, como é possível perceber no livro de Samuel (Gomes, 2020); e há mesmo aqueles entre nós que passam a vida toda se agarrando a essa crença. No entanto, por se tratar de memória coletiva, cristalizada pela reencenação constante do passado colonial – da inquisição, do higienismo – no presente, não se pode escapar da violência, do choque, não importa o quão fundo estejamos dentro do armário.

Quanto à “separação”, podemos vê-la e senti-la a cada vez que somos levados a cortar e esconder partes de nós mesmos por sermos bichas, a cada vez que nos sentimos obrigados, pela violência, a mudar nossa forma de andar ou falar – “fala/anda feito homem!” –, que nos percebemos fragmentados, separados da sociedade, como Outros, sem lugar, história ou pertencimento.

“É como se eu tivesse de cortar isso de mim, cortar minha personalidade como uma esquizofrênica. Como se algumas partes de mim não existissem”, descreve ela [Alicia] o sentimento de separação. A metáfora e “cortar” ou “cortar sua personalidade” expressa o segundo elemento do trauma clássico: o sentimento de ruptura, corte e perda causada pela violência do racismo cotidiano [e do heteroterrorismo], um choque inesperado que priva o *sujeito* de suas conexões com a sociedade (Kilomba, 2019, p. 220, grifos da autora).

5

Vale ressaltar o uso da primeira pessoa do plural se refere também a uma posição política, uma vez que as autorias deste texto se identificam como um gay cis e branco e uma mulher cis, branca e bissexual.

A violência nos separa da sociedade, da família, dos vínculos e, na tentativa de nos proteger disso, entrando no armário, ficamos separados tanto dos outros, já que não somos de fato ou agimos como “nós mesmos”, quando fragmentamos nossa própria subjetividade, cortamos partes de quem somos, ficando separados, também, de “nós mesmos”. É preciso ainda compreender a *separação* mais específica que ocorre com as bichas pretas. Mesmo que todas as pessoas LGBTQ+ estejam em um lugar de Outro/a na sociedade heterossexista, a permanência do racismo opera para complexificar o lugar social da bicha preta que existe em uma posição de “Outro/a do Outro/a”, de exclusão e silenciamento entre os/as excluídos/as e silenciados/as, que nesse sentido pode ser compreendido a partir do lugar da mulher negra segundo Kilomba (2019). O racismo cotidiano (Kilomba, 2019) é muito presente dentro da tal “comunidade gay”, bem como ideias de masculinidade hegemônica pautadas na virilidade. As bichas pretas frequentemente acabam relegadas a um aprisionamento, dentro da própria “comunidade”, entre o objeto e o abjeto (Costa, 2017), como estrangeiras, estranhas, mesmo entre aqueles/as que seriam “os seus”.

O trauma traz ainda o elemento da “atemporalidade”, o terceiro elemento do trauma clássico, podendo ser entendido como a reencenação do passado no presente (Kilomba, 2019). Segundo Grada Kilomba (2019, p. 222-223), embora a colonização e a escravidão sejam vistas como elementos do passado, elas estão intimamente ligadas ao presente e cenas do passado são reencenadas no presente de modo que “aqui” parece ser “naquela época”. Perguntas como “quem é o homem e quem é a mulher da relação?” direcionadas a casais formados por dois homens ou duas mulheres, de forma pretensamente inocente, mas violenta e invasiva, da parte de pessoas heterossexuais, reencenam no presente um passado em que práticas sexuais não heterossexuais e reprodutivas eram abordadas como muito exóticas nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas coloniais (Trevisan, 2018).

Essa sensação de imediatismo e presença é o terceiro elemento do trauma clássico. Um evento que ocorreu em algum momento do passado é vivenciado como se estivesse ocorrendo no presente e vice-versa: o evento que ocorre no presente é vivenciado como se se estivesse no passado. [...] O passado nos agride no presente. Assim que ela [Kathleen] ouve a palavra *N.*, ela diz: “Eu senti essa dor nos meus dedos.” Kathleen é assombrada pelo passado traumático, que “retorna, de maneira intrusiva, em forma de experiências sensoriais ou motoras fragmentadas” (Van Der Kolk e Van Der Hart, 1991, p. 447). Somos assombradas/os por memórias coloniais intrusivas, que tendem a voltar (Kilomba, 2019, p. 223).

Certos relatos de saída do armário no projeto *Guardei no Armário*, a começar pelo do próprio Samuel, em seu livro (Gomes, 2020), apresentam cenas que, a olhos menos atentos, podem parecer impossíveis, para usar uma expressão popular, em “pleno século XXI”. Apesar de pessoas heterossexuais e cisgêneros dizerem coisas como “o mundo já mudou muito, já avançamos demais, hoje em dia não existe mais essa homofobia toda”, essa reencenação constante do passado demonstra que o heteroterrorismo que mantém o heterossexismo está longe de ser coisa de um passado distante. Praticamente todos os sujeitos entrevistados por Samuel no *Guardei no Armário* relataram medo ou receio de serem expulsos de casa por seus/suas cuidadores/as da infância ou serem violentados por eles de outra forma. Alguns foram de fato expulsos de casa e abandonados por essa tal família que, supostamente, deveria servir como apoio e cuidado. Samuel, por exemplo, chegou a ser expulso de casa pelo pai evangélico ao dizer abertamente a ele e à mãe que é gay, ainda que, após a intervenção da irmã de Samuel, tenha voltado atrás no dia seguinte (Gomes, 2020).

Novamente, é preciso ainda lembrar que pessoas LGBT+ brancas, e talvez de forma especial os homens gays brancos, também costumam protagonizar reencenações coloniais cotidianas em relação aos/às LGBT+ negros/as, especialmente às bichas pretas.

O que é a objetificação tão frequente de gays negros por brancos, a suposição de que são sempre – e, mais ainda, de que devem ser – sempre ativos, extremamente “bem-dotados”, viris e prontos para o sexo – aliás, só servindo para transar (Costa, 2017)? O que é isso além de uma reencenação de um passado escravocrata da parte de pessoas brancas? Para além desse exemplo mais direto e, pensamos, de mais fácil compreensão, há ainda a frequente categorização de pessoas negras e de seus traços – cabelos crespos, por exemplo – como “exóticos/as”, às vezes com sujeitos/as brancos/as parecendo de fato acreditarem que se trata de um elogio, e não de uma formulação violenta. Sobre a escravização como trauma e meios de superação, Grada Kilomba escreve:

A escravização e o colonialismo podem ser vistos como coisa do passado, mas estão intimamente ligados ao presente. Em *Ghosts of Slavery*, Jenny Sharpe (2003) enfatiza a relação entre o passado e o presente, um presente assombrado pelo passado invasivo da escravização. Ela se refere à escravização como uma “história assombrada” que continua a perturbar a vida atual das pessoas *negras*. Seu objetivo, diz ela, é ressuscitar a vida das/os ancestrais, elevando a memória dolorosa da escravização e contando-a corretamente. Esta é uma associação fascinante: nossa história nos assombra porque foi enterrada indevidamente. Escrever é, nesse sentido, uma maneira de ressuscitar uma experiência coletiva traumática e enterrá-la adequadamente (Kilomba, 2019, p. 223-224).

A escrita do *Guardi no Armário* – tanto livro quanto canal – parece apontar para uma direção semelhante. Estando fora da norma heterossexista, somos assombradas/os por um trauma coletivo profundo e complexo. Nossas experiências pessoais e histórias de vida são também assombradas por esse passado, tanto de um ponto de vista social e coletivo, como na maioria das vezes um trauma clássico e individual das violências vividas. O próprio armário metafórico nos assombra, quer estejamos dentro ou fora dele. Escrever e contar processos de saída do armário pode ser uma forma de ressuscitar

memórias, pessoais e coletivas, e dar a elas um enterro apropriado, não esquecendo as experiências do trauma, mas aprendendo e ensinando vidas possíveis, sem assombro.

As narrativas de saída do armário no YouTube, analisadas a partir de sua potência de criação de cenas polêmicas de dissenso, que rompem com a reencenação do passado colonial, envolvem processos de subjetivação política e de fabulação. A escrita (de si) como ferramenta para se tornar autor(a) da própria história, produtor(a) de sentido, *sujeito(a)*, em vez de objeto, é uma possibilidade de processar o trauma, dando à experiência traumática um enterro adequado (Kilomba, 2019). A visibilidade e invenção de modos de ser e dizer, que atravessam os âmbitos individual e coletivo, ao mesmo tempo se apropriam de uma plataforma moldada por regimes excludentes e podem ressignificá-la. Se há uma ferida, um trauma, colonial, a descolonização do eu (Kilomba, 2019) dá conta de um processo de cura.

SAIR DO ARMÁRIO: DESCOLONIZAR O EU

Partindo, como estabelecido anteriormente, de que racismo e heterossexismo no Brasil e nas Américas como um todo têm sua origem no mesmo colonialismo, o enfrentamento a eles passa pela descolonização como possibilidade de cura do trauma colonial. Novamente reforçamos que as aproximações propostas com as reflexões de Grada Kilomba (2019) sobre o racismo cotidiano, o colonialismo e a descolonização não têm pretensão de equivaler racismo e heterossexismo, mas de identificar a aproximação de ambos ao se interseccionarem na mesma matriz de dominação (Collins, 2019). Pensando interseccionalmente, o foco aqui é nas possibilidades de tratar a ferida colonial (Kilomba, 2019).

Descolonização refere-se ao desfazer do colonialismo. Politicamente, o termo descreve a conquista da autonomia por parte daquelas/es que foram colonizadas/os e, portanto, envolve a realização da independência e da autonomia.

A ideia de decolonização pode ser facilmente aplicada no contexto do racismo, porque o racismo cotidiano estabelece uma dinâmica semelhante ao próprio colonialismo: uma pessoa é olhada, lhe é dirigida a palavra, ela é agredida, ferida e finalmente encarcerada em fantasias *brancas* do que ela deveria ser. Para traduzir esses cinco momentos em linguagem colonialista militarista: a pessoa é descoberta, invadida, atacada, subjugada e ocupada (Kilomba, 2019, p. 224, grifo da autora).

A conquista da autonomia de que fala Grada Kilomba não deve ser confundida com o ideário neoliberal individualista. A autora se refere à conquista de mando sobre o território do próprio corpo e da própria subjetividade ao se libertar do jugo das fantasias dos colonizadores, seguindo a metáfora do colonialismo, que “jaz exatamente na extensão da soberania de uma nação sobre o território além de suas fronteiras” (Kilomba, 2019, p. 225). O armário para dentro do qual somos empurrados constantemente pelo heteroterrorismo (Bento, 2011) é estabelecido justamente pelo movimento colonizador heterossexista sobre o território dos nossos corpos-subjetividades bichas, constantemente reatualizado no presente, em que a cada abordagem heteroterrorista as bichas percebem que seus “corpos são explorados como continentes, suas histórias recebem novos nomes, suas línguas mudam; e, acima de tudo, elas se veem sendo moldadas por fantasias invasivas de subordinação [...] elas se tornam colônias metafóricas” (Kilomba, 2019, p. 225). No caso das travestis e das bichas pretas, essas fantasias invasivas persistem até mesmo entre a tal comunidade LGBTQ+, perpetuada pelo racismo cotidiano de pessoas brancas, criando uma dupla asfixia, que as põe no lugar do/a Outro/a do/a Outro/a.

Grada Kilomba afirma que a colonização e a descolonização se entrelaçam nesse processo de desfazer, a respeito do qual estabelece uma série de possibilidades de, para utilizarmos uma expressão popular, “viradas de chave”, ou giros, ou “mudanças de foco” que podem conduzir o processo de descolonização, confrontando as fantasias invasivas. O primeiro desses giros seria definido a partir de duas perguntas possíveis ao se defrontar com a violência cotidiana – do racismo, que buscamos aqui relacionar à violência homofóbica heteroterrorista – “O que você fez?” e “O que o racismo [ou a homofobia] fez com você?” (Kilomba, 2019). Juntamo-nos a Grada Kilomba (2019, p. 226-227) para afirmar que não “é preciso escolher entre um e outro”. As violências coloniais cotidianas persistem, mesmo que sejam sistematicamente negadas em nossas sociedades, e nós, que as vivenciamos, somos sempre lembrados/as de não nomeá-las, sob pena de acusações, da parte de quem nos violenta, de que nos vitimizamos – “estratégia muito eficaz para silenciar aquelas [pessoas] que estão prontas para falar” (Kilomba, 2019, p. 227). Desse modo, perguntar primeiramente “O que o incidente fez com você?” se torna libertador, pois “abre espaço para o que foi negado”.

No *Guardai no Armário*, os testemunhos se organizam de modo a privilegiar justamente “O que isso fez com você?”, possibilitando aos sujeitos que nele falam se ocuparem de si mesmos, em vez de com quem frequentemente os violenta, direcionando a pergunta orientadora dos vídeos – como saí do armário? – para dentro. O foco primeiro não está na resposta e na performance dos sujeitos bichas diante dos héteros e do heterossexismo, em conquistá-los ou se fazer compreender por eles – o que não quer dizer, claro, que esse aspecto seja totalmente ignorado pelos sujeitos, especialmente no espaço do YouTube, e alguns entrevistados, assim como o próprio Samuel em alguns vídeos, chegam a destacar possibilidades do canal de “educar” pessoas heterossexuais, especialmente pais e mães de filhos LGBT+, mas não é esse o foco principal dos testemunhos reunidos – o que Grada Kilomba (2019, p. 227) destaca como “bastante revolucionário”.

Buscamos, aqui, orientar o olhar de modo que, conforme propõe bell hooks (2019), seja imbuído de uma atitude revolucionária, que procure romper com modelos hegemônicos de ver e pensar, e que possibilite imaginar e descrever de forma libertadora. Se a prática do *Guardai no Armário* aponta para um compromisso de rompimento e descolonização (Kilomba, 2019), o olhar de quem busca compreendê-lo deve estar também pautado por essa perspectiva, priorizando “O que isso fez a você?” em vez de “O que você fez?”. “Isso não significa que a pergunta em si [“O que você fez?”] seja irrelevante, mas ela deve ser secundária e não primária, pois pode nos aprisionar novamente na velha ordem colonial” (Kilomba, 2019, p. 227).

Os próximos giros defendidos por Kilomba estão focados em um desafio à ordem da explicação, pois fomos e somos levados a acreditar que a reprodução de fluxos de opressão interseccionais – como o racismo e o heterossexismo – são fruto de falta de informação, o que é uma mentira colonial que nos foi e é contada. Como já dito, segundo Kilomba (2019), as violências cotidianas partem do “desejo violento de possuí-lo e controlá-lo” de modo que questionamentos invasivos ou especulações maldosas dirigidas a pessoas LGBTQ+, por exemplo, não têm por objetivo “entender, mas possuir e controlar. Em outras palavras, o objetivo não é encontrar a resposta, mas sim o divertido ato de manter” nossas subjetividades dependentes das deles. Não responder a questionamentos como “quem é o homem e quem é a mulher da relação” estabelece novos limites, contrapõe o impulso de invasão dos/as agressores/as, nos “afasta da cena colonial e, ao fazê-lo, estabelece novos limites” em nossos relacionamentos com o/a outro/a (Kilomba, 2019, p. 229).

Explicar é alimentar uma ordem colonial, pois quando o sujeito *negro* fala o *sujeito branco* pode sempre responder com aquela frase desdenhosa: “Sim, mas...” Então, o *sujeito negro* explica mais uma vez, e novamente escuta a frase: “Sim, mas...” E assim o ciclo invasivo e dependente nunca termina. Como o racismo cotidiano é invasivo, é o estabelecimento de limites que leva à própria

descolonização, não a explicação. Enquanto se explicar incessantemente, o *sujeito negro* expande suas fronteiras⁶ em vez de estabelecer novas. Para alcançar um novo papel de igualdade, é preciso também colocar-se fora da dinâmica colonial; isto é, é preciso despedir-se daquele lugar de Outridade. Portanto, é uma tarefa importante para o *sujeito negro* despedir-se (*sich zu verabschieden*) da fantasia de ter de se explicar ao mundo *branco* [que é também cis-heterossexual] (Kilomba, 2019, p. 230).

Esperamos que as relações feitas até aqui entre a saída do armário e nossas vivências bichas e LGBTQ+ com a descolonização, a partir do racismo cotidiano, tenham sido compreendidas a partir da identificação pelas vivências de exclusão (Evaristo, 2020). “Esperamos”, justamente pelo fato de que mais uma vez é preciso lembrar que nós pessoas LGBTQ+ brancas continuamos sendo brancas, embora vivenciemos experiências de exclusão de outras formas. Quantas vezes bichas *brancas*, até mesmo algumas “afeminadíssimas”, não contribuem para aprisionar bichas pretas naquele (não) lugar entre o objeto e o abjeto de que fala Allan Costa (2017)? Cada questionamento do tipo “você é negro e não é ativo?” ou afirmação como “nossa, você [negro] deve ser muito bem-dotado” é a reprodução de uma cena colonial, que também reforça o heterossexismo. Tenhamos também a coragem de nos opormos ao consenso branco, de não sermos signatários desse pacto racista de dizer, como lembra Sueli Carneiro (2022)⁷: “não em meu nome!” e agirmos ativamente e interseccionalmente contra toda forma de opressão. Diz Grada Kilomba:

Explicamos porque queremos ser compreendidas/os. Mas para quem se está explicando? E por quem se quer ser compreendido? Pela/o agressora/agressor? Pelo público *branco*, que observou o incidente de racismo?

SUMÁRIO

- 6 Aqui relacionado à flexibilização dessas fronteiras, com menor demarcação, e não a conquistar/apoderar-se de outros territórios.
- 7 Ver nas Referências MANO A MANO [CARNEIRO], 2022.

Ou talvez por ambos? E por que é importante ser entendida/o pela/o “outra/o” branca/o? Essa configuração, mais uma vez, implica um triângulo. O racismo cotidiano é realizado em uma constelação triangular na qual o *sujeito negro* aparece em destaque, sozinho. Há sempre três elementos incluídos nesta performance: o *sujeito branco* que ataca, o *sujeito negro* que é atacado e o público *branco* que, em geral, observa silenciosamente, representando o consenso *branco*. Aqui estou preocupada com a fantasia de se querer ser compreendida/o pelo consenso *branco* (Kilomba, 2019, p. 230-231, grifos da autora).

Se somos pessoas brancas, ainda que não sejamos agressores/as, frequentemente nos veremos nesse lugar do público branco que reforça e representa o consenso, também branco. Tomemos também a tarefa de representar outra coisa, de ajudar a quebrar o triângulo – o que inclui efetivamente *compreender* que não é papel de pessoas negras se explicarem a nós, assim como não temos obrigação de nos explicarmos enquanto LGBTQ+ para pessoas cis e hétero.

Assim, chegamos ao último giro, à última fantasia da qual, segundo Grada Kilomba (2019), devemos nos livrar para descolonizar o eu: a da perfeição. Essa fantasia se baseia na ideia de que, se nos esforçarmos o suficiente, poderemos ser aceitos e escapar às violências, levando a uma ansiedade e estado de vigilância constante do perfeccionismo para reagir ao *choque violento*, iludidos de que se nos explicarmos o suficiente, da maneira certa, tivermos as respostas corretas, poderemos quebrar a ordem colonial, quando de fato esse estado é um novo aprisionamento nela.

Se, por um lado, a autora reflete que a ideia de perfeição pode ter papel de reparação ao recriar subjetividades desempoderadas como poderosas, reestabelecendo autoridades roubadas, “*Agora eu tenho uma resposta tão boa que você ficará impressionada/o. Eu vou te derrubar!*” responde a uma ansiedade de que um ataque pode vir a qualquer momento, o que “pode, de fato, ser considerado um ato de reparação” quando o/a sujeito/a “recria a si mesmo como poderoso;

e, nesse sentido essa fantasia pode ser vista como uma atividade criativa pela qual se resolve um incidente” (Kilomba, 2019, p. 233). Poucos grupos e coletividades dominaram de tal forma essa atividade criativa quanto as bichas e as travestis. A cultura da “xoxada”, da gongação, do lacre, foi e é parte da resistência travesti e bicha brasileira – e não só. Citando as rimas de Boombeat e Glória Groove: “Cada passo é constante/ Africano elefante pisa, pisa/ Rima pesada vida ambulante/ No seu palpite pisa, pisa/ [...] Tá incomodado vai ter que me aturar/ Seu recalque kika bate e volta no estalo do lacre/ As Bixa não para ra” (Boombeat; Groove, 2020).

A fantasia de perfeição, no entanto, não é deveras gratificante. Ela leva a um estado constante de decepção. É preciso compreender o racismo [bem como heterorriorismo] cotidiano como um ataque violento inesperado e que, de repente, a pessoa é surpreendida pelo choque de sua violência e, nesse sentido, nem sempre é possível responder. A intenção de uma resposta “perfeita” cultiva a noção de um ego *ideal*, um ego que reaja sempre em conformidade toda vez que o *sujeito branco* age. Uma fantasia nada gratificante, pois ninguém pode alcançar tal estado idealizado de perfeição.

[...] Enquanto a branquitude [e a cis-heteronormatividade] pode ser incoerente e ter defeitos, espera-se que a *negritude* [e as bichas] seja[m] perfeita[s] e precisa[s]. Investir na fantasia de que alguém deve dar a “resposta certa” pode se assemelhar às defesas maníacas e, às vezes obsessivas. Nessa fantasia a pessoa *negra* [e bicha] tem de se comparar a uma personagem heroica, que tem “respostas” para vários ataques imprevisíveis. Essa é, evidentemente, uma contradição absoluta pelo fato de o racismo [e o heterossexismo] ser uma experiência traumática à qual, por vezes, a única reação possível é o choque. E, acima de tudo, uma contradição pelo fato de também sermos seres humanos” (Kilomba, 2019, p. 234).

Não se trata de reduzir a importância do papel dessas atitudes criativas de enfrentamento que foram citadas, mas sim de evitar armadilhas – tais quais as do neoliberalismo – que possam nos levar

não à descolonização, mas à idealização. Tornar-se sujeito, descolonizar-se, é um movimento em direção à complexidade, não à idealização, pois queremos existir, e lutamos por esse direito, em toda nossa complexidade, tenhamos ou não as respostas, fortes ou fracos/as, alegres ou tristes, calmos/as ou furiosos/as. "Há várias respostas, em dias distintos, de acordo com os diversos estados de espírito e dependendo de várias circunstâncias. E deveríamos nos sentir livres para nos permitir a existências dessa complexidade" (Kilomba, 2019, p. 235). A terceira tarefa crucial é, portanto, nos despedirmos "dessa fantasia de perfeição" para que não nos limitemos nem "à/ ao 'Outra/o' desidealizado nem à/ao 'Outra/o' idealizado, mas para chegar ao complexo" (Kilomba, 2019, p. 235). No *Guardai no Armário*, a escrita se possibilita como um caminho de descolonização ao buscar essa complexidade negada tanto às subjetividades pretas, bichas e bichas pretas, quanto ao próprio processo de saída do armário.

Não existe escrita sem significação, segundo Rancière (1995, p. 7), para quem "o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação", não é um ato automaticamente político, mas apenas quando se compromete com a "partilha do sensível que dá forma à comunidade", a fabular e "re-dividir", reconfigurar posições. Tornar-se sujeito é uma reconfiguração de posição, uma passagem da posição de objeto à posição de *sujeito/a* (Kilomba, 2019). Quando subjetividades, corpos e pessoas são apontados, tolhidos e excluídos pelo heteroterrorismo (Bento, 2011), são forçados a uma vida "dentro do armário", como objetos, diante de constantes processos de sujeição (Rago, 2013) que buscam conformá-los à cis heteronorma (ou destruí-los).

Sair do armário, como processo de subjetivação – e recusa e enfrentamento da sujeição – e descolonização, dá conta de sujeitos que assim se fazem, que se (re)elaboram e se (re)descobrem, possibilitando outras maneiras de ser que ultrapassam as imposições da cis heteronormatividade colonial. No entanto, esse é um processo constante, um trabalho contínuo sobre si que Samuel Gomes (2020)

evidencia em seu testemunho no livro, tanto se referindo à dificuldade em enfrentar lógicas opressoras internalizadas e naturalizadas por ele próprio, quanto em relação, por exemplo, ao racismo e à misoginia ainda tão presentes na “comunidade gay”.

AUTODEFINIÇÃO COMO SAÍDA POSSÍVEL

O processo de descolonização como forma de desfazer as ilusões coloniais (Kilomba, 2019) se contrapõe à matriz de dominação que organiza as opressões interseccionadas. Patricia Hill Collins (2019) apresenta o conceito de imagens de controle como forma de compreender o aprisionamento e colonização das subjetividades das mulheres negras nos Estados Unidos – e a partir delas, de todos os corpos e subjetividades. Segundo Winnie Bueno (2020, p. 73):

As imagens de controle são a dimensão ideológica do racismo e do sexismo compreendidos de forma simultânea e interconectada. São utilizadas pelos grupos dominantes com o intuito de perpetuar padrões de violência e dominação que historicamente são constituídos para que permaneçam no poder. As imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir de categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às inequidades sociorraciais a aparência de naturalidade e inevitabilidade.

Entender como imagens de controle operam sobre mulheres negras nos ajuda a orientar o olhar para a existência de imagens controladoras também de bichas e viados. Apesar da busca recorrente por aprisionar suas subjetividades, não quer dizer que os alvos das imagens controladoras colaborem passivamente com a tentativa de dominação, e é aí que entra em cena a resistência por meio da autodefinição (Collins, 2019). Audre Lorde diz que

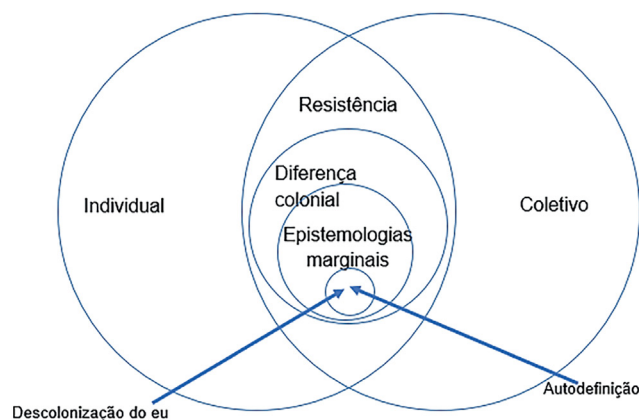
membros de grupos oprimidos e objetificados, para sobreviver, sempre precisaram “estar vigilantes”, familiarizados “com a linguagem e os modos do opressor, até mesmo adotando-os em certos momentos em nome de alguma ilusão de proteção” (Lorde, 2021, p. 141-142). Collins parte do pensamento de Lorde ao elaborar que pessoas oprimidas que desenvolvem pontos de vista autodefinidos podem até adotar determinados comportamentos para autoproteção, mas sabem o lugar que ocupam, as relações de poder que as atravessam e as performances que precisam adotar para “convencer opressores de que sabem qual seria seu lugar”; podem inclusive “viver duas vidas” para sobreviver e o armário é uma estratégia complexa que atravessa essa “vida dupla”.

“Um sistema de opressão”, afirma a ativista feminista negra Pauli Murray “tira grande parte de sua força do consentimento de suas vítimas, que aceitaram a imagem dominante de si mesmas e ficaram paralisadas por um sentimento de impotência.” As ideias e ações das mulheres negras nos Estados Unidos exigem que se repense o conceito de hegemonia, a ideia de que a objetificação das mulheres negras como o Outro é tão absoluta que nos tornamos participantes voluntárias de nossa própria opressão. A maioria das afro-americanas simplesmente não se define como *mammies*, matriarcas, mães dependentes do Estado, mulas ou mulheres sexualmente depreciadas. A matriz de dominação na qual essas imagens de controle estão inseridas é muito menos coesa ou uniforme do que se imagina.

As mulheres afro-americanas deparam com essas imagens de controle não como mensagens simbólicas desencarnadas, mas como ideias concebidas para dar sentido a nossa vida diária. O trabalho e as experiências familiares das mulheres negras criam as condições sob as quais as contradições entre as experiências cotidianas e as imagens de controle da condição da mulher negra se tornam visíveis. Ver as contradições nas ideologias possibilita abri-las à desmistificação (Collins, 2019, p. 182).

Em uma tentativa de entender a relação entre autodefinição e descolonização do eu, é possível fazer uma aproximação com o pensamento marginal, resistindo à colonialidade e ao “processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano” (Lugones, 2019, p. 361) por meio do ser, do crer e do valorizar (Lugones, 2019). Os conceitos, de diferentes origens e matrizes, referem-se a processos que se articulam e que impactam a saída do armário, sentimentos que levam à ação, a uma libertação intersubjetiva, na dimensão infrapolítica (Lugones, 2019), por meio de epistemologias marginais.

Figura 1 - Relação conceitual entre autodefinição (Collins) e descolonização



Fonte: elaboração própria, 2024.

É possível identificar, nas designações dirigidas a nós pela matriz de dominação, vestígios da articulação de imagens de controle nos discursos heteroterroristas (Bento, 2011) religiosos, midiáticos, médicos e acadêmicos. Samuel Gomes (2020) fala sobre sua criação evangélica, de uma igreja altamente conservadora, do contato com discursos que ecoam imagens de controle, e vários dos

testemunhos publicados no *Guardei no Armário* apresentam repetições dos mesmos estereótipos articulados interseccionalmente, especialmente visando o controle da sexualidade. Talvez seja possível abordar o “gay possuído por um demônio”, o “doente contagioso”, o “destruidor da família”, a “bicha louca raivosa” e mesmo os “discretos fora do meio” e os “assexuados” referidos como formas de dominação tanto em Bento (2011) quanto em Oliveira (2018) e Trevisan (2018), como imagens de controle aplicadas aos corpos-subjetividades gays/viados/bichas.

A desmistificação das ideologias por meio da autodefinição, da elaboração de pontos de vista autodefinidos sobre si, contrapondo imagens de controle externas, se aproxima, então, do processo de descolonização proposto por Kilomba (2019), representando um desmonte das imagens de controle por meio da autodefinição. Como Samuel (Gomes, 2020), muitos de nós, especialmente quando induzidos por contextos familiares cristãos conservadores, já rezamos pela suposta “cura”... Ou pela morte. Mas hoje encaramos o problema desvinculado da comunidade LGBTQ+ e localizado no sistema social em que vivemos, intensamente excludente.

O *Guardei no Armário* reúne diversos testemunhos em que as (re)elaborações de autodefinição precisaram de estímulos à saída do armário, por meio de interações, escuta e acesso a conteúdos que ajudassem no processo de autocompreensão, que levassem ao desmonte de ilusões coloniais (Kilomba, 2019).

Essas mulheres [reunidas em grupo clube de leitura] relatavam momentos catárticos, nos quais reagiam de forma criativa, “rebelando-se”. Cada uma delas sabia que somente outra mulher negra entenderia plenamente como era ser tratada assim e reagir à altura.

Audre Lorde fala da importância que a expressão da voz individual pode ter para a autoafirmação no contexto coletivo das comunidades de mulheres negras: “é claro

que tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e ação é um ato de revelação individual, algo que parece estar sempre carregado de perigo". É possível escrever para um público sem nome e sem rosto, mas o ato de usar a voz exige que haja alguém ouvindo e, portanto, estabelece uma conexão. Para as afro-americanas, o ouvinte mais capaz de romper a invisibilidade criada pela objetificação das mulheres negras é outra mulher negra. Esse processo de confiança umas nas outras pode parecer perigoso, porque somente as mulheres negras sabem o que significa ser mulher negra. Mas se não escutarmos umas às outras, quem vai nos escutar? (Collins, 2019, p. 190).

Se, enquanto bichas, somos pessoas interlocutoras mais capazes entre nós, constituir espaços seguros apesar de tudo, nos quais os vaga-lumes purpurinados (Didi-Huberman, 2011; Trevisan, 2018) possam dançar em constelação, emanando seus lampejos diante da escuridão, é uma tarefa fundamental à nossa constituição tanto individual quanto coletiva, e de ambas em diálogo. Se, por um lado, as conversas e os encontros de bicha para bicha, e sobretudo entre bichas pretas, de Samuel com os sujeitos entrevistados, favorece uma elaboração de si que encontrará no outro escuta e compreensão; por outro, a exposição dessas elaborações no YouTube acarreta riscos, implica vulnerabilidade. No entanto, embora o YouTube não possa ser entendido como um espaço seguro às bichas, o *Guardei no Armário* de certo modo retrata também uma busca por apropriação desse espaço, o que o torna ambivalente entre risco e segurança na produção de elaborações autodefinidas que possam ser escutadas e compreendidas por outras bichas.

REFERÊNCIAS

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, 2011, p. 549-559.

BOOMBEAT; GROOVE, G. **Nave Cor de Rosa** feat. Glória Groove. *In*: Nem tudo é close, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=91hXsbpRP44>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BUENO, W. **Imagens de controle**: um conceito de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017.

COSTA, A. Bichas pretas: entre o objeto, o abjeto – poucas vezes afeto. *In*: **CEERT: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades**. [S. l.], 01 ago. 2017. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/genero-mulher/18475/bichas-pretas-entre-o-objeto-o-abjeto-poucas-vezes-afeto>. Acesso em: 09 out. 2020.

DIDI-HUBERMAN, G. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência**: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. *E-book*.

GOMES, S. **Guardei no armário**: trajetórias, vivências e a luta por respeito à diversidade racial, social, sexual e de gênero. São Paulo: Paralela, 2020.

hooks, b. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, pp. 357-377.

MANO A MANO [CARNEIRO, Sueli]: Mano Brown recebe Sueli Carneiro. Entrevistadores: Mano Brown e Semayat Oliveira. Entrevista: Sueli Carneiro. [S. l.]: Spotify; MugShot; Boogie Naípe; GANA. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrmog0RkUnCPr>. Acesso em: 17 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. R. G. Trejeitos e trajetos de gayzinhos afeminados, viadinhos e bichinhas pretas na educação! **Periódicus**, v. 1, n. 9, mai./out. 2018, p. 161-191.

RAGO, M. **A aventura de contar-se**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

RAGO, M.; PELEGRINI, M. (Orgs.). **Neoliberalismo, feminismos e contracondutas**: perspectivas foucaultianas. São Paulo: Intermeios, 2019.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Dossiê: sexualidades disparatadas, n. 28, jan./jun. 2007, p. 19-54.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.



18

Paulo Júnior Melo da Luz

INTERPRETAÇÃO TRANSCOMUNICATIVA DE MÍDIAS:

**UMA ABORDAGEM EMPÍRICA
E METODOLÓGICA PARA A RECEPÇÃO**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.18

INTRODUÇÃO

Este texto apresenta um recorte da pesquisa publicada no livro intitulado *Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis*, publicado em 2023 pela Pimenta Cultural e premiado no concurso de 10 anos da editora. Aqui será apresentada uma reflexão metodológica do percurso de pesquisa com interlocutoras trans e travestis, destacando a importância de criar afetos, cumplicidades e vínculos que saiam do formalismo acadêmico para construir uma investigação que dê conta das múltiplas dimensões que compõem as pessoas.

Para isso, as coconstrutoras da pesquisa, que foi desenvolvida em perspectiva transmetodológica, são apresentadas da forma como aparecem no livro que resultou da tese de doutorado (Luz, 2023). São respeitadas suas singularidades para que seja possível entender o campo da recepção como algo que transcende o próprio termo, não se limitando também a uma receptividade comunicativa, mas a uma interpretação transcomunicativa de mídias. O objetivo deste texto é explorar a transmetodologia como uma possibilidade metodológica-empírica para trabalhar com pessoas e construir epistemologias de comunicação que sejam afetivas, cidadãs e preocupadas em produzir conhecimento coletivo, valorizando as sabedorias próprias das interlocutoras de pesquisa.

A pesquisa com as mulheres trans e travestis foi realizada durante a pandemia de coronavírus, entre 2020 e 2021. Planejada para ser realizada através de diálogos presenciais, teve que se reconfigurar logo após as primeiras conversas, porque não podíamos mais nos encontrar. Na perspectiva transmetodológica, o período vivido precisou considerar uma epistemologia comunicacional em transformação, trazendo as pessoas como parte de um grupo sentipensante, participantes do conhecimento novo que se gerava (Maldonado, 2013).

A abordagem epistemológica da transmetodologia, assim, se configura numa criação metodológica, teórica e escrita, imbricando todas as pessoas envolvidas nessa produção, construindo conhecimento por seus posicionamentos, mediações, participando de um método que possibilita caminhos de produção própria e aprendizagem constante, combinando momentos de encontros presenciais e outros por meio digital.

A caminhada desta pesquisa se construiu a partir dos diálogos realizados com seis mulheres transexuais e travestis: Cléo Soares (50 anos); Flavia Salles (30 anos); Michelly Oliveira (28 anos); Natália Cassinelli Soares (20 anos); Natasha Ferreira (36 anos); e Rihanna Borges (30 anos)¹. Elas foram coconstrutoras da pesquisa e iniciamos nossas relações e diálogos de maneiras diferentes.

Cléo, Natália e Michelly moravam na mesma cidade que eu na época da tese, Sapiranga-RS. Natasha Ferreira morava em Novo Hamburgo-RS e tinha relação com a política, atuando na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Flavia e Rihanna foram residentes da Casa Florescer, um lar de acolhimento para mulheres trans e travestis na cidade de São Paulo-SP, onde realizei uma etapa da pesquisa empírica. O acolhimento que tiveram comigo e a vontade de colaborar foram critérios relevantes para que pudéssemos construir o diálogo necessário à investigação.

A escolha pela imersão empírica na Casa Florescer veio a partir de diálogo com pesquisadoras que participaram do processo de qualificação da pesquisa, como sugestão para conhecer mulheres trans e travestis que vivessem uma realidade diferente daquelas experimentadas pelas mulheres com quem dialoguei inicialmente (Cléo, Natália e Natasha, que tinham acesso à educação e empregabilidade).

1

Todas as participantes da pesquisa manifestaram desejo de ter seus nomes reais publicados, marcando suas existências e recebendo o crédito e a validação por suas sabedorias e conhecimentos.

Visitar um lar de acolhimento de mulheres trans em situação de rua foi importante para ampliar as perspectivas em relação às situações das trans, às suas experiências e corporalidades, bem como aos sentidos da política e da cidadania. Além disso, ir à rua onde algumas trabalham na prostituição, na minha cidade, deu-me outra dimensão do próprio lugar onde vivo, transito e de como desfruto de privilégios e direitos. Foi onde conheci Michelly, que também integra essa pesquisa como interlocutora.

Para orientar os diálogos com as interlocutoras, elaborei roteiros de entrevistas em profundidade (Duarte, 2009). Pensei em questões que valorizassem seus saberes, práticas e epistemologias (Medina, 2001; Thompson, 1992). As perguntas foram abertas, possibilitando que falassem além do que estava proposto. Utilizei também um diário de campo para fazer anotações sobre entornos, gestualidades, emoções e expressões dessas mulheres, além do gravador para registrar as falas. As dinâmicas das entrevistas com elas se desenvolveram de formas diferentes, mas, em síntese, os roteiros foram parecidos, tendo alguns detalhes modificados em razão de seus trabalhos, idades e locais.

Os roteiros foram orientadores do diálogo, pontuando e elencando elementos necessários às descobertas, mas foram trabalhados com flexibilidade nas conversações. Considero a entrevista como um espaço de aprendizado, trocas e solidariedade (Medina, 2001) em que é possível construir conhecimentos conjuntamente. Os roteiros das entrevistas em profundidade tentaram dar conta: 1) de um perfil sociocultural para entender suas situações de classe, idade, relações familiares, acessos às mídias etc.; 2) de suas identidades transexuais e travestis, a fim de conhecer suas autodeterminações e identificações de gênero, suas relações com o corpo e transições em perspectiva histórica; 3) de suas trajetórias midiáticas para entender como as suas experiências com as mídias afetam a produção de suas corporalidades e identidades; e 4) de cidadania transcomunicativa, a fim de saber sobre seus conhecimentos de cidadania, o exercício dela e suas demandas e pautas de ação cidadã e política.

AS COCONSTRUTORAS DA PESQUISA: A PROFUNDIDADE DAS VIDAS EM SÍNTESE

Um novo conhecimento pode iniciar pela resistência a uma opinião ou estereótipo (Bosi, 2003). Quando investigada, entendendo as singularidades e as relações com o poder, a opinião ou concepção vai divergindo, criando desordem no pensamento. Assim, começa a gerar outro significado, rompe o estereótipo e avança para algo novo. Passamos então de uma perspectiva a outra, construindo uma lógica em múltiplas perspectivas, como propõe Mills (2009).

O diálogo com uma pessoa permite conhecer aquilo que ela nos conta, a partir de uma interpretação da própria pessoa que a escuta. O conhecimento articulado entre o pesquisador e a pessoa que conta sua história é aprofundado quando o diálogo acontece nos espaços onde a pessoa está confortável, nos limites em que se deixa ver e do que compartilha. Esse conhecimento gerado está vivo, agindo epistemologicamente, criando novas formas de pensar e de ver o mundo no intercâmbio entre teorias e empirias.

A seguir, me proponho a sintetizar as trajetórias de vida das interlocutoras, buscando mostrar que, no pacto dos afetos e dos interesses mútuos de pesquisa, é possível realizar uma epistemologia coletiva e cidadã.

NATÁLIA

Conheci Natália antes de ela entender sua identidade trans. Fizemos parte da mesma casa espírita em Sapiranga, na qual fui responsável por um grupo de jovens, conduzindo estudos sobre espiritismo. Foi a partir de Natália que passei a prestar atenção no entorno social das vivências trans.

Em 2019, ela começou um processo de hormonização com acompanhamento médico, tendo apoio do pai, da mãe e do irmão mais novo. A família mora em Sapiranga. O pai é formado em assistência social e a mãe é professora de educação infantil. Natália concluiu o ensino médio em uma escola técnica de Taquara-RS, onde estudou meio ambiente. É branca, de altura mediana, cabelos pretos na altura dos ombros e olhos castanhos.

Desde criança, experimentou conflitos com a identidade a partir da norma cisgênera. Hoje, consegue se identificar como mulher trans ou travesti, mas prefere o termo “mulher trans”. Por um período, questionou-se se tinha uma identidade cis e homossexual, mas a partir do convívio com outras amigas trans e das informações às quais teve acesso desde cedo, a partir da internet e de outras mídias, conseguiu encontrar-se na identidade transexual e assumiu a vontade de realizar mudanças no seu corpo para a família, da qual teve apoio após uma fase de diálogo que levou à compreensão de seu desejo.

Com Natália, além dos encontros presenciais antes da pandemia, realizei duas entrevistas por chamada de vídeo em 2021, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada. O áudio foi registrado para posterior decupagem. Durante a entrevista, fiz anotações também. A primeira conversa foi para pensar sua autoidentificação de gênero, o processo de transição, suas inseguranças e os preconceitos vividos, a militância e a formação educativa de gênero, raça e classe, a relação familiar e escolar, as perspectivas de trabalho, seus modelos e padrões de gênero e o cotidiano.

Na segunda conversa, falamos sobre suas relações com as mídias, a visibilidade trans e suas compreensões e percepções sobre a política. Seguimos os roteiros nesses encontros, um pouco pela timidez dela e também para oferecer-lhe certa “segurança”, já que estava preocupada em atender aos objetivos da investigação, em colaborar da melhor forma com aquilo que estava sendo pedido a ela.

CLÉO

Cléo trabalhava com produção de conteúdo, análise e planejamento estratégico em uma agência de publicidade. Ela é formada em Design pela Feevale e fez MBA em Diversidades e Práticas Inclusivas nas Organizações pela Universidade La Salle. Agendei, por telefone, um encontro com Cléo no dia 5 de janeiro de 2020. Nós nos encontramos na casa dela, um apartamento pequeno em um condomínio residencial em Sapiranga, numa tarde de domingo de muito calor. Ela me recebeu, ofereceu café e me convidou para sentar enquanto fumava um cigarro na janela.

Cléo tem altura mediana, pele branca e olhos escuros, cerca de 1,60 m, estava com os cabelos compridos tingidos de vermelho. Durante cerca de cinco horas, conversamos sobre política, cidadania, televisão e sobre diversos outros temas referentes às novelas que gostamos e às lutas LGBTQIAPN+².

Ao entrar em seu lar para dialogar e construir conjuntamente um novo destino reflexivo à pesquisa, foi preciso encontrar uma forma de nos comunicarmos que permitisse abertura, mas também objetividade nesta realização. Cléo se prontificou a colaborar sem saber dos meus interesses ou objetivos concretos. Na verdade, os objetivos se remodelaram no pacto que construímos pensando de que forma, a partir dos diálogos, seria possível entender a constituição de suas identidades e corporalidades, em processos comunicacionais e midiáticos, e a construção da cidadania transcomunicativa.

Cléo foi receptiva desde nosso primeiro contato, disposta a conversar e a me introduzir às questões das trans. Ativista política e fundadora/administradora da ONG Outros Olhares, em Sapiranga, ela participava de projetos de inclusão das pessoas trans no

Rio Grande do Sul, como de acesso à medicação preventiva ao HIV e de acolhimento e direcionamento de travestis e trans que precisem de apoio jurídico ou médico. Pela ONG, Cléo também produz diversos conteúdos no YouTube, explorando temas sociais e/ou artísticos.

Lembrei-me de Michel de Certeau (1994) nessa experiência com Cléo. Ele apontava que formalidades podem enquadrar os objetos de pesquisa e, por isso, era necessário sair da rigidez. No dia em que conversamos, Cléo me deixou à vontade para dialogarmos, então não seguimos um roteiro, o que se mostrou produtivo e gerou mais problematizações do que as previstas. Foi uma “porta aberta” para seu mundo, que me acolheu além dos formalismos.

Nós nos encontramos também por meio digital durante a pandemia e presencialmente quando foi necessário. Com o arrefecimento da pandemia, reencontrei Cléo pessoalmente em diversas ocasiões. Em relação às entrevistas para a pesquisa, fizemos três encontros: dois presenciais em sua casa e um *on-line*. O segundo encontro seguiu o mesmo roteiro de entrevista das outras interlocutoras e o terceiro, *on-line*, foi para me atualizar de sua situação na pandemia. As reflexões teóricas, o entendimento dos contextos políticos, sociais e midiáticos e os diálogos com as sujeitas da pesquisa foram me permitindo compreender o problema/objeto e estabelecer novos caminhos para me transformar.

NATASHA

Meu contato com Natasha foi mediado por Yvets Morales Medina, uma amiga pesquisadora que me passou o telefone dela. Natasha estava com uma agenda envolvida com a política, já que era assessora parlamentar. Ela me convidou para participar de um evento que estava organizando pelo Dia da Visibilidade Trans. A acolhida de Natasha ajudou a compreender aspectos relativos às políticas públicas e à cidadania das mulheres trans. Os diálogos com

ela me permitiram construir uma perspectiva mais ampla sobre as possibilidades do poder legislativo e da reflexão crítica sobre a política e os processos comunicacionais pelos quais são atravessadas as histórias dessas mulheres trans e travestis, a presença das mídias e o cenário da administração pública. Natasha é branca, loira, alta e nasceu em 26 de abril de 1988. Natural de Sapiranga, morava em Novo Hamburgo quando conversamos.

Enquanto pesquisador, precisava levar em conta os conhecimentos construídos pelas colaboradoras da investigação, suas histórias, suas vidas e compreender as dimensões históricas, sociais, políticas e econômicas para conseguir estabelecer os nexos entre a pesquisa que desenvolvia e o conhecimento já produzido. Nesse encontro para o qual fui convidado por Natasha, pude me aproximar de diversas pessoas envolvidas com a política para pessoas trans e ligadas ao movimento no Rio Grande do Sul, o que me fez conhecer as vivências e o trabalho que vinha sendo feito.

O pensar numa pesquisa de natureza humana não é meramente subjetivo, não parte somente do pesquisador. É um relacionamento da pessoa que pesquisa com sua “referência humana”. Essa relação vai além da mera percepção e opinião, gerando conhecimento. Bachelard (2001) destaca a necessidade de um programa de investigação que permita interatividade entre as pessoas que estão participando das pesquisas e nós, pesquisadores, adensando e aprofundando essas relações. Precisamos refletir sobre a percepção, aquilo que está à nossa frente e ao nosso redor, para conseguirmos realizar uma preparação teórica e metodológica dos pensamentos e das teorias que desenvolvemos. Por isso, fui ao evento preparado para observar, anotar e dialogar com tudo que fosse possível, visto o pouco conhecimento que tinha das pautas trans e da necessidade de estabelecer conexões com as realidades dessas pessoas, podendo partir dali meus próximos passos metodológicos.

Algumas anotações do diário de campo, aqui pensado, em diálogo com Mills (2009), como um componente importante para reconstituir pensamentos que auxiliam na compreensão do fenômeno que investigamos, me permitem ver que foram várias as viradas epistêmicas pelas quais passei. Participar dos espaços frequentados pelas mulheres trans colaborou na compreensão de seus cotidianos e das bandeiras de luta delas. Ao acompanhar Natasha nesse evento, pude me aproximar de realidades que antes eu desconhecia, aprendendo desde termos utilizados pelas pessoas trans até questões relacionadas à saúde, empregabilidade e políticas que foram trazidas à pauta por pessoas interessadas em compreender suas demandas.

Essas anotações em diário me permitiram pensar que a pesquisa precisava ser tecida artesanalmente (Mills, 2009), costurando aquilo que estava observando junto ao que estava lendo e pensando. Todos os caminhos que fui cruzando estavam gerando um transbordamento das perspectivas até então trabalhadas e, na perspectiva transmetodológica, pediam um processo de trabalho artesanal.

A partir do evento organizado por Natasha, mantivemos contato acompanhando-nos pelas redes sociais e marcando um encontro por chamada de vídeo, já que a pandemia do coronavírus impossibilitou realizarmos uma conversa presencial a partir de março. Desse modo, realizei uma entrevista com ela em 27 de junho de 2020, seguindo um roteiro semiestruturado, que também sofreu desvios em função de a conversa nos levar para além daquilo que havia sido proposto, mas que eram questões que se articulavam com os objetivos da investigação.

No roteiro elaborado para a conversa com Natasha, estava planejado o diálogo sobre autoidentificação e trajetória de gênero (pensando nos aspectos da transição; das inseguranças, preconceitos e discriminações; da militância e formação educativa de gênero; questões de raça e classe; trabalho e gênero; modelos e padrões

de beleza; cotidiano); consumos e produções midiáticas, bem como a visibilidade trans nas mídias; e conhecimentos e significações sobre política. Conseguimos abordar todos esses aspectos, mas de forma fluida, sem que as questões fossem realizadas exatamente como disposto no roteiro.

MICHELLY

Quando conheci Michelly, choveu a manhã inteira e fazia muito frio. Estava preocupado, porque pensava que as mulheres dedicadas ao trabalho sexual não teriam como trabalhar na rua naquelas condições. Falei com Cléo, que me apresentaria Michelly, por mensagens no celular para confirmar nossa ida. Ela me garantiu que mesmo com chuva elas iriam, mas que poderiam trocar o local de encontro.

A maioria das profissionais do sexo trans em Sapiranga tem como ponto de trabalho uma rua nos fundos de uma boate. Arborizada e asfaltada, é um local tranquilo, com bastante fluxo de carros e acessível para quem vem de outras cidades. Busquei Cléo na casa dela por volta das 15h e fomos até a rua em que ela já trabalhou e fez amizades. Naquela hora, a chuva tinha estiado.

Encontramos Michelly tremelicando e esfregando os braços por conta do frio. Ela usava uma calça jeans justa, um *cropped* (blusa curta, mostrando os braços e a barriga) e tênis, mas carregava um casaco ao seu lado. Estava sob a marquise de um comércio na rua. Michelly é alta, não se autodeclara negra, mas de pele morena, cabelo liso e olhos castanhos. Magra, de perfil atlético, adora malhar. Ela não terminou o ciclo escolar no ensino médio porque sofria violência na escola por parte de colegas, professoras e professores.

Michelly estava tímida, mas próxima de Cléo ia conversando com a gente. Mais tarde, Cléo me disse que Michelly ficou à vontade

para conversar comigo porque Vini³ estava comigo e éramos gays, o que possibilitou uma correspondência e abertura. Michelly falou muito sobre sua história ali mesmo, mas eu não estava com o gravador porque achei mais ético nessa primeira aproximação não ser invasivo, ainda mais no ambiente da rua. Como o dia estava ruim para o trabalho por causa da chuva, Michelly preferiu ficar conversando conosco sob a marquise e não trabalhar.

Trabalhando com a cidadania e dialogando com pessoas trans e travestis, estar próximo das realidades delas colaborou para entender melhor seus contextos e suas histórias. O pesquisador se alimenta da vida e, portanto, precisa estar presente experimentando e vivendo aquilo que dá sentido à existência e à pesquisa (Mills, 2009). A construção científica necessita relacionar teoria e empiria, viver a *práxis*, reinventar a metodologia e abrir espaço para que a pesquisa seja socializada em múltiplos aspectos.

Enquanto estive lá, Michelly não trabalhou, ficamos conversando até cerca de 19 horas. Nós nos despedimos já trocando contatos para um próximo encontro. Combinei de encontrar Michelly em 31 de agosto de 2021, na casa da Cléo, onde ficaríamos à vontade. Marcamos em um dia de manhã, tomamos café e fizemos a entrevista.

No dia da entrevista com Michelly, que aconteceu na casa de Cléo, segui um roteiro semiestruturado e usei o gravador para registrar o áudio, enquanto fazia algumas anotações. O clima foi bastante informal e Michelly estava à vontade. Cléo trabalhava no quarto e, em alguns momentos, se integrava a nós fazendo alguns comentários ou conversando. Foi um momento que fluiu bastante em termos de aproximação e diálogo. Ficamos conversando por cerca de 4h30, das 8h às 12h30, porque Michelly precisava trabalhar à tarde. A conversa com ela se deu logo depois de um período que passei em São Paulo, onde pude conhecer a realidade de outras mulheres trans.

3 Vinícius Boniatti é meu namorado e esteve junto comigo em algumas abordagens e atividades da tese, principalmente durante as etapas empíricas e de campo, como auxiliar e para oferecer suporte.

CASA FLORESCER

A Casa Florescer fica numa região central de São Paulo, no bairro Bom Retiro. Por fora, a fachada do prédio é pintada de azul, rosa e branco (cores da bandeira trans), cercada de muros, portão de ferro e vigilância. O espaço é destinado à acolhida, exclusivamente, de mulheres transexuais e travestis. Fica em frente a um dos complexos de abrigos de São Paulo, o Complexo Prates.

Existem duas casas Florescer, a Casa 1 e a Casa 2. A primeira iniciou as atividades em 1º de março de 2016, com capacidade para 30 mulheres trans e travestis; e a segunda em outubro de 2019, com capacidade para mais 30. De faixa etária, somente são acolhidas travestis e mulheres trans com mais de 18 anos: 50% têm de 18 a 23 anos; 30% de 23 a 45; e 20% está acima de 45 anos.

Ambas as casas são mantidas pela Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana (CROPH), uma Organização da Sociedade Civil (OSC) sob administração da Prefeitura Municipal de São Paulo, que é responsável pela gestão dos lares. O dinheiro recebido é usado para pagamentos de luz, água, pessoas funcionárias e manutenção do espaço. Como a verba disponível é pequena, as casas formam parcerias com empresas privadas e marcas para ações, cursos e eventos, que geram benefícios para as moradoras, engajamento e *marketing* social para as marcas.

Visitei somente a Casa 1 por ser a primeira referência e pelo tempo que poderia ficar em São Paulo. A escolha pela Casa Florescer aconteceu porque não havia um espaço institucionalizado no Rio Grande do Sul destinado ao acolhimento das pessoas trans e travestis. Além disso, a Florescer é uma referência nacional pelas parcerias firmadas e que permitem a continuidade do trabalho além das verbas públicas.

O primeiro contato feito com a Florescer foi através do Instagram da casa (@casaflorescer1), em 6 de julho de 2021, através de uma mensagem. Prontamente, no mesmo dia, recebi a resposta agradecendo o contato, com o número de telefone pessoal do gestor da Casa. Conversei com ele por telefone, que se disponibilizou a me receber em São Paulo.

Meu primeiro dia na casa foi de aproximação e reconhecimento. Um assistente social me apresentou a Casa enquanto as residentes estavam em uma atividade com uma marca esportiva que patrocina alguns eventos e ações. Com o pátio parcialmente vazio, circulamos por lá, observando o pavilhão coberto aos fundos e uma quadra poliesportiva com as paredes pintadas com rostos de pessoas acolhidas que passaram pela Casa.

Em geral, elas entram na Casa após serem expulsas de seus lares, passarem por situações de abuso, de marginalização financeira, e têm o objetivo de obter abrigo enquanto buscam trabalho ou terminam os estudos. Elas recebem café da manhã, almoço, lanche, jantar e realizam práticas socioeducativas, mas devem seguir as normas para permanecer na Casa.

Elas são avaliadas periodicamente para ver como está a saúde física, mental e o alcance dos objetivos que traçaram ao entrar na Casa. Não há um período determinado para que permaneçam na Casa, podendo ser de dias ou meses. A administração quer que elas consigam autonomia para sair do abrigo, conseguindo emprego, estudando e podendo ter condições de moradia e alimentação.

A conversa com a marca esportiva tomou um rumo inesperado enquanto eu observava, com reclamações sobre a postura de marcas que usavam pessoas travestis e trans para se promover, mas não ofereciam empregos a essas pessoas. A pauta da empregabilidade foi levantada por Rihanna. Várias outras endossaram a posição dela, de que conseguir um emprego em que elas possam ter independência financeira e “aparecer” é importante para a valorização daqueles corpos e mentes.

Naquela primeira observação já pude perceber que havia cumplicidade entre elas, mas também existiam grupos de afinidades. Algumas eram caladas e usavam cabelo sobre o rosto, outras estavam dispostas a falar e questionar. Muitos corpos diferentes compunham o grupo de moradoras da Florescer, entre estilos, cores de cabelos, alturas, perucas, jeitos e formas de se posicionar.

Uma das mulheres, Flavia, se prontificou a nos apresentar a casa e os ambientes, falando um pouco sobre ela mesma no percurso. O piso inferior concentrava espaço de convivência, cozinha, sala da assistência social, sala da psicóloga, sala da direção e banheiro. No piso superior ficavam os quartos e outro banheiro com chuveiros. Na parte externa ficavam a quadra, um espaço aberto, um pavilhão com palco para apresentações, lavanderia e pátio.

Durante o almoço, na mesa com diversas das residentes, falamos dos lugares de onde vieram, das suas relações com os corpos, com as mídias e os relacionamentos. Reclamavam da falta de oportunidades e de aceitação nas ruas. Algumas delas estavam no abrigo motivadas por relacionamentos malfadados, que geralmente tinham a ver com abusos emocionais e parceiros que as rebaixavam e maltratavam, reduzindo-as a dimensões sexuais e afetando sua autoestima. Esses momentos não foram gravados para que elas se sentissem confortáveis, pudéssemos explorar melhor o ambiente e para que eu conseguisse sentir com quem poderia fazer as entrevistas.

RIHANNA

Falei com Rihanna porque percebi que ela tinha questionamentos bastante interessantes nas atividades, mostrando-se eloquente na defesa de suas proposições. Ela aceitou falar comigo e sentamos à mesa da sala de convivência para conversar e, posteriormente, no pátio da casa. Registrei a entrevista com gravador e usei um roteiro de entrevista semiestruturado.

Rihanna é uma articuladora social que realiza atendimentos e aconselhamento com outras mulheres trans e travestis que estão em processo de transição. Identifica-se como mulher trans preta. Nasceu em 5 de junho de 1993.

Ela veio de Ilhéus, na Bahia, aos 15 anos, lar que deixou para buscar emprego e estudo na cidade de São Paulo. Saiu da casa dos pais aos 10 anos de idade e, para sobreviver, trabalhou servindo mesas e vendendo picolés na praia. Ela relata que não se dava bem com a madrasta, que morava com ela na casa do pai. A madrasta a rejeitava, comparando-a com seus filhos. Não suportando as comparações e a rejeição da família, ela se mudou e foi morar na parte de cima do seu trabalho, acolhida por um patrão.

Desde que saiu da casa do patrão, aos 15 anos, não manteve contato com a família. Em São Paulo, ficou na casa de uma prima até conseguir um emprego e concluir a escola. Ela já concluiu o ensino médio e morava na Florescer havia cerca de 1 ano. Rihanna conhecia a Florescer, mas trabalhava num quiosque de alimentos e num karaokê no bairro Liberdade. Entretanto, durante a pandemia, ficou sem trabalho porque o karaokê fechou e ela ficou sem estabilidade financeira, não tendo como pagar aluguel. Recebeu apoio da Casa Florescer após falar com Beto⁴, que a conhecia. Nossa conversa durou cerca de duas horas.

FLAVIA

Flavia é tranquila, tem uma fala reflexiva e foi acolhedora desde o primeiro contato que tivemos. Depois da conversa com Rihanna, nos encontramos na sala de convivência e conversamos por cerca de duas horas. Flavia nasceu em São Paulo, em 24 de abril de 1993, mas cresceu em Uberaba-MG. Na época em que conversamos,

4

Alberto Silva (Beto) é o gestor responsável pela Casa Florescer, atuando como administrador dos espaços.

ela cursava Radiologia para tentar uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, mas atualmente está cursando o que sempre sonhou: Jornalismo.

Saiu de casa aos 6 anos porque o pai foi assassinado dentro de casa. De São Paulo, foi para Uberaba com o irmão e o caixão do pai, onde foi recebida por uma tia e um tio, que a criaram até os 14 anos. Nessa idade, ela decidiu começar a se identificar como mulher e seu tio não a aceitou mais. Foi morar na casa de uma prima e sua tia a ajudava mandando alimentos. O pai de Flavia havia tirado ela e o irmão da companhia da mãe, deixando outros dois irmãos mais velhos com a mãe, que é casada com um homem evangélico que também não a aceita.

Flavia tem carinho pela tia, que, mesmo tendo pedido para ela sair de casa para não ter que lidar com as brigas entre Flavia e o tio (que se tornaram violentas), deu-lhe o melhor suporte que podia, diferentemente da mãe biológica. Flavia pensa que tirou um “fardo” da mãe, que não saberia criar uma mulher trans e, graças à vivência que teve, pôde se entender transexual. Saindo de Minas Gerais, ela voltou para São Paulo, onde abriu um salão de beleza. No entanto, com a pandemia, precisou fechá-lo e acabou sem dinheiro. Ingressou na Casa Florescer 2 em abril de 2020, mas em junho de 2021 foi para a Casa Florescer 1.

A conversa com Flavia foi gravada e também seguiu o roteiro semiestruturado. Trocamos telefones e mantivemos contato por WhatsApp. Desse modo, soube da sua saída da Florescer, conquista do estágio e troca de curso de formação superior. Na segunda visita que fiz à Florescer, em 2 de agosto, também conversei mais com Flavia, agora já com maior proximidade e menos formalidades. Ela tinha a Florescer como algo temporário, até que conseguisse se restabelecer financeiramente e organizar seus estudos. Seu objetivo era estudar e conseguir um trabalho. E conseguiu pouco tempo depois que nos encontramos lá.

DESAFIOS DA PESQUISA COM PESSOAS E A COMPREENSÃO DE SEUS PROCESSOS COMUNICACIONAIS

A partir das primeiras explorações no campo feitas em janeiro de 2020, tive que enfrentar a impossibilidade de estar presencialmente no campo empírico depois de março, em função da pandemia de Covid-19. Assim, os diálogos posteriores foram realizados de modo *on-line*, através de áudios, vídeos e mensagens. Encontramos formas de nos comunicar em processos que nos aproximaram mesmo à distância. Porém, foram fundamentais os primeiros encontros “cara a cara”, as visitas aos espaços onde estas mulheres moravam e militavam, porque nos aproximaram, e também me deram elementos relativos à dimensão contextual de suas vidas, às suas relações e me permitiram ver além das pessoas intermediadas pela tela do celular ou do computador.

No campo da Comunicação, é relevante o diálogo sobre a importância e a relevância que os contextos midiáticos estão tomando em nossas vidas, principalmente a partir dos ambientes digitais (Fausto Neto, 2010). No entanto, a intensificação dos usos das redes sociais e de sistemas de comunicação por chamadas de vídeo gerou muitas reconfigurações no que consideramos aproximação e intimidade. A mediação e as redes da internet vêm permitindo, também, a abertura de espaços de luta e de reconhecimento. As identidades se misturam e convergem com o digital, reconstituindo preferências, gostos e culturas, mas também gerando crises e instabilidades (Hall, 2005).

Ao problematizar a cidadania transcomunicativa, que emergiu do contato e da reflexão sobre esses aspectos que começaram a ser percebidos na pesquisa exploratória, são pensados espaços de representação na dimensão das mulheres trans e travestis e da

receptividade comunicativa, a partir de suas interpretações, ressignificações e transformações simbólicas que transcendem a recepção, adensando uma interpretação transcomunicativa de mídias.

As trajetórias das interlocutoras dialogam ao longo da investigação numa problematização que vai recuperando movimentos de memórias de forma epistemológica (Pavan; Veloso, 2011). São trajetórias que constroem o conhecimento, sendo elas protagonistas dessa criação e ação epistêmica. A intenção na pesquisa foi deixar que essas mulheres trans e travestis relatassem e contassem suas histórias, construindo os percursos investigativos junto com elas.

Sigo também as reflexões de Certeau (1994) para gerar um conhecimento não cartesiano ou linear, mas confluyente e coerente, desacomodando as perspectivas rígidas e repensando a escrita de forma mais dialógica, valorizando cada aspecto comunicacional, cultural, antropológico e sociológico das interlocutoras. A partir das falas delas, busquei compreender o que eram e as significações por elas produzidas. Essa perspectiva também dialoga com Maldonado (2015) ao pensar que as apropriações midiáticas e as produções precisam compreender os contextos micro e macro e as inter-relações delas com as interlocutoras.

Em perspectiva transmetodológica, entendo que os métodos precisam confluir para possibilitar a compreensão dos contextos, dimensões, teorias e diálogos entre pessoas. Não se pode separar o agir epistemológico das técnicas e táticas particulares, tudo precisa convergir num sentido criativo que entenda as pessoas de forma psicanalítica, sociológica, econômica, antropológica, política etc. (Sartre, 2002). Trabalhar com pessoas multidimensionais requer uma concepção epistêmica multidimensional, que se alicerce numa crítica fundamentada e colaborativa no sentido de nos auxiliar, de algum modo, na compreensão do mundo. Viver e produzir são atos humanos, importantes e necessários para as continuidades dos seres e da própria natureza.

As interpretações sobre cidadania e mídias na pesquisa somente foram possíveis porque houve cumplicidade nas trocas e conversas, permitindo, assim, uma nova episteme, a construção do conceito de cidadania transcomunicativa. A partir dos afetos, tornou-se profícuo o relacionamento construtivo e investigativo necessário à pesquisa sentipensante, que adensa as lógicas da comunicação para a transformação social.

Japiassu (1988), em consonância com Bachelard (2001), pensava a epistemologia crítica centrada numa multidimensionalidade e numa intersecção de vários campos, não excluindo áreas, mas combinando-as e fazendo-as confluir. Essa perspectiva é fundamental ao olharmos para uma pessoa, que não se forma a partir de uma característica, mas de múltiplas, com corpo, mente, desejos, projetos, planos, e com particularidades que a tornam única no mundo.

Não é possível fazer descrições a partir do imediato, da primeira visão de uma pessoa, mas sim do profundo, da nossa união e afastamento daquilo que nos interessa saber. A ciência constitui e constrói seu objeto pela invenção de um método e se apropriando do seu domínio (Japiassu, 1988). É preciso ter contato, conhecer, mas também estabelecer os limites da relação para que se mantenha o compromisso com a investigação e com as pessoas.

Para que o amor à pesquisa e à vida permaneçam, devemos reconhecer que, como pensa Bosi (2003), nosso círculo de experiência é limitado a um espaço pequeno. Nós conhecemos o espaço que está dentro do nosso próprio espaço, cercado pela nossa família, pelas mediações e por interesses pelos quais nos guiamos. Para desvelar a luta política e as visibilidades trans nas mídias, precisei realizar movimentos e exercícios para sair do círculo restrito de conhecimento, experimentar multiperspectivas, assumir uma posição de escuta, esforçar-me para entender o espaço delas, suas trajetórias de luta e como articulam os seus posicionamentos e a construção das suas batalhas.

O corpo exerce uma linguagem que vai além do contato verbal. O corpo é plural, como as características múltiplas que o formam. Cada história é escrita sob condições contextuais e específicas que a configuram. No entanto, há sempre possibilidade de agir e transformar essas condições.

A pesquisa, por mais que tivesse um planejamento, não se construiu a partir daquilo que foi delineado e delimitado. As perspectivas metodológicas prévias enfrentaram diversos embates, num contexto de transformações próprias da nossa realidade comunicacional contemporânea, na qual o campo de pesquisa com pessoas está afetado pelas multiplicidades delas, inseridas em contextos de mediação e em dinâmicas complexas (Bonin, 2013). Isso faz com que os procedimentos também tenham que se desenhar e se realizar durante as imprevisibilidades, na “reconfiguração imediata” de procedimentos quando entramos em contato com as pessoas e elas nos entregam mais do que esperávamos, como foi com Cléo. Ou nas agendas que não confluem e, a partir de um evento, como o de Natasha, permitem ainda mais confluência e abertura – para perspectivas não imaginadas antes e para uma proximidade que gerou outros diálogos posteriormente.

Natália me disse que nossa conversa estava fazendo-a pensar em coisas que ela não tinha observado sobre ela mesma, configurando um aprendizado mútuo entre nós, em uma construção colaborativa da pesquisa que também estava transformando as pessoas envolvidas na investigação.

Essas experiências de pesquisa configuram a humanidade do processo comunicacional, porque os sentidos que elaboramos no diálogo com as pessoas se carregam de afeto, se ampliam às complexidades de suas vidas e conseguem estabelecer vínculos e conexões mais densas sobre suas relações com as mídias, com as políticas e com a militância. Ainda assim, no momento de “escrever” e pensar as relações entre as produções científicas e os diálogos

com ela, foram necessárias estratégias e táticas (Certeau, 1994) para fazer os conhecimentos confluírem e se concretizarem na aproximação do teórico e do empírico, agindo epistemologicamente.

Percebo que o contato com as alteridades (Freire, 2019; Butler, 2017; Louro, 2014) é uma oportunidade de trocas única, que gera conhecimentos e permite a construção de algo inédito. Para que seja profícuo, sensível e dê conta da complexidade das vidas e dos processos comunicacionais envolvidos na existência dessas colaboradoras, a transmetodologia oferece caminhos para construir uma reflexão abrangente e produtiva. No diálogo, é possível conectar e compreender múltiplas dimensões e adensar perspectivas teóricas e metodológicas preexistentes, como a da recepção de mídias.

A comunicação possibilita que encontremos formas de resolver problemas de interpretação, renovação de terminologias e invenções novas para a sociedade. Porém, para isso, é fundamental pensar metodologias transdisciplinares, não como uma formalidade, mas numa cooperação teórica constante, que se constrói ao longo do trabalho (Bachelard, 2001). Essa criação que parte do pesquisador precisa refletir diversos aspectos metodológicos, desde as apropriações feitas na investigação, como também as propostas que surgem no contato com as pessoas, que são com quem a pesquisa é feita e a quem ela se destina.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BONIN, J. A. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. *In*: BONIN, J. A.; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (org.).

Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 23-42.

BOSI, E. Entre a opinião e o estereótipo. *In*: BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 113-126.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In*: BARROS, A.; DUARTE, J. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

FAUSTO NETO, A. A circulação além das bordas. *In*: FAUSTO NETO, A.; VALDETTARO, S. (dir.). **Mediatización, sociedad y sentido**: diálogos Brasil y Argentina. Rosário: UNR, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JAPIASSU, H. A epistemologia crítica. *In*: JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 137-158.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

LUZ, P. J. M. da. **Cidadania transcomunicativa**: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, A. E.; BONIN, J. A.; ROSÁRIO, N. M. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

MEDINA, C. de A. **Entrevista**: o diálogo possível. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PAVAN, M. A.; VELOSO, M. do S. Identidade, histórias de vida e memória: um exercício de comunicação audiovisual. *In*: MALDONADO, A. E.; SÁ BARRETO, V.; LACERDA, J. **Comunicação, educação e cidadania**: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. Natal: UFRN; João Pessoa: UFPB, 2011. p. 325-340.

SARTRE, J.-P. **Crítica da razão dialética**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.



19

*Yasmim Helleen Cunha
Juciano de Sousa Lacerda
Almudena Muñoz Gallego*

COMUNICAÇÃO PÚBLICA E INSTITUCIONAL EM SAÚDE:

**O CASO DO CAMPUS VIRTUAL
DE SAÚDE PÚBLICA DA OPAS/OMS**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.19

INTRODUÇÃO

O Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) é uma das ferramentas da Organização Pan – Americana de Saúde (OPAS), uma plataforma de ensino mediada pela tecnologia. O objetivo deste trabalho é analisar as ações do CVSP em comunicação pública e institucional no âmbito da comunicação em saúde, abordando o impacto que iniciativas como essa promovem formação em saúde pública através de um espaço comunicacional, que une instituições, pessoas e países através da tecnologia, da aprendizagem em rede. to que iniciativas como essa promovem formação em saúde pública através de um espaço comunicacional, que une instituições, pessoas e países através da tecnologia, da aprendizagem em rede.

A justificativa se dá pela importância do CVSP como dispositivo que atua de forma direta na formação em saúde e consequentemente na saúde pública, considerando que a plataforma oferece qualificação gratuita e eficaz e beneficia profissionais, incluindo os da atenção primária em saúde, em comunidades do Brasil e das Américas.

As soluções tiveram como ponto de partida pensar a comunicação com as áreas técnicas regionais e os comunicadores dos nodos¹ de país para ter mais visibilidade e chegar aos públicos de locais, dentro do setor saúde e comunicação, de modo que a comunicação possa ir além das redes sociais tradicionais, mas que cheguem por iniciativa própria.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é a organização internacional de saúde pública mais antiga do mundo². Enquanto instituição internacional, promove cooperações técnicas em saúde, com o intuito de melhorar a qualidade de vida de suas populações

1 Expressão utilizada pelo CVSP.

2 Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>.

e promover políticas públicas efetivas de serviços públicos de saúde, através do conhecimento. A OPAS é também a agência especializada em saúde do sistema interamericano, integrando a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

A relação da OPAS com a OMS tem seu foco voltado para diversas áreas dentro do campo da saúde, da educação e da comunicação. Além de ser uma importante aliada do Sistema Único de Saúde (SUS), a organização ajuda a fortalecer, aprimorar e desenvolver a políticas públicas nas Américas, sendo uma parceria que resulta no fortalecimento das competências relacionadas à saúde pública³.

Em um relatório fornecido pela OPAS em 2018, acerca dos 30 anos de atuação no SUS, essa relação é reforçada e mais bem explicada:

A implementação do SUS desencadeou esforços de reconfiguração das práticas e de ampliação e descentralização dos serviços de saúde, de qualificação profissional, bem como dos procedimentos de inserção e de distribuição dos trabalhadores no setor, o que contribuiu sobremaneira para a dinamização do debate sobre Trabalho e Educação na Saúde. Nessa perspectiva, é imprescindível compreender a imbricação dessas duas áreas e a relevância de pensá-las de forma articulada, expressando um campo temático de natureza estratégica, com atividades técnico-científicas, permeadas por fenômenos sociais e culturais que não podem ser desconsiderados no processo de construção de sistemas universais e inclusivos (OPAS, 2018, p. 141).

A pauta que relaciona a OPAS e o estudo dessa pesquisa está ligada ao campo da comunicação, da educação e da saúde, já que ela é responsável por facilitar não só a promoção da saúde pública, mas de capacitar profissionais de saúde, fortalecer instituições e contribuir no avanço da ciência, principalmente em países como o Brasil.

3 Disponível em: <https://campus.paho.org/pt-br/com-mais-de-25-milhoes-de-usuarios-o-campus-virtual-de-saude-publica-da-opas-comemora-20-anos>.

O Campus Virtual de Saúde Pública é um projeto baseado na educação a distância mediada por tecnologias, que busca estabelecer o vínculo teórico e prático entre o ensino e essas tecnologias, um ambiente de cooperação interdisciplinar no campo da formação em saúde pública, na qual através de uma plataforma, uma rede de instituições que compartilha cursos, aulas, recursos educacionais de forma simplificada e aberta. Na imagem a seguir há um *print* que mostra o site do CVSP em uma visão geral:

Figura 1 – Site do Campus Virtual de Saúde Pública



Fonte: Campus Virtual de Saúde Pública, 2024.

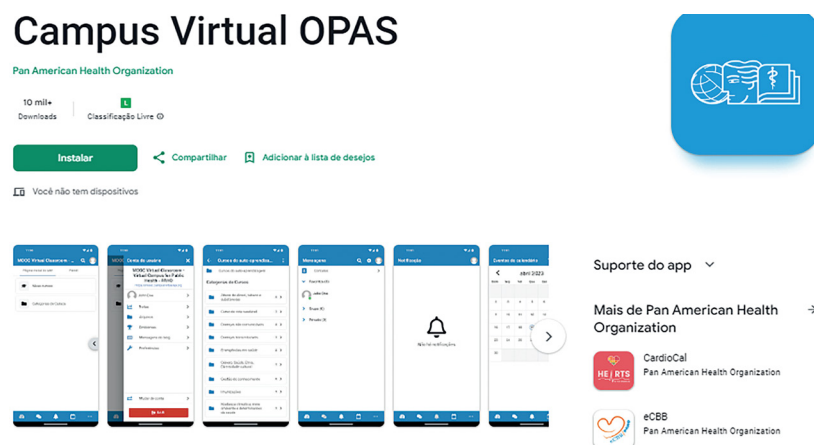
Em plataformas como o CVSP, a tecnologia é um dos pontos importantes, considerando que há um eixo baseado que envolve três áreas: informação, tecnologia e comunicação. O CVSP faz o uso contínuo de novas tecnologias de comunicação e de educação em saúde, promovendo um amplo ambiente de inovação e produção do conhecimento e de divulgação científica. Isso ocorre através da utilização de meios de aprendizagem⁴ em rede que proporcionam um conjunto de possibilidades de cooperação entre as instituições

4 Disponível em: <https://campus.paho.org/pt-br/com-mais-de-25-milhoes-de-usuarios-o-campus-virtual-de-saude-publica-da-opas-comemora-20-anos>.

e atores e profissionais da saúde, e outras organizações, como por exemplo o aplicativo do Campus Virtual, permitindo que os usuários acessem a plataforma através de qualquer dispositivo, em qualquer lugar e a qualquer instante.

Uma das vantagens dos aplicativos é oferecer a opção de baixar recursos e os materiais dos cursos sem a necessidade de haver uma conexão com uma rede de internet, e isso torna a plataforma ainda mais acessível como afirma James Fitzgerald (2023), diretor do Departamento de Sistemas e Serviços da Saúde da OPAS: “Este novo aplicativo é um marco em nossa missão de levar o conhecimento da OPAS para aqueles que precisam dele, oferecendo flexibilidade e acessibilidade sem precedentes para a educação em saúde pública”.

Figura 2 - Print dá as lojas de aplicativos para dispositivos móveis



Fonte: Playstore, 2024.

Como José Jardines (2009) ressalta, o Campus Virtual em Saúde Pública é um espaço para a aprendizagem em rede e aplicação do conhecimento na prática, ele não é apenas mais um projeto da OPAS, mas um espaço ilimitado da internet, um ambiente no qual é possível desenvolver a colaboração de uma comunidade

de pessoas e instituições que têm um propósito em comum: desenvolver as suas competências profissionais de capacidade institucionais em saúde pública.

Assim, o CVSP expande o seu papel de destaque tecnológico ao exercer a sua função de dispositivo metodológico, pelo qual se desenvolve um processo de cooperação técnica de aprendizagem em rede e de troca de informações e de conhecimentos em saúde pública, mediados pelo uso de tecnologias da informação e da comunicação “Abarca duas dimensões, a de capacitação, dirigida ao atendimento de demandas específicas, e a informativa” (Jardines, 2009, p. 82).

As ações de capacitação oferecidas pelo CVSP são cursos dirigidos a profissionais que tenham graduação, especialização ou mestrado e a plataforma é baseada no atendimento de uma demanda educativa por processos, na qual há prazos de início e término delimitados, podendo contar com tutores ou não. Sendo assim, já adentrando na problemática, buscamos identificar como é feita a comunicação institucional através das suas redes sociais, considerando que o CVSP também é um canal de comunicação de saúde pública com conteúdo qualificado, visando os profissionais e pesquisadores da própria instituição.

VISÃO GERAL DO CVSP

O Campus Virtual de Saúde Pública foi criado no ano de 2000, mas consolidado apenas em 2014, devido ao seu crescimento enquanto rede e avanço do controle de produtos e serviços de qualidade oferecidos. A sua constante ascensão resulta em uma grande procura por cursos nas Américas e o CVSP soma mais de 96 cursos regionais e atua em 35 países das Américas que utilizam a plataforma

on-line de educação para a promoção do ensino de qualidade de educação em saúde. A plataforma possui sete pontos estratégicos como objetivos, sendo eles: avaliação, comunicação, competências, educação, finanças, governança (gestão) e tecnologias.

Dentre as redes sociais oficiais que o CVSP possui em sua plataforma, a que é exclusiva do CVSP é o *Facebook*. As demais pertencem a OPAS, sendo elas: o *Flickr*, o *Linkedin*, o *X* e o *Youtube*. Aqui, analisamos de uma forma geral a atuação delas enquanto rede própria. O CVSP utiliza o *Facebook* para divulgar principalmente os cursos e projetos ofertados. Sendo assim, procuramos identificar se a comunicação digital otimiza a comunicação tanto nos ambientes internos quanto externos, considerando que é necessário todo um processo comunicacional, que vai do emissor ao receptor, através de um canal, que neste caso são as redes sociais, identificando se há um *feedback* da informação transmitida, se essas informações chegam em seu público-alvo e qual impacto elas geram, tanto no público quanto na comunicação interna e externa do projeto.

METODOLOGIA

Tendo como caminho metodológico um estudo de caso, seguido de análise de conteúdo a partir dos dados disponíveis na plataforma do CVSP no Facebook, baseando-se de conceitos de Raquel Recuero (2009), acerca das redes sociais e da internet, Jiani Bonin (2016), sobre questões envolvendo comunicação e saúde, Maria Kunsch (2003), Stig Hjavard (2014), sobre comunicação organizacional e midiatização, e da pesquisa participante de Cicilia Peruzzo (2005).

A pesquisa participante está presente devido ao seu poder de interação e vivência com o objeto de pesquisa, ao longo da feita

do trabalho houve esse contato direto e imerso com o objeto, como afirma Peruzzo (2005).

Foram analisadas as práticas comunicacionais da comunicação digital do CVSP, pensando que quando se tem um público-alvo tão bem definido quanto o Campus Virtual de Saúde Pública, no caso, os estudantes, profissionais e gestores de saúde, tentando compreender como essas práticas podem de alguma forma mudar de forma constante com o passar do tempo, além de analisar se elas chegam a impactar na visibilidade e desenvolvimento do CVSP.

Os recortes foram feitos, principalmente levando em conta as questões acerca da comunicação institucional do CVSP, identificando também se há um desenvolvimento de modo estratégico e planejado ou forma tática e tácita, enquanto um projeto que faz parte de uma organização, que se comunica, sendo que ele não é um jornal e nem um canal de imprensa, porém cria suas próprias estruturas para se comunicar e gerar mediação com o público. Dessa forma, buscamos compreender como a comunicação institucional ocorre no CVSP através das mídias sociais que a organização utiliza para se comunicar e interagir com seu público-alvo, a forma como ela atua, influencia e impacta na visibilidade da comunicação institucional.

Raquel Recuero (2009) afirma que as redes sociais digitais estão em constante mudança, e assim essas transformações acabam se complementando e gerando interações, ainda que as mensagens veiculadas pela mídia sejam transformadas quando chegam ao receptor.

Como explica Kunsch (2003), “o sistema comunicacional é fundamental para o processamento de informações das funções administrativas internas e do relacionamento das organizações com o meio externo” (p. 69). Além disso, o processo de comunicação em organizações como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) pode gerar impactos positivos em seu público-alvo.

Nos resultados e discussões esperamos um diagnóstico comunicacional com proposição de indicadores que explique tais impactos da comunicação na visibilidade e atuação da plataforma do CVSP, com o foco em mostrar como as campanhas midiáticas através das redes sociais atuam na divulgação de informações e quais conflitos midiáticos ocorrem, sendo uma das hipóteses, buscar explicar que o CVSP ainda não possui uma comunicação institucional de forma explícita, estratégica e eficaz nas redes sociais.

O fato de o CVSP utilizar apenas duas ferramentas de mídias sociais para divulgar os cursos, pode estar impactando tanto na visibilidade do CVSP quanto na promoção do acesso ao ensino, já que é a partir de estratégias comunicacionais que utilizamos a informação para viabilizar o compartilhamento de conhecimento através da educação, e, assim, promover indicadores e resultados comunicacionais eficazes. Diante disso, o estudo de caso do CVSP foi a estratégia metodológica utilizada para dissertar e explicar como o processo de midiatização tem relação com a comunicação das instituições, e, como consequência, interfere em suas interlocuções e organização. A coleta dos dados analisados foi realizada no ambiente digital do CVSP⁵, seguido da delimitação da quantidade de publicações em cada rede social analisada. Com isso, foram organizados e filtrados de acordo com o engajamento, em um documento elaborado pelos autores.

Seguindo com a coleta de dados, foram analisados documentos disponíveis na página do CVSP e da OPAS, além de entrevistas realizadas com os usuários do CVSP e com o diretor responsável. Assim, foi analisada como a comunicação do CVSP é feita de forma geral, mas também no sentido institucional, quais estratégias são utilizadas, qual a linguagem, a frequência, e, de acordo com os autores citados, como se seguem os padrões da comunicação organizacional, na qual a comunicação institucional está inserida. Também foram

analisadas as estratégias midiáticas, buscando compreender como ocorre esse processo de midiatização de uma grande instituição.

REFERENCIAL TEÓRICO

A comunicação pública parte da organizacional, tratando-se da área que analisa os processos comunicacionais internos e externos das organizações e de que forma elas lidam com seus públicos, em busca de estratégias, visibilidade e soluções. Assim, quando pensamos em comunicação pública, é comum associá-la à ideia de uma comunicação de um órgão direcionada à população em geral. De fato, o principal ponto de interesse na comunicação pública é: o que a instituição deseja comunicar para seu público? Afinal, no caso de organizações e instituições, já existe um público pré-estabelecido.

Seguimos na lógica dos estudos contemporâneos de midiatização para problematizar a pesquisa, através da dialética das organizações de educação que utilizam as mídias enquanto forma de se posicionar com seus públicos, além de abordar como a teoria da estruturação explica de que modo a instituição, no caso a OPAS, pode ser um meio que venha a resultar em uma prática social:

A perspectiva institucional sobre a midiatização, portanto, não se destina a sobrepor a estrutura social à ação ou destacar a ordem institucional em detrimento da prática social, mas está, pelo contrário, comprometida a elucidar como as estruturas sociais funcionam como recursos para a interação social em situações específicas e como estruturas sociais são reproduzidas e talvez alteradas por meio da ação (Hjarvard, 2014, p. 25).

A comunicação institucional entra em cena quando o foco passa a ser a natureza institucional da comunicação realizada pelas instituições e ela deve ser utilizada como um instrumento facilitador:

A comunicação pública é um processo que ocorre entre as instituições públicas e sociedade e que tem como objetivo promover a troca ou compartilhamento das informações de interesse público, passando a desempenhar um papel importante de mediação para as práticas de boa gestão (Zemor, 1985, p. 90).

Eliseo Verón (2014) explica que a midiaticização envolve fenômenos, e tais fenômenos, enquanto midiáticos, estão ligados às sociedades humanas, nas quais a midiaticização revela as diferenciações dos processos de significação. Verón parte da análise da interação discursiva, na qual, usando o modelo canônico, os atores, as instituições midiáticas estão em constante interação mercado-discursivo que caracteriza a sociedade contemporânea:

Cada vez mais instituições não midiáticas se valem de dispositivos de mídia para difundir seus valores, obter visibilidade e estabelecer vínculos no O modo como se inserem nesse mercado e são afetadas pelos processos midiáticos é diferente em cada caso (Verón, 2012, pp. 1-2).

Na lógica da OPAS, a comunicação pública pode resultar em uma ferramenta poderosa para o engajamento ativo dos profissionais que atuam nas comunidades, além da promoção de políticas públicas. Duarte (2011) afirma que essa comunicação se ocupa da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. “Comunicação pública é uma expressão que pode ser explicada como algo que responde ao anseio coletivo de uma comunicação mais democrática, participativa e unânime para a maioria dos autores que discutem a comunicação pública” (Duarte, 2011, p. 2).

Pensar em comunicação em saúde é também refletir sobre a saúde na mídia tradicional, e também na mídia comunitária. Na prática, o seu exercício não é tão simples, mas é uma construção que vem avançando no Brasil. Há muitas opções de tecnologias e suportes de comunicação e de conteúdos que são produzidos em diversas

formas e formatos e a informação em saúde presente na mídia tem tido um crescimento considerável com o avanço constante da divulgação científica. Pontua-se que “uma discussão atual e importante no campo da divulgação científica é como lidar com a enxurrada de informações a que nós, divulgadores, mas também os nossos públicos temos acesso diariamente” (Chagas; Massarani, 2020, p. 49).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises que envolvem a temática de comunicação e saúde no âmbito das mídias sociais de grandes organizações, acabam por ter vieses com o foco na comunicação institucional. Nesse caso, o Campus Virtual e seus usuários, consequentemente seu público, sendo eles profissionais e estudantes da área da saúde que utilizam a plataforma do CVSP para aprimorar os conhecimentos acerca da sua área de atuação. Nesse sentido, podemos trabalhar com a hipótese de que a página pode ter falhas no quesito do papel da comunicação institucional, considerando que apesar de já existir uma comunicação interna e externa com cada país integrante do CVSP, ainda pode haver outras falhas na comunicação direta com o público-alvo, principalmente com o público externo. Dessa forma, o foco estará também em mostrar e abordar esses possíveis impasses e como a burocracia na comunicação institucional pode vir a resultar em falhas no contato direto do CVSP com seu público interno e externo. O fato de o CVSP utilizar apenas duas ferramentas de mídias sociais para divulgar os cursos, pode estar impactando tanto na visibilidade do CVSP quanto na promoção do acesso ao ensino, já que é a partir de estratégias comunicacionais que utilizamos a informação para promover o compartilhamento de conhecimento através da educação, e assim, gerar indicadores e resultados comunicacionais eficazes.

Em outubro de 2023, o CVSP completou 20 anos e ultrapassou três milhões de usuários, reforçando a ideia de que é uma ferramenta estratégica e eficaz para o treinamento de qualidade dos profissionais de saúde por transformar o conhecimento em prática. O CVSP só aderiu ao formato de aplicativo em 2023, o que veio a ser um grande diferencial, já que, com o aplicativo, o usuário pode acessar a plataforma de qualquer lugar e através de qualquer dispositivo e com a opção de baixar os conteúdos sem estar conectado a uma rede de internet, facilitando o acesso.

Com o aplicativo, a OPAS cumpre seu papel no sentido da equidade, na perspectiva de disseminar o conhecimento sem barreiras, levando informação a todos que precisam, de forma acessível e eficaz. Além dos cursos, na plataforma também é possível acessar as estatísticas dos usuários e o painel dos usuários.

Em um quadro de resultados apresentados em julho de 2023, o CVSP divulgou o público do gênero feminino como maior porcentagem de usuários, com 65%, no quesito faixa etária, os usuários mais ativos têm entre 36 e 45 anos, representando 45% dos usuários. 44% dos usuários trabalham em centros de saúde, enquanto os outros 56% estão divididos entre hospitais e secretarias administrativas. Em se tratando de nível educacional, os dados do CVSP mostram que a maioria dos usuários tem nível educacional não identificado, e de universitários. A profissão com maior predominância é a de médicos especialistas, seguido de médicos generalistas e assistentes.

Diante disso podemos perceber que a lógica do CVSP está focada em divulgar informações no campo da saúde pública e ir além: promover políticas e ações concretas que contribuam na visibilidade do CVSP. E a comunicação é umas ferramentas principais para isso:

O principal papel da comunicação da OPAS é facilitar a divulgação de informações cruciais no campo da saúde pública, bem como promover políticas e ações que contribuam para melhorar a saúde na Região das Américas.

Isto impacta diretamente a comunicação do CVSP, fornecendo o contexto e recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades educacionais e de formação online. Da mesma forma, o CVSP trabalha em coordenação com os departamentos técnicos da OPAS por meio do desenvolvimento de cursos virtuais e recursos educacionais relacionados a todas as áreas temáticas de cooperação técnica da Organização (Listovsky, 2024).

Em entrevista aos autores, o coordenador geral do CVSP explica que, em todos os anos, o Campus Virtual desenvolve um plano de comunicação que se enquadra no plano de comunicação do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde e na Estratégia de Comunicação da OPAS e que entre os objetivos deste plano estão: (1) aumentar a visibilidade e o uso do Campus como plataforma virtual de aprendizagem da OPAS para alcançar profissionais de saúde e estudantes de ciências da saúde na Região das Américas, especialmente aqueles que vivem em áreas rurais remotas; (2) aumentar o número de usuários cadastrados no Campus Virtual; e (3) reforçar a marca do Campus Virtual dentro e fora da Organização.

A LÓGICA DO *CAMPUS* VIRTUAL DE SAÚDE DA OPAS

Na OPAS há um setor especificamente dedicado à comunicação institucional, representado pelo Departamento de Comunicação: “sua principal função é desenvolver estratégias de comunicação baseadas em evidências, que tenham alto impacto e gerem interesse, a fim de apoiar a missão da OPAS” (Livstosky, 2024).

Observa-se, então, que há um plano estratégico por parte da organização e, em análise direta das redes sociais, notamos uma presença digital: ao tempo em que um curso é divulgado em suas

redes sociais oficiais e replicado nas redes da OPAS, ele pode se tornar uma notícia em sites ou em redes sociais de organizações do mesmo eixo, ou seja, se produz conteúdos que geram outros e isso é o próprio processo de mediatização.

Como por exemplo, a notícia⁶ de que o Campus Virtual alcançou 2,5 milhões de usuários e na sua comemoração de 20 anos de existência foi lançado um novo aplicativo. Esse tipo de ação gera visibilidade, e vínculo da instituição com seus sujeitos, pois é uma forma estratégica de difusão, levando conhecimento de qualidade para todos os públicos, até os menos favorecidos de recursos, além da instituição estar cumprindo com sua missão de promover e fortalecer a educação em saúde.

Se pensarmos no impacto que a comunicação institucional do CVSP pode gerar, não temos, ao menos de forma pública, dados suficientes para fazer uma minuciosa avaliação, não há *clippings*, ou relatórios disponíveis para fazermos uma compilação acerca do que a mídia faz circular a respeito do CVSP, porém, acredita-se que essa não é uma prioridade, nem necessidade, pois que o que encontramos foi compilado através de dados públicos: posts das redes sociais, dados expostos na própria plataforma, notícias no *Google* e a vivência nos recursos disponíveis e entrevistas com os membros do CVSP.

Diante disso, podemos perceber que a lógica do CVSP está focada em divulgar informações no campo da saúde pública, e ir além, promover políticas e ações concretas que contribuam na visibilidade do CVSP, sendo a comunicação uma das ferramentas principais para isso: “o principal papel da comunicação da OPAS é facilitar a divulgação de informações cruciais no campo da saúde pública, isto impacta diretamente a comunicação do CVSP, fornecendo o

contexto e os recursos necessários para o avanço de suas atividades” (Listovsky, 2024).

Assim, pensando também na relação de mediação e sua legitimidade para dar visibilidade à comunicação institucional, no contexto de plataformas com o CVSP, podemos ratificar que com a legitimação, a pauta da comunicação pública pode se tornar uma prioridade, e o CVSP será um exemplo prático disso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais do CVSP, além de muito necessárias, também podem ser uma estratégia que utiliza a informação para promover o compartilhamento de conhecimento através da educação nas mídias sociais, fortalecendo a imagem do CVSP, e, como consequência positiva, vir a ser um canal institucional, que servirá de acesso para os jornalistas ou profissionais em geral que queiram informações sobre o CVSP. Ou seja, um perfil modelo para demais perfis do mesmo segmento, reforçando assim a hipótese de que a comunicação institucional através das redes sociais pode ser uma estratégia de comunicação eficaz, principalmente no impacto que ele pode gerar na comunicação direta com o público-alvo do CVSP.

A pesquisa pretendeu expor que a comunicação institucional tem um papel fundamental nas redes sociais das grandes organizações, além de aprimorar as práticas de comunicação, mostrando o papel essencial de organizações como a OPAS, e explicar cientificamente que pesquisas como essa podem ajudar a desenvolver políticas que reconheçam que a pesquisa em educomunicação e em saúde pública é um investimento e não um gasto.

Tendo a comunicação como um dos principais pilares institucionais, a lógica organizacional estabelece uma relação complexa

de produção, circulação e reconhecimento da informação. Essa comunicação deve englobar várias fases: criação, coordenação, análise, desenvolvimento, difusão e gestão. Levando para o lado da comunicação institucional, que pode ser entendida como o posicionamento estratégico da organização para seu público interno e externo, espera-se que haja um plano de comunicação que reflita além da posição, mas também considere a identidade, as atividades e as políticas da organização e que, essas, possam chegar aos públicos em territórios mais remotos, nos quais não há políticas de formação qualificada, na forma presencial. Sendo assim, ações como estas podem democratizar o acesso à formação permanente em saúde, principalmente em comunidades menores e mais afastadas.

É preciso pensar que a comunicação de qualidade inclui conduzir recursos e fazer ajustes na circulação da sua mensagem e interação com o seu público, facilitando a interlocução, entendendo que a comunicação não vem a ser sinônimo de divulgação, fato, mas ela é a ponte de um relacionamento que envolve credibilidade, confiança e vínculo. E é esse vínculo que gera audiência. Dessa forma, plataformas como o CVSP trazem não só oportunidades, mas lições, ao demonstrar que países unidos, com equipes qualificadas e apoiadas institucionalmente, promovem a equidade na saúde pública. Porém, para isso, é necessário transparência e coerência na sua comunicação, resultando, assim, em uma comunicação estratégica em teoria e prática.

REFERÊNCIAS

CAMPUS SP Virtual. **Campus Virtual em Saúde Pública, OPS/OMS**. Disponível em: <https://www.campusvirtualsp.org/pt-br/o-que-e-o-campus>. Acesso em: 04 out. 2022.

BONIN, J. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. In: MOURA, C; LOPES, M. (orgs.) **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

DUARTE, J. Instrumento de comunicação pública. *In*: DUARTE, J. (org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007

HJARVARD, S. Midiatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p.21-44>. Acesso em: 09 mai. 2024.

JARDINES, J. O Campus Virtual em Saúde Pública: espaço para aprendizagem em rede e aplicação do conhecimento na prática. **Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) / Organização Mundial da Saúde (OMS)** – Representação Brasil. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2009, p. 82. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/34953>. Acesso em 10 mai. 2024

LISTOVSKY, G. **Listovsky fala sobre o Campus Virtual em Saúde Pública**. [Entrevista concedida a Yasmim Cunha] Natal, 23 fev., 2024.

MASSARANI, L.; CHAGAS, C. **Manual de sobrevivência para divulgar ciência e saúde**. 2020.

MOURA, C; LOPES, M. **Pesquisa em Comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. 326 p.

ORGANIZAÇÃO Pan-Americana de Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>. Acesso em: 09 mai. 2024.

RECUERO, R. Diga-me com quem falas e dir-te-ei quem és: a conversação mediada pelo computador e as redes sociais na internet. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 38, p. 118-128, 2009.

PERUZZO, C. M. K. Observação participante e pesquisa-ação. *In*: DUARTE, J; BARROS, A.T. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERÓN, E. **A análise do “Contrato de Leitura”**: um novo método para os estudos de posicionamento de suportes impressos. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1999.

ZEMOR, Pierre. **La communication publique**. Paris: PUF, 1995.



20

Maritcheli Vieira

**ESTUDOS SOBRE
A CONSTRUÇÃO
DOS MIGRANTES
E DAS MIGRAÇÕES
NA MÍDIA BRASILEIRA**

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-253-3.20

INTRODUÇÃO

Neste artigo busco, através de uma pesquisa bibliográfica, elucidar como as migrações e os migrantes são pautados na mídia brasileira, pensando desde as empresas de comunicação lideradas por grandes conglomerados com interesses econômicos e políticos até mídias alternativas que têm por trás coletivos migrantes e organizações ligadas às minorias sociais.¹

De forma a contextualizar o tema, aponto que a temática da mobilidade humana tem cada vez ganhado mais espaço nas discussões públicas, consequência da tendência dos novos fluxos migratórios, os quais são caracterizados por pessoas que saem de seus países de nascimento por motivos econômicos, sociais e políticos. Segundo o Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA)², no período de 2011 a 2021, o Brasil consolidou-se como um país de destino para migrantes e refugiados. Uma característica singular dessa época foi a chegada dos “novos fluxos migratórios”, caracterizados pela migração de pessoas das regiões do Sul Global e, nos últimos anos, pela migração de latino-americanos, liderados pelas nacionalidades haitiana e venezuelana. Atualmente, segundo

- 1 Aponto que neste trabalho compreendo que existem duas formas distintas de comunicação: alternativa ou contra-hegemônica e hegemônica. Baseio-me em Peruzzo (2022) quando compreendo que a primeira é vinculada aos movimentos sociais, comunidades e coletivos populares que lutam por direitos e denunciam diversas formas de opressão. Mais do que isso, essa comunicação alternativa refere-se a uma contracomunicação quando comparada aos padrões convencionais da grande mídia, ou seja, da mídia hegemônica. Ainda baseada em Peruzzo, compreendo que mídia hegemônica é caracterizada pela concentração dos meios de comunicação de massa do Brasil em poucos grupos econômicos e sem pluralidade política. Esses mesmos grupos também acabam dominando portais informativos da internet, bem como outros mecanismos de produção e difusão de bens de entretenimento, que vão da música ao audiovisual.
- 2 O OBMIGRA tem como meta ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais. Para realizar essa tarefa, propõe-se a analisar os três cenários que afetam o Brasil na atualidade: a imigração internacional, a emigração brasileira para outros países e os projetos migratórios de retorno dos emigrantes brasileiros. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em: 9 fev. 2023.

o mesmo relatório, no Brasil existem 1,3 milhão de migrantes. Os dados indicam que em dez anos houve um aumento de 24,4% nos fluxos migratórios.

Em se tratando da ampliação das discussões sobre as migrações, muitos estudiosos começaram a analisar cada vez mais como tal temática era pautada e representada midiaticamente. É neste ponto que este trabalho faz um esforço a fim de analisar como a mídia brasileira vem representando e pautando a temática migratória.

Compreendemos que os meios de comunicação hegemônicos, de forma geral, disseminam discursos discriminatórios, bem como os reforçam a partir de mensagens e representações essencializadoras e que reduzem os sujeitos a poucas características, que acabam sendo representadas como fixas e verdadeiras. É importante dizer que este trabalho se debruçará principalmente nas construções midiáticas sobre as migrações de haitianos e venezuelanos, as quais, segundo o OBMIGRA, são as nacionalidades que lideram as migrações latino-americanas.

AS MIGRAÇÕES NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Antes de iniciar o movimento de reflexão em relação à construção das migrações e dos migrantes venezuelanos e haitianos, compreendo ser necessário trazer à luz como se deu o início dos estudos das migrações no campo da comunicação. Esse resgate teórico-histórico contribui para que compreendamos como esses estudos surgiram e ao mesmo tempo evoluíram e foram ressignificados com seus conceitos e perspectivas.

Como observam Elhajji e Escudero (2017), a história dos estudos dos processos migratórios na Comunicação se confunde com

a própria criação do nosso campo como área de conhecimento. Os autores citam a Escola de Chicago, considerada a pioneira no desenvolvimento da área com seus primeiros estudos relativos à visão do migrante como ator social que interage simbolicamente com sua comunidade de ação por meio de estratégias comunicativas. Os estudiosos da Escola consideravam a cidade de Chicago um “laboratório social”, por ter tido um crescimento considerável do século XIX para o XX e por seus habitantes serem diversos, compostos basicamente por imigrantes (França; Simões, 2016). Um dos autores que mais se destacaram com estudos sobre migrações foi Robert Park (1928), que compreendia civilização como o resultado de contato e comunicação, misturando raças e etnias. Aqui, é possível perceber um papel socializador e integrador da comunicação e da própria mídia, como “constituidora da vida em sociedade através de inúmeras interações que se estabelecem através dela” (Simões, 2015, p. 54).

Em relação às inúmeras interações para as quais a comunicação e a mídia podem contribuir a partir do seu papel socializador, conforme Zanforlin (2003), Park considerava a diversidade como regra de qualquer civilização, sendo que todas as raças têm sua natureza mista, enfatizando, assim, a importância do contato e das migrações para as civilizações, contrariando as teorias evolucionistas. É nessa complexidade que, para Park (1928), a migração deveria ser estudada a partir de seus aspectos subjetivos, como a modificação da personalidade do próprio indivíduo, que é produzida no contato e na colisão com uma nova cultura, que poderia promover uma emancipação individual. O autor ainda entendia que alguns sentimentos e energias que foram “controlados” pelos costumes e tradições do lugar de origem do sujeito são liberados quando há esse contato com a cultura em que chega.

Inúmeras outras foram as contribuições de Park, porém também destaco que, de acordo com Simões (2015), é no cenário de mistura de raças e culturas diferentes de Chicago que o autor começa a estudar e pensar sobre a inserção dos negros e dos

migrantes na sociedade norte-americana, trazendo o conceito de “homem marginal”, o qual seria uma “mistura de sangue”, em que esse indivíduo é descendente de culturas e lugares distintos. Park (1928) até mesmo diz que esse homem marginal vive em dois mundos diferentes, sentindo-se “estrangeiro” em ambos. É como se vivesse uma indefinição moral causada pelos diversos contatos culturais. “E é lá na mente do homem marginal onde as mudanças e fusões culturais se dão – que melhor se pode estudar o processo de civilização e progresso” (Park, 1928, p. 6). É aqui, como argumenta Zanforlin (2003), que se pode começar a pensar sobre o homem cosmopolita, que vive entre fronteiras, olhando para o mundo no qual nasceu com certo desapego típico do estrangeiro.

Quando pensamos nos estudos de comunicação na América Latina, conforme Elhajji e Escudero (2017), os registros remetem à segunda metade do século XIX, após a fundação do curso de jornalismo em parceria com a Universidade de La Plata (Argentina), a Universidade de Columbia e o Sindicato dos Trabalhadores da Imprensa de Buenos Aires. Já no Brasil, em 1935, a Universidade do Distrito Federal, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lançou o primeiro curso superior para jornalistas e publicitários, e no ano de 1972 criou o Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura.

O primeiro trabalho sobre migrações no campo da comunicação no Brasil foi publicado em 1979 e tinha autoria de Sérgio Caparelli. Intitulado *Identificação social e controle ideológico na imprensa dos imigrantes alemães*³, argumentava que a imprensa imigrante teve para os primeiros alemães no Brasil uma função socializadora, levando conhecimento de todos os valores estabelecidos e introjetando em cada um a ideologia dominante na época (Elhajji; Escudero, 2017).

3 Infelizmente não pudemos trazer mais informações sobre essa pesquisa pioneira de migrações e comunicação no Brasil por não conseguirmos acesso e por não encontrarmos outros autores dissertando sobre ela.

De lá para cá, diversos cientistas também contribuíram para o desenvolvimento dos estudos de comunicação e migrações, como Martín-Barbero, Appadurai e outros pesquisadores no nosso campo. Martín-Barbero pode ser considerado um dos autores que mais contribuíram para a inclusão dos estudos migratórios no campo da comunicação, com as suas ideias sobre mídia como prática social, pensando o campo dos *mass media*, seus dispositivos de produção, consumo e aparatos tecnológicos, códigos de montagem, percepção e reconhecimento. Para o autor, na Comunicação deve-se levar em consideração as mediações, as culturas e os reconhecimentos, o que exige a construção de pesquisas que articulem as práticas da comunicação e os movimentos sociais (Elhaji; Escudero, 2017).

Neste trabalho, um conceito que aponto como importante para os estudos de comunicação e migrações é relativo à “mestiçagem”. No clássico livro *Dos meios às mediações*, Martín-Barbero (1997) propõe pensar a mestiçagem como a hibridização e a reelaboração de culturas, como um fato social tecido por temporalidades e espaços, memórias e imaginários. A partir do conceito de mestiçagem, é possível refletir sobre como os movimentos migratórios transformam tanto as identidades e culturas dos sujeitos que estão de chegada, quanto dos sujeitos que os recepcionam. É inevitável que haja trocas e reformulações culturais na sociedade.

Quando volto o olhar aos trabalhos mais atuais de Martín-Barbero, também é possível apontar, como reflete Brignol (2018), a atualização do seu mapa sobre as matrizes comunicativas da cultura. O autor enfatiza as mediações das identidades e das tecnicidades como importantes para pensar sobre a complexidade das relações constitutivas da comunicação na cultura, levando em consideração os contextos em que os sentidos de tempo e espaço passam por transformações devido aos fluxos informativos e comunicacionais e as dinâmicas das migrações de pessoas com diferentes pontos de chegada e partida.

Outro autor que contribui para os estudos de migrações no campo da comunicação na América Latina é Arjun Appadurai. Segundo Elhajji e Escudero (2017), nas ideias do autor o deslocamento humano é chave para entender o mundo contemporâneo, o qual tem como característica a circulação. Já a dimensão comunicacional nas suas pesquisas aparece não apenas em relação à veiculação, transmissão e/ou representação, mas também em relação às suas conotações de vinculação social, interação simbólica e produção subjetiva, combinada à teoria sobre os fluxos materiais, humanos, simbólicos e midiáticos.

Além disso, destaco o conceito de incerteza social de Appadurai (2009), o qual está ligado “à realidade de que os atuais grupos étnicos contam-se às centenas de milhares e de que seus movimentos, misturas, estilos culturais e representações na mídia criam profundas dúvidas sobre quem exatamente faz parte de ‘nós’ e quem está entre ‘eles’” (Appadurai, 2009, p. 15). O conceito do autor contribui para pensar sobre o momento que estamos vivendo, em que há uma constante incerteza social, ficando mais difícil distinguir o “nós/eles”, ou seja, saber quem faz parte de um grupo social e quem faz parte de outro, analisando as práticas culturais e levando em consideração a sua identidade. Tal incerteza, decorrente dos movimentos e misturas, também pode ser apontada como um dos motivos para reações contrárias às migrações, visto que há cada vez mais dificuldade da existência de uma uni-identidade.

Para finalizar este primeiro movimento de discussão, destaco que todos os anos são realizadas diversas pesquisas de comunicação no âmbito das migrações, que perpassam por temas como identidade, memória, narrativa e comunidades. E é exatamente aqui que chego no ponto alto desta discussão, quando faço um movimento de aprofundamento de pesquisas já realizadas sobre mídia e migrações, a fim de entender como as mídias vêm construindo a problemática migratória relativa aos venezuelanos e haitianos no Brasil e como elas, sejam digitais ou não, vêm sendo apropriadas por migrantes para pautar a temática migratória.

A REPRESENTAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NAS MÍDIAS HEGEMÔNICAS

Para melhor entender como as mídias brasileiras vêm construindo a narrativa sobre a temática migratória e como os migrantes se apropriam das mídias para construir suas narrativas, realizei uma pesquisa bibliográfica em diversos bancos de dados⁴. Para realizar tal exercício, selecionei palavras-chaves abrangentes que conseguissem dar conta de encontrar pesquisas que interessassem a este trabalho, ou seja: “mídia e migrações” e “representação e migrações”. É importante frisar que, pelo fato de a temática ter um grande número de trabalhos, selecionei publicações que foram produzidas a partir do ano de 2010, período em que o Brasil começou a ser considerado um país de imigração, segundo o relatório do OBMIGRA. Além disso, na busca de pesquisas que trabalhassem a temática migratória nesse período, enfatizei discussões que pautassem, principalmente, a relação entre as mídias e os sujeitos venezuelanos e haitianos.

Neste artigo, baseada em Elhajji (2011), compreendo que a imagem do “outro”, o discurso, a alteridade e a diferença sobre esse “outro” estão intimamente ligados ao discurso midiático global, tanto como uma forma de aproximar essas pessoas que chegam quanto, lamentavelmente, no reforço de preconceitos e estereótipos. Quando penso nessa segunda abordagem que o autor nos aponta, compreendo que temos diversas produções que realizam análises, observações e discussões que nos mostram que ainda temos muito o que evoluir nas nossas produções midiáticas brasileiras.

4

1) Google Acadêmico; 2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses (IBICT); 3) Banco de Teses e Dissertações da Capes; 4) Biblioteca Eletrônica Scielo; 5) Banco de Dados da USP, ESPM, PUCRS, UFSM e UNISINOS; 6) Banco de dados de eventos e associações da Compós, Intercom, além das revistas *Comunicação e Educação* e *Matrizes*.

Nesse contexto, é imprescindível frisar que a nossa sociedade está em um processo de midiaticização. Baseio-me em Rosa (2020) para afirmar que as imagens que a mídia produz são pensadas e produzidas para a produção. Ou seja, são visíveis marcas de estratégias de fixação e de operações de valor que prolongam a circulação de determinadas imagens. Ainda compreendo, baseada na mesma autora, que, por mais que estejamos em uma sociedade em midiaticização, os sentidos não estão na tecnologia em si, mas são frutos da produção humana, do acionamento dos imaginários, do que os sujeitos interpretam ao ver aquela imagem midiática. Por isso, entendo que não é suficiente compreender como se dá a produção midiática, mas é necessário que, nós, pesquisadores, compreendamos o que os sujeitos fazem com o que é produzido. Precisamos conhecer o que acontece durante a circulação desses conteúdos. E não só isso, mas também entender como podemos, através das nossas pesquisas, fazer com que esses sujeitos, que irão consumir os conteúdos midiáticos, tenham conhecimento e discernimento para serem críticos, pensamento que me instiga a realizar a tese de doutoramento.

Ao pensar sobre as construções das mídias sobre os migrantes e sobre a criticidade de conteúdos, uma das primeiras produções midiáticas que gostaria de elencar, talvez porque tenha sido o tema da minha dissertação de mestrado, são as telenovelas. Compreendo a telenovela como um espaço para discussões públicas, bem como um conteúdo midiático que promove a construção de identidades e culturas que são inseridas na nossa sociedade. Essa compreensão é baseada principalmente em interpretações de leituras de trabalhos da professora Maria Immacolata Lopes, que compreende a telenovela como um recurso comunicativo, sendo um espaço público de debates de temas representativos do que se vive no país e no mundo (Lopes, 2009).

Visto isso, abro essa discussão de conteúdos midiáticos, apontando questões relacionadas à pesquisa de Vieira, Brignol e Curi (2021), que, por meio de um estudo de recepção da telenovela *Órfãos*

da Terra⁵, objetivaram compreender como, ao representar migrantes e pessoas em situação de refúgio, a telenovela contribuiu no debate das migrações. Com a análise da recepção da telenovela por seus telespectadores, os autores perceberam que *Órfãos da Terra* conseguiu informar sobre a temática migratória de uma forma pedagógica, estimulando, assim, o pensamento crítico e o conhecimento sobre o assunto. Para isso, o melodrama utilizou como estratégia a humanização de migrantes, por meio de depoimentos socioeducativos, expondo a experiência e a vivência real sobre a temática migratória.

Porém, por mais que tenha tentado abordar as migrações de forma a respeitar e humanizar migrantes e refugiados, a telenovela acabou acionando também estereótipos, como a relação da religião muçulmana com o crime, por exemplo. Apoio-me em Hall (2016) para compreender a estereotipagem como práticas essencializadoras, reducionistas e naturalizadoras, as quais reduzem sujeitos a algumas poucas características simples e essenciais e que são representadas como fixas, da natureza. Então, o estereótipo se apossa de características simples, memoráveis e bastante conhecidas sobre uma pessoa ou grupo social, nesse caso os migrantes, mais especificamente da cultura muçulmana, reduzindo-os a traços exagerados e simplificados.

A partir disso, compreendo que, por mais que haja materiais de mídias hegemônicas, como a própria telenovela, que tentam abordar a temática migratória de uma forma respeitosa e didática, infelizmente ainda caem em representações estereotipadas e essencializadoras. Os migrantes ainda são relacionados ao crime,

5

A telenovela *Órfãos da Terra* (TV Globo, transmitida de abril a setembro de 2019) pautou a migração para o Brasil de pessoas de diversos lugares do mundo, por causa de guerras, conflitos e perseguições. Os tantos anos da Guerra da Síria também foram trazidos para as telas na interpretação da história da família Faiek, que teve sua cidade e casa destruídas em 2015. Com autoria das escritoras Duca Rachid e Thelma Guedes, a telenovela também discutiu a convivência entre diferentes culturas, xenofobia, apatridia, documentação e revalidação de diplomas.

a uma figura negativa, à desorganização da sociedade brasileira e até mesmo à doença, como veremos na sequência.

É importante frisar que essas construções geralmente se referem às migrações sul-sul, as quais se dão entre e em direção aos países da América Latina e que compreendem migrantes de origem africana que tentam fugir da fome e da pobreza (angolanos, senegaleses, congoleses). Porém, outros migrantes são alvo de discursos preconceituosos e reducionistas, como os próprios haitianos, advindos de um país que possui graves problemas socioeconômicos, e os nossos vizinhos, os migrantes da Venezuela, que vêm para o Brasil em busca de trabalho, visto que seu país enfrenta um cenário de crise política, econômica e social.

De modo similar à telenovela, quando entro em materiais jornalísticos e informativos, o padrão é o mesmo, ou até pior. Os migrantes são estereotipados e ligados de alguma forma à sujeira da sociedade, a problemas, doenças e crimes, por exemplo, como veremos.

Cogo e Badet (2013), na análise que realizam de um conjunto de narrativas produzidas por diferentes espaços midiáticos digitais⁶ (jornais, portais, blogs, *sites*, redes sociais) durante o período de 2007 e 2012, trouxeram, principalmente, a questão de “imigração qualificada”, resgatando que a incorporação de imigrantes brancos esteve diretamente vinculada ao processo de consolidação da nação brasileira desde a independência e já evidenciava a presença de uma noção de seletividade e de qualificação da mão de

6 As modalidades midiáticas que as autoras analisaram foram: Agências de Notícias (Agência Brasil, Agência EFE, Agência Financeira, BBC, France Presse, Reuters/Brasil Online); Jornais/Portais de Notícias Nacionais (*Diário de Cuiabá*, *Diário de SP*, *Folha de S. Paulo*, jornal *Estado de Minas*, G1 - Globo.com, jornal *O Globo*, Globo News); Televisão (*Jornal Nacional*); Rádios (CBN); Revistas (*Istoé Dinheiro*, *Época*); Blogs (Blog Ricardo Festi, Blog Lusa Sol); Site (Instituto Humanitas Unisinos, Outras Palavras, Vivir en Brasil); E-mails de lista e arquivo de notícias em grupos de discussão (ANEIB - Estrangeiros no Brasil); Site de Rede Social - Facebook (Grupos: Blog Españoles en Brasil, A Nova Geração de Patrícios no Brasil, Brasil País de Imigração, Imigrantes Haitianos no Brasil, Italiani in Brasile, Visa Brasil); e e-mails e arquivos de notícias (ANEIB - Estrangeiros no Brasil).

obra imigrante norteando as políticas migratórias da época. Como já comentamos anteriormente, os imigrantes considerados aceitos eram os trabalhadores europeus, brancos e saudáveis. Os europeus indesejáveis eram os refugiados, deficientes físicos, velhos, ativistas políticos ou criminosos.

A partir de uma análise do discurso ancorada pelos Estudos Críticos do Discurso (ACD) formulados por Van Dijk (1997, 2005, 2008, 2010), Cogo e Badet detectaram que a chegada dos haitianos no Brasil teve bastante ênfase, visto que o período das notícias jornalísticas analisadas coincide com a migração haitiana. Esse encontro da análise com a intensificação dos migrantes haitianos para o Brasil se deu principalmente porque no fim do ano de 2010 o país foi atingido por um terremoto que deixou mais de 300 mil mortos. Na análise das autoras, grande parte da cobertura midiática sobre a entrada de imigrantes haitianos foi marcada fortemente pela utilização de imagens que sugerem uma chegada massiva, de invasão, de descontrole das autoridades e pela ideia de ilegalidade desses migrantes no Brasil.

Além disso, as autoras observaram que houve predomínio de uma dimensão economicista e laboral que pautava o crescimento da imigração no Brasil e, associada a ela, a construção da noção de imigração qualificada que justificaria e impulsionaria a existência de um novo fluxo migratório para o país. Essa questão foi observada através do uso recorrente do termo “mão de obra qualificada”, a fim de fazer referência à chegada de imigrantes ao Brasil e à própria necessidade de trabalhadores qualificados para a economia brasileira. Porém, é interessante observar que essa “qualificação” tinha “níveis” diferenciados dependendo da etnia dos migrantes. Os haitianos, no caso, tinham forte vinculação aos serviços braçais, principalmente relacionados à construção civil. Já os migrantes de culturas europeias eram vistos como pessoas portadoras de níveis diferenciados de escolaridade e especialização profissional, assim como de padrões de desenvolvimento econômico e social.

Indo na mesma direção das últimas pesquisas, Cogo e Silva (2016), através do conceito de enquadramento, realizaram uma análise de 162 materiais midiáticos digitais⁷ e perceberam o tratamento da migração haitiana como uma invasão ao Brasil. O trabalho das autoras tinha como objetivo mapear e compreender como a imigração haitiana foi abordada por diferentes mídias ou por narrativas que nelas ganharam visibilidade nos primeiros quatro anos de presença significativa da diáspora haitiana no Brasil (2011-2014). Para análise no artigo publicado, as autoras fizeram um recorte da pesquisa e separaram conjuntos de acontecimentos e temas⁸ que compuseram a agenda midiática, os quais foram: a chegada dos imigrantes ao Brasil; o fechamento do abrigo em Brasileia (Acre)⁹ e a chegada de haitianos a São Paulo; e a política migratória brasileira.

Durante a análise, as autoras apontam a abordagem da migração haitiana pelos meios de comunicação nos primeiros anos sempre relacionados a termos como “fuga do Haiti”, “desastre”, “miséria”, “pobreza”. Porém, somando-se a isso, a narrativa das mídias também traz “discursos que vão enfatizar o quanto a chegada dos haitianos expõe as fragilidades da política migratória brasileira e da atuação da esfera pública governamental no atendimento aos imigrantes” (Cogo; Silva, p. 9, 2016). Questões como a “invasão” dos haitianos ao Brasil e “superlotação”, evidenciando termos como “ilegal”,

- 7 Materiais vinculados a organizações midiáticas públicas e privadas, assim como em publicações mantidas por instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos. No artigo, as autoras apresentam análises de matérias da revista *Época*, *Correio Braziliense*, BBC Brasil e *O Globo*, por exemplo.
- 8 Considero importante sinalizar que as autoras levam em consideração em sua análise a noção de acontecimento como algo que emerge ou provoca uma ruptura na continuidade da experiência, que provoca ações e discursos por parte de indivíduos e instituições, revelando problemas, temas, questões da vida coletiva, conceituado por Louis Quéré (2005).
- 9 No ano de 2014, o Governo do Acre determinou a desativação do abrigo de haitianos em Brasileia, para substituí-lo por um novo na capital Rio Branco. Segundo o site EBC, até o ano de fechamento, estimava-se que pelo menos 20 mil haitianos tivessem passado pelo abrigo. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/04/governo-do-acre-fecha-abrigo-de-haitianos-em-brasileia>. Acesso em: 20 jan. 2023.

“ilegalidade”, “quantidade”, “Brasil como roteiro na diáspora haitiana” e “maré clandestina”, por exemplo, começam a tomar mais espaço.

A partir disso, é impossível não apontar uma proximidade em relação a como o migrante haitiano é pautado nas mídias hegemônicas. Quando o migrante, neste caso o haitiano, não é tratado como uma pessoa vinculada à pobreza, é relacionada ao crime, à ilegalidade. É importante frisar que aqui me baseio na cidadania universal quando compreendo que, por natureza, nenhum imigrante é ilegal. Ou melhor, essa identificação negativa do migrante como um não cidadão, como clandestino e ilegal constitui, na verdade, uma estratégia econômico-política para ser considerável como mão de obra barata e descartável (Elhaji, 2017).

Quando vamos para pesquisas mais recentes que trazem a análise da cobertura midiática hegemônica da temática migratória, não percebemos muitas mudanças. Neste caso, estamos nos referindo a pesquisas que analisam a chegada de migrantes venezuelanos no Brasil em decorrência da grave crise institucional, econômica, política e social que afeta o país nos últimos anos.

Um exemplo é o trabalho de Ribeiro, Cruber, Brignol e Curi (2019), que apresenta um esforço para mapear e analisar a cobertura midiática sobre a chegada dos migrantes venezuelanos durante o ano de 2018 na plataforma on-line GaúchaZH¹⁰. Nesta pesquisa são observados alguns fatores em comum com o que já estava sendo pontuado em outras produções acadêmicas, como, por exemplo, a associação entre o migrante e o trabalho. Segundo os autores, a representação do migrante como trabalhador e, principalmente, como sinônimo de mão de obra é observada em várias das matérias coletadas, o que se aproxima ao que já se percebe desde estudos clássicos sobre o fenômeno migratório.

A partir de um olhar para essas pesquisas sobre a construção do migrante na mídia brasileira, é possível observar que o trabalho é um condicionante para que o migrante seja aceito e “bem recebido” no Brasil. Este pensamento vai ao encontro dos argumentos de Sayad (1998) de que a estadia autorizada do migrante está inteiramente ligada ao trabalho e de que o trabalho é a única razão pela qual é reconhecido: “ser como migrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante” (p. 55). Mais que isso, com base em Sayad (1998), compreendo que o migrante só existe por causa do trabalho, pois é esse trabalho que condiciona toda a sua existência no lugar de chegada; e, claro, não é qualquer trabalho. O migrante apenas pode ser mão de obra do “mercado de imigrantes” que, no caso das pesquisas, percebo que são aqueles relacionados principalmente aos serviços braçais. A vaga de trabalho “especial para migrantes” é a justificativa para esses sujeitos estarem nos seus lugares de chegada; quando esse trabalho não tem mais demanda, ou seja, desaparece, o migrante já não é mais necessário (Sayad, 1998).

Isso nos leva a mais um ponto trazido na pesquisa de Ribeiro, Cruber, Brignol e Curi (2018), quando argumentam que o imigrante é visto como provisório. A pesquisa desses autores foi feita a partir de uma mídia gaúcha, quando estava sendo realizada a Estratégia de Interiorização de migrantes venezuelanos. Segundo o *site* da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)¹¹, a interiorização facilita a garantia de direitos, a autonomia da tomada de decisões e a integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que estão no nosso país.

Para enriquecer ainda mais a discussão, trago uma análise realizada por Oliveira Filho e Hilgemberg (2020), que também observa mídias locais, porém durante o mês de setembro de 2019

11

ACNUR. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/temas-especificos/interiorizacao/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

nos sites do *JRR 1ª Edição* no portal G1 Roraima e jornal *Folha de Boa Vista*. É relevante observar a análise em jornais de Roraima, pois a maior parte dos migrantes venezuelanos entram no Brasil pela fronteira da cidade de Santa Elena de Uaiarén com Pacaraima, que fica ao norte desse estado. Na pesquisa de Oliveira Filho e Hilgemberg (2020), constata-se um agravamento ainda maior quanto à temática migratória nas mídias. Segundo os autores, quando os imigrantes venezuelanos não são representados com um viés de total dependência da comunidade e de doações, são relacionados a sentidos negativos como o tráfico de drogas e atos ilícitos.

É sobre os sentidos negativos que aciono a ideia de racismo, que, para Van Dijk (2005), não tem relação apenas com a cor da pele, mas também com a etnia. Ou seja, são discursos que parecem ser normais e naturais, sendo uma forma de hegemonia étnica, que é baseada em ideologias e atitudes aparentemente legítimas, aceitas pela maioria dos membros do grupo dominante. Na imprensa, nos discursos sobre migrantes e minorias étnicas, há sempre a tendência de assumir uma dimensão negativa. A migração tende a ser tematizada como uma ameaça e as relações étnicas são representadas em termos de problemas e desvios, relacionados ao crime, drogas e violência (Van Dijk, 2005).

Pensando nesse racismo e preconceito vinculados ao migrante, relaciono-o com a discussão sobre o que é ser estrangeiro. A partir das concepções de Woodward (2000) e a construção das identidades, o estrangeiro pode ser associado com o forasteiro (*outsider*) em referência à identidade do “habitante local” (*insider*). O forasteiro é então o estrangeiro e também todo aquele que é associado a crime, perigo e transgressão da lei. Ainda, para a autora, citando Douglas¹², o estrangeiro pode ser considerado aquele que está “fora do lugar”, e que contribui para a desordem social.

Importante resgatar que até aqui discutimos que o migrante, seja haitiano ou venezuelano, é visto e representado midiaticamente como um sujeito relacionado e condicionado à mão de obra e também como alguém que pode representar um perigo para a sociedade. Quando falamos em perigo, existem diferentes aspectos em relação a ele, como o crime, o tráfico e até mesmo a doença. É nesse sentido que atualizo essa discussão com aspectos relativos a pesquisas que vinculam a temática migratória à Covid-19.

No final do ano de 2019, o mundo e o Brasil foram impactados pela maior crise sanitária mundial, causada pelo novo coronavírus, que leva o nome de SARS-CoV-2. Um vírus que teve como epicentro de infecção a cidade chinesa de Wuhan, foi responsável pela morte de milhares de pessoas em todo o mundo, causando medo e insegurança quanto ao dia de amanhã, pois nem os profissionais da saúde sabiam ao certo como acontecia a transmissão, quais eram os sintomas e como seriam realizados os tratamentos. Com as medidas de proteção sanitária, como o próprio *lockdown*, as pessoas tiveram que buscar o distanciamento social. Fronteiras foram fechadas com o intuito de controlar a mobilidade de sujeitos entre países e dentro deles e, assim, controlar a contaminação pelo vírus. Com o avanço da ciência e da pesquisa conseguimos a vacina e, consequentemente, o controle do vírus SARS-CoV-2. E como a temática migratória foi pautada nas mídias no contexto desta crise sanitária?

Para entender esta questão, aciono a pesquisa de Brasil (2021) quando analisa as representações sociais sobre a migração e os migrantes veiculadas no ano de 2020 pelo jornal *on-line Folha de São Paulo*. Na sua análise, o autor aponta que nas matérias analisadas o migrante constantemente é representado como vítima ou vilão. No caso da objetivação como vilão, os sujeitos são relacionados aqui com a origem e a transmissão da Covid-19. Já em relação à vítima, é possível compreender que os migrantes são relacionados também a todo momento como “grupo vulnerável tanto à infecção pelo vírus quanto aos efeitos sociais e econômicos provocados pela

pandemia” (Brasil, 2021, p. 13). Compreendo que talvez esses sujeitos que venham para o nosso país, dependendo da situação econômica e social, realmente possam estar mais vulneráveis em relação ao vírus, porém é inevitável apontar que a imagem de vítima, da pessoa indefesa e dependente pode contribuir inclusive para o reforço do migrante como um problema social do estado a ser resolvido.

Essas representações podem fazer com que o migrante seja visto apenas como um sujeito de necessidade e pouco enxergado como uma pessoa que tem direitos e autonomia. Ancorada em Mata (2006), entendo que tal tratamento é uma forma de representar midiaticamente os desprivilegiados, o cidadão que perdeu os seus direitos e, muitas vezes, encontra-se em vulnerabilidade social. Considerando o conceito da autora, percebo que tais coberturas midiáticas podem reforçar essa representação de que os migrantes são apenas pessoas indefesas e vitimizadas. Não só isso, mas a ideia do migrante como um problema social é reforçada. Assim, os migrantes são percebidos como grupo social que têm uma série de problemas sociais (Sayad, 1998).

Uma questão interessante a ser pontuada é que em alguns momentos, nas notícias analisadas por Brasil (2021), houve espaço para a narrativa do próprio migrante, dando autonomia e possibilitando o compartilhamento de suas histórias de vida sobre a migração, bem como do próprio refúgio. Mas, ao mesmo tempo, tais notícias ainda pecaram quanto ao uso incorreto dos termos “migrantes” *versus* “refugiados” e, piorando a situação, ainda trouxeram termos como “imigrante ilegal”, o que reforça mais uma vez a imagem negativa e pejorativa, e relação a esses sujeitos.

De forma geral, Brasil (2021) considera que no contexto da pandemia da Covid-19 houve o reforço de representações negativas quanto às migrações, com a intensificação de estereótipos que podem estimular não apenas a ocorrência de novos episódios xenofóbicos, mas também a ampliação do processo de securitização das migrações no Brasil e em outros países do mundo.

A partir da discussão fica perceptível que, apesar dos anos passarem, a pauta da temática migratória nas mídias hegemônicas tem muito a melhorar e evoluir. Nossos jornalistas e profissionais da comunicação ainda estão presos e submersos a imaginários preconceituosos e reducionistas quanto a migrantes e refugiados. Baseada em Sodré (2013), entendo que estamos em uma sociedade em processo de midiaticização e que existem imagens midiáticas que regem as relações sociais provindas dos modelos hegemônicos do capital e do mercado global. Por isso, compreendo a responsabilidade dos profissionais da comunicação com o agir comunicativo quando representam a nossa sociedade e os sujeitos que dela fazem parte de forma que prevaleçam estereótipos e características de grupos sociais de forma simplificada.

Importante frisar que, ao responsabilizar as mídias quanto à forma de pautar a temática migratória, compreendo que a responsabilidade vai além dos profissionais da comunicação. Aciono Freire Filho (2005) quando aponta que os estudos dessa sub-representação se consolidaram nos estudos culturais e midiáticos desde a década de 1960, caracterizando-se com a política da identidade e preocupando-se pela afirmação e defesa da singularidade cultural dos grupos minoritários. É nesse cenário que, em relação aos meios de comunicação, as “representações inadequadas de estrangeiros, classes sociais e outras comunidades é destacada como um sensível problema para o processo democrático, cujo desenvolvimento demanda a opinião esclarecida de cada cidadão a respeito de questões capitais da vida política e social” (Freire Filho, 2005, p. 22). As representações inadequadas são destacadas como perigo de reproduzir estereótipos e discursos racistas e xenofóbicos sobre identidades sociais. O estereótipo ajuda a demarcar e manter fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, o normal e o anormal, o integrado e o desviante, o natural e o patológico, por exemplo. Facilita a união

dos “normais” em uma comunidade imaginada e, ao mesmo tempo, exclui tudo e todos que não se encaixam, ou seja, tudo que é diferente.

A CONSTRUÇÃO DAS MIGRAÇÕES NAS MÍDIAS CONTRA-HEGEMÔNICAS

Vistas as representações da mídia hegemônica no tópico anterior, neste espaço discutirei como as mídias contra-hegemônicas estão representando a temática migratória e os sujeitos migrantes com base em estudos mapeados na pesquisa bibliográfica em diversos bancos de dados. Como mostrei anteriormente, a temática migratória e os migrantes estudados ainda são representados de forma preconceituosa, estereotipada e simplificada pelas mídias hegemônicas. Desse modo, coletivos migrantes e organizações ligadas às minorias sociais cada vez mais estão investindo em mídias alternativas para tratar tais temas que ainda são tão sensíveis na nossa sociedade. Percebo que o número de análises que podem me ajudar nesse cenário de representação contra-hegemônico das migrações ainda é pequeno. Porém, penso que seja muito importante também compreender como se dá essa representação alternativa do tema das migrações.

Início a discussão com a pesquisa de Brignol e Brum (2013), que realiza uma análise de *sítes* produzidos por migrantes e direcionados à temática, definidos como web-diaspóricos, a fim de perceber o modo de construção dos conteúdos em relação ao que é percebido na mídia tradicional. Vindo ao encontro da nossa discussão sobre a mídia tradicional, reforço que, a partir de Brignol e Brum (2013), é possível compreender que o discurso dos meios de comunicação tradicionais é e já foi exaustivamente analisado por diversos trabalhos e autores, e, infelizmente, sempre há a constatação de que existem preconceitos na forma como a temática migratória é tratada pela mídia. Até mesmo

a telenovela *Órfãos da Terra* (2020), da TV Globo, que a princípio veio com a intenção de contribuir para tratar as migrações de forma respeitosa, acabou caindo em representações estereotipadas e simplificadas, como foi constatado por Vieira, Brignol e Curi (2021).

A pesquisa constata que a internet serviu como “ferramenta” que contribuiu para que os migrantes conseguissem contatar seus familiares que ficaram nos seus países de origem, como também ofereceu possibilidades de integração para as comunidades migrantes que estão no nosso país, pois podem se descobrir com facilidade apesar da distância territorial e até mesmo organizar ações conjuntas. É nesse sentido que a internet possibilitou que esses grupos migrantes pudessem se expressar e trazer conteúdos que importam para os seus semelhantes (Brignol; Brum, 2013). A partir da análise dos autores, foi percebido que esses *sites* contra-hegemônicos têm como objetivo suprir a dificuldade das minorias étnicas em se manterem informadas sobre os seus próprios eventos, visto que só conseguem adentrar nas páginas de jornais quando se tornam comercialmente atrativos ou quando ainda têm suas imagens reforçadas como estranhos. É importante dizer que tais *sites* contra-hegemônicos têm pelo menos um migrante e vêm conseguindo aos poucos ocupar um lugar como fonte de informação para seu nicho.

Ao voltar o olhar para trabalhos mais recentes, aciono Almeida e Santi (2018) quando apresentam o projeto da plataforma de mídias “Somos Migrantes”, uma iniciativa de projetos de extensão da Universidade Federal de Roraima (UFRR), baseado em outros portais de mídia alternativa, como Mídia Ninja, Intervozes, Núcleo Piratininga de Comunicação, Repórter Brasil, e Conectas, Direitos Humanos. Os autores ainda compartilham que o objetivo do projeto é desenvolver em Roraima uma “abordagem contradiscurso, que tem como nicho central a imigração, em busca de combater opressões, xenofobia e exclusão social, ocasionadas pela abordagem ‘tradicional’ dada a temática” (Almeida; Santi, 2018, p. 146).

A plataforma de mídias “Somos Migrantes” trabalha com cinco principais aspectos: divulgação (ações dos grupos e entidades de apoio ao migrante), sensibilização (campanhas de sensibilização voltadas à questão da xenofobia, exploração sexual e laboral), apoio ao migrante (disponibilização de endereços de órgãos e instituições que os migrantes possam recorrer em diferentes situações), jornalismo (busca combater as opressões e desmitificar estereótipos que estão sendo amplamente difundidos pelas mídias tradicionais locais) e empregabilidade (questionário destinado aos empregadores que estejam disponibilizando vagas para compartilhar com a Associação Casa Venezuela-BR).

A partir disso, percebo a tentativa da construção de conteúdos contra-hegemônicos que buscam desmistificar a temática migratória, oferecendo conteúdos culturais plurais e respeitosos com as culturas migrantes. Uma questão importante a ser apontada é que tais espaços de comunicação alternativos também têm outra característica comum que é a disponibilização de informações aos migrantes. No trabalho de Brignol e Brum (2013) apontamos que esses *sites* e jornais contra-hegemônicos (no caso, feitos pelos próprios migrantes) buscavam manter a comunidade migrante informada sobre eventos das suas culturas. Da mesma forma, o projeto “Somos Migrantes” também proporciona um espaço de informação para os sujeitos, seja relacionado a emprego ou até mesmo a órgãos de apoio.

Antes de encerrar esta discussão, visualizo que o número de trabalhos que estudam a mídia contra-hegemônica na temática migratória é escasso nos cenários que pesquisei, tanto que mapeei apenas dois artigos publicados. Também é válido apontar que foi possível perceber como a temática migratória relativa aos grupos investigados vem sendo abordada com o passar dos anos na mídia brasileira. Pesquisas do nosso campo mostram que estas migrações ainda são retratadas e representadas de forma simplificada e, por vezes, preconceituosa nos meios de comunicação. Apesar disso, aponto que, para tentar reverter esse cenário, energias estão

sendo postas em espaços alternativos que vêm justamente para buscar dar sentidos opostos à temática migratória e aos próprios migrantes nas mídias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão e das reflexões trazidas neste artigo, é possível perceber que a pauta da temática migratória tem muito a evoluir nos meios de comunicação hegemônicos. Conforme os estudos discutidos e apresentados, as migrações ainda são pautadas de forma simplificada e, algumas vezes, preconceituosa. Os imigrantes, especificamente os haitianos e venezuelanos, por sua vez, têm sua permanência condicionada ao trabalho e muitas vezes são ligados a sujeitos apenas de necessidade. Porém, não posso ignorar que existem aqueles materiais midiáticos que tentam dar uma narrativa mais humanizada para o imigrante, mas que, infelizmente, ainda acabam reforçando imagens negativas e pejorativas.

Além disso, aponto que os estudos que observam a construção dos migrantes nas mídias contra-hegemônicas ainda são escassos. Porém, ao mesmo tempo, têm potência e são importantes para representar e pautar a complexidade das migrações e dos migrantes. Não só isso, mas aponto a importância da internet e da conectividade que serve como ferramenta para que esses conteúdos alternativos sobre a mobilidade sejam produzidos, compartilhados e utilizados como forma de integração de pessoas em mobilidade.

Por fim, a partir desta problematização, aponto que os debates sobre essa temática são de significativa relevância por questionarem a construção midiática desses sujeitos nos âmbitos comunicacionais, que ainda, em pleno século XXI, acabam forjando representações reduzidas e estereotipadas em relação a sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. A. de; SANTI, V. J. Somos Migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre migração venezuelana em Roraima. **Revista PanAmazônica de Comunicação**, v. 2, n. 1, p. 136-146, 2018.

APPADURAI, A. **O medo do pequeno número**: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2009.

BRASIL, J. A. Migrações e mídia durante a pandemia de Covid-19: uma análise de notícias publicadas no jornal Folha de São Paulo. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)**, Brasília, v. 29, n. 62, p. 171-188, ago. 2021.

BRIGNOL, L. Tecnicidade e identidades migrantes: contribuições de Martín-Barbero para pesquisas sobre migrações e usos sociais das mídias. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p. 119-134, set./dez. 2018.

BRIGNOL, L.; BRUM, M. M. Web-diaspóricas como mídias de migração: outras formas de narrar as experiências migratórias na internet. **Revista Estudos de Comunicação**, v. 14, n. 35, p. 341-357, 2013.

COGO, D.; BADET, M. De braços abertos. A construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como um país de imigração. In: ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (org.). **Para um debate sobre mobilidade e fuga de cérebros**. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2013. p. 32- 57.

COGO, D.; SILVA, T. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos: Mídia, Cultura e Tecnologia**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./abr. 2016.

ELHAJJI, M.; ESCUDERO, C. A contribuição da comunicação para os estudos migratórios. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 176-190, 2017.

ELHAJJI, M. Migrantes. Uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. **Interin**, v. 22, n. 1, p. 203-220, jan./jun. 2017.

ELHAJJI, M. Migrações, mídia e globalização: identidades transnacionais e diásporas locais. In: Congresso Lusocom, 9, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Federação Lusófona de Ciência da Comunicação, 2011.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P. G. A Escola de Chicago e o interacionismo simbólico. *In*: FRANÇA, V.; SIMÕES, P. G. **Curso básico de teorias da comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 83-107.

FREIRE FILHO, J. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 28. p. 18-29, dez. 2005.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

LOPES, M. I. V. Telenovela como recurso comunicativo. **Matrizes**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 21-47, ago./dez. 2009.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronterias**, São Leopoldo, n. 1, p. 5-15, jan./abr. 2006.

Observatório das Migrações Internacionais. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio>. Acesso em: 9 fev. 2023.

OLIVEIRA FILHO, J. T.; HILGEMBERG, T. A Representação de venezuelanos e venezuelanas na mídia local em Roraima. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 33, v. 19, p. 144-154, 2020.

PARK, R. E. **Las migraciones humanas y el hombre marginal**. *Human Migrations and the Marginal Man*, v. 33, n. 6, 1928.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freireanas e distopias. **Revista Media & Jornalismo**, n. 23, v. 44, p. 23-38, 2022.

RIBEIRO, B.; CRUBER, L.; BRIGNOL, L.; CURI, G. A representação midiática de migrantes venezuelanos e da recepção pelos gaúchos no processo de interiorização através portal Gaúcha ZH. *In*: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 20., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Intercom, 2019.

ROSA, A. P. Quando os olhos não piscam, nem param: da imagem operação à ascensão ao fluxo. *In*: FERREIRA, Jairo *et al.* (org.). **Redes, sociedade e polis**: recortes epistemológicos na midiatização. Santa Maria: FACOSUFSM, 2020. p. 201-225.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SIMÕES, P. G. Algumas contribuições de Robert E. Park para o campo da comunicação. *In*: MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. (orgs.) **Teorias da comunicação - Processos, desafios e limites**. São Paulo: Plêiade, 2015.

SODRÉ, M. O socius comunicacional. *In*: VERÓN, E.; FAUSTO NETO, A.; HEBERLÊ, A. L. O. **Pentálogo III: Internet: viagens no espaço e no tempo**. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2013. p. 241-252.

VAN DIJK, T. A. Nuevo racismo y noticias: Un enfoque discursivo. *In*: NASH, M.; TELLO, R.; BENACH, N. B. (org.). **Inmigración, género y espacios urbanos**. Los retos de la diversidad. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2005. p. 33-55.

VIEIRA, M.; BRIGNOL, L.; Curi, G. A recepção da telenovela Órfãos da Terra: entre a interculturalidade e a manutenção de estereótipos na representação de identidades migrantes. **Revista Comunicação e Sociedade da Universidade Metodista de São Paulo**, n. 3, v. 43, p. 137-167, 2021.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANFORLIN, S. Migração e Escola de Chicago: caminhos para uma comunicação intercultural. **Revista Esferas**, n. 3, p. 161-188, jun./dez. 2003.



21

Carine Filippi Chiella Nichele

CONSTRUINDO UMA CIDADANIA ECOLÓGICA:

**EXPERIÊNCIAS EM EDUCOMUNICAÇÃO
SOCIOAMBIENTAL NA CIDADE ESCOLA AYNÍ**

INTRODUÇÃO

Quando fui convidada para escrever este capítulo, comecei a refletir sobre minha trajetória no Grupo de Pesquisa Processocom. Nunca havia participado de um Grupo de Pesquisa e lembro-me de ter me questionado a respeito das atividades que realizaria com outras pesquisadoras e pesquisadores de distintas partes do Brasil e da América Latina. O mestrado foi uma experiência transformadora e enriquecedora. Tive momentos importantes participando do Processocom, um grupo sensível, íntegro, crítico e reflexivo, que desde sua fundação preza pelo compartilhamento de conhecimento científico acessível à sociedade. Participando deste grupo, percebi como é o ideal de um ambiente acadêmico, com pesquisadores que trabalham em equipe, se ajudam, se preocupam, entendem as limitações dos outros e estão abertos ao diálogo. Levo aprendizados para a vida de como um ambiente afável se torna muito mais produtivo do que um ambiente de pressão por resultados.

Após esse breve momento de divagação, compartilharei neste capítulo um pouco da minha trajetória na pesquisa de dissertação. Dito isso, considero importante mencionar que minha proposta, ao ingressar no mestrado, era bem diferente do que a pesquisa se tornou. Operei transformações significativas naquela proposta inicial, que estiveram alicerçadas pelas discussões em aula e nos encontros do Processocom. Foi a partir dessas reflexões que desenvolvi uma investigação que envolve comunicação, educação, cidadania e ecologia. No fundo também é um trabalho que diz muito sobre mim.

Próximo do local onde vivo, especificamente na cidade de Guaporé-RS, conheci a Cidade Escola Ayni¹, uma escola de contraturno que atende crianças de 3 a 14 anos e que tem como pilares educação, economia e agroecologia. Essa escola foi construída dentro

de um bosque, com ateliês em bioconstrução, banheiro sustentável, mesas grupais circulares, inúmeros materiais disponíveis para as crianças, acesso ao bosque e à agrofloresta. A Ayni defende uma forma diferente de se relacionar com as crianças e com a natureza, tomando como primordial a concepção da liberdade de ser e estar no mundo. Além das crianças, a escola integra adultos, sendo educadores, pais, participantes de cursos e voluntariado que acontecem na escola e também a comunidade em seu entorno. Dessa forma, durante a pesquisa considero todos os envolvidos no processo educativo como sujeitos educandos.

Nesse sentido, defini a seguinte questão norteadora de pesquisa: de que forma os sujeitos educandos da Cidade Escola Ayni (Guaporé-RS) apropriam-se das práticas comunicacionais/educativas e que aprendizados constroem na perspectiva de construção de cidadania vinculada à ecologia? Alguns questionamentos específicos foram também norteadores da investigação, como os relativos à proposta educativa da Ayni; às práticas comunicacionais/educativas desenvolvidas; às mediações midiáticas e comunicacionais que podem ser identificadas; aos saberes e competências em relação à ecologia que podem ser percebidos; e a como esses saberes se vinculam ao exercício da cidadania.

Dessa forma, apresento a seguir as perspectivas teórico-metodológicas discutidas na pesquisa, refletindo sobre o contexto em que a investigação acontece e estruturando uma crítica ao modelo de desenvolvimento social vigente. A partir da contextualização, trago a problematização teórica da pesquisa, em que busquei refletir sobre três eixos: educomunicação, sujeitos comunicantes e apropriações comunicacionais e midiáticas, e cidadania vinculada à ecologia. Os movimentos teóricos foram desenvolvidos simultaneamente aos movimentos empíricos. Sendo assim, exponho também as reflexões epistêmicas e metodológicas realizadas para compor o caminho da metodologia. Por fim, apresento como se deu a investigação empírica na Cidade Escola Ayni, com seus múltiplos

movimentos fundamentados na perspectiva transmetodológica (Maldonado, 2019). Concluo o capítulo com reflexões acerca da investigação, dos resultados vislumbrados e das possibilidades percebidas para futuras investigações.

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Ao propor uma contextualização para a pesquisa de mestrado, iniciei observando a realidade socioambiental da região da Serra Gaúcha e especificamente da cidade de Guaporé, onde a Cidade Escola Ayni atua defendendo uma postura crítica ao sistema educacional tradicional. A região conta com riqueza de recursos naturais, acesso à saúde, educação, segurança e boas condições econômicas. Contudo, é visível uma mudança na realidade social, sendo percebidos problemas relacionados à violência. Essa mudança está relacionada a diferentes fatores, sendo um deles a distribuição de renda desigual, que ocasiona conflitos em distintas esferas.

Por estar localizada em uma região interiorana, agricultura, pecuária, indústria e comércio movem a economia da região. Apesar disso, parte da população segue reproduzindo práticas que são prejudiciais à natureza. Isso remonta à colonização do Brasil, que extraiu riquezas naturais para fortalecer a hegemonia eurocentrista. Após os marcos históricos da Revolução Industrial e das Guerras Mundiais, a modernização da agricultura e a ascensão do consumismo no Brasil passaram a definir a forma como os humanos hipermodernos interagem com a natureza.

O agrônomo e professor José Francisco Graziano da Silva (1982) reflete sobre questões da “modernização dolorosa”, que resultou em concentração fundiária e desigualdade social, além de dificuldades

crescentes para pequenas propriedades de subsistência manterem sua renda. A expansão da fronteira agrícola, especialmente em áreas de florestas e ecossistemas sensíveis, resulta na conversão de vegetação nativa em monoculturas, provocando impactos ambientais significativos, tais como desmatamento, perda de biodiversidade e degradação do solo. Além disso, o processo de modernização da agricultura trouxe a dependência de insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos, que acarretam consequências negativas para o meio ambiente, a saúde humana e a segurança alimentar, perpetuando um ciclo vicioso de dependência econômica entre os agricultores.

Nesse sentido, Graziano da Silva (1982) destaca a perda de conhecimentos tradicionais, criticando a modernização agrícola, que frequentemente desvaloriza e suprime práticas e saberes tradicionais de agricultura sustentável e de agroecologia. Esses conhecimentos são essenciais para a preservação da biodiversidade, a resiliência dos sistemas agrícolas e a adaptação às condições locais. A mudança na forma como a agricultura acontece no Brasil levou à migração forçada de populações rurais, precarização do trabalho agrícola e perda de direitos trabalhistas, resultando em problemas socioeconômicos como êxodo rural, pobreza e marginalização. Por esse motivo, é fundamental uma abordagem mais sustentável, socialmente justa e culturalmente diversa na agricultura, valorizando a agricultura familiar, a agroecologia e a preservação dos recursos naturais.

As colocações do autor conversam diretamente com as reflexões de Rivera Cusicanqui (2018), que propõe o restabelecimento das conexões com o passado e com as origens, destacando a importância das cosmovisões indígenas, que mostram a relevância da natureza e de outros seres vivos para a sobrevivência humana. Ao reconsiderar a questão do desenvolvimento sob a perspectiva indígena, é possível associá-lo ao bem-estar da comunidade, à preocupação com cada membro do povoado e à manutenção do sentido natural da vida, sem a criação de uma obsessão pelo progresso e pelo futuro.

O desenvolvimento transcende a dimensão econômica, exigindo uma avaliação abrangente, que reconheça o ser humano tanto como uma preocupação central quanto como um agente ativo do processo de desenvolvimento. As condições técnicas disponíveis são suficientes para suprir as necessidades de toda a população global; contudo, o desafio reside na distribuição, não na produção. Nesse contexto, a consideração do desenvolvimento sustentável requer uma análise integrada de suas dimensões econômica, social e ambiental. É fundamental compreender que este não é um processo linear, mas sim horizontal e em constante construção.

A partir dessa perspectiva, refletir sobre o que realmente é desenvolvimento social passa também pelo espaço e papel que a educação ocupa na vida das pessoas. Levando em consideração a proposta de uma educação alternativa na Cidade Escola Ayni, entendo a importância de uma educação voltada para a emancipação e libertação, como bem trabalhado por Freire (1987), Kaplún (1998) e Rodríguez (2016). Durante a pesquisa, o eixo teórico que discute a educomunicação está voltado ao pensamento de autores latinos que estiveram à frente de seu tempo, percebendo os problemas da “educação bancária” preocupada apenas com o conteúdo e não com o aprendizado dos educandos.

Vislumbrei nos textos e nas práticas de Freire (1987) e Rodríguez (2016) a importância de uma educação popular inclusiva, que tem como preocupações centrais a participação, igualdade, liberdade, diálogo, autonomia, criticidade, criatividade, inventividade e a conexão entre teoria e prática. Mesmo que os autores tenham vivido em épocas diferentes, nota-se a conexão entre suas visões sobre a educação. Da mesma forma, os trabalhos de Kaplún (1998) foram fundamentais para conceituar a educomunicação, tendo em vista que o autor entendia a educação como um meio de empoderar as pessoas, permitindo, dessa forma, que desenvolvessem habilidades críticas e participassem ativamente na construção de uma sociedade igualitária.

De acordo com Kaplún (1998), a “pedagogia da comunicação” configura-se como um campo interdisciplinar que utiliza os meios de comunicação como instrumentos educativos, possibilitando a expressão, a participação ativa e a construção do conhecimento pelos próprios educandos. Essas concepções foram fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas mais participativas, críticas e transformadoras, com o objetivo de promover o empoderamento dos sujeitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. Essas são as bases da educomunicação, que ocupa um espaço vital no estímulo à curiosidade dos educandos, promovendo o questionamento, a reflexão e a investigação sobre a realidade. Esse processo é caracterizado por sua natureza dialógica, em que o papel dos educadores é mediar o conhecimento, fortalecendo a participação crítica dos educandos.

É fundamental, contudo, ressaltar a necessidade de inclusão social e digital nesse processo, uma vez que tanto a educação quanto a comunicação são direitos fundamentais dos cidadãos e a democratização do acesso aos recursos tecnológicos está diretamente relacionada à cidadania. O objetivo da educomunicação é fortalecer a expressão e o protagonismo dos educandos, utilizando os meios de comunicação e as tecnologias da informação como ferramentas educacionais. Dessa maneira, a educomunicação reforça a importância da comunicação nos processos educativos, reconhecendo seu papel essencial nas relações humanas e no aprendizado. Além disso, valorizam-se as individualidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo, promovendo a capacitação no uso de recursos tecnológicos a partir de uma perspectiva dialógica, dialética e participativa.

Nesse sentido, pensando na dimensão ecológica dos processos educativos, no Brasil a educomunicação socioambiental constitui uma das linhas de ação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), visando proporcionar um ambiente interativo e democrático para a produção de conhecimentos em comunicação

ambiental orientados para a sustentabilidade. Nesse contexto, reconhece-se a importância da educomunicação, em que educandos e educadores colaboram na criação e disseminação de conhecimentos relacionados às questões ecológicas. As práticas educacionais são dimensões essenciais para a construção de uma aprendizagem significativa sobre essa problemática.

Agregando também a trajetória de pesquisas de integrantes do Processocom que discutem sobre a educomunicação, Livia Saggin (2020) reflete que ela vai além da simples utilização de tecnologias em contextos educativos. A relação entre educação e comunicação não se limita à integração das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional. Em primeiro lugar, é necessário superar a perspectiva instrumental da educação, ainda prevalente no país, onde o uso de tecnologias em sala de aula ocorre apenas para cumprir exigências, sem um planejamento pedagógico que permita uma compreensão diferenciada dos conteúdos. Esse uso limitado não favorece o desenvolvimento das competências necessárias para compreender e utilizar as mídias de forma crítica. Em segundo lugar, a tecnologia continua sendo um marcador de desigualdade social, uma vez que muitos jovens não têm acesso a dispositivos e à internet. Assim, atividades que envolvem o uso de tecnologias podem se tornar inacessíveis para parte dos educandos, comprometendo sua participação plena (Saggin, 2020).

A criação das práticas educacionais não segue um modelo prescrito. É necessário que o educador identifique as necessidades dos educandos e adapte a *práxis* pedagógica de acordo com essas necessidades. Assim, o educador é visto como um sujeito comunicante, atento às subjetividades e sensibilidades dos educandos. A relação das práticas desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente com o pensamento de Freire (1987) é evidente, especialmente com a “filosofia da libertação”, que promove o desenvolvimento de redes colaborativas de economia solidária e opções de vida digna e sustentável. Isso implica a existência de condições

que permitam o desenvolvimento individual, compreendendo que a visão de mundo latino-americana necessita ser desocidentalizada.

Neste ponto trago o segundo eixo teórico que discute sobre os sujeitos comunicantes e as apropriações comunicacionais e midiáticas, pois assumo os sujeitos copartícipes da pesquisa como educandos comunicantes, reconhecendo que as contribuições dessas pessoas são fundamentais para a problematização que discuto, enriquecendo o estudo com suas perspectivas. Os sujeitos são considerados educandos porque, além de serem sujeitos comunicantes, históricos, constituídos por diversas mediações, complexos e multi-dimensionais (Maldonado, 2014), também aprendem e ensinam.

Nos processos educomunicativos, vejo o sujeito educando como um participante ativo, que traz consigo bagagens culturais e experiências importantes para o processo de aprendizado, com saberes e competências, inclusive relacionados à problemática ecológica, provenientes de suas trajetórias comunicacionais e midiáticas. Esses conhecimentos devem ser considerados no processo educativo, seja para somar e fortalecer o processo, seja para desconstruí-lo quando o educando reproduz ideias estereotipadas ou negacionistas. Assim, o educando é protagonista de seu aprendizado e construtor de conhecimento. Entre educandos e educadores, considero primordial uma relação de mútuo aprendizado.

Como explicam Mattelart e Mattelart (2004), cada indivíduo possui uma maneira única de ler, ver e escutar. Nossas personalidades e vivências singulares moldam nossas percepções e compreensões dos fenômenos de maneiras distintas. Além disso, a forma como somos afetados pelos acontecimentos é exclusiva para cada pessoa, pois pode suscitar diferentes ideias e conexões. Portanto, é essencial considerar os sujeitos como produtores de sentido. Nesse contexto, é pertinente a questão apresentada por Maldonado (2014), que enfatiza a necessidade de compreender os sujeitos como sujeitos comunicantes.

Como foi discutido anteriormente sobre os problemas de acesso aos meios que muitas pessoas enfrentam, Bonin (2016) traz uma contribuição relevante. “As apropriações digitais dependem, também, das possibilidades de acesso dos sujeitos a essas mídias, bem como do domínio efetivo de competências tecnológicas e multimidiáticas, entre outros elementos, para realizarem-se plenamente” (Bonin, 2016, p. 218). Sendo assim, entendo que as apropriações midiáticas e comunicacionais ocorrem de forma particular, dependendo de cada sujeito, de cada experiência e história com as mídias.

Chego assim ao terceiro eixo teórico, que pensa a cidadania em suas distintas dimensões, mas busca atender-se essencialmente à sua dimensão ecológica, entendendo a responsabilidade das pessoas perante a crise ambiental e quais os caminhos possíveis para provocar mudanças. Por esse motivo, considero fundamentais as reflexões do teólogo e filósofo brasileiro Leonardo Boff (2015), que argumenta que a crise ambiental enfrentada pela humanidade é, em última análise, uma crise espiritual e ética, originada da visão antropocêntrica que posiciona os seres humanos como dominadores e exploradores da natureza. O autor propõe uma mudança radical dessa visão utilitarista, defendendo uma ecologia profunda que reconheça o valor intrínseco de todas as formas de vida e promova uma ética de cuidado e respeito pelo meio ambiente. Nesse contexto, as proposições de Boff (2015) estão relacionadas aos “direitos da natureza”, sendo esta não meramente um recurso a ser explorado pelos seres humanos, mas um sujeito de direitos que merece ser respeitado e protegido em sua própria existência.

Na mesma linha dessa discussão, Rivera Cusicanqui (2018) aborda a ecologia a partir de uma perspectiva indígena, compreendendo-a não apenas como uma questão ambiental, mas também como uma questão social, política e cultural. A autora enfatiza a importância das cosmovisões indígenas, que veem a natureza como parte integrante da vida e da sociedade, em contraste com a

visão dominante ocidental que frequentemente separa o ser humano da natureza. Ela destaca a sabedoria ecológica dessas comunidades que, ao longo de gerações, desenvolveram práticas sustentáveis de uso da terra e dos recursos naturais.

Por esse motivo, Rivera Cusicanqui (2018) critica o modelo econômico e político dominante, que promove a exploração desenfreada dos recursos naturais em detrimento das comunidades e do meio ambiente. Ela defende uma abordagem “ecossocialista” que reconheça os direitos das comunidades indígenas à terra e aos recursos naturais, além de promover a justiça social e ambiental. Como reflete Krenak (2020), é um dever comum a todos refletir sobre as condições do planeta, pois as previsões são bastante pessimistas em relação à capacidade da Terra de suportar nossa demanda. Enquanto alguns se beneficiam da exploração desenfreada dos recursos naturais, a pobreza se naturaliza, deixando uma parcela significativa da humanidade em condições de miséria, sem perspectivas de melhoria. O autor se refere a essa população como uma “sub-humanidade”. É essencial compreender que a espécie humana não é o centro do planeta, mas apenas uma pequena parte de um ecossistema complexo, repleto de vida além da humanidade.

Assim, compreendo que a cidadania ecológica incita a reflexão sobre o papel de cada ser humano no mundo, incentivando um agir consciente e comprometido com a preservação do meio ambiente. Enxergo essa dimensão cidadã como um chamado para reconhecer a interconexão entre todas as formas de vida e para um esforço coletivo na busca por soluções sustentáveis. Essa abordagem é essencial para construir um futuro onde a vida seja valorizada acima de qualquer ganância ou interesse individual, garantindo a preservação do planeta para as gerações presentes e futuras.

Ao passo que construí as problematizações teóricas, busquei também refletir sobre a ciência, a pesquisa e meu papel enquanto

pesquisadora investigando fenômenos sociais e comunicacionais. Sendo assim, trabalhando conceitos que percorrem o caminho da metodologia, entendo que o olhar metodológico acontece desde o início de um projeto em construção. Realizei uma discussão epistemológica a partir de diferentes perspectivas, desde a complexidade até o existencialismo, seguindo para questões que envolvem a epistemologia crítica e a semiótica, para então adentrar nos debates críticos da América Latina que estão relacionados com o pensamento decolonial.

A partir da obra de Mills (2009), passei a assumir minha pesquisa como um artesanato e meu trabalho artesão se deu nos pontos de ajuste, de escolhas, de caminhos possíveis, de arranjos metodológicos. A pesquisa é uma construção, por isso o caráter artesanal da metodologia; ela se alimenta do trabalho e da vida, das experiências que compõem esse processo. A pesquisa foi construída a partir de um processo que não foi linear, mas que necessitou de movimentos de ação e reflexão. Assim, dialoguei também com as contribuições conceituais da vertente transmetodológica (Maldonado, 2019), que se propõe a ampliar os horizontes da pesquisa, de forma que não tenhamos pesquisas limitadas, mas sim um aprofundamento que seja reflexivo e problematizador.

Ao refletir sobre o processo de investigação, as palavras de Japiassu (1988) trouxeram outro sentido para meu trabalho, ao desmistificar a ciência, assumindo que ela não é neutra, não é pura, não é isenta, nem sempre conduz ao progresso e não é uma verdade absoluta. O artesão intelectual descrito por Mills (2009) trabalha com essa perspectiva, pois passa a entender que as pesquisas não acabam, elas abrem portas para novos estudos que possam evoluir no conhecimento. Assim se faz ciência.

Compreendendo a complexidade e a multidimensionalidade do objeto que estudo, não me voltei aos métodos como receitas

a serem seguidas, mas sim como caminhos que me ajudaram a tecer toda a trama da investigação. Dessa forma, a pesquisa empírica foi construída com base em procedimentos etnográficos como observação e diário de campo, junto de uma pesquisa participante realizada nas diferentes imersões que fiz na Cidade Escola Ayni, como cursos e voluntariado. Em outro momento, realizei uma oficina criativa com as crianças, onde tivemos uma conversa coletiva. Por fim, o movimento de encontro com sujeitos educandos adultos se deu especialmente por meio da realização de entrevistas.

PRÁTICAS EDUCOMUNICATIVAS NA CIDADE ESCOLA AYNÍ: APROPRIAÇÕES E APRENDIZADOS DOS EDUCANDOS COMUNICANTES

Quando iniciei a pesquisa, já conhecia a Ayni por meio das redes sociais, onde acompanhei a construção da escola em meio ao bosque e o início dos trabalhos com as crianças. Nesse sentido, meu primeiro movimento de coleta de dados foi realizado a partir da observação dos ambientes digitais da escola. Esta observação inicial foi aprofundada a partir de uma pesquisa documental, pois li matérias, assisti a reportagens e acessei gravações de palestras que Thiago Berto, fundador da escola, fez por inúmeras cidades do Brasil apresentando a história e a proposta educativa da Ayni. Esse levantamento de dados foi fundamental para conhecer a escola, mas também deu abertura para a elaboração do roteiro de observação que utilizei durante minhas imersões na Ayni.

A Cidade Escola Ayni é uma escola de contraturno gratuita e o incentivo do Governo Municipal de Guaporé foi a cessão de parte

do terreno do bosque para sua construção. Para seu funcionamento e manutenção financeira, a escola tem um programa de voluntariado, comercializa *souvenirs*, produtos da agrofloresta, cursos *on-line* e presenciais ministrados pelos educadores, e recentemente inaugurou um hotel, com renda revertida para a escola. Dessa forma, entendi que participar ativamente das atividades da escola traria uma percepção importante para a pesquisa. Sendo assim, de forma presencial no bosque da Ayni, realizei quatro movimentos com foco específico na observação e participação do processo educocomunicativo: participei do curso Educação para a Paz, da Formação Vivencial, do Programa de Voluntariado e da Vivência (Des)aprender. As observações estiveram focadas em três eixos: cenários do processo educocomunicativo, como ocorre o processo educocomunicativo e como é a participação dos sujeitos educandos.

Pela observação, participação e registro no diário de campo, colhi diversas informações sobre o processo educocomunicativo da escola e a conexão com a temática ecológica. Também pude realizar um levantamento fotográfico que agrega elementos visuais para a pesquisa, capaz de ilustrar minhas narrações e reflexões. Um exemplo de registro fotográfico realizado pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 – Ateliê Yaku | Espaço de Livre Aprendizagem



Fonte: foto realizada pela autora, 2023.

Por ser uma escola de contraturno, a Ayni não tem obrigações curriculares. Dessa forma, as crianças são estimuladas a explorar todo o ambiente escolar. Nos ateliês as opções são inúmeras, com brinquedos, livros, materiais de desenho, aparelhos tecnológicos, jogos, etc. No bosque podem brincar no parquinho, correr, deixar a imaginação fluir. E, além disso, elas também podem ir para a agrofloresta, seja para plantar, colher alimentos ou simplesmente passear.

Ao considerar o funcionamento da escola e os conteúdos abordados, percebi que a Ayni proporciona um ambiente interativo e democrático, que pode estimular no educando o despertar de um interesse genuíno por temas que realmente lhe são importantes. Dessa forma, os conteúdos emergem conforme as demandas dos educandos. A partir de minhas observações e diálogos com a equipe de educadores, compreendi que o papel do educador como mediador é uma presença constante no cotidiano escolar. A rotina na Ayni segue o fluxo natural da vida, sem uma determinação sobre quais conteúdos serão trabalhados. O protagonismo do aprendizado reside no educando, que tem a liberdade de escolher o que deseja aprender e fazer. A brincadeira também é reconhecida como uma forma de aprendizado, pois permite que a criança imagine, represente, se comunique e se desenvolva tanto individual quanto coletivamente. Ao reconhecer a criança como um ser com vivências e personalidade únicas, e aceitar que cada uma tem seu próprio ritmo e escolhas particulares, compreendo que o aprendizado ocorre de maneira personalizada e individualizada, mas também coletiva, incentivando a participação e o diálogo em vez da competição.

Por estar imersa na ascensão das mídias digitais, refleti sobre o processo educacional na Ayni e questione se poderia realmente chamar as práticas desenvolvidas de educacionais, dada

a ausência de produções utilizando as mídias. Foi durante minha banca de qualificação que surgiu a necessidade de pensar além da internet e de outros meios de comunicação, reconhecendo que a tecnologia não se limita a esses meios. Refletindo sobre minhas observações na escola, percebi que as tecnologias utilizadas na Ayni são anteriores à internet, como papéis, papelão, cartazes, produções artísticas, projetos e experimentos coletivos.

Na construção desses projetos, identifiquei elementos essenciais dentro de um processo educacional, como a liberdade que a criança tem para se dedicar aos seus próprios interesses de aprendizado, sem imposições do educador. Além disso, a autonomia é promovida, encorajando as crianças a explorar e descobrir como realizar tarefas de forma independente. A relação entre teoria e prática é evidente nas abordagens pedagógicas, como quando um educador traz conceitos de química para o cotidiano da criança, facilitando a compreensão dos conceitos a partir da aplicação em seu dia a dia. A participação, a igualdade e o diálogo são princípios fundamentais nas atividades desenvolvidas na Ayni, sendo perceptíveis em todos os momentos. A resolução de conflitos, por exemplo, é abordada por meio do diálogo, incentivando a criança a entender a origem do conflito e como solucioná-lo.

Quanto à dimensão ecológica, a terra tem uma importância central para a Ayni, tocando profundamente o ser. A proposta da Ayni sobre agroecologia integra o conceito de pedagogia sustentável, que busca promover sociedades sustentáveis através da aprendizagem significativa baseada na vida cotidiana. As crianças desenvolvem vínculos e aprendem com exemplos reais e vivenciados. Esse movimento começa com os pais que matriculam seus filhos na Ayni, conscientes de que o contato constante com a natureza e os animais promove uma relação de respeito e a compreensão de que somos parte da natureza. O contato com a terra visa

equilibrar nosso campo energético, influenciando comportamentos, ideias e emoções.

A escola provoca o questionamento de por que esquecemos os princípios da agricultura de subsistência que sustentou famílias por tanto tempo, enquanto hoje a produção agrícola visa ao lucro, deixando muitas famílias na miséria. Dessa forma, a partir das observações, pude identificar sentidos de coletividade, participação, igualdade, diálogo entre educandos, estímulo à autonomia, criatividade e inventividade, criticidade, noções sobre economia, lixo, preservação ambiental, alimentação saudável, cuidado com os animais, cuidado com os espaços e materiais da escola, enfim, o acionamento efetivo dos 4Rs (reduzir, reutilizar, reciclar e repensar). Contudo, os momentos de observação também proporcionaram identificar certas carências no processo educacional. Entendo que a agrofloresta é um espaço que pode ser melhor utilizado, com trabalhos com mais planejamento. A atuação da escola em turno único e o voluntariado dos pais em horário comercial podem estar limitando a participação, como também o distanciamento da comunidade local a respeito da escola.

Durante minhas imersões na Cidade Escola Ayni, entendi que a aproximação com os sujeitos educandos seria fundamental para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Devido à diversidade dos sujeitos educandos, identifiquei a necessidade de adaptar os métodos de coleta de dados às suas especificidades. Enquanto com os adultos foi possível realizar entrevistas, com as crianças foi necessário desenvolver uma abordagem diferente. Assim, optei por ofertar uma oficina criativa com uma conversa coletiva. Diferentemente das entrevistas e observações, a oficina criativa não seguiu um roteiro determinado, pois crianças de 3 a 12 anos – faixa etária presente na escola na ocasião – poderiam perder o interesse se houvesse uma agenda preestabelecida. Além disso, impor atividades específicas contradiz os princípios educacionais da Ayni.

Dessa forma, minha última imersão no bosque da Ayni aconteceu durante a oferta da Oficina Arte Ecológica. Essa iniciativa surgiu principalmente porque, ao abordar os sujeitos educandos da escola, meu contato havia sido, até então, predominantemente com adultos. Nas ocasiões em que estive com as crianças, minha função era observar o processo educomunicativo, sem interferir nas atividades. Sendo assim, a proposta da oficina consistiu em uma conversa com as crianças que voluntariamente quiseram participar. Com a ajuda de um educador da escola, pude questionar as crianças sobre projetos que elas gostariam de desenvolver, coisas que mudariam no mundo ou na Ayni e qual a visão delas sobre ecologia. A partir disso, puderam usar a imaginação e criar desenhos, pinturas e colagens sobre o que estavam pensando, para no final da atividade elaborarmos um cartaz juntos.

A surpresa da oficina criativa foi que, apesar de ficarmos conversando sobre meio ambiente, natureza e ecologia, as crianças desenharam e fizeram projetos de algo que elas realmente queriam fazer naquele momento, não necessariamente ligado à temática ecológica. Isso me mostrou o sentido puro da inventividade, criatividade e liberdade. A realização da oficina foi crucial para a pesquisa, pois me permitiu ouvir diretamente as opiniões das crianças sobre a Ayni. No grupo de participantes, havia crianças de distintas realidades familiares e com personalidades variadas. Notavelmente, algumas crianças que eu acompanhei durante meus cursos e voluntariado, e que supus que não participariam da oficina foram as primeiras a se interessar.

Refletindo sobre a importância de ver as crianças pintando e conversando em uma mesa no meio do bosque, percebi que essa experiência transcendeu a investigação da dissertação. Compreendi que é possível realizar práticas educomunicativas com foco socioambiental nas escolas e em dinâmicas familiares,

ao envolver as crianças em conversas e questioná-las sobre suas percepções e pensamentos.

Como mencionado anteriormente, acrescentando mais uma camada para a investigação, trouxe também a perspectiva dos sujeitos educandos adultos, numa amostra composta por 11 pessoas, sendo 5 famílias, 4 educadores, 1 voluntária e 1 guardião da agrofloresta. Busquei conversar com pessoas que participam ou participaram ativamente da escola por um período mais longo de tempo. As entrevistas foram organizadas em quatro blocos temáticos: o perfil dos sujeitos educandos entrevistados; os usos e apropriações midiáticas/comunicacionais e suas relações com a ecologia, o meio ambiente e o consumo consciente; os aspectos culturais e a relação com a Ayni; e a temática da ecologia.

A partir dessas entrevistas, obtive uma compreensão mais clara de como os sujeitos educandos chegaram à Ayni e como suas vivências moldam suas percepções sobre a ecologia. Esse processo permitiu uma aproximação com a realidade vivida por cada sujeito, revelando suas relações com as mídias, os conteúdos que consomem e a conexão desses conteúdos com a temática ecológica, bem como os aprendizados construídos a partir de suas vivências e da inserção na Ayni. Cada entrevista teve suas particularidades porque cada sujeito entrevistado é uma pessoa única. Alguns foram mais falantes, outros mais diretos; algumas visões sobre ecologia eram ligadas ao senso comum, outras apresentavam reflexões com mais criticidade; assim, o entrelaçamento das entrevistas despertou distintas perspectivas ligadas à problematização teórico-metodológica que empreendi. Destaco a seguir alguns trechos das entrevistas que embasaram minhas análises.

Considero que todo ser humano simples, por mais simples que seja, consegue nutrir a terra, cuidar da água, cuidar do solo, descartar corretamente seus alimentos, aproveitar a energia do seu entorno nesses processos (Eduardo, 2023).

As crianças estão dentro de uma floresta e por si só elas já veem as estações do ano, como as coisas mudam de temperatura, de umidade nas plantas, dos animais que estão ali, então só esse ambiente já proporciona um aprendizado enorme (Allan, 2023).

A Ayni pra mim é um movimento de reconexão com a natureza que cada um é [...] é uma forma da gente se reconhecer como a natureza que existe, sabe, não é algo a se fazer, tipo “nós temos que salvar o planeta”. Nós podemos, enquanto indivíduos, ter uma postura mais consciente pra vida que vai refletir neste todo (Kelly, 2024).

Questões sociais e culturais podem estar mais presentes dentro das discussões do que acontece [...] o objetivo não é que todo mundo pense igual, mas que todo mundo se respeite (Victória, 2024).

Ressaltando o foco da pesquisa na dimensão ecológica da cidadania, minhas observações durante os cursos e o voluntariado, bem como o contato com os sujeitos educandos na oficina criativa e nas entrevistas, indicaram uma necessidade de aprofundar a discussão crítica sobre a crise ecológica contemporânea, considerando questões sociopolíticas, econômicas e estruturais. Embora haja um esforço significativo em transformar as práticas diárias em relação ao meio ambiente, falta uma compreensão crítica mais aprofundada da problemática ecológica. O processo educomunicativo requer reflexão e entendimento crítico do mundo para efetuar transformações significativas. O direcionamento da escola para essas questões poderia levar os sujeitos educandos a desenvolver posicionamentos mais políticos em relação à problemática ecológica.

Durante a pesquisa, identifiquei o potencial da agrofloresta da Ayni não apenas na produção agroecológica sustentável, mas também na reflexão crítica sobre agricultura, meio ambiente, alimentação e consumo. As práticas desenvolvidas na Ayni dialogam com as contribuições de Ana Maria Primavesi, agrônoma pioneira na

agroecologia, que defende a harmonia entre seres humanos e natureza, entendendo a terra como um organismo vivo. Seria interessante introduzir esses ensinamentos para as crianças na agrofloresta.

O uso de estratégias multimetodológicas na investigação permitiu movimentos distintos e complementares, aprofundando questões identificadas nas observações durante as conversas e entrevistas. O diário de campo foi fundamental para contextualizar a Cidade Escola Ayni e descrever e analisar o processo educacional que ocorre na escola. O contato com diferentes sujeitos educandos trouxe perspectivas diversas para a pesquisa, identificando realizações, possibilidades e carências no processo educacional e na forma como a escola aborda a problemática ecológica. Minha participação ativa nos cursos e voluntariado trouxe a perspectiva da experiência, permitindo acompanhar a rotina da escola com mais clareza e entender seu funcionamento institucional.

Ao analisar as práticas comunicacionais/educativas e os saberes e competências desenvolvidos na perspectiva da educação e da construção de cidadania vinculada à ecologia, identifiquei aprendizagens significativas. A participação, a coletividade, o incentivo à autonomia das crianças, o diálogo e a experimentação teórica aplicada à realidade dos educandos são pontos fundamentais. No entanto, existem limitações, como o distanciamento da comunidade local, a atuação em turno único, a falta de planejamento nas atividades de voluntariado e a ausência de uma abordagem crítica de temas sociais relevantes além da ecologia, como machismo, feminismo, racismo e homofobia.

Os saberes e competências construídos pelos sujeitos educandos em relação à ecologia são, em sua maioria, oriundos de suas vivências familiares, culturais, de trabalho, estudo e contato com as mídias. Identifiquei noções sobre separação correta do lixo, cuidado com materiais e espaços, alimentação saudável e práticas

sustentáveis. No entanto, como mencionei faltou uma problematização crítica da crise ecológica e dos fatores econômicos, políticos e sociais envolvidos.

Entendo que as mediações midiáticas e comunicacionais afetam os processos comunicacionais/educativos da escola, embora haja rupturas de comportamentos a partir da inserção na Ayni. A escola mantém os equipamentos de comunicação e informação para fins puramente educativos, mas considero relevante debater o uso das mídias e os conteúdos acessados nelas, estabelecendo uma visão crítica e consciente. As redes sociais da Ayni atualmente são usadas para divulgar cursos, voluntariado e hotel, porém essas mídias podem ser utilizadas para mostrar as práticas da escola, ampliando a visão sobre a educação popular e o processo educomunicativo.

Futuros estudos sobre educomunicação socioambiental em escolas poderiam desenvolver uma pesquisa-ação acompanhando oficinas e grupos de discussão sobre temas importantes abordados na minha pesquisa. A criticidade em relação aos pilares da economia e da agroecologia é uma das carências da Cidade Escola Ayni. As discussões muitas vezes se centram na crítica ao sistema educacional tradicional, perdendo o potencial crítico de outras dimensões sociais e políticas. Dessa forma, entendo que meus movimentos investigativos trouxeram contribuições relevantes para o campo da educomunicação socioambiental a partir de uma escola de educação alternativa. A pesquisa contribui também com a Ayni, destacando dimensões muitas vezes despercebidas no cotidiano, possibilitando discussões e melhorias na abordagem pedagógica e na consolidação de um processo educomunicativo capaz de gerar reflexões críticas sobre a questão ambiental.

A partir da investigação realizada, concluí que as aprendizagens para a cidadania ecológica partem da visão crítica sobre a questão ambiental e do sentido de se assumir como parte da

natureza. As práticas sustentáveis são desenvolvidas no cotidiano dos educandos e podem ser ampliadas com provocações e reflexões na Ayni. Os sujeitos educandos da Ayni se apropriam das práticas comunicacionais e educativas de diferentes maneiras, colaborando na construção de saberes relacionados à ecologia. Sendo assim, existe um processo de aprendizagem de uma cidadania ecológica que está em construção e amadurecimento.

REFERÊNCIAS

BOFF, L. **Ecologia**: grito da terra, grito dos pobres, dignidade e direitos da mãe terra. Petrópolis: Vozes, 2015.

BONIN, J. A. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. *In*: MOURA, C. P. de; LOPES, M. I. V. de. (orgs.) **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

KRENAK, A. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MALDONADO, A. E. A perspectiva transmetodológica. *In*: OLIVEIRA, G.; SANTOS, L.; BONITO, M. (orgs.). **Comunicação em contexto de pesquisa**. São Borja: Unipampa; Assis: Triunfal Gráfica e Editora, 2019. p. 183-212.

MALDONADO, A. E. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: A. E. (org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, ES: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. v. 1, p. 17-40.

MATTELART, A.; MATTELART, M. Os procedimentos do consumo. /n: MATTELART, A.; MATTELART, M. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual. /n: MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 21-58.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Un mundo ch'ixi es posible**: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RODRÍGUEZ, S. **Simón Rodríguez, Obras Completas**. Caracas: Rectorado, 2016.

SAGGIN, L. **Educomunicação comunitária**: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2020.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Jiani Bonin

É professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Fez pós-doutorado no Programa de Estudios en Comunicación y Ciudadanía, do Centro de Estudios Avanzados da Universidad Nacional de Córdoba. É doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professora visitante da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB-Espanha) em 2005 e 2007. É coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. É vice-coordenadora do GT Estudios de Recepción da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (ALAIIC). Coordena o grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (Processocom). Integra a rede temática de cooperação Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5067996940631872>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8598-7411>

E-mail: jianiab@gmail.com

Nísia Martins do Rosário

Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestra em Semiótica pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Semiótica e Cultura da Comunicação (GPESC) e membro do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Midiaticização, Mediações e Recepção (Processocom), o qual é organizador da Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT). Participa da Red Iberoamericana de Investigación en Comunicación y Feminismo para la Justicia Social (IBERFEMCOM).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2853896182203821>

ORCID: 0000-0003-3484-8029

E-mail: nisiarmartins@gmail.com

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre

Cientista social, teórico da comunicação, estrategista metodológico. Professor Titular no PPG em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Catedrático Titular da Cátedra Armand e Michèle Mattelart do CIESPAL. Professor Titular voluntário do PPGeM-UFRN. Pensador insurgente, comunicador popular, articulador da vertente *Transmetodológica*. Construtor de projetos de *cidadania científica*, *comunieducação*, *epistemologias heterodoxas*, *emancipação latino-americana*. Orientador na área de processos midiáticos em níveis de doutorado, mestrado e iniciação científica; supervisor de pós-doutorado. Fundador coordenador para América Latina da Rede AMLAT (*Comunicação/Educação/Cidadania e Integração na América Latina*); fundador e coordenador do GP- PROCESSOCOM. Prêmios excelência acadêmica CAPES, UNESCO, INTERCOM, COMPÓS, UNISINOS.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0850914521365876>

ORCID: 0000-0002-5704-4544

E-mail: efendymaldonado@gmail.com

Almudena Muñoz Gallego

Professora e pesquisadora da Universidade Complutense de Madri (UCM). Graduada em Comunicação Audiovisual (2014) e doutora em Comunicação Audiovisual, Publicidade e Relações Públicas (2020), premiada com o Prêmio Extraordinário de Doutorado e melhor registro acadêmico em 2022. Membro do grupo internacional de análise de histórias de ficção e criação de formatos documentais na Universidade Complutense de Madri e pesquisadora internacional no grupo de pesquisa PRAGMA - Pragmática da Comunicação e da Mídia: teorias, linguagens, indústrias culturais e cidadania, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Brasil. Ela também é membro fundador da Associação de Cientistas Espanhóis no Brasil e membro da diretoria da Associação Internacional de Cinema Científico e Imagem. Em 2024, dirigiu o 1º Encontro Internacional de Divulgação Científica, Saúde e Impacto Social com a participação de pesquisadores de 11 universidades internacionais da América Latina, África e Europa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1655976017835120>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7513-081X>

E-mail: almudena.munoz@ucm.es

Alberto Pereira Valarezo

Professor aposentado da Universidade Central do Equador (UCE) e, atualmente, pesquisador e membro dos grupos de pesquisa Processocom e da Rede AMLAT. Possui mestrado em Comunicação pela Universidade Andina Simón Bolívar (UASB) e graduação em Espanhol e Literatura pela UCE. Lecionou durante trinta e oito anos em seu país natal, na universidade e no ensino médio, em disciplinas relacionadas às áreas de linguagem, semiótica e educomunicação. Foi vice-reitor da UCE e da UPS. Publicou *Semiolingüística y educomunicación* (2002), *Chaves semiótica da televisão* (2008), *Porque somos memória. Histórias e testemunhos familiares dos Zaruma do século XX* (2019). Edita compilações e revistas acadêmicas, escreve crônicas de viagens e textos acadêmicos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7029979780341372>

E-mail: alperval@gmail.com

Adriã Galvão

Mulher indígena do povo Baré, graduada em Jornalismo e mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Fundadora do *podcast* e programa de rádio *Kunhantã – Narrativas de Mulheres Indígenas*. Atualmente, trabalha como jornalista na Defensoria Pública da União, em Brasília (DF), e como correspondente da Agência de Comunicação Popular e Produção Cultural Resistir Produções. Membro da coordenação da Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas e do grupo de pesquisa Comunicadores Indígenas e Territorialidades Amazônicas.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1508071374849186>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9990-4179>

E-mail: adriagalvaojornalismo@gmail.com

Aline Jesus de Almeida

Atualmente é professora na rede privada de ensino, em Teixeira de Freitas, BA. Licenciada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL/UNEB/CNPq/CAPES). Participou como bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FABESB) nos projetos de Iniciação Científica: *Comunicação Pataxó: interseções entre a cultura escolar e a midiática, na conjuntura da pandemia do Covid-19*; e *Política, Educação e Desinformação (Fake News): é possível fomentar uma educação que promova a cidadania comunicacional e o letramento político?*, além de atuar como monitora voluntária nos projetos de extensão: *Uirapurur: a voz do Campus X/UNEB* e *Mulheres Insubmissas: feminismos e ações afirmativas do/no DEDC-X/UNEB*.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5651578505214008>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2294-1421>

E-mail: alinejalmeida069@gmail.com

Bryan Chrystian da Costa Araújo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com período sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Mestre no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, atua como oficial de programas para a Amazônia do projeto Conservando Juntos para a América do Sul na Internews, em ações de fortalecimento dos ecossistemas de informação na região amazônica, com foco em práticas de etnocomunicação, delitos ambientais, esforços de conservação e jornalismo investigativo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8850160343407430>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7149-6881>

E-mail: bryanccaraujo@gamil.com

Carine Filippi Chiella Nichele

Mestra em Ciências da Comunicação com ênfase em Processos Midiáticos (2024) na Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Publicidade e Propaganda (2017) pela Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves. Cursou MBA em Comunicação e Semiótica (2019) e Especialização em Design Digital (2021) pela Universidade Estácio de Sá. Integra o Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Midiatização, Mediações e Recepção (Processocom – Unisinos). Possui experiência na área administrativa, consultoria em comunicação e design gráfico. Seus interesses em pesquisa estão voltados para o estudo de novas práticas de consumo e o papel da comunicação perante o consumo consciente, com foco nos processos educacionais e na cidadania ecológica.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4176547548369416>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8575-7624>

E-mail: carine.nichele@hotmail.com

Fabrcio Lopes da Silveira

Jornalista. Mestre em Comunicação e Informação (UFRGS) e doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos). Pós-Doutor pela School of Arts and Media (Salford University, UK). Realizou estágio pós-doutoral, com bolsa PNPD CAPES, junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS, onde foi vinculado como professor colaborador. Em 2023, foi professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto / MG.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/809651043948981>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9598-8052>

E-mail: fabriciosilveira@terra.com.br ou fabriciolopesdasilveira@gmail.com

Felipe Collar Berni

É doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa de estudo financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Atualmente, é professor substituto no curso de Comunicação e Multimeios da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integra o Grupo de Pesquisa Processocom (Unisinos/CNPq), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídias Digitais (Gemidi/UEPG/CNPq) e a Rede Amlat. Pesquisa cidadania comunicativa junto de pessoas com deficiência.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1601683885566221>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6863-8698>

E-mail: felipecollar@gmail.com

Felipe Gue Martini

Doutor e Mestre em Comunicação (Unisinos) - experiência de doutorado sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Especialista em Projetos Sociais (UFRGS, 2006), jornalista (Unisinos, 2003). Recebeu Menção Honrosa no Prêmio Compós Teses e Dissertações Eduardo Peñuela, ano 2018. Coordenador do bacharelado em Jornalismo, Coordenador do Tecnólogo em Cinema, do Centro Universitário da Serra Gaúcha, FSG (Caxias do Sul, RS). Pesquisa os temas: teorias da escuta, som no cinema, teorias e epistemologias da comunicação. É realizador audiovisual e músico, com destaque para as seguintes obras: Chove lá fora, Tik Tok Truffaut, Depois da Meia Noite, À sombra das videiras, Consertam-se gaitas e Gigante de Ferro (cinema); SOL - A força, SOL - No descompasso do transe retalhos do meu silêncio (música); Polaróides Made in Dança e Vão (criação musical para teatro e dança).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1029014056390833>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9511-9810>

E-mail: guemartini@gmail.com

Helânia Thomazine Porto

Professora, pesquisadora e extensionista da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuante em cursos de graduação e pós-graduação. Licenciada em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Francesa (FAFIC/ES). Tem formação em Psicanálise (SPOB/RI) e Arteterapia (PEGASUS/ES). Especialista em Linguística Aplicada ao Estudo do Português (UESB/BA) e Psicopedagogia (UESC/BA). Possui mestrado interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação (UNIMARCO/SP) e doutorado em Ciência da Comunicação: Processos Midiáticos (UNISINOS/RS). Participa dos Grupos de pesquisa PROCESSOCOM/UNISINOS/CNPq/CAPES e GEICEL/UNEB/CNPq/CAPES. Realiza pesquisas sobre: Educação e linguagens em comunidades tradicionais; Semiologia da Cultura Visual; Processos Midiáticos e Cidadania Comunicacional.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0283133545680169>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8158-5546>

E-mail: hveronez@uneb.br

João Batista Nascimento dos Santos

Doutor em Comunicação e Informação pela UFRGS. Pós-Doutor pela PUC/RS. Graduado em Publicidade e Propaganda pela UNISINOS, MBA em Gestão de Marketing em Serviços e Varejo pelo UNILASALLE, mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS. É pesquisador Integrante dos Grupos de Pesquisa PROCESSOCOM: Processos comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção e do Grupo de pesquisa INOVAPP, Inovação nas Práticas Publicitárias. Integra também o Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação (GPESC). Atua principalmente com os temas cultura, publicidade programática, corpo e subjetivação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6509588405647610>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7206-4973>

E-mail: joabnasc.santos@gmail.com.

Juciano de Sousa Lacerda

Docente Associado IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM). Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2008). Pós-Doutorado Sênior pela Universidade Autônoma de Barcelona (Bolsista Capes, 2017-18). Bolsista Produtividade CNPq - PQ2 (2024-26). Coordenador do Grupo de Pesquisa Pragma (CNPq) e do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Midiática e Comunitária e Saúde Coletiva (LAPECCOS), que integra do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (INPECC) junto com LECC/UFRJ e LACCOPS/UFRJ. Pesquisador do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/UFRN) na base de pesquisa Processos Comunicativos e Inovações em Narrativas midiáticas aplicadas à Saúde. Coordenador do GT Comunicação e Cidadania da COMPÓS (2024-26). Coordenador do GT4 - Práticas Profissionais e Formação Cidadã em Comunicação da ABPCOM (2023-25). Pesquisador do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta de Portugal. Membro permanente do Grupo Temático Comunicação e Saúde da ABRASCO. Publicou mais de 100 artigos em periódicos e capítulos de livros.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9310055597414010>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0876-377X>

E-mail: juciano.lacerda@ufrn.br

Laura Wottrich

Publicitária, professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestra em Comunicação (POSCOM/UFSM) e Doutora em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Coordenadora do Laboratório de Experiências Metodológicas na Comunicação (UFSM/CNPq) e integrante dos grupos de pesquisa Comunicação e Práticas Culturais (UFRGS/CNPq) e Processocom (Unisinos/CNPq).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9207413919160194>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3876-0198>

E-mail: laura.wottrich@ufsm.br

Lisiane Aguiar

Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Participa do Projeto Comunicadores Indígenas e Territorialidades Amazônicas. Coordena o Projeto do Edital Universal do CNPq: "Sofrimento psíquico, estratégias de produção de saúde e invenção do bem viver por mulheres imigrantes". Membro do Grupo de Pesquisa Processocom, do Grupo Amazoom e da Rede Amlat. Possui graduação em Jornalismo, Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Intercâmbio de jornalismo na Universidade de Sevilha, Espanha, e na Universidade ORT, Uruguai. Intercâmbio com bolsa Taglit em Israel. Mestrado em Comunicação pela Unisinos com bolsa CNPq. Doutorado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com bolsa sanduíche pelo projeto CAPES/DGPU N.40/2014 na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Pós-doutorado com bolsa PNP/CAPEs na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Atualmente realiza licença-capacitação na Universidade de Köln e no coletivo de Mamas Migrantes na Alemanha.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7856133108794707>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7840-0923>

E-mail: lisiaguiar@gmail.com

Lívia Freo Saggin

Jornalista, mestra e doutora em Comunicação. Tem experiência de trabalho, pesquisa e docência em diferentes áreas da Comunicação, com ênfase em Comunicação Comunitária, Educomunicação, Cidadania, Comunicação Alternativa e Popular. É membro do Grupo de Pesquisa Processocom (Unisinos) e da Rede Internacional Temática de Cooperação: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração (Rede Amlat). Atualmente, atua como Tutora de Comunicação no projeto de *Formação Continuada* às Políticas Públicas e Sistemas de Informação em *Assentamentos* de Reforma Agrária, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7067653765103970>

E-mail: liviasaggin@gmail.com

Luan Correia Cunha Santos

Doutorando em Ciências da Comunicação, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa PROEX-Capes, na área de concentração "Comunicação e Processos Midiáticos", linha de pesquisa "Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação"; professor efetivo do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Acre (UFAC); mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Roraima (UFRR), com bolsa DC-pós/UFRR, na área de concentração "Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos", linha de pesquisa "Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais" (2022); graduado em Comunicação Social – Jornalismo na UFRR (2020).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1432233182659847>

ORCID: <http://lattes.cnpq.br/1432233182659847>

E-mail: luan.correia@ufac.br

Maritcheli de Almeida Vieira

Doutoranda da linha Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestrã em Mídias e Identidades Contemporâneas pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2019-2021), bacharela em Produção Editorial – Comunicação Social pela UFSM (2014-2017) e bolsista egressa do Programa de Educação Tutorial Ciências Sociais Aplicadas (PET CISA UFSM) (2015-2017). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (Processocom - Unisinos), sob a coordenação dos professores Jiani Adriana Bonin e Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5133355197761756>

E-mail: vieiramarit@gmail.com

Paulo Júnior Melo da Luz

Doutor/PhD e mestre em Ciências da Comunicação, bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e Licenciado em Letras-Inglês. Atua como professor substituto na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), campus São Borja, nos cursos de Relações Públicas e Publicidade e Propaganda. Trabalha com pesquisas relacionadas a gêneros, sexualidades, identidades culturais, recepção de mídias, telenovelas, séries de televisão e cidadania transcomunicativa. Autor do livro *Cidadania transcomunicativa: processos comunicacionais de mulheres transexuais e travestis* (Pimenta Cultural, 2023). Integrante do grupo de pesquisa Processocom e da Rede AmLat. Coordenador do Projeto de Extensão Cena Queer na Unipampa.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4506453000384262>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2857-0019>

E-mail: juniormelodaluz@hotmail.com

Pedro Augusto Pereira

Mestre em Comunicação e Poder e graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com bolsa Capes. Integra, na UFMT, os grupos CICLO (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania) e LabCenas (Laboratório de Pesquisas Audiovisuais, Representações e Interseccionalidade) e, na UFMG, os grupos Coragem (Grupo de Pesquisa em Comunicação, Raça e Gênero) e Neepec (Núcleo de estudos em estéticas do performático e experiência comunicacional).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0065288406152579>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5478-8863>

E-mail: pedroaep@gmail.com

Raquel Gomes Carneiro

Doutora em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologia da Comunicação (2023). Membro do Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (Processocom) e integrante da Rede AMLAT. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) (2011) e mestre em Ciências da Comunicação na área de concentração Processos Midiáticos, Linha de Pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação (2019). Jornalista com experiência na área da Comunicação, com ênfase em Radiodifusão, atuando principalmente nos seguintes temas: povos originários e a etnomultimídia indígena, cultura, cidadania e webradio.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0503957541354210>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4755-4532>

E-mail: raquel.gomes.carneiro@gmail.com

Ricardo de Jesus Machado

É professor e pesquisador da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOP. Realizou doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, na Linha de Pesquisa Cultura e Significação. É jornalista, mestre em Comunicação e especialista em Filosofia pela Unisinos. Foi jornalista no Instituto Humanitas Unisinos - IHU e Editor Executivo da Revista IHU On-Line entre 2013 e 2022. Seus interesses de pesquisa orbitam em torno dos estudos da Semiótica da Cultura, Cultura, Design, Estética, Modernismos, Antropofagia e Multinaturalismo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8403191368414581>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6141-5168>

E-mail: ricomachado@gmail.com

Tamires Ferreira Coêlho

Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMT, vice coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM/UFMT), doutora pela UFMG, cujo estágio doutoral (sanduíche) foi feito na Escola de altos Estudos em Ciências da Informação e da Comunicação (CELSA) da Universidade Paris-Sorbonne com bolsa PDSE/Capes, mestra pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Coordena o grupo CICLO e o Observatório de Comunicação e Desigualdades de Gênero (Pauta Gênero), é membra do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (Processocom) e da Rede Temática de cooperação, comunicação, cidadania, educação e integração da América Latina (Rede AmLat).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1722581256304187>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2090-1677>

E-mail: tamires.coelho@ufmt.br

Yasmim Helleen Cunha

Mestre em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia (PPgEM) na UFRN (2022 - 2024). Graduada em Bacharelado em Jornalismo na UESPI - Universidade Estadual do Piauí, campus Poeta Torquato Neto Teresina - PI (2017- 2021). Bolsista de Iniciação Científica da UESPI-PIBIC-CNPq (2018-2020). Bolsista de Iniciação Científica da FAPEPI - PI (2020). Pesquisa Estudos da Mídia, Comunicação e Saúde. Fez treinamentos específicos em Marketing Digital e Assessoria de Imprensa. Integrante do Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (PRAGMA/UFRN/CNPq). Foi voluntária no monitoramento de redes e participação no agendamento de conteúdo para redes sociais virtuais do projeto Rede de Segurança do Trabalho no Combate e Prevenção à Pandemia de Covid-19 entre empresas públicas e privadas nos Territórios de Desenvolvimento do Piauí (FAPEPI).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6978211641299706>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5121-7312>

E-mail: yasmimhcunha@gmail.com

Yvets Morales Medina

Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Coordenadora de comunicações regional para a América Latina, ICCA CONSORTIUM. Com experiência nas áreas de Comunicação e Educação, atua principalmente em: pesquisa em comunicação, educação, comunicação popular e comunitária, comunicação para a saúde, comunicação e povos indígenas e comunidades locais, direitos de populações que se reconhecem como periféricas. Criação e produção de projetos de comunicação com áudio, vídeo, fotografia e intervenções multimídia. Bacharela em Comunicação Social pela FACSOC-UC Equador. Mestra em Comunicação e Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Especialista em Ambientes Virtuais de Aprendizagem. Membro do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Midiatização, Mediações e Recepção (Processocom) e da Rede Temática Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT). Membro do grupo de pesquisa Corporalidades (UFRGS).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2703174128457894>

E-mail: yvetsmorales@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

affordance 176, 191

Āgaypīhī ūg kuā 343, 344, 345, 348, 350, 352, 356, 357, 359,
360, 364, 366, 369

Antropofagia 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137,
138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 539

C

canibalismo 118, 119, 132, 137, 157

cidadania científica 17, 27, 36, 38, 41, 54, 140, 147, 227, 237, 246,
272, 532

cidadania comunicacional indígena 349, 355, 363, 366

cidadania comunicativa 18, 47, 79, 80, 83, 84, 95, 96, 97, 98, 99,
101, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235,
237, 243, 245, 247, 260, 530, 535

cidadania ecológica 24, 517, 528, 529, 534

ciência ministerial 27, 32

comunicação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 31, 32, 34, 36, 38, 39,
40, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 62, 66, 67, 68, 69,
71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89,
90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106,
110, 115, 117, 121, 125, 127, 128, 130, 131, 144, 145, 147,
156, 174, 175, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192,
194, 220, 221, 222, 225, 228, 229, 230, 231, 232,
233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245,
246, 247, 248, 250, 254, 266, 268, 270, 272, 274,
282, 297, 306, 312, 320, 321, 322, 323, 324, 325,
328, 338, 339, 340, 344, 345, 347, 349, 350, 353,
354, 357, 358, 363, 364, 367, 368, 371, 373, 374,
375, 378, 381, 382, 385, 390, 394, 395, 396, 399,
400, 402, 403, 404, 405, 406, 408, 409, 411, 412,
413, 414, 441, 457, 459, 461, 462, 464, 465, 466,
468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477,
478, 479, 480, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 493,
499, 500, 502, 503, 504, 505, 506, 508, 513, 514,
522, 528, 529, 530, 532, 534, 535, 539, 540

comunicação indígena 20, 248, 266, 268, 363, 371, 374, 381, 396
comunidade 39, 82, 83, 85, 90, 99, 100, 166, 214, 219, 232, 233,
234, 235, 269, 282, 315, 316, 333, 350, 355, 357,
363, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 387,
390, 407, 422, 426, 432, 433, 436, 467, 484, 496,
500, 502, 509, 511, 523, 527

D

diferença 102, 104, 121, 122

diversidade cultural 31, 45, 140, 360

E

educomunicação 18, 40, 80, 83, 85, 87, 88, 97, 98, 101, 478, 507,
509, 512, 513, 514, 527, 528, 530, 533

epistemologia 37, 128, 139, 140, 141, 142, 147, 209, 225, 265, 279,
292, 397, 439, 441, 444, 459, 461, 462, 518, 531,
536, 538, 539

experiência 21, 67, 69, 76, 100, 127, 129, 130, 138, 140, 145, 146,
147, 183, 194, 220, 221, 228, 230, 231, 241, 255,
276, 278, 280, 286, 288, 309, 315, 316, 324, 328,
332, 338, 339, 340, 371, 374, 376, 377, 385, 388,
389, 391, 416, 419, 420, 424, 425, 431, 447, 459,
490, 493, 508, 516, 524, 527, 534, 535, 537, 538,
539, 540

I

imigração 482, 488, 491, 492, 493, 501, 504, 506

L

LGBT 21, 23, 415, 417, 418, 421, 422, 423, 426, 427, 428, 429,
430, 436

livros 38, 39, 40, 88, 220, 305, 310, 315, 316, 322, 329, 349, 351,
521, 536

M

machine learning 180, 181

memória criativa 326, 327, 339

metapesquisa 203, 204, 205, 210, 221, 222

mediatização 37, 40, 68, 69, 70, 78, 84, 95, 209, 225, 229, 230,
232, 233, 234, 245, 323, 351, 364, 457, 460, 469,
471, 472, 473, 477, 478, 489, 499, 505, 531, 536,
538, 539

migrantes 23, 130, 131, 377, 481, 482, 483, 485, 487, 488, 489,
490, 491, 492, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500,
501, 502, 503, 504, 505, 506

mística camponesa 21, 320, 321, 322, 323, 327, 328, 329, 330,
332, 335, 336, 338, 339

mulheres camponesas 21, 320, 321, 323, 324, 326, 338, 341

multinaturalismo 18, 103, 105, 106, 111, 119, 123

musicalidades dialéticas 20, 21, 275, 276, 277, 280, 281, 283,
284, 285, 288, 289, 291, 292

P

pesquisa 15, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 27, 28, 31, 37, 38, 39, 40, 41,
42, 43, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 66,
68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 80, 111, 115, 127, 128,
131, 134, 144, 145, 146, 147, 175, 176, 185, 187, 199,
200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210,
211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222,
223, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 235,
236, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 249, 252,
257, 258, 260, 261, 263, 264, 266, 267, 268, 269,
270, 271, 273, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281,
282, 283, 285, 289, 290, 291, 292, 293, 324, 343,
344, 355, 365, 366, 367, 371, 373, 375, 379, 389,
390, 394, 395, 396, 397, 399, 407, 408, 411, 416,
420, 441, 442, 443, 444, 446, 447, 448, 449, 451,
457, 458, 459, 460, 461, 462, 465, 469, 472, 478,

480, 482, 485, 488, 489, 493, 494, 495, 496, 497,
500, 501, 508, 509, 510, 512, 515, 517, 518, 519, 520,
523, 524, 526, 527, 528, 529, 531, 532, 533, 534,
535, 536, 537, 538, 539, 540

pesquisa comunicacional 17, 20, 58, 66, 68

plasticidade 21, 255, 277, 283, 290

publicidade programática 19, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 181, 184,
188, 189, 194, 195, 196, 536

R

Rádio Yandê 249, 258, 259, 271

S

Semiofagias Canibais 102, 103, 104

semiosfera 105, 107, 109, 119, 121, 188, 189, 190, 195, 197, 340, 341

semiótica 18, 21, 63, 71, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 159,
175, 188, 189, 190, 192, 197, 314, 324, 330, 518, 533

semióticas a-significantes 174, 176, 177, 186, 187, 195

sujeito comunicante 71, 233, 251, 252, 258, 349, 514

T

tecnociência positivista 28

The Dark Enlightenment 19, 152, 153, 157, 159, 160, 166, 168, 169,
170, 171

Transmetodologia 50, 126, 127, 143, 144, 265, 266, 344

Y

Yebá Belô 248, 250, 253, 254, 260, 263

www.pimentacultural.com

CONSTRUÇÕES TRANSMETODOLÓGICAS NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO